



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOSÉ ROMÁRIO RODRIGUES BASTOS

**COMBATES POR JUSTIÇA E DIREITOS: HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO
CEARÁ (1950-1964)**

FORTALEZA

2021

JOSÉ ROMÁRIO RODRIGUES BASTOS

COMBATES POR JUSTIÇA E DIREITOS: HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO
CEARÁ (1950-1964)

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Adelaide Gonçalves.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B329c Bastos, José Romário Rodrigues.
Combates por justiça e direitos : história da luta pela terra no Ceará (1950-1964) / José Romário Rodrigues Bastos. – 2021.
327 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.
1. lutas camponesas no Ceará. 2. latifúndio urbano em Fortaleza. 3. Jornal Terra Livre. 4. memória e resistência camponesa. I. Título.

CDD 900

JOSÉ ROMÁRIO RODRIGUES BASTOS

COMBATES POR JUSTIÇA E DIREITOS: HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO
CEARÁ (1950-1964)

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 27/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^o Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^o Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^o Dr. Clifford Andrew Welch
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof.^a Dra. Marilda Aparecida Menezes
Universidade Federal do ABC (UFABC)

À Maria Pereira, Raimunda Teodósio,
Raimundo Rodrigues (*in memoriam*) e Luiz
Bastos. Camponeses. Meus avós.

AGRADECIMENTOS

Agradecer as nuvens que logo são chuva,
Sereniza os sentidos
E ensina a vida a reviver.
Agradecer os amigos que fiz
E que mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim...
Agradecer,
Ter o que agradecer.
Louvar e abraçar!
(Maria Bethânia)

Estou convencido do feito coletivo de toda pesquisa, esta concebida entre contribuições solidárias encontradas pelo pesquisador em sua trajetória. Posso afirmar que contei com a ajuda de vários amigos e amigas, animados e me animando a seguir o estudo dos camponeses em luta por terra, trabalho e justiça. Alguns, a atuação de proa foi decisiva na conclusão desta tese.

À minha família, Socorro, José e Aline, pela acolhida desde os primeiros anos que decidi me tornar historiador. Mais que incentivadores, albergam a fortaleza necessária nos momentos de fragilidade.

À Darlene Andrade, pela alegria de compartilhar a vida, o amor e o afeto. Nossas longas conversas afastam a angústia e aquecem o coração. Sua companhia foi imprescindível, seu apoio fundamental.

Aos amigos pelo convívio que traz leveza aos momentos conturbados da vida. Sou deveras grato à Monyse Ravena e Lucas Assis pela cultura da partilha que nutrimos nesses anos. Indicações de livros, artigos, fontes, debates, etc. circulam entre nós, afastando qualquer réstia de competição, ainda cultivado no universo acadêmico.

À professora Adelaide Gonçalves pela esmerada orientação e amizade paciente. Agradeço por ter permitido que nosso primeiro contato durante o curso de Licenciatura em História na UFC, não terminasse ali, aceitando continuar nos ensinando a ler, a escrever, a se indignar. Seu perene amor pelos livros e pelo saber é inspiração.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da UFC, pelas leituras compartilhadas e os combates pela história. Ao professor Frederico Neves e Tyrone Cândido pela leitura atenta e determinante no exame de qualificação. À professora Marilda Menezes e ao professor Clifford Welch pelo gentil aceite em compor a banca de defesa. Ao professor Amaro Alencar pelas certas indicações de fontes sobre a memória camponesa. À professora Enilce Souza por ter compartilhado valiosos documentos sobre os camponeses do Ceará em seus variados momentos de resistência. À Jocélia Ribeiro por ter me conduzido às veredas do Cabreiro, indicando pessoas e lugares em busca de vestígios do posseiros em luta. Aos membros

do Grupo de Pesquisa Seca e Movimentos Sociais pela leitura coletiva e pelo conhecimento partilhado.

Aos colegas de ofício, professores da Educação Básica, pelo estímulo e cumplicidade. As conversas com Josiane Gomes e Rubens Sousa reforçaram minhas escolhas, me animando a enfrentar os problemas vividos pelos professores-pesquisadores.

À militância do MST, que planta esperança e resistência, alimenta o sonho de outros futuros, nos lembrando a centralidade da Reforma Agrária Popular como tarefa primordial à superação das injustiças no campo e na cidade. À turma Antônio Cândido do Curso Realidade Brasileira pelas leituras e místicas feitas em coletivo. Aos amigos e amigas que constroem a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular, calendário da luta social que nutre o diálogo da Universidade com a sociedade e seus diversos atores sociais. Aos camaradas do Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim que tomam a cultura também como um direito e seguem vigilantes semeando resistências nas bordas dessa cidade desigual. Aos colegas do Fórum em Defesa do Ensino e dos (as) Professores (as) de História, por facilitarem encontros que cultivam uma educação como prática libertadora.

Aos trabalhadores dos lugares de pesquisa, pela atenção em indicar informações precisas sobre os acervos.

Durmiendo, nos vio.

Helena soñó que hacíamos fila en algún aeropuerto.

Una larga fila: cada pasajero llevaba, bajo el brazo, la almohada donde había dormido la noche anterior.

Las almohadas iban pasando a través de una máquina que leía los sueños.

Era una máquina detectora de sueños peligrosos para el orden público.

El siglo veinte, que nació anunciando paz y justicia, murió bañado en sangre y dejó un mundo mucho más injusto que el que había encontrado.

El siglo veintiuno, que también nació anunciando paz y justicia, está siguiendo los pasos del siglo anterior.

Allá en mi infancia, yo estaba convencido de que a la luna iba a parar todo lo que en la tierra se perdía.

Sin embargo, los astronautas no han encontrado sueños peligrosos, ni promesas traicionadas, ni esperanzas rotas.

Si no están en la luna, ¿dónde están?

¿Será que en la tierra no se perdieron?

¿Será que en la tierra se escondieron? (Eduardo Galeano)

RESUMO

Esta tese, *Combates por justiça e direitos: história da luta pela terra no Ceará*, estuda os camponeses em seus modos de viver, trabalhar e lutar no período de 1950-1964. São estudadas as experiências de homens e mulheres do campo e suas vidas atravessadas pela sujeição, miséria e fome desde os primeiros anos. Entretanto, nota-se a vontade dos explorados em teimar e resistir através de embates diretos, desobedecendo as ordens de feitores e patrões, cobrando indenização ante os despejos e denunciando em público, os desmandos dos donos da terra. Tais fatos sociais são observados nos diversos espaços de atuação coletiva e verbalizados ou ecoados pelas canções e versos da poesia popular que compartilha saberes via jornal *Terra Livre*. A sindicalização rural no Ceará é discutida ao enfatizar a atuação dos camponeses naquele movimento, eles agem desde a criação das primeiras Associações, participam das mobilizações, levantam a voz em assembleias e reuniões, compõem suas diretorias e ocupam, portanto, lugar de destaque nessa história. São estudados os conflitos entre camponeses e fazendeiros/grileiros ocorridos em diferentes cidades do Ceará. Notamos os trabalhadores da fazenda Cobra dos Veados, no sertão de Canindé em 1963, não cedendo às ameaças e agressões do fazendeiro; em Quixadá, os camponeses da Fazenda Oiticica em 1963 viram no sistema de meia, que obrigava a entregar a metade da produção ao proprietário, um dos principais motivos de sua miséria, animando sua luta; em Aracati, em meio a emboscadas e destruição de roçados pelos grileiros, em 1962 se organiza a resistência dos trabalhadores pelas terras de Cabreiro. Esta pesquisa aborda a problemática da terra urbana em face dos conflitos entre moradores, grileiros e imobiliárias em Fortaleza na década de 1960, refletindo sobre o problema do latifúndio urbano e a especulação imobiliária, os quais produzem a segregação espacial e negam aos pobres o direito à moradia. É na “capital do despejo” que os moradores dos bairros Lagamar, Pirambu e Padre Andrade tentam se fixar organizando sua resistência ante os grileiros e a morosidade ou conivência dos agentes públicos. Uma linha de força na argumentação da Tese é o fio da memória camponesa, aqui discutida em relação aos conteúdos de violência e repressão da ditadura civil-militar de 1964 e iniciada desde o golpe em abril, como demonstram, à larga, os testemunhos vários que confirmam a ação dos dispositivos da repressão em direção aos movimentos camponeses.

Palavras-chave: lutas camponesas no Ceará; latifúndio urbano em Fortaleza; Jornal Terra Livre; memória e resistência camponesa.

ABSTRACT

This thesis, *Combats for justice and rights: history of land conflicts in Ceará*, studies the peasants in their way of life, working and claims in the period of 1950-1964. The research studies experiences of men and women at rural space and their lives crossed by subjection, misery and hunger since the first years. However, notice the wish of explored people to persist and resist through direct confrontations, disobeying orders of overseer and employer, demanding indigenization for the evictions and public complaint of land owners. These social facts are analysed in several places of collective action and verbalized or echoed by songs and verses of popular poetry that share wisdom in the “Terra Livre” newspaper. The rural union in Ceará is discussed to emphasize peasants actions in the movement, they act since the creation of the first Associations, participating in mobilizations, raise their voices in assembly and meetings, compound director positions and therefore, they occupy an important place in this story. It was studied that conflicts between peasants and farmers/grabbers occur in different cities of Ceará. We noticed workers of the farm called “Cobra dos Veados”, in the countryside of Canindé in 1963, not giving in to the farmer’s threats and violences. In Quixadá, peasants of the Farm Oiticica in 1963 saw in the sistemy of half, which obligated to deliver half of the production to the owner, one of the main reasons of their misery, encouraging the struggle. In Aracati, in the middle of ambushes and destruction of fields by the grabbers, in 1962 it organized the workers’s resistance by Cabreiro propriety. This research approaches the issue of urban land in face of conflicts between residents, and real estate development in Fortaleza in the 1960s, reflecting about the problem of urban latifundia and real estate speculation, which originates segregation socio-spatial and denies to social classes less favored the housing right. It is in “the eviction capital” that residents of neighborhood Lagamar, Pirambu and Padre Andrade try to organize their resistance before the grabbers and the morosity or convenience of public agents. The strong line in the argument of this Thesis is the thread of peasant memory, discussed in relation about the contents of violence and repression of the civil-military dictatorship in 1964 and begun since the coup in April, as demonstrated, in largest ways, the testimonies of various that confirmed the action of repression devices against to peasant movements.

Keywords: peasants struggle in Ceará; urban latifundia in Fortaleza; Terra Livre Newspaper; peasant memory and resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Concentração de terra: três maiores grupos/proprietários de terras loteadas (em área) entre 1931-2002	215
Figura 2 – No melhor estilo de Gregório Bezerra e Julião	295
Figura 3 – Fotografia com o material apreendido na sede da FALTAC	299

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tamanho das propriedades no Ceará por regiões - 1950	68
Tabela 2 – Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Ceará por município e região no final da década de 1950	117
Tabela 3 – Principais grupos/famílias proprietárias de loteamentos cadastrados em Fortaleza por concentração de área	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Cearense de Imprensa
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency dos Estados Unidos da América
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPA	Comissão Nacional de Política Agrária
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPC	Centro Popular de Cultura
CSI	Conselho Sindical de Trabalhadores
CUTAL	Central Única dos Trabalhadores da América Latina
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ELIRUR	Escola de Líderes Rurais
ESG	Escola Superior de Guerra
FALTAC	Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JAC	Juventude Agrária Católica

JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCD	Partido Democrata Cristão
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S/A
SAPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SAR	Serviço de Assistência Rural
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
UCP	União das Classes Produtoras
UDN	União Democrática Nacional
UEEs	Unões Estaduais dos Estudantes
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTAC	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará
UNE	União Nacional do Estudantes
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	CAPÍTULO 1 - VIDA, TRABALHO E RESISTÊNCIA	43
2.1	“Uma triste verdade” moradia, infância e fome	43
2.2	“Quem pode viver dessa forma?”	61
2.3	Testando os limites, explorando as brechas	80
3	CAPÍTULO 2 - A CULTURA EM COMUM: LEITURAS, SINDICALIZAÇÃO E SOCIABILIDADES CAMPONESAS	93
3.1	Terra Livre, o “jornal que defende nossos direitos”	93
3.2	Os camponeses e a sindicalização rural no Ceará	107
3.3	Filhos da mata, cantores da mão grossa	137
4	CAPÍTULO 3 - O LATIFÚNDIO E A GRILAGEM NO INTERIOR DO CEARÁ	153
4.1	Em Canindé: a sindicalização camponesa	153
4.2	Muito trabalho, Várias tarefas, Pouco ganho	169
4.3	“Somos da paz e do trabalho, defenderemos nossas posses”. A resistência dos posseiros em Aracati	182
5	CAPÍTULO 4 - A RESISTÊNCIA DOS POBRES POR TERRA E DIREITOS EM FORTALEZA	208
5.1	A terra urbana e os especuladores	209
5.2	A desapropriação no Pirambu e a conquista dos moradores	219
5.3	Quando eles chegaram só havia “lama, mato e espinho”	229
5.4	A resistência dos posseiros contra os loteamentos no bairro Padre Andrade .	240
6	EPÍLOGO - O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E OS CAMPONESES NO CEARÁ	264
6.1	A repressão entra em campo	272
6.2	“Interditado até segunda ordem”	286
6.3	“A exposição no quartel”	292
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	301
	REFERÊNCIAS	308
	APÊNDICE – FONTES E LUGARES DE PESQUISAS	325

1 INTRODUÇÃO

Em toda parte, nos campos
 Junta-se à nossa outra voz
 Escutai, Senhor dos campos
 Nós já não somos mais sós.
 Queremos bonança e paz
 Para cuidar da lavoura
 Ceifar o capim que dá
 Colher o milho que doura,
 Queremos que a terra possa
 Ser tão nossa quanto vossa
 Por que a terra não tem dono
 Senhores Donos de Terra.
 Queremos plantar no outono
 Para ter na primavera
 Amor em vez de abandono
 Fartura em vez de miséria.
 (Vinicius de Moraes)

Não poderia iniciar a apresentação desta tese doutro modo: explicando ao leitor as motivações que me conduziram às veredas da história de homens e mulheres do campo em suas resistências cotidianas. Ocorre que a experiência camponesa tem um papel fundamental em minha formação, sou de família concebida entre camponeses, neto de trabalhadores da Serra de Uruburetama - Maria Pereira e Luiz Bastos, meus avós paternos e Raimunda Teodósio e Raimundo Rodrigues, meus avós maternos. Desde a meninice, a vida no campo marcou e ainda marca minha trajetória; mesmo nascendo na Fortaleza do final dos anos 1980. Meus avós paternos, Maria e Luiz, nos anos de 1970 migraram à capital do Ceará, como muitas famílias, e a eles coube fazer a vida na periferia de Fortaleza; portanto, bem longe das promessas de uma cidade capital, tudo era longe e ao longe. Os avós maternos, Raimunda e Raimundo (Seu Dico), desceram a Serra na década de 1960 tentando recomeçar a vida após romperem sua condição de moradores do Sítio Boa Vista, em Uruburetama.

Ainda que os fatos muito simples não fossem ao tempo compreendidos na dimensão estudada nesta pesquisa, as primeiras lições sobre a cultura camponesa foram aprendidas entre eles, com eles, dos primeiros anos da infância e até hoje. Ao compartilharem seus modos de vida, os jeitos simples de viver, me ensinaram que, embora experimentando mudanças e adaptações ao tempo vivido, a força da tradição é uma estratégia de resistência, sobretudo quando se vive longe dos lugares de origem, da família nuclear e dos convívios mais alargados, pois ali os laços de parentesco se ampliam e albergam afetos e camaradagens do trabalho, da reza, da festa do padroeiro, do santo da devoção, da farinhada, dos alimentos compartilhados,

dos afilhados à beira da fogueira dos santos populares... Fosse em Fortaleza na casa dos avós paternos ou quando se podia visitar os avós maternos em Uruburetama, a memória ancestral da vida camponesa se dava a perceber em vários momentos da vida, materializada no jeito de fazer a casa, nos arranjos da vida doméstica, na lida na roça, no pequeno quintal, no oitão da casa, na latada lá fora com um pequeno forno ou umas trempes para os cozinhados de todo dia ou nas domingueiras mais fartas. Tantas histórias contadas e transmitidas nos momentos mais calmos do dia, geralmente após o almoço ou à boquinha da noite, quando o balanço da rede e o ranger do armador eram a moldura para aquelas histórias (algumas me fascinavam) que me tomavam a imaginação e só eram interrompidas quando os narradores e os escutadores eram, enfim, vencidos pelo cochilo do dia ou o sono revigorante da noite.

Lembro bem das histórias de imaginárias botijas que só poderiam ser desenterradas à meia noite, com as orações certas e sem medo para não quebrar o sortilégio, pois qualquer passo em falso transformaria o “tesouro” em carvão. Histórias de árvores que guardavam entes assombrosos, fantásticos e de onde as ditas visagens podem (se querem) se mostrar ao meio dia ou à meia noite. E histórias mais “verazes”, descritas vezes sem conta e repetidas com os acréscimos que a atenção do ouvinte pedia: cenas da festa de um casamento quando um parente de bolso “mais folgado” ofertou um porco garantindo que a festa durasse a noite toda e um conhecido assegurou a “cantoria”. O encantamento ao lembrar das quermesses no mês de junho em honra de São João Batista, patrono do “Arraial” como chamavam a cidade, e quando a última noite da sagrada novena era matizada pelas cores e sons da vida profana e alegre: o clarão das fogueiras, o animado leilão após a missa e os balões soltos ao céu, enfeitando a noite do lugar. Nunca esqueciam as amizades sinceras e os laços de compadre e comadre “de fogueira”, compromisso levado muito a sério até o fim da vida.

Cenas de meninices também tinham seu lugar nas lembranças quando as crianças camponesas se juntavam para surrupiar às escondidas, uma manga ou uma jaca do gerente do sítio, ou quando mais moços caçavam mocós, teiús e tatus, ações recontadas com certo tom épico, porém com uma finalidade prosaica: escapar à fome. Não faltavam os causos dos “homens valentes” que guardavam as tragédias ocorridas na Serra, quando, após embriagados, as discussões findaram em facadas, algumas fatais. Ou nos contra-exemplos dos “cabras ruins” que mandavam soltar o gado no roçado do trabalhador e por vezes “puxando faca” para o morador, ou botando “pra correr” dali com a família, “sem eira nem beira” e nada na algibeira.

A memória da vida camponesa que guardo de meus avós é avivada com a suas tarefas rotineiras da lida cotidiana: cuidar do bonito canteiro de verduras, hortaliças e plantas de cura; o dar de comer aos bichos no chiqueiro ou no terreiros; quando se pilava o café torrado com rapadura na cozinha e o cheiro forte impregnava a casa; ou no dia da matança de porco, quando os mais chegados eram chamados ao convívio e dividiam as tarefas de separar as partes para o aproveitamento de tudo e o cheiro do toucinho fervente era prometedor de uma boa farofa e o resto bem guardado em latas de provisão certa para logo mais. Ou ainda, quando um aroma pegajoso vindo da panela de barro em brasa ao cozinhar a banana no açúcar (a sobra das vendas) garantia o doce da sobremesa ou da merenda da tardinha por algumas semanas. São memórias recontadas, revividas e testemunhadas por mim e que formam minha "estrutura de sensibilidade" (isto só aprenderia muito depois lendo R. Williams). Fui entendendo que é desta matéria sensível que se forjam nossas experiências.

De modo geral, essas lembranças me levam e me trazem tempos do passado e cenas de alegria, evocando um retrato bonito do campo; as dificuldades quase não apareciam nos relatos, talvez por isso minha euforia ao visitar Uruburetama ainda hoje. Em meio ao turbilhão da vida urbana, da chegada dos modestos eletrodomésticos, das idas cada vez mais frequentes ao mercado para comprar o alimento e tantas outras mudanças na vida de todo dia, um certo passado ou o que dele restara tinha deitado raízes e aparecia ali na vida deles.

Passados os anos, como estudante me deparei com outras faces do campo, narradas nas obras literárias quando a dureza da vida camponesa se revelava naquelas páginas e confrontavam minhas memórias de algo romântico. *Vidas Secas*, *Menino de Engenho*, *O Quinze*, *Morte e Vida Severina*, *Auto da Compadecida*.... abriram meus olhos e coração às paisagens sociais da fome, da miséria, da exploração e injustiça vividas pelos trabalhadores. Entretanto, o que me agarrava do enredo multissecular era um ato de coragem, uma insubordinação, uma recusa ao “Sim, Senhor!” e a coragem em espichar o olho imaginando horizontes sem sujeição e canga. Pelas letras do romance social me reconheci na dureza da vida no campo, percebi mais a exploração comandada por fazendeiros e seus jagunços e ouvi a revolta camponesa vivida e praticada de diferentes modos. Fugir à morte, escapar à miséria é, sem dúvida, a negação do que se ensinava como sina e resignação: o mundo era assim; vida melhor só no outro.

Nessa trajetória, me deparei com o fazer-se dos Movimentos Camponeses me apresentando uma perspectiva de luta, de resistência ativa, com suas utopias plantando a

esperança e alimentando a construção de futuros possíveis. Neste caminho assinalo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, com sua mística e cuidado especial com os “retalhos de nossa história” e as “bonitas memórias que meu povo tem”, não nos permite esquecer a longa marcha dos camponeses por terra, trabalho e justiça atualizada em cada Romaria da Terra, Ocupação ou Assentamento. O lugar central da memória, como fermento da superação da injustiça, anima essas organizações a seguirem resistindo certas que “Palmares, Caldeirão, Canudos são lutas de ontem e de hoje também”, como cantado em várias celebrações, demonstrando o feitio pedagógico da luta e dos massacres que, embora com desfecho trágico operado pela violência de classe, nos ensinam que tantas vidas tombadas são “sementes, sangue desta gente que fecunda o chão” a resgatar a “chama da esperança no triunfo que virá”. Tais vivências acenderam meu desejo de aprofundar, enquanto aprendiz de historiador, o conhecimento sobre as problemáticas da vida no campo. Experiências desenhadas também em sala de aula como professor ou no Grupo de Pesquisas sobre seca e movimentos sociais.

O ingresso no Curso de Doutorado em História Social na UFC permitiu alargar minhas reflexões sobre o fazer histórico, sobre a história dos historiadores, adensando minhas indagações sobre o desafio de escrever sobre o campesinato no Ceará e seus combates por justiça e direitos. A definição do plano de pesquisa se deu em grande parte pela busca de sinais, indícios, pistas, pegadas, como diria Carlo Ginzburg, desses trabalhadores, homens e mulheres, merecedores de estudos que abordem seu protagonismo e enfatizem suas experiências e trajetórias de luta e resistência. Ao longo desse percurso, tive a oportunidade de aprofundar leituras de obras seminais de distintos pensadores brasileiros e suas valiosas contribuições ao estudo da História do Brasil¹, como observado no Curso Realidade Brasileira, dedicado ao estudo do pensamento crítico. Concebido por dentro do projeto de formação do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), convivi com um coletivo desejoso por estudar os clássicos do pensamento social no Brasil, em vista de um repertório crítico. A estes momentos se somaram as leituras na pós-graduação, o convívio com professores e professoras cujas reflexões animavam nossa imaginação histórica e acendiam o gosto pela pesquisa.

¹ Dos vários pensadores estudados, destaco as obras de Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Josué de Castro e os debates sobre a Questão Agrária e Questão Urbana como fundamentais a minha compreensão histórica dos trabalhadores brasileiros em perspectiva alargada.

Assim fui trilhando os vários caminhos que contribuem ao processo formativo, sobretudo quando se escolhe a pesquisa em história social. É preciso estar atento ao que se passa na realidade e no contexto vivido, essas experiências nos ajudaram a dimensionar o quanto é dura a vida, porém o quanto de energia utópica se fez para criar “as artes da resistência”. Nas lições do historiador E. P. Thompson, enxergamos sinais de sensibilidade sobre os “becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores” no estudo da história dos trabalhadores. Desse modo, entre uma distinta tipologia de fontes e documento de natureza diversa, busquei contextualizar as experiências vividas pelo meeiro do Iguatu, o morador da Serra da Ibiapaba, o diarista da Serra do Baturité, o alugado de Tauá, a apanhadora de café em Pacoti, o trabalhador agrícola do Crato; essas são as múltiplas faces do camponato no Ceará. A leitura das fontes nos dá a perceber que, por vezes, não lograram êxito em suas reivindicações. Muitos camponeses ligados ao processo de mobilização por direitos trabalhistas no campo, ou tantos outros, ao erguerem a bandeira da Reforma Agrária nos anos cinquenta e sessenta do século XX, muitas vezes foram espancados, humilhados, presos, perseguidos, expulsos da terra, torturados e até mesmo assassinados. A tentativa por escutar esta polifonia de vozes que jorram do passado, como na bonita anotação de Alfredo Bosi, constituiu o eixo de nossa reflexão sobre os camponeses no Ceará em meados do século XX e observando os projetos de futuros desenhados pela utopia camponesa e disposição de tantos homens e mulheres em construir outro mundo possível na terra livre.

Uma classe sem uniforme

Dado o crescimento do sindicalismo rural nos anos 1960 e o papel dos camponeses naquela conjuntura, avançando em suas reivindicações e ecoando nas ruas e praças do país a luta por terra, direitos e justiça, decidi estudar aquelas experiências de agitação, propaganda e organização por direitos no campo no Ceará. À medida que consultava estudos abordando a temática e seguia a leitura da documentação compulsada em diversos arquivos e bibliotecas, um conjunto de questões se configurava, em especial quanto à agência dos camponeses nos vários momentos daqueles agitados anos.

Tecendo os fios da pesquisa, uma trama de fatos sociais relevantes se apresentava por meio da presença dos trabalhadores em seus Encontros, forjando Assembleias, deliberando Programas de Luta, erguendo Faixas e Cartazes nas Passeatas e Comícios, ecoando no espaço da Rua, em coreografia multitudinária, os direitos a conquistar. As ações que romperam o isolamento do latifúndio e a sujeição, as atas de reuniões, entrevistas de histórias de vida e

memórias impressas constituíram um valioso repertório de pesquisa para observar o modo de enfrentamento em coletivo às ameaças dos proprietários, quebrando o silêncio imposto pelo latifúndio. Percebi que são muitos os espaços onde a luta e a resistência se forjam; ocasiões em que a força camponesa opera no cotidiano, ultrapassando os limites das organizações de classe, atuando nas fímbrias do poder, em busca de outros futuros. Assim, se deu também em seus momentos de sociabilidade no campo, quando esses trabalhadores se juntavam livres do olho vigilante do capataz, do capanga e orquestravam seus planos.

Nossa pesquisa buscou a ação dos camponeses no Ceará no período entre 1950 a 1964, numa conjuntura marcada, de um lado, pelo crescimento das reivindicações dos trabalhadores do campo, reunidos principalmente em Associações e Sindicatos e, de outro, pela reação dos proprietários em defesa do latifúndio e de seus privilégios. Como as ações de resistência do campesinato cearense questionaram a concentração de terra e as injustiças? De que modo denunciaram a miséria experimentada pelos trabalhadores ultrapassando, inclusive, a fronteira rural, evidenciando que a luta pela terra é também um desafio urbano? Importa saber quais projetos defendidos pelos camponeses, as urgências inadiáveis apontadas em seus gestos e falas nos apresentando os meandros da sindicalização rural no Ceará.

Perceber os camponeses como sujeitos da história em seus modos próprios de viver, trabalhar e lutar permitem evitar os enquadramentos generalizantes. Os pontos de contradição em suas ações, próprias do seu fazer-se, devem ser considerados, pois atestam a dinâmica da vida social em relação ao tempo experimentado. Permite também, não cair no erro das frágeis comparações que buscam num determinado grupo características pertencentes a outros. Durante a pesquisa, algumas leituras foram abrindo caminhos à percepção quanto a experiência camponesa. Em estudo sobre o campesinato no México, tomando como chave de compreensão os camponeses numa sociedade afetada pelo capital e sob o tacho da economia de mercado, Armando Bartra nos apresenta “uma classe sem uniforme”, formada em diversas experiências, se constituindo como uma classe multiforme. “Diversidade” é a palavra de força encontrada para delinear a face do campesinato, formada pela “pluralidade social, multiplicidade étnica, diversidade histórica, econômica e produtiva” (BARTRA, 2011, p. 72;74). Compreender os sujeitos como camponeses, antes de tudo, é afirmar suas experiências múltiplas, modos de ser e fazer peculiares. A premissa da diversidade, não significa, todavia, uma subjetividade generalizante e imprecisa, sem reflexão ao tentar conceituar os agentes sociais em análise (SHANIN, 2005). Na verdade, o ato de nomear exige de quem o faz uma delimitação política,

revelando uma concepção teórica, ou seja, como se compreende o passado e as ações daqueles grupos². Para melhor compreensão de sua agência é preciso atenção ao

“emaranhado de relações sociais cujos nós são a comunidade, a vila rural, o povoado, o governo local, a associação agrícola, a região... E mais recentemente também a comunidade transterritorial formada pelos migrantes e suas famílias, que partiram, mas não foram esquecidos.” (BARTRA 2011, p. 77).

Em meio a mudanças do capital afetando a reprodução camponesa, como a expropriação das terras, o desmantelamento da economia doméstica forçando a migração, a aquisição de seus produtos a preços inferiores ao de mercado, o pagamento de baixos salários, dentre outros artifícios da exploração capitalista no campo, os camponeses seguem em seus projetos de resistência, se constituindo, em grande medida, como entraves ao programa destruidor do capital. Ao longo da história, o debate sobre a existência camponesa e as transformações na agricultura durante o avanço capitalista movimentou as discussões entre estudiosos e militantes. Percebi que as dúvidas quanto à incerteza do futuro camponês diante das mudanças imperativas do modelo urbano industrial deram o tom a boa parte dos teóricos, crenes na proletarização geral dos campos e no triunfo da indústria ao ditar a produção camponesa.

Acreditava-se que a unidade familiar de corte essencialmente comunitária estava fadada ao desaparecimento devido à mecanização do campo e à consequente proletarização dos trabalhadores rurais. Para muitos teóricos marxistas, as relações de produção camponesa estavam ligadas aos resquícios do feudalismo; uma perspectiva teleológica da história, vislumbrando que aos poucos a indústria se estabelecería no campo, eliminando a agricultura camponesa³. “A Questão Agrária” (1899) de Karl Kautsky é influente obra nos debates levantados pela tradição econômica durante o século XX. Vladimir Lenin, consoante às discussões do prussiano, em “Desenvolvimento do capitalismo na agricultura” (1899), também

² Reinhart Koselleck (2006) lembra da multiplicidade de significados subjacentes a cada conceito, exercício fundamental à compreensão de uma história social preocupada com a semântica dos tempos, pois os conceitos vão brotando de acordo com a temporalidade presente no universo dos sujeitos que os criam ou modificam. Dimensões políticas, sociais, culturais, econômicas, espaciais e temporais influenciam os usos da linguagem, oferecendo chaves de compreensão sobre o passado a partir dos vocábulos repletos de significados próprios de uma época e de um lugar.

³ O pensamento teórico que via o campesinato como resíduo anacrônico do feudalismo fadado ao desaparecimento à medida que o tempo avançasse, conhecido por marxismo ortodoxo, tem suas raízes nas leituras limitadas das obras de Karl Marx. Eduardo Guzmán e Manuel Molina (2005, p. 40) em balanço sobre os marcos do debate sobre o campesinato e seu papel na história, apontam os principais problemas do marxismo ortodoxo que baseado na “Incompreensão do capital”, “Esquecimento do último Marx”, “Processo histórico unilinear” e “Consideração da agricultura como um ramo da indústria”, estavam convencidos da incompatibilidade da vida camponesa tanto na sociedade capitalista quanto socialista. Ao tomar o exemplo empírico de Marx no O Capital (Livro I) e querer aplicá-lo universalmente, descartavam os traços específicos do capitalismo em diferentes regiões que não experimentam da mesma forma as mudanças históricas.

compreendia que as relações mercantis estavam substituindo a produção camponesa, caminho para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia⁴. Mais tarde, agregaria ao debate a teoria da diferenciação camponesa, lembrando as especificidades das experiências camponesas em escala internacional. (SHANIN, 2005)

Essa discussão me levou aos debates sobre a revolução na Rússia, durante segunda metade do século XIX, quando os narodnistas ou populistas russos⁵ tomaram a experiência agrária russa e o lugar dos camponeses na construção do socialismo. Para eles, o fato da Rússia ser formada em sua maioria por trabalhadores rurais não se constituía como entrave à construção de uma revolução, não havendo a necessidade de descer ao inferno capitalista para se alcançar a sociedade ideal sem explorados e exploradores, saltando a compreensão acerca dos camponeses em seu potencial de adaptação às transformações históricas. Essa orientação, em grande medida, influenciou os estudos de Karl Marx sobre o campesinato em seus últimos dez anos de vida ao se aproximar dos escritos sobre a realidade russa, analisando o papel do campesinato no processo histórico, chegando a admitir as diversidades de vias ao socialismo e a possível via camponesa em países onde a classe trabalhadora estivesse majoritariamente no campo. As correspondências trocadas com Vera Zasulich, dentre outros manuscritos, revelam o interesse de Marx por interpretar outras experiências de desenvolvimento do capital para além da Europa Ocidental, enfatizando o lugar dos camponeses nos processos revolucionários⁶.

O modo de vida camponês observado através de uma unidade de produção familiar preocupada, antes de tudo, com a reprodução daquele núcleo livre da lógica do capital, cujo principal fim é a mercadoria, perdura mesmo diante de toda controvérsia advinda dos debates em torno do termo, prevalecendo ainda a marca adaptativa diante das transformações ocorridas ao longo do tempo. “Trata-se de uma crítica básica e essencial elaborada pelo campesinato, em

⁴ Um conjunto de textos de Karl Marx, Karl Kautsky, Vladimir Lenin, Giovanni Arrighi e Fortunata Piseli sobre as Teorias do desenvolvimento capitalista na agricultura foram reunidos na publicação “**Coletânea de Textos da Escola Nacional Florestan Fernandes**” (nº3, Outubro de 2010).

⁵ Um grupo amplo formado majoritariamente pela organização criada em 1876 Terra e Liberdade, cuja estratégia principal consistia na insurreição armada contra o Estado, depois ramificada em 1879, pelo partido Vontade do Povo e Repartição Negra que viram no campesinato russo, sobretudo a partir da comuna rural, uma potencial adaptação histórica, resistindo às investidas do mercado e apostando na coletividade como principal forma de organização social. Estudos sobre os populistas russos e suas contribuições à compreensão dos camponeses se encontram na obra “Marx Tardio e a via Russa: Marx e as periferias do capitalismo” (SHANIN, 2017).

⁶ Importante publicação dos escritos de Karl Marx sobre a comuna russa, o campesinato e a revolução editados com artigos sobre o capitalismo periférico e as leituras de Marx, interrompidas por sua morte, encontram-se em “Marx tardio e a via russa”, SHANIN, *ibid.*; “Luta de classes na Rússia” com notável estudo introdutório “Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso” por Michel Löwy, (MARX, 2013). É de também singular contribuição a tradução de Edgard Malagodi publicada na *Revista Raízes* “A correspondência de Marx com Vera Sassulich” (2003).

sua prática política, que alcança o cerne da experiência capitalista” (NEVES, 2017, p.56). Nota-se que a manutenção de hábitos herdados há muito pelos camponeses permaneceu diante do avanço do capitalismo e seu projeto de modificar as relações produtivas, para Armando Bartra, é uma constante “luta contra a proletarização” (BARTRA, 2011, p. 11).

Significativas contribuições vieram do pensamento libertário, sobretudo em Piotr Kropotkin, Mikhail Bakunin e Élisée Reclus, assinalando a singularidade do mundo camponês em meio à crença do triunfo capitalista, observando no apoio mútuo traços baseados na comuna rural, orientado em princípios antagônicos aos do capital (SOUZA, 2012). Nesses termos, a experiência da comuna russa onde a propriedade era vista em sua marca coletiva e a terra não pertencia a indivíduos e sim à comunidade, os camponeses eram portadores de valores que facilitariam a disseminação dos ideais revolucionários contra a propriedade privada e as imposições do Estado (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 55). Mais tarde, Aleksandr Chayanov também refletiu sobre o papel do campesinato frente ao avanço capitalista na Rússia, reforçando a tese de adaptação às regras de produção, elemento de destaque à autonomia camponesa frente à ordem do capital, enfatizando o caráter tanto social quanto técnico⁷ da reprodução do campesinato (CARVALHO, 2014). Assim, mesmo com a força transformadora das relações nas sociedades capitalistas, o camponês segue resistindo, abrindo fissuras no modo de produzir, preservando formas de viver não capitalistas dentro do capitalismo (PLOEG, 2016). “O anticapitalismo do lavrador é uma expressão concreta das suas condições de classe”, é como assinala José de Souza Martins (1980).

Esse debate influenciou o pensamento social brasileiro, animando polêmicas em torno da análise do campesinato no Brasil, passando a compor o vocabulário da esquerda ainda nos anos 1920 com a formação do Bloco Operário Camponês (BOC)⁸ ampliando o caráter político do campesinato e atribuindo-lhe uma função nos rumos do país. Pelo fato do Brasil se organizar historicamente assentado na concentração fundiária, na economia baseada nas

⁷ Em linhas gerais, Chayanov defendia as cooperativas rurais, os ótimos diferenciais camponeses e a cooperação vertical como estratégias dos trabalhadores do campo não se quedarem reféns da economia de mercado, se utilizando do conhecimento tradicional aliado das inovações técnicas que possibilitam a comercialização da produção de forma independente onde os camponeses ocupam destaque nesse processo. Textos de Aleksandr Chayanov e sua influência sobre os estudos sobre o campesinato brasileiro encontram-se reunidos em “Chayanov e o campesinato”, organizado por Horácio Martins de Carvalho (2014).

⁸ O Bloco Operário e Camponês (BOC) era uma frente política dirigida pelos comunistas após entrarem na ilegalidade em 1927, um caminho que possibilitava assegurar base de apoio dentre as “massas camponesas”, seguindo a orientação do III Congresso do PCB, realizado em 1929. As resoluções de tal Congresso orientavam os membros do Partido a se inserirem junto aos camponeses, tarefa urgente que só a partir daquela data começava a despertar a atenção do Partido, aliando a luta imperialista ao enfrentamento da questão agrária no Brasil. (KAREPOVS, 2001), (ZAIDAN FILHO, 1989).

atividades agropastoris e manter a maioria da população ligada ao trabalho no campo, os camponeses passam a ocupar destaque nas discussões sobre a transformação social. Eram entendidos como “aliados da classe proletária”, necessitando um esforço por parte da vanguarda operária organizada no Partido Comunista Brasileiro (PCB) em mobilizá-los, conduzindo o processo revolucionário do Brasil (ZAIDAN FILHO, 1989, p.20).

A crítica dessa visão, que “subestimou a importância dos camponeses e superestimou o revolucionarismo pequeno burguês”⁹, veio dos próprios camponeses ao questionarem na prática tal pensamento, sobretudo nos anos 1950 com o amplo processo de mobilização no campo, quando a Questão Agrária ocupa a agenda nacional e o campesinato, além do significado político, desperta atenção de intelectuais, partidos políticos e igrejas. Militantes do Partido Comunista Brasileiro, da Igreja Católica, políticos e estudiosos discutem o programa necessário à superação dos problemas seculares do mundo rural. O crescimento das Ligas Camponesas, o processo de sindicalização rural e as Conferências e Congressos Camponeses, movimentos protagonizados pelos camponeses, forneceram elementos para se pensar a demarcação conceitual do termo camponês. Mais que uma classificação pensada por acadêmicos ou líderes políticos, o termo passou a agregar sentido de auto-identificação (MEDEIROS, 1989; MARQUES, 2008). Leonilde Medeiros percebeu na sindicalização rural no Brasil das décadas de 1950 e 1960 um forte movimento na identificação de projetos antagonistas verbalizados pelos camponeses variando em cada região; no Sul se popularizou o termo “tatuira”, no Nordeste era muito forte o designativo “coronel”, ou ainda “patrão”, “fazendeiro”, “latifundiário”. Assim, o termo camponês congregou os pobres do campo, desprovidos de direitos, subalternos reconhecidos enquanto classe em diferentes experiências no país.

Nesse sentido, o termo camponês admite o significado de classe social quando encaramos tal definição como algo inscrito numa determinada época, assentada numa sociedade específica cuja identificação se dá nas relações do antagonismo de classe (THOMPSON, 2011). Camponeses englobam trabalhadores pobres do campo em luta contra as medidas dos dominantes. Por se tratar de uma relação, se contrapõe às noções rígidas, cristalizadoras, imutáveis ou invariáveis. Os camponeses acompanham o tempo experimentado, carregando tradições que os auxiliam nas tomadas de decisões durante a vida. Estão nesse grupo homens,

⁹ BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil - 1924. Notas de Marcelo Ridenti e João Quartim de Moraes. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006, p.18.

mulheres, jovens, crianças e velhos que partilham formas de viver baseadas na produção ou extração de bens da natureza. Vivendo em pequenos e/ou grandes agrupamentos humanos, esses sujeitos podem habitar moradia própria, alugada ou cedida, dentro ou fora das propriedades. É a gente sem-terra, dependente das formas impostas de produzir. Podem também ser pequenos proprietários de terra, constantemente ameaçados pela presença do latifúndio. São parceiros que trabalham no sistema de meia ou terça, arrendam faixas de terra para plantação, alugam ferramentas. Recebem salários mensais, semanais, quinzenais ou diários, de acordo com o serviço prestado, circulando como mão-de-obra nos diversos formatos de produção, migrando sazonalmente aos celeiros monocultores, ou rumando as cidades quando já não podem viver no campo. Utilizam a mão-de-obra familiar na divisão do trabalho como complemento a sua reprodução. Ocupam lugares onde se tomam decisões coletivas como ligas, associações, sindicatos, lutam por direitos. Participam de atos públicos, passeatas, greves e revoltas. Sabem quem são os grupos que representam perigo e ameaçam seus projetos. São camponeses, termo que congrega um conjunto de experiências de vida, trabalho e luta. Como se apreende, o ser camponês abarca as lutas de mulheres e homens como agricultores, pescadores, posseiros, arrendatários, meeiros, moradores, alugados, lavradores, cortadores de cana, vaqueiros, assalariados agrícolas, migrantes¹⁰. Estudar tais sujeitos exige um trabalho de recolha fragmentada dos indícios. A tarefa se assemelha a uma colheita, escavando em chão fértil, as diferentes tipologias de fontes para compor um considerável corpus documental que permita estudar a experiência camponesa.

Um itinerário de leituras

Os estudos e pesquisas discutidos nas disciplinas do Doutorado ou no grupo de estudos abriram janelas ao aperfeiçoamento da pesquisa, lançando novas questões em torno da complexidade sobre a questão agrária e aportando indagações de relevo sobre um pretérito enevoado por códigos e hábitos próprios de seu tempo. Entendo como um imperativo na pesquisa seguir apostando no devido rigor em relação ao contexto experimentado outrora pelos sujeitos em análise. Todo estudo historiográfico que busque alcançar um nível razoável não pode se privar ou se deter rapidamente ao exercício de aproximação da mente e do coração das pessoas que, vivendo outras épocas, criaram vários modos de sobrevivência. Nesse sentido, a cultura dos subalternos como modos de vida é uma via incontornável quando se almeja

¹⁰ Marilda Menezes em importante estudo sobre os itinerários migratórios e as trajetórias sociais de migrantes reflete sobre o conceito camponês-trabalhador-migrante, lançando luzes ao debate sobre a relação entre migração e reprodução camponesa se afastando de perspectivas lineares que entendem os deslocamentos campo-cidade como uma condicionante à proletarianização desses trabalhadores (MENEZES, 2002).

compreender o cotidiano, quando se busca obter informações que muitas vezes explicam as diferentes atitudes adotadas, algumas contraditórias, mas repletas de sentido para quem as praticou, exigindo rigor e cautela metodológica ao pesquisador.

Reconhecendo a cultura dos explorados como modos de vida, se almeja perceber outras marcas da vida, do trabalho e da resistência, desvendando as relações que as sociedades estabelecem em seu tempo. Essa compreensão exige a atenção ao ato de resistir ultrapassando o enfrentamento direto, por meio de greves, piquetes ou destruição das máquinas. Por mais que essas ações espelhem a leitura que os trabalhadores fazem do seu contexto, identificando os responsáveis por sua exploração e miséria, é necessário também observar as insurgências cotidianas, por vezes silenciosas, pois são maneiras sutis de desafiar e aos poucos minar a autoridade que os ferem em sua humanidade. São formas de seguir vivendo a partir dos meios que se consegue, são ações compartilhadas pelos dominados, pelos que entendem como utilizar as “armas dos fracos”, (SCOTT, 2013) no formato e momento precisos. Há nesse confronto um conhecimento dos pobres sobre suas táticas, tendo em mente a experiência, de modo que a expectativa não seja de todo frustrada, sempre ponderada, portanto, pela “força material das ideias” (MARX, [1843] 2010).

Ao estudo da história social não importam apenas as conquistas e os momentos de vitória, sobretudo quando se escolhe estudar a vida dos trabalhadores com suas derrotas, recuos dos vencidos, porém não apagados. Importa também procurar entender como animaram sua luta, os elementos nucleares em suas ações, o modo como costuraram seus embates, como unificaram seus interesses e identificaram seus opositores. Esse olhar permite compreender as experiências dos sujeitos em seu tempo, com as intenções próprias de sua época, muitas vezes ilegível ao pesquisador. Mais uma vez E. P. Thompson convoca nossa reflexão sobre a agência dos sujeitos:

Sua hostilidade diante do novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais. (THOMPSON, 2011, p.14)

A busca pela compreensão histórica dos sujeitos exige atenção quanto ao tempo do vivido, à experiência. É fundamental à pesquisa histórica o respeito ao contexto em análise. Muitas perguntas podem não ter resposta e não apenas devido ao fato da significativa distância temporal, com seus códigos próprios. Ações que se julga sem sentido para quem busca vestígios do passado, talvez fossem compartilhadas com frequência entre os sujeitos naquele tempo e

lugar. O desafio é encarar os fatos do passado não como “progressão, e sim uma imagem, que salta” (BENJAMIN, 2009).

Olhar com cuidado o tempo do vivido evita distorções de leitura causadas, muitas vezes, pela imposição do presente, contida no pensamento de quem volta ao passado, comprometendo, sobremaneira, a forma de entender os sujeitos. Tal compreensão se percebe com maior nitidez a partir das contribuições dos Estudos Culturais, como nos estudos britânicos dos anos 1950 e 1960, ao analisarem a cultura na sociedade industrial inglesa.¹¹ É preciso esquadrihar o conjunto de valores que informam um determinado período para se chegar ao entendimento das questões identificadas nas evidências. Muitas só fazem sentido quando se percorre o caminho inverso e se vai buscar no passado daquele grupo de práticas cotidianas responsáveis por orientar o modo como agiam. É buscando o costume e a cultura que se percebem vias de análise ao exercício historiográfico.

Dimensões do cotidiano demonstram como se vive, trabalha, barganha, enfrenta as dificuldades, faz política, vive e morre. É lá também que se encontram chaves de compreensão às contradições aparentes dos sujeitos na história. Richard Hoggart (1958) e E. P. Thompson (1963), ao procurarem compreender as motivações das lutas dos trabalhadores, buscaram no passado o caráter contestador dos camponeses diante dos cercamentos e de diversas experiências de enfrentamento, como motins, roubos, destruição de cercas, cartas ameaçadoras, incêndios. Esses estudos, além de contribuírem para o modo de se fazer história *desde abaixo*, possibilitaram a revisão historiográfica quanto ao método de estudar os explorados do campo. Como indica Josep Fontana,

“A partir de meados do século XX, entretanto, e uma vez comprovado que os camponeses continuavam sendo importantes [...] eles foram recuperados como protagonistas da história contemporânea, principalmente no que se refere às lutas dos povos colonizados contra o imperialismo, começando a ser publicados estudos que os focalizam com os de Eric Hobsbawm sobre banditismo social e o pré-político. Mais importante ainda, é o surgimento de uma linha específica de ‘peasant studies’, inspirada nas interpretações populistas de Chayanov e representada por autores como Eric Wolf, Teodor Shanin e Hamza Alavi, e pelo Journal of Peasant Studies que começou a ser publicado em 1974.” (FONTANA, 2000, p. 441-442)

¹¹ Convém salientar que as obras fundantes dos Estudos Culturais não foram escritas seguindo um projeto comum, com diferentes percursos investigativos. Guardam, porém, elementos de coesão responsáveis pela inovação teórica e metodológica no campo da História Social ao desafiarem os pressupostos acadêmicos em voga na época. “The Uses of Literacy” (1957) de Richard Hoggart, “Culture and Society” (1958) de Raymond Williams e “The Making of the English Working-Class” (1963) de Edward Palmer Thompson compõem a tríade que indicou outras possibilidades para o estudo da história a partir de uma nova concepção de cultura. Sobre os Estudos Culturais, conferir: (COSTA, 2012); (ESCOSTEGUY, 1998); (CEVASCO, 2003).

Da anotação de Josep Fontana se retenha para os fins de nosso estudo: os camponeses foram recuperados como protagonistas da história contemporânea. Quando passaram a ser estudados, foram examinados segundo as lentes da rebeldia primitiva, chegando a conclusões sobre suas irrupções de protesto, motins e luta social, enquanto movimentos de caráter pré-político.¹² Tal análise considerava nesses movimentos a ausência de consciência política, entendidos como focos isolados de revoltas, sem definições claras ou programas de reivindicações coesos. Entretanto, essa leitura foi revista numa historiografia disposta a enfrentar sínteses consagradas. O que antes era percebido como ato isolado de tópica vingança ou reação, passa a ser compreendido em suas especificidades que marcam a história dos camponeses, compreendendo seus mecanismos de resistência. Os que estudam o mundo camponês não devem cair em generalizações, devendo, portanto, compreender que “não se trata de um grupo homogêneo, sendo necessário considerar suas divisões internas e estudá-lo nas inter-relações com a sociedade urbana” (FONTANA, 2000, p. 442).

Notável contribuição se observa nos Estudos Subalternos, como em R. Guha, vendo na *Insurgência* a marca do protesto rural em sua subjetividade política, contraditando uma tradição que os analisava como movimentos puramente espontâneos.

“Por lo tanto, la palabra ‘insurgencia’ se há utilizado [...] como el nombre de esta consciencia que da forma substancial a la actividad de las masas rurales, conocida como revuelta, levantamiento, rebelión, etc. [...] Esto equivale, por supuesto, a rechazar la idea que considera tal actividad como puramente espontánea, una idea que es a la vez elitista e errónea”. (GUHA, 2002, p. 99)

Entender as ações camponesas enquanto insurgência ajuda a perceber que a resistência à exploração se dá no dia a dia e de formas variadas. É preciso também considerar os atos de enfrentamento à opressão ocorrendo não necessariamente por meio da ação direta, como motins, bloqueio de estradas, greves, ocupações de terra, assembleias, boicotes, entre outros. James Scott nos lembra que por dentro de algumas práticas, muitas vezes associadas à resignação e passividade, encontram-se focos de resistência que questionam, de maneira sutil, a dominação. Tratam-se dos discursos ocultos:

Desse modo, cada discurso oculto é elaborado por um ‘público’ restrito que exclui – que é ocultado de – outros ‘públicos’ específicos. Um segundo aspecto crucial do discurso oculto que não foi suficientemente sublinhado é o de este não comportar apenas actos discursivos, mas todo um conjunto de práticas diversas. Assim, para muitos camponeses, atividades como a caça furtiva, o pequeno furto, a fuga aos impostos e a simulação do trabalho são parte integrante do discurso oculto. Para as elites dominantes, as formas de discurso oculto podem incluir privilégios e luxos

¹² Ver: HOBSBAWM, Eric. J. **Rebeldes Primitivos**: Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

clandestinos, a contratação de criminosos, subornos e falsificação de títulos de propriedade. (SCOTT, 2013, p.43)

Pensar esses discursos ocultos é buscar os códigos que os trabalhadores usavam para escapar ao controle e à dominação. Vivendo uma vida marcada pelo trabalho com fortes traços de exploração cujos acordos firmados pelos proprietários não se cumpriam, quando se prometia ao camponês trabalho de meia e mais três dias de serviço remunerado e este não se efetivava, dentre tantas formas de exploração, a saída era a resistência, como a lentidão no serviço ou um providencial "descuido" que danificava as ferramentas, entre outras ações.

Ao buscar formas de resistir no cotidiano, o pesquisador se depara com homens e mulheres tentando desenhar suas vidas, projetando o futuro com a vontade de construir sua sobrevivência. “Brechas de esperança” são abertas em meio ao vendaval de experiências difíceis. Essa relação dos trabalhadores com o tempo ajuda a entender suas pejeas, seus desafios e suas ações. “Horizonte de Expectativa” e “Espaço da Experiência” possuem igual intensidade quando se pretende tomar uma decisão individual ou coletiva. Reinhart Koselleck (2006) alerta sobre a influência do passado e futuro nas ações humanas baseadas em práticas possíveis. Nessa direção, a história passa a ser o resultado da tensão estabelecida entre a recordação e a esperança, surgida no momento em que a humanidade, ao indicar os rumos de sua existência, toma determinadas atitudes baseando-se tanto no passado quanto no futuro. Por se tratar de uma tensão, se chega à conclusão de que uma não se sobrepõe a outra, experiência e expectativa se equiparam, duas categorias que demonstram a complexidade vivida do tempo histórico. “Trata-se de categorias formais que ajudam a fundamentar a possibilidade de uma história, que não existe fora ou além das experiências e das esperanças das pessoas que agem ou consentem.” (GODINHO, 2017, p. 21).

No Ceará, os camponeses nas décadas de 1950 e 1960 almejavam várias mudanças, projetavam receber um salário mínimo, estavam dispostos a cobrar direitos trabalhistas como os operários da cidade, entendiam que a solução para combater a pobreza no campo era a Reforma Agrária. Todavia, lutavam com as armas que elegiam mais eficazes, ativavam a memória, entravam em trincheiras conhecidas por alguns dos seus, evocavam a experiência de outras lutas. Marchando para a vitória, era essa a convicção de José Leandro compartilhada entre tantos outros camponeses quando enfrentavam a miséria presente no campo. Ocupar as ruas era sinal de demonstração de força, mobilização e denúncia. Deixavam seu recado, saíam às lavouras para ocupar as ruas de cidades quebrando um silêncio secular. As enxadas gritavam

seu sofrimento, fazendo ecoar a determinação dos camponeses em busca de terra, justiça e dignidade.

Passeatas, manifestações, concentrações, nós fizemos muitas aqui e no interior do Estado. Fizemos em Iguatu, Quixadá, Aracati, Cabreiro, Camocim, na Serra de Baturité. Tinha um fato interessante. A FALTAC [Federação dos Agricultores, Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará], para essas grandes ocasiões, sempre conseguia das autoridades ou políticos amigos alguma oferta para os camponeses. Geralmente eram enxadas e os camponeses saíam pelas ruas arrastando as enxadas e fazendo uma zoadá danada, numa alegria louca. De sorte que era uma luta que a gente via que marchava para uma grande vitória.¹³

Fazer passeatas, reuniões, assembleias, acompanhar as notícias de revoluções protagonizadas por homens e mulheres pobres do campo em outros países, desafiar a ordem do capanga, contar com apoio jurídico, participar de congressos; essas são ações que passam a compor uma história de enfrentamento e resistência. A aproximação de agrupamentos e partidos de esquerda, notadamente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) junto aos camponeses, vai reforçar a visão da elite rural sobre a urgência em barrar aquele movimento que arriscava seus privilégios. Nesse período, vários estudiosos travaram intensos debates acerca do papel desses camponeses nos rumos da política e da economia brasileira e enfrentaram tal tema ao trazer as lutas camponesas para o centro de seus estudos. Geralmente, sob influência do marxismo, desvelam a força do campesinato nas lutas sociais que marcam a história com seus modos próprios de lutar, provando não estarem isolados, chamando a atenção para a necessidade do aprofundamento de estudos que os recuperem como ativos sujeitos da história.¹⁴

A historiografia que se debruça sobre as lutas camponesas e seus diversos atores se adensa no Brasil a partir dos anos 1980, como se vê no estudo de Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira (1981) ao publicarem “História da Agricultura Brasileira. Combate e controvérsias”. Trata-se de uma obra em que se deslindam concepções teóricas sobre o caráter desenvolvimentista da agricultura brasileira, indicando um conjunto de fontes investigadas, resultando em estudos inovadores em face das concepções consagradas sobre o formato de produção agrícola do Brasil.¹⁵ Entrava em questão a tese que entendia a economia colonial

¹³ COSTA, José Leandro Bezerra da. **Depoimento**. Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará-IOCE, 1988, p. 59.

¹⁴ São estudos seminais que investigaram o papel social dos camponeses nos diferentes períodos históricos. Pesquisas inovadoras, de larga contribuição original para a compreensão do campesinato brasileiro e suas diversas formas de vida. Parte desses trabalhos, foram reunidos em duas coleções recuperando o debate observado na época. A saber: “A questão agrária no Brasil” publicado pela Editora Expressão Popular; e “História Social do Campesinato Brasileiro”, publicado conjuntamente pela Editora da Unesp e Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

¹⁵ Singular balanço é encontrado em MOTTA, Márcia Maria Menendes. O rural na História do Brasil: dos anos 80 aos trabalhos mais recentes. In: **Revista Portuguesa de História**. T, XLI, 2010. p. 175-191. Os camponeses

baseada em sua totalidade para o mercado externo, expressa na clássica definição da economia de *plantation*, voltada para o mercado externo. Estudos, como os de Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, pontuaram a necessidade de se observar as contradições internas desse sistema que, mesmo com a predominância da mão-de-obra escravocrata, existia uma produção significativa movimentando o mercado local, a brecha camponesa comprova tal afirmação. Ao longo da década de 1980, os trabalhos avançavam na direção das especificidades nessa organização produtiva, observada na grande propriedade monocultora. É justamente no canavial pernambucano que Peter Eisenberg vai encontrar os “Homens esquecidos”, trabalhadores livres responsáveis pela produção de alimentos para o abastecimento daquela região (EISENBERG, 1989).

As transformações jurídicas também foram revistas no sentido de ampliar a percepção sobre a tentativa de controle da terra por parte do Estado e da classe proprietária, revelando, desse modo, a atuação dos pobres tensionando essas relações de poder. Márcia Motta e Lígia Ozório demonstram a complexidade da aplicação da Lei de Terras de 1850, quando a delimitação da propriedade, para muitos latifundiários, se tornou um problema, pois seu poder não reside necessariamente no tamanho da propriedade, mas no contingente de subordinados para trabalhar em suas terras. (MOTTA, 2009; SILVA, 1996). O mecanismo jurídico também representou complicações para essa classe no sentido de impedir o constante avanço das suas cercas, uma vez oficializada a fronteira das propriedades.

Fontes para História Social do Campesinato

Um caminho para o estudo dos pobres do campo é, sem dúvida, a memória. Através desse mecanismo, muitas cenas da vida, do trabalho e da luta são recuperadas, muitas delas só conhecidas pela lembrança dos envolvidos. São recordações que escapam ao registro oficial por se tratarem de detalhes da vida simples, do cotidiano em busca de sobrevivência, lançando “nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” (PORTELLI, 1997, p. 31). Quando suas vidas são documentadas, o que se percebe, geralmente, é a tentativa de controlá-los, saltando a visão preconceituosa, enxergando-os como perigosos ou desqualificando-os. É, pois, necessário resgatar suas experiências tendo a clareza de encará-las,

são encarados de forma mais intensa por historiadores quando os trabalhos da História Social inglesa, notadamente os de E. P. Thompson, passam a influenciar teórica e metodologicamente as investigações sobre os explorados. Pelo fato de “criticar as teorias consagradas e desmontar preconceitos macrológicos e ortodoxos recorrentes na historiografia até então”, essas ideias ajudaram a entender o universo rural como um espaço de luta e resistência, servindo “para relativizarmos a generalização do modelo de ação das Ligas Camponesas para o julgamento de todas as ações camponesas, e criticarmos a manutenção da dicotomia operários x camponeses” (PEDROZA, 2005, p. 110).

devendo passar pela análise crítica do historiador. Por muito tempo desconsiderada como evidência, a memória é hoje trabalhada por historiadores dispostos a aprofundar a experiência vivida, do não documentado, principalmente quando se trata de estudar “os de baixo”.¹⁶

Por meio das lembranças dos pobres se dimensiona seus interesses, expectativas, histórias individuais ou coletivas de insubordinação e teimosia. Paula Godinho afirma:

Indagar a história dos que viveram uma derrota implica deparar com a ucrônia, pois os vencedores escrevem a história e esquecem-na, enquanto os vencidos cogitam longamente sobre o que a vida poderia ter sido. Entre a reflexão e a imaginação, erguem um presente alternativo, uma possibilidade de os acontecimentos poderem ter sido diferentes. (GODINHO, 2017, p. 240)

A memória é entendida aqui, consoante a proposta de Elizabeth Jelin apreendendo tal categoria como experiência subjetiva, ligada ao campo material, com seus signos. Por se tratar de momentos vividos, quando lembrados, podem ser conflitantes, pois as expectativas dos sujeitos que lembram muitas vezes não se coadunam. Desse fato decorre a tarefa do pesquisador em compreender as motivações ligadas ao presente, quando se lembra algo.

“Primero, entender las memorias como procesos subjetivos, anclados em experiências y en marcas simbólicas y materiales. Segundo, reconocer a las memorias como objeto de disputas, conflictos y luchas, lo cual apunta a prestar atención al rol activo y productor de sentido de los participantes en esas luchas, enmarcados em relaciones de poder. Tercero, ‘historizar’ las memorias, o sea, reconcer que existen câmbios históricos en el sentido del pasado, así como en el lugar asignado a las memorias em diferentes sociedades, climas culturales, espacios de luchas políticas e ideológicas.” (JELIN, 2002, p. 2)

O ato de lembrar remete à seleção de acontecimentos recuperados da experiência, segundo o grau de importância dado por quem lembra (SARLO, 2007). Recordar é um ato de repetição, “movido pela busca de sentido, atitude que situa a seleção do passado como se o escolhido fosse passos do caminhar evolutivo da vida (individual e coletiva)”(CATROGA, 2001, p. 26). É por isso que esse ato subjetivo é também conflituoso, pois remete aos sentimentos dos envolvidos, e o que faz sentido para uns, pode não fazer para outros. Por ser alvo de disputa de diferentes grupos, em distintas situações e funções, vale afirmar o caráter coletivo da memória, já que as lembranças ocorrem em relação ao outro.

É nesse sentido que se deve ler o passado recontado pelos entrevistados. Aos poucos, os retalhos trazidos das experiências pretéritas vão sendo costurados um a um,

¹⁶ Sobre o debate em torno das fontes orais, conferir: FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: **Projeto História**, São Paulo, v. 15, abr. 1997. p. 51-84; MONTENEGRO, Antonio Torres. Na transversal da história. In: **História Oral**, n.1, 1998, p. 11-18.

moldados segundo interesses do presente, compondo um tecido que faz sentido para quem está contando, num “processo ativo de criação de significações” (PORTELLI, 1997). Por outro lado, as entrevistas resultam do esforço comunicativo tanto do entrevistado quanto do entrevistador. Quem pergunta é analisado por quem responde, que por sua vez faz a leitura do momento e atribui significados a sua narrativa, por isso essa conversa reflete as intenções de ambos.

Partindo dessa compreensão, buscou-se no conjunto de entrevistas do acervo do Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC, da Universidade Federal do Ceará, experiências camponesas no Ceará. São memórias de militantes, alguns ligados ao Partido Comunista Brasileiro nos anos 1950-1960, que recuperam as dimensões das lutas sociais de corte urbano e camponês, e possibilitam a realização de pesquisas que visam à investigação dos embates travados pelos trabalhadores cearenses. Os relatos, passeatas, comícios, assembleias, audiências, mobilizações, festas, prisão, ameaças, violência, fuga, resistência são temas rememorados pelos camponeses, questões que instigam a reflexão histórica sobre como viveram os pobres no campo.

Fatos da vida camponesa podem ser encontrados nos periódicos, outra fonte relevante nesta pesquisa. Durante o período em questão, a imprensa noticiou as constantes agitações no campo que desafiavam o poder e a ordem estabelecida. Ajuntamentos de trabalhadores com faixas, cartazes e enxadas passam a ser noticiadas pelos grupos de comunicação em todo o país. Como se pode notar, especificamente no Ceará, os jornais ligados aos Diários Associados *Correio do Ceará* e *Unitário* pautam a tensão observada no interior cearense, causada pelo crescente movimento de sindicalização rural que demandava respostas por parte do poder público, demonstrando a preocupação de seus editores com o crescimento da pressão por terra e direitos. Outro veículo de circulação local, o jornal *O Povo*, de orientação liberal, também via com ressalvas as exigências cobradas pelos camponeses, contribuindo para disseminação de opiniões desconfiadas a respeito das mobilizações em torno da questão agrária daquele momento. *O Nordeste* é outro periódico disposto em levantar reflexões sobre as problemáticas do mundo rural de então. Órgão de comunicação da Arquidiocese de Fortaleza, o jornal defendia o necessário proselitismo da Igreja Católica no campo no processo de formação de lideranças, trabalhando a sindicalização rural sob sua orientação e tutela, dentro da ordem e neutralizando convulsões sociais.

Quando se busca a imprensa para recolha de materiais para pesquisa, lembra-se que ela possui uma razão de existir, própria do grupo dirigente, pensada para atuar no campo

político-ideológico e representar o projeto social defendido. As notícias devem ser lidas buscando os interesses contidos nos textos, fazendo-se necessário pontuar as relações entre imprensa e poder, além das possíveis relações entre a imprensa corporativa e o poder político-econômico. Mais do que firmar acordos com o poder dominante, muitos grupos jornalísticos são formados no cerne das grandes empresas, mantendo controle da informação que circula no país, colaborando para manutenção ou transformação de sistemas políticos. Beatriz Kushnir lembra a relação íntima dos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo – *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* – com a ditadura civil-militar no Brasil de 1964 (KUSHNIR, 2011). A vontade de um periódico deve ser vista nos editoriais, na forma como se criam pautas, na disposição das manchetes, no ordenamento das páginas, no destaque para determinados assuntos em detrimento de outros, na política de circulação, nos anúncios publicitários, devem ser analisados criticamente em relação à posição diante dos fatos tratados (CAPELATO, 1988). É importante ter o cuidado de perceber as sutilezas presentes nesse tipo de fonte, como a ênfase ou indiferença diante dos fatos, pois tudo é calculado antes que chegue ao leitor. Tânia Regina de Luca, adverte que “[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma aquilo que se elegeu digno de chegar até o público”. Por isso, reportagens de capa, noticiários, ou silêncios, remetem a algo fabricado que se tornou notícia, resultado do esforço e do poder de escolha de quem pensa o jornal em escrever ou não sobre um determinado fato. (LUCA, 2010)

A imprensa também é uma preocupação dos grupos questionadores da ordem que buscam por meio dos periódicos lançar ataques ao poder hegemônico, fato social observado entre os trabalhadores, fazendo circular ideias disseminadoras da crítica social. No Brasil, eram vários os periódicos de extração militante cuja função primordial era comunicar aos seus pares a necessidade da organização em favor de direitos, contando com a participação de jornalistas, militantes, operários, camponeses, enfim, um conjunto de sujeitos que viam a necessidade da luta ser travada também através do periodismo da classe. Ao seu modo, cada categoria de trabalhador se esforça para escrever seu panfleto, seu boletim ou jornal, tentando traduzir por impresso os desafios vividos, as práticas patronais abusivas, jornadas exaustivas, humilhações públicas, descontos injustos, tragédias no cotidiano do trabalho.¹⁷ O jornal é um meio primordial em sua qualidade de animar, aglutinar, dar coesão e divulgar as formas de combater

¹⁷ Sobre os aspectos do cotidiano camponês noticiados no Terra Livre, ver: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas: 1995.

e enfrentar os antagonismos, sugerindo a organização de trabalhadores em sindicatos ou associações e difundindo os vários mecanismos de luta social: as greves, a prática do boicote, entre outras. Em relação às lutas do campo, o *Terra Livre (1954-1964)* e *A Liga (1962-1964)* se destacam como significativos meios de difusão e intercâmbio das lutas dos trabalhadores do campo, além de periódicos comunistas, como *Novos Rumos* (RJ), que dispõem vasto material ao estudo da Questão Agrária no Brasil.

A vida dos subalternos também pode ser observada a partir das fontes literárias em sua recriação de fatos sociais que passam, muitas vezes, ao largo da observação histórica. Nesse sentido, História e Literatura se articulam fornecendo elementos à compreensão do investigador. Para Antonio Candido, na literatura

[...] o que fala mais alto é a força do discurso, a capacidade que tem o escritor de arranjar as palavras de maneira que elas suscitem uma ‘representação’, mais do que um ‘registro’. É o teor literário que faz a verdade da escrita, por que permite transformar o fato em significado. O resultado é um mundo além do nosso mundo, que, no entanto, nos faz compreendê-lo melhor (CANDIDO, 1999, p. 1).

Em relação à Questão Agrária, os romances e a poesia permitem encontramos

[...] a história do esforço ingrato sobre a terra mal repartida do Brasil, gerando conflitos e pondo o homem contra o homem... num vasto processo desumanizador que levaria a dizer, invertendo a proposição otimista que embalou a formação de tantas gerações, que não há porque nos ufanarmos do nosso país.¹⁸

Desse ponto de vista, busca-se na literatura evidências sobre o tempo das obras, dos sujeitos representados, das intenções dos autores e da cultura. Os trabalhos seguem uma linha de raciocínio, deixando transparecer a leitura de mundo de quem escreve a partir da análise dos fatos abordados, transposto ao mundo da ficção. É importante ressaltar também a diversidade que marca a produção literária. Obras consagradas, escritores reconhecidos e lidos no mundo inteiro possuem a mesma importância que os trabalhos da chamada literatura marginal, por vezes de autoria desconhecida, porém dotados da riqueza de detalhes muito caros aos historiadores (GEREMEK, 1995). Partindo dessa concepção, conclui-se que algumas obras literárias dimensionam aspectos da vida camponesa. *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiróz; *Menino de Engenho* (1932), de José Lins do Rego; *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos; *Morte e Vida Severina* (1955), de João Cabral de Melo Neto; *Quarto de Despejo* (1960), de Carolina Maria de Jesus; *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, resguardadas suas

¹⁸ AGUIAR, Flávio (org.). **Com palmos medida**: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

especificidades abordam aspectos da pobreza no Brasil, sendo, portanto, trabalhos necessários à compreensão das experiências dos subalternos.

Outra contribuição ao estudo da luta camponesa nesta pesquisa são os textos impressos de Francisco Julião *O que são as Ligas Camponesas* e *Carta de Alforria do Camponês* (1962), inaugurando a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* (1962-1964). Ao todo, são 28 volumes, distribuídos em 24 números temáticos consecutivos e um volume extra. Para Angélica Lovatto (2013), a publicação dos Cadernos do Povo Brasileiro buscava “dar condições a construção de um projeto para a revolução brasileira”. No primeiro volume, Francisco Julião apresenta dimensões da vida camponesa, demonstrando o sofrimento dos pobres com forte tom de denúncia, enfatizando as mobilizações desses sujeitos enfrentando o autoritarismo presente na sociedade brasileira, pontuando a miséria encontrada nos canaviais pernambucanos e quais as saídas de enfrentamento encontradas pelos camponeses.

O verso popular da lavra de Francisco Julião ou de Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, retrata momentos vividos pelos pobres da terra ao enfrentarem a dureza de sua condição, lutando de diferentes formas. Além de Patativa, outros camponeses expressaram sua visão de mundo nos versos dos cordéis. Essa poesia atesta a preocupação dos trabalhadores com o engajamento, trata-se de uma poesia popular, porque seu principal compromisso é com a divulgação de seus ideais, a arte nesse sentido é depoimento, denúncia e registro. É uma literatura produzida a partir das bordas, remete a experiência que “se desenrola toda uma cultura que absorve e é absorvida, criando regiões imantadas que nos permite pensar em temas, autores, textos, a pedir sempre novos parâmetros de avaliação, em regime de movimento e descoberta.” (FERREIRA, 2010)

Por representarem considerável força política a partir da segunda metade do século XX, as atenções se dirigiram com maior intensidade aos rumos do movimento camponês. Com o conflito envolvendo trabalhadores e fazendeiros nas terras do Engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, reportagens foram produzidas pela imprensa nacional e internacional. O caráter contestador à propriedade estava espalhado não somente em um estado, mas o que se observava era a difusão de ideais “perigosas” por todo o Nordeste. Com a instauração do golpe-civil militar de 1964, os agentes envolvidos naquele processo são taxados como subversivos e os órgãos da repressão atuam para perseguir e desmobilizar a luta camponesa. São elaborados dossiês, relatórios, inquéritos e boletins sobre a atuação dos camponeses perseguidos. A história dos anos de exceção após o golpe de 1964 desnuda

episódios de caça aos trabalhadores considerados perigosos ao projeto autoritário, pois a elite econômica e política, sedenta pela manutenção de seus privilégios, dentre outras medidas, saíram em defesa dos donos de terras, atacando e perseguindo as mobilizações camponesas. Sobre os acontecimentos desse período, há um significativo acervo com vasta documentação dos órgãos de repressão de todo o Brasil dos anos de 1964 a 1985, no *Projeto Memórias Reveladas*. A partir dos acervos digitalizados, coordenados pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, podem ser consultados prontuários e fichas dos Deops, o que possibilita a investigações sobre a repressão promovida pelo Estado brasileiro. Os Relatórios da Comissão Camponesa da Verdade também reúnem documentação sobre a tormenta da repressão em direção aos trabalhadores do campo, registrando testemunhos de vários militantes presos e torturados. No Ceará, os processos constantes do acervo do Arquivo Público do Ceará recuperam dimensão variada da experiência de luta camponesa sobre as violações sofridas por camponeses nos anos de ditadura.

Relatórios sobre o processo de intervenção sindical e a ação do Ministério do Trabalho, ao utilizar os Sindicatos Rurais para disseminação das ideias favoráveis ao regime, podem ser encontrados no Arquivo da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará – FETRAECE. São documentos reunidos pela Federação produzida pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado no período da Ditadura, no qual encontramos desfiles comemorativos ao sete de setembro e atendimentos médico-odontológicos nos sindicatos. Há também registros dos primeiros movimentos de trabalhadores do campo animados pela Comissão Pastoral da Terra do Ceará.

Apresentação dos capítulos

Esta tese é constituída por quatro capítulos e um epílogo. No primeiro capítulo, “Vida, trabalho e resistência”, são recuperadas as vidas de homens e mulheres do campo que, desde os primeiros anos, enfrentam a sujeição, miséria e fome. Suas histórias são marcadas pela perda do pouco que tinham em decorrência de sua permanente vulnerabilidade expressa no tipo de moradia na maioria das propriedades e nas privações impostas pela dominação no campo, responsável pelo empobrecimento dos trabalhadores. O cotidiano camponês é apresentado em seus variados momentos, revelando sua moradia precária, geralmente do dono da propriedade. O lugar de morada para esses trabalhadores era quase sempre provisório, eram sem-terra; o que os tornava vulneráveis e de vida errante na estrada, em busca de um novo lugar para se

arranchar, onde pudesse trabalhar e tirar o sustento para sua família. São retirantes apenas em tempos de seca?

Tais deslocamentos se dão por motivos vários: brigas e enfrentamentos por parte dos subordinados, desavenças com o feitor, violência dos patrões, secas prolongadas, expectativa de um futuro promissor. Vidas de fome e miséria, devido à rede de exploração montada pelo latifúndio; o alto preço dos arrendamentos; o baixo preço de algum excedente; as cadernetas ladras do Barracão que vendia o feijão, a farinha e a rapadura a preços absurdos. Por outro lado, percebemos como são utilizadas as “armas dos fracos” enfrentando os dominadores. Nota-se a disposição dos explorados em teimar e resistir através de embates diretos, desobedecendo as ordens de feitores e patrões, não aceitando despejos sem indenização, duvidando das ameaças, denunciando em público os desmandos dos donos da terra. Como se vê, vários são os caminhos, as veredas escolhidas pelos camponeses em busca de justiça e direitos, não se observa uma forma única de enfrentar seus opositores, os embates variavam de acordo com o “horizonte de expectativas” desses sujeitos mediados pela “força material das ideias” que possuíam.

O segundo capítulo, “A cultura em comum: leituras, sindicalização e sociabilidades camponesas”, busca narrar a experiência desses trabalhadores em seus diversos espaços de atuação coletiva, denunciando pelas letras, canções e versos da poesia popular, os problemas da vida camponesa, compartilhando saberes e organizando a luta. Parte considerada dessa história foi documentada nas páginas do jornal *Terra Livre*. Em seus vários números, a cultura camponesa teve lugar em colunas, matérias, reportagens, cartas, poemas, versos, dentre tantas formas de comunicação impressa, produzidas pelos próprios camponeses. São muitos os registros sobre a realidade do campo, quando seus “Agentes de Terra Livre” junto com os editores (membros do PCB) divulgam informações sobre a situação agrária brasileira, contando muitas vezes com sindicalistas ligados à ULTAB na recolha de depoimentos, sugestões de pautas, reportagens, etc. No Ceará, esses agentes, percorreram o Estado a entrevistar trabalhadores nos roçados, em casa, nas festas, reunindo a voz contestatória que muito tinha a dizer sobre as condições vividas. É por meio do *Terra Livre* que a poesia de Patativa do Assaré e tantos poetas do campo adentram o Brasil profundo, encontrando pela leitura escutada, camponeses e seus sonhos de liberdade e justiça.

Reflexões sobre a sindicalização rural no Ceará são apresentadas enfatizando a atuação dos camponeses naquele movimento, agindo desde a criação das primeiras

Associações, participando ativamente das mobilizações e campanhas, levantando a voz em assembleias e reuniões sindicais para denunciar a exploração e indicar caminhos à transformação social, compondo as diretorias dessas organizações, ocupando, portanto, lugar de destaque nessa história. Além das atividades sindicais, os camponeses alimentavam a crítica também em momentos de sociabilidade, pois as conversas nas bodegas, os repentes e cantorias em noite enluarada, as reuniões em borda das fogueiras, podiam se constituir como oportunidades para compartilharem fatos do cotidiano, divulgarem reuniões proibidas, comentarem os abusos de patrões, mobilizarem para passeatas e se fortalecerem enquanto classe.

O terceiro capítulo, “O latifúndio e a grilagem no interior do Ceará”, estuda os conflitos entre camponeses e fazendeiros e grileiros. A estrutura fundiária cearense é dominada pelos donos de propriedades que, para obtenção de lucro, exploravam os trabalhadores. Porém, para garantirem a manutenção de seu poder, os latifundiários procuravam muitos meios, o principal era fragilizar os acordos de trabalho, forçando os camponeses a trabalharem sob condições degradantes, pois além de não possuírem terra para trabalhar, muitos não tinham terra para morar, tendo que residir na terra do patrão, pagando essa moradia com dias de serviço não remunerados, ou com o produto de seu trabalho aos domingos e dias santos. O grau de vulnerabilidade era tamanho que em algumas propriedades os agricultores não possuíam sequer as ferramentas de trabalho. Além de se aproveitarem desses mecanismos de dominação criados por eles próprios, os proprietários aumentavam o tamanho de suas terras as custas de grilagem ou expulsão, ameaças, destruição de lavouras quando soltavam o gado nas roças dos camponeses, ou arrombando barragens para alargar as plantações.

Analisamos três embates ocorridos em diferentes cidades do Ceará. Num contexto de violência, notamos os camponeses resistindo à dominação e em coletivo buscando garantir seus direitos, como observado nos trabalhadores da fazenda Cobra dos Veados, no sertão de Canindé em 1963, que, não cedendo às ameaças e agressões do fazendeiro Cesar Campos, seguem seus planos de sindicalizar os camponeses da propriedade e por meio dessa organização pressioná-lo por melhores condições de trabalho. Em Quixadá, os camponeses da Fazenda Oiticica em 1963 viram no sistema de meia, que obrigava a entregar a metade da produção ao proprietário Valdevino Cabral de Oliveira, um dos principais motivos de sua miséria, os animando a buscarem regimes mais justos de trabalho. Em Aracati, o conflito se deu entre posseiros e grileiros pelas terras de Cabreiro em 1962, quando em meio a emboscadas e destruição de roçados se organizou a resistência dos trabalhadores.

O quarto capítulo aborda a problemática da terra urbana em face dos conflitos entre moradores, grileiros e imobiliárias em Fortaleza na década de 1960, numa cidade marcada pela presença de trabalhadores agrícolas fixados nos bairros afastados do centro da cidade, lá produzindo suas roças para sobrevivência e venda nas feiras e mercados de abastecimento. Alguns bairros eram formados por sítios com produção de alimentos, regiões que aos poucos vão se tornando alvo da grilagem urbana, tentando expulsar os trabalhadores que ali viviam. Nessa época, outro forte traço de Fortaleza é a especulação da terra urbana e a presença do latifúndio urbano, quando imobiliárias e incorporadoras se apropriam de áreas lucrativas e estabelecem loteamentos, geralmente excluindo os moradores da região a ser loteada. A conivência do poder público se faz notar dotando de serviços de infraestrutura os bairros das elites e camadas médias no planejamento urbano ao padronizar lotes inalcançáveis a maioria dos habitantes de Fortaleza, não apresentando solução ao drama habitacional.

A saída para muitos moradores era se instalar nos assentamentos precários e aos poucos conseguirem moradia digna. Todavia, o problema maior por eles enfrentados era a especulação imobiliária que, sedenta por lucros, os cercavam com frequentes ordens de despejo. Muitos desses trabalhadores possuíam origem camponesa, os quais se deslocam para a Capital em fuga da morte, e uma vez estabelecidos defendem seu direito à moradia, como se vê na determinação dos moradores do Pirambu que, após enfrentarem ameaças de despejos e violências por parte dos supostos herdeiros, conquistam a desapropriação da área em 1962. História semelhante a dos moradores do Lagamar, palco de disputas contra o grileiro José Capelo, que enfrentam a violência da grilagem e da polícia, arrancando da prefeitura a desapropriação de uma parte da área em disputa em 1961. Outro conflito ocorreu no Bairro Padre Andrade, lugar formado por sítios onde se cultivavam frutas e verduras cujas terras são reclamadas pelos supostos herdeiros em 1962. As violências praticadas consistiam na derrubada dos pequenos cercados, colocação de dormentes em lotes, destruição das plantações, ameaças com ajuda da polícia e acusação de “agitação comunista” na cidade. Mais de 700 famílias estavam dispostas a permanecer em suas terras, luta fortalecida pela Associação de Lavradores Agrícolas do Padre Andrade.

Enfeixando esta tese, o Epílogo discute a memória camponesa em face da perseguição durante o golpe civil-militar de 1964. Testemunhos comprovam o aparelho repressor em direção aos movimentos camponeses a fim de desarticular o processo de mobilização vivido no início dos anos 1960. A pressão exercida por trabalhadores rurais foi sentida no país, num ambiente de crescente acirramento, acreditava-se que no campo se gestava

um vigoroso movimento com a capacidade de abalar uma das principais pilstras de sustentação da sociedade capitalista brasileira: a propriedade. Para a classe senhorial rural e urbana do país, cada dia mais próxima ao capital internacional, a Reforma Agrária precisava ser banida ou ganhar conotação meramente desenvolvimentista, atenta ao crescimento dos índices produtivos, mantendo, contudo, a concentração fundiária do país. Esse grupo se valeu de mecanismos de violência, opressão, perseguição e mortes para desarticular as lutas por terra e justiça.

No Ceará, nas primeiras semanas de maio de 1964, é formada uma Comissão Especial Volante, composta por membros da 10ª Região Militar, do DOPS e da Delegacia Regional do Trabalho. O principal objetivo da Comissão era visitar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais um a um, instalando inquéritos, fechando os sindicatos dirigidos por “agitadores e comunistas”, apreendendo documentos dos sindicatos e capturando os dirigentes “perigosos”. Vários camponeses sindicalistas tiveram prisão decretada, alguns passaram a clandestinidade, se refugiando em outros estados. Outros, foram apanhados pela rede de perseguição instalada, presos e expostos aos horrores da tortura nos porões da ditadura.

2 CAPÍTULO 1 – VIDA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

2.1 “Uma triste verdade”: moradia, infância e fome

A tarefa de recontar o passado resulta, em grande parte, da busca de evidências que informem ao pesquisador, mesmo que parcialmente, os modos de pensar e agir dos diversos sujeitos em estudo. Através da recolha documental, um conjunto de fatos vão compondo um mosaico, muitas vezes assimétrico, por vezes repleto de distorções, sem harmonia. Nesse sentido, a escrita sobre o passado é marcada pela incompletude, “horizonte inacessível”, visto apenas de longe, dado a complexidade dos acontecimentos cotidianos, pois muitos fatos passam sem registro, assim como outros não são inteligíveis aos estudiosos. Esse desafio historiográfico se mostra ainda maior quando se pretende recompor as ações da gente simples, tarefa de dificuldade dobrada, já que pouco restou de registro sobre suas vidas, necessitando a atenção do pesquisador aos rastros de seus feitos. Cumpre salientar as especificidades na vida dos sujeitos, muitas vezes silenciosas, a demonstrar outras dimensões da experiência distintas daquelas geralmente partilhadas pela sociedade, procedimento importante, indicado por Giovanni Levi, quando se pretende narrar o desenvolvimento das ações de um determinado sujeito:

Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Portanto, não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente. Pois o risco, não banal, é subtrair à curiosidade histórica temas que julgamos dominar plenamente, mas que ainda continuam longamente inexplorados: por exemplo, a consciência de classe, ou a solidariedade de grupos, ou ainda os limites da dominação e do poder. (LEVI, 1996, p.182)

Os fatos que revelam incoerências são de fundamental importância para o estudo dos indivíduos, pois são essas peculiaridades que contraditam verdades pré-estabelecidas num plano generalizante, como se todo sujeito seguisse obrigatoriamente as regras existentes numa determinada época e lugar. É preciso escavar situações em que apareça a fuga, a burla, a ressignificação das leis e códigos morais, expondo quão conflituosa é a vida. As experiências devem ser encaradas como algo marcado pela contradição, afastando-se do pensamento linear que busca nos indivíduos harmonia em seus atos, como se tivessem sempre o controle dos acontecimentos.

Escrever sobre as lutas camponesas no Ceará demanda a clareza metodológica de estudá-los como sujeitos atuantes numa sociedade autoritária, injusta, desigual e violenta, repleta de elementos que os empurravam à subalternidade, exploração, miséria e morte. É preciso atenção às formas de manter os trabalhadores do campo sob a dominação da classe proprietária, disposta a garantir seus privilégios. Tal cenário é formado por quadros trágicos, os quais fazem parte do cotidiano dos pobres em seus mais variados aspectos: ameaças, humilhações, despejos, espancamentos, assassinatos, são algumas formas de demonstração de poder dos senhores de terra no Estado e no Brasil desde tempos coloniais. Todavia, ao buscar a vida desses camponeses, em suas diversas experiências, depara-se com sujeitos ativos que não aceitam aquela situação, traçando estratégias para resistir e enfrentar a ordem. Mesmo numa sociedade marcada pela violência, haviam respostas questionando o mandonismo, uma marca verificada naqueles que ousaram enfrentar a dominação.

É nessa direção que se encaminha o presente estudo sobre os trabalhadores do campo no Ceará, caracterizados pela exploração e resistência, enfrentando difíceis momentos, porém, criando meios de resistir. Algumas lutas podem ser conhecidas quando lembradas por seus participantes, muitas delas tiveram que ser guardadas nos porões da memória dos derrotados, pois foi do interesse dos vencedores tentar apagar os sinais de sublevação e questionamento ao poder. Tais comportamentos quando são registrados, por vezes demonstram o esforço em desqualificá-los, taxando-os como criminosos, cabendo ao historiador perceber a intenção de quem os produziu, lendo criticamente tais escritos. Nos documentos oficiais e na imprensa comercial, a rebeldia camponesa é apresentada como crime, violência e subversão, seus ideais de justiça e igualdade de direitos são combatidos por esses veículos de informação.

Além de buscar as motivações que levaram a depreciar as ações camponesas, é preciso buscar traços do viver desses sujeitos, presentes em suas memórias. Acontecimentos lembrados podem complementar ou contradizer informações contidas em fontes produzidas para ocultar o processo ativo dos pobres do campo em busca de direitos. Através da rememoração, conhecemos como o indivíduo lê seu passado com os traços subjetivos que cercam a experiência de vida, apresentando, muitas vezes, outra versão para um determinado fato. Para Alistair Thomson: “Ouvindo os mitos, as fantasias, os erros e as contradições da memória, e prestando atenção às sutilezas da língua e da forma narrativa, podemos entender melhor os significados subjetivos da experiência histórica ” (THOMSON, 2002, p. 355).

A lembrança permite apresentar os envolvidos tanto em relação ao período estudado quanto ao caráter individual dos testemunhos orais, pois quando se decidem falar sobre um determinado assunto, elaboram sua narrativa num processo de seleção, enfatizando alguns pontos, silenciando outros:

O testemunho oral revela a interpretação das histórias coletivas e das histórias da vida individual, e pode nos ajudar a entender como motivos e mitos coletivos podem ser significativos para os migrantes. [...] De maneira mais geral, as formas pelas quais as histórias de vida são narradas – as ênfases e os silêncios, os padrões linguísticos e as metáforas – podem ser altamente reveladoras da natureza e do significado da experiência dos migrantes”. (THOMSON, 2002, p. 335;357)

Os estudos de Alistair Thomson buscam compreender as memórias de migrantes, como os deslocamentos são rememorados e como as lembranças podem indicar caminhos aos historiadores interessados no passado de quem sai da terra natal e passa a viver em distantes territórios. São narrativas que ativam a sensibilidade tanto do narrador quanto do entrevistador, revelando traços de um passado evocado a partir de significações do presente, seja para legitimar a chegada a nova terra, como para justificar a saída, ou ainda para recriar as duras travessias com certo ar épico, fruto da imaginação de quem está narrando. Observa-se nos camponeses, a tentativa de recompor seu passado baseados em situações que expliquem os fatos, estratégia utilizada para fundamentar as escolhas tomadas diante dos impasses enfrentados. Assim, o entendimento da experiência de homens e mulheres do campo passa também pela observação de como se viam e como se apresentam quando contam seu passado. Eles revelam informações fundamentais para a compreensão do contexto em que viveram, trazendo à tona suas interpretações, assim, contribuindo para o estudo da história.

Nosso intento é voltar ao passado e encontrá-lo nas lavouras, serras, nos sítios, baixios, sertão e litoral do Ceará. Brocando, plantando, colhendo, arrendando terra, alugando seu serviço, pagando a sujeição, o foro, a meia e a terça, enfrentando situações degradantes, açoites, incêndios de sua casa, destruição de seu roçado, despejos, perseguições. Tentar descobri-los em suas casas, nas bodegas, feiras, novenas, quermesses, passeatas, sindicatos, assembleias, greves, congressos, trocando informações, ouvindo as leituras em voz alta, tomando cachaça, opinando nos debates, exigindo direitos e aumento de salário, queda no preço dos arrendamentos, participando em ocupações de terras, dizendo não aos proprietários, desafiando grileiros, sofrendo torturas, prisões, escapando da ditadura. Os camponeses cearenses compartilhavam trajetórias semelhantes, com suas vidas marcadas pela pobreza e enormes perdas sofridas. São vários os momentos em que se perdia a terra de trabalho, a casa para morar, a roça plantada, os animais adquiridos. Independente da seca ou de um bom inverno,

passaram por experiências humilhantes. A morte, morrida ou matada, era presença constante na vida desses sujeitos, manifestada pela presença de jagunços armados nos roçados dos pobres da terra ou na fome que mata vagarosamente, sobretudo suas crianças.

É preciso atenção à diversa experiência de vida e trabalho, na roça, no curral, no engenho, na casa de farinha, nas pequenas e miseráveis casas espalhadas no espaço cearense. As relações de trabalho estabelecidas são de diversos tipos, mudando quanto ao local e até numa mesma unidade produtiva, o trabalho podia variar. Apesar dessas diferenças, havia uma característica comum: a exploração. Essa é a chave que permite compreender como se organizava a atividade agrícola no Ceará. Na verdade, essa marca presente nas fazendas e sítios cearenses se expressava no cotidiano do trabalhador em muitos momentos de sua vida. Vivendo sob duras condições, esses sujeitos experimentaram a miséria desde o nascimento, herdando a sujeição ao dono da terra, presenciando durante a infância múltiplas cenas de humilhação, cercada pela privação e violência.

A dureza da vida é confirmada pelo tipo de moradia precária cedida ao trabalhador, muitas vezes coberta de palha, frágil ao sol e à chuva. O camponês João Felismino de Souza recordando sua infância, descreve a falta de condições da casa onde sua família morava no “Sítio Pelado”, região do Cariri cearense na década de 1930:

Lá não havia condição da gente ficar. [...] E a casa que ele dera pra gente morar era uma casa que não oferecia condição. Começava a chover e, quando a chuva passava, ficava chovendo mais dentro da casa do que tinha chovido do lado de fora, já que a casa era coberta de palha, muito mal coberta¹⁹.

Com 61 anos de idade em 1983 e ocupando lugar de destaque no sindicalismo de trabalhadores rurais no Ceará, João Felismino põe ênfase na precária moradia “cedida” pelo fazendeiro, reforçando o sistema de exploração das famílias camponesas sem terra para trabalhar, razão pela qual o latifúndio “dispõe” em seu domínio várias dessas choupanas precárias, prontas para receber alguma família necessitada de trabalho e moradia²⁰. Esse

¹⁹ Entrevista. João Felismino de Souza. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 6.

²⁰ Trata-se de um mecanismo de controle da força de trabalho durante os picos de produção, aproveitando essa mesma mão-de-obra para serviços diversos nas épocas de baixa produtividade, garantindo melhoramentos na propriedade sem necessariamente ter custos adicionais por não precisar de mais trabalhadores para esses serviços. Toda essa relação de trabalho era firmada a partir de valores consensuais resguardando a supremacia econômica, social e política dos proprietários. Quando os consensos eram quebrados, dava-se lugar a diversos tipos de conflitos, resultando na ruptura do “contrato” firmado anteriormente entre morador e fazendeiro. Conferir: NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Vol. 1. (História Social do Campesinato no Brasil). São Paulo: UNESP/

mecanismo forçava os camponeses a aceitarem a condição de trabalho imposta pelo patrão, motivo que fortalecia o poder da classe proprietária:

“Pois o senhor se apronte pra ouvir coisa de arrepiar nesse Crato. Os donos de engenho não dão mais moradia a gente. Só se nos ‘sujeitá’ a trabalhar dois dias na semana a cinco mil reis o dia, a nossa custa. Se falta um dia vai logo pra fora no outro dia e perde tudo que tiver plantado. Mas eu tenho fé que ainda vem um governo que dê terra aos pobres”²¹.

Quem testemunha acima é João Antonio dos Santos, um lavrador, na feira da cidade do Crato. Ao se deparar com a reportagem do jornal *Terra Livre* não hesitou em denunciar como agia a elite agrária do Crato para conseguir braços para seus engenhos. A palavra utilizada foi sujeição, traço marcante da experiência camponesa que se repetia variadas vezes quando se falava sobre a vida no campo. João Antonio rechaça essa forma de moradia ao advertir seu interlocutor que, para ouvir o que estava prestes a contar, era necessária preparação, o que ia dizer era “coisa de arrepiar”, pois como se não bastasse ficar com a família em casebres miseráveis, ainda era preciso se “sujeitar” a trabalhar dois dias a irrisório pagamento, sem direito a alimentação ou outro benefício, à própria “custa”.

Nos vem da literatura semelhante condição, como a dos moradores da Fazenda Água Negra, ambiente do romance *Torto Arado*, onde o trabalho era superexplorado e a moradia o principal “pagamento” dos trabalhadores, pois não havia salário. O “suor na plantação” era pago com a autorização para erguer as taperas de barro e cultivar uma pequena roça, de onde boa parte das melhores colheitas eram pilhadas pelo gerente da fazenda. A respeito das casinhas que abrigavam as numerosas famílias camponesas, o recado era direto: nada de alvenaria, a morada deveria ser efêmera, frágil mesmo, para lembrar que a estadia naquela terra era passageira, dependia da vontade do dono, nunca seria dos trabalhadores, mesmo que vivessem e trabalhassem ali por décadas.

O gerente queria trazer gente que “trabalhe muito” e “que não tenha medo de trabalho”, nas palavras de meu pai, “para dar seu suor na plantação”. Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra. Podia colocar roça pequena para ter abóbora, feijão, quiabo, nada que desviasse da necessidade de trabalhar para o dono da fazenda, afinal, era para isso que se permitia a morada²².

Erguidas com o sacrifício da vida vivida entre o precário e o provisório, a moradia dos camponeses dizia também de sua relação com o meio e com a natureza, dela se servindo

Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, p. 137-161, 2008. BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

²¹ Terra Livre. 2ª quinzena de junho, 1956, p. 4.

²² VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019, p. 41.

para construir um vernáculo da casa popular no Brasil. Por outro lado, dizem de sua subalternidade no latifúndio, diante das imposições que reforçavam o sistema de dominação, seja na fazenda do patrão, seja nos abarracamentos das frentes de serviço, outra marca da exploração que se potencializava nos períodos de seca²³. Segundo o testemunho de Manoel Marques, camponês que viveu nessas barracas durante a seca de 1958, no sertão dos Inhamuns, contando que viveu “como se fosse escravo”:

Aí vem a seca de 1958, havia mais indústria pelo menos. O povo andava muito a pé por falta de dinheiro [...] Só que o sofrimento era o mesmo, novamente nas barracas, aquelas barracas de palha, de palha não, de folha, e só apara o sol, a chuva não apara nada. E uma sujeição muito maior partiu dessa construção quando foi entregue ao batalhão, que tratava o povo muito mal, como se fosse escravo²⁴.

Nos períodos de seca se ampliava essa estrutura de dominação, orquestrada pela histórica aliança entre as classes dominantes e o Estado. Manoel lembra que mesmo depois do Exército ter assumido a gerência do serviço de construção de um açude em Parambu, a exploração aumentou, pois o braço armado do Estado chegara para assegurar a ordem e garantir o controle cotidiano. A prática de ocupar os famintos da seca em obras públicas já havia se consolidado, virando regra quando a chuva não caía por muito tempo, mobilizando as esferas de governo, segundo as demandas das oligarquias locais. Disso o camponês rememora como um tempo de escravidão, de trabalho forçado: “Além da sujeição de horário lá no trabalho, eles queriam dar às vezes empreitada, e o pobre não tinha a menor condição de tirar no dia”²⁵.

Quando a seca apertava, para muitos era quase impossível continuar nas fazendas, restava se sujeitar novamente, dessa vez ao responsável pelas frentes de serviços, onde se morria de trabalhar para não se morrer de fome. A medida em que cresce a presença dos “flagelados” nas cidades, as classes dirigentes exigem o socorro público, recorrendo ao governo federal a ocupação pelo trabalho desse “povo perigoso”. Durante a seca de 1932, exigiam o trabalho dos

²³ Desde a seca de 1877, o Poder Público e a elite cearense passaram a encarar esse fenômeno com maior cuidado no sentido de conter o surto migratório decorrente da falta de chuva. Era preciso conter os flagelados famintos, longe dos grandes centros urbanos. Durante as secas de 1915, 1932 e 1958 as frentes de serviço e os campos de concentração compõem as iniciativas de enfrentamento à fome, na tentativa de isolar os retirantes da cena pública, proibindo-os de circular pelas ruas da capital. Sobre as medidas adotadas nos períodos de grande seca e as implicações aos pobres, ver: NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca**: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2005; RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

²⁴ Entrevista. Manoel Marques da Costa. História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 6.

²⁵ *Ibid.*, p.6.

“flagelados da seca” no Ceará, pois não se podia mais perder essa “raça de titãs” utilizada no trabalho da extração da borracha, entre outros. Sobre tal fato, Kênia Rios acentua:

Utilizando-se de uma fala combatente, o *Gazeta de Notícias* solicita a continuidade dos trabalhadores em seu próprio Estado. Calcada em um discurso nacionalista, a defesa da permanência dos nordestinos nos seus Estados definia tais atos como impatrióticos. No texto, os flagelados são agora definidos como trabalhadores rurais. Desse modo, lembra que o tipo de trabalho próprio para o nordestino encontra-se no Nordeste. Tenta-se criar uma identidade regional a partir do trabalho. Representaria, portanto, uma agressão enviá-los para extração da borracha ou para outras atividades econômicas muito diferentes do seu ofício original, no caso, o trabalho com a agricultura ou a pecuária. (RIOS, 2014, p.74)

Em decorrência da seca, era praticamente impossível explorar a mão-de-obra nas atividades agrícolas, restava empregá-la abrindo estradas, erguendo e reparando pontes, terraplanando estradas vicinais, cavando poços, construindo açudes, quebrando pedra, arrancando toco em empreitadas medonhas que exigiam grande esforço físico e muitas horas de trabalho sob o sol escaldante, submetendo ainda mais seus corpos à fome e aos maus tratos. A retórica de um certo “paternalismo” na época, queria fazer entender que o emprego da mão de obra dos retirantes constituía “atitude nobre”, livrando-os, por exemplo, da humilhação de sair pelas ruas de casa em casa pedindo esmola; julgavam que contribuíam para “salvar vidas, dar um meio digno de sobrevivência ao sertanejo” (RIOS, 2014, p. 76). Entretanto, o que a história vivida demonstra é a criação de lugares de isolamento e confinamento das inúmeras famílias em barracões precários, ao modo de “campos de concentração”.

A moradia era provisória, como já se disse aqui, pois nessa relação de poder o recurso ao despejo das famílias é mecanismo estratégico na demonstração da força do latifúndio. Outra vez recorremos à narrativa de memória de José Felismino (1983, p. 10) lembrando as agruras vividas entre a meninice e a mocidade: “Então, a gente teve outra desilusão, não é? A gente estava sendo corrido pela quinta vez, durante a minha mocidade, meninice e até os dezoito anos de idade”²⁶. A errância de fazenda em fazenda parecia a sina de muitas famílias camponesas.

Pode-se perceber o grau de vulnerabilidade marcando a vida camponesa nos versos de Patativa do Assaré, “Uma triste verdade”. Nessa composição o poeta narra a história de um rezeiro que, após ter feito vários benefícios na terra arrendada, é obrigado a sair e deixar tudo

²⁶ Entrevista. João Felismino de Souza. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 10.

para o dono, uma vez que mesmo reclamando judicialmente, o braço da lei confirmava a parcialidade reinante nessas plagas:

Seu moço, me escute uma triste verdade
Que inté da vontade
Da gente chorá;
Escute quem foi que assolou minha vida
Nas terra querida
Do meu Ceará.

Eu era rezeiro do J. Veloso,
Um rico invejoso,
Marvado sem pá,
Sinhô de dinheiro e léguas de terra,
De baixa e de serra
Pramode arrendá. [...]

Depois de argum tempo, no dito baixio,
De carga de mio
Quebrei mais de cem.
Havia de tudo, melão, macachêra,
E muitas frutêra
Vingando também. [...]

O J. Veloso me vendo arranjado,
Ficou afobado,
Pegou a invejá.
Falando zangado, com raiva e com grito
Dizendo que o Sítio
Me vinha tomá.

Pedí a Justiça, com muito respeito,
Meu justo direito
Naquela questão;
Porém ao matuto sem letra e grossêro
Que não tem dinheiro
Ninguém dá razão.

Deixei minha terra, a querida Mombaça,
Que grande desgraça
Seu moço eu sofrí!
Deixei as belezas da terra adorada,
E triste, sem nada,
Cheguei por aqui. [...]

Eu hoje devia vivê sossegado,
No sítio arrendado
No caro torrão;
Porém ao matuto sem letra e grossêro,
Que não tem dinheiro
Ninguem dá razão!²⁷

O verso de Patativa sabe os desmandos que regem aquela sociedade. O proprietário age de acordo com o habituado: não permitir a prosperidade do pequeno trabalhador que ganha

²⁷ Terra Livre. Novembro de 1960, p. 5.

a vida arrendando as várias léguas que só existem para esse fim – arrendá-la. O poeta adverte que a melhoria de vida do camponês representava risco ao dono da terra, levando a quebra do acordo e tomando o sítio de volta, pois sabia que podia contar com a força de jagunços e com os homens da lei. O saber expresso nos versos de Patativa permite adentrar nesse universo que desrespeita cotidianamente o “justo direito” dos pobres, denunciando a atuação da justiça diante dos trabalhadores. Não se dava “razão” ao matuto, restando a ele deixar aquela terra e mais uma vez iniciar uma nova saga em busca de terra e trabalho. Trata-se de uma escrita militante dos pobres da terra em marcha por libertação, em busca da “instauração de uma nova ordem”²⁸, pois o Poeta da Roça ao criar seus versos, “sempre estive do lado do mais fraco, sem demagogia, mas por um sentimento de pertença aos estratos com menor poder aquisitivo, sem mandonismos, sem linhagens oligárquicas e sem a empáfia dos que se sentiam os donos da terra” (CARVALHO, 2017, p.102).

O morar provisório, sob as vistas do proprietário da terra e alcançado pelo despejo, é um evidente mecanismo do abuso do poder patronal em face a qualquer atitude de insubordinação. A expulsão da terra causava a perda de moradia e trabalho e afetava diretamente sua produção, já que perdiam suas roças de legumes e cereais. Assim, ainda mais vulnerável, esse trabalhador e sua família saíam em busca de trabalho e moradia, destino que ultrapassa as fronteiras dos municípios e estados, enfrentando muitas vezes as dificuldades dos caminhos que levavam aos grandes centros urbanos, onde, ocasionalmente, escapavam como operários, como se observa nos estudos magistrais de José Sérgio Leite Lopes²⁹. Esta errância permanente em busca de pouso e trabalho é confirmada por José Leandro, sindicalista rural de destaque nas décadas de 1950 e 1960, em sua recolha de narrativas para as reportagens do jornal *Terra Livre*:

E assim, conversamos com vários jovens, todos eles sofrendo as mesmas privações, o mesmo abandono, a mesma exploração por parte dos patrões, vivendo no seu mundo de fome, atraso e trabalho escravo. Uns procuram sair à procura de uma vida melhor e vão para as cidades e outros Estados, se encontrar novamente com a necessidade e com o desemprego. Desses, muitos voltam, aprendem que a vida em outros Estados não é diferente. Porém, voltam sem experiência: o jovem Livino, por exemplo, já

²⁸ CARVALHO, Gilmar de. **Patativa do Assaré**: pássaro liberto. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011. p.45.

²⁹ **O vapor do diabo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; **A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/CNPq, 1988; **Memória e transformação social**. 1. ed. Rio de Janeiro/São Luís: Casa 8, 2016; Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários. **Arquivos do mundo dos trabalhadores**: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

tentou melhorar sua vida indo para o Paraná, mas voltou de lá 4 vezes; sair do Ceará é uma ilusão [...]³⁰.

Como se nota, existe a preocupação específica com a juventude camponesa que não se conforma e busca escapar, ou pelo menos tentar outras experiências que lhe permita viver de outra forma. Porém, José Leandro afirma ser o abandono, a fome e a escravidão os pesos que insistem em cair sobre os ombros desses jovens, forçando-os ao retorno ao lugar de origem cientes de que a vida desigual e injusta está em todo lado, do Ceará ao Paraná, como na experiência de Livino. Entretanto, carregam a esperança de algum dia mudarem esse sistema. Esperança que não se apoiava nas estruturas de poder. Bastava que alguma família enfrentasse a ordem de sair da terra do proprietário, exigir indenização pelo trabalho realizado para esperar o tempo da colheita da copeira de algodão e já aparecia a polícia dando razão ao fazendeiro e utilizando o uso da força para impor sua autoridade, como agressão física, ameaça ou prisão.

O jovem Livino tentou, sem êxito, se estabelecer no Paraná por quatro vezes, porém retornou ao Ceará. Histórias assemelhadas se observam em muitos lugares, como a da família Silva, narrada por Josué de Castro em seu Documentário do Nordeste:

A família é originária do sertão. Desceu do Cariri, na seca, perseguida pela fome. Fez uma paradinha no brejo, para tentar o trabalho das usinas, mas não se pode aguentar com salários dessa zona, sem ter direito a plantar senão cana. Sem ter nem ao menos o recurso do xiquexique e da macambira, como no sertão, para quando a fome apertasse. (CASTRO, 1965 [1937], p. 23)

Os retirantes do Cariri viram no mangue a solução para escapar da fome, se integraram ao “ciclo do caranguejo”, vivendo na lama e graças à lama, “zona de refúgio” que encontrou para erguer seu mocambo e para se alimentar. É preciso pensar na fome como um dos mais graves problemas dessa sociedade profundamente desigual, que se utiliza da privação de alimento dos pobres para obter serviço barato em troca, muitas vezes, de feijão e farinha. Josué de Castro, um dos grandes estudiosos sobre a raiz social da fome, um fato sistêmico em escala planetária presente não só no Nordeste, mas em todo o planeta, como médico, trabalhou atendendo os operários de uma grande empresa. Intrigado com o alto índice de adoecimento de seus pacientes, acusados pelos patrões de preguiçosos, não demorou a perceber que a doença principal resultava da fome permanente dos trabalhadores:

Comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los por que sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então que o problema era social. Não era só do Mocambo, não era só do

³⁰ Terra Livre. 1ª quinzena de janeiro de 1955, p. 4.

Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal. (CASTRO, 1965[1937], p.19)

As palavras de Josué de Castro confirmam a dramática vida camponesa que, experimentando a fuga da fome no sertão nordestino, prolonga sua miséria nos grandes centros urbanos, substituindo a exploração dos fazendeiros pela dos industriais. Os que, por algum motivo, não migravam para zonas úmidas, tinham que driblar a fome de qualquer forma. Quando não restava outra saída, se invocava a sabedoria das matas utilizando alimentos pouco convencionais, como raízes e batatas “brabas” que a necessidade os obrigava a comer. O romance “O Quinze”, escrito pela cearense Rachel de Queiroz, retrata a triste história dos retirantes da seca e como a fome era saciada em tempos de extrema privação.

Às vezes paravam num povoado, numa vila. Chico Bento, a custo, sujeitando-se às ocupações mais penosas, arranjava um cruzado, uma rapadura, algum litro de farinha. Mas isso de longe em longe. E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-brava que a seca ensina a comer, teriam ficado pelo caminho, nessas estradas de barro ruivo, semeado de pedras, por onde eles trotavam trôpegos, se arrastando e gemendo. (QUEIROZ, 2004[1930], p. 68)

A escritora narra o sofrimento dos camponeses em tempos de seca. A exploração só aumenta nesses períodos, os serviços mais difíceis e degradantes eram realizados em troca de “um cruzado, rapadura, algum tipo de farinha”. A fome, nesses termos, era presença na vida dos pobres, “atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas”, demonstrando seu caráter coletivo e permanente, massacrando milhares de sujeitos perenemente, uma vez que os aspectos da desnutrição os acompanhavam por toda a vida³¹.

As narrativas desnudam a fome de todo o dia, a carência elevada de nutrientes básicos à sustentação de qualquer ser vivo, a parca comida era adquirida no pequeno roçado, cultivado muitas vezes apenas nos domingos e dias santos, pois de segunda a sábado a ordem era trabalhar na roça e na lavoura do patrão, com horário para entrar e sair. Essa era a rotina exigida nos roçados de Iguatu, como contam José Augusto e Maria Augusta em 1955:

Num roçado, encontramos o casal José Augusto e Maria Augusta, que estavam aguando tomates. Disseram que trabalham aos domingos e dias santos, todo o inverno. Como precisam trabalhar alugados para ganhar o pão, só podem tirar os domingos e dias santos e mais um dia por semana para a sua roça. Mesmo assim têm uma dívida de 3 mil cruzeiros³².

O cambão, dias em que o camponês trabalhava para o patrão gratuitamente, afetava também a alimentação dos trabalhadores, já que muitos comiam o que vinha da casa grande –

³¹ CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro, pão ou aço. 10ª edição. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 37.

³² Terra Livre. 1ª quinzena de julho de 1955, p. 2.

o rebotalho, sem dúvida. Outra opção era comprar a preços absurdos no barracão, na caderneta ou no “vale”, papel moeda existente em muitas propriedades, servindo para aumentar a exploração, pois o custo sai ainda mais caro ao comprar no vale. Francisco Julião, das Ligas Camponesas de Pernambuco, em 1962 denuncia situação semelhante nos engenhos da região:

O operário do campo, no mesmo dia em que começa a trabalhar, contrai um débito no barracão e vive daí por diante controlado pelos vales. Fica preso a esses vales e escravo do barracão, cujos gêneros estão quase sempre deteriorados e lhes são vendidos por preço mais alto do que os sadios existentes na cidade. O salário que recebe, por meio dos vales, nunca dá para cobrir o valor das mercadorias de que necessita para não tombar de fome. (JULIÃO, 1962, p. 55)

A situação dos camponeses de Pernambuco se assemelhava a dos camponeses cearenses e também de outras regiões, forçados a comer o que a rede de exploração permitia, pois quando esses barracões não pertenciam aos proprietários eram de gente de sua influência. Era comum na vida camponesa comer apenas uma vez ao dia, após um pesado dia de serviço, como denuncia José Leandro à ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil:

No dia 27 de abril último, reunimos com a federação da FALTAC em Forquilha, no município de Guaramiranga. Constatamos coisas de estarrecer: trabalhadores associados, pais de 7 a 12 filhos, ganhando um salário diário de Cr\$60,00 a seco, comendo com seus filhos uma vez por dia, às 21:00 horas depois que cozinha o feijão, comprado com os minguados 60 cruzeiros. Só recebem o salário depois que largam o trabalho, e ainda é em vale para comprar no fornecimento de quem via de regra é um protegido dos grandes proprietários, pequeno comerciante que às vezes falta até o feijão. O fornecimento não dar o dinheiro quando falta o feijão. Os trabalhadores são obrigados a receber em farinha e rapadura para almoçarem as 9 horas da noite um pedaço de rapadura com farinha. O feijão é cozinhado com água e sal e misturado com farinha para toda a família. As crianças comem caldo de feijão escaldado com farinha³³.

O relato “estarrecedor” acontece em Guaramiranga, localizada no Maciço de Baturité, no Ceará, na época conhecida pela produção de café. A estrutura de dominação é idêntica àquela observada nos sertões cearenses e nos engenhos pernambucanos. A fome acompanha a vida do trabalhador que tem seu direito de se alimentar negado rotineiramente. Quando pode comer, dispõe apenas de uma minguada ração ao fim da jornada de trabalho. Caldo de feijão e farinha escaldada é o que cabe às crianças, desnutridas e doentes. O pagamento pelo dia trabalhado dava apenas para comprar o feijão, logo que faltava o feijão no barracão, não podiam receber o mísero valor e tentar comprar em outro local, recebiam em farinha e rapadura, tudo perversamente conferido, pesado e roubado.

³³ José Leandro Bezerra da Costa. Ofício nº37/62 ao Presidente da ULTAB. Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. OS 1965/Comunismo/ULTAB (1961-1964). (Projeto Memórias Reveladas).

As denúncias de José Leandro e de Francisco Julião possibilitam pensar que a fome é uma das marcas que maltratam o trabalhador do campo, não somente em época de seca, mas o ano todo. O problema é ainda mais cruel quando se lê o depoimento de Dona Maria Zilma, apanhadeira de café no Sítio Brejo, em Pacoti, também no Maciço de Baturité:

Disse que trabalha no Sítio Brejo. Ganha Cr\$24,00 por alqueire de café que colhe. Quando o café é muito bom, chega a apanhar até meio alqueire por dia. Dona Maria informou que há poucos dias deixou os três filhos em casa e foi para o roçado. Uma pessoa amiga, passando em sua casa, encontrou os três garotinhos assando sapos e comendo³⁴.

O relato de Dona Maria Zilma denuncia a situação de seus filhos pequenos. A comida das crianças era pouca e a fome constante era saciada de alguma forma, com sapos e outros bichos encontrados na mata. A camponesa revelou outro fato que marcava a vida das crianças pobres: quando não acompanhavam suas famílias no eito, ficavam em casa ou soltas, já que escola para filho de camponês era inexistente. Outra apanhadora de café denunciou que dos seus quatro filhos, dois morreram. Lembrou também que para apanhar café deixava os filhos sozinhos em casa. A morte das crianças é recorrente nos depoimentos das camponesas. Dona Clarisse Maciel, teve cinco filhos, morreram quatro. Dona Rita Sampaio, moradora de um sítio próximo, dos seis filhos, apenas dois estavam vivos. Dona Francisca Leonarda, dos sete filhos, tem apenas dois vivos; alguns já nasciam mortos. Experiências carregadas de dor e tristeza na vida de quem trabalhava em busca de sobrevivência. Quando questionada sobre os motivos que levava a tal situação, Dona Francisca aponta a causa: “a pobreza em que vivem as trabalhadoras do campo”. A fome também marcava a vida dos camponeses da Serra do Estevão, Quixadá, região central, quando cenas como a de uma mulher lactante “comendo exclusivamente angu de farinha de mandioca ou milho feito em água de sal”³⁵ foram presenciadas pelo repórter Luciano Barreira em reportagem sobre a miséria que assolava os camponeses do Ceará ao jornal Democrata em 1957:

São mulheres cobertas de trapos, homens andrajosos cujas nádegas murchas vemos através das vestes rasgadas, são garotos nus, comendo maracujás silvestres, coco catolé, batatas selvagens, ou roubando pedaços de cana para matar a fome. No distrito de Estevam [ilegível] ouvimos cerca de cinquenta famílias, verificamos que a população mais pobre se alimenta exclusivamente de feijão, farinha de mandioca, milho e rapadura nas seguintes proporções: por família de dez pessoas: feijão, um quilo, farinha de mandioca, um quilo, milho, um quilo, rapadura, quatrocentas gramas³⁶. [...]

³⁴ Terra Livre. 2ª quinzena de março. 1955, p. 6.

³⁵ O Democrata. 03 de out. de 1957, p. 8.

³⁶ *Ibid.*, p.8.

Privações que acompanham os pobres até mesmo após sua morte, como no auto de natal de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*, vidas marcadas, sobretudo, pelas “coisas do não” – fome, sede e privação:

– Finado Severino,
quando passares em Jordão
e os demônios te atalhares
perguntando o que é que levas...

– Dize que levas cera,
capuz e cordão
mais a Virgem da Conceição.

– Finado Severino,
etc...

– Dize que levas somente
coisas de não:
fome, sede, privação.

– Finado Severino, [...] (MELO NETO, 2007[1955], p. 99)

Essa é a condição do trabalhador do campo. Exposto à miséria e à fome, enfrentava difíceis situações cercado pela engenhosa rede de exploração, o mandonismo dos grandes proprietários e a conivência do Estado através da polícia, do juiz, dos políticos e, em muitos casos, a bênção do padre. Aqui apresentamos relatos recolhidos pelo jornal *Terra Livre* em diversos locais do Ceará, com o propósito de ouvir as vozes de homens e mulheres de diferentes idades dizendo sobre a vida, o trabalho e as agruras de todo dia aproximando os comunistas dos problemas enfrentados pelos camponeses em seu cotidiano. Assim fala Francisca, jovem trabalhadora de 13 anos de idade, na Serra do Araripe:

Declarou-nos essa moça que sai de casa de madrugada, vai capinar a terra e trabalha até a tardinha. Ela não sabe ler, nunca viu nem falar em circo, ou cinema, não sabe que existe o governo, nem o prefeito e nem o juiz, nunca foi a uma cidade. Conhece o padre que ensina a rezar, e os soldados, como homens que podem prender e matar. Não tem sapatos, mas tem muita vontade de possuí-los. Tem uma grande vontade: conhecer uma cidade e ver a luz elétrica. Terminando, disse-nos ainda que gostaria de poder beber leite e comer carne³⁷.

A vida de Francisca é marcada pelo trabalho pesado, desde as primeiras horas da manhã, estendendo-se até o fim do dia. Passava sua juventude capinando, ajudando sua família a garantir pelo menos a comida. Ao falar ao *Terra Livre* demonstra entender aquela ordem perversa, pois o governo, o prefeito e o juiz são desconhecidos seus, nunca fizeram nada para transformar a exploração sofrida por ela e tantos outros jovens do campo. O padre é descrito

³⁷ Terra Livre. 1ª quinzena de janeiro de 1955, p. 4.

como aquele que ensina a rezar, e só. Os soldados representam potencial perigo, segundo o relato da jovem camponesa, podiam prender e até matar.

Francisca revela não ter sapatos, deseja tê-los, como também deseja comer carne e beber leite. Com essa afirmação, a adolescente desnuda as privações que ferem sua dignidade, revelando aos seus interlocutores a exigência do mínimo necessário à vida de qualquer ser humano. Difícil não lembrar dos escritos de outra mulher, distante milhares de quilômetros, que registrou a dureza da vida na favela do Canindé em São Paulo, na década de 1950, citando aspectos que se assemelhavam, em muito, aos narrados no Cariri cearense³⁸. Carolina Maria de Jesus, retirante do município de Sacramento, região do Alto Paraíba, no Triângulo Mineiro, chegou em São Paulo, onde trabalhou como empregada doméstica e em seguida como catadora de lixo³⁹. A dura vida de todo dia é quebrada por seu desejo de escrever; aproveitando o papel que cata do lixo, vai fazendo seus cadernos de escrita diária, à maneira de um diário de uma favelada:

[...] Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. (JESUS, 2013[1960], p. 36)

Outra privação dos pobres do campo vinha da dificuldade nas condições de circularem na região onde moravam. Movimentavam-se pelas estradas do Ceará quando eram expulsos, despejados da terra, ou quando a seca “castigava” ainda mais quem vivia o revés de todo dia. O fato de Francisca “nunca ter ido à cidade” informa sobre as dificuldades de sair da fazenda onde vive, já que o trabalho de domingo a domingo não permite tempo livre. Para muitos, domingo e dia santo era sinal de melhor comida, nesses dias dispunham de maior tempo para cuidar do roçado familiar. Ir ao centro, ir à feira do sábado na cidade era muito custoso, precisava pagar a passagem do carro pau de arara, ocasião em que se aproveitava para vender

³⁸ Durante as décadas de 1950 e 1960 se observa o surto migratório para a cidade de São Paulo que recebeu cerca de 1 milhão de migrantes, significando aproximadamente 60% de crescimento populacional. Formada em sua totalidade por empobrecidos, esses sujeitos foram empurrados a viver nos subúrbios da grande São Paulo, se instalando de forma precária, privadas do direito à cidade, além de enfrentar severas campanhas midiáticas que os responsabilizavam pelo crescimento da violência e pobreza. Conferir: FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

³⁹ As dificuldades da vida anotadas por Carolina Maria de Jesus ao longo da vida, também são encontradas na publicação póstuma “O Diário de Bitita” de 1986. É vasta a produção de estudos sobre a obra de Carolina Maria de Jesus, se destacando as que seguem: FERNANDEZ, Raffaella (2016). O espólio literário de Carolina Maria de Jesus. **Manuscrita**, n. 31, p. 10-26; MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus**: experiência marginal e construção estética. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2013; BERGAMINI, Atilio. Dar forma ao impublicável: Carolina Maria de Jesus e sua arte. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 1, p. 1-13, 2020.

algum produto ou, em raras vezes, para comprar uns poucos metros de brim ou chita, um chapéu de palha, um maço de fumo.

Cinema e circo também não são conhecidos pela jovem Francisca, formas de diversão que dificilmente chegavam aos moradores dos latifúndios por não poderem se deslocar ao centro do município, devido à distância, falta de transporte e pouco recurso. As diversões ficavam por conta dos próprios camponeses, das histórias contadas pelos mais velhos, pelas cantorias, quermesses ao redor da capela mais próxima, coroação da Virgem Maria, festas de São Gonçalo ou noites dos santos populares – Santo Antônio, São João e São Pedro. Antonio Torres Montenegro afirma a presença marcante dos contadores de histórias nas comunidades rurais, principalmente antes do rádio e da televisão⁴⁰.

A presença marcante dos(as) contadores(as) de história, que muitas vezes podia ser algum parente próximo(a) ou empregado(a) da casa, era uma experiência muito comum nas cidades do interior, nos sítios e comunidades rurais, principalmente antes da massiva adoção do rádio e da televisão. (MONTENEGRO, 2010, p.65)

Seu mundo era o roçado, como visto no poeta Patativa do Assaré, ao cantar a vida do Caboclo Roceiro, “sem sorte, sem terras e sem lar”:

Caboclo roceiro das plagas do norte,
Que vives sem sorte, sem terras e sem lar,
A tua desdita é tristonho canto,
Se escuto o teu pranto, me ponho a chorar.

Ninguém te oferece um feliz lenitivo,
És rude, cativo, não tens liberdade.
A roça é teu mundo e também tua escola,
Teu braço é a mola que move a cidade⁴¹.

Era na roça onde se aprendia que a vida era adversa desde os primeiros anos de meninice quando se começava a ajudar a família no eito. Era lá onde se fazia as primeiras contas de uma aritmética injusta, quando via o pai receber o mirrado ganho, ou entregar um tanto da produção ao dono da fazenda. Outros sinais de injustiça eram compreendidos à medida que o tempo passava. Para o poeta do campo, esse trabalhador era cativo, pois estava preso à teia da dominação, dificultando, sobremaneira, as formas de burlar esse código perverso, forçando-o a aprender e inventar na escola da vida as variadas formas de resistir.

⁴⁰ Em relação à temática dos contos populares que permeavam a imaginação das comunidades sertanejas, ver os trabalhos: SOUSA, Silvana Vieira de. **Cultura de falas e de gestos: histórias de memórias**. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas; CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

⁴¹ Patativa do Assaré. **Cante lá que eu canto cá**. 2008. 15ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, p. 99.

Para João Felismino de Souza, recordar o tempo de criança é falar sobre uma memória “desagradável” e uma experiência comum às crianças pobres que viviam nas fazendas dos “coronéis”:

Olha, a minha infância é uma infância tão desagradável, não dá assim muita vontade da gente repetir recordação do meu tempo de criança, mas como você está me perguntando, eu vou tentar reviver um pouco. [...] quanto aos meus primeiros anos de vida, foram anos desagradáveis com anos de todas as crianças pobres que viviam nas fazendas dos coronéis, cujos pais tinham a obrigação estrita de obedecer a ordens do coronelismo daquele tempo. [...] os filhos também tinham a mesma obrigação⁴².

Interpelado pela entrevistadora, João Felismino, antes mesmo de anunciar como fora seu tempo de infância, antecipa se tratar de época sofrida; não compensava relembrar. Utilizando o recurso da negação, devido não gostar de lembrar desse período, o camponês organiza sua narrativa no sentido de registrar que a vida das crianças do campo era marcada pelo sofrimento e pelo trabalho obrigatório. A estratégia de não lembrar reforça ainda mais quão penosa fora sua vida nas fazendas onde morou. Para ele, não bastava apenas citar os anos hostis, era preciso deixar claro que se tratava de uma experiência dolorosa, razão pela qual só se devia falar quando perguntado. Ao falar de si, João Felismino utilizava seu exemplo no sentido de denúncia e desejando que tais marcas ficassem presas ao passado. Falar de si era, antes de tudo, expor as situações indignas, a vida maltratada, carregada de muito trabalho e grandes dificuldades. Vida que muitas vezes acabava antes da hora, como lembra Severino ao se apresentar durante sua retirada em busca do mar, escrito por João Cabral de Melo Neto:

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte Severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte Severina
ataca em qualquer idade,
e até gente nascida) (MELO NETO, 2007, p. 92)

Assim era a vida Severina dos pobres do campo. Compartilhando dor e sofrimento, com sucessivas negações, teimavam em resistir, fazendo de cada dia vencido uma batalha em busca da resistência. Suportavam as precárias taperas de moradia, resistiam às injustas e desumanas empreitadas nas frentes de serviço, quando não dava mais para aguentar a seca prolongada, saíam em busca de “ajuda”. Decidiam iniciar nova jornada após sucessivos

⁴² Entrevista. João Felismino de Sousa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 1-2.

despejos, se agarravam à rala alimentação, inventavam suas festas e momentos livres para suportarem a vida Severina.

Alguns tiveram a oportunidade de registrar suas vivências, contribuindo para a reconstrução do passado camponês no Ceará. Vicente Pompeu da Silva faz parte desse grupo. Nascido em 1923 na zona rural de Potengi, ao sul do Estado, filho de agricultores pobres “daqueles sem-terra mesmo, dos que trabalhava agregado aos outros”⁴³, aos três anos de idade experimentou seu primeiro despejo, passando a viver numa localidade chamada Tanque, distante seis quilômetros do centro de Iguatu, na região centro-sul do Ceará. A família de onze pessoas trabalhava em propriedades arrendadas, obrigada a pagar a metade dos melhores produtos colhidos, além de pagar o cambão, que na época consistia em trabalhar sem salário “Dois ou três dias por semana da roça dele, chama-se serviço de cambão: três dias na roça dele. Isso quando a gente é morador, é obrigado a fazer isso.”⁴⁴ Vicente Pompeu era o mais velho dos filhos, começou a trabalhar ainda criança. Como a escola para os filhos dos trabalhadores era quase inexistente, teve pouco tempo para conhecer as primeiras letras, aprendendo “a cartilha do ABC e as quatro operações”⁴⁵. A professora, lembra, chamava-se Dona Cecília, que ensinava a todos da região a aprender a ler as cartilhas e fazer as lições no período noturno. Entre o trabalho pesado na lavoura e o estudo, brincava de “Galamarte”, espécie de gangorra giratória, feita por eles mesmos, onde brincavam até ficarem tontos e caírem. Também soltavam pião no terreiro, jogavam maneiro-pau, dançavam o bumba-meu-boi.

Outro exemplo vem da experiência de José Leandro Bezerra da Costa, natural de Várzea Alegre, região do Cariri, sul do Ceará, nasceu em 1906 no Sítio Sanharol, pequena propriedade pertencente a seus pais, Manoel Leandro Bezerra e Glória Maria de Jesus, local onde mantinham produção agropastoril. Seu pai dispunha de condição razoável em relação aos demais agricultores dessa época, talvez por não depender só da atividade agrária, pois alternava seu tempo entre a lavoura da terra e os serviços de “Tropeiro”. “Ele tinha uns oito ou dez burros e viajava comprando farinha em Santana do Cariri e em Campos Sales, naquelas bandas, e trazendo pra vender de Várzea Alegre até Cajazeiras do Rio do Peixe.”⁴⁶ Nas lembranças de

⁴³ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p.1.

⁴⁴ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 2-3.

⁴⁵ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1965: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011, p. 107.

⁴⁶ Entrevista. José Leandro Bezerra da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 02.

José Leandro, o sítio mantinha dinâmica produtiva, além da lavoura de arroz e algodão, havia uma “bolandeira”, máquina movida à tração animal, produtora da pluma de algodão. Seu pai vendia algodão para outras regiões, como Quixadá e Aracati. Embora o sítio fosse de propriedade de sua família e contasse com o trabalho de lavradores da região, José Leandro começara a trabalhar aos cinco anos de idade. Sua principal obrigação era cuidar da alimentação dos bezerros, vacas e ovelhas, tangendo-os de manhã cedinho e ao anoitecer. Em suas lembranças de infância, conta que tinha inveja das crianças filhas dos trabalhadores de seu pai, diferente dele e de seus irmãos, elas “viviam de bodoque, matando passarinho. Eles não trabalhavam.”⁴⁷ Seus primeiros estudos aconteceram numa escolinha improvisada na casa de uma irmã que voltou ao Sanharol após concluir o curso primário, passando então, a ensinar-lhe as primeiras letras.

Vidas como a de João Felismino de Souza, agricultor da região do Cariri, nascido em 1922 em Santana do Cariri. Filho de agricultores pobres presenciou, durante sua infância, seguidas ordens de expulsão dos proprietários da terra. Quando o despejo não vinha como ordem a ser cumprida, vinha da falta de condição em continuar vivendo onde sua família se estabelecera, por conta da estiagem. Em tempos de seca, são obrigados a migrar em busca de sobrevivência. João Felismino, como os milhares de camponeses não tiveram tempo para estudar; no seu caso foram apenas quatro semanas, o suficiente para aprender as primeiras letras, e para despertar o interesse pela leitura de “tudo que foi de papel escrito”⁴⁸. Suas irmãs, lembra, trabalhavam de doméstica nas casas de famílias abastadas, sofrendo desde meninas o peso carregado pelas mulheres pobres, quase sempre privadas de frequentar escolas.

2.2 “Quem pode viver dessa forma?”

Importa perceber como se trabalhava no campo no Ceará, as características predominantes na produção, a relação que prevalecia, entendendo o trabalho como chave central de compreensão da estrutura de dominação. Deve-se observar a vida camponesa marcada pela exploração das elites agrárias que historicamente usurparam a dignidade da vida dos pobres do campo. Consolidando uma estrutura fixada desde tempos coloniais, grandes fazendeiros concretizavam seu domínio impondo danosos contratos, por vezes selados

⁴⁷ COSTA, José Leandro Bezerra da. **Depoimento**. Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará-IOCE, 1988, p. 21.

⁴⁸ Entrevista. João Felismino de Souza. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 3.

oralmente, regidos pelo abuso de poder, sem qualquer garantia ao trabalhador que geralmente não contava com apoio jurídico para reaver os abusos operados pelos proprietários.

Através dos dados coletados por Clóvis Caldeira enquanto membro da Comissão Nacional de Política Agrária em 1952, pode-se perceber a fragilidade das relações de trabalho no campo, porquanto a maioria dos contratos firmados entre trabalhador e proprietário se firmavam verbalmente, sem registros escritos que comprometessem de alguma maneira os contratadores. Os dados informam que na região Norte os contratos materiais correspondiam apenas a 2% dos catalogados; no Nordeste 7%, Leste 9%, Centro-oeste 6%, Sul 23% (CALDEIRA, 1955, p.9). Partindo dessa amostra, deduz-se que em todo o Brasil se erguem as bases materiais do desmando e a ausência de regulamentação do trabalho no campo. A Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA) é instalada em 1952 nesse contexto de ausência de proteção do trabalho, com o objetivo de estudar e propor medidas segundo as fontes de desenvolvimento da economia agrícola, além do que se convencionou chamar de “bem-estar rural”.

No Ceará, os contratos estabelecidos nas propriedades obedecem a mesma lógica observada nas demais regiões do país. O relatório da (CNPA) conclui que dos 72 contratos pesquisados nos municípios cearenses, 66 eram estabelecidos de forma verbal (CALDEIRA, 1955, p.10). Essa era a forma que o trabalhador encontrava para tocar a vida. Sem condições de rejeitar a exigência imposta, talvez por saber que na próxima fazenda se depararia com semelhante situação, ou por não encontrar amparo legal junto aos órgãos do Ministério do Trabalho. Para poder sobreviver, aceita a “sujeição” que o patrão determina. Essa circunstância guardava traços desde o período de crise do escravismo, quando se concretizou o projeto de substituição da força de trabalho escravo pela europeia nas grandes lavouras de café e em menor escala nas de cana-de-açúcar, sobretudo na região sudeste do país. Com isso, consolidando-se o regime de colonato. Entendidas como o triunfo do capitalismo na produção agrícola pós-abolição, as relações que irão se estabelecer permitirão preservar o monopólio da terra pelas oligarquias agrárias e determinarão novas formas de trabalho coactivas, que juridicamente já não era considerado cativo.

As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como virtude da liberdade. (MARTINS, 1990, p. 18)

Resgatando os mecanismos utilizados pela classe dominante rural para lograr êxito no projeto de implantação do colonato nos grandes cafezais paulistas, José de Souza Martins

assinala como foi construída essa nova forma de exploração do trabalho no campo. Já não interessava mais a força de trabalho cativa, era preciso investir no “trabalho livre”, incentivando a colonização em que se aproveitaria a mão-de-obra camponesa do tipo familiar, fortalecendo a renda da terra. Por mais que esse mecanismo seja considerado como uma relação não-capitalista, em essência trata-se do “produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital”, uma vez que antigas formas de dominação são redefinidas possibilitando a reprodução do sistema de exploração do trabalho no campo. Ariovaldo Umbelino Oliveira assinala o controle da terra e a apropriação da produção camponesa como as medidas mais adotadas para capitalização da renda da terra, sistema responsável pela miséria dos trabalhadores rurais.

Dessa forma, o caminho para se entender essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais relações não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. [...] Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. (OLIVEIRA, 2007 p. 40)

No Ceará, a forma de produzir utilizando trabalho “livre” ganha força ainda no século XVIII nas fazendas de gado que se estabelecem usando o sistema de parceria, onde o vaqueiro em muitas ocasiões também era responsável pela plantação, papel fundamental no processo produtivo (BARBOSA, 2000). Cabia ao vaqueiro, dentre tantos ofícios, cuidar “diretamente do gado”, saindo em busca de pasto às reses, contar as cabeças, marcar a ferro, negociar o preço nas vendas, sempre com o cuidado de prestar contas ao dono da fazenda, relação de trabalho aparentemente mais livre, todavia os vaqueiros estavam subordinados a um forte sistema de dominação como os demais trabalhadores empobrecidos do campo⁴⁹. Posteriormente, a cultura do algodão, principal produto na economia do Ceará, foi cultivada também pelo trabalhador livre, herdando a forma de partição do vaqueiro, tendo que trabalhar sujeito à lógica dos interesses de quem detinha o controle da terra. São formas de trabalho que preservam, antes de tudo, o benefício do patrão, que aproveitando a concentração de terra nas mãos de um pequeno grupo, e quase sempre não sofrendo interferência externa pelos órgãos públicos, dita as regras a serem seguidas pelos trabalhadores.

⁴⁹ Discutindo as ideias tanto do folclore quanto de estudos anteriores sobre a figura do vaqueiro, Joana Medrado enfeixa importante discussão ao analisar as condições de vida e trabalho do vaqueiro, com atenção às tentativas de ordem vária dos trabalhadores em busca de sobrevivência e melhores condições de vida. MEDRADO, Joana. **“Terra de vaqueiros”**: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Ao longo do tempo, essa junção entre privação de terra aos pobres e exploração do trabalho foi se consolidando em praticamente todo o país, já que havia terra e força produtiva em abundância sob o domínio da classe senhorial nos campos brasileiros, razão para o empobrecimento dos camponeses ao longo da história brasileira. Em clássico estudo sobre a questão agrária no Brasil, Caio Prado Júnior aponta:

Em suma, os êxitos comerciais da agropecuária brasileira são essencialmente devidos a duas circunstâncias – disponibilidades relativamente abundantes de terras e de força de trabalho –, circunstâncias essas que constituem precisamente os principais fatores determinantes dos baixos padrões de vida da população trabalhadora rural. (PRADO JÚNIOR, [1960] 2014, p. 300)

O estudioso lembra que a produção agrária brasileira, desde seu início, foi baseada na miséria camponesa. Toda a organização do cultivo, do criatório e as elevadas taxas de produção com seus volumosos índices de exportação estavam cimentada sobre a pobreza extrema dos trabalhadores. Dessa constatação, inferimos que os problemas do campo resultam da estrutura social erguida desde tempos coloniais, tendo como prioridade a exploração da natureza e do trabalho humano. Mesmo com as transformações mais significativas, como a substituição do trabalho escravo, a miséria é traço marcante na vida dos trabalhadores até os nossos dias. No Ceará, verifica-se igual situação, principalmente pela terra estar presa pelas cercas dos proprietários que encontram nos arrendamentos importante fonte de lucros, restando a muitos camponeses buscarem essa forma de trabalho e sustento. As atividades econômicas predominantes no Ceará até os anos 1980, em grande medida, ligavam-se à pecuária e à agricultura, figurando o algodão, cana-de-açúcar, feijão, arroz e milho entre os principais produtos agrícolas, e o gado bovino na pecuária. O que se verifica é a exploração do trabalho regendo toda essa cadeia produtiva. No sertão cearense, região conhecida pela plantação de algodão, no distrito Carnaúba, em Iguatu, boa parte da produção vinha de áreas arrendadas. Partindo da leitura da “Carta da roça”, assinada por Francisco Chagas Rosa ao jornal *Terra Livre* em 1954, se conhece o que se passava por trás de toda aquela cortina branca dos algodoads:

Conversando com o arrendatário Francisco Ferreira Lima, este me disse que ia guardar o algodão para plantar, porque seria melhor do que vender uma arroba de algodão por cem cruzeiros e depois comprar uma de caroço por noventa para semente, sendo descontado 35% em cada saco na venda do produto. Os camponeses dessa região estão descontentes, da maneira que vai não é possível suportar mais a situação. Além de quatro anos de seca que acabamos de atravessar, nossos produtos não têm valor. Depois que termina a safrinha miúda fica o lavrador abandonado sem um pequeno serviço que dê para ganhar ao menos para comprar o cigarro. A maioria dos camponeses daqui já deixou de tomar café e de fumar, por que não é possível se vender dez litros de feijão para comprar uma quarta de café. O mesmo acontece com o sabão: não podemos mais lavar roupa custando a barra sete cruzeiros, quando vendemos uma

arrouba de oiticica por quinze cruzeiros apenas, pois neste caso uma arrouba de oiticica só dá para comprar duas barras de sabão⁵⁰.

A “carta da roça” traz informações valiosas sobre as transações econômicas na lavoura. Após conseguir firmar acordo e arrendar terra de algum proprietário, o rendeiro não conseguia vender seu produto a preço justo. Em algumas ocasiões, nem chegava a vender o algodão, pois o preço que queriam pagar não compensava. Talvez pelo fato de muitas vezes a venda ter que se dar ao próprio dono da terra arrendada, momento em que aproveitava para explorar ainda mais o trabalhador que, se vendo diante de tamanha injustiça, resolve guardar a safra de algodão para replantá-la posteriormente. A expectativa era na safra seguinte conseguir vendê-la a um preço mais justo.

A vida se tornava mais difícil. Tomar café e fumar um cigarro se tornaram hábitos esporádicos, visto que era cada vez mais difícil adquirir certos produtos. Para adquirí-los, era preciso primeiro vender o que se tinha em casa. Importa perceber que o camponês deixa registrado o que de fato interessa para ele. A carta permite compreender a desvalorização do produto do trabalhador, uma outra forma de exploração no campo. Não era razoável, e o senhor Francisco Ferreira Lima tinha convicção, vender dez litros de feijão para comprar uma quarta de café. Lavar as roupas com sabão também não era permitido com frequência, visto que duas barras custavam o preço de uma arroba de oiticica.

Num mundo marcado pela necessidade e falta de condições, era impossível aos pobres o acesso ao alimento, tornando sua ração diária cada vez mais insuficiente. E isto somado ao fato da sua produção ter menos valor no mercado e ter que pagar anualmente ou semestralmente a renda da terra, muitas vezes supervalorizada. A renda era cobrada em dinheiro ou percentual da produção, sendo bastante questionada pelos trabalhadores, e um dos principais motivos da miséria e da fome no campo. Devido ao elevado valor do arrendamento pouco sobrava, e as dificuldades se percebem também no tempo do inverno:

Viajamos agora mesmo em toda a Estrada de Ferro de Sobral. Não há entusiasmo com o inverno. Não houve ajuda do governo com sementes e enxadas para os lavradores pobres. Uma enxada está custando, no Interior, Cr\$60,00. Um quilo de semente de algodão custa Cr\$4,80. Arroz, feijão e milho para semente não há, e os ricos, que possuem depósitos, se aproveitam da falta para vender caro. Outro fato que impede o desenvolvimento da produção é a ganância dos latifundiários. Sobem os arrendamentos, a ponto de ser exigido pagamento da renda em dinheiro e adiantado, como nos Municípios de Maranguape, Pacatuba, Camocim, Fortaleza e Pacajus, ou então os meeiros são obrigados a trabalhar dois dias por semana para o proprietário⁵¹.

⁵⁰ Terra Livre. 2ª quinzena de outubro de 1954, p. 2.

⁵¹ Terra Livre. 2ª quinzena de abril de 1955, p. 4.

Para se obter terra era cobrado um adiantamento da renda, exigência muitas vezes difícil de atender, pois os lavradores expulsos das fazendas onde viviam não recebiam qualquer indenização ou o produto de suas roças, razão que os obrigava a aceitarem trabalhar dois dias da semana ao proprietário, sem qualquer ganho. Mesmo no inverno, época de grandes safras, o trabalhador era impossibilitado de adquirir ferramentas, como enxadas; só conseguia adquirir sementes para cultivar, já que o preço do arroz, do milho e do feijão estava sob controle dos comerciantes.

O arrendamento consistia em grande entrave ao camponês, pois era a partir daí que a dominação no campo se aprofundava. Esse mecanismo possibilitava aos latifundiários explorar de todas as maneiras possíveis aqueles que necessitavam de terra para produzir⁵². Ganhavam no arrendamento e na compra dos gêneros ali produzidos: “O lavrador José Augusto explicou que a Lagoa tem 20 tarefas de terra e que todos os anos eles enchem essas 20 tarefas de arroz, pagando uma renda de 25 por cento”⁵³. A informação vem de um distrito de Iguatu, conhecido como Lagoa do Toco. Por ser uma região de várzea, o cultivo predominante do arroz também não oferecia maiores garantias, uma vez que existia a obrigação de repassar a quarta parte da produção ao dono do sítio. Muito se trabalhava, é certo, porém a expropriação não permitia o acesso dos trabalhadores aos recursos produzidos. Ciente da exploração de seu trabalho, o camponês resume em uma frase aquela estrutura de dominação: “Aqui a gente morre de trabalhar e não faz nada na vida”⁵⁴. Caio Prado Júnior indica que essa imposição por parte dos proprietários se dava em grande maioria pela condição do camponês sem-terra para viver e trabalhar, ter que se sujeitar aos acordos, já que o “virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles. ” (PRADO JÚNIOR, [1960], 2014, p. 300)

Quando os camponeses sabiam de um lugar que não cobrava renda, ou de faixas de terras devolutas, partiam esperançosos na expectativa de se beneficiar dos frutos que cultivavam. Vicente Pompeu, lembrando das várias mudanças de sua família, afirma que a motivação principal era fugir dos arrendamentos injustos:

Lá se plantava algodão, terra boa de algodão é Iguatu, milho, feijão, arroz, é a terra que dá mais algodão, e arroz é o Iguatu, Várzea Alegre, etc. Terreno muito bom, é

⁵² Para melhor compreensão da problemática em relação à teoria geral da renda da terra, ver o trabalho: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

⁵³ Terra Livre. 1ª quinzena de julho de 1955, p. 4.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 4.

uma beleza. Então se pagava a renda da maneira que eles queriam. Depois lá, quando eu fiquei de maior mudamos do mesmo Iguatu, lá para um local que se chamava Inhamuns, a região dos Inhamuns, que a capital dos Inhamuns é Tauá, de muita terra de carrasco, e de muito fazendeiro, então fomos pra lá. O meu pai pensando que lá era melhor do que o Iguatu, porque tinha muita terra e o povo dava terra, o que a gente queria era mato pra brocar, e não queria renda, e não queria renda⁵⁵.

No Iguatu se produzia algodão, arroz, feijão, milho, e Vicente Pompeu deixa transparecer que o problema do sertão cearense, e até do brasileiro, não era o clima como se costumava afirmar, a terra era boa. A dificuldade residia no fato de serem trabalhadores sem-terra. Para a família de Vicente Pompeu valia o risco de experimentar outras experiências. Mesmo sabendo do terreno cercado por “fazendeiros” e “carrascos”, a expectativa era encontrar nem que fosse “mato para brocar” e fazer sua roça, sem a necessidade de pagar em dinheiro ou em parte da colheita. Todo esse risco a ser enfrentado nos Inhamuns era incentivado pelo desejo expresso na fala do camponês ao afirmar que “não queria renda”.

Sair em retirada em busca de terra livre dos arrendamentos demonstra que o trabalhador do campo não aceitava aquela situação, grande desafio a ser enfrentado, já que a concentração fundiária verificada no Brasil e no Ceará confirmava a exploração no campo. Caio Prado Júnior, em estudo publicado na década de 1960, concluía que os arrendamentos e toda forma de espoliar os camponeses resultava em grande medida da desigual distribuição de terra:

A concentração da propriedade fundiária que se revela nos nossos dados estatísticos é efetiva e real, isto é, representa uma distribuição extremamente irregular da propriedade da terra entre os indivíduos que a ocupam, nela exercem sua atividade econômica e dela dependem para sua manutenção. Não se trata unicamente de uma concentração de terras desocupadas e vazias, ou mesmo apenas semiocupadas. É a concentração, em poucas mãos, de terras habitadas onde se multiplicam muitas vezes as mãos, de terras habitadas onde se localiza e comprime a totalidade da população rural brasileira. É em suma uma concentração de terras e propriedade que significa também concentração de domínio sobre recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência daquela população. (PRADO JÚNIOR, [1960], 2014, p. 306)

Essa observação reforça a conclusão sobre a assimetria na distribuição de terras reforçando a manutenção dos códigos de dominação. Controlar a terra significava tentar controlar quem dela vivia. Estratégia presente no interior brasileiro desde tempos coloniais com o sistema de sesmarias, e reforçado na Lei de Terras de 1850, consolidando o fortalecimento da elite agrária após a instauração da República. Os números do Censo Agrícola de 1950 reúnem a radiografia da propriedade no Brasil. Os estabelecimentos com mais de 200 hectares somam aproximadamente 80% da terra no país, área controlada geralmente por 10% do total de

⁵⁵ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 3.

proprietários recenseados. (PRADO JÚNIOR, idem.) Havia muita terra sob o domínio de poucos, proporção que se encontrava também no Ceará.

Seguindo os gráficos apresentados pelo IBGE em 1950, nota-se que as propriedades com mais de 200 hectares representavam 13% dos imóveis rurais, porém correspondiam a 67% da área do Estado. No Sertão central se localizava a maior concentração fundiária, as propriedades com mais de 200 hectares correspondiam aproximadamente a 81,3%, seguido pelo sertão do Sudoeste (Inhamuns) com 74,2% e do Sertão centro-Norte com 73,5%⁵⁶.

Tabela 1 – Tamanho das propriedades no Ceará por regiões - 1950

Zonas	Área (ha)	Menos de 100 ha		De 100 até menos 200 ha		Mais de 200 ha	
		núm.	área	núm.	área	núm.	área
Sertão do baixo e médio Jaguaribe	1272255	81,0	21,0	8,2	12,7	10,8	66,3
Sertão do Salgado e Jaguaribe	1131982	79,8	30,4	11,5	19,0	8,7	50,6
Cariri	636826	88,2	33,0	6,5	16,8	5,3	50,2
Litoral	1412942	76,5	21,3	12,0	15,7	11,5	63,0
Baturité	306258	83,6	18,9	8,2	11,7	8,2	69,4
Sertão central	1535073	61,0	9,0	16,4	9,7	22,6	81,3
Sertão centro-norte	1925955	65,0	13,7	15,8	12,8	19,2	73,5
Ibiapaba	450889	86,8	30,4	7,0	14,8	6,2	54,8
Sertão do sudoeste	1528697	61,7	13,3	17,9	12,5	20,4	74,2

Fonte: Censo Agropecuário de 1950. Apud: PRADO Júnior, Caio. Op.cit. p. 312.

⁵⁶ Os dados aqui escolhidos para analisar a organização fundiária brasileira e especificamente cearense estão contidos na série histórica dos Censos Agropecuários do IBGE e a série histórica do Índice de Gini do IBGE. Utilizado para calcular o grau de igualdade a partir de uma equação que apresenta resultado variante de zero a um, o coeficiente, pensado pelo italiano Conrado Gini, dimensiona se uma determinada sociedade apresenta grau de completa igualdade se seu produto for igual a zero e completamente desigual se somar um. Há ainda outra forma de se ter um panorama da terra no Brasil a partir dos dados contidos na Estatística Cadastral do INCRA. Para aprofundamento da estrutura agrária cearense, consulte-se ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. Tese de Doutorado em Sociologia. UFC, Fortaleza, 2004.

O coeficiente do Índice de Gini verificado no Ceará em 1950 e 1960 era de 0,752 e em 1970 era 0,791⁵⁷. De acordo com Amaro Alencar, os índices que variam entre 0,501 e 0,700 indicam forte concentração de terra, contribuindo para reforçar as relações de poder no interior cearense. São dados que permitem imaginar os desafios dos pobres da terra em sua longa marcha em busca de sobrevivência, tendo que se refazer quase que cotidianamente num mundo repleto de cercas e donos de terras. Tem-se, portanto, o quadro da propriedade no Ceará, formada em sua maioria por latifúndios cuja produção baseava-se predominantemente na renda da terra, sem mecanismos de fiscalização, nem defesa dos trabalhadores, o que facilitava a exploração do trabalhador camponês, posto que os arrendamentos eram pensados a partir da lógica de dominação dos proprietários.

As terras ainda não exploradas atraíam primeiramente aqueles dispostos a escapar dos arrendamentos com o objetivo de melhorar a vida. Os dados recolhidos pelo Departamento de Terras e Colonização, na década de 1950, anunciam um significativo conjunto de terras devolutas que, embora servindo ao propósito de muitos camponeses, a história nos mostra que guardavam a função especulativa:

Segundo a opinião de alguns estudiosos [...], existem cerca de um milhão e quinhentos mil hectares de terras devolutas no Ceará. Nos “estudos e reconhecimentos prévios” feitos pelo Departamento de Terras e Colonização, já foram cadastrados 733.821 hectares de terras devolutas, nos seguintes municípios: Acopiara, 9.636; Aracoiaba, 108.280; Aracati, 2.181; Baturité, 35.065; Camocim, 147.330; Crateús, 4.720; Crato, 111.055; Independência, 12.668; Itapagé, 14.913; Itapipoca, 86.834; Pacajús, 41.249; Pentecostes, 3.326; Quixadá, 17.124; Quixeramobim, 27.252; Russas, 4.073; Sta. Quitéria, 3.164; Senador Pompeu, 32.360; Sobral, 72.591 hectares⁵⁸.

As terras devolutas remontam ao sistema de sesmarias no período colonial, quando a terra se constitui como elemento de privilégio repassado oficialmente a quem pudesse tocar a atividade agropecuária orientada pela coroa. Durante o Império, a Lei de Terras de 1850 assim fixou e definiu o termo “terras devolutas”:

Originalmente, o termo devoluto referia-se a terras devolvidas para indicar as terras dadas por sesmarias que não foram cultivadas e, portanto, devolvidas à Coroa. Aos poucos, o termo foi sendo empregado para referir-se às terras livres, em tese não ocupadas, que, uma vez discriminadas, tornar-se-iam parte do patrimônio do poder público. Com a Lei de Terras de 1850, a definição de terras devolutas passou a estar expressa pelo art. 3º da lei. Segundo eles: “São terras devolutas: 1) as que não se acharem aplicadas a algum uso público; 2) as que não se acharem em domínio particular; 3) as que não se acharem dadas por sesmaria; e 4) as que não se acharem ocupadas por posse que, apesar de não se fundarem em título legal, foram legitimadas por essa lei”. (MOTTA, 2005, p. 469)

⁵⁷ SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, Boris. História Geral da civilização brasileira. **O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964)**. Tomo III. Volume 4. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p.193

⁵⁸ Terra Livre. 2ª quinzena de fevereiro de 1956, p. 4.

Buscava-se pelo meio jurídico demonstrar força quanto ao processo de ocupação das áreas ainda não exploradas, resguardando, todavia, a propriedade existente, legitimada inclusive pelo novo código. Era a demonstração que as terras soltas do Império também possuíam dono, nesse caso o Estado, detentor do direito de escolher para quem seriam destinadas essas terras. Existia, portanto, forte disputa oriunda do choque de interesses entre diferentes atores sociais que vislumbravam esses espaços devolutos para seu usufruto. Disputa que geralmente era ganha pelos proprietários de terras que se mobilizavam de diferentes maneiras para garantir essas terras, como assinala Lígia Osório da Silva⁵⁹. Resistindo fortemente à aprovação da Lei, inserindo modificações no texto original ou se valendo da ineficácia da lei, a elite rural brasileira tentou de várias formas se beneficiar dessas terras. Para os pobres, esses espaços representavam possibilidades de seguir a vida longe do domínio senhorial, almejando que sua produção não iria acabar na cobrança da renda da terra.

É importante ressaltar que essas terras eram procuradas pelos camponeses, incluindo até aquelas mais distantes. Sabendo que em determinados lugares existiam faixas de terra onde não se cobrava renda, a notícia circulava e o trabalhador se municiava de informações para a mudança. Em muitos casos, o faziam. Vicente Pompeu, por exemplo, saiu do Iguatu ao saber da existência dessas terras nos Inhamuns. Às vezes, sabiam de localidades em que a renda era menor e vizinhas a regiões que não se pagava renda, como lembra, outro camponês, Manoel Marques da Costa:

E naquele tempo, todo mundo criava alguma coisa, porém o patrão começou a não querer, e dizer que a terra era pouca, que a forragem era pouca, e a gente foi se desgostando e vendendo o que tinha, se desgostando e procurando trabalhar em outras propriedades. Até que procuramos a Serra da Ibiapaba, onde a terra é devoluta. Na parte pertencente ao Ceará, a gente pagava a renda de meia, e na parte pertencente ao Piauí, essa não se pagava nada de renda a ninguém⁶⁰.

Manoel destaca a motivação principal para sair da terra onde o proprietário aplicava condições insuportáveis de renda. A saída foi buscar outros territórios de fronteira, inclusive, para tentar sobrevivência. O que atraiu sua família foi a oportunidade de encontrar um lugar que não cobrasse renda, vislumbrando melhores condições. Na década de 1940, recorda que água só se encontrava em “cacimbão, de 3 a 4 léguas de distância”, motivo pelo qual levou sua família a procurar novas notícias que indicassem um melhor lugar para viver.

⁵⁹ SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991. Para compreensão da complexidade e tensões durante a época de aplicação da Lei de Terras, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2ª edição. Niterói: EDUFF, 2009.

⁶⁰ Entrevista. Manoel Marques da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 2.

Essas terras devolutas foram e continuam sendo alvo de disputas de classe no campo, algumas sendo ocupadas pelos camponeses sem terra com objetivo de produzir alimentos livre da exploração reinante nas propriedades, outras servindo à especulação fundiária aliada à grilagem⁶¹. Os grandes proprietários buscam crescer seus domínios garantindo a exploração do trabalhador do campo e exigindo renda. As terras devolutas também poderiam ser prenúncio do enfraquecimento da meia, da terça, da quarta; o fim do trabalho alugado, ou até do morador e do assalariado. Seria preciso, portanto, controlar essas faixas de terra, dificultando ao máximo a ida dos trabalhadores a esses locais. Teria, do mesmo modo, que fortalecer a forma de parceria, mantendo o camponês vulnerável ao latifúndio.

O produto agrícola de maior relevo cultivado no Ceará durante as décadas de 1950 a 1970 foi o algodão, seguido da pecuária. Além desses itens, apontava-se a relevante produção de milho, feijão, mandioca, arroz e café, que movimentavam o comércio no interior do Ceará. A fruticultura se dava em áreas específicas, tais como a produção de banana no maciço de Baturité e na Serra da Uruburetama, e o caju ao longo do litoral.

O algodão era cultivado em grande parte no sistema de meia, concentrado, sobretudo, nos sertões central e norte. Recrutava-se o trabalhador para as terras onde se exigia a metade de toda a produção como forma de pagamento do uso da terra. Essa metade variava de acordo com a fazenda. Em algumas ocasiões a divisão se dava pela qualidade da colheita, em que o meeiro devia entregar ao proprietário o algodão de melhor qualidade, restando ao camponês o pior da colheita. Outras vezes, a meia era regida pelo regime de chuvas. Ordenava-se a entrega de toda a colheita durante seis meses, geralmente os gêneros de maior valor no mercado, e liberavam-se os meses restantes para o camponês cultivar e colher sem obrigação de repasse. Em outras propriedades o trabalhador só desfrutava no primeiro ano de cultivo, devendo entregar toda a safra ao patrão a partir do segundo ano, conforme observada da leitura do jornal *Democrata* de 1946, muitas vezes os fazendeiros se beneficiavam trocando alguns gêneros por outras mercadorias, reduzindo o poder de compra já tão escasso entre os camponeses.

Plantando algodão o meeiro só tem direito ao roçado no primeiro ano. Depois, o roçado passa totalmente para o poder do dono da terra. O mesmo acontece com a plantação da cana. O milho é adquirido pelos patrões aos operários a troca de mercadorias⁶².

⁶¹ ALENTEJANO, Paulo. Terra. In: CALDART, Roseli Salete. (Org.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

⁶² *Democrata*. Julho de 1946, p. 4.

A meiação consistia num forte mecanismo de exploração dos pobres do campo, de um modo geral, não se podia sobreviver apenas com a metade da produção que o patrão destinava ao trabalhador, pois nem sempre a parte do trabalhador era de fato a metade. Tudo podia piorar quando as formigas roçadeiras e outros insetos a comprometer a safra se somavam à praga do latifúndio:

Aqui nesta Serra não se pode mais viver, temos dois inimigos perigosos, que vivem nos perseguindo: são os latifundiários e as formigas. Se o camponês planta de terça, na realidade sai mais que de meia. Uma parte do que produz é para o dono da terra, outra parte para as formigas, findo apenas uma terça parte para o camponês. Quem pode viver dessa forma? Se se planta de meia, ali é que o castigo é sério: a metade para o dono da terra, um terço para as formigas, o que é que fica para o camponês?⁶³

Aqui se dimensiona o grau de dificuldades cotidianas do lavrador cearense. Encontrando, muitas vezes, somente a plantação de meia para trabalhar, devia ainda enfrentar “as pragas” da lavoura. O proprietário exigia sua metade independente dos percalços da colheita, tornando o trabalhador cada vez mais empobrecido. Em muitas localidades, o meeiro só podia vender o produto de sua colheita ao dono da terra e sob condições desiguais, a preço abaixo do mercado, contribuindo para o agravamento da pobreza e garantindo o poder econômico da classe proprietária, que conseguia lucrar consideravelmente com a venda dos produtos adquiridos dos parceiros; um fazendeiro de Itapagé chegava a ganhar 0,80 centavos por quilo de mamona graças à exploração assegurada pelo sistema da parceria.

O meeiro não pode vender seu produto fora; tem que vender ao patrão por preços baixíssimos que não compensam o trabalho despendido. No caso da mamona, por exemplo, o patrão compra esse produto ao meeiro por 40 centavos o quilo e, imediatamente, revende, por Cr\$1,20 o quilo! Ganha assim 80 centavos à custa de sol a sol do trabalhador⁶⁴.

Havia também os trabalhadores diaristas ou alugados. Habitante de um simples casebre, o alugado, muitas vezes, buscava seus poucos ganhos com o trabalho intermitente em diversas fazendas. Em certas ocasiões, arrendava um determinado terreno e quando não estava lidando diretamente com o cultivo, alugava seu trabalho na apanha de algodão ou café, fazia coivaras, limpava as capoeiras, arrancava toco, consertava as cercas ou as paredes de um açude, retelhava a casa grande, abatia animais, serviços rápidos sem precisar se fixar na propriedade.

Para outros, viver alugado podia representar certa fuga à sujeição, haja vista que, em determinadas localidades, cabia ao trabalhador “escolher” para quem trabalhar esporadicamente. Motivados por vários pretextos, dentre eles a insuportável condição de continuar na propriedade, muitos camponeses se arriscavam em não se fixar, ou estabelecer

⁶³ Terra Livre. 2ª quinzena de fevereiro de 1956, p. 4.

⁶⁴ Democrata. *op.cit.*, p. 4.

parceria com apenas um proprietário, passando a trabalhar por dia ou por serviços pontuais. Assim agiu, por exemplo, Raimundo Rodrigues Maciel, camponês da Serra de Uruburetama que, depois de situações adversas em fins dos anos 1950, resolveu sair do sítio onde era morador em regime de parceria, procurando morada nos arredores da cidade, passando a “trabalhar de alugado para um e outro”⁶⁵.

Porém, o que para alguns significava possibilidades de escapar à sujeição, para outros, ser diarista era sinônimo de miséria e fome, pois o proprietário extraía o máximo de vantagem dessa relação, sobretudo quando se tratava da mão-de-obra de jovens que se sujeitavam a míseros salários para ajudar suas famílias. Na Serra do Araripe, o jovem Macário trabalhava recebendo de 8 a 10 cruzeiros por dia. Órfão de mãe, tinha que ajudar seu pai a criar seus nove irmãos pequenos fazendo os mandados do feitor nas fazendas daquela região⁶⁶. Em outra serra, a de Baturité, não podemos esquecer o exemplo das mulheres apanhadoras de café que recebiam seus ganhos baseados no tanto de alqueires que colhiam⁶⁷. Observando as proporções que definem um alqueire entre 1 e 19 hectares, ou seja, entre aproximadamente 12.000 e 193.000 m²⁶⁸, não custa imaginar quão penosa era a vida dessas mulheres que passavam o dia inteiro apanhando café em troca de doze cruzeiros diários.

Quando se comparava o valor recebido por esses trabalhadores aos produtos do mercado, o grau de miséria é ainda mais nítido. Em 1955, *O Terra Livre* noticiou que não saía por menos de Cr\$ 40,00 o quilo de café beneficiado, o quilo do grão por secar, torrar e moer saía a Cr\$ 12,00. Além do pagamento irrisório por alqueire colhido, os diaristas podiam ser pagos de modo diverso, a depender do tipo de “etapa”.

Quanto ganha uma apanhadeira de café no Ceará? Fizemos a pergunta a Dona Dica Pereira, do Sítio Abreu e ela nos disse que trabalha na catação de café em três etapas. A primeira que é a apanha nos pés, é paga a Cr\$24,00 o alqueire; a segunda é a “cata” no chão, a 0,80 centavos o litro. A terceira é ainda a “cata” no chão, à meia⁶⁹.

Colher café significava também catar o produto no chão, uma atividade que demandava maior esforço, tornando a lida mais demorada e penosa para aumentar o ganho ao fim do dia, já que o grão no chão custava oitenta centavos por litro catado. Outros passavam o

⁶⁵ Entrevista. Marina Teodósio dos Santos. José Romário Bastos. Fortaleza, janeiro de 2018. Acervo pessoal do pesquisador.

⁶⁶ Terra Livre. 1ª quinzena de janeiro de 1955, p.4.

⁶⁷ Terra Livre. 2ª quinzena de março, 1955, p.6.

⁶⁸ Referências encontradas na Tabela de medidas agrárias não decimais do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf. Acesso em 30/11/2017.

⁶⁹ Terra Livre. *op. cit.*, p.6.

dia de serviço para entregar a metade de todo grão catado ao dono do cafezal, o que resultava num pagamento que mal dava para garantir um litro de feijão e farinha. Além do eito, também haviam as tarefas realizadas em casa ou nas ribeiras, desempenhadas predominantemente por mulheres camponesas que, diante de tamanha dificuldade, realizavam serviços e conseguiam alguns trocados a mais. Em sua memória, João Felismino lembra de sua mãe trabalhando com vistas a driblar a escassez de sua família:

Minha mãe tinha muitas vezes que fiar algodão pra ganhar um pouco de sustento pra ajudar meu pai nas despesas da família. Minha mãe também chegou muitas vezes a lavar roupa de ganho, a engomar, a costurar na mão, e até remendar as roupas dos empregados do patrão⁷⁰.

As evidências apontam também que no Ceará havia trabalho assalariado no campo; geralmente em empresas rurais de pequeno porte, as maiores não chegavam a contar com 100 operários, responsáveis por serviços diversos em troca de um salário muito abaixo das fábricas⁷¹. Variando de estabelecimento, o salário era arbitrado muitas vezes somente pela vontade do dono, sem fiscalização. Os registros apontam a região do Cariri, com o cultivo e exploração da cana-de-açúcar e da produção de farinha, como a região de maior concentração de assalariados agrícolas no Ceará.

Para se ter dimensão quanto à remuneração ofertada nesses estabelecimentos, o Engenho Bebida Nova, localizado no Crato, destinava aos seus operários 12 cruzeiros por dia. A média da região variava de 12 a 20 cruzeiros, enquanto a legislação da época indicava 60 cruzeiros com direito a receber pelos domingos, feriados e dias santos sem trabalhar⁷². Na região do Maciço de Baturité, os dados reunidos pela visita do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Pacoti a 14 propriedades, entre sítios e fazendas, denunciavam que se pagava entre 8 e 10 cruzeiros por 10 horas trabalhadas por dia⁷³. Havia casos como o do feitor José Pequeno que recebia 20 cruzeiros, porém com jornada diária de 14 horas também na Serra do Baturité. Há notícias de que os assalariados de Guaraciaba do Norte, na Serra da Ibiapaba, eram pagos com um “salário de fome de 10 a 15 cruzeiros”. Os dias não trabalhados, domingo, dias santos não eram contabilizados.

A violência da elite fundiária também não poupava os trabalhadores que não estavam ligados diretamente ao domínio senhorial. Os posseiros, fixados em pequenas

⁷⁰ Entrevista. João Felismino de Souza. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p.1.

⁷¹ COSTA, José Leandro Bezerra da. **Depoimento**. 1988, p. 45.

⁷² Terra Livre. 2ª quinzena de setembro de 1956, p. 4.

⁷³ Terra Livre. 2ª quinzena de abril de 1955, p. 4.

propriedades geralmente alcançadas pela ocupação de terras devolutas, eram alvo constante dos grandes fazendeiros. O posseiro representa ameaça ao latifundiário, por não se sujeitar ao circuito dominante. Planta e colhe em sua terra, garantindo pelo menos o sustento. Esse camponês está fora das propriedades onde vigoram relações de trabalho injustas, representando, portanto, um sinal de enfrentamento à ordem estabelecida. Nesse sentido, a classe proprietária utiliza sua força para ameaçar os pequenos proprietários.

Para termos uma dimensão do quão forte é o poder dos latifundiários juncado na sociedade brasileira, no ano de 1983 o jornalista Antonio Callado observou como eles agiam para enfraquecer os posseiros. Callado retratou a situação dos camponeses no Pontal do Paranapanema após terem suas pequenas propriedades atingidas fortemente pelas cheias do rio Paranapanema. Sem destino certo, acabaram por procurar trabalho nas grandes fazendas dos arredores, se sujeitando à parceria.

Apesar de nossos diplomatas e estadistas terem acumulado tanta terra para o país, essa terra tem sido ciumentamente guardada pelo Governo, que pode dá-la aos amigos, às pessoas influentes. O povo que continue a ser meeiro, parceiro, tarefeiro nas grandes fazendas particulares. [...] No Brasil, até hoje, falamos em ‘invasores’ de terras como se Moisés, por exemplo, fosse de fato um invasor, vindo de outro país. Se um grupo não fincar pé disposto a tudo, inclusive a morrer de fome, erguendo o estandarte do ‘daqui não saio, daqui ninguém me tira’, a propriedade da terra no Brasil continuará se concentrando. (CALLADO, 1985, p. 17)

Moisés Simeão era um dos trabalhadores daquele acampamento. Ao escrever a Antonio Callado contou o motivo pelo qual estava em barracos à beira da estrada, se recusando a trabalhar sob o domínio dos grandes senhores da região, exigindo um espaço para morar e cultivar. A terra continuava sob posse de uns poucos com objetivos de crescer ainda mais a concentração fundiária, cabendo aos trabalhadores resistirem acampados como forma de pressionar o poder público.

Essa realidade do posseiro, constantemente ameaçado de perder sua propriedade devido ao avanço do latifúndio, é noticiada pelo *Terra Livre* em 1954:

Aumento do latifúndio. A tendência do latifúndio no país é para aumentar cada vez mais. É o que realmente vem acontecendo segundo podemos ver pelos dados estatísticos divulgados pelo Serviço Nacional de Recenseamento, referentes aos anos de 1950 e 1940. E esse reforçamento do latifúndio se dá a custa da desagregação de grande número de pequenas propriedades, do assalto dos grileiros às terras de posseiros, do empobrecimento e ruína dos agricultores pequenos e médios⁷⁴.

À medida que o latifúndio avançava, mais vulnerável ficava o pequeno produtor encurralado pelos grandes proprietários, além de enfrentarem a grilagem, uma maneira de

⁷⁴ Terra Livre. 1ª quinzena de agosto de 1954, p.1.

expropriação da terra. Ameaçados pela força do latifundiário com seu aparato da milícia rural, com o apoio da polícia, do judiciário e dos cartórios, vários posseiros presenciavam graves violações concretizadas de maneira vária. Intimações, agressões físicas, escrituras forjadas, intimidação da polícia, são mecanismos do domínio no campo através da conquista da terra e “empobrecimento e ruína dos pequenos agricultores”⁷⁵.

A ação de grileiros e a conivência do poder público é uma marca da violência no campo sobre o pequeno proprietário. Em 1956, o posseiro Napoleão José da Silva vai em busca do apoio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC), em face dos ataques sofridos:

O camponês Napoleão José da Silva, de Iguatu compareceu à assembleia geral da ULTAC, em Fortaleza, para denunciar as injustiças que sofre da situação dominante em Iguatu. Querem expulsá-lo de sua pequena propriedade no lugar chamado Engenheiro Barreto e, com esse intuito, já o prenderam uma vez. Os latifundiários hoje manobram as autoridades⁷⁶.

O pequeno terreno de Napoleão José estava na mira dos latifundiários; a ordem era expulsá-lo e para tal contavam com as manobras das ditas autoridades locais que, como forma de intimidação, já haviam o prendido uma vez, forçando-o a bater em retirada. Entretanto, Napoleão se arma de coragem e decide denunciar o fato à Assembleia geral da ULTAC em busca de apoio no coletivo. Múltiplas experiências marcadas pela exploração vão aos poucos se aglutinando nesses espaços de escuta e reivindicação dos trabalhadores do campo. A partir da década de 1950, o movimento associativo camponês ganha maior relevo com a crescente mobilização. Essa efervescência reivindicativa agita o cenário político brasileiro, pois se intensificou a disposição dos pobres em enfrentar a classe dominante rural.

A vida difícil dos camponeses piorava quando a seca apertava e novas tormentas atingiam em cheio os trabalhadores. Mais agudas e fatais nestes períodos, a sede, a fome e as doenças afetavam intensamente a sobrevivência dos pobres, que vendo a morte à espreita, se apegavam as muitas formas de seguirem vivos, embora muitos não conseguissem. A história nos mostra que os trabalhadores não aceitavam a fome e, em situações limite, saíam em busca de comida como se vê no movimento de trabalhadores das grandes secas desde o século XIX. Pedindo comida nas estradas, em pequenos grupos, reunidos em multidão para ameaçar e "invadir" cidades em busca do comércio e depósitos, ajuntando-se na porta de órgãos públicos, ou saqueando estabelecimentos repletos de comidas estocadas que, ferindo a economia moral

⁷⁵ Terra Livre. 1ª quinzena de agosto de 1954, p.1.

⁷⁶ Terra Livre. 2ª quinzena de fevereiro de 1956, p. 4.

da multidão, guardavam alimentos enquanto um conjunto de famintos padecia, são algumas ações explícitas da recusa dos pobres à condenação pela fome⁷⁷. Desde a grande seca de 1877 até a segunda metade do século XX, se observa a contestação dos famintos rejeitando a sina de morte, desafiando os poderes constituídos, ecoando seu protesto ante a miséria extrema, forçando os grupos dominantes e políticos a darem respostas a seus gritos (NEVES, 2000); (PEREIRA, 2008). Na cidade, expressam sua repulsa à degradação da vida no sertão seco, nas frentes de emergência ou nos campos de concentração, participando com afinco de discussões nos espaços onde se pautava a fome, apontando medidas para superá-la, como em dezembro de 1953 na Conferência da Seca e dos Flagelados. Animada por militantes do PCB e sindicalistas em mobilizar os retirantes agregando suas reivindicações em torno da seca e de ações de socorro público, a Conferência se mostrou como “uma experiência única de reunião dos próprios retirantes para uma discussão de seus problemas, em que suas angústias e sofrimentos pudessem ser colocados entre seus pares, dispensando o tom normalmente queixoso e submisso que se depreende dos relatos de jornais” (NEVES, 2000; p.170).

Cumprir lembrar que durante a seca de 1932, vários camponeses desesperados diante da morte causada pela fome, sede e doenças resolvem buscar refúgio em terras distantes do sertão árido, fugindo de trem, pau de arara ou a pé. Os pais de Vicente Pompeu também saem a procura de comida e trabalho, intencionando chegar ao Pará, em busca de condições propícias ao trabalho. Kênia Rios lembra que “Grande parte dos cearenses que, graças ao apoio do Governo Federal, saíam do Estado, dirigiam-se para as terras paraenses”⁷⁸. Partiram de “maria-fumaça” rumo ao norte, para uma região onde “diz que tinha muita terra”⁷⁹. Todavia, não conseguiram chegar ao destino, se estabelecendo em Fortaleza, próximo à Praça da Estação, distante dos lugares da elite da cidade que assistia com pavor o aumento assombroso de retirantes vindos do interior, lotando as ruas, pedindo esmolas, transformando a cidade na “Capital de um Pavoroso Reino”⁸⁰.

⁷⁷ Além de estudos acadêmicos sobre a seca e a ações de resistência dos trabalhadores, há valiosos trabalho no campo das artes; na literatura destacamos a saga dos flagelados em fuga da fome e da morte em *Vidas Secas* (1938) de Graciliano Ramos, *O Quinze* (1930) de Rachel de Queiroz, *Os Cassacos* (1976) de Luciano Barreira; na linguagem audiovisual sublinhamos *Os Fuzis* (1974) de Ruy Guerra, *Vidas Secas* (1963) de Nelson Pereira dos Santos, *Currais* (2019) de Sabina Colares e David Aguiar.

⁷⁸ RIOS, 2014, p. 72.

⁷⁹ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 1

⁸⁰ As transformações ocorridas durante a seca de 1932, a reação da elite local e dos dirigentes políticos diante de tal situação, e as estratégias em busca de sobrevivência dos flagelados foram estudadas por: NEVES, 2000.

Vicente Pompeu e sua família se juntaram aos milhares de famintos, montando acampamento às margens da praia, (atualmente o bairro Moura Brasil). Na verdade, esse era o local destinado aos sertanejos que conseguiam burlar a segurança montada nas estações ferroviárias com o intuito de proibir sua vinda à capital. Passagens para Fortaleza foram suspensas, sobretudo nas cidades de maior concentração de famintos, como em Iguatu, de onde Vicente Pompeu partiu. Entretanto, o movimento só aumentava:

A partir do final do mês de abril, quando a distribuição de passagens para Fortaleza foi suspensa em algumas cidades do interior, a expectativa das elites era pela diminuição dos retirantes nos trens que chegavam. Entretanto, os vagões continuavam a chegar tomados por flagelados. Em 1932, os trens despejavam os flagelados na parte da cidade que ficava mais próxima ao mar, onde localizavam-se as últimas estações férreas de Fortaleza. (RIOS, 2014, p. 29)

Naquele espaço, Vicente Pompeu viveu numa “barracona de lona” onde todas as pessoas dormiam juntas, “não tinha rede, tudo era no chão, aquele negócio todo, com muito bicho de pé”⁸¹. Nesses “campos de concentração”, os que não conseguiam trabalho iam às calçadas pedir esmolas, correndo o risco de serem reprimidos pela polícia, que não permitia a circulação dos flagelados fora do perímetro a eles reservado. Passado o ano, a família volta ao Iguatu, trabalhando do mesmo modo de antes, em terra alheia, tendo que pagar meia e sujeição ao proprietário.

Visando controlar os pobres em seus deslocamentos e ações de resistência, o Estado e as elites, preocupadas com o movimento migratório agravado em épocas de grande seca, tentaram impedir a circulação dos retirantes, sobretudo nos grandes centros urbanos, implementando medidas que afastasse “o problema” e os “riscos” que os retirantes ofereciam. Para isso, instalaram campos de concentração, frentes de emergência e serviços de assistência visando combater a agitação dos famintos por comida e confiná-los longe da cena pública.

As condições de vida e trabalho nesses espaços de abrigo dos flagelados eram as piores possíveis. Lara de Castro, em estudo sobre as frentes de emergência nas décadas de 1950, assinala a precariedade do trabalho:

Fora a expressa finalidade de ocupar e fixar trabalhadores, admitindo também o incômodo que os agrupamentos de pessoas causavam, as frentes de emergência carregavam características diferentes das demais obras públicas regulares. Mesmo ativadas com créditos especiais, sustentadas com o discurso do amparo, seus rarefeitos orçamentos não davam conta de empregar os numerosos pobres das secas. O excesso de braços, por sua vez, também reduzia a receita que resultava em parques provimentos aos operários. Eram obras geralmente pequenas, pensadas para durar o ano de

⁸¹ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 2

estiagem, por isso, ofereciam terríveis condições de alojamento, insalubres e improvisados, faltando água até para beber. (CASTRO, 2019. p. 87-88)

Durante a seca de 1942, Vicente Pompeu se juntou a vários flagelados trabalhando na “rodagem”, abrindo estradas, alargando rodovias, nas frentes de serviço que se avolumavam durante as longas estiagens desde as secas do século XIX, formadas em grande parte por camponeses sem trabalho⁸². Ali foi aliciado por um “gato”⁸³ com promessas de emprego em Pernambuco em troca de um razoável salário. Presenciou a cruel face do trabalho escravo ao ter que passar o dia cavando, tirando terra e transportando ao aterro. Como pagamento, recebia comida fornecida pelo barracão cujo dono, na primeira oportunidade, fez questão de informar que havia “comprado” todos os trabalhadores. Em suas lembranças, Vicente Pompeu fala sobre as péssimas condições de alojamento, barracas expostas ao sol e à chuva, sem as mínimas condições sanitárias, além de andar “nu de cintura pra cima”, por não poder comprar roupa, devido à dívida que só aumentava, “sem chapéu, sem nada, na maior miséria”. Foi preciso se dispor a fazer mandados, ou seja, entregar carregamentos em localidades distantes seis quilômetros para conseguir o mínimo necessário, pagar “sua dívida” e voltar para casa de seus pais em Tauá. Foi lá onde se casou com Antônia Joaquina da Conceição, estabeleceu uma casa, trabalhou como meeiro numa propriedade alheia e teve seu primeiro filho.

Vicente Pompeu queria mudar de vida, entendeu que era preciso sair do Ceará e ir para São Paulo, na sua visão um lugar promissor e onde se enricava com certa facilidade. Em 1951, passou onze dias num caminhão pau-de-arara para chegar ao seu destino, esperançoso em firmar-se como agricultor e melhorar de vida. Porém, mesmo conseguindo trabalho no cultivo de algodão, percebeu que as durezas enfrentadas pelos trabalhadores do campo no Ceará são parecidas com as do resto do país. Logo acabou o dinheiro levado, oriundo da venda do

⁸² A utilização de retirantes em obras públicas foi uma prática recorrente durante os períodos de seca prolongada. Há vários registros oficiais que atestam melhoramentos, reparos e construções tocadas por sujeitos recrutados nos abarracamentos ou campos de concentração. Sobre a aplicação dos flagelados nas frentes de serviços e toda a problemática resultante, consultar: CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Estudos Sobre Seca**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006; CÂNDIDO, Tyrone. **Proletários das secas: experiências na fronteira do trabalho (1877-1919)**. Curitiba: Appris, 2019. FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). Tese. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. RODRIGUES, Francisco Magnel Carvalho. **Seca, deslocamentos e serviços de emergência: a experiência dos trabalhadores da construção do açude Araras (1951-1958)**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

⁸³ Termo utilizado para designar indivíduos que aliciam trabalhadores, geralmente fazendo promessas de boas condições de trabalho e salariais, com intuito de recrutar mão-de-obra para as frentes de serviço que utilizam trabalho escravo.

pouco que havia conquistado trabalhando, o que recebia era insuficiente para se manter com sua família, restando apenas voltar a terra natal para mais uma vez tentar reconstruir a vida.

2.3 Testando os limites, explorando as brechas

Em seu livro “A dominação e a arte da resistência” James Scott apresenta os variados modos de resistência dos subalternos à dominação, sublinhando suas experiências no cotidiano de exploração, nos sugerindo que mesmo nas relações de forte vigilância, a arte de não se deixar governar é traço marcante entre os de baixo. Com razão, conclui que “Raramente se pode dizer que um escravo, um servo, um intocável, um camponês ou um trabalhador individual, e muito menos um grupo de tais indivíduos, seja inteiramente submisso ou inteiramente insubordinado” (SCOTT, 2013; p. 264). Tal constatação é chave para compreender como os pobres recusam as imposições do poder dominante, momentos em que a desobediência desafiava a autoridade local, acarretando muitas vezes graves consequências, marcadas pela violência, como despejo, açoite e morte. Os limites são testados a cada situação extrema, revelando a agência dos subalternos em sua experiência de resistência, ora agindo com prudência, mostrando-se como resignados, ora rompendo o silêncio e se insurgindo abertamente contra a ordem⁸⁴. Tais premissas ajudam a compreender os modos de enfrentamento ao poder pelos camponeses no Ceará, lançando luz sobre a ação dos explorados em fatos que geralmente prevalece a vontade dos grupos dominantes. Um incêndio na casa de um lavrador pode ser lido como resultante da violência de fazendeiros, todavia não se deve descartar que nestes trágicos momentos de imposição da força, a vontade dos explorados também está presente, ao desafiar mandados ou ameaçar o patrão, os limites são testados e as forças, por certo desiguais, de ambos os lados acionadas.

Cercado por uma difícil realidade que o desafiava cotidianamente, o camponês buscava, antes de tudo, escapar em meio a exploração e injustiças experimentadas. Sua

⁸⁴ As reflexões de James Scott fecundaram estudos de relevo sobre as formas de resistência cotidiana, para o caso do Brasil cite-se os artigos de MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott. In: **Raízes** v. 21 (01), 2002, p. 32-44; MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel. Movimentos “espontâneos”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 133-148, Jan./Abr. 2016; NEVES, Frederico de Castro. O discurso oculto dos retirantes das secas. In: **Raízes** v.33 (02), 2013, p. 67-81; SILVA, Marcelo Saturnino. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidade, trabalho e formas de resistência**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Em Portugal, destacamos os trabalhos de GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre: experiência, expectativa e práticas possíveis**. Lisboa: Através Editora: Letra Livre, 2017; a coletânea de textos reunidos na publicação organizada por CEREZALES, Diego Palacio; FERREIRA, Fátima de Sá e Melo. **Da economia moral da multidão à arte de não ser governado**: E.P. Thompson e James C. Scott na Ibéria. Coleção Cultura e Sociedade (Direção Paula Godinho), Alentejo: Antígona, 2008.

sobrevivência pode ser lida como primeira atitude de rebeldia, já que desde seu nascimento o que parecia uma sina era a morte, de fome ou vitimado pela violência do latifúndio. Manter-se vivo era a demonstração de que o pobre do campo teimava em não aceitar os códigos de dominação, fazendo da vida cotidiana um ato de resistência, utilizando “as armas dos fracos”. Resulta aqui a compreensão do camponês como sujeito de história, que elabora seus projetos e pensa em futuros diferentes. Variados são os exemplos que demonstram a busca do camponês para resistir à exploração e estabelecer alternativas a uma melhoria de vida. Às vezes de forma mais aberta, outras vezes de forma velada, aos poucos vão sendo criados caminhos que desviam do suposto destino da subserviência e da resignação.

Um desses momentos de recusa da ordem se deu em Assaré, no Cariri cearense, na decisão do pai de João Felismino de sair da fazenda do patrão, em razão de não ser permitida ali a presença do seu filho mais velho Vicente. Dias antes da decisão, Vicente havia se desentendido com Chico Araújo, familiar do fazendeiro. A desavença entre os dois por pouco não acaba em agressão física a Vicente na feira da cidade, mas resulta em sua expulsão da fazenda de Antonio Araújo, pois diante da afronta pública era preciso tomar alguma medida. Não custaria para o castigo ser aplicado.

Então, daí a gente saiu por que o dono da fazenda, o representante da fazenda que era Antonio Araujo, foi lá na casa de meu pai e disse pra meu pai que havia lugar pra ele a vida inteira, mas pra meu irmão, o Vicente não tinha lugar, que ele era valente. Então o meu pai disse pra ele que se não havia lugar para o filho dele, não tinha lugar também pra ele. Que, infelizmente, sendo a família do patrão até quando rouba é família boa, o que denuncia, o que é honesto, esse não pode ficar, por que quem fala a verdade que é o mentiroso. E, eu até pensei, na hora que meu pai dissesse isso, eu tinha uns quatro anos e pouco, cinco anos, até pensei que o homem fosse se revoltar e dizer alguma coisa a mais a meu pai, mas a única coisa que ele fez foi botar o chapéu na cabeça e, até logo⁸⁵.

A visita do feitor a casa do pai de José Felismino tinha uma conotação: um ardiloso convencimento. O patrão (na pessoa do administrador da fazenda) buscou Felismino pelo fato do filho do camponês ser “valente” e ter enfrentado uma pessoa da família do fazendeiro. O que se classificou como valentia resultou da decisão de Vicente desfazer publicamente de Chico Araújo, que havia dito ter perdido o dinheiro do frete que ambos fizeram no dia anterior. Aquela denúncia “deu uma grande confusão” que seria resolvida no dia seguinte com a ordem de expulsão de Vicente. A forma encontrada pelo patrão foi tentar arrancar de seu empregado uma demonstração de subserviência contendo o ímpeto de seu filho, o que de pronto foi negado. Para tal, joga inclusive com uma cilada: deixo você ficar, mas não seu filho Vicente. Essas

⁸⁵ Entrevista. João Felismino de Sousa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 7.

formas de dizer não representam um aprendizado de uma linguagem de contestação, de insubordinação. Permite-nos também, entender o papel dos dominados nessa relação, que ao ler o cenário em que se encontravam, julgavam o que seria mais apropriado, mesmo que sua vontade enfrentasse o poder dominante, pondo em risco suas vidas. A lembrança de João Felismino, sobre um acontecimento dos primeiros tempos de infância, revela até que ponto a vontade do patrão prevalecia. Em alguns casos, a escolha do camponês ousava enfrentar o estabelecido, reafirmando seu caráter de sujeito que pensa e age de acordo com seus preceitos. Nem mesmo uma intimidação o fazia recuar.

A literatura também indica essa prática dos senhores de terra. José Lins do Rego, no romance *Menino de Engenho*, nos mostra o velho José Paulino em sua rotina de ameaças: andava na casa de seus moradores, “batia de porta em porta, batendo a tabica de cipó-pau nas janelas fechadas. [...] Boto pra fora. Gente safada, com quatro dias de serviço adiantado e metidos no eito do Engenho Novo. Pensam que eu não sei? Toco fogo na casa”⁸⁶. A vigilância dos feitores foi reforçada pela arrogância do proprietário, exibindo o arbítrio próprio dos grupos dominantes e ameaçando aqueles que ousavam quebrar as regras impostas em sua propriedade, para esses a sentença estava proferida: teriam suas casas incendiadas.

Quando o poder é confrontado e a autoridade dos grupos dominantes sofre revezes, a violência é acionada para conter afrontas, pois é assim que os exploradores encaram as contestações dos pobres, como reclamar um direito negado. O fato ocorreu em Pacoti, quando o feitor não mais aturando as condições degradantes de trabalho, decide sair da fazenda de Claudionor Cruz, não sem antes cobrar o que lhe era de direito.

O latifundiário Claudionor Cruz abateu a tiros de revólver o feitor do seu sítio Atêrro. O feitor havia decidido entregar o sítio ao patrão, por não suportar mais as exigências deste. Resolveu sair do sítio num dia de quinta-feira. Na quarta-feira, o feitor vinha chegando do roçado, quando foi chamado pelo patrão para uma conversa. Negando-se a pagar ao feitor o que este tinha direito, o patrão discutiu com ele, e depois, sacando o revólver, abateu-o perversamente⁸⁷.

O relato da morte de um camponês no município de Pacoti revela a vulnerabilidade dos trabalhadores, sendo o assassinato um modo corriqueiro de pôr fim às contendas entre patrão e empregado. Para quem trabalhava, as condições impostas não eram suportáveis, não podiam mais ser aceitas, o que restava era sair, “entregar” a propriedade e buscar nova ocupação, situação vivida pela maioria dos pobres do campo. Porém, convém sublinhar que o

⁸⁶ REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016. [1932] p. 57-58.

⁸⁷ Terra Livre. 1ª quinzena de julho de 1955, p. 4.

“feitor” não ia sair sem nenhuma garantia de indenização, pagamento ou reconhecimento da benfeitoria aplicada. Cobrou o que “tinha direito”. Essa acabou em morte. Sacar o revólver, para o proprietário, é a afirmação de sua força e a certeza sobre a impunidade. Enfrentar o latifundiário acarretava riscos à vida do trabalhador e de sua família, como aconteceu com o feitor do sítio Aterro, em Pacoti, tal desavença lhe custou a vida. O fato fica ainda mais emblemático quando se sabe que mesmo contando com o silêncio da polícia, a contratação de advogado, além de também ameaçar, subornar e forjar testemunhas, Claudionor Cruz resolveu vender a propriedade e mudar-se para outra região. Vê-se que, embora tivesse um crime acobertado, o latifundiário não tinha em suas mãos o controle total da situação, afinal o desfecho daquela “discussão” poderia ocasionar algumas ações de vingança da família e amigos do camponês assassinado.

As formas de resistência cotidiana podem ser lidas nas ações de despejo no campo. A vontade de expulsar os trabalhadores de suas terras nem sempre se concretizava de imediato, exigindo do patrão outras medidas a garantir que sua vontade fosse cumprida, pois o camponês em determinadas ocasiões reagia, o desafiando. Dizer não à vontade do patrão e exigir reparação pelo trabalho revela a disposição de enfrentamento dos camponeses, expressa em atos de coragem questionadores da injustiça presente no campo.

Em outro episódio de negação à ordem injusta do proprietário ao camponês, foi exigido de Francisco Gomes que deixasse a terra onde vivia há 18 anos, tal imposição quase ocasionou a morte de toda sua família, já que o latifundiário, em fúria contra o trabalhador, manda incendiar a pequena tapera onde Francisco morava em Aracati. O fato foi denunciado pelo jornal *Terra Livre*.

No dia 12 de agosto passado, quando dormiam em sua tapera o camponês Francisco Gomes Barbosa e sua família (esposa e 7 filhos menores), o latifundiário criminoso de nome José Maria do Rêgo, auxiliado pelo seu capanga José Correia de Melo, empunhando fuzis e aproveitando a escuridão da noite, jogaram gasolina e atearam fogo à residência do lavrador. Os prejuízos das vítimas desse bárbaro crime vão a mais de 100 mil cruzeiros, e não houve morte porque o vizinho, Francisco Batista, enfrentando as ameaças do latifundiário José Maria do Rego, correu em socorro do seu companheiro, entrando em casa a acordando a todos para livrarem-se do fogo. Toda a família, inclusive crianças de pouca idade ficou ao relento, como se não bastasse a luta pela fome⁸⁸.

O camponês Francisco Gomes não aceitou a ordem de despejo gritada pelo latifundiário José Maria do Rego. Frente à intimidação, Francisco pensou depressa na mulher e nos sete filhos pequenos e no duro trabalho feito ali há quase duas décadas: casa, roça plantada,

⁸⁸ Terra Livre. Setembro de 1962, p. 8.

benfeitorias, os animais no terreiro e respondeu ao patrão: daquela terra só saía mediante o justo pagamento pelo trabalhado; mesmo sabendo do poder do fazendeiro, disse não à exploração e a injustiça. O desenrolar da história segue o mesmo roteiro da violência extrema, tantas vezes observada no Brasil: o latifundiário, sentindo-se desafiado, manda atear fogo à tapera do camponês. Não fora a presteza de Francisco, seu vizinho, correndo para salvar as crianças, elas também teriam morrido queimadas e sem piedade, virtude não cultivada quando o desmando é a palavra chave de um mundo regido pela violência. Francisco se viu em situação agravada, se tratava agora de proteger a mulher e os filhos pequenos, amedrontados com o fogo e a gritaria. Entretanto, buscou dentro de si uma réstia de dignidade e disse: daqui só saio com a paga do que me é devido por meu trabalho e destruição de minha morada.

A maneira arrogante com que os latifundiários falam aos camponeses quando querem expulsá-los da terra, já não impressiona muito, e os homens do campo já não aceitam abandonar tudo o que fizeram sem indenização. E esta foi a questão de Francisco Gomes Barbosa, ameaçado pelo criminoso José Maria do Rego a abandonar a casa e a terra, com toda a família, ou morrer violentamente pelas armas ou fogo. Como Francisco não quisesse obedecê-lo, no mesmo dia da ameaça teve a sua casa incendiada. Não fosse a coragem e a rapidez com que agiram Francisco Gomes e seu vizinho Francisco Batista, todas as crianças teriam morrido queimada, sem piedade⁸⁹.

Francisco decidiu enfrentar a injustiça, foi à polícia prestar queixa e também a sede da FALTAC, conseguindo um advogado a lhe representar judicialmente. O crime ocorreu numa conjuntura marcada pela mobilização por direitos no campo, quando várias Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas foram criadas dando suporte aos camponeses, favorecendo seus enfrentamentos por justiça e reparação.

O proprietário era já conhecido na região por andar armado, ameaçando trabalhadores. Francisco Batista, que salvou a família de Francisco Gomes, também era um alvo de José Maria do Rego; “Batista também está corrido da terra; sua casa também está na lista para o incêndio e seus filhos em perigo de morrer na fogueira”⁹⁰. Embora ameaçado, Francisco Batista não hesitou em meter-se em socorro de seu vizinho, numa demonstração de contestação. Os dois camponeses negaram a ordem de despejo, tamanha afronta não podia se tolerar, era preciso uma lição exemplar aos subordinados para evitar que a onda de rebeldia se espalhasse desacreditando a autoridade do proprietário. Tal fato nos faz pensar na reflexão de James Scott quanto aos limites testados a cada transgressão e as punições exemplares.

Salvo em casos de ruptura completa, o processo através do qual os limites são postos à prova pelos subordinados pode consistir, por exemplo, em gestos particularmente intrépidos, furiosos, arriscados e imprudentes, ou em declarações que violem

⁸⁹ Terra Livre. Setembro de 1962, p. 8.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 8.

ligeiramente as normas. Se estes atos de insubordinação (faltas de respeito, desacatos) não forem repreendidos ou punidos, outros explorarão essas brechas e ter-se-á estabelecido um novo limite, de fato, quanto ao que pode ou não ser dito, incorporando desse modo um novo território. Um pequeno êxito tende a encorajar outros a aventurar-se mais além, e o processo pode desenvolver-se muito rapidamente (SCOTT, 2013; p. 269).

O fato relatado na edição do *Terra Livre* em setembro de 1962 é, a um só tempo, a demonstração da desmesura do poder do latifúndio e da coragem dos trabalhadores requerendo reparação nas flagrantes injustiças. É também uma mostra como se vão tecendo os fios de solidariedade, de apoio mútuo nas horas graves.

A lógica do constante testar dos limites alerta-nos para a importância, do ponto de vista dos grupos dominadores, de criar casos exemplares. [...] O fuzilamento de um desertor, a flagelação de um escravo insurrecto ou a repreensão de um aluno indisciplinado são atos que visam exercer uma repercussão pública junto dos subordinados e assim aniquilar à nascença quaisquer outros desafios à fronteira vigente (como dizem os franceses, pour *encorager les autres*) ou, porventura, conquistar novo território (SCOTT, 2013; p. 271).

James Scott nos ajuda a interpretar as ações violentas dos dominantes como resultante da disputa entre exploradores e explorados, pois a resistência dos pobres indica perigo à manutenção da ordem. Esses enfrentamentos cotidianos, sobretudo aqueles que saem do anonimato e se dão abertamente, podem abalar as relações de dominação. O assassinato do feitor do sítio Aterro, em Pacoti, e o incêndio a casa de Francisco Gomes revelam os donos de terra preocupados em manter sua autoridade diante dos trabalhadores.

A resistência cotidiana camponesa no Ceará também se dá no caso ocorrido na serra de São Benedito, novamente marcado pelo uso da violência contra os camponeses que desafiaram a determinação do juiz local, resultando no assassinato de um camponês e o ferimento de outro pela polícia. O fato foi denunciado nas páginas do *Terra Livre* e *O Democrata*.

Ainda no Ceará, no primeiro trimestre deste ano, um camponês foi fuzilado pela polícia quando colhia "avoantes" (pombas de bando) para matar a fome dos filhos. O fato aconteceu na localidade de São Benedito e foi noticiado pelo jornal "O Democrata", de Fortaleza. O juiz de Direito de S. Benedito proibiu os camponeses de pegarem as pombas de bando que ali haviam descido. Sabendo que sua ordem não seria cumprida, por ser um absurdo (os camponeses estão acostumados a ver caírem bandos como esse, onde caem semanas inteiras milhões e milhões de "avoantes" formando nuvens nos céus dos sertões nordestinos e servindo a elas como um refrigerio) o juiz de Direito mandou a polícia armada de fuzil para executar suas ordens⁹¹.

Estamos diante de um caso em que uma imposição jurídica tenta se sobrepor às práticas compartilhadas entre os trabalhadores, ocasionando choques e resistência,

⁹¹ Terra Livre. 1ª Quinzena de Julho, 1955, p. 4.

principalmente quando está em jogo a sobrevivência na luta contra a fome. Nessa lógica, uma ordem do juiz da cidade não seria suficiente para inibir a caça, seria preciso medidas mais severas para conter os “limites ocasionalmente violados” (SCOTT, 2013; p. 266).

O episódio ocorrido na Serra de São Benedito nos remete à Grã-Bretanha setecentistas, quando magistrados britânicos publicaram a “Lei Negra de Waltham” em 1723, visando, sobretudo, combater a caça furtiva e a extração em florestas, reservas de caça, parques e bosques. A Lei severa condenava à pena capital quem fosse denunciado por cometer o “crime”, que mesmo após sua vigência, não impediu a caça ilegal. Edward Thompson estudou sobre esses caçadores, os “negros de Waltham”, e o que estava por trás da aprovação da Lei questionando se tratar de um ato de governo ou uma pressão de uma classe social preocupada em garantir seus interesses⁹². As reflexões de Thomposon apontam que a origem da Lei Negra se relaciona com a prioridade do Estado britânico preservar a propriedade e aplicar a pena de morte aos delitos que ferissem os interesses da propriedade privada, como se viu nas resistências ao fechamento dos campos, identificadas como conjuração social. Nesse sentido, a Lei era formulada e aplicada diretamente para impor o poder de classe e legitimá-lo. O conflito entre guardas e caçadores clandestinos expõe as intenções dos senhores de terra: impor àqueles que sobreviviam da retirada de madeira e caça nos bosques e florestas britânicas novas formas econômicas de sustento, restando ao Estado impor os “exemplos terríveis” buscando manter o controle sobre a caça e a extração ilegal.

Outra experiência de imposição da vontade de uma classe dominante usando a Lei para vetar o usufruto dos bens da natureza vem da Prússia no século XIX, pela denúncia de Karl Marx em seus artigos à Gazeta Renana, publicados como “Debate sobre a lei referente ao furto de madeira” entre 25 de outubro e 3 de novembro de 1842⁹³. Também ali os proprietários queriam resguardar seu poder atacando o costume dos trabalhadores de caçar e retirar madeira para uso ou comercialização, alegando a necessidade de respeitar os limites da propriedade privada. Os infratores, em geral, deveriam pagar multa ao proprietário florestal e quando não se pudesse aplicar o castigo financeiro, a pena seria substituída por trabalho ou prisão. Em seu parágrafo 19, a Lei Florestal de julho de 1941 assegurava que “O trabalho forçado que o condenado deve efetuar consiste, primeiramente, no trabalho para o proprietário florestal”, se

⁹² THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹³ MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017. A edição brasileira conta com notável texto introdutório de Daniel Bensaïd intitulado “Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres”, datado de 2007.

tratava de uma “compensação privada”, ou nas palavras de Marx, o “crime se transformando em renda, [...] uma oportunidade infalível de ganho”. Daniel Bensaid analisando a crítica de Marx sublinha que

“Trata-se de punir a apropriação ilegal de madeira e outros produtos florestais por parte dos camponeses pauperizados em massa, na medida em que essa apropriação não visa mais somente ao consumo imediato da madeira, mas à venda dela como mercadoria” (BENSAÏD, 2017 [2007]; p. 21).

Os senhores de terra da Prússia visavam garantir a inviolabilidade de seus domínios, invocando o caráter sagrado da propriedade privada, mesmo que se tratasse das áreas onde os pobres há tempos retiravam seu sustento, assim comprometendo a autonomia desses camponeses pobres que não mais poderiam viver da mata sem se sujeitar ao proprietário ou buscar outra atividade econômica para sobreviver. Criticando essa lógica, desmascarando as origens da propriedade privada e sua legitimidade, Marx lança uma questão certa: “Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda a propriedade privada?”⁹⁴

No caso anteriormente examinado, a lógica dos fazendeiros, também compartilhada pelos agentes de segurança e justiça, impunha a vontade do patrão contra os subordinados. Eles sempre lembravam que a terra onde os camponeses trabalhavam tinha dono, o que gerava despejos frequentes, ficando na propriedade quem o senhorio permitisse.

Foi assim que a polícia fuzilou um camponês e feriu outro. Os dois irmãos tinham ido colher "avoantes" quando foram surpreendidos. Intimidados a se retirarem protestaram dizendo que estavam em suas propriedades (eram eles pequenos proprietários) e por isso não se retirariam. Foi o bastante. O morto deixou viúva e quatro filhos⁹⁵.

Os camponeses reagiram à ordem dos policiais recusando a determinação de retirada, enfrentando, assim, o poder do juiz, da polícia e dos proprietários locais. Chama atenção o desfecho do caso. Os dois irmãos flagrados descumprindo uma determinação judicial foram atacados pelos policiais, restando um ferido e o outro assassinado. O fato se deu por conta da resistência dos camponeses diante da ordem injusta, indicando a arte dos pobres de não se deixarem governar, encontrando em seu caminho, a violência do latifúndio e do Estado que não suporta a ideia dos pobres reagirem às injustiças aplicadas cotidianamente, tratando de assegurar o controle sobre a vida dos subordinados. Todavia, a história nos mostra que mesmo

⁹⁴ MARX, 2017, p.19.

⁹⁵ Terra Livre. 1ª quinzena de julho de 1955, p. 4.

diante de tanta violação, os trabalhadores encontram meios de resistir causando fissuras, umas pequenas, outras maiores, na estrutura de poder.

Importa ressaltar a violência dos fatos relatados em face da humilhação, dos vexames a que são submetidos os trabalhadores e suas famílias. É de interesse para a História Social perceber a situação a que são expostas as crianças, presenciando violências cotidianas, passando desde muito cedo a conviver com a crueldade dos poderosos. Nos fatos aqui recuperados, pelo menos dois ocorreram diante dos filhos dos camponeses. A ordem para Vicente sair da Fazenda de Antonio Araújo se deu na presença de toda a família, não à toa, ficou marcada na memória de José Felismino, irmão de Vicente, bem menino na época do ocorrido. No incêndio a casa de Francisco Gomes, por pouco seus sete filhos menores não acabaram mortos pelo fogo, dá para mensurar o desespero das crianças.

José de Souza Martins, ao estudar a luta por terra dos colonos no Mato Grosso e dos posseiros no Maranhão, chama atenção para a riqueza de detalhes nos depoimentos das crianças, historicamente silenciadas⁹⁶. Ao serem ouvidas, não se limitam apenas em narrar os momentos por que passam, mas remetem a expectativa de melhores dias, sem exclusão, violência e injustiça. Estão na dor e na luta. A esperança encontrada na fala e nos gestos de tantas crianças camponesas, no estudo de Monyse Barros, nos lembra a singular história vivida e contada pelos filhos da classe trabalhadora⁹⁷. Ao investigar a centralidade da infância camponesa nas diversas lutas e conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conclui que “Os Sem Terra e os Sem Terrinha fizeram de sua condição de expropriados da terra o motivo básico para deflagrar um processo de luta contra as opressões e as contradições do capitalismo e assumir sua condição de sujeito de história (BARROS, 2020; p. 11-12)”. São reflexões a lançar luzes à compreensão dos processos de resistência, nos lembrando que em meio à exploração e à violência, a infância camponesa, à sua maneira, alimenta a esperança de uma vida marcada pela alegria e livre da privação causada pelo latifúndio.

São muitas as maneiras dos pobres encararem a dureza da vida, se valendo de formas que amenizem a exploração cotidiana; uma delas consistia em se apegar a esperteza só conhecida entre os trabalhadores, afinal era preciso conseguir alguns trocados a mais para o sustento da família, uma vez que os mecanismos de dominação os condenavam a miséria,

⁹⁶ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

⁹⁷ BARROS, Monyse Ravena de Sousa. **Os sem terrinha**: uma história da luta social no Brasil (1981-2012). São Paulo: Expressão Popular, 2020.

tratando-se do “aproveitamento de qualquer oportunidade que surgisse” (SCOTT, 2013; p. 268), como se vê no polêmico caso da venda de algodão em Sobral em 1963. O camponês Joaquim Alves de Carvalho procurou a redação do Jornal Gazeta de Notícias para denunciar a violência do proprietário Quinzinho Batista, a quem havia vendido uma carga de algodão. A matéria inicia com a descrição de Joaquim como se intencionasse comprovar aos leitores a veracidade da denúncia, feita por um homem simples, atestando seu trabalho como agricultor.

Reside no “pé-da-serra” de Manuel Dias, Macambira, lugarejo do município de Sobral. Tem 10 filhos e sabe trabalhar no campo. Prova disso é que sua colheita de algodão é bastante apreciável, tendo vendido há alguns dias uma boa quantidade de arrobas da malvaceae, importando a transação em Cr\$ 512.328,00 (quinhentos e doze mil trezentos e oitenta cruzeiros). Vendeu-a ao rico comprador da zona, o Sr. Quinzin Batista, de Irauçuba. Este último com seus empregados, foi quem pesou, classificou e ensacou o algodão comprado a Joaquim Alves Carvalho, tendo pago, imediatamente, aqueles quinhentos e doze e quebrados de cruzeiros. O agricultor não colocou o dinheiro no banco. Não está acostumado a tal. Tanto que escondeu o dinheiro dentro de um paiol de arroz⁹⁸.

Convicto de ter feito boa transação, Joaquim Alves não contava com o revés que lhe aguardava, embiocou a quantia no paiol como de costume e prosseguiu sua rotina de trabalho, sendo surpreendido dias depois com o assalto a sua casa, feito pelo comprador exigindo a devolução do dinheiro. O fato se deu numa época em que o sindicalismo rural avançava, atuando junto aos camponeses nas questões para reaver seus prejuízos. Joaquim Alves deve ter contado com o auxílio de alguma organização de classe para vir à capital pautar sua denúncia no jornal e assim constranger os órgãos de segurança do Estado e talvez encaminhar a queixa judicialmente. O camponês acusou o proprietário Quinzin Batista de ter declinado da transação e de invadir sua casa acompanhado de um agente da segurança, um advogado e seus capangas, forçando-lhe a devolução integral do valor da compra.

Dias depois, lhe aconteceu o que não esperava. Sob a alegativa de que o algodão estava “cheio-de-água”, Quinzin Batista, acompanhado de um delegado militar, talvez o de Itapajé - isto quem deve apurar é o comando da PMC; e do advogado Isaac Sombra e mais alguns homens, invadiu a casa do agricultor e obrigou a devolução do dinheiro, sem, entretanto, devolver o algodão! Entendemos que, se o dinheiro foi entregue de volta, o sr. Quinzin Batista está na obrigação de devolver o algodão que lhe foi entregue, sem falta de uma arroba sequer. E como, até o momento, isso não aconteceu, fazemos o presente relato pedindo providências ao Governador do Estado e à Polícia. Não se pode admitir que num governo como o atual se permita tanta espoliação⁹⁹!

Acusando o camponês de trapacear no negócio, Quinzin não hesitou e foi arrancar o dinheiro de volta, porém não foi sozinho, talvez para conferir autoridade ao seu ato ou quem sabe temendo algum revés, levou consigo um delegado de polícia, seu advogado e alguns

⁹⁸ Gazeta de Notícias, 17 de nov. de 1963, p. 4.

⁹⁹ *Ibid.*, p.4

jagunços. Mesmo o produto sendo conferido e pesado por seus trabalhadores, o fazendeiro alegou que o algodão estava molhado, deixando o trabalhador no prejuízo. Decerto a denúncia circulou até chegar ao conhecimento de Quinzinho e do delegado Tenente Almeida, levando o fazendeiro a reagir às acusações. Por meio de seu advogado escreve ao jornal sobre sua versão.

O Advogado Isac Sombra escreveu para este colunista sobre o caso do algodão de Irauçuba, entre os srs. José Batista de Almeida (seu constituinte) [Quinzinho] e Joaquim Alves de Carvalho. Afirmou o advogado que a mercadoria ‘se encontra imprestável para beneficiamento (n. r. destinado à firma Ceará Industrial) em virtude de haver sido o algodão molhado, por ocasião do ensacamento’. Salienta a carta que o agricultor confessou ‘que realmente havia botado água no algodão’, porque os outros também faziam. O acordo posteriormente firmado tem a assinatura das duas pessoas interessadas e de duas testemunhas. A venda foi desfeita. Esta mesma correspondência contém a afirmativa de que o tenente Almeida, delegado de Itapajé ‘não teve a menor interferência no assunto’¹⁰⁰.

A carta de Isac Sombra à redação do Gazeta de Notícias desmente a denúncia do camponês, tornando o fazendeiro vítima de um golpe. Segundo o advogado, o algodão vendido estava “imprestável”; a culpa era do agricultor que lhe enganara no ato do ensacamento. A carta era subscrita pelo vendedor, comprador e mais duas testemunhas, além de afiançar que em nada interveio o delegado tenente. O jornal deu por encerrada a questão não mais publicando qualquer notícia, como se a carta de Isac explicasse o fato e informasse o que havia realmente se dado em Irauçuba. Também não se tem condições de precisar as circunstâncias que se deu a confissão do agricultor, sabemos que o cenário formado lhe era bastante desafiador: teria sofrido o camponês graves ameaças a ponto de ter confessado a burla? O comprador do algodão teria proposto um acordo ao camponês a fim de encerrar publicamente a questão, cuidando de sua imagem e dos demais expostos? Embora não se tenha respostas a tais questões, importa observar o fato e suas implicações. Segundo Quinzin, o algodão molhado era um ato rotineiro entre os vendedores de algodão. Mesmo que o camponês não tivesse assim procedido, o fato ajuda a perceber as prováveis formas dos explorados obterem pequenos ganhos, revelando as astúcias dos de baixo que, ao roubarem na balança de vez em quando, davam seu grito oculto de resistência contra a pilhagem cotidiana a que estavam submetidos.

As experiências apresentam os camponeses em sua luta cotidiana, encontrando brechas para escaparem da dominação em busca de alguma réstia de dignidade, enfrentando a vigilância e o controle do latifúndio. Cabisbaixos. Resignados. Calados. Esta é a situação referida por Francisco Julião, em 1962, na organização das Ligas Camponesas em Pernambuco.

¹⁰⁰ Gazeta de Notícias, 20 de nov. de 1963, p. 2.

Para Francisco Julião “A miséria não só os atinge na economia, como também no idioma. O latifúndio impede que eles falem. Proíbe que pensem”¹⁰¹.

Contudo, pelo que observamos, as propriedades não abrigavam essa calma almejada por seus donos, certamente as vozes que se ouvia não vinham somente das ordens de feitores e das ameaças dos donos da terra; nem que fosse aos sussurros, a fala contestatória dos pobres se fazia ouvir. É o que se percebe na atitude de Maria das Dores ao relatar que os camponeses tinham voz sim. Quando surgia alguma oportunidade de vocalizar o que estava entalado, o fazia com detalhes, como falar para um moço que escreve a um jornal. Estamos no Ceará em 1956 e o fato era uma novidade tão grande: “será que o mundo está perto de acabar?” É a pergunta nada ingênua de Maria das Dores. Logo ela que nunca tinha lido um jornal e sabia que só serviam para espalhar as notícias sobre os grandes do lugar. A voz, a fala que quase sempre ficou presa, que quase sempre se viu muda, encontrava ali, um momento de expressão:

Maria das Dores, uma lavradora que estava perto, ao ser inquerida ajuntou: “Ah seu moço! Gente pobre já pode falar em jornal? Será que o mundo está perto de se acabar? Aqui os ricos falam em coisa boa pra pobre, já a gente fica logo de orelha em pé. Sabe o que eles fazem? Correu a notícia que iam chegar enxadas pros pobres. Eles pegaram as enxadas e venderam aos moradores por quatro dias de serviço. Cada enxada saiu a 80 mil reis. Tá aqui um ouvido na escuta por um governo que dê terra e ferramenta à gente. Aí, vai ver fartura muita”¹⁰².

“Gente pobre já pode falar em jornal?” Esta pergunta de Maria das Dores é a senha para expressar sua desconfiança sobre o lugar destinado aos pobres e, principalmente, sobre o ato de falar e de ser escutada. Como ressalta Antônio Montenegro, a fala dos trabalhadores quebra as visões produzidas pelos discursos hegemônicos, geralmente produzidos pela indústria cultural. São outras versões, muitas vezes a contestar informações, como no caso da lavradora que não hesitou em contar o que ocorrera com as enxadas. “A fala é um instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade cotidiana do ‘não ter’” (MONTENEGRO, 1992; p.38). Maria das Dores afirma uma atitude de desconfiança – ficar de orelha em pé – diante do que dizem e do que fazem os ricos do lugar e dá um exemplo de fraude: por aqueles dias correu a notícia (ou um boato?) que seriam entregues enxadas aos pobres e qual nada! Os patrões “trocaram” cada enxada por quatro dias de serviço! “Poder falar, reivindicar, discutir, defender idéias contrárias, ou mesmo se fazer notar, ocupar um lugar entre as diversas falas é uma conquista das camadas populares através dos mais diversos processos de socialização” (MONTENEGRO, 1992; p. 40). Reconhecendo a injustiça, Maria das Dores usa o raro

¹⁰¹ JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas?** In: Cadernos do Povo Brasileiro. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

¹⁰² Terra Livre. 2ª quinzena de junho de 1956, p. 4.

momento em que seria ouvida para denunciar os fazendeiros do lugar, não esquecendo de cobrar do governo “terra e ferramenta”.

O jornal que se fez ouvir a denúncia de Maria das Dores, estava empenhado em publicar essas tantas vozes silenciadas pelo latifúndio, divulgando a resistência camponesa. Aqui cabe uma reflexão sobre a função do “jornalismo da classe” para usar a expressão de Ângela de Castro Gomes e perscrutar uma função possível do jornal *Terra Livre* ao dar vazão ao “discurso oculto” dos camponeses.

3 CAPÍTULO 2 - A CULTURA EM COMUM: LEITURAS, SINDICALIZAÇÃO E SOCIABILIDADES

3.1 Terra Livre, o “jornal que defende nossos direitos”

A luta pela terra no Brasil, em meados do século XX, ocupou a opinião pública, trazendo ao centro do debate as reivindicações dos camponeses em face da atuação desses trabalhadores na luta por terra, trabalho e pão, em constante denúncia contra a miséria e a exploração que os alcançava desde longa data, instaladas no campo pelo mandonismo dos donos de terra com anuência do poder público. Essa história de resistência foi, em grande medida, registrada e fomentada por letras rebeldes, como vamos ler nas páginas do jornal *Terra Livre*, entre outros impressos. Nessa direção, um estudo que pretende recuperar episódios de coragem das gentes simples deve estar atento às veredas abertas também no campo das letras e da leitura, pois o apreço dos trabalhadores pelas notícias, versos, contos e demais textos foram fundamentais à disseminação das ideias de transformação e fortalecimento da rebeldia coletiva.

Tal fato deve guiar a reflexão dos pesquisadores sociais mantendo sempre o olhar acurado à agência dos pobres. Mesmo que todo jornal tenha uma linha editorial coordenada por um grupo de editores, sem a vontade de seus colaboradores o periódico não se sustentaria. É imprescindível o papel daqueles empenhados em espalhar as edições, estimularem a leitura em voz alta, buscarem assinaturas, entre outras formas de difusão. Essa é a leitura que fazemos da experiência dos camponeses no Ceará e o jornal *Terra Livre*, importante veículo de mobilização da luta dos trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960. Mais que um jornal, o *Terra Livre* foi um instrumento da luta camponesa, pois nele as utopias dos pobres da terra se verbalizavam ao mesmo tempo que alimentavam os futuros e a construção de alianças com os demais trabalhadores urbanos e militantes da esquerda brasileira.

Fruto da linha editorial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o *Terra Livre* como acentua Leonilde Medeiros, foi pensado como um veio destinado a permitir e afirmar a “presença política” dos comunistas no campo, “através de uma linguagem própria, de caráter classista, de um perfil para os opositores na arena política, a conformação de rituais políticos próprios, etc” (MEDEIROS, 1998; 43). O jornal destinava largo espaço à informação das lutas em curso, suas estratégias, os modos de reivindicação frente à sujeição a que estavam submetidos os camponeses e suas famílias. Lembramos na tradição comunista a função do

periodismo como veículo destacado de atuação, em sua qualidade de formação de quadros, difusão de princípios e eixos organizativos, assegurando a disseminação da informação, na perspectiva também de disputa de hegemonia, frente ao cerco imposto pelos meios de comunicação de massa, em geral.

As primeiras pesquisas que analisam a relação dos camponeses com a imprensa em que o jornal *Terra Livre* tem destaque datam da década de 1970, como sugere Enilce Souza¹⁰³. O texto “A questão da Reforma Agrária”¹⁰⁴ de Leonilde Sérvolo de Medeiros figura entre os pioneiros que trazem para reflexão os registros do *Terra Livre* na atuação dos camponeses por Reforma Agrária no Brasil. No Ceará, o trabalho de Tereza Helena de Paula Joca “Resgatando o singular: a memória quase esquecida. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964)”¹⁰⁵ está entre os primeiros que referem o *Terra Livre* em sua pesquisa. Atualmente, podemos afirmar que se trata de uma fonte primordial aos pesquisadores da História Agrária Brasileira, particularmente aqueles dedicados à investigação da luta pela terra no Brasil durante a segunda metade do século XX e o papel decisivo dos camponeses nesse processo¹⁰⁶.

Por meio da imprensa militante, uma rede comunicativa foi se constituindo ajudando a circulação do pensamento de parte da esquerda brasileira e expandindo para além da fábrica e do sindicato o contato com os trabalhadores de diferentes segmentos. A tarefa era alargar a aproximação do PCB com os explorados do campo e da cidade. Dentre outras urgências, era uma prioridade dos comunistas fortalecer sua presença junto à classe trabalhadora não somente em momentos de disputa político-eleitoral ou nas ações direta como greves, motins e protestos vários, mas também reforçar o embate cultural (FREDERICO, 2007; RIDENTI, 2014). Em seu histórico de atuação, o PCB procurou “estruturar, durante toda a sua existência, uma rede de aparelhos culturais que, destinada a seus militantes e/ou a um público mais amplo, realizou parte significativa de sua intervenção político-ideológica na sociedade brasileira” (RUBIM, 2007; 379). A partir de 1945 é evidente a atenção dos comunistas voltada

¹⁰³ SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. **Campo e Palavras: Dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964.** Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 2005.

¹⁰⁴ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **A questão da Reforma Agrária.** Recife: CPDA/EIAP/FGV, 1979.

¹⁰⁵ JOCA, Tereza Helena de Paula. **Resgatando o singular: a memória quase esquecida. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964).** Dissertação de Mestrado. Fortaleza, UFC, 1987.

¹⁰⁶ É também de relevo o estudo de Rafael Sandrin sobre o jornal *Terra Livre* em São Paulo: CRUZ, Rafael Sandrin da. **O jornal Terra Livre e os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo (1954-1964).** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História: Maringá, 2013.

à organização de “uma cadeia jornalística”¹⁰⁷ formada por “oito diários e inúmeros semanários distribuídos de modo deliberado nas principais cidades brasileiras” (RUBIM, 2007, p. 387).

Ainda no campo dos impressos, é de relevo o esforço dos comunistas em manter revistas voltadas à difusão do pensamento à esquerda. Dos muitos títulos, destacamos “Problemas” cuja direção coube a Carlos Marighella; “Estudos Sociais”, coordenada por Astrojildo Pereira; “Novos Rumos” dirigido por Mário Alves e Orlando Bonfim. O jornal *Terra Livre* é parte desse programa do PCB, com vistas a difundir e articular os conteúdos da luta camponesa naquela conjuntura de um crescente processo de mobilização e organização. Derrubar o latifúndio e modificar a estrutura fundiária brasileira por meio de uma Reforma Agrária era tarefa premente e só realizada com a participação massiva dos camponeses fortalecidos pela disputa ideológica, em razão de se tratar de um tema social largamente combatido pela classe dominante em seu aparelho de comunicação. Assim nascia o *Terra Livre*, com o objetivo de difundir informações sobre a realidade agrária brasileira, tendo em seu núcleo a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras da terra como se vê em suas seções e colunas.

A visão entre parte dos membros do PCB quanto ao papel dos camponeses no projeto de transformação social do Brasil, sobretudo na década de 1950, demorou a reconhecer a contestação camponesa como importante força política dos subalternos. O fato é que até a Declaração sobre a Política do PCB, de março de 1958, a aliança operário-camponesa, defendida desde os anos de fundação do PCB no Brasil e fruto da orientação da III Internacional, reservava aos trabalhadores do campo papel secundário diante de uma eventual revolução proletária. As teses sobre o estágio feudal do Brasil estimulavam a dúvida quanto à participação camponesa junto aos operários em luta contra a burguesia, os latifundiários e o imperialismo. Contudo, das páginas do jornal *Terra Livre* emerge a força política e social de homens e mulheres do campo, reconhecidos em sua cultura e em seu lugar decisivo à superação da miséria e exploração do latifúndio presente em todo o território brasileiro. Foi a experiência do campo, quando milhares de trabalhadores se mostraram dispostos a enfrentar a opressão, que revelou os camponeses como classe essencial às lutas políticas no Brasil. E boa parte dessa práxis se

¹⁰⁷ Antonio Rubim lista alguns dos jornais organizados pelos comunistas: “Começando pelo semanário, depois diário, baiano O Momento e ampliando-se com Tribuna Popular (Rio de Janeiro), Hoje (São Paulo), Tribuna Gaúcha (Porto Alegre), Folha do Povo (Recife), Jornal do Povo (João Pessoa), Folha Popular (Natal), Tribuna do Povo (São Luís), Jornal do Povo (Aracaju), Tribuna do Sul (Ilhéus), A Luta (Manaus), Folha Capixaba (Vitória), Jornal do Povo (Curitiba), Estado de Goiás (Goiânia), O Democrata (Cuiabá), Tribuna do Povo. (Uberlândia)” (RUBIM, 2007; p.387). Para o caso de Fortaleza, cite-se O Democrata, jornal de relevo na Cidade comunicando em suas páginas temas da vida operária e camponesa e com ênfase nos desafios cotidianos dos pobres. Sobre o Democrata conferir (LIMA NETO, 2006).

deu a conhecer, inclusive entre os comunistas, pelas páginas do *Terra Livre*. Com razão, Maria Socorro Rangel afirma que aquele veículo manifesta a “criação e recriação do projeto revolucionário do PCB”.

Por isso li o "Terra Livre" tentando considerá-lo como um espaço de criação e recriação do projeto revolucionário do PCB, e isso me possibilitou entender que, se por um lado, a produção de estratégias específicas de mobilização partiram de pressupostos teóricos que atribuíam aos camponeses um lugar político de subordinação na aliança operário-camponesa, por outro, exigiram do partido o reconhecimento das particularidades da experiência camponesa, mesmo quando esse reconhecimento não foi incorporado nos seus documentos oficiais (RANGEL, 2000; 121).

A autora segue o argumento nos instigando a superarmos a visão que insiste em carregar tintas nos limites que a estrutura-partido impunha aos seus militantes, convocando os pesquisadores a "investigar como o paradigma da aliança operário-camponesa foi vivenciado como possibilidade de elaboração/atuação de um projeto político: as Ligas Camponesas" (RANGEL, 2000; 121). Tal pensamento é chave da compreensão da agência dos trabalhadores naqueles anos de notória agitação em torno das reivindicações camponesas, nos desvencilhando das amarras que inibem enxergar os horizontes de expectativas dos pobres com um processo pensado e experimentado por eles.

Um periódico não só para os camponeses, mas dos camponeses. Tal assertiva se dá a partir das evidências que desnudam o interesse dos trabalhadores em participar na elaboração de conteúdo, registrando suas experiências de vida e trabalho marcadas pela exploração. São depoimentos-denúncias recolhidas nas mais vastas paragens que se completam e formam um valioso retrato do Brasil agrário nas décadas de 1950-1960. A profusão de temas abordados no *Terra Livre*, em grande parte, se deve a interpelação dos camponeses pela publicação de matérias e reportagens que ajudaram a criar, como se observa na pergunta dos camponeses do Ceará contida no Ofício de José Leandro Bezerra da Costa à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB): “por que não saem suas notícias que prometemos publicar?”

Aguardamos notícias urgentes. Estamos esperando receber uma subvenção da FALTAC para pagar a dívida de Terra Livre. Não nos responsabilizando por jornais remetidos fora de nossa relação. Vamos viajar para o interior esta semana, quando pretendemos criar muitas agências de Terra Livre. Para melhor aceitação do jornal, é necessário voltar ao que já foi para o Ceará. Temos na redação muitas reportagens, inclusive do 1º de maio que já está superada e não são publicadas. Os camponeses perguntam por que não saem suas notícias que prometemos publicar¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Ofício N°79/62 FALTAC. Arquivo DEOPS/SP Fundo: CONTAG.

O ofício do militante comunista e agente do *Terra Livre* no Ceará, José Leandro Bezerra da Costa, revela traços importantes à compreensão do funcionamento do Jornal e os esforços de circulação entre seus membros. A ida do sindicalista “ao interior” se manifestava como importante medida para a chegada do jornal aos camponeses, assim como tratava de assuntos da luta por justiça e direitos no campo. A distribuição do *Terra Livre* e a criação “de muitas agências” se constituía como atividade estruturante no processo de sindicalização rural. O 1º de maio, além de data significativa, dia de luta, passeata e reivindicação, foi um momento valioso para realização de reportagem, certamente abordando a participação camponesa no calendário de luta dos trabalhadores, com suas pautas e denúncias específicas. Junto àquela reportagem, outras foram enviadas à redação do *Terra Livre* em São Paulo, porém não foram publicadas, razão maior da crítica feita por José Leandro, sobretudo pelos questionamentos dos camponeses que participaram das reportagens. Embora a direção do *Terra Livre* fosse formada por militantes do PCB e sob interferência da linha editorial e política do Partido, entre os pesquisadores é consenso que em seu conjunto o *Terra Livre* era também um órgão da ULTAB¹⁰⁹.

O jornal *Terra Livre* circulava geralmente como um quinzenário, embora, por vezes, tenha circulação mensal, acrescido de caderno suplementar. Em certos momentos, o jornal não cumpria a periodicidade mensal, em razão das dificuldades de ordem material. Sua redação e impressão se davam em São Paulo, sendo sua primeira edição de maio de 1949, circulando até abril de 1964, quando alcançava sua edição de número 132. O golpe civil-militar e a forte repressão desencadeada desde aquele abril se dirigiu com especial fúria ao desmantelamento das gráficas, prisões dos redatores de vários jornais, jornalistas e apoiadores e, como sabemos, a censura e os crimes da ditadura contra a liberdade de expressão constam de centenas de processos. Esta perseguição aos impressos é traço marcante do terror instalado em 1964 e hoje enfrentamos grandes problemas na reconstituição da história daqueles jornais. Para o caso do *Terra Livre*, não dispomos de sua coleção completa em arquivo, nosso acesso dela se

¹⁰⁹ Em balanço a respeito da ligação do jornal Terra Livre ao PCB e a ULTAB, Enilce Souza aponta os principais estudos que reconhecem a importância fundamental da ULTAB à realização daquele jornal: FALEIROS, Maria Isabel Leme. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1989. BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984. MINC, Carlos. **A reconquista da terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. PEDROZA, Manoela da Silva. **Terra de Resistência**. Táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2003. PRIORI, Ângelo. **Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do norte do Paraná (1956-1963)**. **Pós-História**. Assis, Unesp, v. 3, p. 227, 1995. (SOUZA, 2005: 116-117).

dá a partir do número 44, datado de julho de 1954¹¹⁰. São 88 números com edições e suplementos digitalizados disponíveis à pesquisa no portal Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A maioria das edições constava de oito páginas, acrescidas das edições suplementares em separado. Ao observarmos as edições do *Terra Livre*, nos deparamos com uma vasta produção de conteúdo abordando desde situações cotidianas enfrentadas pelos camponeses, passando pelo processo de sindicalização rural, comentários sobre campanhas eleitorais, conjuntura nacional e internacional, entre outros. Destacamos o cuidado da equipe editorial, cuja direção coube a Oswaldo Gomes (1954), Declieux Crispim Sobrinho (1956) e como redator-chefe H. Sosthenes Jambo (1962), em compor um jornal ancorado na linguagem comum à luta camponesa. Várias são as manchetes e reportagens evocando a experiência comunicativa dos trabalhadores do campo, comunicando aos seus leitores as injustiças sofridas, a necessidade de conhecer os direitos trabalhistas, a importância de se associar aos sindicatos e enfrentar coletivamente a exploração do latifúndio e o problema secular da fome e da miséria.

A distribuição do jornal *Terra Livre* se dava a partir do trabalho militante em cada lugar, quase sempre, a partir daqueles ligados ao PCB e, geralmente, implicados no processo de mobilização no campo. Esta ação não se restringia à distribuição do jornal, o trabalho dos militantes incluía o esforço de sustentação, como participante ativo nas permanentes campanhas de assinaturas e outras formas coletivas de arrecadação de fundos. Vários deles se destacavam também no aprendizado como "correspondentes" e "repórteres" do jornal, como José Leandro Bezerra da Costa no Ceará e Jerônimo Moura em Minas Gerais, entre muitos outros. Eles sugeriam temas, destacavam assuntos de relevo na conjuntura local, identificavam fatos de completa invisibilidade e silêncio na imprensa comercial e situavam ações e sujeitos em luta por direitos, completamente criminalizados nos meios de comunicação. Sustentado por meio de assinatura anual ou aquisição de exemplar avulso, o periódico saía de São Paulo e adentrava, pelas mãos de seus agentes, aos lugares mais distantes em busca dos camponeses que também participavam ativamente na construção do *Terra Livre*, pois se reconheciam ali em papel, tinta e imagens, o registro de muitas de suas lutas, a voz de homens e mulheres, falando sobre as agruras do cotidiano de exploração, miséria e fome. O próprio jornal registrava a “vida de terra livre” informando aos seus leitores as muitas mãos pelas quais passavam o *Terra Livre* até

¹¹⁰ Pouco se sabe dos exemplares anteriores a edição de nº44. Enilce Souza (2005, p.119) afirma que o jornal Nossa Terra, que se tem acesso apenas a um exemplar de junho de 1949, Ano I, nº 1, se trata do antecessor do Terra Livre, não se sabendo ao certo a partir de qual edição passa a se chamar Terra Livre.

chegar às lavouras e roçados, nos engenhos e usinas. Campanhas de arrecadação eram divulgadas ao mesmo tempo que se estimulava a participação dos camponeses convidados a se tornarem “agente de Terra Livre”, aquele responsável pela distribuição, coleta de assinaturas, estímulo à leitura e como já referido, contribuindo ao conteúdo impresso.

No Ceará, coube à Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC) fazer circular o *Terra Livre*, haja vista seu contato com as várias Associações espalhadas no campo, facilitando a inserção nas mais variadas experiências de trabalho camponês. Em 1962, um ofício da FALTAC endereçado à ULTAB descreve a distribuição indicando os agentes responsáveis, os municípios de destino e o número de exemplares. Para o Crato (sul) foram 30 exemplares sob a responsabilidade de Eloi Teles de Moraes; a Iguatu (centro-sul), 30 exemplares sob a guarda de Vicente Pompeu da Silva; Aracati (Litoral-Leste), Antônio Monteiro distribuiria 10 exemplares; Camocim (Litoral-Norte), 10 exemplares a serem distribuídos por Francisco Teixeira; Quixadá (sertão central), 20 exemplares para José Alves Pereira; Cedro (Centro Sul), 10 exemplares ao agente Raimundo Gregório Celestino; Pacoti (Serra de Baturité), 10 exemplares para Heitor Bastos Silveira; Fortaleza, 20 exemplares sob a responsabilidade de Jesus Batista de Oliveira¹¹¹. José Leandro segue o ofício apresentando as atribuições dos responsáveis pela difusão do *Terra Livre*: “O encarregado da distribuição deve se dirigir a todos esses agentes, enviando os jornais e dando instruções para fazerem assinaturas, e como pagarem os jornais”¹¹². Dentre as orientações, se destaca a sustentação do Jornal, seus agentes deveriam estar atentos às vendas, uma importante fonte de arrecadação. Problemas de distribuição como o “encalhe de jornais” seriam de responsabilidade da FALTAC, assumindo os custos e tratando de distribuir os exemplares que os agentes não conseguiram circular.

A FALTAC, embora não tenha responsabilidade com o encalhe dos jornais pedidos sem nenhuma planificação, vai pagar para contribuir com o Jornal dos Trabalhadores Agrícolas na sua circulação. Mas, achamos que não devem nunca forçar uma aceitação de quotas de jornais sem planificação na distribuição. O sr. Murineli adoeceu e os jornais foram encontrados encalhados, tivemos que distribuir gratuitamente. É possível que esse companheiro tenha aceito o cargo sem nenhuma relutância. Mas isto mostra que, também não estava entendendo o cargo. Dar nome pra ser agente e não tomar medidas para distribuir o jornal e fazer chegar aos camponeses, é melhor dizer logo que não tem essa possibilidade. Isto talvez não tenha sido dito realmente à pessoa que nomeou o último Agente para o Ceará¹¹³.

¹¹¹ Ofício N°37/62 FALTAC. Arquivo DOPS SP. Fundo CONTAG.

¹¹² *Ibid.*

¹¹³ Ofício N°37/62 FALTAC. Arquivo DOPS SP. Fundo CONTAG.

Aos agentes, se pedia empenho na tarefa de distribuição, visto que a missão principal, “fazer chegar aos camponeses” o *Terra Livre*, deveria ser garantida. Essa seria uma marca do jornal, o trabalho coletivo de seus colaboradores decisivo na distribuição e leitura. Este grupo era a principal ponte que ligava o *Terra Livre* aos camponeses, um movimento protagonizado pelos trabalhadores, para quem a leitura, fosse individual ou em voz alta, ocupava destaque em suas vidas. “O companheiro Eloi Teles, do Crato, reclama a carteira de correspondente”, assim termina o Ofício de José Leandro, indicando a rede que se constituía a partir do periódico.

O número de exemplares citados certamente não espelha a circulação do jornal e sua leitura. Em suas edições, saltavam das páginas ilustrações e textos bem como convites à leitura daquelas páginas em grupo, enfrentando o latifúndio e a mídia comercial que privavam os trabalhadores de direitos e informação, dando à vista a força transformadora que a leitura encerra. Em junho de 1961, os “leitores do campo” são lembrados de seu papel primordial à difusão das ideias transformadoras no campo, reforçando o empenho militante de fazer chegar ao máximo de trabalhadores, o “jornal camponês”.

AOS NOSSOS LEITORES DO CAMPO - Todos os lavradores e trabalhadores agrícolas que sabem ler, devem se reunir com os que não sabem para a leitura, em voz alta, de *Terra Livre*. Leia o jornal camponês para aqueles que não aprenderam a ler, ajudando a transmitir a nossa mensagem¹¹⁴.

Ademais, tal estratégia é já um legado do vasto capítulo da imprensa dos trabalhadores desde o século XIX, para o caso do Brasil, quando se vê a prática continuada da “leitura escutada”, “leitura comentada”. Aqui é evidente a estratégia da leitura coletiva como espaço de difusão de ideias, tendo o estímulo à leitura, no universo camponês, fortalecido a ação contestatória dos subalternos ante a opressão. São leituras que os encorajam em suas lutas, avivam a insubordinação e favorecem a abertura de novas veredas da resistência, como se vê também na prioridade ao exercício da leitura entre os pobres do campo pelas Ligas Camponesas, para quem a leitura em voz alta se constituía num ato de “leitura do mundo”.

Francisco Julião, em 1963, assinala a força da “poesia popular” na cultura camponesa, lembrando o apreço às histórias lidas e cantadas dos folhetins e cordéis narrando as façanhas da valentia sertaneja que vingam as humilhações sofridas pelos pobres, aplicando a justiça contra os poderosos. Dentre os mais conhecidos estão Antonio Silvino, Corisco e

¹¹⁴ *Terra Livre*. Junho de 1961, p. 4.

Lampião. Esse gosto pela leitura no campo foi primordial à difusão das Ligas Camponesas que fizeram dos jornais, panfletos, cartilhas e demais materiais escritos instrumentos para “despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas” (JULIÃO, 1962; p.34). Com esse intuito, foram produzidos boletins escritos “em linguagem singela em tom evangélico, como o ‘Guia’ o ‘ABC’, o ‘Recado’, a ‘Cartilha’, a ‘Carta de Alforria’, tudo que a experiência indica e a imaginação sugere” (JULIÃO, *ibid.*, p.34).

“Tratava-se de lutar pela palavra” como pontua Adelaide Gonçalves, uma vez que a imposição do silêncio aos trabalhadores pelos donos de terra se constituía como instrumento que reforçava a dominação. Nesse sentido, podemos afirmar que foi também pelo cordel, na voz do folhetinista, do violeiro e do cantador ao ingressar “nas fazendas, onde não entrava o agitador político marcado pela vigilância do capanga, o olho do latifundiário” (GONÇALVES, 2018; p. 256) que se gestou essa vigorosa mobilização camponesa por justiça e direitos duramente perseguida pelo golpe civil-militar de 1964. O gosto pela leitura é marca dos trabalhadores, mesmo quando não se domina as letras; há símbolos, fotografias, cores e demais elementos textuais lidos e explicados por eles, não sendo o analfabetismo um entrave à articulação política (GONÇALVES, 2020, p. 74). Edward Thompson, Refletindo sobre as experiências de leitura na Grã-Bretanha na primeira metade do século XIX, nos lembra:

O trabalhador analfabeto podia andar quilômetros para ouvir um orador radical da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão. Em períodos de fermentação política, os analfabetos pediam aos companheiros de trabalho que lessem os periódicos em voz alta; lia-se o jornal nas pensões dos artífices, e nas reuniões políticas gastava-se um tempo imenso com a leitura de discursos e a aprovação de longas séries de resoluções (THOMPSON, 2012; p. 415).

Às muitas façanhas ouvidas com o coração pelos camponeses se somaram cartilhas, panfletos, jornais e outros textos cuja leitura aviva a luta coletiva pela superação da miséria. Tais fatos reforçam o argumento sobre o *Terra Livre* como um instrumento das organizações camponesas em seus projetos de libertação, não reduzindo seu alcance a estrutura do PCB ou de seus editores. Ao lado de outras publicações, o *Terra Livre* se tornou um lugar da palavra contestatória expressa em variados formatos: cartas, depoimentos, versos e canções, vindas de homens e mulheres dispostos a enfrentar a dominação também pela palavra, garantindo espaço na poesia da emancipação. Com o passar do tempo, a leitura e as cartilhas, mantiveram centralidade entre os movimentos de camponeses que somam suas artes e cultura à herança internacionalista, não deixando esquecer os signos que fortalecem a luta coletiva como se vê no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Tal é o que se observa na nomeação dos acampamentos e assentamentos, na marcação do tempo recuperando um calendário da luta social de molde internacionalista, no impulso criativo das artes e da cultura camponesa, quando a canção, o verso, a poesia, a literatura, o teatro ativam as “estruturas de sensibilidade” (GONÇALVES, 2018; p. 258).

Nessa esteira, convém indagar sobre a inserção de temas relacionados ao Ceará nas edições do *Terra Livre*, que matérias deram a conhecer o que se passava com os camponeses destas paragens? José Leandro Bezerra da Costa é o nome que mais se repete nos conteúdos assinados e identificados como correspondente cearense; a ele se juntando outros textos de distinta autoria ou sem assinatura. Entre as 88 edições disponíveis do período 1954-1964, encontramos menção ao Ceará em 46 (SOUZA, 2005; p. 235). Publicados em diferentes cadernos e colunas, como “Páginas do Nordeste”; “Coluna do Ceará”; “Sindicatos e Associações Rurais”; “Vida de Terra Livre”, “Cartas da Roça”, dentre outras, vamos encontrar assuntos variados em torno da vida camponesa: a fome, os contratos injustos nos arrendamentos, o mandonismo do latifúndio, a violência cotidiana, as dificuldades das mulheres, o sofrimento de crianças e jovens.

São relatos colhidos nos roçados, muitos deles no momento da labuta ou no curto intervalo quando se comia o pouco feijão com farinha e rapadura, oportunidade para o agente-repórter de *Terra Livre* anotar o depoimento, por vezes fazer uma fotografia, documentando a vida camponesa em suas agruras, o que raramente outro jornal fazia. Esses relatos se juntavam aos demais enviados pelos agentes de outros Estados, reunindo a voz dos trabalhadores em seu cotidiano de vida e trabalho, divulgando as formas de exploração do latifúndio, privando homens e mulheres em suas necessidades básicas como alimentação e moradia, ameaçados por capangas e latifundiários. Nesse sentido, o *Terra Livre* albergou largamente a bandeira da Reforma Agrária, tema que despertava o ódio entre os fazendeiros e donos de terra, razão de seus agentes serem perseguidos e, como já aludido, após o golpe civil-militar de 1964 foi impedido de circular, quando vários de seus agentes e editores tiveram prisões decretadas.

Entretanto, as referências ao Ceará não se reduziam à dureza da vida no campo. A verve e a criação dos poetas da roça, como em Patativa do Assaré, revelam poeticamente a vida matuta que em meio a tanta injustiça, faz dos versos um potente alimento da esperança e do sonho. As várias formas de expressão da cultura camponesa tinham espaço nas páginas do *Terra Livre*. São muitos os versos, poemas, cordéis, enviados de várias regiões do país pelos poetas da roça, que expressavam por meio de sua arte a vida camponesa. São textos abertos à "leitura escutada", geralmente em lugares de ajuntamento, como feiras, quermesses, reuniões sindicais

e demais espaços da sociabilidade camponesa. Havia, nesse sentido, o incentivo do *Terra Livre* por divulgar essa escrita, sobretudo através das colunas “Cartas da Roça” e “Poetas do Sertão”. A coluna “Pequeno Almanaque de Terra Livre” informava sobre assuntos diversos da labuta: combate de pragas da lavoura, ciclos de produção, entre outros temas.

As manifestações da cultura popular, como as danças do “Maneiro-pau”, “Cortatesoura” e outros bailados festivos dos camponeses, além do encerramento da Assembleia Geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará¹¹⁵, são destaques em muitas edições. Através desse conteúdo, traços da sociabilidade no campo são fortalecidos, registros em boa parte resultantes dos próprios camponeses, material que não se encontra em outro periódico da época. São testemunhos da vida simples vivida sob a escassez, marcada pelo trabalho pesado, mas que encontrava momentos de fuga e celebração, necessários ao sobreviver¹¹⁶. O rural era apresentado em seus aspectos cotidianos, relatando também situações comuns numa perspectiva alargada da vida no campo, como nas transcrições de canções apreciadas pelos trabalhadores seguidas pela ilustração do sanfoneiro. Na coluna “Almanaque” de janeiro de 1955, entre informações sobre a “Lavoura do mês fevereiro”, tabela indicando o “Tempo que os animais levam para criar” e as datas das “Estações do ano”, vemos a letra de “Paraíba, Baião de Luiz Gonzaga”¹¹⁷, uma música que por certo embalou muitos momentos no campo em todo o Brasil.

O aniversário de José Sebastião de Lima, o “Compadre” como era conhecido entre seus pares no Sítio Canabrava em Pacoti, Serra do Baturité, é outro momento de convivialidade camponesa documentado pelo *Terra Livre*¹¹⁸. A festança que celebrava os oitenta anos do “Compadre” reuniu mais de mil pessoas, pois o trabalhador era querido no lugar. Contando com o apoio do Sindicato dos Assalariados Agrícolas de Pacoti, as comemorações iniciaram às 3h da manhã com alvorada ao som de fogos, rezas e cânticos puxados pela camponesa Maria Vieira. Ao meio dia, farto almoço foi servido aos convivas, seguramente acompanhado da cachaça, ao som de “quadrilhas e noites de São João” reproduzidas pela amplificadora que junto a um motor de iluminação, tomados de empréstimo de um Sindicato Operário de Fortaleza, garantiram a festa até a noite.

¹¹⁵ Terra Livre. Julho de 1955, p. 4.

¹¹⁶ Os momentos de sociabilidade, as festividades, o convívio coletivo e sua centralidade na vida camponesa são analisados com profundidade no tópico 2.3 desta tese.

¹¹⁷ Terra Livre. Janeiro de 1955, p. 2.

¹¹⁸ Terra Livre. Março de 1955, p. 6.

As páginas do *Terra Livre* também abrigaram o conhecimento compartilhado entre os trabalhadores do campo, divulgando suas experiências do dia-a-dia com ervas, chás e outras bebidas guardadas na memória e no saber da medicina popular. O Eucalipto, dentre outros benefícios, era recomendado ao tratamento de “bronquites, servindo para fazer soltar o catarro e moderar a tosse”¹¹⁹. Aos acometidos com diarreia, devia-se redobrar os cuidados, sobretudo as “crianças de peito”, tratando de suspender o leite e dando “caldos de legumes coados ou clara de ovo batida com água. Se a criança tivesse mais de sete meses, pode tomar caldo de cereais: trigo-centeio, aveia, arroz”¹²⁰, não passando a diarreia, era hora de buscar socorro médico. Quem sofresse com reumatismo devia evitar “a umidade, o frio, o sereno”, devendo fazer algum exercício físico; de noite “pôr flanela quente em cima do lugar dolorido” procurando comer peixe e frango, pois são carnes que “não fazem tanto mal”. São recomendações colhidas da vivência camponesa (sem assistência médica e hospitalar), sabiam de seus remédios, muitos deles herdados da ancestralidade dos povos originários, um repertório da medicina popular que se mantém viva até hoje pelas mãos de tantas curandeiras, rezadeiras no campo e na cidade.

Receitas, experiências culinárias e outros “conselhos caseiros” de vários lugares do Brasil também são partilhados pelo *Terra Livre*, reunindo informações úteis à vida cotidiana: saber se um ovo está muito velho para ser consumido; ou como se fazia Leite de Soja, um “leite de grande valor nutritivo”; no passo-a-passo da produção de uma Cocada Puxa-puxa, feita com rapadura, coco ralado e algumas gotas de limão¹²¹; ou ainda na descrição de um refogado de mamão verde, essa fruta que picada e frita na gordura com cebola, alho e tomates acrescida de sal e cheiro verde, se tornava uma iguaria¹²². Esses e outros tantos experimentos enchem o *Terra Livre* da vida camponesa, propagando os modos de vida do campo, contribuindo ao conhecimento do mundo rural desde a perspectiva dos próprios trabalhadores.

Em seu conjunto, as reportagens veiculadas no *Terra Livre* se baseiam no testemunho dos camponeses entrevistados. Em várias edições, nos deparamos com os relatos em primeira pessoa - homens e mulheres - historicamente silenciados. Falam de suas dores e encontram ali um canal de expressão e difusão das agruras de seu viver; também vocalizando suas lutas contra o latifúndio. É também um esforço editorial tornar o *Terra Livre* um lugar onde os camponeses podiam falar, se constituindo num dispositivo que despia as feridas sociais

¹¹⁹ Terra Livre. Fevereiro de 1956, p.3.

¹²⁰ Terra Livre. Maio de 1956, p. 3.

¹²¹ Terra Livre. Setembro de 1956, p. 3.

¹²² Terra Livre. Fevereiro de 1960, p. 5.

presentes no mundo rural brasileiro agravadas pela indiferença do poder público e encobertas pela mídia, comprometida com os interesses dos donos de terra. Jornadas exaustivas de trabalho, contratos de arrendamento com valores absurdos, cobranças ilegais de aluguel, pagamento em vales, férias e folgas sem remuneração, sujeição (dia de serviço “dado” ao patrão sem qualquer remuneração), despejos sem indenização, trabalho escravo, fome, assassinatos, dentre tantos desafios de todo o dia enfrentados pelos camponeses do país¹²³.

Além da fala dos camponeses, também era uma marca comunicativa as ilustrações de temas e textos fundamentais à luta no campo, como o “ABC das Ligas Camponesas” de Francisco Julião, cenas de passeatas por salário mínimo, o direito às férias remuneradas, combate aos despejos sem indenização, convites às conferências e reuniões associativas, críticas aos fazendeiros, cenas de leitura coletiva do *Terra Livre*. As linhas que formavam os desenhos da luta ali publicados demonstravam o coletivo entre os camponeses, como nas representações dos Tatuíras, ou fazendeiros, sempre de paletó esbanjando peso e arrogância; ou na lição tirada da união dos vários feixes a fim de evitar sua quebra, já que uns poucos feixes unidos seria de fácil destruição. Com frequência se vê imagens com cenas de camponeses agrupados em torno da leitura, geralmente com um leitor portando o jornal para leitura em voz alta acompanhado pelos demais atentos na escuta. Momentos do cotidiano também são reproduzidos como as cenas de trabalho; uma conversa entre trabalhadores sobre as péssimas condições de vida no campo; um violeiro com sua viola a tocar; um ajuntamento de lavradores na porta de uma prefeitura reivindicando sementes e enxadas ou em passeata segurando cartazes cobrar Reforma Agrária; uma reunião sobre a sindicalização à sombra de uma frondosa árvore; um camponês a ler um panfleto de seu sindicato...

As leis de proteção aos trabalhadores do campo são veiculadas e analisadas na coluna “Conheça seus Direitos” com participação ativa de Lindolfo Silva, secretário da ULTAB. Ali camponeses entravam em contato com uma série de dispositivos legais, aos poucos foram integrando o amplo quadro de reivindicação dos trabalhadores, expressos nas mobilizações pelo fim da meia nos contratos de arrendamentos, salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho respeitando férias e descanso remunerados, escola para as crianças camponesas, dentre outras pautas saídas das vozes de tantos trabalhadores e registradas em

¹²³ Em praticamente todas as edições disponíveis do *Terra Livre* encontramos conteúdos abordando a pobreza e a miséria encontrada no campo, priorizando o testemunho dos camponeses. Devido à extensão desse material optamos por não listar aqui. Todavia, ao longo desta Tese se encontraram vários desses relatos, nos dando a conhecer experiências de exploração e resistência.

papel e tintas pelo *Terra Livre*. A atividade sindical podia ser acompanhada pela coluna “Vida dos Sindicatos Rurais” quando se fazia um apanhado das movimentações dos trabalhadores em suas organizações de classe, as conquistas que aos poucos se celebrava, as greves de assalariados agrícolas, as reclamações protocoladas nas comarcas dos municípios, a aproximação com as instituições públicas de defesa do trabalhador, notadamente as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT’s) e a Superintendência da Política Agrária (SUPRA). Em todas essas ações, vemos trabalhadores ousando desafiar o poder do latifúndio empregando diversas formas de resistir à exploração no campo, encontrando no *Terra Livre* um espaço para que sua luta fosse ouvida e vencesse o cerco dos fazendeiros e de sua imprensa, ao mesmo tempo que sabia das outras pelejas enfrentadas por camponeses em distantes paragens, encorajando sua luta.

Para o caso do Ceará, no *Terra Livre* se encontra farto registro acerca da resistência no campo, estampando embates em atividades coletivas, constituindo um valioso registro da atuação camponesa no Ceará. Chamamentos para Congressos e demais momentos constitutivos da luta, divulgação de novas Associações e Sindicatos, orientações para dirigentes, preparação de conferências, manifestos, dentre outros, são alguns temas encontrados, nos sugerindo o trabalho militante desempenhado no Ceará. Em meio aquela agitação, o lugar de destaque do *Terra Livre*, o “nosso jornal” distribuído no Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará em 1963 e aqui destacando um deputado federal do Ceará:

Durante o 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, realizado em Fortaleza sob o patrocínio da FALTAC e de várias entidades operárias e estudantis, a presença de *Terra Livre* foi assinalada com destaque. Na foto o deputado federal Moisés Pimentel, da Frente Parlamentar Nacionalista, distribuindo exemplares de nosso jornal entre participantes do Congresso¹²⁴.

A forma pela qual o *Terra Livre* se estruturava nos permite afirmar que se tratava de um periódico forjado numa conjuntura em que a luta camponesa desenhava novos contornos no Brasil. Suas páginas repletas de elementos comuns ao universo camponês e sua circulação formam o elo entre o grupo redatorial e seus leitores camponeses, sobretudo quando se percebe seu papel político na mobilização dos camponeses, animando e convocando os trabalhadores do campo para encontros e os congressos organizados pela ULTAB (WELCH, 2010.). São páginas da luta camponesa por meio dos impressos, nos indicando significativos argumentos à história social.

¹²⁴ *Terra Livre*. Julho de 1963. Suplemento, p.4. (Imagem ilegível)

3.2 Os camponeses e a sindicalização rural no Ceará

Podemos afirmar que entre as tantas veredas percorridas pelos camponeses na segunda metade do século XX em todo o Brasil, uma levava ao sindicalismo rural. É bem verdade que o sindicato se trata de uma organização cujo cerne remete a uma ambiência urbana, marcada pelo forte traço operário que vê a fábrica e a situação degradante do trabalho como importante vetor de mobilização dos trabalhadores. Todavia, é fato que a exploração do trabalho também se opera no campo, levando à miséria milhares de camponeses que, além de enfrentarem difíceis condições de trabalho, viviam sob a mira da expropriação de suas terras pelo latifúndio e pela grilagem. Reunir-se em coletivo, juntarem suas reivindicações e saírem abertamente em sua defesa, se mostrou um caminho rumo à conquista de direitos e dignidade no campo. O trabalho realizado nas Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais modificaram o cenário político brasileiro, quando os problemas da terra, dentre os quais a Reforma Agrária, por meio da boca de trabalhadores mobilizados, alteraram a correlação de forças daquela conjuntura. “Terra para quem nela trabalha” foi uma das palavras de ordem gritadas em praticamente todo o Brasil durante passeatas e concentrações cada vez mais frequentes a partir da segunda metade da década de 1950 e elevadas consideravelmente no início dos anos 1960.

De toda aquela efervescência política e avanços que alcançaram, cabe reconhecer a centralidade dos camponeses nesse processo, importando refletir sobre a atuação de homens e mulheres empobrecidos dispostos a mudarem sua sorte e tentar construir outro futuro. A seguir, apresentamos uma reflexão acerca dos camponeses em suas associações e sindicatos rurais do Ceará, enfatizando a agência dos pobres nas diversas frentes de luta realizadas, sobretudo, pela FALTAC, Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará¹²⁵. Nossa intenção é, portanto, centrar o olhar aos camponeses, procurando perceber as motivações que os animavam a buscar desde a fundação até a participação em diretorias de Associações de Federações, trata-se de um esforço de voltar a esses espaços da luta camponesa buscando priorizar as falas e as ações dos trabalhadores.

A FALTAC possuía duas sedes em Fortaleza. O escritório situava-se na rua Pedro Pereira, no Edifício Santa Lúcia, no Centro da cidade; e a outra no bairro Padre Andrade. Pela

¹²⁵ O sindicalismo rural no Ceará já veio ao debate em estudos de diversas áreas, destacamos os trabalhos: Tereza de Paula JOCA (1987); Maria da Glória OCHOA (1989); João Paulo Fernandes da SILVA (2010); Carlos Antônio NOGUEIRA (2016); Helaine Saraiva MATOS (2017); Aldiva Sales DINIZ (2008); Bernadete Ramos BESERRA, (2015).

lembrança de Vicente Pompeu, camponês de destacada atuação naquela Federação, o escritório albergava as funções de apoio jurídico, serviços de secretaria, entre outros, enquanto a sede do Padre Andrade abrigava reuniões, escola, agitação e outras atividades.

A nossa sede era ali no Edifício Santa Lúcia, ali na Pedro Pereira, no 5º andar era o escritório e a sede da Associação era lá onde eu tenho a casa hoje, no Padre Andrade, hoje Jardim Iracema. Lá nós tínhamos a sede, escola de dois turnos, não tinha luz, mas tinha o motor próprio e tudo mais. Lá foram, derrubaram casa, derrubaram tudo, carregaram estante, carregaram livro¹²⁶.

O espaço de encontro e ajuntamento dos camponeses estava situado num bairro habitado por cerca de setecentas famílias. Há relatos de volumosa produção de verduras, legumes e frutas vendidas nos mercados de Fortaleza, incluindo o mercado São Sebastião. Aquelas terras estavam sob a mira da grilagem e imobiliárias na década de 1960, razão que desencadeou um conflito entre moradores e supostos proprietários. Tal fato indica o grau de ação desenvolvido, pois situada numa área de disputa de terra, aquela Federação transbordava em suas atribuições representativas de classe, visto que havia um trabalho de combate a exclusão e a negação de direitos. Lá “tinha escola, mesa boa, carteira, panificadora”¹²⁷, revelando um crescente movimento por justiça e dignidade forjado a muitas mãos. O golpe de 1964 obstruiu a articulação camponesa em curso, atacando as atividades sindicais espalhadas pelo Estado, as iniciativas de educação e demais atividades sindicais.

Uma das principais atividades desempenhadas pela FALTAC foi a capacidade de massificar a luta camponesa, responsável por transformações no cenário político brasileiro, trazendo ao debate público as reivindicações da vida e do trabalho no campo, negadas pelos detentores da terra e negligenciadas pelo poder público. Essa mobilização em torno das pautas camponesas teve forte ascensão durante a década de 1950, quando várias Associações foram criadas. Isso significa dizer que velhos problemas enfrentados pelos camponeses agora tomariam outra dimensão, pois alcançam o plano coletivo convertendo muitas queixas em programas de luta animados por diversos sujeitos espalhados nos lugares mais distantes.

Nesse sentido, os camponeses percebem alguma fortaleza ao compartilharem seus sofrimentos, se identificam com os relatos de miséria contados por outros sujeitos de semelhante condição e passam a dar importância ao movimento associativo. A fala aos poucos vai se tornando coletiva, porque as dores também o são. Essa talvez seja a principal motivação

¹²⁶ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 41

¹²⁷ *Ibid.*, p. 45.

que levava os pobres do campo a se reunirem em busca da superação da miséria. O embate agora podia ter outra dimensão, com alguns aliados, com suporte de outros mecanismos, fortalecendo a fala contestatória, definindo cada vez mais suas prioridades e identificando seus opositores. Esse cuidado metodológico deve ser frisado no sentido de perceber que, dado o significativo número de associações de trabalhadores rurais criadas pelo Brasil na década de 1950, existe uma disposição camponesa de enfrentamento à dominação anterior a esse dispositivo. São vários os exemplos que demonstram ser verdadeira a máxima pensada com certo espanto por Euclides da Cunha ao dizer que o sertanejo é, antes de tudo, um forte¹²⁸. Fortaleza que se expressa no cotidiano desses sujeitos que se recriam constantemente fazendo da vida um ininterrupto resistir.

Num ambiente cujo poder local dos proprietários assegurava a dominação dos trabalhadores, formar grupos de discussão, associações de apoio mútuo, se aproximar de outros trabalhadores que conquistaram melhorias, lutar por direitos, ouvir o que um palestrante tinha a dizer, participar de reuniões e sindicalizar-se era o maior desafio. Para escapar do controle dos patrões, exercido em grande medida pelos jagunços e capangas, buscaram muitas formas para defender seus propósitos. Para fundar entidades de defesa dos camponeses foi preciso, além de coragem, estratégias próprias do mundo rural, indicando o papel decisivo da gente simples nesse processo. Nessa direção, é fundamental entendermos como ocorreu o associativismo no campo, as medidas adotadas com vistas a assegurar a vida associativa.

A difusão do movimento associativo no campo foi animada inicialmente, sobretudo pela ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em sua linha programática do “trabalho de massa”, como indicava a Resolução Sindical de 1952 (SANTOS; COSTA, 1998, p. 16). Ao longo da década de 1950, o PCB passou por reformulações significativas, principalmente em suas orientações; foi do chamado à radicalidade no Manifesto de 1950 e confirmado em seu IV Congresso Nacional em 1954, ao reconhecimento da necessidade de estreitar os laços com os demais movimentos reformistas da esquerda brasileira na nova linha de atuação contida na Declaração Política de 1958, consagrada no V Congresso Nacional em 1960 (GORENDER, 1987; AARÃO REIS, 2002).

¹²⁸ Considerando apenas conflitos depois de proclamada a República, como Canudos na Bahia (1987), Contestado na fronteira entre Paraná e Santa Catarina (1916) e Caldeirão no Ceará (1937), nos permite dimensionar o atuação camponesa em luta por terra, nos indicando a agitação promovida pelos trabalhadores do campo anterior ao movimento de sindicalização rural na segunda metade do século XX (BASTOS, 2019, p.135).

Ao esforço dos comunistas em sua tarefa de mobilização rural, considere-se a decisiva vontade de homens e mulheres do campo empenhados em construir novas relações de trabalho e vida. Trabalhadores saíam entre seus lugares de trabalho e convivialidade para conversar com os demais camponeses anunciando a criação das Associações, alertando para a necessidade de se reunir nesses espaços de luta coletiva. Relembrando os momentos iniciais de fundação da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu, Vicente Pompeu, um dos camponeses envolvidos na tarefa de fundar as Associações no Ceará, indica os caminhos trilhados.

Fomos visitar. Tinha gente que não queria. A gente chegava na casa do companheiro, bom, você é da minha categoria, trabalha na roça. [...] Então, com a associação, a gente pede alguma coisa em nome da associação, por que em nome de uma pessoa só ninguém arranja nada e... vamos pra frente. E assim continuamos¹²⁹.

De início, buscou demonstrar que havia uma “categoria” comum, convencendo sobre a necessidade de se reconhecerem como iguais, haja vista a exploração do trabalho generalizada, fator agravante para a condição de miséria a que estavam submetidos. O convite para participar provocava o trabalhador a considerar uma entidade que o representasse em suas queixas, pois agora os pedidos seriam efetuados “em nome da associação”, de um grupo, já que sozinho “ninguém arranjava nada”. Em estudo sobre os Sindicatos de Trabalhadores Rurais na zona canavieira de Pernambuco, Lygia Sigaud chamou atenção para a importância sindical na luta camponesa, um suporte no qual confluíam reivindicações dos pobres em suas batalhas cotidianas, imediatas e em longo prazo.

[...] o que viabiliza o enfrentamento é o sindicato. É no sindicato que o trabalhador se informa sobre seus direitos e é na organização sindical que encontra suporte para enfrentar o patrão. Questões importantes para os trabalhadores podem deixar de se tornar objeto de luta por falta de suporte político da direção sindical. Por outro lado, questões aparentemente periféricas, como, por exemplo, o pagamento em dia da segunda parcela do 13º salário, podem se tornar centrais a partir da atuação do sindicato. E ainda se poderia acrescentar, para dar conta da diversidade, o fato de que, nos sindicatos onde se trava uma luta pelo cumprimento do contrato coletivo, em geral, se tem adotado uma política de escalonamento das lutas, ou seja, não se briga com os patrões simultaneamente por tudo aquilo que a vigência do contrato viabilizaria (SIGAUD, 2019; 531-532).

Havia a preocupação por reunir os explorados e suas pautas num ambiente de confiança na tentativa de fugir da vigilância dos patrões. Além das visitas nas casas dos camponeses, os encontros eram também divulgados de outras formas, afixando cartazes em pontos estratégicos, enviando recados:

¹²⁹ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 38.

A gente pegava um bocado de papel ofício, passa numa gráfica e bota na porta do comércio, onde entra as pessoas pra comprar. ‘Vão se fundar uma associação tal, de número tal... então estava lá, registra no cartório’. [...] Onde a gente mora, como eu morava no Iguatu, só uma debulha de feijão, numa noite ajunta tanta gente, homem e mulher dá mais de cinquenta pessoas¹³⁰.

O testemunho do camponês revela a mobilização pensada a partir da cultura dos trabalhadores, aproveitando momentos de convívio para disseminar os ideais associativos como numa debulha de feijão, onde se aproveita para encontrar os conhecidos e no caso falar sobre a urgência de se criar uma associação. Contando com uma diretoria eleita em Assembleia, as associações passavam a existir formalmente após aprovação de estatuto próprio e ata de fundação lavrada, rito tradicional que oficializava a criação das sociedades. O trabalho inicial se concentrava em prestar assistência aos associados, disseminando o cuidado coletivo a partir de serviços praticamente ausentes nas regiões afastadas dos núcleos urbanos, como atendimento odontológico, médico e jurídico. Esses serviços reforçaram o comparecimento dos camponeses às Associações que acorreram em busca de atenção médica e orientação dos procedimentos cabíveis diante das injustiças cometidas pelos proprietários.

A Associação de Lavradores foi fundada com a finalidade de defender o trabalhador rural, quando ele era expulso da terra, ou lá do bairro. No estatuto, rezava o pecúlio, por que era uma sociedade filantrópica que dava pecúlio, não era aquela Sociedade que estava realmente se formando como sindicato. Assim, ajuntou muitos associados. A mensalidade era de 20 centavos naquela época; e para defender os trabalhadores a gente arranjou amigos, porque naquela época a gente fazia tudo na base de amizades; sempre se encontra gente boa, amigos da gente, [...] Para defender o trabalhador, a gente arranjou um advogado na base do amor solidário, democrático o Dr. José Valfrido Monteiro, do Icó. E arranjamos para tratamento de saúde o Dr. Humberto Gouveia, médico e operador, e arranjamos outro médico, o Dr. Gilson, para realmente ajudar em tratamento de saúde. Só quando a gente mandava o recibozinho da Sociedade eles atendiam sem ser mesmo na base do dinheiro, só na base da amizade. [...] Naquela época para realmente caminhar... por que não existia dinheiro. Arranjamos um cirurgião dentista, por nome de Dr. Luis Barreto, para arrancar os dentes dos velhos, por que tem muito velho com dente cariado, dente ruim e ele curou realmente¹³¹.

“Amizade e amor solidário” foram as principais motivações verbalizadas pela liderança camponesa ao lembrar aqueles anos de mobilização, evidenciando as articulações dos camponeses com outros setores. Por meio do apoio de advogados, agora era possível consultar a legislação trabalhista, incentivando, assim, os trabalhadores a reclamarem a reparação dos direitos. Consultas de médicos também estavam na ordem do dia, pois era tarefa assegurar a saúde dos camponeses, combatendo, aos poucos, a privação de direitos básicos. O desejo por

¹³⁰ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 38.

¹³¹ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1984, p. 2.

superar a humilhação é marcante no processo de criação dessas associações de ajuda mútua, como observa Antonio Montenegro (2019), visto que era preciso enfrentar a doença e a morte tão presentes no campo, razão que motivou os trabalhadores a fundarem a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP) em 1954. Direito a caixão e cemitério eram umas das preocupações daqueles trabalhadores que, dada a miséria, não tinham um enterro digno, dependiam da prefeitura, enterrando seus mortos com “mortalha de papel” (CALLADO, 1969). Estamos diante de um movimento que aspirava superar a desigualdade no campo, aproveitando a disposição dos trabalhadores como se nota durante toda década de 1950 até 1964 com a deflagração do golpe civil-militar.

Outra ação se constituiu no enfrentamento à fome e aos problemas decorrentes na vida dos camponeses. O relato aqui recuperado indica que a Associação propiciava articulações visando diminuir o sofrimento causado pela falta de comida. Nesse caso, recorreram ao Serviço Público de Saúde, conseguindo uma quantidade de leite para alimentar, mesmo que provisoriamente, os famintos:

Em nome da Associação arranjei um caminhão de leite uma vez, aqui na Secretaria de Saúde, em Fortaleza, na 24 de maio. O leite, eu não sabia do que era. Era numa caixa grande, com doze caixas pequenas, pra distribuir em três meses. Dentro de um mês, distribui pra todo mundo. Quando se acabou, arranjei de novo, já foi mais baixa. Mas, sempre arranjava¹³².

O fato das Associações se preocuparem com assistência médica incomodava sobremaneira os proprietários, deixando-os “com raiva”. Cuidados com a saúde somados ao debate em torno do trabalho entram nas fazendas e aos poucos vão modificando a rotina. Consultórios médicos, dentistas e espaços de discussão são criados, compondo o novo percurso desses associados, pois os serviços nas associações ajudaram os camponeses em suas atividades de resistência, juntando seu desejo por melhores condições de vida e trabalho. É por isso que ao estudar as diversas associações criadas no campo, antes de mais nada, tem-se que admitir o protagonismo camponês nessa trama, as lutas não são criadas a partir dessas organizações, obliterando assim o caráter histórico desses camponeses; elas incidem sobre o desejo em transformarem suas vidas, indicando várias possibilidades. Não custa muito e essas reivindicações ganham o teor público tanto por meio de manifestos ou cartas quanto através de passeatas e manifestações, ocasião em que as pautas ganhavam as ruas quebrando o silêncio imposto pelo latifúndio.

¹³² Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 40.

Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome. O assunto mais debatido é exploração nos arrendamentos, falta de terra para os camponeses trabalharem, baixos salários, falta de assistência médica e remédios, alto preço das ferramentas e artigos de consumo, falta de financiamento, falta de garantias de preço de produto. Foram aprovadas resoluções pela organização e unidade dos trabalhadores agrícolas, pela luta contra a exploração nos salários e nos arrendamentos, por terra, sementes e ferramenta, por financiamento e inseticidas para os lavradores pela construção de açudes, pela aplicação das leis trabalhistas no campo, etc¹³³.

No seio daquela mobilização havia o desejo por transformar a realidade do campo, visto que era imprescindível a modificação das formas de vida e trabalho. O problema a ser combatido não se restringia somente a terra, é bem verdade que estava sob o controle de uns poucos, privando milhares de viver e trabalhar livre da exploração. Os camponeses denunciavam uma engrenagem que dominava além da terra, a água, as sementes e os instrumentos de trabalho. Os pagamentos eram ditados pelos proprietários, alheios às regulamentações do salário mínimo, fator responsável pela miséria dos trabalhadores que, usurpados em seus direitos, estavam decididos a lutar por melhores dias.

As lutas camponesas foram, de igual modo, marcadas pela atuação das mulheres envolvidas no processo de transformação da vida no campo. São mensageiras da esperança à medida que, através de suas ações, projetam um futuro diferente. Embora seja ainda difícil conhecer suas histórias, em face dos escassos registros, algumas delas deixaram marcado ao menos o seu nome em notícias ou fotografias na imprensa militante, como no jornal *Terra Livre*. Essas camponesas buscavam se inserir em espaços de organização da classe, como em Conferências e Associações, se aliando aos demais que lutavam por justiça, mas também se uniam a outras mulheres do campo e da cidade para discutirem seu papel diante dos desafios impostos por uma sociedade conservadora e patriarcal. No período de formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, trabalhadoras da Serra do Araripe e da Serra de Baturité tomavam parte nesse processo de mobilização, contribuindo para denunciar a desigualdade que marcava suas vidas no trabalho e em casa.

Mulheres trabalhadoras da Serra do Araripe, sul do Ceará, durante a Conferência Regional dos Trabalhadores Agrícolas do Norte, nos dias 4 e 5 de setembro de 1954 em Fortaleza, denunciaram seus miseráveis salários: “Na Serra do Araripe, as mulheres denunciaram que estão vivendo com um salário de Cr\$ 4,00 por dia, trabalhando nas fábricas de farinha ali existentes”¹³⁴.

¹³³ Terra Livre. 1ª Quinzena de setembro de 1954, p. 3.

¹³⁴ *Ibid.*, p.3.

No Maciço de Baturité, no centro-Norte do Ceará, as mulheres buscaram enfrentar as situações de miséria criando a Sociedade das Donas de Casa de Pernambuquinho. Formada por camponesas, contando com 80 sócias em 1955, a Associação mantinha sede alugada e filiada à Federação de Mulheres do Ceará, tendo como uma das principais tarefas a luta por melhores condições de vida para seus filhos. Para aquelas mulheres, a fome era um dos seus problemas cotidianos: faltava o leite e o pão para os filhos. Essas mulheres, as quais não se sabem os nomes, aos poucos foram tomando o destino em suas mãos e logo vamos encontrá-las participando de manifestações contra a fome e a carestia de vida, das Conferências e Assembleias de Mulheres em âmbito regional e nacional. São mulheres camponesas que trabalham, sobretudo na colheita de café, experimentando a exploração, pois seu ganho era fixado em relação a quantidade de grãos colhidos¹³⁵.

A Sociedade das Donas de Casa de Pernambuquinho constituía de fato uma agremiação de mulheres camponesas, formadas por trabalhadoras na apanha do café no município de Pacoti. Atribuir significado de dona de casa e não de camponesa era parte da estratégia em busca de maior possibilidade associativa. Ademais, parece ser prática usual, em alguns coletivos de mulheres militantes, utilizar o designativo legitimador de dona de casa¹³⁶.

Nesse sentido, trata-se de camponesas indignadas diante do sofrimento, inquietas perante o desmando e a injustiça. Nos relatos ao *Terra Livre* aparecem nomes seguidos das diversas denúncias. Na leitura das fontes, vamos anotando seus nomes e seus relatos sobre os sofrimentos da vida de todo o dia, ouvindo suas reclamações frente aos desmandos e as injustiças, suas queixas devido a pouca comida para os filhos e as doenças. Maria Zilma Silva, Raimunda Evangelista, Clarisse Maciel, Rita Sampaio, Francisca Leonarda de Souza, Dica Pereira, Júlia Martins da Silva são mulheres trabalhadoras que se investem de coragem para falar sobre suas vidas e seus sofrimentos. Ao historiador social cabe a sensibilidade de compreender que o ato de fala é, em si, um ato de existir para resistir. Falavam de um cotidiano duro, enfrentavam o trabalho pesado no eito, na apanha do café, no roçado, grávidas ou doentes, como afirmou Francisca Leonarda¹³⁷. Júlia Martins lembra como morreram seis dos seus quatorze filhos:

[...]disse que teve 14 filhos, destes morreram seis e tem oito vivos. Disse que seus filhos morreram assim: – Um morreu com seis anos, inchou muito, quando desinchou morreu; o outro deu um ‘ramo’ e morreu de repente. Morreu outro de seis anos,

¹³⁵ Terra Livre. 2ª Quinzena de Março 1955, p. 6.

¹³⁶ Terra Livre, *Ibid.*, p.6

¹³⁷ Terra Livre, *Ibid.*, p. 6

queimado. Este estava tomando conta da casa na hora que eu ia apanhar café. Ele foi fazer o fogo e o fogo pegou na roupinha, queimou-se e morreu depois de muitos dias de sofrimento; se tivesse um recurso ele não tinha morrido. Os outros morreram: um com oito meses, um com dois anos e nove meses, outro com 1 ano e 9 meses e um nasceu morto¹³⁸.

O testemunho da camponesa é recolhido enquanto apanhava café em um dos sítios em Pacoti. O relato de uma mulher habitada pela presença da morte, ceifando a vida precária dos filhos alcançados pelas moléstias que atingem os pobres. Morreram porque lhes faltavam recursos, porque a vida era muito precária. Nenhuma das mortes das crianças se deu como fatalidade. O filho de seis anos já tomava conta da casa quando a mãe saía para a apanha do café, tão pequeno ao fazer o fogo para a panela do feijão, queima a roupinha e o fogo se alastra em seu corpo. A crônica sobre a causa da morte dos seis filhos de Júlia é aquela que atinge milhares de crianças camponesas.

Essas mulheres marcadas pela dor não aceitavam tais situações e lutavam por melhores condições de existência. Não se conformavam em ver seus filhos passando fome e iam em busca do paliativo das campanhas de arrecadação de leite. Logo mais, vamos encontrá-las entoando palavras de protesto por melhores salários, ou se movimentando com um Abaixo Assinado para conseguir um cacimbão, pois lhes custava buscar água de beber tão longe:

Tem tomado parte nos atos públicos realizados em Fortaleza pela Federação e uma de suas sócias foi à Assembleia Nacional de Mulheres celebrada em Porto Alegre. Unidas na luta contra a miséria, as mulheres camponesas de Pernambuco estão lutando para conseguir um cacimbão, no povoado. No ano passado a Sociedade liderou uma campanha por aumento de salário para as apanhadoras de café, tendo conseguido um pequeno aumento¹³⁹.

As dificuldades de todo o dia seriam enfrentadas pela luta coletiva e as mulheres assim a fizeram não só participando de sua associação própria, como a Sociedade das Donas de Casa de Pernambuco, como já mencionado, mas também buscando ser presença viva nos demais organismos da luta camponesa, compondo direções e animando batalhas como a luta por escola no campo.

“Nós, moradores em Sussuana, município de Guaraciaba do Norte – pequenos proprietários, rendeiros, meeiros e assalariados agrícolas, vimos por meio desta solicitar a publicação da situação de miséria no campo. Mesmo sem falar em salário que é insignificante, queremos nos referir ao analfabetismo em nosso meio e, em particular neste município. Aqui, as crianças pobres não frequentam escolas, podemos assim dizer, por não existirem em quantidade suficiente. O certo é que em cada grupo de cinco crianças em idade escolar, quatro faltam ser alfabetizadas”. Agradecem a

¹³⁸ Terra Livre. 2ª Quinzena de Março 1955, p. 6.

¹³⁹ Terra Livre, *Ibid.*, p. 6

publicação desta, Ângelo José do Vale – 1º secretário; Belina Vale, rep. Feminina; Moisés Alves de Souza, presidente¹⁴⁰.

O sistema de exploração no campo era resultado de um conjunto de violações que ultrapassam as questões de trabalho, salário e moradia. A denúncia acima desnuda o grau de exclusão daquela gente, pois, segundo a lógica dominante, os filhos dos pobres deviam seguir a vida sem escola. É por isso que o trabalhador reivindica escola para seus filhos, entendendo como um direito, já que o poder político silenciava ante ao analfabetismo reinante no interior do Ceará e do Brasil. A denúncia era enfática: a cada cinco crianças daquela região, quatro eram analfabetas, tal fato revelava a intenção da elite rural em reservar a essas crianças o papel de trabalhadores do eito, sem escolarização. O clamor vindo do campo cearense integrava um conjunto de reivindicações presentes em todo o país, pois a estratégia de interligar as diversas lutas em curso encurtava as distâncias ao mesmo tempo que fortalecia o espírito coletivo.

Irmãos trabalhadores! Realizai em cada fazenda ou usina, em cada local de trabalho, nos patrimônios, nas povoações, nas posses, nas vilas, nos córregos, nas águas, nas feiras e nas terras de arrendamento, reuniões para debater a vossa situação! Como fruto dessas discussões, será elaborada pela II Conferência a “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Trabalhos Agrícolas do Brasil”. Realizai Conferências locais, municipais, de zonas e estaduais! Elegei vossos legítimos representantes para falar em vosso nome na II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas!¹⁴¹

O Manifesto de Convocação da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas visava agrupar trabalhadores do campo de todos os estados para discutir a situação de vida e trabalho nas lavouras, os resultados dos debates locais seriam acumulados, discutidos em Conferência e indicariam os rumos da “organização camponesa de âmbito nacional – a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil”¹⁴². A orientação buscava além de preparar a II Conferência, criar Associações de trabalhadores agrícolas, principalmente em locais onde se verificava maiores concentrações.

Ao aproximar-se o mês de setembro, mês da grandiosa realização dos trabalhadores agrícolas do Brasil, estendem-se por todos os recantos do país manifestações de apoio a II Conferência Nacional, convocada para os dias 17, 18 e 19 nesta capital. Os trabalhos preparatórios da II Conferência já tiveram início. As formas fundamentais de realização (reuniões e assembleias de fazendas, usinas e outros lugares) começam a se desenvolver. Ao mesmo tempo em que vão sendo realizadas as reuniões e assembleias vão surgindo Comissões de luta pelas reivindicações aprovadas em cada localidade e Comissões Organizadoras de Sindicatos e Associações¹⁴³.

Nas diversas regiões do Ceará ocorreram palestras, assembleias, escolhas de representantes, combinando esse quadro de agitação com fundações de associações de

¹⁴⁰ Terra Livre. 2ª Quinzena de Fevereiro de 1956, p. 4.

¹⁴¹ Terra Livre. 1ª Quinzena de julho de 1954, p. 5.

¹⁴² Terra Livre. 2ª Quinzena de agosto de 1954, p. 1.

¹⁴³ Terra Livre, 1ª Quinzena de agosto de 1954, p. 4.

trabalhadores agrícolas. Eleita as Comissões de Luta, as reivindicações aprovadas eram registradas e encaminhadas aos representantes que tinham a tarefa de transmitir à plenária durante a Conferência. Esse fluxo animava a participação dos trabalhadores ao saberem que suas queixas seriam divulgadas em espaço maior de deliberação, conectando um potente movimento de articulação dos camponeses. Restava animar os demais trabalhadores a buscarem as Associações fortalecendo sua adesão ao associativismo, tarefa das Comissões Organizadoras de Sindicatos e Associações. O sindicalista rural cearense José Leandro Bezerra da Costa, integrante dessas Comissões no Estado, lembra que no final da década de 1950 o Ceará contava com cerca de 32 Associações camponesas espalhadas em quase todas suas regiões (COSTA, 1988).

Tabela 2 - Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Ceará por município e região no final da década de 1950

Região	Município
Região Metropolitana	Messejana, Pajuçara, Itaitinga, Maranguape, Caucaia
Litoral Oeste	Camocim, Chaval, Granja,
Região Norte / Vale do Curú	Uruoca, Itapagé, Itapipoca, Irauçuba, Amontada
Serra da Ibiapaba	São Benedito, Ibiapina,
Sertão dos Inhamuns	Arneiroz
Maciço de Baturité	Pacoti, Aracoiaba,
Litoral Leste	Aracati, Cascavel, Pindoretama
Região do Médio e Baixo Jaguaribe	-
Sertão Central	Paramoti, Quixadá
Centro Sul / Vale do Salgado	Cedro, Iguatu, Piquet Carneiro, Acopiara, Jucás
Cariiri	Nova Olinda, Várzea Alegre, Granjeiro,

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações contidas nos seguintes trabalhos: COSTA, José Leandro Bezerra da Costa, 1988; JOCA, Tereza Helena de Paula, 1987.

A presença dessas organizações em todo o Ceará revela também o acirramento da luta de classes no campo, uma vez que camponeses vão somando seus esforços de resistência aos históricos casos de exploração por parte dos grandes proprietários e às formas de luta coletiva por meio de associações. Era um período de movimentação camponesa em todo o Brasil, quando em campanhas, saíram em defesa da terra como um bem necessário e de direito a quem nela vivia e trabalhava. Salário mínimo, carteira de trabalho, ferramentas, melhores

condições na produção, moradia, posto médico e escola compõem o quadro de demandas verbalizadas em assembleias, certos de que só seriam alcançadas como conquista. Tais desejos, que se presume existir desde sempre, vão se transformando em projetos de vida de tantos sujeitos como Vicente Pompeu da Silva, José Leandro Bezerra da Costa, Américo Silvestre e tantos outros espalhados pelo país, dedicados à luta em defesa dos direitos dos camponeses.

Em todo o país, cresciam as mobilizações por reforma agrária e as demais pautas defendidas pelos camponeses, convencidos da necessidade de intensificar suas lutas frente ao projeto dos proprietários. A força acumulada durante a criação das Associações Camponesas, ao longo da década de 1950, é essencial ao processo de sindicalização camponesa e aos demais movimentos por reformas sociais impulsionadas no início dos anos 1960. Pelo conjunto de reivindicações apresentadas nas assembleias e manifestações, é latente o desejo por modificar as relações de trabalho, garantindo os direitos observados na Consolidação das Leis do Trabalho. Embora vigorasse desde 1946 no Brasil, o conjunto de dispositivos da CLT não chegava ao campo; com isso, deixava a maioria dos camponeses sem amparo legal contra os abusos dos proprietários. Restava às Associações criadas ao longo da década de 1950 realizarem a defesa dos interesses dos trabalhadores, enfrentando as tentativas dos latifundiários de impedir a extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural, pressionando o Ministério do Trabalho representados, sobretudo, pela Confederação Rural Brasileira (MONTENEGRO, 2019. p.222).

A tensão entre dois projetos conflitantes, já que cada um pressupunha um desenvolvimento particular da agricultura, tem seu momento mais agudo no início dos anos 1960. De um lado, forças que defendiam a manutenção da grande propriedade e a reprodução das relações sociais agrárias vigentes; de outro, novas forças que emergiam e reivindicavam mudanças estruturais – incluindo uma reforma agrária radical – que assegurassem aos trabalhadores uma posição qualitativamente melhor na hierarquia social. (COSTA, 2010, p. 21)

O clima de tensão é potencializado quando João Goulart se torna presidente da República e as reformas estruturais no país são amplamente debatidas pelos trabalhadores, despertando a ira do poder econômico, que desde a renúncia de Jânio Quadros, atuava para desestabilizar o governo de Goulart (FICO, 2008). Motivados pela articulação junto às organizações sindicais, os movimentos camponeses realizam em 1961 o Congresso Camponês na cidade de Belo Horizonte. Das muitas questões ali debatidas, a tese em defesa da “reforma agrária na lei ou na marra” ganhou notoriedade, animando o trabalho dos camponeses em busca da sindicalização enquanto crescia a desconfiança por parte dos proprietários e dos grupos

contrários às transformações sociais¹⁴⁴. Não demora muito e veremos a tese da Reforma Agrária Radical, aprovada no Congresso de 1961, estampada em faixas e cartazes e verbalizada durante os atos de rua e reuniões. No Ceará, durante a passeata do 1º de Maio de 1962, em Iguatu, os camponeses levaram suas bandeiras e cartazes estampando publicamente suas palavras de ordem e ao mesmo tempo expressando a articulação com as demais forças sociais pelas Reformas de Base.

No dia 1º de maio, estivemos assistindo as comemorações do dia do trabalhador na cidade de Iguatu, onde temos uma de nossas boas federadas que congrega os meeiros que trabalham plantando algodão para enriquecer o Brasil e viverem nus como vivem. Foi um dia de demonstrações pela primeira vez naquela cidade sertaneja (Grande cidade) quando os camponeses desfilaram com dezenas de cartazes com várias reivindicações e pronunciamentos como estes: “Faremos a Reforma Agrária na lei ou na marra”; “Pecado mortal é morrer de fome – diz Padre Arquimedes Bruno”; “Unidos Operários e Camponeses venceremos os latifundiários”; “É preciso acabar com a meia e a terça no campo”; “A terra deve ser de quem a trabalha; Muitos outros cartazes eram conduzidos pelos camponeses”¹⁴⁵.

Enquanto as ruas são ocupadas pelas reivindicações camponesas em conjunto com as demais reformas estruturais, a luta dos trabalhadores rurais é fortalecida com a criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural em 1963 com o intuito de mobilizar a criação de sindicatos e estimular a reforma agrária, fruto do esforço conjunto de dois outros órgãos do executivo federal, a SUPRA (Superintendência da Política Agrária) e Ministério do Trabalho. Criada em outubro de 1962, “a SUPRA teria amplas e difíceis responsabilidades, que iam da formação de sindicatos e da educação de camponeses até a localização, desapropriação e distribuição de terras” (WELCH, 2010, p. 398). Cumpre assinalar que o dispositivo de desapropriação por interesse social previsto constitucionalmente desde 1946 só fora regulamentado em 1962 durante o governo de João Goulart (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 225). “Além das Kombis, a Supra fornecia assessoria jurídica e auxílio na formação de sindicatos rurais”¹⁴⁶ incluindo um “Guia para Organização de Sindicatos Rurais, acompanhado dos formulários necessários ao registro de um sindicato e o Catecismo do

¹⁴⁴ Há consenso entre os pesquisadores que a tese vitoriosa foi decisiva para o afastamento dos grupos considerados radicais do movimento camponês, notadamente as Ligas Camponesas de Pernambuco. As duas forças de maior inserção no campo, o PCB e a Igreja Católica, defendiam a luta pela Reforma Agrária seguindo o ritual legal via Projeto de Lei e pressão social pela aprovação. Mesmo contando com menor grupo de participação, a tese das Ligas Camponesas agradou a maioria naquele Congresso, que embora não tenha sido aplicado nos anos seguintes, movimentou bastante a cena política, pois a palavra de ordem “na lei ou na marra” passaram a compor o vocabulário da luta dos camponeses em seus momentos de agitação. (DEZEMONE, 2016; COSTA, 1998; MONTENEGRO, 2019).

¹⁴⁵ Ofício Nº37/62. Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. 1968/Comunismo/ULTAB (1959-1962).

¹⁴⁶ Depoimento de Adhemar Teixeira de Morais sobre sua atuação enquanto chefe administrativo do escritório da Supra de Ribeirão Preto (WELCH, 2010; p. 399).

Trabalhador Rural”(WELCH, 2010; p. 399), espécie de resumo sobre a legislação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Contudo, é em 1964 que a Supra passa a ser ferozmente combatida pelos representantes dos grandes proprietários ao publicar o Decreto de expropriação de terra às margens de rodovias e ferrovias federais e das áreas que receberam investimento da União como açudagem e irrigação. A proposta inicial indicava que as glebas distantes até 30 km das áreas indicadas seriam expropriadas, plano logo reduzido para 10 km, limitando a sua aplicação a propriedades de área superior a 500 hectares nas rodovias e ferrovias e superior a 30 hectares nas áreas de investimento federal. A reação do latifúndio se deu desde o primeiro momento mobilizando a opinião pública contra as desapropriações numa flagrante defesa das grandes propriedades e afastando qualquer medida de reconfiguração da realidade agrária brasileira. Para o caso do Ceará, veremos artigos e pronunciamentos rechaçando o Decreto da Supra atacado sob a pecha da “extorsão” e “comunização”.

O já conhecido projeto de desapropriação de terras ao longo das rodovias e açudes do País a ser entregue nestes dias poucos dias pelo superintendente da Supra ao presidente da República, vem produzindo inquietação nos meios rurais do município de Orós desde já, começa a produzir os seus maléficos resultados. Muitos proprietários estão deixando de executar os melhoramentos exigidos por suas propriedades, já temendo a aprovação do inquietante projeto como muito bem já o classificou certo político. Se for confirmado o extorsivo plano da SUPRA, todos os terrenos localizados no nosso município passarão a pertencer a União, pois o mesmo é cortado de ponta-a-ponta pela Estrada de Ferro e situado entre duas bacias hidráulicas dos açudes de Orós e Lima Campos, não chegando a distar, em alguns pontos cinco quilômetros de uma para a outra. A revolta do povo ante essas notícias é geral e atinge a todos aqueles que com grande sacrifício e muito suor derramado, conseguiram adquirir suas glebas de terra, que hoje são ameaçadas de serem extorquidas pelos poderes constitucionais do País. Vemos nisso, o início da comunização do Brasil, desejo permanente do mais alto mandatário da nação brasileira. Será que as grandes fazendas do Presidente da República são cortadas por estradas de rodagem? Acreditamos que não, porque se fossem talvez não se pensasse na colaboração do usurpante projeto que visa unicamente acabar com o direito de propriedade¹⁴⁷.

Vemos que medidas de transformação social no campo com a alteração do quadro fundiário, permitindo aos camponeses pequenas extensões de terra questionavam a dominação rural no Brasil cuja grande propriedade privada era seu principal alicerce. As ações de enfrentamento dessa realidade seriam, portanto, combatidas pelo grupo de proprietários dispostos a proteger o latifúndio e sua estrutura de subjugação.

Entretanto, se por um lado avançava o combate às tentativas de Reforma Agrária propostas pelo governo federal por meio da Supra, por outro lado há um clima de motivação

¹⁴⁷ Correio do Ceará, 17 de jan. de 1964, p. 3.

oriundo do processo de sindicalização rural e as garantias legais alcançadas pelos trabalhadores do campo. A isto, somam-se algumas conquistas de terra em diferentes regiões do país. Fosse resultado de conflito armado entre posseiros e grileiros, como em Formoso e Trombas (GO) em 1960, da pressão dos foreiros pela desapropriação das terras do Engenho Galiléia em Vitória de Santo Antão (PE) em 1959, da articulação junto a governos estaduais pela desapropriação como no Plano Piloto de Ação Agrária (RJ) entre 1959-61 e nas fazendas Sarandi e Camaquã (RS) em 1962, a conjuntura encorajava a luta.

Vitória dos posseiros de Formoso – No ano passado um grupo de grileiros tentou expulsar os posseiros da região de Formoso, em Goiás, e foi derrotado. Neste ano investiram com a ajuda da polícia, mas os posseiros se levantaram e resistiram. [...] Estas são as primeiras vitórias. A vitória final virá por meio do reforço da organização e da luta por suas terras e pela defesa da vida de suas famílias¹⁴⁸.

Mais do que noticiar aquele conflito, a matéria demonstra as possibilidades de vitória a ser alcançada, pois o futuro seria diferente se as ações dos trabalhadores avançassem em defesa de seus direitos. A vitória em Trombas e Formoso seria um motivo a mais para os camponeses insistirem no processo de associação, intensificando as pressões sociais a fim de terem suas reivindicações atendidas. A luta coletiva, nesse sentido, se mostrava como um potente caminho a ser trilhado pelos sujeitos do campo e da cidade, já que o poder do latifúndio não permitiria modificações na estrutura de exploração encontrada no campo.

As conquistas camponesas passavam por importantes articulações com forças sociais que atuavam no apoio à luta camponesa, como as categorias de trabalhadores sindicalizadas, especialmente nos embates jurídicos em torno da efetivação das Leis Trabalhistas no Campo. Os procedimentos de queixa formal na delegacia e na comarca local aos poucos faziam parte do universo associativo dos camponeses, cada vez mais próximo do vocabulário dos dirigentes sindicais e advogados. Cabia à diretoria da Associação o papel de representante eleita dos trabalhadores, a tarefa de buscar aliados em outras entidades de classe e fortalecer o apoio de lideranças políticas e religiosas, com vistas à construção de um sólido movimento de defesa dos camponeses.

A FALTAC, assim, foi ganhando prestígio e tinha acesso às repartições públicas e fazia entendimento com elas, recebendo apoio e pedindo auxílio daquelas autoridades. Cooperávamos na distribuição de tudo aquilo que fosse em benefício dos camponeses pobres. Chegamos a distribuir nove toneladas de leite por mês, centenas de milhares de enxadas e quando se aproximava o inverno, toneladas de sementes. Com o dinheiro da subvenção, conseguida pelo Deputado Adahil Barreto, comprávamos máquinas, semente, tudo que era necessário e possível, para distribuir entre as associações filiadas à ULTAB. Esse era um movimento que também ajudava muito. E nós fomos

¹⁴⁸ Terra Livre. Março de 1960, p. 1.

levando-o, até que surgiu a campanha pela sindicalização rural, que nós abraçamos com fervor¹⁴⁹.

Boa parte dessa articulação era feita com os membros do Partido Comunista Brasileiro dedicados na fundação e no apoio ao trabalho desempenhado pelas Associações, oferecendo suporte jurídico e de saúde. Desde os anos 1940, havia a compreensão por parte do PCB da necessidade de enfrentar o grave problema da concentração fundiária, marca estrutural do atraso sob o qual se erigiu a sociedade brasileira. Sem a reforma agrária seria praticamente impossível modificar a base capitalista hegemônica no Brasil, razão da urgência em enfrentar um dos principais entraves à modificação da realidade brasileira, qual seja o latifúndio, se aproximando dos trabalhadores do campo, fortalecendo, assim, o elo entre os explorados do campo e da cidade (WELCH, 2006).

Em meados do século XX, a questão agrária também passa a preocupar a Igreja Católica de forma mais programática, pois os problemas do campo precisavam de uma solução à luz do pensamento cristão. O desejo de mudanças no mundo rural vinha ocupando os espaços eclesiais há algum tempo, sobretudo no Nordeste, como se nota no conteúdo do Encontro dos Bispos do Nordeste realizado em 1956 pela CNBB em Campina Grande. O Documento final pontuava a injustiça social presente na sociedade brasileira e a necessidade do catolicismo atuar junto aos injustiçados. Para os bispos daquele encontro “a má distribuição das propriedades das terras, e conseqüentemente, o seu uso, ainda não em condições de satisfazer aos interesses da coletividade” (ALVES, 1968, p.53) precisavam de uma atuação mais incisiva da Igreja, posto o avanço dos ideais comunistas no campo¹⁵⁰. Nessa direção a Arquidiocese de Natal cria o Serviço de Assistência Rural (SAR) voltado à alfabetização e educação rural, movimento também presente em Pernambuco por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE) dedicado à sindicalização rural atrelada ao trabalho paroquial (MONTENEGRO, 2019, p.236).

Cumprido lembrar a atuação das Ligas Camponesas, animadas por Francisco Julião, que de igual modo tensionaram o poder vigente ao desafiar a fome e a extrema pobreza enfrentadas por milhares de camponeses no nordeste brasileiro. Com atuação mais incisiva em

¹⁴⁹ José Leandro Bezerra da Costa. **Depoimento**, 1988, p. 60.

¹⁵⁰ Nos anos que seguem, observamos a realização de encontros regionais com semelhante preocupação, como em Goiânia (1958) e São Paulo (1960), quando a Igreja abertamente denuncia a situação de miséria no campo e passa a defender a Reforma Agrária como solução da pobreza dos trabalhadores rurais (ALVES, 1968, p. 52). Em Mensagem da Comissão Central da CNBB de 1963, os bispos afirmaram que a desapropriação por interesse social não confrontava a Doutrina Social da Igreja, sendo “uma das formas viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade rural” (CNBB, 2010, p.21).

Pernambuco e na Paraíba, as Ligas Camponesas animaram várias lutas por direitos no campo, sobretudo quando conquistaram a desapropriação do Engenho Galileia em 1959, fruto do esforço coletivo e da teimosia dos trabalhadores dispostos a alcançar a terra para viver e trabalhar (JULIÃO, 1962). Contrários à centralidade da sindicalização rural como defendida pelo PCB e a Igreja Católica, as Ligas Camponesas acreditavam em medidas radicais que não dependessem da vontade do Congresso Nacional ou do Executivo em relação aos problemas agrários.

Os diversos movimentos do campo, resguardadas suas diferentes estratégias e concepções, viam na Reforma Agrária o principal instrumento de superação da fome e injustiça no meio rural, ideia que aos poucos, como vimos, ocupou a cena política. É nessa conjuntura que notamos uma ampla mobilização em torno das reivindicações camponesas, movimento decisivo para a reação dos grupos contrários às reformas, intensificando o esforço em desestabilizar o governo. Atuando em vários segmentos por orientação da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos da América e operacionalizado sobremaneira pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) os grupos conservadores buscaram articulação junto às forças armadas, empresários, parlamentares, dentre outros, com vistas a barrar a mobilização dos trabalhadores pelas Reformas de Base (BANDEIRA, 1978).

Por parte dos camponeses, importava assegurar a composição de uma Federação, outro importante instrumento na conquista dos direitos dos trabalhadores. Para fundar aquele novo instrumento da luta no campo as barreiras financeiras foram vencidas com o esforço militante e a solidariedade de classe, visto que os recursos para garantir as assembleias de fundação eram provenientes de “uma ajuda de alguns companheiros e teve gente que vendeu bode e vendeu galinha para se fundar a Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará”¹⁵¹. Como primeiro esforço para criação de uma Federação no Ceará, ocorreu o 1º Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Ceará em 9 de novembro de 1961 em Fortaleza, na sede da Federação dos Círculos Operários Católicos, revelando aqui uma aproximação do movimento sindical camponês com os grupos de orientação católica, estratégia encontrada pelos sindicalistas cearenses para atuarem “com mais facilidade no campo”¹⁵². Esse contato era

¹⁵¹ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1984, p. 6.

¹⁵² José Leandro Bezerra da Costa, lembra que a aproximação com os Círculos Operários Católicos na verdade só existiu formalmente, pois a atuação de latifundiários ligados diretamente aos grupos cristãos, dentre as demais divergências entre comunistas e católicos, impedia a realização de uma ligação mais sólida. Todavia, a “aliança

fruto, em maior parte, da iniciativa individual de alguns padres próximo das ideias da esquerda brasileira, como os clérigos Padre Celso em São Paulo, Padre Francisco Pessoa Laje em Minas Gerais, Padre Alípio de Freitas na Bahia, Irmão Carlos Josaphat em São Paulo e Padre Arquimedes Bruno no Ceará.

Nascido em Fortaleza em 1911, Arquimedes Bruno era filho de um casal de pequenos comerciantes, Gambetá Bruno e Francisca Silva Bruno. Aos quatorze anos ingressa no Seminário da Prainha, tornando-se padre em 1934. Seus primeiros anos de vida foram marcados pela pobreza, passou por privações numa época em que a Igreja demonstrava os primeiros sinais de preocupação com os problemas sociais do mundo. Ao lembrar sua infância e adolescência, sentia o quanto era duro não ter o pão de cada dia, acesso à instrução, que “só pude obter através do ensino gratuito no Seminário. Porque chegou um tempo em que minha mãe não podia mais pagar a mensalidade”¹⁵³. Arquimedes Bruno cresceu nessa atmosfera repleta de injustiça, e seu ingresso no clero católico contribuiu para o desenvolvimento de ideias de transformação social, em especial o dever da Igreja trabalhar pela “libertação dos pobres”.

O Seminário da Prainha integrava o grupo de casas de formação clerical no Nordeste que vinha passando por transformações no campo teológico, influenciando a ação pastoral dos novos sacerdotes, convencidos da necessidade do envolvimento nos enfrentamentos das opressões. Para José Ernane Pinheiro,

Vários Seminários da região (maiores e menores), a partir de século XIX, foram entregues aos padres lazaristas – franceses, holandeses ou brasileiros de formação francesa – como responsáveis pela formação dos presbíteros; também eram missionários populares. Por causa disto, a bibliografia dos padres nordestinos, até a década de 1950 era, em grande parte, de influência francesa. Daí porque a renovação da Igreja na França marcava consequentemente, a liderança teológica, pastoral e espiritual da Igreja no Nordeste. Não é de admirar, então, o grande desenvolvimento da Ação Católica francófona entre nós. Todos os sacerdotes e bispos renovadores estavam ligados à Ação Católica Especializada e, por meio dela, à renovação bíblica, litúrgica e espiritual de origem francesa. Esta influência perpassava o caminho da Igreja do Nordeste, através dos Seminários de Fortaleza, João Pessoa, Recife e Salvador. (PINHEIRO, 2003, p. 248)

A influência francesa, apontada por José Ernane Pinheiro, indica o caráter missionário buscado. Ser missionário, segundo a ótica dos Padres da Missão ou Lazaristas, resultava em abrir-se à experiência da caridade, como fez o santo fundador dessa congregação São Vicente de Paulo, sacerdote francês que viveu entre o século XVI e XVII, conhecido pelas

de mentirinha” foi importante em momentos decisivos, como na mobilização para o I Congresso Nacional Camponês em Belo Horizonte de 1961 e o I Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Ceará em 1961 (COSTA, 1988. p. 55).

¹⁵³ Novos Rumos. Semana de 01 a 07 de dezembro de 1961, p. 8.

obras de socorro aos pobres, no enfrentamento à fome e cuidado aos órfãos. Essa preocupação com os pobres certamente ocupou a reflexão dos futuros padres, fortalecendo, assim, a presença do clero junto aos trabalhadores, sobretudo como um freio diante do crescimento das ideias do socialismo e anarquismo.

Essa “conexão francesa” da Igreja no Brasil permanece ao longo do século XX, marcando o período de radicalização católica observada pelo engajamento dos religiosos na superação dos problemas sociais. É dessa relação que as ideias marxistas irão ser revistas por parte dos católicos, incorporando um novo vocabulário vindo da crítica social, passando a questionar os “frutos” que supostamente se colhiam do capitalismo. Michael Löwy, ao discutir sobre essa conexão, lembra o intercâmbio de ideias e experiências entre brasileiros e franceses. Lembra, contudo, o erro de entender tal relação elegendo os franceses como grupo pensante, deixando reservado aos brasileiros a condição de receptáculo de teorias estrangeiras. “Todo movimento social e cultural ‘inventa’ de certo modo suas fontes, sua origem, seus profetas e inspiradores e os reinterpreta em função de suas necessidades.” (LÖWY, 2016, p. 235)

Desse modo, os pensamentos de destacados membros do catolicismo francês, como Padre Joseph Lebret, Emmanuel Mounier, Thomas Cardonnel, entre outros, chegam à Ação Católica, principalmente à Juventude Universitária Católica (JUC). Temas como dinheiro e pobreza, contrastes entre a favela e o luxo da classe dominante, a crítica ao capitalismo, a noção de pecado social, passam a compor os debates e nos anos 1960 se identificam como uma nova corrente da Igreja, a “Esquerda Cristã”. “Ela introduziria uma maneira profundamente original de ‘ver, julgar e agir’. Essa experiência prosseguirá, em condições difíceis, durante o regime militar iniciado em 1964 e servirá de inspiração e ponto de partida para a formação do ‘Cristianismo da Libertação’” (LÖWY, 2016, p. 233).

Padre Arquimedes Bruno, na década de 1960, fez parte desse quadro composto por presbíteros que acreditavam ter responsabilidades sociais em seu meio, entendendo a paróquia como um espaço de acolhida aos que sofriam, pois o padre devia estar com o povo sofredor, não apenas como guia espiritual, mas como agente de transformação somando nas lutas por dignidade. Essa participação no mundo dos pobres era tarefa deixada pelos seus formadores, que acreditavam na defesa dos “humildes” como uma “missão”.

Dizem que sou agitador, que eu sou perigoso. Mas o que eu prego nas minhas palestras é tudo aquilo que me ensinaram no seminário. Ensinaram-me que a missão do padre

é defender os humildes. Se alguém acha agora que esse procedimento é fazer agitação, então eu fui enganado¹⁵⁴.

O engajamento de Arquimedes Bruno junto no processo de agitação camponesa, nos comitês de defesa das Reformas de Base na década seguinte, nos Congressos de representação de classe, nas campanhas pela Reforma Agrária, o tornou um “agitador”. Sua opção de estar entre comunistas, socialistas, operários e camponeses perpassou sua ação pastoral até 1964, quando foi preso após o golpe civil-militar, se exilando na França, onde deixou o ministério sacerdotal e passou a trabalhar como professor. Sua presença era constante nos Congressos Estaduais, circulava pelos municípios, ouvia as queixas dos lavradores, participava de episódios cercados de tensão como a disputa de terra em Cabreiro, no Aracati, em 1962. Em 1961, participou do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, presidindo a Comissão de Estudos dos Direitos da Pequena Propriedade. Os registros desse Encontro apontam a presença de alguns religiosos contribuindo nos “trabalhos miúdos e cotidianos do Congresso”¹⁵⁵. Padre Arquimedes testemunhou a compreensão dos camponeses em relação ao apoio da Igreja a suas lutas, visto que historicamente a hierarquia eclesial ficava distante dos embates travados pelos explorados, muitas vezes agindo para temporizar a indignação dos trabalhadores. Os camponeses “Gostaram de descobrir que o padre era seu amigo e defensor, e pediram com insistência para que convidasse meus colegas a procurarem os operários”¹⁵⁶.

A relação de Padre Arquimedes com os camponeses baseava-se na cooperação, sem intenções de dirigir e orientar o movimento, posto que acreditava no protagonismo dos trabalhadores em defesa das reformas de base, sobretudo a Reforma Agrária:

“Só resta ao povo brasileiro, a esta altura dos acontecimentos, fazer as reformas de base e, principalmente, a reforma agrária, contando com a sua organização e as suas próprias forças de vez que já falharam completamente todas as esperanças nos Governos”¹⁵⁷.

Participando do Congresso dos Servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais em Fortaleza, o Padre argumentava que a estrutura encontrada no país dificultava a vida dos trabalhadores do campo, os principais sujeitos da luta por Reforma Agrária. Do púlpito, afirmava com coragem a necessidade do camponês defender mudanças sociais: “O ideal - disse o cura - seria uma Reforma Agrária com um terço na mão. Mas ela só virá com a espingarda”

¹⁵⁴ Novos Rumos. Semana de 29 de dezembro de 1961 a 4 de janeiro de 1962, p. 5.

¹⁵⁵ Novos Rumos. Semana de 01 a 07 de dezembro de 1961, p.8.

¹⁵⁶ Novos Rumos. *ibid.*, p.8.

¹⁵⁷ Novos Rumos. Semana de 4 a 10 de maio de 1962, p. 6.

(MOREL, 1965; p. 24). Sua visão expressa o reconhecimento da força transformadora dos camponeses, dispostos a não mais aceitarem as condições miseráveis por qual passavam. Em outra oportunidade, afirmou que

[...] os homens do campo têm uma consciência clara da injustiça de que são vítimas, mantidos alienados da participação nos bens da civilização; estão possuídos de um forte desejo de libertar-se da miséria; este desejo já é uma determinação irreversível. E para realização deste anseio, não esperam mais os seus dirigentes: estão cansados de esperar uma esperança vã. Não acreditam que a solução lhes possa vir destes homens que em 30 anos de republica não quiseram encontrar uma resposta as necessidades do povo, mas que em 48 horas, souberam mudar um regime para agarrarem-se ao Poder¹⁵⁸.

Nota-se a presença de um cristianismo engajado em defesa dos pobres, justificando suas ações a partir dos ensinamentos teológicos. Com o crescimento das campanhas pelas reformas de base, Padre Arquimedes esteve junto a grupos criticados por membros da Igreja por serem considerados comunistas. Quando indagado sobre os riscos, respondia:

Não temo as acusações de que sou “comunista de batina”. A esta acusação já respondeu devidamente o escritor católico Tristão de Ataíde – Alceu de Amoroso Lima – ao afirmar que, ante a gravidade dos problemas do momento presente, tais acusadores assim agem por ignorância ou má fé. E melhor seria se estivessem empregando suas energias e inteligências para ajudar a resolver esses problemas, em vez de se entregarem ao histerismo anticomunista, que nada constrói¹⁵⁹.

O contato de sacerdotes com os grupos combatidos pela direita e por parte dos católicos ao longo dos anos 1950 se aprofunda e muitos, tachados de “comunistas, filo-comunistas ou inocentes úteis”, seguiram nos palanques e passeatas ajudando “a transformar esta estrutura econômica dominante e substituí-la por outra que proporcione melhores condições de vida aos que trabalham”¹⁶⁰. Padre Arquimedes estava imerso nas atividades políticas de sua época. Um de seus objetivos era se tornar senador nas eleições de 1962, mas não conseguiu se candidatar. Em discurso nesse mesmo ano, afirmou:

Estou sendo impedido de tornar-me um representante do povo. Não querem que os sacerdotes se candidatem. Mas se a proibição se concretizar, resta-me a praça pública, onde continuarei a minha pregação cristã, contra os reacionários e na defesa dos humildes¹⁶¹.

Padre Arquimedes Bruno objetivava concorrer ao cargo de senador nas eleições de 1960, sendo impedido pelo Arcebispo D. Antonio de Almeida Lustosa, conhecido por atuar junto aos Círculos Operários Católicos, animando a Escola de Líderes Rurais (ELIRUR) e

¹⁵⁸ Novos Rumos. Semana de 29 de dezembro de 1961 a 4 de janeiro de 1962, p.5

¹⁵⁹ Novos Rumos. Semana de 01 a 07 de dezembro de 1961, p. 8.

¹⁶⁰ Frei Eugenio Giovenardi, franciscano, com atuação junto aos camponeses em Gravataí, Encruzilhada do Sul e Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul. Entrevista a Novos Rumos. Semana de 01 a 07 de dezembro de 1961, p. 8.

¹⁶¹ Novos Rumos. Semana de 4 a 10 de maio de 1962, p. 6.

apoiando a fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais próximos às concepções católicas¹⁶². Nesse sentido, Dom Lustosa combateu a influência das ideias comunistas, socialistas e anarquistas entre os trabalhadores do campo e da cidade. Todavia, não era recomendável participar diretamente junto aos grupos de esquerda, motivo pelo qual Padre Arquimedes enfrentou resistência eclesiástica. Devido a sua postura considerada radical, tanto pela Igreja quanto pelo Estado, foi detido pela Ditadura de 1964 por compor o grupo de “subversivos e agitadores” do Ceará. Em seu inquérito, era descrito como

Agitador, possuindo o dom da oratória. Fez a campanha de José de Moura Belezá. Empreendeu diversas viagens de fim de semana com Moisés Santiago Pimentel, José Leandro, com a finalidade de recuperar, criar e ampliar associações da FALTAC e Sindicatos Rurais, no interior do Estado¹⁶³.

Participar desses espaços ao lado de comunistas era afrontar a ordem defendida pelas camadas privilegiadas, e suas atividades representavam riscos à estrutura dominante. As ações da Federação de Agricultores, Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), desde sua fundação, foram acompanhadas pelos órgãos de segurança do Estado e seus militantes vigiados. Em certas ocasiões em que se enfrentavam as ordens do patrão ou do proprietário, quando não eram agredidos pelos capangas, eram surrados e detidos pela polícia. Seu envolvimento fora tão expressivo que causou grande incômodo a ponto de ser afastado da Arquidiocese de Fortaleza em 1963; com isso, foi trabalhar no gabinete do chefe da Casa Civil da Presidência da República. No ano seguinte, voltando a Fortaleza, participou de debate na Rádio Dragão do Mar, respondendo à pergunta sobre os motivos de seu afastamento, afirmou:

Era do gênio teimoso, que nos seus debates e intenções quando verificava que mesmo levando vantagem e a ter desfecho desagradável, procurava mudar de pouso a fim de reparar o seu erro, em debater correntes diferentes de seu raciocínio. A estrutura obsoleta que aí está, me faz lembrar um oficial gorila, ajudante de ordens do Ministério da Guerra, que apontando para mim disse: que a Igreja era culpada das besteiras do Padre Arquimedes Bruno. Mas se eu não fosse sabido e vivo, não teria fugido pelo fundo do quintal e não seria hoje o que sou, para acordar o povo para nossa marcha e nossa luta e nossa vitória¹⁶⁴.

Como se pode notar, o grupo de católicos envolvidos nas lutas por transformação não fora aceito pelo conjunto de bispos, havia os que defendiam os interesses das classes dominantes se posicionando abertamente pela Tradição, Família e Propriedade. Quando o assunto era sobre as reformas de base, principalmente a Reforma Agrária, esse grupo atacava o

¹⁶² Sobre a presença da Igreja Católica no interior cearense através dos Círculos Operários Católicos, ver: SANTOS, 2007.

¹⁶³ Inquérito Policial Militar. Arquimedes Bruno. DOPS-CE. (Projeto Memórias Reveladas)

¹⁶⁴ *Ibid.*

movimento dos trabalhadores classificando-os como “princípios desmoralizantes” resultando das ações dos grupos comunistas e ateus. Segundo Ivo Polleto,

Na década de 1950 e início de 1960, a CNBB apoiou a realização da reforma agrária como uma das políticas indispensáveis para gerar o desenvolvimento do País. Ele fazia parte do elenco de reformas de base, debatidas e exigidas pela sociedade e assumidas como propostas de estratégias políticas pelo governo. O país estava envolto pelo desenvolvimentismo, crente de que, com algumas reformas de base, seria possível dar velocidade a um desenvolvimento capitalista que o levaria às condições de vida para muitos brasileiros e, por outro lado, para evitar o avanço das propostas revolucionárias de cunho socialista. De toda forma, sua posição majoritária foi contestada por uma minoria de bispos, que publicaram o livro *Reforma Agrária – Questão de consciência*, condenando qualquer tipo de reforma agrária como sendo um atentado ao direito de propriedade, considerado natural, e por isso originado em Deus. Enquanto a posição da CNBB tinha a Ação Católica, especialmente a nascente Juventude Agrária Católica (JAC), e outros grupos de promoção de um sindicalismo tradicional como veículos de mobilização de suas posições, o grupo minoritário dava forças à ativista Tradição, Família e Propriedade (TFP) como seu braço de ação político-social. (POLETTI, 2003, p.334-335)

O autor analisa a postura oficial católica diante do crescimento das tensões de classes no campo brasileiro, alertando para a disputa interna no coletivo de bispos. Há algum tempo, dentro da Igreja, a Ação Católica se consolidava como prática social, se aproximando das organizações à esquerda, sobretudo a JUC (Juventude Universitária Católica), formada por um coletivo de estudantes, intelectuais, leigos, dominicanos, padres e alguns bispos, todos empenhados no enfrentamento ao discurso desenvolvimentista, alertando para os problemas oriundos do capitalismo. Eles eram provocados em grande medida pelo pensamento cristão do Padre Joseph Lebret, crítico da lógica capitalista, um regime que, segundo ele, continuava “a produzir a miséria humana e alienação”. (LEBRET, apud LÖWY, 2016, p.237). Jovens estudantes, como Plínio de Arruda Sampaio, Francisco Whitaker, Luís Eduardo Wanderley e Vinícius Caldeira Brandt, compõem o grupo com intelectuais católicos como Alceu Amoroso Lima e Cândido Mendes, além de religiosos como Frei Benvenuto Santa Cruz, Frei Gorgulho e o então bispo do Rio, Dom Hélder Câmara¹⁶⁵. Essas ideias se expandiram e influíram nos debates em torno dos desafios do campo, diante da aposta de vários setores na modernização agrícola como mecanismo de desenvolvimento. A JAC, grupo especializado da Ação Católica para discussão das questões do mundo rural, teve significativo papel junto aos trabalhadores em defesa da Reforma Agrária, trabalhando conjuntamente aos comunistas e socialistas pela conquista de direitos aos trabalhadores do campo. Todavia, Ivo Poletto ressalta que o processo

¹⁶⁵ Sobre as concepções teológicas e sociais discutidas durante os anos 1950-1960 pelos Padre Joseph Lebret, Emmanuel Mounier, Thomas Cardonnel, dentre outros, ver: LÖWY, 2016.

de “conversão da CNBB em relação ao campo e à luta pela terra”¹⁶⁶ acontece após a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975.

Publicado na imprensa, o Manifesto do 1º Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Ceará era dirigido aos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, à Classe Operária, aos Estudantes, Intelectuais, Comerciantes, Industriais e todos os Cidadãos cearenses, nos fazendo crer no crescimento alcançado pelos camponeses em articulação com os demais grupos de atuação no Ceará. O documento citava “as duras condições de alto preço dos arrendamentos, da parceria, da falta de assistência técnica e financeira, falta de segurança, baixos salários e sem assistência social”¹⁶⁷. O chamamento era uma oportunidade de ao mesmo tempo convocar o Congresso e denunciar a miséria vivida no campo e a inércia do poder público frente aquela realidade. Aproveitavam-se aquelas páginas para registrar as tentativas dos patrões de conter o movimento, pois os camponeses “frequentemente vêm-se submetidos a perseguições por parte dos grandes latifundiários acobertados por forças governamentais quando procuram formar suas organizações ou desenvolver suas lutas”¹⁶⁸.

Foram distribuídos pelas ruas de Fortaleza, boletins mimeografados alusivos ao Congresso, contendo vários conhecidos “SLOGANS” comunistas, merecendo destaque o seguinte: “Do I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, surgirá a aliança operário-estudantil-camponesa em nossa terra”¹⁶⁹.

Observamos uma continuidade nas reivindicações apresentadas ao 1º Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Ceará: redução da jornada de trabalho, fim da exploração nos arrendamentos, baixa no preço de ferramentas, financiamento para trabalhadores pobres, garantia de preço mínimo da safra, salário mínimo da região, remuneração de férias, domingos e dias santos, sementes para plantio, construção de açudes, fim da “meia”¹⁷⁰.

Questões ligadas à dignidade, sobretudo de crianças e jovens pobres, também ocupam destacado lugar entre as queixas advindas do campo. Alfabetização, posto médico,

¹⁶⁶ POLETTI, 2003, p. 335.

¹⁶⁷ O Estado, 22 de nov. de 1961, p. 4.

¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ Inquérito Policial Militar. Temístocles de Castro e Silva. DOPS-CE. (Projeto Memórias Reveladas)

¹⁷⁰ A programação do Congresso foi composta por plenárias, estudos e debates com o objetivo de não limitar a reunião aos participantes e convidados, mas de divulgar publicamente as questões debatidas ocupando espaços estratégicos e realizando passeatas pelas ruas de Fortaleza. Como parte da programação ocorreu uma conferência proferida pelo Padre Arquimedes Bruno na sede da Associação Cearense de Imprensa, Visitas à Escola de Agronomia, ao Moinho de Fortaleza e uma Passeata saindo da Praça Cristo Redentor em direção ao Ginásio Universitário CEU, onde ocorreu a Sessão solene de encerramento. Como se nota, foi um encontro marcado por discussões e tentativas de tornar pública aquela luta envolvendo a opinião pública em defesa de justiça e direito no campo.

remédio... Tem-se, portanto, um conjunto de necessidades que revelam o grau de privação e exploração no campo. Além de estarem dispostos a modificar as formas de produzir, estavam atentos também aos cuidados com a saúde, queriam alimentação digna, entendiam que as condições de vida no campo eram injustas e para modificá-las necessitavam enfrentar essa realidade.

Notamos um ambiente favorável à realização do Congresso Estadual, pois, dada a articulação com as demais forças políticas, o Manifesto de convocação fora assinado por diversos setores dispostos a contribuir na realização do encontro e acompanharem os camponeses em suas pautas reivindicativas. Dos muitos signatários do chamamento, destacamos a Secretaria de Agricultura e Obras Públicas, União Estadual dos Estudantes, Assembleia Legislativa, Federação do Comércio Atacadista do Ceará, Deputados Estaduais, Diversas Associações e Sindicatos.

Em 1963, ocorre a Assembleia Geral Sindical dos Trabalhadores Rurais, outro momento decisivo ao fortalecimento da sindicalização camponesa no Ceará com a eleição da primeira diretoria da Federação dos Agricultores, Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, a FALTAC.

Assim é que no dia 19 serão realizadas as seguintes atividades. 09 às 12:00, Assembléia Geral dos Sindicatos de Trabalhadores Autônomos Rurais para fundar a sua federação e escolher a primeira diretoria, na Rua Meton de Alencar, 833. Em seguida os lavradores participarão de uma palestra sobre legislação trabalhista no Auditório da SUPRA, situado à Rua Guilherme Rocha, 422, onde também a partir das 15:30 haverá palestra sobre Sindicalização Rural; a partir das 12:30 os trabalhadores participarão de um almoço no Restaurante do SAPS, sendo que as 20:00, assistirão a peça Terra Queimada, no Teatro José de Alencar, numa promoção da DRT. No dia 20 de 09:00 às 12h será realizada a Assembléia Geral à Rua Solon Pinheiro, 16, para a fundação da Federação de Trabalhadores na Lavoura do Ceará e eleição da primeira diretoria; no mesmo horário do Dr. Lúcio de Lima falará sobre o direito dos arrendatários e posseiros; de 12 às 14:00 os trabalhadores almoçarão no SAPS e das 15 às 17 horas ouvirão palestra sobre a Reforma Agrária proferida pelo sr. Pontes Neto, no Auditório da SUPRA. Finalmente às 20 horas daquele dia, será realizada sessão solene no auditório da SUPRA, para a posse das duas diretorias eleitas e lançamento da Campanha de reivindicações dos sindicatos rurais do Ceará¹⁷¹.

Contando com a participação da Delegacia Regional do Trabalho, da Supra, do Governo Estadual¹⁷² e demais instituições, a programação da Assembleia revela também as articulações junto aos órgãos do Estado. Estamos diante de um cenário de institucionalização, visto que as Associações Camponesas agora tinham sua Carta Sindical e como Sindicato eram

¹⁷¹ Gazeta de Notícias, 18 de set. de 1963, capa.

¹⁷² Vicente Pompeu (1984, p.6) relembra o envolvimento do Governador Virgílio Távora com a referida Assembleia ao articular hospedagem aos participantes e custear parte das despesas.

regidos pela Lei Federal nº 4214/02 de março de 1963 e pela Portaria 346 de 17 de junho de 1963 do Ministério do Trabalho, fruto da pressão dos movimentos camponeses desde a década de 1950. O momento era de otimismo, pois a interlocução com os demais movimentos pelas reformas de base fortalecia a agitação do cenário político brasileiro, numa época de comícios, passeatas e campanhas.

De reconhecida atuação no Ceará, alguns desses grupos travaram importantes batalhas em busca de direitos, como a Delegacia Regional do Trabalho durante os anos 1963 e 1964, quando ativamente se colocou ao lado dos camponeses. Vicente Pompeu lembra que “naquela época, a gente tinha muito apoio, porque o Delegado Regional do Trabalho em 1963 era o Dr. Olavo de Sampaio, fora o melhor que eu já conheci [...] era o homem que andava com a gente nos campos, andava nos sindicatos”¹⁷³. Olavo Sampaio “andava” para cumprir uma agenda oficial e, sobretudo, para animar os camponeses expondo as leis que os amparavam, além de encorajá-los nos conflitos de terra em Quixadá e Canindé em 1963, razão que despertou a ira dos grandes proprietários que tramam sua deposição:

Os latifundiários temendo o progresso da sindicalização rural no Estado do Ceará, mobilizaram as organizações fantasmas para lançar uma campanha contra o atual Delegado Regional do Trabalho, dr. Olavo Sampaio, visando retirar aquele nacionalista da DRT cearense, em vista da sua integridade com relação às leis que amparam os trabalhadores rurais. Foi por isso que 24 sindicatos rurais e mais 30 sindicatos de trabalhadores urbanos, se movimentaram dispostos a irem até a greve geral, caso o dr. Olavo Sampaio fosse demitido da Delegacia do Trabalho. Reuniram-se em Fortaleza com apetite de chegarem até a última consequência. Enfim, contando com o apoio do senador Antonio Jucá, enviaram telegramas ao Presidente da República, pela permanência do dr. Olavo Sampaio e conseguiram, por fim, que este não saísse da DRT cearense. Os latifundiários estão desesperados...¹⁷⁴

A mobilização dos trabalhadores garantiu a permanência de Olavo Sampaio à frente da DRT, pois a troca do Delegado era vista como uma forma de comprometer as recentes conquistas no campo trabalhista, prejudicando seus interesses. A greve geral tantas vezes invocada pelos trabalhadores da cidade para fortalecer as reivindicações e pressionar os patrões, poderia agora tomar maior dimensão, dada a articulação dos camponeses e operários em luta. O mandonismo no campo enfrentaria a legislação defendida pelos sindicatos espalhados pelo interior, indicando mudanças nas relações entre patrão e empregado. Como forma de incentivo à sindicalização rural cearense, notamos o empenho de Olavo Sampaio junto aos camponeses e à FALTAC, também como orientação emanada do Ministério do Trabalho.

¹⁷³ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1984, p. 06.

¹⁷⁴ Terra Livre. Dezembro de 1963, p. 5.

O titular da Delegacia Regional do Trabalho, dr. Olavo Sampaio, já elaborou juntamente com seus auxiliares imediatos da DRT, o calendário de realização de Assembléias Gerais, para instalação de sindicatos rurais, em diversas regiões do nosso Estado, visando assim, dar cumprimento aos seus diversos pronunciamentos, favoráveis e de apoio à Sindicalização Rural em massa. É pretensão da Delegacia Regional do Trabalho, instalar dentro de 90 dias, nada menos de 70 sindicatos pelos sertões do Ceará, levando a efeito assim a sindicalização rural, que tanto apoio está recebendo por parte de Olavo Sampaio, e principalmente do Ministro do Trabalho, sr. Almino Afonso que, inclusive, está distribuindo comunicações às DRTs, informando sobre os processos que as mesmas devem empregar, na campanha da sindicalização rural¹⁷⁵.

Guiados pelo Estatuto do Trabalhador Rural que preconizava, entre outras medidas, os direitos trabalhistas aos camponeses, como salário mínimo, férias remuneradas, décimo terceiro, previdência, indenizações, jornada máxima de oito horas de trabalho diário, exigências específicas para o trabalho de menores de dezoito anos e mulheres. Pensar essas conquistas nos remete a uma atmosfera de mudanças na realidade social do campo confrontando os interesses dos proprietários não dispostos a perderem seus privilégios. Tais efeitos provocaram a mobilização dos grandes proprietários contrários ao avanço dos sindicatos, pois além de garantir um conjunto de direitos negados, ainda obrigava o pagamento do imposto sindical, a aplicação de multas e instituiu a fiscalização, autuação e aplicação de multas para os casos de violação. “O estatuto colocava mais autoridade para tomar decisões nas mãos dos trabalhadores, redistribuindo o poder que tirava dos proprietários” (WELCH, 2010; p. 370). Os latifundiários reagiam na tentativa de neutralizar o avanço sindical no campo e a conquista de direitos. No Ceará, observamos os proprietários mirando agentes públicos como Olavo de Sampaio e Pontes Neto, então Delegado Regional da SUPRA, na tentativa de intimidar o avanço dos sindicatos rurais.

Todavia, a perseguição aos trabalhadores era mais contundente, pois a maioria dependia dos donos de terra para trabalhar. O fato de procurarem esses espaços já era em si um enfrentamento para muitos fazendeiros. Buscar informações sobre o valor do salário mínimo da região, das diárias de serviço, o preço mínimo da safra, o custo do aluguel de enxadas e outras ferramentas, entre outras, se configurava como ato de rebeldia. Ao obterem informações, confrontavam com as declaradas pelo patrão, não aceitando aquelas condições.

A luta que houve lá (interior do Ceará), como sempre tinha havido em qualquer parte foi através do Sindicalismo, através dos sindicatos, por que os patrões não querem Sindicato, não querem organização. [...] Então, os patrões com os Sindicatos, ou melhor com os trabalhadores rurais, é que nem galinha e barata, a galinha por mais que o papo esteja cheio, passou barata ela engole o bichinho, mesmo que não queira.

¹⁷⁵ Gazeta de Notícias, 02 de jun. de 1963, p. 3.

Assim, os patrões não querem Organização Sindical por que o Sindicato organizado e um povo consciente obriga os patrões pagar os seus direitos¹⁷⁶.

São várias as investidas dos latifundiários contra o associativismo camponês, já que “A mobilização assustaria o patronato rural. Muitos sindicatos seriam invadidos pela polícia e capangas de fazendeiros. [...] Muitos perdiam o emprego por causa do sindicato e tinham dificuldade para encontrar trabalho nas fazendas vizinhas” (SANTOS; COSTA, 1998, p. 17). Em Batatais, região da Alta Mogiana em São Paulo, em dezembro de 1963, o dirigente sindical Otávio Sampaio recorreu ao presidente João Goulart pedindo socorro pelos 150 membros da Associação Profissional de Trabalhadores Rurais “demitidos e expulsos das fazendas onde trabalhavam após terem exigido o pagamento do salário mínimo, férias, descanso semanal e outros direitos elementares dos trabalhadores (WELCH, 2010, p. 355). Segundo os proprietários, não cabia aos camponeses se associarem, para eles representavam riscos aquelas medidas “comunistas”. Era necessário, portanto, coibir a sindicalização em suas propriedades.

Bem, daí já tudo bom, já tudo feito, veio a reação do “olho grande” em cima da gente. Se arranjava carteira profissional, como a gente arranjava. [...] Quando os companheiros tiravam a carteira profissional e chegava noutro canto, diziam: Rasgue a carteira! Rasgue a carteira! Isso é carteira lá do campo, isso não é carteira profissional. Não é do Sindicato? É a do Sindicato. Então se é do Sindicato é dos comunistas, rasgue, não é legal... Que imbecilidade! [...] Com medo, a turma rasgava a carteira e jogava no mato. Alguns pra entrarem no Sindicato, era às vezes com medo do patrão, quer dizer escondido, por que alguém dizia se entrar no Sindicato será expulso da minha terra. Alguns não iam para o Sindicato, mas sempre foi isso, é como trem passageiro, vai um fica numa estação, entra outro fica na outra e no fim chega alguém que vai para o fim da linha¹⁷⁷.

Ao se associarem, os camponeses demonstravam seu lado na luta, entendendo inclusive os riscos ao tomarem tal decisão, pois de pronto os patrões partiam para o ataque na busca de frear essas mobilizações. A ordem expressa era rasgar a carteira expedida pelo sindicato numa franca demonstração de intolerância frente ao reconhecimento dos camponeses como sujeitos de direitos, já que “A carteira do sindicato tornou-se uma carta de alforria” (ALVES, 1968). Quando o mandado era descumprido, restava a humilhação e a intimidação, como ocorrido com Vicente Pompeu da Silva em Iguatu:

“O presidente da Associação Camponesa foi expulso da terra pelo fazendeiro, juntamente com mais 5 companheiros, sendo obrigados a deixarem suas lavouras. Entretanto, a solidariedade dos companheiros das regiões próximas se fez sentir, servindo o fato para alertar mais os trabalhadores do campo e acender mais o fogo da luta¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1984, p. 10.

¹⁷⁷ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1984, p. 07.

¹⁷⁸ Terra Livre. Fevereiro de 1963, p. 4.

Aos insubordinados estava reservado o despejo, já que para os proprietários era inadmissível aceitar tamanha afronta, haja vista o perigo que se avizinhava com o aumento da adesão à luta coletiva no campo. Vicente Pompeu lembra que a expulsão dos camponeses era utilizada quando o poder dominante era desafiado, pois fora despejado duas vezes justamente por se opor e dizer não à injustiça do fazendeiro.

Eu pelo menos fui expulso duas vezes de proprietário. Um, por que ele queria que eu trabalhasse duas vezes por semana, segunda e terça; eu falei que não ia. Por que se a coisa é marcada, segunda minha mulher tá doente ou na terça eu posso tá doente, eu não posso ir e ele fica com raiva. Aí ele me botou pra fora. O outro me botou pra fora por que eu fui eleito nessa associação filantrópica, não era nem sindicato ainda. Ele me botou pra fora, e era um juiz. Esse juiz que não é formado, mas é esse que o juiz da comarca nomeia pra ele fazer casamento civil e registro de criança na máquina¹⁷⁹.

O que estava em jogo era a garantia de que a exploração do trabalhador seguisse sem obstruções. Os proprietários não aceitavam a aplicação da legislação trabalhista no campo. O motivo para expulsar o trabalhador foi a recusa de pagar o cambão, ou seja, trabalhar dois dias de serviço sem remuneração nas terras do patrão. A sindicalização camponesa combatia essas práticas ao defender novas relações de trabalho.

Quando o despejo não era a ação mais eficaz, os fazendeiros buscavam outras maneiras de ameaçar os camponeses que buscavam apoio nos sindicatos, como fizera um proprietário em Quixadá, em 1963. A estratégia utilizada era negar terra ao arrendamento para aqueles que se atrevessem a se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Negar trabalho não adianta: Camponeses querem sindicato. O tiro dos latifundiários saiu pela culatra, quando negaram terra para os camponeses sindicalizados plantarem no próximo ano de 1964. Cerca de 500 associados, defendidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá, ficaram sem terras para trabalhar por terem procurado filiar-se ao Sindicato. Essa medida do latifúndio, visando enfraquecer a sindicalização rural, não deu resultado, pois os camponeses, por causa disso, procuraram os sindicatos para se associarem em grande número¹⁸⁰.

A mobilização no campo crescia enquanto algumas reações dos proprietários não surtiam efeito, pois o número de associados no Sindicato de Quixadá se aproximava de 500 trabalhadores que viam naquele dispositivo um instrumento na conquista de suas reivindicações. Essa nova entidade de classe que há algum tempo incomodava os patrões das fábricas com greves, piquetes, assembleias, processos judiciais, entre outras formas de luta por direitos, se instalam no interior, tornando mais agudas as disputas no campo. Entram para a briga judicial acionando as Delegacias Regionais do Trabalho, integram o Pacto Sindical com

¹⁷⁹ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 36.

¹⁸⁰ Terra Livre. Fevereiro de 1963, p. 5.

outras categorias, promovem greves, organizam passeatas, cobram das autoridades políticas, alteram a conjuntura do país. Vários são os casos no Ceará, onde questões envolvendo a posse da terra, confrontos entre posseiros e grileiros, entre outros são acompanhados de perto pela Delegacia Regional do Trabalho, agindo como mediadora nesse clima de tensão.

Imersos no clima tenso que marca a vida política brasileira nos anos que antecederam o golpe de 1964, os camponeses atuaram junto ao grupo de sindicatos e movimentos trabalhistas na tentativa de garantir a governabilidade em crise. No episódio da escolha do novo Primeiro Ministro em 1962 e a composição de um novo Gabinete disputado entre João Goulart e Câmara Federal, a atuação dos camponeses junto aos demais movimentos sindicais por meio de uma greve geral foi decisiva para o fortalecimento do governo. José Leandro relembra os momentos de pressão política protagonizados pelos camponeses.

Informamos que estamos tomando parte no Comando Geral de Greve por um Gabinete Nacionalista. No dia 5 último fizemos uma greve geral que parou totalmente a cidade de Fortaleza. Fizemos 2 passeatas encerrando-as na Praça do Ferreira, (principal), com comícios onde falavam os principais comandantes de greve, entre eles estivemos como Vice-Presidente representando a FALTAC e os camponeses cearenses. Estamos enviando diretores ao interior para orientar os camponeses como se comportarem ao lado dos operários e da FALTAC em caso de agravamento da situação. Temos condições de participar em lutas mais altas, principalmente nos municípios de Pacoti, Guaramiranga, Aracati, Iguatu, Quixadá, Caucaia, Aracoiaba e Maranguape. No dia que surgiu a crise política a FALTAC tomou posição dando notas pelas rádios de Fortaleza orientando os camponeses e passamos um telegrama ao sr. Presidente da República com 96 palavras exigindo um Gabinete nacionalista. Ontem estivemos reunindo com os camponeses de Caucaia, eles informaram que a notícia da nota oficial da FALTAC foi ouvida no campo e os camponeses ficaram acompanhando o movimento pelos rádios nas bodegas (vendas) que existem no campo¹⁸¹.

José Leandro informa o estágio da organização camponesa no Ceará, indicando a mobilização existente com ampla circulação dos ideais defendidos pelas organizações em luta por justiça, direitos e reformas de base, quando o sentimento sindical era nutrido pela leitura coletiva do *Terra Livre*, ou pela escuta dos pronunciamentos da FALTAC na Rádio Dragão do Mar, ou nas diversas reuniões, passeatas e assembleias. Em seus combates, os camponeses integravam coletivos de luta por transformação social em conexão com apoiadores internacionais, como Célia Guevara, que em missão pelo Brasil, esteve em Fortaleza para fortalecer a luta social em curso no país. Além de ser recebida na Assembleia Legislativa e cumprir agenda oficial, participou de um ato na sede da FALTAC no bairro Padre Andrade. Ainda constava em sua agenda a visita aos moradores do Pirambu, inviabilizada por figuras católicas avessas à Célia Guevara, em razão de seu filho Che Guevara ser um destacado

¹⁸¹ Ofício Nº37/62.Arquivo Permanente do Estado de São Paulo. DEOPS/SP. 1968/Comunismo/ULTAB (1959-1962).

revolucionário comunista. À convidada, os camponeses denunciaram a pobreza que maltratava suas vidas e a violência dos donos de terra, como o experimentado pelos moradores do Padre Andrade em Fortaleza, ameaçados de despejo.

Entretanto, não era suficiente enfrentar somente o fazendeiro, uma vez que a desigualdade estava entranhada, era estrutural, expressa nos jornais, nos pronunciamentos políticos, nos projetos educacionais, nas homilias, nos programas radiofônicos. Lutar pela Reforma Agrária, pelo fim da sujeição, da meia, pela aplicação dos direitos trabalhistas no campo, por moradia, pela vida dos camponeses era um ato de insulto, afinal, eram vários os defensores do sistema vigente dispostos a não permitirem as transformações almeçadas pelas classes subalternas. Neste cenário, os pobres estavam dispostos a seguirem os embates, desafiando o poder dominante num processo crescente de radicalização, pois a esperança os impulsionava para um horizonte de vitória. Foi preciso acionar um complexo dispositivo, internacional inclusive, para frear esse movimento, com o emprego da força, da tortura, do desaparecimento e de atentados, concretizados a partir de abril 1964 com a ditadura que se prolongou por mais de duas décadas.

3.3 Filhos da mata, cantores da mão grossa

A dominação no campo foi também questionada pelos trabalhadores através de sua cultura, vê-se ao longo dos anos, a palavra contestatória expressa em seu cotidiano nos diversos momentos de sociabilidade quando a crítica aos opressores é alimentada e a resistência é gestada. A respeito, Edward Thompson sugeriu que “Num determinado sentido, podemos descrever o radicalismo popular [...] como uma cultura intelectual. A consciência articulada do autodidata era sobretudo uma consciência política” (THOMPSON, 2012; p. 414). Estamos a falar de tantos autodidatas como Patativa do Assaré cujo amor pelas letras permitiu que a luta por justiça também fosse cantada em belos versos. Essa poesia matuta, brotada desde a experiência de vida e trabalho de tantos poetas da roça, foi decisiva ao ânimo do movimento camponês entre as décadas de 1950 e 1960.

Francisco Julião, um dos animadores das Ligas Camponesas de Pernambuco, ressaltou a disposição dos camponeses em luta por justiça e direitos. Analisando, sobretudo, a atuação desses trabalhadores no Nordeste, Julião documentou traços marcantes da mobilização camponesa da época, ressaltando os elementos culturais nos embates políticos de então, pois a cultura da gente simples foi um dos meios decisivos para a expansão das Ligas pelo Nordeste. Tradições, costumes, músicas, arte, poesia são chaves para compreensão do processo de

resistência camponesa no Brasil a partir da segunda metade do século XX: “Naquele vasto mundo de coisas do Nordeste, tão malsinado, tão desconhecido, é onde o camponês veicula e perpetua as suas tradições, seus costumes, sua arte poética, música e seus cantos, seus temas e seus assuntos” (JULIÃO, 1962, p. 38).

A atenção e o respeito de Francisco Julião à cultura camponesa em suas variadas manifestações cotidianas nas Ligas Camponesas revelam um movimento forjado desde a experiência do campo, marcado por aspectos da vida dos trabalhadores rurais. Seguindo esta sensibilidade, um estudo sobre as lutas camponesas deve se ater também às marcas da sociabilidade camponesa naqueles momentos em que a resistência se gesta. Os espaços destinados ao convívio, os momentos livres das obrigações, a camaradagem entre iguais, longe das vistas do patrão ou do capataz, forjam a agência camponesa em seu processo de mobilização por direitos. Assim, o movimento reivindicatório dos camponeses, na segunda metade do século XX, ao externar os problemas sociais do campo, expressou não apenas os diferentes traços da cultura camponesa, mas as articulações entre vida cotidiana, cultura e luta política, como sugere Marilda Menezes¹⁸².

Em 1955, o jornal *Terra Livre* estampava a celebração do “Maneiro-pau e Corta-tesoura” durante a Assembleia Geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC). Protagonizada por camponeses, as danças ocuparam lugar naquela reunião, os compromissos e encaminhamentos aprovados na Assembleia foram celebrados pelos congressistas com danças e festa. O Maneiro-pau é um folguedo popular presente nas regiões norte e nordeste brasileiro. No Ceará, sua manifestação é mais percebida na região do Cariri, ao sul do Estado, constituída geralmente por homens, que dançam circularmente em forma de desafio com choque de cacetes, ritmados por uma toada dos versos do puxador e a resposta cantada dos dançantes. Muito apreciada entre os trabalhadores do campo nos momentos de festa, ocupou também os espaços de organização camponesa.

Uma embaixada de maneiro-pau (dança popular do Nordeste), com cerca de 50 pessoas do município de Várzea Alegre, compareceu à sessão de encerramento da assembleia geral da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (ULTAC) realizada em Fortaleza, no dia 25 de julho último. Na ocasião foram exibidos números de maneiro-pau, corta-tesoura, rasteiras e músicas típicas regionais – como o “cabaçal”. Nessa assembleia da ULTAC foi aprovado um programa de reivindicações incluindo entre outros pontos a entrega das terras devolutas aos camponeses pobres, a luta contra os arrendamentos exorbitantes e por contratos de arrendamentos mais longos não excedendo de 10 por cento sobre a produção. A assembleia da ULTAC aprovou também desenvolver a luta por aumento de salários nos locais de concentração de assalariados como Serra do Baturité e municípios de

¹⁸² Sugestão de Marilda Menezes enquanto arguidora da banca de defesa desta tese.

Maranguape, Redenção, Pacoti, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, onde ainda existem salários até de cinco cruzeiros por dia a seco¹⁸³.

Entre reivindicações que iam da distribuição de terras devolutas, arrendamento a preço justo e defesa do aumento salarial para os trabalhadores das serras, os festejos populares aparecem com destaque. Em meio às passeatas, ajuntamentos e assembleias, práticas culturais vivenciadas nos sítios, fazendas e baixadas, como a dança do maneiro-pau, o desafio do repente e as violadas, se juntavam o clássico formato de reivindicação dos trabalhadores, trazendo aspectos do viver no campo ao processo de mobilização por justiça e direitos nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Como se vê na Assembleia da ULTAC, mais que um simples encerramento, a festança tomava forma no fazer-se da luta como parte da sociabilidade camponesa.

A cultura é aqui entendida como um conjunto de ações de um povo inscrito numa determinada experiência temporal que compartilha de práticas, hábitos e modos de ser, por vezes conflitantes, por outros harmônicos. Variando no tempo e espaço, a cultura é a marca das sociedades em contínua relação com o passado e o futuro, observada nas rupturas e continuidades, repletas de “tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais” (WILLIAMS, 1992, p. 29). Motivo de estudo há considerado tempo, a cultura até bem pouco tempo remetia as manifestações do espírito de um grupo, comum ao universo letrado, restrito aos espaços de produção e fruição como salões, gabinetes de leitura, universidades, casas de chá¹⁸⁴.

As demonstrações da vida do povo foram encaradas como menores, ou popular, em contraposição ao que se convencionou chamar de erudito. Essa divisão erudito/popular é passível de questionamento, já que carrega consigo uma aparente divisão cultural entre os povos, não enxergando as “circulações fluídas, práticas compartilhadas, diferenças indistintas” (CHARTIER, 2004, p. 8) dos grupos sociais em constante interação, por mais distantes que sejam em termos econômicos e sociais. A cultura popular, nesse sentido, passa a ter outro significado, figurando agora como manifestações próprias de um povo, longe de concepções hierarquizantes, como um modo de vida e seus desdobramentos com códigos estabelecidos em relação com os demais grupos sociais. Como escapa à dominação, essa cultura questiona o poder sutilmente no cotidiano dos subalternos de diferentes maneiras.

¹⁸³ Terra Livre, 1ª Quinzena de julho de 1955, p. 4.

¹⁸⁴ Nos referimos à significação moderna que o conceito de cultura adquiriu, pensado, sobretudo, por pesquisadores sociais ao analisarem as dinâmicas dos diferentes tipos de sociedade. Nos baseamos nas investigações de (WILLIAMS, 2008), (THOMPSON, 1999) e (EAGLETON, 2005).

Um traço cultural do campo, que reforça essa recusa à lógica dominante responsável pelas modificações dos hábitos de vida e trabalho, é o forte elo relacional entre os habitantes das áreas rurais, herdadas desde os povos originários. O que para muitos era sinal de indolência, de atraso, ou de pouca disposição ao trabalho, para Antonio Candido, significava um quadro sucessivo de imposições que geralmente foram contestadas pelos pobres do campo.

Como já se tinha visto no seu antepassado índio, verificou-se nele certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarar. E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social. Expulso da sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas – persistia em agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeçaria. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário (CANDIDO, 2001, p. 107).

O autor, em sua obra “Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida” nos leva a uma compreensão singular do percurso histórico dos caipiras, nos apresentando elementos da vida desses sujeitos que mesmo sofrendo a pressão da modernidade e do avanço do capital, seguem criando formas de resistência expressas na “cultura caipira” que, em linhas gerais, se baseia na busca pela sobrevivência material da vida aliada ao reforço dos laços sociais entre os membros da comunidade.

A relevância da diversão na cultura camponesa é outro fator que reforça essa rebeldia às imposições do capital sobre a vida desses sujeitos. Para eles, o trabalho devia garantir obtenção apenas do necessário ao viver, os grãos armazenados eram destinados ao provimento anual e não para serem comercializados, para o comércio era destinado o excedente quando se obtinha. Ao estudar a vida dos caipiras de Bofete, Antônio Cândido percebeu a importância dada ao lazer, ocasião em que as relações de sociabilidade eram reforçadas, fosse através do trabalho de mutirão, quando um grupo se reunia para edificar ou reformar suas casas, ou ainda roçar um lote para a família de algum dos moradores do bairro, ou em ocasião das festas religiosas e comemorações diversas. Podemos afirmar que os momentos de diversão e festejos são marcas da experiência no campo, compondo o modo de vida desses sujeitos, mesmo diante do grau de exploração vivenciado, há especial cuidado que garanta o recreio tão necessário à sobrevivência, uma “desnecessidade de trabalhar” (CANDIDO, 2001). Trata-se de uma “cultura plebeia” (THOMPSON, 1998), formada pela tradição cujos costumes geralmente não possuem a acumulação como referência. Por mais que a exploração esteja presente cotidianamente, criam espaços de fuga.

Pensando o camponês com seus modos próprios de sociabilidades, cumpre questionarmos como se davam os momentos de diversão e festas no campo. Onde se reuniam para festejar? Como encontravam seus pares? De que forma celebravam suas conquistas? Desejavam saber de alguma notícia? Em que medida esses traços culturais foram decisivos para a mobilização por justiça e direitos na segunda metade do século XX?

Na tentativa de respondermos tais indagações, tomemos o testemunho do lavrador Vicente Pompeu da Silva. Lembrando sua infância e juventude, recuperou manifestações culturais, experimentadas no sertão cearense, revelando momentos de reunião em torno da festa. Aqui nos chega um retrato alegre da vida no campo, que nos indica as manifestações culturais apreciadas pelos camponeses. Vicente Pompeu descreve o que chamou a "brincadeira mais importante" da sua região, a dança do maneiro-pau, seguida do bumba-meu-boi:

A brincadeira mais importante que o povo achava era jogar maneiro-pau. Ajuntava doze pessoas, que é pra cada um, um cacete, joga maneiro-pau. Quatro pau dum lado, quatro pau do outro pra não bater na pessoa, aquele negócio. O povo achava bom aquele tipo de brincadeira. E outro era brincar com o boi... bumbá, o bumba-meu-boi, aquele negócio todo, aquele negócio todo, era umas brincadeiras sem futuro, mas não tinha outro tipo de brincadeira. O povo gosta e tudo mais, e essa coisa, e juntava muita gente né¹⁸⁵.

A memória do trabalhador recorda o apreço dos camponeses pelas danças populares, "o povo gosta e tudo mais". São os mesmos folguedos que tantas vezes animaram os encontros de classe dos trabalhadores do campo, como na Assembleia da ULTAC quando se dançou o maneiro-pau. Seguindo seu relato, Vicente Pompeu cita os detalhes de outra brincadeira: a festa do careta.

E eu brinquei também, depois de maior, de um careta...botava uma careta, assim... tirava a cauda dum boi, duma rês... viu... e botava o papelão, assim, pregava aquilo com angu de goma, costurava, ficava a barba mesmo assim (e Pompeu gesticula mostrando) e botava aquele bigode assim, e ficava uma feiura, mas o povo gostava... [...] Parece que se chama "Reis de Congo"... Reis de Congo e aquele negócio todo, era um tipo de brincadeira, era aquilo que hoje ninguém inventa mais. Então, o negócio da brincadeira era isso...¹⁸⁶

Ao rememorar essas danças, folguedos e tradições como algo pertencente à vida do trabalhador, Vicente Pompeu revela que, embora enfrentassem dificuldades materiais, garantiam a festança improvisando adereços e vestimentas; máscaras feitas de papelão e angu de goma; os gestos nas brincadeiras, motivando o ajuntamento de "muita gente", momentos de significativos encontros entre os participantes.

¹⁸⁵ Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura, p. 8.

¹⁸⁶ *Ibid.*

Seguindo a pisada das danças e a sociabilidade no campo, o tempo, e se fazia o maior esforço para isso, pedia alguma distração nas bodegas e vendas. Na bodega conversavam os assuntos do interesse camponês, ouviam as músicas na rádio, mas também as notícias de terras ao longe. Era lá também onde se prestigiava o desafio dos repentistas e as cantorias; aproximando, assim, os moradores da redondeza. Tal fato evoca a experiência dos trabalhadores britânicos do século XIX, quando “diaristas analfabetos nem por isso deixavam de ir, todas as semanas, a um bar onde lia-se em voz alta e discutia-se o editorial de Corbett” (THOMPSON, 2012, p. 414)¹⁸⁷.

Podemos ver a força desses espaços na peça de teatro “O Cavalo do Cão” de Aldemir Sobreira. Escrita nos anos 1960, em três atos, narra a trágica história dos camponeses da Fazenda do Grotão em revolta contra o dono da terra, Coronel Fortunato, responsável pela miséria da vida dos trabalhadores. Para Rosemberg Cariry, a peça Cavalo do Cão “Como nos bons folhetos de feira, o diálogo é ágil, enxuto, sugerindo imagens, sons e emoções, além da reflexão política sobre a realidade social dos deserdados filhos da terra” (CARIRY *apud* SOBREIRA, 2004, 11). As personagens dramatizam seus diversos momentos de vida e trabalho e as injustiças no campo, as arbitrariedades do coronel e seus capangas, a humilhação sofrida pelos pobres e a convivência dos políticos da região. Na peça, também encontramos momentos da religiosidade popular nas rezas e fechamentos de corpo feitas por Xibita, rezadeira desde menina e que nessa matéria sabia “de tudo um pouco... até encomendar defunto”¹⁸⁸.

Cenas de trabalho compõem os três atos da peça, nos transportando a uma conjuntura dos anos 1960 marcada pela exploração do camponês enquanto crescia a mobilização pela Reforma Agrária e o poder dos latifundiários era desafiado. Finalizado em 1962, o texto ficou guardado por longos quarenta anos até sua publicação em 2004. Os temas abordados na trama criticavam, sobretudo, a estrutura de exploração no campo brasileiro. Aldemir Sobreira lembra que em 1964, ano do golpe civil-militar, sua mãe escondeu o texto para evitar sua prisão em Juazeiro do Norte, tamanho era o risco que aquela história corria.

Na trama, a Bodega do Seu Finfim é um dos principais lugares de convívio dos trabalhadores. Em diálogo dos irmãos Liberato e Zuzinha, a bodega do Finfim aparece como espaço para se “ouvir o noticiário”.

Liberato (indo até o alpendre): Cadê teu irmão?

Zuzinha (ainda fora, sem aparecer): Ficou na vila, na bodega do Finfim. Disse que vinha logo.

Liberato: Já pedi para vocês não botarem os pés naquele antro!

¹⁸⁷ Na esteira das sociabilidades e dos espaços “seguros” dos trabalhadores como por exemplo as bodegas e vendas, o fértil diálogo entre os estudos de E. P. Thompson e James Scott possibilita futuras investigações.

¹⁸⁸ SOBREIRA, 2004, p. 53.

Zuzinha (ficando no alpendre, com ar de desculpa): Queria ouvir o noticiário. Disse que vem já já!
 Liberato: Já devia estar aqui¹⁸⁹.

Na conversa entre dois irmãos camponeses, a bodega de seu Finfim é o espaço de escuta do noticiário transmitido pelo rádio. Seu Finfim, além de comerciante, era simpático aos movimentos que se fortaleciam nos anos 1960, principalmente pras “bandas” de Pernambuco, onde as Ligas Camponesas demonstravam a necessidade de lutar pela Reforma Agrária. Liberato, o irmão mais velho, temendo o envolvimento de Zuzinha e Deusdete nas lutas, via a bodega, “aquele antro”, como lugar onde se disseminava ideias perigosas que desafiavam o poder do latifúndio, pondo em risco a vida de seus irmãos.

A história dos camponeses da Fazenda do Grotão se passa num período em que o noticiário do rádio era fundamental na compreensão da cultura dos trabalhadores. Sulamita Vieira, em “O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural”, afirma que o rádio significava, na época, um dos pilares, uma espécie de suporte para o funcionamento ou a reprodução desse campo, seja no processo de divulgação, seja em sua eficácia enquanto mobilização do público (VIEIRA, 2012, p. 49). Nesses termos, a escuta do rádio, permitia o confronto com informações e partia da experiência camponesa elaborar de modo crítico sua leitura do mundo, pois sabiam desde cedo que a vida era injusta, que o sofrimento tinha raízes na exploração do trabalho e na falta de terra. Tal fato confirma a disposição dos subalternos pelo encontro em lugares que escapavam à regulação dos proprietários; além de se confraternizarem, fermentavam suas ideias, fortaleciam suas redes de solidariedade, alimentavam seus preceitos de resistência. Raymond Williams chama atenção à disposição dos trabalhadores interpretarem os momentos vividos, sobretudo lendo criticamente o que chega pelos veículos de comunicação, nos lembra que entre eles encontramos “tanta delicadeza, tanta rapidez de discriminação, tanto entendimento claro de ideias quanto em qualquer outro lugar” (WILLIAMS, 1958, p. 12).

A bodega também juntava gente apreciadora dos repentes, animados por cantadores e violeiros versados na arte da rima a partir do improviso sacado da experiência e do olhar sensível dos músicos, cantavam o cotidiano da vida, suas dores e alegrias. Zuzinha, admirador da bodega do Seu Finfim e do rádio, também tinha gosto pelo repente, ensaiando, inclusive, seus próprios versos:

Zuzinha (do alpendre): Agora dou um palpíte,
 Que é muito interessante,
 O tempo das vacas gordas

¹⁸⁹ SOBREIRA, 2004, p. 20.

Não está muito distante.
 Teremos muita fartura
 Em arroz, milho e feijão,
 Duzentas braças de terra,
 Sete cavalos alazão!
 Não se ponha a duvidar
 Desta minha previsão,
 Ou a fartura vem
 Ou vem a revolução...¹⁹⁰

O repente brota do desejo de transformação da realidade experimentada, um tempo bom é anunciado pelos versos do trabalhador decidido a lutar por “fartura”. A junção de “arroz, milho e feijão” somados a terra e cavalos, reflete o projeto de sociedade almejada pelos camponeses, sintetizado por Zuzinha como o “tempo das vacas gordas”, previsão dada como certa nem que fosse pela “revolução”. Tais versos incomodaram Liberato, cada vez mais receoso com o envolvimento de seus irmãos. Da conversa sai mais uma constatação: os desafios do repente sobre temas variados terminavam no ABC das Ligas Camponesas.

Liberato (zangadíssimo): Quer parar com essa besteira, Zuza!
 Zuzinha: Estava só lembrando os versos que cantei hoje na bodega do Finfim, ainda agorinha.
 Liberato: Excomungado... essa bodega...
 Zuzinha: Ôxente, que é que tem a gente ir lá? Gosto de fazer meus repentes, de ouvir o noticiário, de ouvir o Deusdete falando! Por isso vou e não tem quem me empate!
 Liberato: A peste daquele rádio. É uma isca! Querem juntar gente pra discutir política e os bestas vão. E agora esses cantadores vai gente que só formiga. E todo dia é a mesma coisa. Começam com desafios e terminam fazendo ABC dessas malditas ligas. [...] não se meta com esse negócio de política. Não é para nós, meu irmão. Política é pro coronel Fortunato, pro major Anastácio, para o Pe. Oséias, que são homens de dinheiro e influência¹⁹¹.

Os cantadores atraíam muita gente disposta a ouvir os desafios cantados nas bodegas. Liberato acusa o rádio de ser o grande chamariz para a aglomeração, ocasião em que aproveitava para musicar a marcha dos camponeses pela Reforma Agrária. Nos repentes, a política era apresentada aos ouvintes, pois também por meio dos encontros se percebia a necessidade de conversar sobre as mudanças na sociedade. Lá “esse negócio de política” deixava de ser assunto apenas do coronel, do major e do padre, passando a ocupar lugar em seus momentos de encontro. Trata-se de uma sabedoria popular forjada pela experiência. Os repentes cantados nessas ocasiões remontam a “memória dos velhos”, o “que corria de boca em boca”, num esforço criativo de “acrescentar e remodelar” o que se ouvia e experimentava na vida (MONTENEGRO, 1992, p.56).

¹⁹⁰ SOBREIRA, 2004, p. 23.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 23-24.

Mas, quem eram esses sujeitos que com sua viola e sanfona animavam os sertões, levando música e política pelo nordeste brasileiro? Em que condições se apresentavam? Tomemos a descrição desses violeiros espalhados pelo interior, por Francisco Julião:

O violeiro é figura inseparável das coisas típicas que perfazem o Nordeste. É poeta e músico. Sua poesia é instantânea, improvisada, espontânea. [...] Em toda feira ou festa, no interior do Nordeste, o violeiro ou o cantador constitui a maior atração. O violeiro canta suas criações e a poesia dos outros. O cantador, em regra, é o profissional que vende folhetos nas feiras, nas festas e outros ajuntamentos de pessoas. Para vendê-los, recita-os em voz alta, e o faz cantando. O folheminista é o profissional que escreve o folheto (JULIÃO, 1962: p.35).

Os violeiros são figuras marcantes na região, com suas músicas improvisadas, muitas delas oriundas dos folhetos e cordéis, estão presentes nas feiras, celebrações religiosas e demais festejos, locais onde se aproveitava, inclusive, para vender tais publicações. Porém, as cantorias, tão comuns na região, são animadas também por trabalhadores que cultivavam o gosto pela música se dedicando também a tocar certos instrumentos. Notamos a presença, por mais simples que fosse, desses objetos sonoros responsáveis pela festa, pela distração, animando esse sertão, fazendo ecoar os sons arrancados com maestria das concertinas, oito baixos ou pé-de-bode, ou seja, das sanfonas em seus mais variados formatos e denominações (VIEIRA, 2006).

A rabeca e a viola também possuíam lugar de destaque em suas vidas. Manoel Marques da Costa, um trabalhador do campo e violeiro, lembra do gosto de seu pai pela música, sempre dispondo sua casa para receber a cantoria. Quando aparecia algum violeiro de fora, era garantida a noite de animação com versos rimados na hora, no repente, arrancando aplausos dos presentes a cada desafio cantado. O contato com a música e as festas de cantorias o encorajou a se aventurar pelo mundo das rimas, chegando a viajar para fora do Ceará. Em entrevista lembra:

A minha vida de violeiro foi a seguinte: eu adorava a cantoria quando era criança, e meu pai também gostava, a cantoria era muito difícil naquela época, mas todo cantador que andava por aí, meu pai botava para cantar lá em casa. Ele adorava a música, até cantava, ouvia cantar um romance e dois violeiros de desafio, pra mim aquilo era uma beleza. Aí eu fui tentando fazer uns versinhos lá pela a roça mesmo, pra me divertir inventando uma coisa e inventando outra e depois vi que dava para cantar. Um dia, chegou um cantador sozinho numa casa lá, e o povo pediu pra cantar um desafio com ele; eu era um rapazinho de 16 anos, quis assim meio acanhado e depois paguei o violão que tinha lá e cantei o desafio¹⁹².

O camponês violeiro afirma desde cedo ter gosto pela cantoria, ainda menino vivencia em casa aqueles espetáculos, para ele repletos de encantamento e “beleza”. O relato

¹⁹² Entrevista. Manoel Marques da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p.7-8.

sugere um “sertão em movimento”, com seus habitantes em constante troca de saberes nesses momentos de festividade, quando passavam por ali cantadores de outras regiões. A musicalidade se apresentava como estímulo à criação, como relembra Manoel Marques, que passou a “fazer uns versinhos na roça mesmo”, dividindo o peso da enxada com a criação de estrofes, musicadas mais tarde, sem grandes pretensões, lembra que eram para sua diversão. A música mais tarde foi decisiva na vida do jovem camponês, o instigando a deixar a lavoura e tentar a vida animando festas como violeiro em outras cidades.

Aí o povo botou na minha cabeça que eu devia fazer profissão. Eu não fiz uma profissão diretamente, mas cheguei a andar em nove Estados usando essa profissão. É uma profissão muito difícil também além de ser muito sacrificoso, a gente abrir a boca pra cantar uma noite inteira, muitas vezes pra gente embriagado. E tem outras consequências: um outro dia a gente tá com sono e tem que viajar, e tinha que viajar naquele tempo montado ou a pé, 4 ou cinco léguas para tirar outra cantoria e passar outra noite acordado de novo sem nem ter dormido de dia, nada¹⁹³.

Lembrando a rotina de cantador, Manoel Marques descreve as dificuldades enfrentadas, as viagens a cavalo ou a pé, as longas jornadas, a intensa vida noturna, razão que o desmotivou a seguir no ramo, voltando ao trabalho na roça. Entretanto, Manoel Marques nunca abandonaria sua viola, vez ou outra voltava a ela durante os encontros entre amigos, em ocasiões cujo tempo livre permitia a reunião ao som da viola, repentes e canções várias.

Além de tudo, naquele tempo era difícil hotel, e a gente não tinha meios de transportes. A gente mesmo que andasse montado, mas a fome era certeza por que não tinha o quê comprar pra comer em canto nenhum. Aí eu fui pensando e eu fui querendo deixar... Nunca largara as freguesias de ir me ouvir cantar e eu fiquei com a viola como um encosto. Uma coisa que eu tinha pra divertir meus amigos nos fins de semana, quando eles me chamassem. E ainda hoje eu possuo a viola e não tenho a profissão de cantar, mas ainda sei¹⁹⁴.

Pelo testemunho de Manoel, percebemos a inclinação camponesa pela criação de versos, pelo exercício da imaginação cultivada na roça e pela vontade de superar a difícil realidade também por meio da arte. Questionado sobre seus temas, responde e vai além, indica uma característica dos camponeses, que é o apreço pelo conhecimento. Numa sociedade privada de espaços destinados ao estudo formal, as cantorias se transformavam em momentos educativos.

“Naquele tempo a gente cantava... mais quando eu comecei, o povo queria que eu cantasse mais a história sagrada, a história do José do Egito, do Moisés e etc, ou se não a geografia, pra o povo saber, como aquele povo não estudava, interessava muito o quê a gente cantando dissesse, como quando tinha sido descoberto o Brasil, como começou a luta pelo Brasil e pela libertação do cativo, como foi que o Dom Pedro conseguiu libertar o Brasil de Portugal, enfim, o povo se interessava muito disso. E já

¹⁹³ Entrevista. Manoel Marques da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p.7-8.

¹⁹⁴ *Ibid.*

a mocidade interessava mais que a gente cantasse tema de amor e conforme os sentimentos deles¹⁹⁵.

O que era distração, festa e descanso, era também aprendizado e trabalho da imaginação. A música, nesse sentido, confirmava a negação ao modo de vida imposto aos pobres no campo, era por meio da poesia que algumas histórias distantes chegavam e eram adaptadas ao seu repertório. Para Manoel Marques, a “cantoria faz parte da cultura”, quando “a pessoa analfabeta logo que começa a cantar, pela poesia ela, às vezes, é mais inteligente do que um provado, isto todo mundo sabe”¹⁹⁶. A arte de compor versos e compartilhar os repentes era um meio de expressar suas leituras de mundo.

O povo queria saber das histórias sagradas, das coisas do amor e tomavam gosto pelos fatos ocorridos num Brasil distante, porém com ressonâncias: a independência, o Imperador D. Pedro II... A cantoria se constituía, em certos momentos, como “tarefa política” ao trazer em seus versos traços da vida no campo e musicar temas pujantes nos anos 1960, como a libertação dos pobres e o direito a eles negado “de serem gente”.

Então, eles, o pessoal se interessava de mais, como eu já disse, pra cantar aquelas histórias às vezes a gente entrava na tarefa política. Não era bem na política partidária, era na política da vida do homem. Dizendo a eles que tinha direito a liberdade, o direito de ser gente, e etc. E conheci dois violeiros que narram uma coisa engraçada, e ainda hoje, quando mesmo que os dois seja de oposição, um se faz democrático e o outro antidemocrático. Além de graça pro povo, vai sair muitas ideias da cabeça deles e vai ajudar muito no desenvolvimento político do país. Isto lá no sertão, em todas as cantorias a gente sempre tentou fazer isso: um, dizer o que é ruim, e o bom, nem que não fosse, só pra criar confusão com o outro violeiro. E isto ia ajudando o povo a descobrir o que está certo e o que está errado né?¹⁹⁷

O camponês lembra a importância da “política da vida do homem” nos versos cantados, formados a partir da lida no eito, são composições que animam os trabalhadores a seguirem resistindo em defesa de seus direitos. Essa poesia expressava o que muitas vezes não se podia falar nas propriedades sob vigilância dos gerentes, ajudando a nutrir a indignação ante o “certo e o errado”. Na Fazenda do Grotão, a rima de Zuzinha sobre as condições de trabalho do camponês e seus direitos foi bem recebida pelos ouvintes, que entusiasmados, aplaudiram a sugestão do cantor: era “preciso dar um jeito” naquela situação:

Zuzinha (Entusiasmado, como que descobriu algo): Peraí, perai, perai...
 Liberato: Está ficando doido?
 Zuzinha (ajeita o violão e começa): Escutem essa:
 Camponês também é gente,
 deve ter o seu direito,
 vivendo em terra alheia

¹⁹⁵ Entrevista. Manoel Marques da Costa. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, p.8-9.

¹⁹⁶ *Ibid.*

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 9.

e trabalhando no eito,
 morre doido sem ter nada
 é preciso dar um jeito!!!
 (Todos aplaudem. Com exceção de Liberato. Uma onda de entusiasmo invade os presentes)¹⁹⁸.

A cada desafio cantado, louvação aos presentes, risos, aplausos, manifestações de contentamento ou desaprovação, acompanham a toada. Aqui nos deparamos com a força da cultura camponesa com presença marcante na agitação política e social nos anos 1960, ocupando com frequência as ruas em suas “concentrações monstros”, nos atos de massiva participação dos trabalhadores, externando suas reivindicações. Novamente, vemos o Maneiro-Pau conduzir uma manifestação de camponeses, dessa vez na peça Cavalo do Cão, quando os trabalhadores da fazenda do Grotão se dirigiam a um comício na pracinha da cidade, o lugar estratégico para ecoar as denúncias; para Deusdete, a pracinha ia “ficar entupida de gente”. No trajeto, o Maneiro-Pau animava os participantes com versos sobre a realidade no campo e a organização dos camponeses.

Vozes: Maneiro-pau, maneiro-pau!
 Dê de lá que eu dou de cá.
 Maneiro-pau, maneiro-pau!
 Dê de cá que eu dou de lá
 Maneiro-pau, maneiro-pau!
 Solo: Seu Finfim é o maior
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: Não tem medo de major
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: Com Deusdete e sua Liga
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: Nós partimos para a briga
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: Seca é só para o Sertão
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: E nossa Liga é a solução
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: Nesta luta eu entro e ganho
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: E o latifúndio leva um banho
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: Nosso nome vai pra história
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau
 Solo: Não duvido da vitória
 Coro: Maneiro-pau, maneiro-pau¹⁹⁹.

As palavras de ordem, as intervenções e outros ritos políticos deram espaço à dança, indicando uma passeata marcada pelos festejos tradicionais do campo ao mesmo tempo que disseminavam os ideais da organização camponesa contra o latifúndio. A caminhada seguia

¹⁹⁸ SOBREIRA, 2004, p. 39.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 80-81.

atraindo a atenção, como do jagunço Xexéu que, ao apreciar aquela marcha “bonita com o povo dançando o Maneiro-pau”, não ouviu o coronel Fortunato lhe chamar.

A festa, a dança e os versos, bem ao modo de vida camponês, foram fundamentais ao processo de agitação na conjuntura dos anos 1960, foi por meio da cultura popular que a indignação tomou forma e ecoou, afinal, boa parte da luta por justiça no campo se deu por meio da palavra (GONÇALVES, 2018). Tal assertiva é confirmada pelas letras do jornal *Terra Livre*, que publicava a poesia camponesa em várias edições, pois sabiam do apreço dos trabalhadores pelo “canto das coisas boas e belas da vida”.

O Povo, particularmente os camponeses, gosta muito de versos. Isto porque os versos não só proporcionam momentos de prazer e alegria, o canto das coisas boas e belas da vida, como também servem para exprimir seus sofrimentos, reclamar contra as injustiças e exigir o amor, a paz, o pão e a felicidade²⁰⁰.

É notável o gosto dos camponeses pelos versos no jornal camponês *Terra Livre*, nos folhetins e cordéis, acompanhando histórias sobre a vida sofrida no campo. É uma poesia de suas experiências, as rimas lidas, seja por meio da leitura cantada ou escutada, eram repletas de histórias e personagens comuns ao seu universo. Foi por meio dessa literatura que o processo de mobilização das Ligas Camponesas se difundiu. Valendo-se de várias alternativas de divulgação das Ligas junto aos camponeses, como conversas de “pé de pau”, nas farinhadas, nas feiras, celebrações religiosas e funerais, Francisco Julião destacou o papel desses versos. A poesia popular, a leitura de folhetos, os cordéis favoreceram para “despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas” (JULIÃO, 1962, p. 34), sobretudo nos momentos que escapavam ao olhar dos proprietários e seus capangas.

Percebemos desde logo, pela rápida análise dos seus diferentes assuntos, que, embora aquela literatura não encerrasse conteúdo político, continha no entanto acentuado caráter ideológico. Na verdade, quase todos os temas explorados se baseiam na luta do fraco contra o forte, do pobre contra o rico, do camponês contra o latifundiário. Canta-se pelas feiras a notícia do trabalhador pobre que matou o patrão, o latifundiário, por que lhe deflorou a noiva querida. O poeta camponês para despistar, transplanta o cenário da peleja. A “Luta de Manoelão do Paraná com o Seringueiro do Norte” é uma história que se passa no Nordeste, mas o poeta a coloca noutra região (JULIÃO, 1962, p. 38).

Estamos diante de uma poesia comprometida com a transformação social. Os versos saem da roça como manifestação crítica a um sistema injusto. Carregados de histórias que narravam as batalhas de pobres contra ricos, de trabalhadores pobres contra latifundiários, das façanhas de Lampião e seu bando em favor dos desprovidos, alimentavam “o sonho de liberdade” dos espoliados. Ao escutarem aqueles casos, se identificavam e produziam sua

²⁰⁰ Terra Livre, março de 1961, p. 5

versão da saga de libertação, como se observa em Patativa do Assaré. Poeta da roça, como costumava se apresentar, Antonio Gonçalves da Silva narrou diversas histórias dos pobres da terra em marcha por libertação. Profundo conhecedor dos modos de vida no campo, “sempre estive ao lado do mais fraco” (CARVALHO, 2017, p. 102) denunciando por meio de sua poesia as violações cometidas pelos donos da terra.

Sou fio das mata, cantô da mão grossa,
Trabaio na roça, de inverno e de estio.
A minha chupana é tapada de barro,
Só fumo cigarro de páia de mío.
Meu verso rastêro, singelo e sem graça,
Não entra na praça, no rico salão,
Meu verso só entra no campo e na roça
Nas pobre paioça, da serra ao sertão²⁰¹.

O terreno fértil para o cultivo de sua poesia era o ambiente dos trabalhadores do campo e da roça, moradores das pobres palhoças. Para o poeta, seus versos não “entram” nas praças e nos ricos salões, considerados pelos frequentadores daqueles espaços como “rastêro, singelo e sem graça”. Todavia, Patativa insistiu, durante toda sua vida, em criar rimas voltados à luta social dos camponeses, pois o desejo por terra, trabalho e pão não podia ser esquecido pelos trovadores do povo. A utopia, portanto, devia ser cantada, o sonho da Reforma Agrária responsável pela emancipação no campo, seria reivindicada também pelos versos:

Pobre agregado, força de gigante
Escuta, amigo, o que te digo agora,
Depois da treva vem a linda aurora
E a tua estrela surgirá brilhante.
Pensando em ti eu vivo a todo instante
Minha alma triste e desolada chora,
Quando te vejo pelo mundo afora
Vagando incerto, qual judeu errante.

Para saíres de fatal fadiga
Do horrível julgo que cruel te obriga,
A padecer situação precária.
Lutai ativo, corajoso e esperto
Pois só verás o teu país liberto,
Se conseguires a Reforma Agrária²⁰².

A rima atesta o lugar da luta, trata-se de uma poesia popular cujo compromisso é a divulgação de seus ideais; a arte é testemunho, denúncia e anúncio. As estrofes, em sua fruição estética, querem em sua linguagem demonstrar a arte animando o enfrentamento à opressão. É também uma experiência pedagógica, por meio dos versos, os camponeses aprendem e ensinam como combater os males que põem sua dignidade em risco (BASTOS, 2017). Em Patativa, a

²⁰¹ Terra Livre. Março de 1956, p. 3.

²⁰² Terra Livre. Março de 1961, p. 5.

Reforma Agrária é uma possibilidade a conquistar, nessas estrofes observamos a compreensão da “força de gigante” contida nos camponeses. Era preciso coragem, determinação e esperteza para garantir a libertação da “fatal fadiga” e, assim, comemorar a “linda aurora” que se avizinhava.

Vicente Pompeu, “poeta legítimo da terra e do povo”²⁰³, também fez da poesia popular um caminho para o cultivo dos ideais de transformação social. Ao ingressar no trabalho associativo e no PCB na década de 1950, o camponês, acostumado a ouvir cantorias desde menino, certamente ouviu muitos poetas e cantores do povo ritmando a libertação dos pobres pela conquista da terra. Em seu cordel “A verdade do PCB”, escrito em 1988, reforça a ação do Partido Comunista Brasileiro nas lutas dos trabalhadores, insiste na função social da terra, lembrando por meio poesia o direito a um chão para viver e trabalhar.

O meu avô já dizia
O quê falava um ancião
Meu filho vai chegar o tempo
Que não tem mais patrão
E pode haver uma guerra
Por causa de tanta terra
Um possuir e outro não.

A terra é da nação
Pra trabalhar e morar
Dela tirar o sustento
Para se alimentar
Todos dela se manter
Sem o direito de vender
E com direito de herdar.

E vai trabalhar com vontade
Vai fazer um faturão
De mandioca e amendoim
Milho feijão e algodão
Na sua vida laborativa
E vai ter a cooperativa
E desaparece o patrão²⁰⁴.

Quando a terra fosse livre, a fartura seria certa, pois longe do jugo dos latifundiários, os camponeses não mais estariam obrigados a entregar boa parte de seu trabalho, “mandioca, amendoim, milho, feijão e algodão” estariam na mesa do trabalhador, que produzindo em cooperativas não mais se sujeitaria ao patrão. Para tanto, era preciso enfrentar a lógica de exploração do trabalho que forçava os pobres a laborarem para enriquecer os patrões do campo e da cidade.

Conclamo a Classe Operária

²⁰³ BONAVIDES, 1986, p.37.

²⁰⁴ SILVA, Vicente Pompeu da. A verdade do PCB. Fevereiro de 1988. (manuscrito) Acervo Plebeu Gabinete de Leitura, p. 6-7.

E os camponeses também
São quem fazem as riquezas
E estes nada têm
Produz riquezas tamanha
E trabalha mas não ganha
Mas enriquecem alguém.

Venha para o lado de cá
Para você melhorar
Vamos fazer a Reforma Agrária
E botar essa raça a trabalhar
Todos com propriedade
No campo e na cidade
Todo mundo se empregar²⁰⁵.

A poesia de Vicente Pompeu conclama os trabalhadores a virem “para o lado de cá”, lugar onde os subalternos lutam por melhores condições de vida e trabalho, insistindo em cobrar seus direitos, reunidos, sobretudo em sindicatos. Para os camponeses, a Reforma Agrária era o horizonte alcançado na luta social dos explorados. Ao observarmos o modo de vida no campo e sua relação com os movimentos que exigiam justiça social, notamos que a cultura e suas manifestações tradicionais tem expressão no cotidiano. A cultura, estamos convencidos, é parte integrante do viver e lutar desses sujeitos. Tal fato se viu na atuação das Ligas Camponesas, Associações e Sindicatos de Trabalhadores que trazem as expressões culturais do campo. Nesse sentido, danças, cantorias, repentes e versos enunciaram horizontes; havia naquela poesia sentidos políticos questionadores da estrutura agrária brasileira, indicando caminhos trilhados na luta de resistência camponesa no Brasil.

²⁰⁵ SILVA, Vicente Pompeu da. 1988, p.9

4 CAPÍTULO 3 - O LATIFÚNDIO E A GRILAGEM NO INTERIOR DO CEARÁ

A história dos pobres em sua marcha por sobrevivência nos apresenta diferentes formas de agir, demonstrando quão difícil é viver, exigindo habilidades muitas vezes forjadas no improviso. Em certas ocasiões, restava aos camponeses teimar e enfrentar o poder do latifúndio, por mais difícil que fosse sustentar sua vontade, ou pelo menos demonstrar ao opressor como a vida deveria ser organizada. Sabem dos perigos de dizer não, de desfazer o mandado, de enfrentar o jagunço, de não permitir que a exploração se perpetue, de não perder a terra onde se estabeleceram, de não sair do lugar que acreditam ser deles. Muitos desses episódios de coragem, por vezes silenciados na História, povoam os campos revelando a bravura da gente simples disposta a pôr um fim em seu sofrimento, ou amenizá-lo, quebrando a condenação que insiste em marcar suas vidas, ainda que parcialmente. Nosso intento aqui é recuperar algumas dessas histórias perdidas no tempo, quando os pobres do campo enfrentavam latifundiários e grileiros nos anos 1960 em Canindé, Quixadá e Aracati, no Ceará.

4.1 Em Canindé: a sindicalização camponesa

Seguindo os rastros dos camponeses em luta por direitos nos idos de 1960, nos deparamos com um conflito na cidade de Canindé envolvendo os trabalhadores e o proprietário da fazenda Cobra dos Veados, cerca de 14 km do centro comercial de Canindé. Vale salientar a atuação camponesa em Canindé enfrentando o latifúndio e a polícia na fazenda Japuará, na década de 1970, em tempos de ditadura (BARREIRA, 1992; BARROS, 2013; MENDES, 2020). Naquele sertão, as forças repressoras se depararam com a indignação dos subalternos dispostos a não mais aceitarem a humilhação de todo dia, encorajados pela vontade de viver com dignidade.

Desafiaram a ordem do despejo, apelando ao apoio jurídico da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE)²⁰⁶, barrando sua expulsão da fazenda. Insistiram na sindicalização como forma de luta e mobilização frente aos ataques dos capangas a mando do patrão. Foi preciso pegar em armas e combater o fazendeiro Cesar Campos e a polícia num episódio de tensão, ameaça, mortes e perseguição, mobilizando a opinião pública do Estado. Cenas de pavor ocuparam o cotidiano daqueles trabalhadores obrigados a se

²⁰⁶ Até 2014 a FETRAECE se chamava Federação dos Trabalhadores Rurais Agrícolas do Estado do Ceará, quando após mudança estatutária passou a se chamar Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará.

refugiarem nas matas da região, tentando resguardar suas vidas, sob a mira de “caçadores de cabeças” (BARROS, 2013: 106).

Todavia, a “Guerra da Japuaara”, assim designada pelo memorialista Neri Feitosa²⁰⁷, tem seu desfecho no resgate dos camponeses pelos advogados da FETRAECE em conjunto com o jornalista Elycio Serra e o fotógrafo Roberto Sampaio, enviados especiais do *Correio do Ceará*/Diários Associados, e o Comandante Regional da Polícia Militar, José Francisco das Chagas, responsável pela escolta até Fortaleza, tendo que fazer um longo desvio do percurso em direção à Capital, pois a polícia de Canindé estava preparada para “metralhar” os resgatados, como uma vingança²⁰⁸. Para o destacamento policial e os fazendeiros da região, os insubordinados e sua rebeldia deveriam ser exterminados.

A resistência dos camponeses arrancou do poder público a desapropriação daquelas terras, o que forçou o INCRA a tomar parte na questão, encaminhando estudos topográficos para implementar um projeto pioneiro de reforma agrária²⁰⁹. As famílias da fazenda Japuaara foram assentadas, incluindo as famílias dos trabalhadores resgatados, detidos à espera de julgamento, escrevendo mais um episódio de conquistas através da luta²¹⁰.

Em nossa pesquisa, localizamos registros que envolvem o dito fazendeiro César Campos, em 1963, no centro de um conflito com trabalhadores rurais em uma de suas propriedades, a Fazenda Cobra dos Veados. A questão atingiu o nervo do mandonismo no sertão cearense desafiado pelos camponeses organizados em torno do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Canindé, tal ação incomodou o proprietário que passou a perseguir os dirigentes e ameaçar os adeptos da sindicalização.

Arrendamentos mais justos, melhores condições de trabalho, cobrança de direitos, entre outras reivindicações foram respondidas com forte repressão: invasão e incêndio da casa dos camponeses, ameaças, não poupando idosos, destruição dos roçados, prisão de lideranças sindicais e destelhamento da sede sindical são exemplos da fúria do latifúndio. A resistência dos camponeses contou com o apoio da FALTAC e da Delegacia Regional do Trabalho, comandada por Olavo Sampaio. As cenas de violência repercutiram nos jornais de grande

²⁰⁷ FEITOSA, Padre Neri. **Japuaara e a Tragédia de 1971**. Canindé: Gráfica Canindé, s/d

²⁰⁸ *Correio do Ceará*, 06 de jan. de 1971, p. 7.

²⁰⁹ Foram assentadas 51 famílias distribuídas numa área de 1.863,00 ha (ALENCAR, 1998: 16).

²¹⁰ Embora se reconheça a conquista da terra, é importante frisar seus limites. Ainda nos anos 1990 César Barreira em pesquisa sobre os Conflitos Sociais no Sertão, entrevistando uma figura de proa no conflito, Pio Nogueira, registrou o descaso do poder público. Assim denunciou o camponês: “Aqui continua nessa verdadeira escuridão, quando o senhor INCRA era pra ter criado uma ação comunitária, estas famílias estavam outras doutor. Seria uma organização, seria um desenvolvimento pra estas famílias. Mas acha o INCRA que a Japuaara, ponto de partida de reforma agrária do Estado do Ceará, tenha que ficar ao léu, aí como uma telha emborcada em cima de um esgoto pra tornar-se esquecido” (BARREIRA, 1992: 58).

circulação, que apresentaram versões divergentes sobre os fatos. Há notícias acusando os trabalhadores sindicalizados de promoverem agitação comunista, instaurando o caos na fazenda, enquanto outras denunciam as atrocidades cometidas pelo latifundiário. A questão provocou debates na Assembleia Legislativa, mobilizando discursos em defesa de César Campos pelos deputados Luciano Magalhães e Barro dos Santos (ambos da UDN) enquanto parlamentares como Pontes Neto e Raimundo Ivan (do PSP) falavam em defesa da sindicalização rural e apoiavam a legítima reivindicação dos camponeses. Os acontecimentos revelam o grau de tensão experimentado pelos camponeses. São episódios de coragem, geralmente perdidos no passado, ausentes nas sínteses que pretendem contar a história do Ceará. Aqui, há um esforço em dar a conhecer o caso da fazenda Cobra dos Veados, assumindo a agência dos subalternos ao se arriscaram na defesa de justiça e direitos.

Canindé localiza-se na macrorregião do sertão central, distante cerca de 117 km de Fortaleza. As propriedades agropastoris e o comércio representam as principais atividades econômicas do município que, na década de 1960, contava com numeroso grupo de camponeses pobres, sem-terra, vulneráveis ao sistema de arrendamento empreendido na região, como César Campos, dono da fazenda Cobra dos Veados, era latifundiário e rico comerciante conhecido na região. Em sua propriedade, como em muitas daquela região, predominava o cultivo do algodão mocó vendido para as usinas de beneficiamento e fábricas têxteis do Estado, além da criação extensiva de gado de corte²¹¹.

A mão-de-obra nas fazendas, em sua maioria, era regida por contratos com poucas garantias ao trabalhador, que para sobreviver tinha que arrendar as faixas de terra disponibilizadas pelo fazendeiro, sendo obrigado a trabalhar de meia, entregando a melhor metade da produção dos roçados, além de cuidar do gado e fazer diversos serviços sem remuneração. Muitos recebiam uma pequena morada para viverem com suas famílias, razão pela qual em momentos de conflito essas habitações serem invadidas, queimadas, destelhadas a mando do proprietário que utilizava essa “concessão” para ameaçar e humilhar os camponeses moradores da fazenda.

Canindé é um lugar marcado pela religiosidade popular animada pela Ordem dos Frades Menores, expressa de forma mais intensa nas romarias à São Francisco das Chagas desde fins do século XIX. Todos os anos, milhares de romeiros vindos de diversos lugares do

²¹¹ César Campos era um dos maiores proprietários de terra de Canindé, possuidor de fazendas com enormes áreas onde eram exploradas atividades agropecuárias. Raimundo Girão listou as maiores da Cidade. Eram elas: Logradouro, pertencente a Nemésio Cordeiro; Jacurutu, de José Otoni Magalhães; Pedras de Álvaro Alves Monteiro; Serra Branca, de Pedro Sampaio e Japuaara, pertencente a Júlio César Campos (MARTINS; GIRÃO, 1966).

Nordeste, camponeses em sua maioria, se deslocam em caminhões pau-de-arara à Basílica de São Francisco para pagarem suas promessas.

Nos anos de 1960, cresce a sindicalização camponesa no Brasil, movimentação iniciada desde a década de 1950, quando os camponeses se reuniam em Associações rurais. Essas associações despertaram o ódio dos proprietários de terra, dispostos a não permitirem o questionamento sobre as formas de trabalho em suas propriedades. Em março de 1963, os sindicatos rurais são reconhecidos legalmente e os conflitos se agudizam, já que as reclamações são fortalecidas e o combate pela efetivação dos direitos no campo se capilariza, enfrentando resistência dos donos de terra.

Na Fazenda Cobra dos Veados, observamos essa marca comum aos fazendeiros de reação à sindicalização dos trabalhadores. Geralmente homens de influência na cidade, esses latifundiários mantinham uma rede de poder responsável por garantir as ordens ditadas nas propriedades. Em Canindé, César Campos, além de possuir terras cujos limites a vista não alcançava e de ser comerciante na cidade, gozava de prestígio político, garantindo a vitória dos candidatos que apoiava nos pleitos eleitorais.

Era comerciante e possuía quatro propriedades rurais no município de Canindé. Não ocupou nenhum cargo político, entretanto era muito influente na política local, conseguindo eleger por várias vezes o seu candidato como prefeito do município, como também, o candidato a deputado estadual que ele apoiava conseguia boa votação na região (BARREIRA, 1992: 53).

Essa relação entre proprietários e lideranças políticas revela o grau de dificuldades encontradas pelos trabalhadores na cobrança de direitos, pois não bastasse o mando e a violência do patrão e seus capatazes, os camponeses também sabiam das ínfimas possibilidades de contarem com o apoio dos políticos locais. O caminho a ser trilhado levava ao sindicato, organização que poderia sustentar suas reivindicações, visto que propiciava auxílio jurídico, contatos com os órgãos de defesa do trabalhador, além de promover campanhas, mobilizações e agitações.

Para os camponeses, o sindicato incidiu junto à cobrança de direitos, há muito tempo negligenciados pelo dono da terra, motivo que levou César Campos a utilizar seu aparato de violência. Questionar o regime de meação, além de afronta, era uma atividade subversiva, pois a regra do latifúndio não permite que os pobres levantem a voz em protesto. Não tardou para que se manifestassem as formas de abuso praticadas nos sertões cearenses. A ordem foi arrasar com o único bem que os trabalhadores possuíam: o fruto de seu trabalho, ainda por colher nos roçados. Soltar o gado é uma atitude recorrente utilizada para, além da demonstração de poder, tentar destruir economicamente os trabalhadores do campo. O conflito irrompeu

devido a intolerância frente à formação do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Canindé que incomodou o fazendeiro.

Ao se deparar com camponeses reunidos em sindicato, participando dos encontros e reuniões, discutindo assuntos contrários aos seus interesses, César Campos tenta destruir o roçado dos agricultores.

Mais de sessenta pequenos agricultores do lugar ‘Cobra de Viado’, do município de Canindé, foram prejudicados, no decorrer desta semana, pela atitude assumida pelo fazendeiro César Campos, que a fim de expulsá-los, mandou soltar 135 rezes de raça dentro de seus roçados. A informação foi transmitida à reportagem pelo sr. Valdir Gomes de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos daquele município. Adiantou mais que esses pobres plantadores tiveram suas culturas de milho, já prestes a ser colhido, devoradas pelo gado. - ‘O algodão, também em ponto de colher, teve a mesma sorte’, declarou o sr. Valdir Gomes, por último²¹².

No intuito de fazer circular aquela arbitrariedade, o presidente do Sindicato buscou os principais jornais para denunciar a tentativa de despejo dos trabalhadores. O milho e o algodão foram devorados pelo gado, demonstrando que os direitos trabalhistas só se efetivariam em sua propriedade após duros embates. Para se ter a dimensão do prejuízo, somente um camponês, Francisco Gomes de Almeida, ficou sem 80 arrobas de algodão e aproximadamente 6 alqueires de milho²¹³. O esforço daqueles trabalhadores durante os meses de cultivo se transformou em ração do gado, sem indenização ou qualquer reparação, e ainda tiveram que sair da propriedade.

César Campos observou que não bastava arrasar economicamente os trabalhadores, era preciso demonstrar sua força atacando a casa dos camponeses, invadindo, ameaçando e humilhando. Para tanto, contou com o apoio da polícia que mobilizou um contingente de 200 jagunços.

Enquanto isso se passava, em Fortaleza a imprensa publicava que “os camponeses de Canindé haviam invadido a propriedade de Cezar Campos”. Como os camponeses tivessem denunciado os fatos, cerca de 200 jagunços organizados e transportados em 17 jipes de Cezar Campos, mais uma caminhoneta e um caminhão, foram à Cobra de Veado e derrubaram a casa do camponês Francisco Almeida, ameaçando de morte os diretores do Sindicato “caso eles continuem com estórias de sindicato comunista”. Em seguida, em Canindé, prenderam Valdir Gomes de Almeida, presidente do Sindicato, transportando-o para Fortaleza como “perturbador da ordem”. O Secretário de Polícia mandou um oficial de sua Força Pública para Canindé, a fim de abrir inquérito. Naquela cidade, o oficial foi à Cobra de Veado e fez tão grandes e pavorosas ameaças aos camponeses que resultou na morte da camponesa Luiza, que sofria do coração. Ali, muitos camponeses estão dormindo fora de casa com medo da polícia, e duas camponesas tiveram de dar à luz a duas criancinhas em pleno mato²¹⁴.

²¹² O Estado. 07 de set. de 1963, p. 7.

²¹³ Terra Livre. Outubro de 1963, p. 5.

²¹⁴ Terra Livre. Outubro de 1963, Suplemento Especial, p.5.

A represália da polícia auxiliada por jagunços promoveu o terror. A ordem era destruir a casa dos trabalhadores, pois César Campos não os queria ali, teriam que sair “na marra”. A forma como chegaram à Cobra de Veado revela o poder do proprietário, que além de contar com o apoio da polícia de Canindé, utilizou para a “missão” 17 jipes, uma caminhonete e um caminhão, todos de sua propriedade; como uma demonstração de sua força. As ameaças causaram pavor entre os camponeses e alguns, diante de tamanho terror, fugiram para as matas. Duas camponesas pariram seus filhos durante a fuga, pois o matagal representava menos riscos do que a sanha policial verificada nos últimos dias. A camponesa Luiza, que sofria de doença cardíaca, não suportou aquela tormenta, nos fazendo imaginar as situações-limite experimentadas.

A ação da polícia, além de ameaçar, humilhar, espancar e destruir casas, se completa na prisão do presidente do Sindicato, Valdir Gomes de Almeida, acusado de perturbar a ordem e realizar “agitação comunista”. Para o deputado Luciano Magalhães, da UDN, sobrinho de César Campos e preocupado com a repercussão negativa do caso, a polícia tinha motivos para efetuar a prisão de Valdir. Ao tentar defender seu tio junto aos jornais de Fortaleza, o parlamentar

Revelou que a prisão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores fora motivada por haver este cidadão, “importado pelo sr. José Leandro, presidente da FALTAC para fazer agitação no meio rural canideense”, desacatado, em pleno centro da cidade, o sr. Cesar Campos, na ocasião acompanhado de sua esposa - conforme testemunho em declarações prestadas às autoridades, por pessoas que presenciaram o fato²¹⁵.

Para Luciano Magalhães, a prisão era recomendada a Valdir Gomes que, além de “agitador comunista”, importunava a tranquilidade de César Campos. O fato de pressionar o patrão por melhores condições de vida dentro e fora das fazendas se mostrava inadmissível, reservando-lhes uma “correção” efetuada pelo braço armado, sempre a postos auxiliando os poderosos.

Foi recambiado preso para esta capital o Sr. Valdir Gomes de Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Canindé. Conforme divulgamos, o Dr. Olavo Sampaio recebeu por volta das dez horas da manhã o seguinte telegrama do Sr. Valdir Gomes. “Peço tomar providências caso Canindé. Sr. Cesar Campos com 200 homens tocou fogo casas dos camponeses”. O delegado Regional do Trabalho ainda não tem conhecimento dos motivos que levaram as autoridades policiais a prender o líder sindical. Continua intranquila a situação dos camponeses da região. Anteriormente, havíamos recebido o seguinte telegrama: “O doutor Olavo Sampaio, Delegado Regional do Trabalho acaba de receber o seguinte telegrama procedente de Canindé: Peço tomar providências caso Canindé. Senhor Cesar Campos com duzentos homens tocou fogo na casa dos camponeses”. Assim - Waldir Gomes de Almeida, presidente do Sindicato dos trabalhadores autônomos Rurais de Canindé. Como se sabe, há uma semana surgiu sério atrito entre o senhor César Campos e camponeses de suas terras. O doutor Olavo Sampaio, da DRT, solicitará drásticas providências,

²¹⁵ O Nordeste. 17 de set. de 1963, p. 8-5.

tendo dirigido telegramas ao Secretário de Polícia do Estado ao governador do Estado comunicado o fato. Segundo fomos informados o coronel Virgílio Távora já autorizou que fosse destacada tropa da Polícia Militar para apaziguar o clima de intranquilidade ora reinante naquela cidade interiorana²¹⁶.

A prisão de Valdir Gomes desnuda uma prática recorrente contra os camponeses em luta por direitos, como se verá em outros dois conflitos agrários no Ceará, Cabreiro, em Aracati e Oiticica, em Quixadá, que semelhante ao ocorrido em Cobra de Veado, sofreram a intervenção da polícia de forma rápida e violenta sufocando suas reivindicações e prendendo suas lideranças. É notória a participação do poder político local em aliança com os grupos dominantes decididos em impedir a conquista de direitos dos trabalhadores. Temendo o avanço de protestos na cadeia de Canindé e com intuito de enfraquecer o movimento camponês, transferiram Valdir Gomes para Fortaleza. Era mais um ato de demonstração de força que, sem garantias alguma, afastava para longe os trabalhadores tidos como problemas. A ideia era também servir de lição aos demais insubordinados, a não enfrentarem as ordens do fazendeiro.

As denúncias continuam: as casas dos camponeses foram incendiadas, costume recorrente em outras propriedades. Entretanto, o sindicalista camponês vai trilhando o caminho da resistência, com a convicção de brigar por justiça. Sabendo das ínfimas possibilidades de recorrer à justiça em Canindé, ele apela ao Delegado Regional do Trabalho em busca de uma resposta, era inconcebível que tais atitudes ficassem impunes. Além da denúncia aos jornais e à DRT, a resistência camponesa vai aos poucos se formando, no sentido de permanecer na propriedade, indicando que não cederiam aos episódios violentos, aumentando, com isso, a tensão na cidade.

Ao receber a denúncia, Olavo Sampaio recorre ao Estado para solicitar o deslocamento de um contingente militar com vistas a “apaziguar” o conflito. Tentando expor a situação e conseguir auxílio para atuar segundo a lei, Olavo Sampaio enfrenta seguidas dificuldades. A imprensa publicou notas vagas, pondo em dúvida a responsabilidade de César Campos no atentado aos trabalhadores. O governador do Estado, Virgílio Távora, também não estava disposto a interferir, por isso negou apoio aos camponeses, assim como a Igreja Católica, que da mesma forma não prestou apoio ao pedido dos camponeses apresentado pelo Delegado Regional do Trabalho.

Transportando para Fortaleza as principais vítimas do latifúndio e da polícia cearense, o dr. Olavo Sampaio, Delegado Regional do Trabalho, não contou com uma só linha dos jornais locais para denunciar os fatos verdadeiros. Todos negaram-lhe cobertura alegando que “havia interesses políticos por trás de tudo”. Tentou o dr. Olavo, levar à presença do governador Virgílio Távora, os camponeses de Canindé. Mas, o governador também estava difícil. Acompanhado, então, dos camponeses e de um

²¹⁶ O Estado. 15 de set. de 1963, capa.

representante de Terra Livre, foi o Delegado Regional do Trabalho pedir a interferência do Arcebispo Dom José de Medeiros Delgado. Este não quis também nem mesmo ser fotografado com as vítimas do latifundiário. Também não aceita que a Igreja tome uma posição definida em defesa do homem do campo. Acha, Dom Delgado, que “podem existir interesses políticos por trás de tudo isso”, e a Igreja continua como “pacificadora, simplesmente”. Dom Delgado não aceitou as ponderações do representante de Terra Livre, mas o silêncio da Igreja, deliberado ou não, é uma posição política que favorece aos interesses políticos do latifúndio²¹⁷.

Aqueles trabalhadores, ao mesmo tempo que se sindicalizam, ficam marcados negativamente ao rejeitarem a exploração no campo. Notamos a recusa da Imprensa, do Estado e da Igreja em se posicionar publicamente em favor dos trabalhadores, sob o argumento de que aquelas ações estavam cercadas de “interesses políticos”, deslegitimando o pedido dos camponeses. O compromisso com o grupo dominante era tão forte que impedia o arcebispo de Fortaleza ser fotografado ao lado das vítimas do fazendeiro. Para os trabalhadores, custava caro enfrentar o fazendeiro, além de sofrerem na pele a violência, tinham suas ações desqualificadas, restando, por um lado se apegarem aos grupos que vinham lhes prestando apoio, como a FALTAC, DRT e partidos da esquerda, e por outro lado lhes restava tomar a decisão de resistir ao despejo.

Tomados de indignação, os camponeses respondem ao latifundiário com uma ação decisiva: resolvem atear fogo numa parte da serra contígua à propriedade de César Campos, fazendo daquele incêndio seu mecanismo de protesto. Tocar fogo para os camponeses de Canindé foi talvez o caminho encontrado para que as autoridades entendessem que a luta por justiça era um direito a ser respeitado. Era preciso combater aqueles que teimavam em negar dignidade aos trabalhadores do campo, que expostos à fome, miséria e exploração, eram também impedidos de constituir seu sindicato.

A Liga em Canindé, onde foi recentemente instalada a Primeira Liga Camponesa, invadiram os agricultores filiados à Liga o campo de um Latifundiário. Este, mostrando que dá mais importância a vacas de que a homens, soltou nas terras já lavradas e plantadas de algodão o seu “precioso” gado. Indignados com o tratamento, os camponeses atearam fogo numa aba da serra²¹⁸.

Os trabalhadores responsáveis pelo incêndio na serra aparecem em algumas notícias como associados à Liga Camponesa de Canindé. Para os jornais *A Liga* e *O Povo*, em Cobra de Veado funcionava uma célula da organização ligada a Francisco Julião, embora seus editoriais divergissem. A intenção do jornal *O Povo* era induzir a opinião pública contra a atuação das Ligas Camponesas e os “riscos” à propriedade que se apresentava, sobretudo em Pernambuco e Paraíba. Desde os anos 1960, a reunião dos camponeses nas Ligas ocupou as páginas dos

²¹⁷ Terra Livre. Outubro de 1963, p. 5.

²¹⁸ A Liga. 21 de set. de 1963. p. 5.

jornais do país, que noticiaram aquele movimento objetivando o amplo combate à crescente organização dos trabalhadores rurais. Por seu turno, *A Liga* buscava comunicar aos demais camponeses o avanço das mobilizações no país, animando os combates por justiça e direitos. Ao queimarem o serrote do Areirão, os camponeses demonstraram a César Campos que também tinham seus trunfos e que a negociação era uma possibilidade, pois as chamas arderam na propriedade de outros fazendeiros, avolumando o problema que antes limitava-se as terras de César Campos. A tensão aumentava com a aproximação dos camponeses de Canindé à FALTAC, conhecida pela defesa da causa dos trabalhadores nos conflitos de terra no Ceará, mobilizando atos públicos contra a violência praticada.

Notícias precedentes de Canindé informam da recente invasão da propriedade do sr. César Campos por agricultores filiados à Liga Camponesa fundada na semana passada naquele município, graças à interferência do sr. José Leandro. Ao ver as suas terras invadidas, o sr. César Campos usou de revide, soltando incontinentemente o gado dentro das capoeiras do algodão. A mesma fonte adianta que os camponeses, insatisfeitos, atearam fogo na aba de serra ali existente, provocando incêndio de vastas proporções que, por sinal, ainda continua a arder. O serrote do Areirão, onde lavra a fogo, pertence a vários proprietários²¹⁹.

A situação caminhava para desembocar num trágico conflito, posto que os camponeses seguiam em resistência, buscando apoios e conseguindo manter ativas suas reivindicações. Aos poucos, os jornais abrem espaço para contar a versão dos trabalhadores, passando a ligar diretamente o nome de César Campos ao episódio em Canindé. Todavia, a preocupação se centrava nos riscos de um revide por parte dos trabalhadores, sendo necessária a atuação da polícia do Estado na contenção do embate. O fazendeiro, em sua disposição em ultrajar os trabalhadores, passava “despercebido” por uma imprensa que se calava ante aquelas injustiças.

O governador Virgílio Távora destacou contingente da Polícia Militar para mediar a luta que está se registrando em Canindé entre camponeses, capitaneados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o sr. Cesar Campos, que, em companhia de 200 homens, incendiou as casas e roçados dos trabalhadores. O delegado do Trabalho, sr. Olavo de Sampaio, recebeu telegrama assinado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pedindo providências, ao mesmo tempo em que denunciava o fato acima relatado. Telegramas foram expedidos pela DRT para o Ministro do Trabalho, sr. Amaury Silva, ao mesmo tempo em que o sr. Olavo de Sampaio, através de ligação telefônica solicitava providências do Secretário de Polícia, que recebendo ordens do governador, destacou contingente para agir em Canindé. O choque entre camponeses e o proprietário Cesar Campos assume caráter de gravidade, notadamente quando os camponeses ameaçam ação de represália. A situação em Canindé é considerada grave²²⁰.

²¹⁹ O Povo. 10 de set. de 1963, capa.

²²⁰ O Nordeste. 15 de set. de 1963, p. 2.

Ao perceber que os trabalhadores estavam, mesmo que minimamente, conseguindo publicizar os fatos, César Campos buscou a imprensa para contestar o ocorrido em sua propriedade. Os latifundiários contavam com o apoio e tinham influência nas três esferas do poder público, o que tornava o embate ainda mais difícil para os camponeses. A relação desses proprietários com juízes, prefeitos, vereadores, deputados e delegados se constituía como entraves aos interesses dos trabalhadores. Muitos fazendeiros utilizavam seu poder para inserir nos espaços de decisão política seus familiares ou gente de confiança, como fez César Campos, sempre preocupado em ter gente sua na política local e estadual.

Foi justamente essa rede de apoio ao latifúndio que saiu em sua defesa, indo aos jornais divulgar o que de “verídico” se passava em Canindé. Para contar as verdades de César Campos, o parlamentar udenista e também sobrinho de César Campos, Luciano Magalhães

[...] contestou as informações veiculadas pela Imprensa, dando conta de um choque entre camponeses e o sr. Cesar Campos, no município de Canindé, afirmando que de verídico existe, apenas, a prisão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, cujas causas, inexplicavelmente não foram divulgadas. Informou ainda que “nenhuma casa em Canindé foi incendiada, principalmente na fazenda Cobra e Veado” de propriedade do sr. Cesar Campos, que nunca foi em companhia de homens armados para provocar manifestação de represália contra a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais²²¹.

O deputado tentava minimizar o fato junto à imprensa desmentindo a história contada pelos trabalhadores e Olavo Sampaio. Mais do que confundir a opinião pública, buscava desacreditar a denúncia dos camponeses, atuando para poupar a figura de César Campos junto à imprensa.

A despeito das declarações do sr. Luciano Magalhães, de cujas palavras não temos motivos para desacreditar, procuramos, junto a outras fontes, a veracidade dos fatos. Soubemos que, com a instalação do Sindicato Rural, alguns “moradores” iniciaram movimento com o objetivo de contestar as terras de propriedade do sr. Cesar Campos. Este soltou o gado, que invadiu as plantações (algodoeiras) dos camponeses, sem, contudo, provocar maiores prejuízos, pois a apanha já fora realizada²²².

Ao seguir desqualificando tanto as denúncias quanto o movimento camponês em Canindé, o deputado evoca como um preceito sagrado: o direito à propriedade privada. Com isso, fazia crer que o objetivo do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Canindé era questionar as posses do fazendeiro, estigmatizando a luta, pois tal assunto era tema espinhoso nos debates em todo o Brasil, sobretudo quando ganha volume a agenda da Reforma Agrária. O revide do fazendeiro nos jornais relativizou o prejuízo dos camponeses com seus roçados destruídos. Luciano Magalhães fez questão de afirmar que a roça já estava colhida, se

²²¹ O Nordeste. 17 de set. de 1963, p. 8-5.

²²² *Ibid.*, p.5

antecipando aos possíveis pedidos de indenização; mesmo que tal assertiva fosse ambígua, não se solta gado em roça colhida.

Além do parlamentar, a SUPRA também se colocou ao lado do fazendeiro, enfatizando supostos laços entre César Campos e os empregados com a intenção de construir uma imagem benfeitora do patrão, “pouco afeito a comportamentos violentos”, e ao mesmo tempo reverter aquela história na imprensa, pois ao publicar as versões do deputado e da SUPRA, o jornal reforça o argumento de César Campos.

As informações que colhemos do sr. Cesar Campos, inclusive junto ao presidente da SUPRA (fonte insuspeita, portanto) apresentam-no como um homem incapaz de violência daquela natureza e como pessoa muito estimada pelos empregados e agregados em sua fazenda. Aliás, o próprio presidente da SUPRA reconheceu a impropriedade das informações, que asseverou “não correspondiam à realidade dos fatos”. Ressalte-se, por outro lado, que daquele Departamento procedem diligências, chegando à conclusão de que houve alguém interessado em torcer a verdade, transmitindo informações apressadas e inverídicas à Delegacia do Trabalho e à imprensa. Por um dever de justiça e coerente com a linha que norteia este jornal, aí estão as explicações reais, os fatos verdadeiros em torno do fato registrado em Canindé²²³.

As “mentiras” publicadas estariam explicadas, visto que a “verdadeira história” fora contada conforme o testemunho dos “notáveis”, “fonte insuspeita”. Cesar Campos apostava no efeito positivo das notas da imprensa, aumentando as possibilidades de expulsar os camponeses de Cobra de Veado. Outra reportagem, no Correio do Ceará, rende ao fazendeiro extensa homenagem por seu caráter benemerente ao mesmo tempo que denunciava as intenções “comunistas” no ataque ao “pacato cidadão”.

Diante dos rumores que circulam no momento sobre questão de terra, pouco distante desta cidade e pertencente ao digno canindeense sr. Cesar Campos, acreditado comerciante local, venho em nome dos bons filhos desta gleba cearense, esclarecer de público que o pacato cidadão, pessoa que conheço desde o ano de 1938 (há 25 anos), dedica-se exclusivamente à tarefa de zelar pelo que lhe é consagrado e servir a todos aqueles que o procuram. Até existe um provérbio entre nós: Que, quem dele se acosta, a felicidade bate à porta. O referido proprietário canindeense, que há anos compra heranças naturais (algumas de seus parentes), sem nunca conhecer um palmo de terra adquirido, entrega confiante tais imóveis aos moradores, recebendo destes, (como de direito), as rendas anuais produtivas. Esta história do sr. Cesar Campos, mandar decretadamente, 200 homens atacar camponês que desejam, a mando comunista, se apossarem de certa faixa de terra denominada “Cobra de Viado”, deste município, é verdadeiramente falsa. Houve, sim, no dia 12 último, o assalto à Fazenda, mas planejado por livre vontade de pessoas populares, as quais cientes dos incabíveis propósitos dos moradores daquela Fazenda, até lá se deslocaram a fim de desfazerem os planos subversivos a que alí estavam acontecendo, contra os legítimos direitos de propriedade do sr. Cesar Campos²²⁴.

²²³ O Nordeste. 17 de set. de 1963, p. 5

²²⁴ Correio do Ceará. 18 de set. de 1963, p.5.

Transmitia-se a ideia de um fazendeiro caridoso ajudando aos que o procurava, dispondo sua propriedade aos agricultores sem-terra. Novamente, os direitos de César Campos ganham destaque a intenção de legitimar as propriedades que possuía, adquiridas mediante compra de “heranças naturais”, levando a crer que seu patrimônio se formara pela grilagem, comum nos sertões do Ceará. Outro “direito” dos patrões fora defendido: a renda da produção e os contratos de arrendamento, combatidos pelos trabalhadores, foram reforçados e naturalizados. Servia-se da imprensa para, de uma só vez, desconstruir a luta dos camponeses de Canindé e o movimento espalhado pelo Estado. Atacavam o processo de sindicalização no campo e suas reivindicações, invocando o espírito “anticomunista” presente na sociedade. Ao taxar os camponeses como subversivos, indicavam que as atitudes de insubordinação eram reprovadas, inclusive por outros trabalhadores que, voluntariamente, se dispuseram a impedir o ataque ao “direito” do proprietário.

Além de apresentar a versão do fazendeiro, o combate aos camponeses sindicalizados foi reforçado por uma lista das melhorias realizadas na cidade, revelando os tentáculos de César Campos. Desde a zona rural até o centro comercial notava-se sua influência, razão pela qual deveria ser admirado pelos moradores da região.

Repito: tenho convicção que jamais o benquisto e respeitável cavalheiro sr. Cesar Campos foi mandante de tais acontecimentos. Ele, com empenho, se desdobra apenas do seu ramo comercial, visando (como sempre) o progresso de sua terra, que lhe deve inúmeros benefícios. Aqui estão eles: o confortável Bar Canindé, dotado de grande Frigorífico; a Praça Tomaz Barbosa, com excelente calçamento e paralelepípedo; o calçamento e fio de pedra do Alto Guaramiranga, no trecho da rodovia que pega a Central. Muitos outros melhoramentos tem feito sem visar lucros, sempre está pronto a auxiliar as necessidades da terra-berço, como aconteceu há pouco, doando ao Congresso de Jornalistas Interioranos 50 mil cruzeiros²²⁵.

O traço paternalista é reforçado quando se somam as doações religiosas feitas por César Campos ao conjunto de “benefícios” empreendidos na cidade. Sua influência e, provavelmente, dos demais fazendeiros se fortalecia durante as festas religiosas quando os nomes dos benfeitores eram carregados de aplausos. Em Canindé, a Festa de São Francisco das Chagas é espaço de grande ajuntamento, o que favorece a imagem daqueles benemerentes na oferta ou arremate de prendas dos leilões durante as quermesses, ocasiões de destaque dos festejos religiosos.

Nas festas sociais e religiosas, está sempre às ordens. Agora em atenção a um pedido da terra, auxilia a Casa da Menor Abandonada de Fortaleza. Apontaria se aqui fosse descrever, muita coisa ainda feita pelo sr. Cesar Campos, em prol do nosso querido Canindé. Quem há de revogar esta verdade partida de um observador aqui residente?

²²⁵ Correio do Ceará. 18 de set. de 1963, p. 5.

Neste meu rude trabalho, bem cabe as palavras da Escritura: Dai a César o que é de Cesar...²²⁶

No excerto acima, José Alves Ferreira enfatiza a atenção de César Campos junto às obras de assistência em Fortaleza, entre os que cuidavam das menores abandonadas. No entanto, por trás desses elogios, havia a intenção de um fazendeiro disposto a não abrir mão das formas de trabalho empregadas em sua propriedade, já que não ia ceder às reivindicações trabalhistas. Seu posicionamento já estava consolidado diante das questões apresentadas pelos camponeses. Agiria seguindo a tradição dos proprietários, pouco propensos ao diálogo proposto pela FALTAC e DRT. César Campos apostava em sua rede de poder: polícia, juiz, prefeito, deputado, imprensa; garantia de não observância da lei, não o obrigando, inclusive, a participar de uma reunião proposta pela DRT em busca de solução para o conflito.

Em declarações prestadas à reportagem do GN (Gazeta de Notícias), o dr. Olavo Sampaio declarou que o sr. César Campos não compareceu à reunião de ante-onde convocada pelo titular da DRT, oportunidade em que seria resolvida a situação criada com os últimos acontecimentos que tiveram como palco a cidade de Canindé, e que segundo se diz provocada pelo ateamento de fogo em várias residências de camponeses por iniciativa do sr. César Campos. Disse mais o sr. Olavo Sampaio, que acredita mesmo na ocorrência e que os constantes desmentidos, visam somente desviar a opinião pública do fato e a desmoralizar a Delegacia Regional do Trabalho. Por outro lado acrescentou o sr. Olavo Sampaio que já enviou comunicados às autoridades federais, relatando o assunto e solicitando providências²²⁷.

Ao não comparecer ao chamado para conciliação, César Campos demonstra como tratava as questões de trabalho reclamadas pelos camponeses. Garantindo jornada de trabalho delimitada, salário mínimo, férias remuneradas, entre outras conquistas aos camponeses, a lei 4212 de 02/03/1963 encontrou, não somente em Canindé, mas em todo o Ceará, entraves dos proprietários ao insistirem na negação desses direitos. A luta camponesa, nesse sentido, busca pela efetivação do marco legal, pois sabe da legislação que o patrão devia seguir, razão que pode explicar o crescimento do sindicalismo camponês, sobretudo nos anos 1963. Como interlocução, havia a Delegacia Regional do Trabalho, responsável por emitir as cartas sindicais reconhecendo juridicamente a associação de classe dos camponeses, motivo que despertou a ira de alguns fazendeiros.

Com atuação destacada junto às queixas dos camponeses durante os anos antecessores ao golpe civil-militar de 1964, o Delegado do Trabalho, Olavo de Sampaio, se destacou no caso de Canindé. Inicialmente, procurou a imprensa para apresentar as medidas tomadas enquanto revelou a engrenagem local montada para sustentar a tese de César Campos.

²²⁶ *Ibid.*

²²⁷ Correio do Ceará. 19 de set. de 1963, p. 6

Ao se reportar ao prefeito de Canindé, Francisco Alberto Martins, da UDN, apresentou farta argumentação jurídica que legitimava o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Canindé, Sampaio não evitou que o prefeito procurasse os veículos de comunicação para desqualificar os trabalhadores.

Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Canindé - Ceará: presta esclarecimentos. Exmo. Sr. Prefeito. Tomando conhecimento de notas divulgadas nos jornais e rádios desta Capital, assinados, entre outros, por V. Excia., nas quais se atribui intuítos perturbadores ao SINDICATO DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS RURAIS DE CANINDÉ, venho esclarecer, por ser de meu estrito dever, o seguinte:

1º - Referido Sindicato acha-se legalmente constituído e investido das prerrogativas constantes do artigo 115 da Lei número 4214 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), publicado no Diário Oficial da União de 18 de março de 1963, conforme pedido de reconhecimento nesta DRT de número 5111/63.

2º - A organização do referido Sindicato foi feita nos termos da Portaria número 346, de 17 de junho de 1963, de S. Excia o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

3º A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Canindé, está assim constituída: Presidente: - Valdir Gomes de Almeida; Secretário: - Francisco Lopes Bezerra; Tesoureiro: Pedro Gomes dos Santos; Suplentes da Diretoria: 1 - Guilherme Inácio da Silva; 2 - José Alves de Almeida; 3 - José Lopes Bezerra; Conselho Fiscal Efetivos: 1 - Antonio Lopes Bezerra; 2 - Francisca Gomes dos Santos; 3 - José Bezerra de Sales. Suplentes do Conselho Fiscal: 1 - Francisca Laurentino de Almeida; 2 - Abel Lopes Bezerra; 3 - Maria José da Silva.

4º - A referida Lei número 4214 de 2 de março de 1963 confere aos trabalhadores rurais os direitos de identificação profissional, delimitação da jornada de trabalho, salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, estabilidade com dez (10) anos de serviço, aviso prévio e indenização por despedida injusta, proteção ao trabalho da mulher e do menor, etc. etc., direitos esses cujo resguardo compete primacialmente aos Sindicatos Rurais. Esta Delegacia do Trabalho presta tais esclarecimentos a fim de eliminar qualquer incompreensão das autoridades deste Município relativamente à ação do Sindicato recém-criado, pedindo sua imprescindível cooperação para que tais atividades não sejam ilegalmente perturbadoras. Esclareço, ainda, que é dever desta DRT, amparar e defender as entidades sindicais regularmente constituídas.

Cordiais Saudações (Olavo de Sampaio) Delegado Regional do Trabalho²²⁸.

Por que dispor extensamente um conjunto de leis e portarias descrevendo seus dispositivos? Eram o prefeito de Canindé e seus interlocutores desconhecedores de tal legislação? Não, certamente. O que estava em jogo ultrapassava notas explicativas. Na verdade, Olavo de Sampaio revelou a maneira como a sindicalização rural e demais conquistas foram encaradas pelos latifundiários. Após o marco legal, era preciso sua aplicação com muito esforço, pois os fazendeiros não admitiam as modificações no regime de trabalho no campo, por isso atacavam os trabalhadores, suas organizações e os demais órgãos que saíam em defesa de suas pautas, como a DRT. Chama nossa atenção o grau de envolvimento dos políticos locais para barrar a luta dos camponeses. Os embates dos trabalhadores tinham como obstáculo, além dos fazendeiros, os políticos fiéis ao latifúndio.

A questão repercutiu na Assembleia Legislativa do Ceará.

²²⁸ O Estado. 17 de set. de 1963, p.1-7.

Voltou a ser assunto da sessão de ontem da Assembléia Legislativa a invasão da sede do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Canindé, quando o deputado Raimundo Ivan leu a Carta Lei de oficialização da referida entidade que tem como primeiro presidente o Sr. Waldir de Almeida. Como se sabe, o Sr. Waldir foi preso, sexta-feira última, naquela comuna e transferido para 3º Distrito Policial em Fortaleza²²⁹.

Para alguns parlamentares, a reivindicação dos camponeses significava “agitação”. Tomavam o ato de invasão, destruição do telhado da sede sindical e a prisão de seu presidente como uma resposta ao “movimento subversivo” que se instalara em Canindé. Além disso, tentavam minimizar a violência de César Campos.

O que causou a ida do deputado Raimundo Ivan à tribuna da AL foi o discurso pronunciado na sessão anterior pelo deputado Luciano Magalhães acusando o presidente do Sindicato de agressor e desconhecido. No entanto, ainda não sabemos quem está com a verdade dos acontecimentos em Canindé que resultaram na invasão e destelhamento da sede provisória da Associação dos Trabalhadores Rurais daquela região. O Sr. Cesar Campos, proprietário do terreno, é acusado de ter mandado realizar a invasão, segundo declarações do Delegado do Trabalho, do presidente do Sindicato e de sua esposa²³⁰.

O deputado Luciano Magalhães questiona a autenticidade do movimento alegando que sujeitos “estranhos ao meio” ali atuavam. Para o parlamentar, era inadmissível o contato dos camponeses da fazenda de seu tio com outros trabalhadores. Essa articulação com sindicalistas de vários segmentos fora da cidade podia abrir caminhos que escapassem do controle nas relações paternalistas nos sertões cearenses. Deixariam de depender da vontade dos fazendeiros para adquirirem, por exemplo, enxadas e demais instrumentos de trabalho tão escassos, porém distribuídos em períodos eleitorais em troca de votos.

[...] Em primeiro lugar, estranha o parlamentar udenista que a sindicalização rural tenha sido confiada ali, a um cidadão estranho ao meio, chamado Waldir Gomes de Almeida. ‘Esse trabalhador, que se diz parente do atual presidente do Sindicato, sr. Francisco Almeida Gomes, é natural de Triunfo e ali se empregou como apanhador de algodão. Estou informando, porém, de que nessa atividade permaneceu somente um dia. E apanhou apenas duas arrobas de algodão’. Acrescentou, ainda, para justificar a ‘existência de uma onda comunista’, que, a conselho de Waldir Gomes de Oliveira, os rendeiros da fazenda Cobra de Veado venderam todo o algodão apanhado, cerca de 203 arrobas, inclusive a parte do dono da terra, que era a metade. ‘O fato foi confessado pelos próprios lavradores’ - acentuou²³¹.

Ao reprovar a atitude dos camponeses, Luciano Magalhães via riscos naquela mobilização, pois a principal forma de exploração do trabalho no campo, a meia, estava na mira dos camponeses. Nessa direção, atuaria para estancar o movimento de efetivação dos direitos

²²⁹ O Estado. 18 de set. de 1963, p. 5.

²³⁰ O Estado. 18 de set. de 1963, p. 5.

²³¹ O Povo. 18 de set. de 1963, p. 3.

dos trabalhadores do campo, já que grande parte desses direitos se defrontavam com os privilégios dos fazendeiros dispostos a não cederem, usando, inclusive, a força.

Por outro lado, deputados da Frente Parlamentar Nacionalista demonstram que aquelas agressões eram criminosas, num momento de articulação das lutas unitárias dos camponeses e operários. Esses deputados travaram uma batalha na casa legislativa cearense, forçando os demais a reconhecerem o direito à sindicalização camponesa. Na fala de Pontes Neto, constatamos o desejo dos trabalhadores: saírem da escravidão, essa tirana forma de trabalhar que persistia no campo.

O deputado Raimundo Ivan considerou um crime a invasão da sede do Sindicato que está legal de acordo com os Estatutos dos Trabalhadores Rurais. O orador foi aparteado pelo deputado Pontes Neto que afirmou ser a Lei que criou os Estatutos dos Trabalhadores mais importante que a lei de libertação dos escravos. Outros apertes foram dos srs. Barros dos Santos e Luciano Magalhães ambos em defesa do sr. Cesar Campos, proprietário da fazenda Cobra de Veado, local da invasão, sendo que este último deputado é sobrinho do sr. Cesar Campos²³².

O deputado Raimundo Ivan sobe à tribuna para falar a respeito da consciência dos trabalhadores em busca de direitos, reunidos em entidades de classe se espalhando pelo interior do Estado, uma vez que esse era o sentimento daqueles que historicamente viveram sob o jugo do latifúndio.

De acordo com o orador, o que está havendo naquela cidade é uma reação natural dos donos de terra contra os primeiros esforços empreendidos pelos camponeses no sentido de se organizarem em sindicatos. ‘Também não posso admitir que, como disse o deputado Barros dos Santos, tenham sido os camponeses daquele município envolvidos por uma onda comunista’ - acentuou. Acredito que a afirmativa resulte de uma interpretação injusta do problema. [...] Depois de dizer que o sr. Barros dos Santos ‘estava vendo fantasmas’, disse o orador que a afirmativa envolvia uma questão de direito que não vinha a pelo discutir e que o homem do campo já dispensa, pela consciência que adquiriu de seus problemas, o paternalismo do dono da terra. ‘O que o lavrador deseja, acima de tudo, é a extensão ao meio dos direitos que já atingem o trabalhador urbano’ - acentuou. [...] O deputado Barros dos Santos afirmou, em aparte que a Delegacia do Trabalho não informara ao prefeito de Canindé a fundação do Sindicato Rural. Daí por que esse não sabia que o ajuntamento da fazenda Cobra de Veado era um sindicato²³³.

O debate na casa legislativa, de certo modo, reflete a conjuntura dos anos 1960, quando as reformas sociais ocupavam a cena pública. A injustiça nas lavouras ganhara notoriedade em todo o país e o campesinato, como sujeito coletivo, ocupou decisivamente o cenário político numa época de mobilização. Essa entrada do sujeito camponês nas campanhas pelas Reformas de Base levou os grupos dominantes a agirem de forma a não permitirem que a sólida estrutura de poder dos latifundiários ruísse, pois esse era o grande perigo para eles.

²³² O Estado. 18 de set. de 1963, p. 5.

²³³ O Povo, 18 de set. de 1963, p. 3.

4.2 Muito trabalho, Várias tarefas, Pouco ganho.

A grande concentração fundiária observada em todo o Brasil, na segunda metade do século XX, provoca miséria e exploração dos trabalhadores da terra. No latifúndio, o trabalho do pobre é expropriado, conferindo-lhe subalternidade nesse sistema de produção, pois a terra e o que nela é cultivado não lhes pertence. Essa lógica produtiva é responsável, em grande parte, pela dependência dos camponeses às formas de trabalho estabelecidas pelos proprietários, os grandes beneficiados. Observando a distribuição agrária do Ceará no Censo Agrícola de 1950, verificamos no sertão central a maior presença de propriedades com mais de 200 hectares, representando mais de 80% do território²³⁴. Com a terra sob seu domínio, os donos das propriedades aplicavam exigências aos camponeses, atuando para manutenção da cadeia de superexploração ao mesmo tempo que combatiam as manifestações de resistência. Tal fato sugere um embate entre interesses opostos atuando nessa região cearense ocupada, sobretudo, pela atividade agropastoril. Ali, na localidade de Oiticica, numa fazenda de 1800 hectares²³⁵ no município de Quixadá, irrompeu um conflito entre camponeses e proprietário em 1963.

Em Quixadá, o regime de meiação foi a motivação para o conflito, quando os camponeses dispostos a não mais aceitarem aquela forma de trabalho, agiram em defesa de condições mais justas na lavoura. Para os trabalhadores, a meia era sinônimo de necessidade perene, pois impedia que o produto do trabalho fosse desfrutado pelos camponeses, a metade de tudo era confiscado pelo patrão. Quando avança a mobilização por justiça e direitos no campo, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960, essa forma injusta é denunciada nos espaços de organização camponesa.

O protesto contra a concentração de terra e a exploração do camponês também se fez ouvir nas manifestações artísticas de então, como se vê nas canções de João do Vale, o maranhense migrante que, na década de 1950, revezava seu tempo entre a labuta na construção civil e a criação de músicas marcantes em sua experiência de “letrista, compositor, cancionista” da dureza de vida dos pobres no Brasil, notadamente no Nordeste²³⁶. Para Ludmila Braga, “Suas

²³⁴ Censo Agrícola 1950, *apud* PRADO JÚNIOR, 2014, p. 312.

²³⁵ O Jornal *Terra Livre* denunciou que Valdevino Cabral de Oliveira tinha uma propriedade cuja área de 1800 hectares, somada a uma outra grilada, media 3600 hectares.

²³⁶ Em estudo sobre a obra de João do Vale, Ludmila Portela Gondim Braga, enfatiza poesia, a canção popular e o testemunho do artista, sublinhando que “As canções, nesse sentido, passam a retomar o testemunho de vida do artista e indicam a emergência de discursos que representam, com potência e força, subjetividades ligadas a temas como: opressão, miséria, desgraças, injustiças, flagelos, reforma agrária, esperança, êxodo rural, indústria da seca e a violência simbólica que esse cenário provoca. Transformam-se em instrumento de luta contra as injustiças, não só por ele vividas, mas por muitos. Mesmo apartidário, como se apresentava, simpatizava com os excluídos e deixa entrever nas canções um sujeito poético politicamente consciente, capaz de intervir no cenário cultural de seu tempo, por meio de uma poética que também é testemunhal” (BRAGA, 2019, p. 30).

canções nos chegam como um grito de lamento, denúncia e revolta. As imagens simbólicas de seu cancionário exprimem sua própria voz, a vida nordestina e a experiência de sobrevivência dos sujeitos” (BRAGA, 2019, p. 12). Em 1964, registra na música a vida difícil dos lavradores que, sob o jugo de injustas condições de trabalho, dividiam a plantação com quem não plantava nada. A canção “Sina de Caboclo”, no LP “O Poeta do Povo” (Philips, 1965), já havia estreado no show “Opinião” (Teatro Arena, 1964), um espetáculo que marcou a história da música popular brasileira, sobretudo por suscitar reflexões em torno da problemática social do país²³⁷. Referindo-se ao sistema de meação, que obrigava o camponês a entregar a metade de toda a produção ao dono da terra, a letra denuncia a exploração vivida pelos trabalhadores que passavam a vida no eito, “batendo enxada no chão”, permanecendo numa vida de fome e miséria. Sem terra para trabalhar, se obrigavam ao jugo imposto pelo latifundiário.

Mas plantar pra dividir
 Não faço mais isso, não.
 Eu sou um pobre caboclo,
 Ganho a vida na enxada.
 O que eu colho é dividido
 Com quem não planta nada.
 Se assim continuar
 vou deixar o meu sertão,
 mesmo os olhos cheios d’água
 e com dor no coração.
 Vou pro Rio carregar massas
 Pros pedreiros em construção.
 Deus até está ajudando:
 está chovendo no sertão! [...]
 Quer ver eu bater enxada no chão,
 com força, coragem, com satisfação?
 É só me dar terra pra ver como é:
 eu planto feijão, arroz e café;
 Vai ser bom pra mim e bom pró doutor.
 Eu mando feijão, ele manda trator.
 Vocês vai ver o que é produção!
 Modéstia à parte, eu bato no peito:
 eu sou bom lavrador!²³⁸

²³⁷ O show Opinião reuniu importantes composições num espetáculo pondo em relevo a música de protesto num contexto de concretização do golpe civil-militar. Pelas vozes de Nara Leão, João do Vale e Zé Kéti, o público prestigiou artistas que “intercalavam canções a narrações referentes à problemática social do Brasil. O texto era assinado por Armando Costa, Oduvaldo Vianna Filho e Paulo Pontes. Opinião tornou-se uma referência na chamada “música de protesto” e é considerado, até os nossos dias, um dos espetáculos mais importantes da história da música popular brasileira, tendo sido assistido por cerca de 25 mil pessoas em cada cidade por onde passou: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.” (BRAGA, 2019, p.20). Sobre as composições dessa época abordando a realidade social brasileira Julierme Souza conclui que “em 1963 Nara Leão lançava o LP Nara pela gravadora Elenco, com canções de cunho contestador, entre elas “Canção da Terra” de Edu Lobo e Ruy Guerra, demonstravam claramente a situação de um sertanejo em um país como o Brasil. Em Setembro de 1964, novamente Nara Leão, lançaria agora pela Philips o LP Opinião de Nara que trazia entre outras canções importantes, novamente a temática do migrante sertanejo nas canções “Chegança” de Edu Lobo e Oduvaldo Viana Filho e “Sina de Caboclo” de João do Vale, João Batista de Aquino e Zélia Barbosa” (SOUZA, 2007, p.30).

²³⁸ Música de João do Vale com Jocastro Bezerra de Aquino divulgada em 1964 durante o espetáculo musical Opinião dirigido por Augusto Boal, com produção do Teatro Arena e CPC da UNE.

Para o artista maranhense, a “Sina do Caboclo” era deixar o sertão em busca de outras paragens, mesmo a contragosto, pois se tratava de uma partida que enchia os “olhos d’água” e causava “dor no coração”. Certo de que havia outras formas de trabalho nos grandes centros urbanos, o caboclo preferia “carregar massa pros pedreiros em construção”. A retirada, em certos momentos, se apresentava como caminho para escapar, espécie de sina, pois parecia não adiantar ficar no sertão sem condições de viver do trabalho. Mesmo ciente das dificuldades na cidade grande, destino de muitos camponeses espezinhados pela dominação no campo, a decisão estava tomada: “plantar pra dividir, não faço mais isso, não”.

São muitos os exemplos de vidas exploradas por essa forma de produção responsável pela miséria no campo. Para os que lutavam nas Ligas Camponesas, esse modelo representava a continuidade da servidão na lavoura em todo o Brasil. Expresso de diversos modos, o arrendamento da terra afetava drasticamente a vida no campo, seja através do fôro, do cambão, do vale ou da meia. Tais práticas deveriam ser combatidas para, assim, garantir a “alforria” do camponês, historicamente explorado “nas selvas do Amazonas”, na produção de “babaçu do Maranhão”, nos “carnaubais do Ceará”, nos “canaviais do Nordeste”, “à sombra dos cacaus na Bahia”, nos “cafezais do Sul”, nos “arrozais do São Francisco”, ou ainda na “região da erva-mate” (JULIÃO, 1962).

As Ligas Camponesas apostavam em outra solução para o fim desse sistema, acreditavam no enfrentamento à opressão por meio de associações de proteção, sindicatos e cooperativas. Havia a compreensão da necessidade de permanecer no campo, juntando forças para enfrentar o latifúndio, visando novas formas de trabalho, pautadas na justiça e no reconhecimento dos direitos dos camponeses. Ao escrever a “Carta de Alforria do Camponês”, Francisco Julião trouxe à baila a triste marca escravocrata que teimava em persistir na lavoura brasileira ao mesmo tempo que insistia na mobilização do campo como caminho que garantisse a vitória numa difícil batalha por justiça. Dirigindo-se aos camponeses, exortava a todos no sentido de enfrentar a espoliação vivida pelos trabalhadores, apontando a necessidade de “acabar com o regime do cambão”

Esse cambão existe por todo o Brasil. O cambão é o dia de graça e a seca que tu dás ao dono da terra, além de pagares o foro ou a renda. Tem muitos séculos de vida. Nasceu com a servidão. E continua montado no teu lombo. Mudando de nome. E até sem nome. Aparecendo em contrato. E no livro do tabelião. É acabar com o regime da meia e da terça. Que é a meia? Que é a terça? Os nomes estão dizendo. É dar ao dono da terra a metade ou a terça parte da lavoura que tu plantas, trata e colhes, em pagamento de renda. Não há furto maior do trabalho alheio. É acabar com o vale do barracão. [...] É lutar contra o aumento do foro que, de uma ano para o outro, passa de dois para quatro e de cinco para dez. É acabar com toda e qualquer forma de sujeição, de servidão, de escravidão. Por isso é que a Liga existe. E é para isso que tu deves entrar na Liga. [...] Quem for foreiro, parceiro, possessor ou pequeno dono de terra deve entrar na Liga (JULIÃO, 1962, p.72).

A conquista de melhores condições de trabalho foi pauta de embates no Ceará, tempo em que se compartilhava do desígnio expresso em Francisco Julião e tantos outros sujeitos dispostos a modificar aquela realidade. Nos anos de 1960, esse regime de trabalho passou a ser combatido pelos camponeses associados em torno das Ligas e Sindicatos em todo o país, os quais compunham um programa de lutas vistas como fundamental para combater a superexploração do trabalho no campo, que precisava ser banido e dar lugar a formas de produção mais justas, regulamentadas, sobretudo, pela Legislação Trabalhista em voga. A lógica do “Plantar pra dividir” no Ceará alcança um grau de combate quando os trabalhadores, animados pelo processo de sindicalização no campo nos anos 1960, enfrentam o fazendeiro exigindo a queda no preço do arrendamento.

É nessa direção que atuam os trabalhadores aglutinando suas reivindicações no Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Quixadá, lutando contra o regime da meia, exigência dos proprietários do lugar, principalmente da colheita do algodão, produto de grande cultivo e significativo valor monetário no sertão cearense, razão pela qual os donos de terra eram taxativos quanto a forma de cultivá-lo. Quixadá situa-se no sertão central do Estado, distante 150 km de Fortaleza, numa região onde predomina um clima semi-árido, com a presença de depressões sertanejas e maciços residuais, coberto em geral por uma vegetação de caatinga, contando com as águas do Rio Banabuiú. Com clima propenso ao cultivo do algodão, a partir de 1950, a cidade vai experimentar um novo crescimento na produção do grão e o estabelecimento de usinas de beneficiamento de algodão. Gerenciada por um pequeno núcleo de empresários ligados à indústria algodoeira, tendo como liderança a família Baquit, Quixadá se tornou uma das cidades com maior produção de algodão no Ceará, ao lado de Iguatu (COELHO, 2018). A atividade agrária e as relações de trabalho nesse espaço estavam dominadas pelo cultivo do algodão, que necessitava de braços tanto na lavoura quanto na indústria de beneficiamento (COSTA, 2002). Tal atividade se associava a plantação de outros gêneros voltados à subsistência e ao comércio local, além da pecuária.

Nesse sentido, a elite local, ligada à agroindústria e ao comércio, dispunha de influência, pois sua rede de poder garantia que sua influência se estendesse da lavoura às fábricas de algodão, passando pelo comércio e ampliando o controle da agência política do município. Assim, visavam manter o modelo de dominação no campo, pois boa parte do capital acumulado com a cultura do algodão vinha da exploração em todas as fases da produção, desde a forma de contratar camponeses para o plantio e colheita, passando pela transformação em fibra, tecidos e outras mercadorias. Interessamos aqui perceber como os trabalhadores do

campo resistiram a essas formas de expropriação, quais os caminhos trilhados em busca de condições de vida e trabalho mais justas.

O município de Quixadá era marcado pela concentração fundiária, com fazendas sustentadas pelo trabalho, em sua maioria, de camponeses sem terra e pequenos proprietários, que para sobreviverem se viam forçados a arrendar terra dos latifundiários, se sujeitando ao sistema de parceria em condições que favoreciam apenas aos fazendeiros. Porém, há momentos em que se manifestam em ações de contestação, dispostos a não aceitarem aquelas condições de vida e trabalho. Assim, agiram os camponeses da Fazenda Oiticica, em Quixadá em 1963, quando decidiram enfrentar o arrendamento das lavouras de algodão impostas pelo fazendeiro Valdevino Cabral de Oliveira. A fazenda localizava-se no então distrito de Ibaretama, lugar conhecido por suas terras férteis, um destacado centro de produção agrícola do município.

Além de expropriar metade do trabalho dos camponeses materializado na metade da safra colhida de algodão, indicava que todas as despesas durante a produção, como alimentação, instrumentos agrícolas e outros eventuais custos deveriam ser dos trabalhadores. Os relatos do período, indicam a defesa do Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Proprietário de 1800 hectares de terra e grileiro de 3600 hectares no lugar Oiticica, assombrado com o movimento do Sindicato, redigiu um contrato para seus 57 moradores, obrigando-os a pagar metade da sua produção de algodão, correndo todas as despesas por conta do morador. Os trabalhadores correm ao Sindicato e reuniram-se, resolvendo responder não ao patrão. Mais aterrorizado ainda, o latifundiário forjou uma denúncia falsa e foi à cidade de Quixadá pedir “garantias” ao delegado de polícia Capitão Claudio, alegando que os moradores “tinham invadido sua propriedade”. Com isto, Valdevino queria expulsar os trabalhadores sem indenização e ficar com todo o produto do trabalho dos 57 camponeses²³⁹.

Os trabalhadores rejeitaram aquele formato, enfrentando o fazendeiro. Para reforçar a decisão, os camponeses viram no Sindicato o apoio necessário, pois muitos eram “moradores” da fazenda subordinados à dominação do latifúndio. No Sindicato, alguma medida de segurança poderia ser garantida, o recurso a dirigentes sindicais, advogados, Delegacia do Trabalho poderiam indicar caminhos a contraditar a ilegalidade do fazendeiro que, disposto a não permitir que seus intentos fossem contrariados, busca sua rede de apoio na polícia.

Valdevino Cabral sabia do potencial aglutinador do Sindicato, optou por não usar a violência praticada por capangas presentes no latifúndio, buscou a força policial para indiciar criminalmente os trabalhadores por suposta “invasão”. Ciente da sua condição de proprietário e dos rumos do conflito que se instaurou, resolveu forjar uma denúncia, alegando que sua propriedade fora invadida. A acusação serviria como pretexto para despejar as 57 famílias

²³⁹ Terra Livre. Maio de 1963, p. 6.

dispostas a não entregarem a metade da produção. Era preciso expulsar aquela gente da sua propriedade, pois as clássicas formas de produzir estavam em risco. Agindo em socorro do fazendeiro, a polícia de Quixadá vai à fazenda Oiticica cumprir um mandado do latifúndio: reprimir os trabalhadores e dirigentes sindicais.

O Capitão Claudio prontamente mandou prender os Diretores do Sindicato e os camponeses mais esclarecidos da fazenda Oiticica, não conseguindo pegar todos na primeira investida. Foram presos e humilhados 5 camponeses, que foram obrigados pelo delegado a pagar a corrida do jipe utilizado pela polícia na execução da prisão. A caça aos trabalhadores continuou nos arredores e em suas casas. Nessa situação, o líder camponês Manoel de Oliveira Souza, Secretário do Sindicato, seguiu para Fortaleza, a fim de procurar garantias para a sua entidade. Dando a assistência de que Manoel necessitava, a FALTAC enviou à Quixadá, juntamente com ele, o advogado dr. Dionísio Torres Filho, que impetrou “habeas corpus” em favor dos presos, libertando-os, e munindo os diretores do Sindicato, de “habeas corpus” preventivo. O Capitão Claudio esbravejou e ameaçou rasgar o “habeas corpus”, não chegando a fazê-lo, entretanto²⁴⁰.

A ordem é prender e humilhar os trabalhadores acusados de invadir a fazenda de Valdevino Cabral, em flagrante ato autoritário. A ação desnuda o grau de violência, o relato indica uma operação sem qualquer observância a procedimentos legais, orquestrada pela vontade do proprietário e do agente policial a seu serviço. As prisões feitas em veículo não oficial, pago inclusive pelos trabalhadores, reforça a humilhação. Tendo capturado cinco trabalhadores, saíram em “caça” aos demais, espalhando terror, invadindo as casas, numa demonstração da força. A arrogância do Capitão Cláudio é mais uma vez notada quando, diante do *habeas corpus* apresentado pelo advogado dos camponeses, Dionísio Torres Filho, ameaça rasgar o documento que libertava os presos, não acatando a ordem legal de libertar os trabalhadores. Assim agiu a polícia de Quixadá protegendo o latifundiário.

A ida do camponês Manoel de Oliveira Souza relatar pessoalmente os fatos ocorridos aos dirigentes da FALTAC, trouxe o conflito da Fazenda Oiticica ao quadro de ações daquela Federação em defesa dos 57 camponeses ameaçados de despejo e acusados de invasão de propriedade. Uma primeira estratégia, depois de enviar advogado e garantir a liberdade dos camponeses detidos, foi procurar a imprensa para denunciar a situação dos trabalhadores de Quixadá e a ação da polícia. Na redação do *Correio do Ceará*, membros da FALTAC denunciam o fazendeiro e seus atos praticados há tempos, pois o cambão e o barracão eram as formas usuais de trabalho nas lavouras de Quixadá. O jornal divulga o conflito e a tensão gerada pela recusa dos camponeses em sua disposição em enfrentar o fazendeiro. Aqui se observa uma estratégia em tornar pública a violência policial a serviço do fazendeiro quando, em comissão, os trabalhadores buscam a redação de um periódico de grande circulação em Fortaleza.

²⁴⁰ Terra Livre. Maio de 1963, p. 6.

Os camponeses de Serra Azul, no município de Quixadá, estão em pé de guerra, dispostos a resistir as arbitrariedades do fazendeiro Valdevino Cabral de Oliveira, do sítio Oiticica, que pretende submetê-los a um sistema de exploração igual ao aplicado aos grandes feudos. Ontem, uma comissão composta pelos agricultores José Ribeiro Nunes, Raimundo Francisco da Silva e representantes da FALTAC esteve em nossa redação protestando contra as arbitrariedades do referido fazendeiro que chegou até a pedir reforços da polícia para obrigar os camponeses a aceitar as condições de exploração por ele impostas. Segundo disseram os camponeses, o fazendeiro Valdevino Cabral de Oliveira obriga-os a aceitar um regime de “cambão” característico dos sistemas feudais, pois brocam, escoivaram, fazem toda a limpeza e são obrigados a trabalhar dois dias por semana a 100 cruzeiros “secos” isto é, sem comida. Disseram ainda que os gêneros de que precisam são adquiridos no fornecimento, mas a um juro de 40%, o que revela outra faceta da exploração de que estão sendo vítimas os camponeses²⁴¹.

Observe-se que a comissão amplia sua denúncia: muito trabalho, várias tarefas, pouco ganho. Para o jornalista, os trabalhadores da fazenda Oiticica eram explorados aos moldes feudais, forçados ao pagamento abusivo ao dono da terra, prolongando a vassalagem que teimava se perpetuar no campo. Não bastasse serem obrigados a devolver metade do que fora cultivado, deveriam trabalhar dois dias da semana a um rebaixado pagamento e sem direito a comida. Para conseguir os parques suprimentos à sobrevivência, eram mais uma vez explorados no Barracão da fazenda que cobrava juros abusivos sobre o valor dos alimentos fornecidos.

Ante a resistência dos rurícolas, organizados em seu sindicato, o fazendeiro Valdevino Cabral de Oliveira decidiu aplicar a violência, mandando prender nada menos de 11 camponeses sob infundadas alegações. Os camponeses, por sua vez, pretendem resistir à violência, sendo iminente um choque com a polícia. Esta manhã a comissão esteve em contato com o Governador Parsifal Barroso expondo a situação e pedindo providências por parte do chefe do Poder Executivo²⁴².

Notamos os camponeses dispostos, se preciso, a entrar em choque com a polícia, que agiu desde o primeiro dia do conflito perseguindo os trabalhadores. Como meio de resistirem ao conflito, os camponeses também bateram à porta do Governador Parsifal Barroso, provocando a autoridade política do Estado a se pronunciar sobre o conflito, exigindo uma solução ao impasse e garantia de segurança aos trabalhadores. Não procuraram as lideranças políticas locais, talvez por saberem da ligação desse grupo aos setores dominantes de Quixadá.

Os dirigentes da FALTAC buscaram também a redação do *Gazeta de Notícias*, aproveitando para desmentir a acusação forjada por Valdevino Cabral de Oliveira. Em defesa dos trabalhadores, o jornal estampou: “Lavradores de Quixadá não invadiram terra: defendem suas reivindicações”, detalhando as investidas do fazendeiro diante da recusa dos trabalhadores da Fazenda Oiticica. Diante do clima de apreensão instalado na cidade de Quixadá, sobretudo pela propagação da suposta invasão à fazenda, a resistência dos camponeses encontra na

²⁴¹ Correio do Ceará, 07 de março de 1963, p. 2.

²⁴² *Ibid.*

imprensa de Fortaleza um espaço para publicizar as mentiras do fazendeiro que, “acostumado ao carranquismo dos coronéis do sertão”, não admitia a instalação de um Sindicato nas proximidades, e diante da teimosia dos trabalhadores, agia de forma “assombrada”.

Há dois dias atrás a cidade de Quixadá foi abalada por uma notícia de que vários lavradores das redondezas daquele município, haviam invadido terras e danificado plantações de uma fazenda. A polícia, tomando conhecimento da denúncia, dirigiu-se para o local tomando drásticas medidas. Não houve, todavia, invasão de terras daquele município. Os camponeses continuam calmos, não compreendidos pelos seus patrões, no tocante às suas reivindicações. O que aconteceu a Fazenda Oiticica, não foi nada menos do que um simples desentendimento entre o seu proprietário e os seus empregados, cuja origem se encontra na plena ignorância de ambas as partes. O dono da referida fazenda, sertanejo de quatro costados, acostumado ao carranquismo dos “coronéis” do sertão, vive atualmente assombrado com esses frequentes levantes de camponeses, principalmente do Recife, que aqui e acolá fazem temer alguns chefões. Já “de orelha em pé” o dono da Fazenda Oiticica estava em começo de atrito com os seus lavradores, quando foi fundado nas redondezas um Sindicato para dar proteção legal a todos os rurícolas. A briga, estava quase iniciada, porque os camponeses concordavam com o salário que vinha recebendo e com o arrendamento de vinte e cinco quilos por tarefa que vinham percebendo, mas não aceitavam a modificação que queria fazer o seu patrão que era a de diminuir para a metade o preço da tarefa. Daí surgiu a confusão e os lavradores que tinham um contrato verbal, não queriam e nem querem mais assinar um contrato por escrito e só aceitam o arrendamento de 25 quilos. O Sindicato, nada mais fez do que dar cobertura a reivindicação dos seus associados²⁴³.

A forma de trabalho obrigava os camponeses a entregar 25 kg de algodão por tarefa cultivada, o conflito irrompeu quando a cobrança aumentou para a metade de toda a colheita. Porém, talvez o mais apropriado seria afirmar que os camponeses suportavam essas condições em vez de concordarem como faz crer a reportagem, pois desprovidos de terra para morar e trabalhar, se sujeitavam aos contratos verbais impostos pelos fazendeiros²⁴⁴. Na verdade, estamos diante da tentativa de aumento dos lucros extraído da superexploração do trabalho camponês, já que a quantidade de algodão a ser entregue poderia alcançar grandes cifras, dependendo do tamanho da tarefa.

Na tentativa de forçar a aceitação das novas formas de arrendamento, o fazendeiro decide registrar por escrito a obrigação dos trabalhadores de entregar a metade do algodão colhido, formalizando os contratos que até então eram verbais. Para os trabalhadores, se tratava de uma astúcia do latifúndio, por isso se negaram a assinar a papelada, defendendo a permanência dos 25 kg de algodão por tarefa.

No entanto, como não podia deixar de ser, a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará. FALTAC, tomando conhecimento da questão e tendo ciência do caso, procurou imediatamente por meios jurídicos,

²⁴³ Gazeta de Notícias, 09 de março de 1963, p.4.

²⁴⁴ Observando o Inquérito de Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil de 1948, uma publicação do Serviço de Estatística da Produção do IBGE, não temos ao certo o tamanho de uma tarefa no Ceará, pois havia uma tarefa com medida de 0,3025 ha e outra - também denominada mil-covas - medindo 4,8400 ha. (BRASIL, 1948).

resolver o problema, dando proteção aos lavradores que foram vítimas de espancamento e prisão. Falando a nossa reportagem, o sr. José Leandro, Presidente da FALTAC, disse que está resolvendo a questão por meios legais e que já manteve contato com o Governador Parsifal Barroso, quando lhe relatou o acontecido. Amanhã, o sr. José Leandro, juntamente com advogados sindicatos e de outras associações, viajará para Ibareta, quando então serão debatidos os termos do contrato para os camponeses, afirmando de antemão que induzirá os camponeses a assinar o contrato, mas com o arrendamento de 25 quilos por tarefa e não pela metade, como quer o proprietário da Fazenda Oiticica²⁴⁵.

Para os trabalhadores e os dirigentes da FALTAC, a resistência se fortaleceria com um esforço de mobilização e pressão contra o governo, visando efetivar o direito dos camponeses ao garantir o cumprimento da legislação trabalhista segundo os contratos firmados.

Os camponeses marcaram uma assembleia geral para o dia 10, a fim de discutirem com o latifundiário os termos de um novo contrato de trabalho. Sem compreender ainda a nova situação dos seus empregados, que unidos em torno do Sindicato criaram uma força invencível, o latifundiário lançou os seus cães policiais mais uma vez contra os camponeses. O Capitão delegado mandou avisar aos trabalhadores que iria “acabar com a reunião, prender os advogados e dar uma surra em cada diretor do Sindicato”, acusando todos de “comunistas”. Os camponeses receberam a notícia muito tranquilamente, e tomaram uma decisão: “Só tem um jeito! É se juntar todo mundo na reunião, com disposição de não deixá prender ninguém. Se prender, é todo mundo e a cadeia não dá...” Com essa disposição, compareceram mais de 500 camponeses, inclusive mulheres, todos revoltados contra o latifundiário Valdevino, pelas prisões e ameaças. Todos estavam certos de que a polícia acabaria a reunião, pela força, mas não arredaram o pé²⁴⁶.

O diálogo proposto foi rechaçado pelo fazendeiro, explicitando sua veia autoritária e violenta ao recusar a proposta dos trabalhadores, tentando silenciar qualquer questionamento e recorrendo outra vez à polícia para impedir a realização da assembleia. Novamente o delegado atende ao chamado e manda o recado em tom ameaçador: aos advogados, prisão; aos dirigentes sindicais, açoite. Essas ameaças desnudam o aparato repressor, que atua naquela conjuntura para impedir o movimento de sindicalização no campo. Ante as ameaças, num ato de coragem, os trabalhadores apostaram na união para manter a assembleia, reunindo cerca de 500 camponeses, certos dos riscos que corriam e do enfrentamento com a polícia, demonstraram sua capacidade de mobilização.

A ameaça da polícia não se concretizou e a determinação camponesa garantiu um contrato menos injusto, pois Valdevino Cabral recuou, aceitando o arrendamento defendido pelos trabalhadores. A meia no cultivo do algodão, pelo menos na fazenda Oiticica, estava extinta. A primeira vitória dos camponeses sindicalizados naquela fazenda serviu de ânimo aos demais trabalhadores, pois demonstrou a força da luta coletiva e contribuiu ao crescimento da

²⁴⁵ Terra Livre. Maio de 1963, p. 6.

²⁴⁶ *Ibid.*

organização camponesa com a criação de novos sindicatos pelo interior cearense, como noticiou o Terra Livre.

Mas a polícia lá não pisou, por que todos temem um movimento organizado. Às 10 horas da manhã teve início a reunião com a participação de uma caravana da FALTAC e um representante do jornal TERRA LIVRE. O latifundiário compareceu também acompanhado de 2 filhos e um advogado. Os camponeses discutiram o contrato, dando suas opiniões e rejeitando o que não lhes parecia justo. O contrato foi firmado no dia 17 com a presença do Secretário da FALTAC Jesus Batista e dos advogados Dionísio Torres, José do Vale e Luiz Pinto, tendo o latifundiário uma grande derrota, com a queda do regime da “meia” no cultivo de algodão. O contrato foi assinado com a derrota da pretensão do latifundiário de fazer permanecer a “meia”. Os camponeses não aceitaram e impuseram um arrendamento de 25 quilos por tarefa cultivada. Outros sindicatos estão marcados para serem fundados e novas lutas surgirão²⁴⁷.

Como forma de manter a mobilização pela conquista de direitos, foi organizada uma concentração cuja motivação principal era a defesa da Reforma Agrária e a denúncia das perseguições aos camponeses sindicalizados. Quixadá foi o local escolhido para a manifestação pelo significado da luta ali realizada. Era preciso avançar no enfrentamento das questões que afetavam a vida do trabalhador. O ato tinha um caráter de resistência, uma vez que sindicalizar-se no mundo rural nesse período se constituía numa atitude com graves consequências, daí a necessidade de insistir na mobilização buscando apoio para suas ações.

Para as maiorias dos sindicatos e demais entidades, como Ligas Camponesas, ULTAB, UNE e vários parlamentares nacionalistas, a solução dos problemas agrários passava pela revisão da política fundiária brasileira, devendo enfrentar, de início, a miséria experimentada pelos camponeses. Nessa época, havia o esforço de somar as dores do campo às demais agitações por direitos, forma articulada na luta pelas reformas de base. Vivia-se um momento de ascensão do movimento sindical, com “crescimento do número de greves; visibilidade dos sindicatos na opinião pública; participação destes na formulação de pautas políticas para o país e constituição de organismos intersindicais” (BADARÓ, 2009, p. 91). Desde meados de 1950, o movimento sindical experimentava a retomada das articulações nacionais, apostando na criação de intersindicais e reunindo pautas em torno da ampliação dos direitos dos trabalhadores do campo. Comitê Intersindical de Greve, Pacto de Unidade Intersindical (PUI), Conselho Sindical de Trabalhadores (CSI) e Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) são exemplos desses esforços aglutinadores.

Na década de 1960, o CGT foi a organização de maior expressão, ampliando sua atuação para além das campanhas salariais, concentrando também seu trabalho as transformações políticas, econômicas e sociais do Brasil, discutindo questões nacionalistas,

²⁴⁷ Terra Livre. Maio de 1963, p. 6.

numa flagrante oposição à política externa brasileira (NEGRO; SILVA, 2003, p. 72). No Ceará, os sindicatos reunidos na FALTAC seguiam orientação do CGT, organizados em rede de sindicatos no campo, combatendo as injustiças locais ao mesmo tempo que atuavam junto aos demais sindicatos nas campanhas pela implementação das Reformas de Base. O ato político de julho de 1963 em Quixadá, é parte dessa conjuntura de mobilização e unidade observada na ampla representação de sindicalistas.

Promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura mais uma grande concentração de camponeses foi realizada neste município, pela reforma agrária para já e pelas demais reformas de base, conforme a orientação traçada pelo CGT. A concentração contou também com a presença dos deputados Amadeu Arrais e Blanchard Girão, do dr. William Sá, representante do dr. Olavo Sampaio, Delegado Regional do Trabalho; do Universitário José Maria Barros Pinho, representante da União Estadual dos Estudantes; do vereador Geraldo Nunes e de numerosos dirigentes sindicais e populares, entre os quais o líder camponês José Leandro, secretário geral da FALTAC. Os assuntos relativos à reforma agrária e outras lutas dos camponeses foram fartamente abordados pelos oradores, o primeiro dos quais foi o líder camponês Francisco Ribeiro Hemínio, que denunciou as perseguições que estão sofrendo os trabalhadores agrícolas da região depois que se organizaram em sindicato. Destacou que, no entanto, a resistência dos camponeses é pronta e enérgica, ocorrendo muitos casos de greves para que os patrões cumpram a lei. Os deputados Blanchard Girão e Amadeus Arrais, falando em nome da Frente Parlamentar Nacionalista hipotecaram todo seu apoio aos trabalhadores agrícolas. o dr. William Sá anunciou que dentro em breve espera entregar, numa festa, a carta sindical da nova entidade e sugeriu que os camponeses insistissem em novos apelos ao Congresso, reclamando com urgência a reforma agrária. O universitário J. M. Barros Pinho destacou que somente com a reforma agrária os camponeses poderão ver seus filhos nos cursos universitários. Disse que os estudantes não descansarão enquanto a reforma agrária e as demais reformas de base não vierem a aliviar a situação terrível que vive a maioria do povo brasileiro, e conclamou os camponeses, os operários e seus companheiros estudantes a fortalecerem por todos os meios da aliança operário-estudantil-camponesa, cujos primeiros frutos já podem ser colhidos²⁴⁸.

Além do CGT, estiveram presentes os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) do Ceará, Amadeu Arrais e Blanchard Girão, apoiando a luta dos camponeses de Quixadá e fortalecendo o debate em torno da Reforma Agrária no Estado, começando pela garantia da efetivação dos direitos trabalhistas aos camponeses. A FPN emergiu nesse contexto de efervescente atuação dos partidos cujo formato suprapartidário objetivava, em linhas gerais, aprovar projetos de lei de cunho nacionalista/reformista (DELGADO, 1994, p. 63). Na década de 1960, numa conjuntura de “polarização ideológica no parlamento e na sociedade civil”, a FPN concentrou suas ações com vistas a sustentar no Congresso projetos que assegurassem a “democratização institucional, democratização do ensino e da cultura, reforma agrária, abastecimento e custo de vida, desenvolvimento econômico independente e política externa independente” (DELGADO, 1994: 66). Era

²⁴⁸ Terra Livre. Julho de 1963. Suplemento, p. 4.

compromisso também dos integrantes da FPN atuar nas comissões legislativas se esforçando por aprovar as proposições “relativas às reformas de base, controle de remessas de lucro e Lei de Previdência Social”.

Os camponeses também contavam com o apoio da Delegacia Regional do Trabalho e com esforço de Olavo Sampaio que favoreceu à sindicalização camponesa no Ceará, avançando nas questões trabalhistas. A União Estadual dos Estudantes também formava o bloco pelas Reformas de Base, se somando às lutas do campo, discutindo o direito à educação dos jovens camponeses, com o entendimento que a reforma agrária, além de propiciar terra aos trabalhadores, possibilitaria o acesso de estudantes do campo aos cursos universitários.

Estamos diante de uma articulação que fortaleceu a luta no campo, os proprietários agora deveriam enfrentar um grupo diverso com várias expressões atuando em diversas frentes. As ações deste grupo, sobretudo aquelas animadas pela DRT e Sindicatos do Campo, estavam se espalhando entre os camponeses no sentido de questionar as atitudes de Valdevino Cabral de Oliveira em Quixadá e tantos outros latifundiários do Estado, forçando à observância da lei nas lavouras.

Todavia, a prepotência do latifúndio seguiu negando direitos ao usar a violência na tentativa de garantir a vontade do patrão sobre os trabalhadores. Valdevino Cabral insistia em não aceitar a sindicalização camponesa. Em novembro de 1963, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou a nota “Caso de Quixadá” cuja perseguição aos camponeses sindicalizados se efetivara na forma de despejo. Tal fato demonstra a cultura autoritária compartilhada entre os donos de terra que não suportavam a ideia dos pobres terem direitos, eles não admitiam a criação dos sindicatos.

Informou-nos Kelson ontem que 4 comissões de trabalhadores rurais de Quixadá estiveram na Supra denunciando o fato de que todos os trabalhadores daquele município que se tenham filiado aos sindicatos rurais estão sendo despedidos das propriedades em que trabalham. O acontecimento será levado ao conhecimento do titular da DRT, sr. Olavo Sampaio²⁴⁹.

Para aqueles trabalhadores, o fato de ser despedido significava a perda do trabalho e da moradia, pois muitos eram moradores da fazenda Oiticica. A ordem era deixar a propriedade e o que fora produzido, sem nenhuma indenização. A saída encontrada pelos trabalhadores foi denunciar o abuso, reclamando seus direitos junto à Superintendência da Política Agrária.

Para os camponeses de Quixadá, o abuso patronal seria enfrentado por meio da denúncia e não se cansariam em bater à porta desses agentes públicos exigindo providências.

²⁴⁹ *Gazeta de Notícias*. 20 de nov. de 1963, p. 2.

Em janeiro de 1964, novas denúncias noticiadas pelos jornais, dessa vez *O Povo*, chama a atenção para o fato de que “Agricultores sindicalizados são presos em Quixadá”, a reportagem informa a presença de camponeses sindicalizados na DRT.

Para denunciar ao Delegado Regional do Trabalho o clima de perseguições, com insegurança, na Fazenda Oiticica, no município de Quixadá, da qual são rendeiros, encontram-se em Fortaleza, membros diretores e associados do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Quixadá, com sede em Ibaretama. Denunciaram eles que o proprietário da Fazenda, sr. Valdevino Cabral, convocou o subdelegado e um soldado do destacamento local, a fim de intimidar os trabalhadores sindicalizados, para que abandonem as terras que trabalham, há dez e 20 anos, sem qualquer indenização. O jornalista Olavo Sampaio, delegado do Trabalho comunicou o fato ao coronel Clóvis Alexandrino, Chefe de Polícia do Estado, para que adote providências²⁵⁰.

Pela denúncia, percebemos que a tentativa do proprietário foi reforçada pelos agentes da polícia local, forçando os trabalhadores a saírem daquela terra, deixando todo trabalho realizado por décadas sem receber nenhuma indenização. Ao procurarem o Delegado do Trabalho, os lavradores buscavam alguma mediação jurídica frente ao impasse. Com o apoio de Olavo Sampaio, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Quixadá resolve processar Valdevino Cabral de Oliveira, judicializando a questão. Tal atitude foi noticiada com certa surpresa: “Primeira causa trabalhista num Sindicato Rural: em Quixadá”.

Surgiu, em Quixadá, a primeira causa trabalhista suscitada por um sindicato rural. Com efeito, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Quixadá deu entrada no fórum daquela cidade, uma reclamação trabalhista contra o sr. Valdevino Cabral, proprietário da fazenda “Oiticica”, por rescisão, unilateral, do contrato de 19 trabalhadores rurais. O Sindicato reclama, na queixa, pagamento, aos rurícolas dispensados, de indenização que atinge o total de 17 milhões 160 cruzeiros. Para dar assistência ao Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Quixadá, o Delegado Regional do Trabalho, jornalista Olavo de Sampaio, enviou hoje àquela cidade um Inspetor da DRT. Também sindicatos de Fortaleza enviaram representações para, com sua experiência, orientarem a entidade sindical dos trabalhadores rurais de Quixadá²⁵¹.

O processo reclamava indenização aos 19 trabalhadores pela rescisão unilateral do contrato por Valdevino Cabral. Essa atitude representava uma nova possibilidade para as lutas do campo, buscando reforço na justiça do trabalho. Em fevereiro de 1964, o *Terra Livre* informou que o proprietário da fazenda Oiticica, acompanhado da polícia e do filho, depois de ordenar o despejo, invadiu as casas dos trabalhadores e promoveu destruição.

Existem casos como o de Quixadá, que julgamos igual ou mais grave que os da Paraíba. Cerca de 300 camponeses foram despejados e estão sem terra para trabalhar, sem fornecimentos, bloqueados pelos proprietários que não querem pagar um só dia de serviço aos pais de família. Achando pouco essa situação, o latifundiário Valdevino Cabral conseguiu levar uma patrulha de capangas fardados do Estado para sua fazenda, de onde comanda a invasão de casas e a caça aos camponeses, destruindo tudo e matando criações dos trabalhadores, não escapando nem os passarinhos de

²⁵⁰ *O Povo*. 08 de jan. de 1964, p. 5.

²⁵¹ *O Povo*. 14 de jan. de 1964, p. 2.

gaiola, conforme fez seu filho João Cabral. Os camponeses ainda suportam essa situação, em obediência ao sindicato, apelando para a Justiça; mas a qualquer momento pode haver uma grande desgraça. Camponeses que ganhavam 200 cruzeiros, outros que plantavam de meia, se vêem desamparados, vendo os filhos chorarem com fome, podem a qualquer momento fazer explodir o barril de pólvora, e começarem a fazer justiça com as próprias mãos²⁵².

A invasão não poupou sequer os pássaros criados pelos camponeses, tudo deveria ser destruído em demonstração da força bruta contra o questionamento dos trabalhadores. Para o fazendeiro, quem não estivesse disposto a seguir sua vontade deveria sair à procura de outra terra para trabalhar, aqueles que insistissem em ficar desafiando sua ordem, mereciam o castigo reservado aos camponeses rebeldes e sindicalizados.

Estamos diante de uma conjuntura com acirramento do problema agrário, com avanço do sindicalismo no campo e suas propostas de transformação nas formas de trabalho, pautando os direitos dos camponeses enquanto se tinha a convicção de que tais direitos só seriam arrancados na marra. Pressionaram os mecanismos jurídicos a fim de conquistarem suas pautas, mediadas pela Delegacia Regional do Trabalho e prestando queixa no Fórum de Quixadá contra a demissão sumária. Porém, todo esse caminhar, pela leitura do movimento sindical da época, não impediria a eclosão de um conflito mais grave entre os camponeses e proprietários a qualquer momento. Percebemos que o esforço camponês de quebrar o silêncio no campo e exigir mudanças representou enormes riscos, pois a sindicalização no campo avançava, trazendo leis que até bem pouco tempo estavam circunscritas às fábricas nos centros urbanos. Em Quixadá, assim como em Aracati e os demais locais de conflito do campo em todo Brasil, a resolução desse impasse se deu de forma trágica. Após a concretização do golpe de 1964, quando os camponeses ligados aos sindicatos e ao grupo defensor das reformas de base, com destaque para a Reforma Agrária, foram perseguidos e presos.

4.3 “Somos da paz e do trabalho, defenderemos nossas posses”. A resistência dos posseiros em Aracati

Outro conflito por terra entre trabalhadores e grileiros ocorreu na localidade de Cabreiro em 1961, na época pertencente a Aracati. A cidade palco da disputa fica situada no litoral leste do Ceará, colada ao vale do Jaguaribe, distante 150 km de Fortaleza. A região conta com uma vasta área de tabuleiros, onde se produz gêneros agrícolas como o milho, feijão, mandioca, caju e cana-de-açúcar, somados à criação de bovinos, suínos e avícolas. O município,

²⁵² Terra Livre. Fevereiro de 1964, p. 4.

como a maioria do Estado, se formou alicerçado pela concentração fundiária, prevalecendo durante o século XX o sistema de parceria como principal relação produtiva, estando o latifúndio organizado, principalmente, em sítios.

Nos anos 1960, no Sítio Cabreiro, o poder dos grileiros foi questionado e uma forte disputa por terra ganhou destaque, movimentando o cenário político do Estado, dado o grau de mobilização dos camponeses articulados às demais forças políticas atuantes em todo o Ceará. Todavia, cumpre destacar o esquecimento desse episódio que raramente aparece nas memórias das lutas por terra no Ceará. Felizmente, os pobres fazem de seu existir um contínuo ato de resistência ao agarrarem as oportunidades surgidas na luta por justiça, ao aproveitarem os minúsculos espaços de denúncia e ao deixarem suas marcas na imprensa militante, como nos periódicos *Terra Livre* e *Novos Rumos*.

O distrito de Cabreiro fica a oeste de Aracati, fronteira com o município de Itaiçaba, parte mais distante do litoral, numa vasta região de tabuleiros margeada pelo Rio Jaguaribe, contando com um expressivo número de lagoas, lugar onde predominava o cultivo de cajueiros, roças de mandioca, milho e feijão, além da carnaúba. Grande parte dos habitantes eram posseiros, cerca de 600 famílias, que ocuparam aquelas terras devolutas desde pelo menos a segunda metade do século XIX, sobrevivendo da agricultura e pecuária. Como denunciado na revista *Novos Rumos*, a sanha dos grileiros começou a ameaçar os trabalhadores nos anos 1920, com o interesse de tomar as terras dos posseiros:

Seiscentas famílias de posseiros da zona de Cabreiro no município de Aracati, compreendendo um total de mais de três mil pessoas, lutam tenazmente em defesa de suas terras, onde trabalham e produzem há longos anos, contra a ofensiva brutal de meia dúzias de grileiros. [...] De acordo com as escrituras antigas, os proprietários da região não podem ultrapassar os limites da referida estrada, para o lado do oeste, onde estão radicados os posseiros. Entretanto, a partir do ano de 1922, os latifundiários e grileiros começaram a abrir travessões, nas terras devolutas, tentando delas se apossarem. Para enganar os posseiros, diziam que os travessões não os prejudicariam, que estes podiam continuar trabalhando livremente nas terras, tirando madeira, fazendo lenha. Em alguns lugares, os posseiros se deixaram enganar: os travessões foram feitos e mais tarde, os grileiros construíram cercas e proibiram os posseiros de entrar nos cercados. Então muitos posseiros viram que a manobra espoliativa estava se consumando numa vasta área²⁵³.

O embate verificado nos anos 1960 era fruto do acúmulo de uma gente disposta a não ceder às investidas dos invasores de terra. A grilagem, documentada na lembrança dos trabalhadores há pelo menos quarenta anos, chegava de forma sorradeira, dessa vez não se utilizava do aparato cartorial de falsificação de documento, nem utilizava a ordem de despejo

²⁵³ *Novos Rumos*. Semana de 09 a 14 de dezembro de 1961, p. 6.

por parte do judiciário. As estacas demarcadoras inicialmente não proibiam a utilização dos territórios comuns, os trabalhadores continuavam a fazer suas roças, caçar, extrair lenha, catar castanhas. Em pouco tempo, os travessões viraram cercas e o lugar utilizado para trabalhar desde muito tempo fora tomado por um único dono, proibindo a presença dos camponeses nos espaços cercados. A cerca, nesse sentido, possui um duplo significado, serve para barrar a entrada de sujeitos “indesejáveis” num espaço que agora tem dono e autoridade para dizer quem pode ou não utilizar aquela terra e cobrar por seu uso, a um preço nada justo. Observamos, portanto, um movimento de apropriação de terra devoluta, largamente ocupada pela produção dos lavradores que aos olhos dos grileiros poderia se transformar numa fonte de riqueza a partir da exploração do trabalho.

Cumpramos frisar o interesse dos grileiros em cercar as lagoas públicas da região, importante fonte de água para os roçados, além do abastecimento de pescado aos trabalhadores. Assim, visavam fragilizar a vida dos pobres, tentando minar as condições de sobrevivência autônoma, pois estariam privados do trabalho na lavoura, na pesca e na extração dos produtos da carnaúba (palha e cera), forçando-os à sujeição e ordens dos novos donos da terra e da água de Cabreiro. Lembramos aqui de Marx e Engels, quando dedicados a compreender o mundo e suas contradições, afirmaram que a “história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes”²⁵⁴ marcada por tentativas de resistência, questionando a dominação. O brado imortalizado no Manifesto Comunista teve anos depois sua explicação lógica pelos próprios autores, assegurando sua atualização.

Ao observarmos seus escritos reunidos na publicação “A luta de classes na Rússia”, as especificidades históricas e sociais são evocadas como fatores decisivos para a história que não necessariamente seguia um único curso, pois, ao analisarmos as ações humanas em “ambientes históricos diferentes”, poderemos encontrar “resultados totalmente díspares”²⁵⁵. Classe nesse sentido passa a ser compreendida no movimento não-linear da história, “uma perspectiva dialética e policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação

²⁵⁴ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9.

²⁵⁵ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de Classes na Rússia**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69. Escritos nas décadas de 1870 e 1880 os textos revelam a intenção de Marx e Engels de compreender o desenvolvimento capitalista em lugares com experiências diferentes, os impactos na vida dos trabalhadores e os caminhos para construção de uma revolução socialista considerando as especificidades de outras regiões, como a Rússia. Nessa linha, a publicação Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo (SHANIN, 2017), lança luz ao debate sobre a visão de Marx sobre o capitalismo na Rússia, apresentando as bases de uma teoria que mais tarde se daria a conhecer como “desenvolvimento dependente” e “capitalismo atrasado” e a luta de classes nesses países.

histórica”²⁵⁶, formada no seio de relações sociais circunscritas em espaço e tempo próprios, fruto do conflito de interesses. Essa noção se amplia e ganha força em Walter Benjamin nas teses “Sobre o conceito de História” (1940), alargando nossa compreensão acerca da disposição de luta dos oprimidos, posto que não se brigava apenas por “coisas brutas e materiais”, a motivação também possuía caráter “refinado e espiritual”. Para Benjamin

Na Luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas (BENJAMIN, 1994, p.223-224).

A reflexão alerta para o apreço que os investigadores sociais devem ter pelos aspectos culturais da luta dos pobres, a rebeldia precisa ser lida também nos meandros da vida, visto que a astúcia inconformista dos dominados muitas vezes só pode ser entendida em sua feição habitual. Nessa direção, é decisiva a contribuição de E. P. Thompson, ao debater sobre classe e cultura e ao trazer para o centro da reflexão histórica o contexto que marca a ação humana, aprofunda a compreensão dos insubordinados em relação a seus objetivos e meios de combate. Lembra-nos que classe é, antes de tudo, uma relação circunscrita numa conjuntura experimentada por determinados grupos, com seus valores e costumes, importantes aos embates travados ao longo da vida. Para Thompson,

[...] as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 2001, p.274).

O pensamento de Thompson sobre a luta dos explorados enquanto classe, clareia nossa percepção acerca da atitude dos camponeses de Cabreiro. Não se trata de uma ação de resistência automática ativada pela exploração, já que a insurgência é uma relação histórica que vai se formando no tempo. Ao se depararem com a possibilidade da privação de terra e água, viram seu futuro ameaçado, o perigo estava cada vez mais perto. O que estava em jogo era a possibilidade de seguir vivendo daquelas terras férteis longe da cobrança da renda pelos

²⁵⁶ LOWY, Michel. Introdução: Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2013, *ibid.*, p. 9.

supostos proprietários. Em algum momento era preciso reagir e manter livre a terra de onde sustentavam suas famílias.

Somente na zona de Cabreiro compreendendo os lugares denominados Taboleiro, Serrote, Estreito, Pedra Redonda, Mãe Branca, Medeiros e Tomé, existem mais de seiscentas famílias de posseiros. Na zona de Cabreiro encontram-se sete lagoas. O grileiro Rubens começou a cercar uma delas, a Lagoa dos Espinhos, porém os posseiros arrancaram as estacas, protestaram veementemente, impondo o recuo do latifundiário. As lagoas Mãe Branca, Lagoa do Conto, Lagoa de Mulungu, Lagoa dos Espinhos, Lagoa da Caraúba, Lagoa do Mato e Lagoa do Camarão são todas públicas. Os posseiros sabem que não há donos. O município de Aracati fez uma pequena barragem na Lagoa dos Espinhos. Mesmo assim, os posseiros acham que ninguém tem o direito de cercar a lagoa só para si, não consentindo o monopólio, nem por parte da Prefeitura. Os posseiros da zona de Cabreiro produzem farinha de mandioca, feijão, algodão, castanha de caju e cera de carnaúba. As terras são boas e ficam à margem do rio Jaguaribe²⁵⁷.

A estratégia dos grileiros de cercar terra e água de Cabreiro leva a crer que davam por certo que os lavradores aceitariam pagar renda para lavrar a terra que outrora era livre. Todavia, o plano teve reveses; os trabalhadores destruíram as estacas e as cercas, a experiência de anos de cultivo, a extração e pesca naquelas terras e lagoas indicava que ali não tinha dono. Para os camponeses nem mesmo a prefeitura, que fizera uma barragem numa das lagoas, poderia privar a entrada dos trabalhadores naquele espaço.

Da década de 1930 para cá, os posseiros da zona de Cabreiro começaram a protestar contra a invasão das terras devolutas onde eles trabalhavam há tantos anos. Passaram a entupir os travessões que os proprietários iam abrindo, arrancavam a cerca. Barrados em suas pretensões criminosas, os latifundiários e grileiros recorreram ao aparelho policial de Aracati e lançaram uma onda de terror contra os posseiros, efetuando prisões e ameaças. De uma só vez prenderam arbitrariamente nove posseiros, os quais permaneceram oito dias em estado de incomunicabilidade. Mesmo assim, os grileiros e a polícia não conseguiram aquebrantar o espírito de luta da massa. E desde então, enfrentando toda sorte de ameaças e perseguições, os posseiros de Cabreiro se mantiveram firmes na defesa da posse da terra e de seus direitos²⁵⁸.

A ação corajosa dos lavradores enfrentando os grileiros sofreu o peso costumeiro da força policial, acionada neste tipo de embate. Nos deparamos ali com a clássica aliança entre “o poder dos donos e os donos do poder”, onde o braço policial está a serviço da espoliação. Aterrorizam os camponeses, ameaçam, prendem e torturam aqueles dispostos a quebrar o silêncio e tentar dizer não à fúria grileira. Essas ações punitivas, ainda que impusesse alguma retração na luta, não seria suficiente para que os camponeses abrissem mão de seu direito. O conflito perdura ao longo dos anos e se acirra na década de 1960, numa conjuntura favorável e recebendo apoio de forças sociais que se somam na defesa dos interesses dos lavradores.

²⁵⁷ Novos Rumos. Semana de 09 a 14 de dezembro de 1961, p. 6.

²⁵⁸ *Ibid.*

Um dos motivos que levou os camponeses a seguirem questionando a área em disputa, enfrentando os capangas e a polícia, era a noção de direito; tal é o que salta da fala dos posseiros, animados a seguir na luta, pois aquela terra era deles por direito e “ninguém havia comprado terra” ali. Desde os anos 1940, a questão das terras devolutas ocupava intensos debates, inclusive na Constituinte de 1946, quando Luís Carlos Prestes, então senador pelo PCB, propõe a desapropriação e distribuição de terras, além do enfrentamento à concentração fundiária. Ao denunciar a exploração e a miséria sofridas pelos trabalhadores do campo, enfatiza que ao Estado caberia assegurar o uso social da terra. Tais ideias foram derrotadas pela maioria constituinte, prevalecendo o modelo da grande propriedade rural, sem a reforma agrária. Entretanto, as críticas ao latifúndio e a urgência por modificar a estrutura fundiária no Brasil se tornam frequentes, ocupando os debates de uma intelectualidade à esquerda e ganhando força material com a criação das primeiras Ligas Camponesas nos fins de 1940 e a formação da ULTAB nos anos 1950. Somente em 1962 se observa um primeiro passo por parte do Estado em enfrentar de forma orgânica a questão agrária no Brasil com a Lei Delegada nº 11 que cria a Superintendência da Reforma Agrária (Supra), responsável por favorecer mecanismo de distribuição de terra e executar a reforma agrária (STÉDILE, 2011). No Ceará, o superintendente era o então deputado Pontes Neto, de conhecida atuação no Estado.

Porém, se a solução do problema da concentração de terra caminhava a passos lentos na esfera institucional, nos âmbitos legislativo, executivo e judiciário, para aqueles trabalhadores de Aracati se tratava de algo certo e urgente, era antes de tudo uma questão de direito. A noção de direito aqui observada se liga aos costumes que vão se consolidando ao longo do tempo. Pelo fato de terem nascido ali e se estabelecido desde longa data, os lavradores de Cabreiro não permitiam que suas terras fossem invadidas e cercadas, o que assegurava seu direito sobre elas. Conheciam os grileiros, ávidos em se apropriar da área em questão e sabiam que não possuíam escritura de posse; afinal, os avós de muitos posseiros trabalhavam na área há décadas, mais uma prova a exigir uma ação para proteger a terra e impedir uma “injustiça”.

Dizem os camponeses de Cabreiro, por uma boca só: “não arredaremos o pé de nossas posses: não deixaremos os coronéis tomarem conta das terras que Deus deixou para nós. Ninguém comprou terra aqui. Por isso, ninguém tem terra aqui. Nossos avós já trabalhavam nessas terras do governo e nós continuamos. Não temos escrituras, mas os que se dizem proprietários, também não tem. E quando eles chegaram em Cabreiro, nós aqui já estávamos há dezenas de anos. Portanto, o que pretendem, é um crime, a maior das injustiças. Saberemos resistir. E se não houver Justiça para reconhecer o nosso direito, e se não houver governo para manter a ordem, então, paciência, porque faremos Justiça com as nossas próprias mãos, pois estamos defendendo o que é nosso, o pão e o futuro dos nossos próprios filhos. Esta é a nossa disposição, de resistência e de luta, já tantas vezes demonstrada, toda vez que os grileiros, ousaram pela violência, forçar a parada. O velhinho conhecido por Soldado Velho, com 72 anos de idade, disse

ao correspondente de *Novos Rumos*: “Patrão, minha terra é ali, apontou com um aceno de mão. Digo minha, porque meu pai já trabalhava ali e não vendeu a ninguém. Agora, uns senhores querem me botar pra fora, tomar a terra, afirmando que são donos. Mas eu não entendo como é isso não. Por isso, enquanto não entender – e acho que não entenderei nunca – não saio dali não, a não ser morto. Pode ter certeza disso, o sr. Rubens, um dos donos”²⁵⁹.

A palavra dita ao correspondente do *Novos Rumos* demarca a intenção dos posseiros: não arredarão o pé das terras. Estavam dispostos a resistir como tantas vezes fizeram, pois a violência da grilagem os perseguia há décadas. Sabiam que estavam sozinhos enfrentando os grileiros, não depositavam nenhuma confiança no “governo” pouco preocupado em manter a “ordem”, compreendendo que se fosse necessário, teriam eles próprios que fazer a justiça, tendo em vista a defesa do “pão e do futuro” dos filhos. Um velho posseiro faz questão também de dizer que aquelas terras eram suas; sua idade comprovava a posse, estava ali há mais de setenta anos, e seu pai estivera antes. Só morto deixaria aquele lugar. Temos, portanto, as noções de justiça e direito impulsionando a resistência dos posseiros, sustentando a disputa até as últimas consequências.

No decorrer da história, observamos a ocorrência de vários conflitos de interesses, os setores dominantes utilizam a retórica jurídica ou a força e tipificam como crime o costume dos “de baixo”. Na sociedade inglesa do século XVIII, esse foi o mecanismo para tentar coibir a caça, a pesca e a retirada de lenha, dentre outras atividades consideradas como ilegais. À medida que os atos de enfrentamento à legislação e ataques aos guardas florestais cresciam, a corte criava novos artigos, enquadrando o máximo de delitos e utilizando os rituais de julgamento por meio da execução pública para impor o poder dos proprietários. E. P. Thompson nos lembra que a grande preocupação do Estado Inglês era de fato “preservar a propriedade e, incidentalmente, as vidas e liberdades dos proprietários” (THOMPSON, 1997, p. 21), num flagrante movimento que seria efetivado no século seguinte com o sucesso dos cercamentos, fechando os campos comuns aos camponeses que dependiam daquelas áreas para trabalhar e viver.

Outro exemplo da ofensiva dos grupos dominantes ao proibirem a extração de madeira pelos camponeses, observamos na Prússia, sobretudo na metade do século XIX. Para tratar da legislação que tipificava os crimes e as penas relativas a lei florestal, se reuniram deputados representantes dos interesses dos proprietários do campo, da cidade e da nobreza, escolhidos pela renda fundiária e taxa fiscal. Em suas discussões, se preocuparam

²⁵⁹ *Novos Rumos*. Semana de 09 a 14 de dezembro de 1961, p. 6.

principalmente com a noção de direito consuetudinário, se valendo do argumento da classe dominante com o intuito de atacar os costumes dos pobres, classificando-os como crime. Analisando os fatos, Marx desmascarou a carga de interesses nas discussões jurídicas em que a própria noção de direito consuetudinário dos pobres havia se tornado monopólio dos ricos, pois o que antes era considerado um bem natural, passa a ser visto como mercadoria pertencente a um determinado grupo: “a natureza do objeto exige o monopólio, porque o interesse da propriedade privada o inventou” (MARX, [1842], 2017, p. 90). Nesse sentido, observamos variadas vezes as formas do poder dominante utilizar os meandros legais, estruturados pelo aparelho estatal visando a retirada de direitos dos “despossuídos”, aspirando a obtenção do lucro e a exploração do povo simples.

Contudo, os pobres constroem sua resistência aos processos de dominação e buscam variadas formas de seguir a vida. Uma dessas, como já dito aqui, é a noção de direitos desenvolvida no processo de disputa, que visa a diminuição do sofrimento cotidiano imposto pelos grupos de poder, sobretudo quando o choque de interesses se acirram. Como observou Marcus Dezemone sobre os conflitos agrários na região fluminense nos séculos XIX e XX, essa ideia de direito dos pobres do campo é fundamental por que questiona e deslegitima a propriedade privada e a autoridade verificada no poder pessoal do fazendeiro (DEZEMONE, 2017), demonstrando que o costume e a tradição são evocados em determinados momentos, contribuindo ao processo de resistência.

Em Aracati, percebemos nas intenções dos grileiros, apoiadas pelo Estado, o meio para arrancar considerável valor da exploração das terras comuns e tornar os posseiros dependentes de um grupo de proprietários. Dominar a terra e assim forçar os trabalhadores a se submeterem ao domínio dos grileiros, já que após se apropriarem, passariam a controlar os usos da terra como proprietários impondo seu mando aos camponeses. Convictos de lutarem em defesa de seus direitos, os posseiros de Cabreiro constroem novos caminhos e passam a discutir estratégias de enfrentamento à grilagem na Associação de Posseiros e Agricultores de Cabreiro, fundada em outubro de 1961.

Ligada à Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), a Associação de Cabreiro nasce em meio ao conflito com os grileiros. A primeira tarefa seria, portanto, organizar a resistência na proteção de suas terras e lagoas. A Associação fortaleceu sua luta, pois aquela articulação alargava o alcance das denúncias sobre os acontecimentos de Cabreiro, atuando para que suas vozes fossem ouvidas nas reuniões e

assembleias sindicais promovidas pela FALTAC. Também tentavam repercutir na imprensa o clima de tensão. A diretoria da Associação coube a Américo Silvestre, Josias Gomes Barbosa (vice-presidente), Idelzuite Fulgêncio do Vale (secretária), Maria Helena da Costa (segunda secretária), Maria Firmino de Sousa (tesoureira)²⁶⁰. Como se vê, é notável a presença de mulheres na direção daquela Associação, indicando sua participação fundamental naquele episódio de resistência.

Esta é a decisão dos posseiros e agricultores do Distrito de Cabreiro, Município de Aracati, no Ceará, que acabam de fundar a sua associação, para lutarem organizados contra grileiros e latifundiários que querem se apossar das boas terras das margens do Rio Jaguaribe. Fundada no dia 1º do mês corrente, a Associação dos Posseiros e Agricultores de Cabreiro, tem agora, sob sua responsabilidade, a luta mais firme em defesa das terras que são trabalhadas pelos posseiros contra os grileiros, no vale do Jaguaribe. Camponeses são presos pela polícia a serviço do latifúndio, que cobiça as seis lagoas existentes naquela região, além das benfeitorias realizadas pelos os posseiros de Aracati, que produzem farinha de mandioca, feijão, algodão, castanha de caju e cera de carnaúba. Mais de 200 posseiros, inclusive mulheres que trabalham na indústria de palha de carnaúba, no fabrico de chinelos, bolsas, chapéus, etc., elegeram a seguinte Conselho Fiscal – Na mesma assembleia que fundou a Associação e elegeu a sua Diretoria, foi constituída a seguinte delegação ao 1º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará, a realizar-se nos dias 8 e 9 de novembro próximo em Fortaleza: Américo Silvestre da Rocha, Josias Gomes Barbosa, Dimas Paixão Sena, Josiano Teobaldo, Joaquim Inácio, João Benevenuto, Idelzuite Fulgêncio, Maria Helena e Raimundo Silvestre. Após a escolha dos delegados, foi feita uma palestra sobre reforma agrária, por José Leandro, representante da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC)²⁶¹.

Formada por camponeses de variadas ocupações, a Associação demonstra o poder mobilizador que alcançou à época, se constituindo como espaço onde os trabalhadores se apoiavam em suas lutas cotidianas, reforçando a resistência contra o latifúndio e a grilagem numa época de ascensão do movimento de sindicalização rural em curso no país.

Ainda hoje lutam decididamente contra a ação violenta e ilegal dos latifundiários, sendo que agora de forma organizada e consequente. Assim é que chegaram à conclusão de que deviam fundar a sua entidade de classe, capaz de tomar a frente da luta. Fundaram a Associação dos posseiros e agricultores de Cabreiro, que imediatamente se filiou a FALTAC (Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará). No dia 1º de outubro último, com a presença do secretário geral da FALTAC realizou-se a primeira grande assembleia da Associação de Cabreiro. Compareceram 220 camponeses, todos posseiros. Foi então eleita a delegação da APAC (10 membros) que participou em Fortaleza, do I Congresso Camponês do Ceará, sendo que o presidente da delegação de Cabreiro participou da representação camponesa que compareceu ao Congresso Nacional Camponês em Belo Horizonte²⁶².

²⁶⁰ A diretoria contava ainda com um Conselho Fiscal formado por “Efetivos: Manoel Antonio Silvestre e Francisco Angelo Pereira. Suplentes: Elizeu Vieira de Queiroz, Raimundo Barros da Costa e Pedro Ferreira da Silva”. Terra Livre. Outubro de 1961, p. 5.

²⁶¹ Terra Livre. Outubro de 1961, p. 5.

²⁶² Novos Rumos. Semana de 09 a 14 de dezembro de 1961, p. 6.

Não custa muito e logo os aliados dos grileiros disputam a opinião pública ao afirmarem não haver grilagem em Cabreiro, deslegitimando o crescente processo de resistência. Em 1961, o *Gazeta de Notícias* cede a palavra ao deputado Abelardo Costa Lima, na Assembleia Legislativa do Ceará:

“Não há grileiros” no Sítio Cabreiro: afirma Costa Lima. Desmentindo que o “Sítio Cabreiro”, pequeno lugarejo de Aracati, tenha 5 mil pessoas, o deputado Abelardo Costa Lima declarou para a reportagem de *Gazeta de Notícias*, desmentindo notícias publicadas que ali não há processo de “grilagem”, isto é, de tomada das terras dos lavradores. Adiantou que existem 500 lavradores no lugarejo, que vivem exclusivamente da roça. Frisou que os lavradores não estão se conformando em que os herdeiros de parte imprestável do sítio (tabuleiro), parte essa que não se dá bem ao plantio, requeiram a sua posse, levantando as cercas. Tal parte que vem sendo cercada, “respeitando-se os direitos dos antigos roceiros”, segundo suas expressões, pertencem a Raimundo Estácio de Souza, Antonio Nunes Vieira e Rubem Gondim. Acha o sr. Abelardo Costa Lima que elementos interessados na desordem concitam os lavradores a discordar do cercamento. Esclarece ainda o parlamentar que, quando prefeito de Aracati, nunca houve qualquer caso com os lavradores do lugar²⁶³.

A voz do latifúndio ressoa na casa legislativa e é replicada no jornal de grande circulação no Estado, informando que os posseiros não aceitavam o cercamento da propriedade que, segundo Abelardo Costa Lima, pertencia aos herdeiros de três fazendeiros. A declaração do político é de aberta defesa dos cercamentos pelos pretensos donos para deslegitimar a resistência dos posseiros, que indignados se levantaram contra os cercamentos, pois os trabalhadores seguiam afirmando se tratarem de terras devolutas. É da preocupação do representante dos supostos herdeiros fazer crer que as cercas respeitavam os direitos dos roceiros, sugerindo que o questionamento dos limites da propriedade privada era sem fundamento.

A tribuna, quando ocupada por Abelardo Costa Lima, provavelmente servia como espaço de testemunha contra os posseiros, utilizando apenas a fala, sem qualquer tipo de comprovação legal de que as terras eram dos pretensos donos. O deputado se utiliza ainda de uma memória institucional para legitimar seu discurso, lembrando que, enquanto prefeito de Aracati, não testemunhou qualquer enfrentamento nas terras, na contramão das reportagens dos jornais *Terra Livre* e *Novos Rumos*, que atestam pela fala dos próprios trabalhadores que os conflitos na região datam de pelo menos 1930. É do interesse também do deputado combater o processo de resistência que se fortaleceu com a criação das Associação dos Posseiros de Cabreiro, revelando a preocupação dos grupos dominantes, diante da conjuntura de mobilização camponesa verificada não somente em Aracati, mas em todo o país, sobretudo no Nordeste.

²⁶³ *Gazeta de Notícias*. 01 dez. de 1961, p. 8.

Para ele, a disputa pelas terras de Cabreiro era fruto da intervenção de “elementos interessados” em causar desordem na região influenciando os posseiros a barrarem o cercamento.

A tática do deputado visava a neutralização do conflito ao sublinhar uma suposta incapacidade de organização autônoma dos trabalhadores. As ditas “influências externas” era o modo recorrente de criminalizar as organizações, como a Federação de Agricultores, Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), que desde os anos de 1960 se aproximaram dos trabalhadores de Cabreiro. Nomes como o de José Leandro Bezerra da Costa e Vicente Pompeu da Silva, além dos demais militantes políticos da esquerda cearense, comprometidos com o processo de mobilização do campo e próximos a FALTAC, como Blanchard Girão, Olavo de Sobreira Sampaio, Aníbal Bonavides, Padre Arquimedes Bruno, entre outros, são apontados como influenciadores dos posseiros. Estiveram também em Cabreiro apoiando os camponeses membros do Pacto Sindical, José de Moura Beleza e militantes estudantis. Entendemos que a presença desses militantes em Cabreiro não influenciou, mas fortaleceu o movimento, servindo de suporte para potencializar a ação dos camponeses que, desde o início do conflito, são os protagonistas dos episódios de resistência, sobretudo quando a disputa se acirra e ganha proporções mais graves.

Em junho de 1962, o conflito atinge o ápice quando a violência se intensifica com a emboscada sofrida por Américo Silvestre, elevando o grau de tensão com reais possibilidades de um enfrentamento armado entre posseiros e grileiros.

[...] os grileiros Rubens Gondim e Vieira Filho, com roupas de vaqueiros e fortemente armados, emboscaram o líder camponês Américo Silvestre, presidente da FALTAC (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará), agredindo-o brutalmente. As vestes de Américo ficaram tintas de sangue, repetindo-se no Ceará as cenas de barbarismo semifeudal de que já foram palco as concentrações camponesas da Paraíba, do Maranhão, Goiás e Estado do Rio²⁶⁴.

Em entrevista, uma moradora do Sítio Cabreiro, na época da contenda, lembra os momentos vivenciados por sua família, principalmente quando “Seu Américo levou umas cordadas na estrada”²⁶⁵. O sentimento era de medo, não se podia ultrapassar os limites da propriedade da família, pois a partir daquele momento os riscos de agressão por ambos os lados eram de fato reais. A entrevistada rememora que para se chegar à estrada que leva ao Aracati era preciso cautela ao desviar por uma área afastada das terras em questão, tamanha a incerteza. Américo Silvestre, ao ser atacado por Vieira Filho e Francisco Gondim, desperta a ira nos

²⁶⁴ Novos Rumos. Semana de 15 a 22 de junho de 1962, p. 7.

²⁶⁵ Entrevista. Camponesa que optou por não se identificar. José Romário Bastos. Julho de 2017. Acervo pessoal do pesquisador.

demais camponeses que entendem a necessidade de preparar a resistência, inclusive armada, para defender as terras em questão. Sabendo da articulação dos posseiros e dos mecanismos jurídicos acionados pela Federação, os grileiros intensificam os ataques ao reunirem um grupo de jagunços para destruir e pilhar a roça de milho, feijão e mandioca dos posseiros. Tal grupo também reforça as ameaças com palavrões e tiros.

Vinte capangas de um “coronel” latifundiário e sob o comando pessoal do dr. Luiz Batista, advogado dos grileiros de Aracati, invadiram plantações da área conflagrada de Cabreiro, destruindo magníficos roçados de milho, feijão e mandioca, numa demonstração de covardia e desespero ante a resistência da massa camponesa que vem lutando com firmeza em defesa da posse da terra onde trabalha e produz há mais de trinta anos. Depois de arrasar as plantações, o bando juntou milhares de espigas de milho, enchendo vários jipes levados especialmente para recolher o produto do saque. Antes de ir embora, os capangas fizeram exhibições grotescas, atirando para o ar e dizendo palavrões, verificando-se então que o chefe da malta, o “advogado” Luiz Batista encontrava-se embriagado, dizendo a cada instante que assim procedia por ordem do Juiz de Direito de Aracati. O crime foi cometido em plena luz do dia, utilizando-se os bandidos do fator surpresa. Conhecendo bem a área ocupada pelos posseiros de Cabreiro, sabendo por conseguinte da dispersão das residências locais, atacaram de repente, prometendo voltar três dias mais tarde para completar a destruição de roças e o saque. Os fatos ocorreram a 1º de junho²⁶⁶.

A destruição das roças, o saque, a intimidação, uma falsa ordem judicial apresentada pelo advogado dos grileiros, revela a tática de constrangimento contra os trabalhadores, inclusive transparecendo o aparato legal. Segundo a narrativa do *Novos Rumos*, o advogado estava embriagado, fato que revoltou ainda mais os trabalhadores, sob a mira das armas, em meio a tiros e humilhações, aumentavam sua indignação. Para selar a demonstração de força, surraram Américo Silvestre em uma emboscada, fato que causou imensa revolta, despertando a solidariedade camponesa e fortalecendo o movimento de resistência por parte dos posseiros. Os trabalhadores se dispuseram ao confronto se armando de foices, facões, espingardas, numa concentração em defesa de suas terras e em resposta à agressão sofrida por Américo Silvestre. A ação também questionava a ameaça dos agressores, pois haviam dito que voltariam para levar o que sobrara dos roçados. O sentimento de “ódio sagrado”, expresso na reportagem, revela o conteúdo de violência da disputa: trezentos posseiros indignados com a violência dos grileiros, dispostos a defenderem suas terras e darem um basta às humilhações sofridas.

Quando as notícias das destruições e da emboscada se espalharam, de cada casa saiu um homem indignado, pronto para qualquer emergência em defesa do seu lar, sua terra, do que haviam plantado com tanto esforço e sacrifício. De cada casa saiu um camponês para solidarizar-se com Américo Silvestre, o líder agredido. E uma fisionomia sombria, de ódio insopitável, o sagrado ódio dos explorados, oprimidos e humilhados, estampou-se no rosto de todos os camponeses de Cabreiro. Um deles resumiu o sentimento dos demais, dizendo ao jornalista: “Nós sabemos amar, como

²⁶⁶ *Novos Rumos*. Semana de 15 a 22 de junho de 1962, p. 7.

sabemos odiar.” E na mesma tarde em que Américo Silvestre foi atacado, trezentos posseiros se concentraram em Tabuleiro, à frente da residência do líder. Em seguida dirigiram-se para as plantações, pois os grileiros haviam programado nova destruição. Quase todos armados – facões do mato, foices, espingardas “papo amarelo”, o que puderam mobilizar para defender-se – esperaram os bandidos até que chegasse a noite. Se a capangagem apontasse no horizonte, poderia correr nos campos de Cabreiro o sangue generoso dos trabalhadores, mas os pistoleiros seriam esmagados. “Nós somos da paz e do trabalho, mas não conhecemos a covardia e defenderemos as nossas posses, já que o governo não toma as providências” – disse um deles. Como os bandidos não voltaram, os posseiros regressaram a Tabuleiro e na casa de Américo Silvestre, foi planejada a resistência, organizando-se piquetes que passaram a guardar as plantações dia e noite²⁶⁷.

O conflito tomou maior proporção. Além da resistência em Cabreiro, a articulação dos posseiros com a FALTAC e demais sindicatos facilitou a repercussão através da Rádio Dragão do Mar²⁶⁸, que apoiava o movimento e se colocava ao lado dos camponeses, diferentemente da imprensa em geral que, quando não silenciavam o conflito, saíam abertamente contra as reivindicações dos trabalhadores. Tal fato, muito provavelmente, despertou a atenção de vários grupos políticos, como os dirigentes do Pacto de Unidade Sindical, lideranças do movimento estudantil, além de membros da FALTAC que, em solidariedade, marcaram presença no ato em Aracati.

Na grande assembleia de Tabuleiro estava presente numerosa delegação de líderes estudantis de Fortaleza, além dos principais dirigentes da FALTAC. A comitiva do Pacto de Unidade Sindical do Ceará, depois de agradecer a solidariedade prestada pelos posseiros à greve dos bancários do Banco do Nordeste Brasileiro, enviando milho e feijão para os grevistas, informou sobre as providências tomadas contra a ação dos grileiros, gestões junto ao governador do Estado, cabogramas enviados ao Presidente da ULTAB e aos jornais *Novos Rumos* e *Última Hora*. Informaram ainda que as autoridades de Aracati (sede do município) mostraram-se indiferentes e frias diante dos acontecimentos, particularmente o prefeito, cuja opinião era a de que se estava “fazendo tempestade num copo d’água”, isso apesar do sangue derramado pelo líder Américo Silvestre. Enquanto isso, em Fortaleza, a “Rádio Dragão do Mar”, que obedece a orientação do sr. Moisés Pimentel – candidato nacionalista a deputado federal – divulgava protestos, denunciava o banditismo e a emboscada, mobilizava a opinião pública em solidariedade aos camponeses²⁶⁹.

²⁶⁷ *Novos Rumos*. Semana de 15 a 22 de junho de 1962, p. 7.

²⁶⁸ De propriedade do empresário e deputado federal Raimundo Ivan, a Rádio Dragão do Mar nos anos 1960 se destacou por difundir os ideais defendidos pelas organizações de trabalhadores, se constituindo como notável porta voz das Reformas de Base, abrigando a voz dos operários, camponeses e estudantes em suas denúncias e divulgação de concentrações e passeatas, leituras de manifestos, dentre outras atividades de classe. Sobre o ativismo político da emissora, Blanchard Girão assinala que naquelas ondas se reunia “em plano especial os jovens estudantes - liderados pela memorável União Nacional dos Estudantes, a UNE, e pelas suas filiais estaduais, as UEEs, bem assim pelas entidades representativas dos secundaristas, - e dos trabalhadores, organizados e cientes de suas força dentro dos sindicatos, todos desejosos de romper os grilhões do conservadorismo corrupto e inepto que dominava o Brasil.” (GIRÃO, 2005, p. 12). Sobre o papel social da Rádio Dragão do Mar e seu impacto no cotidiano de Fortaleza entre os anos 1958 e 1964, conferir o estudo de Ana Elisabete Freitas Jaguaribe “**Labaredas no ar: a Rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964)**”.

²⁶⁹ *Novos Rumos*. Semana de 15 a 22 de junho de 1962, p. 7.

Por outro lado, as lideranças políticas de Aracati demonstram pouca vontade em resolver a questão quando minimizam os fatos e deixam transparecer sua disposição em apoiar os atos violentos dos grileiros. Para o prefeito, os trabalhadores estavam “fazendo tempestade num copo d’água”; procurado por uma comissão de trabalhadores, agiu de forma completamente parcial defendendo os grileiros, utilizando exemplos de assassinatos de camponeses que lutavam por terra em outros estados. O *Terra Livre* assim registra: “O ambiente em Aracati é de mentiras e provocação por parte das autoridades, que para amedrontar os posseiros, dizem que ‘na Paraíba mataram o líder camponês e acabaram com as Ligas, e que no Maranhão fizeram a mesma coisa’”²⁷⁰.

A rotina em Cabreiro foi alterada. Como forma de resistirem, os camponeses organizaram grupos de defesa que se alternavam dia e noite para proteger seus roçados, demonstrando aos pretensos proprietários a disposição em enfrentar o braço armado da grilagem. Esse ato recebeu apoio de grupos militantes, de diretores da FALTAC e do Padre Arquimedes Bruno que junto aos posseiros discutiam o reconhecimento do poder público em desapropriar a área em litígio, reafirmando se tratem de terras devolutas, tarefa apoiada pela assessoria jurídica da FALTAC. Após os incidentes, os posseiros fortaleceram a mobilização junto ao Pacto Sindical e aos deputados estaduais Blanchard Girão e Aníbal Bonavides, que no plenário pressionavam pelo reconhecimento das terras devolutas em litígio. Mais um passo na luta se daria ao buscarem o governador do Estado, Parsifal Barroso, para denunciar as violações sofridas e cobrar uma resolução ao conflito, arrancando a promessa de desapropriação.

O primeiro recuo dos grileiros Vieira Filho, Francisco Gondim e seus jagunços, diante da disposição de luta dos posseiros, não convenceu a FALTAC de que tudo estava terminado. E uma comissão daquela Federação, integrando posseiros e o Padre Arquimedes Bruno, foi ao Palácio da Luz comunicar o fato ao governador Parsifal Barroso, e exigir providências no sentido de legitimar as terras dos posseiros e evitar o choque que está por acontecer, não só no Ceará como em todos os Estados do Brasil. O governador designou, imediatamente, o Procurador Geral do Estado, acompanhado do oficial do Gabinete Militar do Palácio, a fim de evitar o choque e empenhar sua palavra diante dos posseiros, responsabilizando-se pelos grileiros que segundo suas promessas, não atacariam. Em nome do governador, o Procurador propôs um acordo de trégua, incluindo a promessa de que “se as terras forem devolutas, será feita a legitimação, e se forem propriedade particular, serão desapropriadas e loteadas com os posseiros, em forma de colônia, com uma cooperativa, financiamento e assistência técnica”. As promessas foram confirmadas no local do conflito, e Américo Silvestre, em nome dos posseiros, declarou que permaneceriam na terra cuidando dos roçados, até a decisão do governador, o que foi aceito pelo Procurador. Américo Silvestre foi positivo com o representante do governo estadual: “Se os bandidos voltarem de novo, nada feito sobre acordo; nós os receberemos como eles merecem”. Diante dessa grande experiência de luta, resta aos posseiros de Cabreiro, permanecer em seus postos, respeitar o acordo enquanto ele for respeitado pela outra parte, mas exigir do

²⁷⁰ Terra Livre. Julho de 1962, p. 8.

governo estadual o cumprimento das suas promessas com urgência que a necessidade obriga²⁷¹.

Para os camponeses, se tratava de uma promessa que merecia ser acompanhada da vigilância dos roçados, proteção de suas safras e insistência em cultivar a área, pois acreditavam que o acordo não lhes dava nenhuma garantia. Américo Silvestre manda o recado ao governo informando que continuariam de prontidão em defesa de suas terras, trabalhando para não permitir a invasão dos grupos armados a serviço dos proprietários, tudo isso ao mesmo tempo que difundiam o compromisso do Governador em desapropriar as terras de Cabreiro, mobilizando os posseiros e demais sindicatos para atuarem conjuntamente. O conflito tomava agora caminho aparentemente jurídico. Os pretensos herdeiros se articulavam para provar que aquela extensa faixa de terra não era devoluta, tensionando o governo a não reconhecer o direito dos trabalhadores.

Numa das reuniões da Comissão Estadual de Reforma Agrária (CERA), recentemente criada pelo governador Parsifal Barroso, foi posto em dúvida, porém, o caráter devoluto daquelas terras. A CERA fora organizada para levantar e distribuir as terras devolutas do Ceará. Essa primeira vacilação a respeito de Cabreiro contribui para desacreditar a iniciativa do governador. Por outro lado, serviu para dar alento aos grileiros e latifundiários de Aracati, que não tardaram em promover ação judicial visando despejar em massa os posseiros da região, já agora com violência predatória e agressão física, de emboscada. Os posseiros, entretanto, não arredaram pé de suas terras. Estão decididos a defender sua vida e seu trabalho a qualquer custo, compreendendo o sério perigo que os ameaça. Todos sentem a necessidade de mais união e organização para enfrentar os latifundiários²⁷².

O governo estadual encaminhou uma sindicância no local do conflito, em visita oficial que rendeu um relatório à Delegacia de Ordem e Política Social em 9 de junho de 1962. Ao procurar os envolvidos no caso e reunir informações repassadas aos órgãos de segurança, o investigador José Maia Gibson deixou registrado acontecimentos que demonstram como os pobres são tratados. Américo Silvestre, posseiro de destacada atuação no conflito e presidente da Associação de Posseiros e Agricultores de Cabreiro, fora espancado e isso era do conhecimento dos órgãos de polícia de Aracati que nada fizeram, salvo abertura de inquérito para uma duvidosa investigação que só seria encerrada em 1964. Nesse caso, é notória a conivência das autoridades de segurança com a agressão contra Américo e as plantações dos demais posseiros; mesmo diante de várias testemunhas, não tomam nenhuma providência no sentido de garantir segurança aos trabalhadores. Para se ter dimensão das agressões sofridas por Américo, José Maia Gibson em seu relatório aponta:

²⁷¹ Terra Livre. Julho de 1962, p. 8.

²⁷² Novos Rumos. Semana de 15 a 22 de junho de 1962, p. 7.

Declarou que ia para Aracati, quando por volta de 15h30 do dia 4-6-62, em um lugar ermo, da estrada que liga Cabreiro de Aracati, foi atacado a cacête e pontapés, depois de ter sido arrancado da sela de sua montaria. Efetivamente, ainda hoje verifiquei que o sr. Américo Silvestre apresenta escoriações na região masseterina; ferimento leve na região anterior esquerda do pescoço (esses ferimentos têm marcas ungueais); equimoses nas regiões lombares produzidas por cacête; equimoses ainda na região mamária esquerda e contusão no frontal esquerdo (corte no couro cabeludo). O paciente se recente de dores na região lombar esquerda, que o impossibilitaram de trabalhar²⁷³.

Embora o relatório apresente detalhes sobre as condições do camponês espancado, as informações prestadas ao jornal *Correio do Ceará* evidenciam a tentativa em minimizar o ocorrido, passando a mensagem de uma agressão sem grandes danos à vítima, construindo uma aparente tranquilidade, fazendo crer que a “agressão não foi grave”

Com relação a agressão sofrida pelo posseiro Américo Silvestre, líder dos agricultores de Cabreiro, o dr. Manoel Pinheiro de Sousa informou que não foi coisa de maior gravidade. Acrescentou que mandou abrir inquérito para apurar as responsabilidades contra a vida do posseiro. Finalmente, o Procurador Geral do Estado asseverou que já esteve com o governador Parsifal Barroso a quem apresentou um relatório de sua viagem à Cabreiro²⁷⁴.

O jornal tranquilizava a opinião pública diante dos fatos ali presenciados. Os redatores do *Correio do Ceará* não queriam que Aracati se tornasse um centro de agitação camponesa semelhante aos encontrados nos estados vizinhos, como Pernambuco e Paraíba, em face das Ligas Camponesas. Minimizando o conflito, informavam que o interior do Estado não estava em “pé de guerra” e medidas para solucionar a disputa em Cabreiro já estavam em curso.

Novamente Cabreiro. A Comissão Estadual de Política Agrária deverá estudar amanhã a questão de Cabreiro, mostrando a necessidade de uma ação decidida e inteligente do governo face ao problema, inclusive desapropriando aquelas terras, se for necessário. Ficar-se apegado aos textos de leis, em discussões intermináveis sobre direitos legítimos sobre aquelas terras, não adianta. Estão mais de 3 mil pessoas em Cabreiro, dispostas a ir às últimas consequências caso persistam as depredações contra suas lavouras e a terra que ocupam. O caso agora é evitar que se repitam ali os episódios da Paraíba, que Cabreiro se transforme em um novo foco de agitação no Nordeste²⁷⁵.

A persistência dos trabalhadores nessa disputa de fato despertou a atenção do governo que, pressionado pelos posseiros e diante da mobilização da FALTAC e do Pacto Sindical, intervem a fim de evitar o “imminente choque armado” em Aracati, como noticiado pelo *Correio do Ceará*. O Secretário de Polícia se desloca para tentar evitar maiores confrontos na região

²⁷³ Inquérito Policial Militar. Américo Silvestre. DOPS-Ce. Projeto Memórias Reveladas, 1962. Arquivo Público do Estado do Ceará.

²⁷⁴ *Correio do Ceará*. 7 de jun. de 1962, p. 8.

²⁷⁵ *Gazeta de Notícias*. 13 de jun. de 1962, p. 3.

Iminente um choque armado em Cabreiro: Secretário de Polícia vai tentar acalmar. O Secretário de Polícia e Presidente da Comissão de Reforma Agrária, deputado Nogueira Diógenes, deverá viajar segunda-feira com destino a Aracati, onde vem se agravando ultimamente o problema entre posseiros e proprietários de terras, na iminência de um choque armado. Polícia Alerta. Todo o policiamento localizado em Aracati deslocou para Cabreiro, permanecendo em alerta, objetivando evitar um choque entre as duas partes²⁷⁶.

Temia-se a radicalização dos posseiros, o que provavelmente levou a imprensa a noticiar o clima de tensão reinante em Aracati, obrigando uma reação por parte dos órgãos públicos. Para os editores do jornal *O Nordeste*, a situação era “gravíssima”, exigindo solução definitiva que não mais podia ser adiada, pois estava-se diante de acontecimentos que ameaçavam a “tranquilidade do interior cearense”, podendo assumir “características imprevisíveis”. Aos seus leitores, passa a mensagem de alerta.

Vem-se agravando consideravelmente a situação na localidade de Cabreiro, distrito de Aracati, em vista da decisão dos posseiros, que prometem revidar a altura qualquer tentativa de nova agressão por parte dos grileiros. Reina clima de apreensão na localidade e os pequenos agricultores, que já tiveram suas plantações invadidas pelos grileiros e latifundiários, estão armados e dispostos a enfrentar um novo ataque. Os secretários de Agricultura e de Polícia e Segurança Pública, hoje seguirão para Cabreiro, a fim de estudar uma nova solução para o impasse que poderá ter consequências desastrosas²⁷⁷.

Em face das evidências, pode-se afirmar que estamos diante de um conflito que poderia ter tomado grandes proporções, dada a determinação de resistência dos posseiros, arriscando a vida em nome das terras que acreditavam serem suas por direito. Aproveitando o clima favorável, os trabalhadores preparam um ato político na região, atraindo apoios, numa tentativa de demonstração de força contra os grileiros e as autoridades de Aracati. Em 17 de junho, organizaram uma concentração em apoio aos posseiros de Cabreiro exigindo, dentre outras pautas, a imediata desapropriação daquelas terras. Na ocasião, vários “trabalhadores da cidade” foram encontrar com os posseiros e, se reconhecendo enquanto explorados, manifestaram sua solidariedade contra a violência dos grileiros e a omissão do Estado. Eram “ferroviários, marceneiros, músicos, estudantes, enfermeiros e até motoristas”²⁷⁸ irmanados na luta.

Além das massas camponesas e do povo em geral, uma delegação de 65 pessoas prestou solidariedade aos posseiros de Cabreiro, em luta contra os grileiros de terra. A referida delegação foi constituída das seguintes representações: Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes e Funcionários Públicos do Ceará, através de José Moura Beleza que, em seu discurso reafirmou disposição dos operários de ir a Cabreiro defender as posses dos camponeses e suas famílias; a Rádio Dragão do Mar, o Padre Arquimedes Bruno, representante do governador Parsifal Barroso e da Comissão

²⁷⁶ Gazeta de Notícias. 09 de jun. de 1962, p. 8.

²⁷⁷ O Nordeste. 11 de jun. de 1962, p. 8.

²⁷⁸ Terra Livre. Agosto de 1962, p. 7.

Estadual de Política Agrária; Sindicato e União dos Ferroviários, Tecelões, Marceneiros, Gráficos, Músicos, Enfermeiros, Motoristas e ainda a Associação dos Choferes; a União Estadual de Estudantes; a Frente Unida dos Servidores Públicos; a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), e as Associações dos Pequenos Agricultores de Caucaia, dos Lavradores de Padre Andrade, dos Pequenos Agricultores de Parangaba, dos Pequenos Agricultores de Ideal e mais 20 representantes de Associações de Bairros²⁷⁹.

O conflito repercute junto às organizações de trabalhadores que se aliam aos posseiros, reconhecendo o direito dos camponeses no embate. Convém lembrar que a conjuntura dos anos 1960 foi marcada pelos debates acerca da Reforma Agrária, ao passo que se fortaleciam as mobilizações camponesas pelo país. Encarada como problema fundamental a ser enfrentado pela sociedade brasileira, a distribuição de terra não era vista como um tema apenas das Associações e Sindicatos de Trabalhadores do Campo, mas como uma urgência, ocupando as discussões de intelectuais e trabalhadores em geral. A luta de Cabreiro se mostrava como importante momento para encorajar os posseiros a resistirem e ao mesmo tempo elevar o tom das reivindicações por Reforma Agrária.

Vários representantes de importantes agremiações e sindicatos de classe usaram da palavra em atos públicos, prestando inteira solidariedade aos posseiros de Cabreiro, entre eles o Padre Arquimedes Bruno, o autor destas notas, correspondente do jornal Terra Livre e porta-voz da FALTAC, além de muitos operários. O líder camponês de Cabreiro, Américo Silvestre, que fora covardemente agredido pelos jagunços, falou mais uma vez da situação dos camponeses, tendo sido ouvido por mais de mil pessoas, entre elas representantes das vizinhas cidades de Aracati, Itaiçaba e várias outras. Em vários atos públicos, a resolução da massa era a mesma: “os posseiros de Cabreiro não arredarão os pés das suas posses e resistirão por todos os meios, nem que seja pelas armas”, como já deram provas suficientes. Continua, entretanto, aguardando o cumprimento das promessas do governador Parsifal Barroso, de desapropriar as terras, se tiverem dono legítimo, loteando-as para os posseiros, ou, sendo elas devolutas, distribuindo imediatamente os títulos legais de posse àqueles camponeses. Vejam as autoridades que, à medida que o tempo vai passando, uma parte cada vez maior da população brasileira compreende melhor a verdadeira situação do Brasil e a necessidade urgente das reformas de base, entre elas a Reforma Agrária. Essa grande demonstração de solidariedade dos cearenses aos posseiros de Cabreiro mostra muito bem que o povo sabe o que está querendo, e já não pede mais, exige²⁸⁰.

É notável o apoio de várias organizações aos posseiros de Aracati, que aproveitaram o ambiente de mobilização para defender a entrega oficial daquelas terras aos lavradores. Não estava mais em jogo o caráter devoluto ou não das terras, caso fosse provado se tratar de herança devia seguir o procedimento de desapropriação e garantir títulos legais aos posseiros.

Em resposta aos movimentos de pressão vindos de diferentes grupos, o governo do Estado, além de acompanhar o caso diretamente ao visitar a região, colher informações, reunir a burocracia para indicar soluções e, sobretudo, para tranquilizar os ânimos, demonstra

²⁷⁹ *Ibid.*

²⁸⁰ Terra Livre. Agosto de 1962, p. 7.

disposição a desapropriar e instalar cooperativas agrícolas que impulsionariam a produção em Aracati.

Governo vai fazer benfeitorias enquanto resolve o caso. Numa reunião que durou até quase 13 horas de ontem o governador Parsifal Barroso esteve com a Comissão de Política Agrária, ocasião em que foi apresentado e lido o relatório do procurador geral do Estado dr. Manuel Pinheiro, sobre a situação do sítio Cabreiro, foco de rebeldia no interior do estado. O procurador geral propôs à Comissão que se mandasse promover imediatamente o levantamento topográfico das terras de Cabreiro, para a exata fixação da zona litigiosa, tendo a Comissão decidido pedir ao DNOCS, através do Departamento de Terras e Colonização, que efetue o levantamento aerofotogramétrico da região. A Comissão foi cientificada também de que os colonos de Cabreiro resolveram dar uma trégua provisória, aguardando pacificamente que o governo resolva a situação ficando acertado que serão providenciadas imediatamente várias benfeitorias no sítio, visando a dar maior conforto e melhor situação aos moradores até a solução final. O governo do Estado deverá fazer imediatamente em Cabreiro um poço profundo, para o abastecimento de água potável bem como cuidar da ampliação de uma lagoa ali existente para o desenvolvimento da criação de peixes destinados ao abastecimento e, em último lugar a instalação de uma cooperativa do tipo artesanal, para valorização da mão de obra e do artesanato, que é a principal atividade do lugar²⁸¹.

Não seria mais possível o estado se omitir ou apoiar os grileiros, tamanha era a mobilização e resistência dos posseiros. O governo estadual se compromete com obras emergenciais garantindo um poço profundo e melhoramento de uma lagoa para o cultivo de peixe, além de sinalizar a organização de uma cooperativa de produtos artesanais, provavelmente confeccionados com a palha da carnaúba, abundante na região. Os posseiros se comprometeram com uma “trégua”, esperando a resolução do impasse, vigilantes ao processo de desapropriação. Parsifal Barroso e sua equipe encaminham ao DNOCS a tarefa dos levantamentos topográficos, comprovações de área e estudos técnicos que serviriam de base ao processo de desapropriação.

Do lado dos grileiros, a estratégia era sustentar a tese jurídica da herança defendida pelo advogado Luiz Batista, responsável pela defesa das famílias Gondim e Vieira, pretensas herdeiras. Apostavam na vitória judicial alegando a invasão de suas terras por parte dos posseiros, aguardando a ordem de despejo se concretizar. A jogada vinha das articulações típicas nesses casos.

Sondei o Sr. Rubens Gondim, residente em Aracati e um dos proprietários de terras em Cabreiro. Disse-me ele que as terras são dos herdeiros de Adriano Gondim e Antônio Vieira Batista e seus herdeiros, adiantando que as referidas terras foram invadidas pelos camponeses liderados por Américo Silvestre, acobertado este por Antonio Figueiredo Monteiro, agente do IBG em Aracati. Declarou também que o seu advogado, Dr. Luiz Batista, vem questionando há muito tempo, tendo o Meritíssimo

²⁸¹ Gazeta de Notícias. 15 de jun. de 1962, p. 8.

Juiz de Direito do Aracati, dado ganho de causa aos herdeiros de Adriano Gondim, que aguardam os títulos de reintegração, apenas²⁸².

Além de contar com advogado que certamente possuía laços com o judiciário local, posto que no episódio do assalto aos roçados dos trabalhadores Luiz Batista não só compareceu, mas afirmou que o Juiz local estava ciente da ação, os grileiros receberam apoio no parlamento, sobretudo de Abelardo Costa Lima (PTN), um ferrenho defensor dos interesses da classe proprietária conhecido no cenário político estadual. Para Aníbal Bonavides, correspondente da Revista Novos Rumos, o “deputado coronel” era conhecido como um parlamentar que usava a tribuna para defender os interesses do latifúndio.

Por trás dos grileiros, orientando suas ações, está o deputado Abelardo Costa Lima, um dos mais categorizados representantes na Assembleia Estadual do coronelismo do Vale do Jaguaribe. Foi ele o chefe da campanha contra a Lei de Irrigação do Nordeste, articulando, nos seminários de Orós e Banabuiu, em 1960, as forças reacionárias dos latifundiários contra o projeto. Atualmente trabalha com afã, embora meio encapuçado, contra os posseiros de Cabreiro. Em Aracati, o “advogado” Luiz Batista recebe instruções diretas de Abelardo Costa Lima, que embora não tenha interesses diretos em Cabreiro protege os grileiros, seus cabos-eleitorais²⁸³.

As terras na região jaguaribana não estavam apenas sob vigilância armada dos proprietários, contavam também com forte articulação no parlamento cearense disposto a barrar os projetos que pusessem em risco os interesses desse grupo. Abelardo Costa Lima se destacava no trabalho de proteção do latifúndio, articulando forças contrárias aos projetos de irrigação numa época em que ganhava corpo a discussão sobre políticas de enfrentamento à seca e às condições de extrema miséria no campo, fortalecidas, sobretudo, em 1959 com a criação da SUDENE e dos projetos de desenvolvimento do Nordeste, tendo Celso Furtado como impulsionador.

Para o parlamentar, era preciso barrar o movimento dos posseiros, atuando na Assembleia para formar a opinião pública de que as terras eram de fato pertencentes às famílias Vieira e Gondim. O deputado usou os mais variados recursos para desacreditar a ação dos posseiros, contestando os números de trabalhadores envolvidos, indo na contramão do que até então fora noticiado. Abelardo Costa Lima lança a dúvida quanto as terras devolutas, apresentando uma suposta documentação comprovando se tratarem de terras de herança. Chegou a relativizar as condições materiais dos grileiros, afirmando se tratarem de indivíduos de poucos recursos, mal possuindo “uma casa para morar”. Alegou que a relação entre posseiros

²⁸² Inquérito Policial Militar. Americo Silvestre. DOPS-Ce. Projeto Memórias Reveladas, 1962. Arquivo Público do Estado do Ceará.

²⁸³ Novos Rumos. Semana de 15 a 22 de junho de 1962, p.7.

e pretensos herdeiros não era tão acirrada como faziam crer o rádio e a imprensa, contradizendo, assim, várias evidências de diferentes origens.

Exibindo croquis e farta documentação, o deputado Abelardo Costa Lima, do PTN, teceu à tarde de ontem, da tribuna da AL, considerações em torno do clima reinante na localidade de Cabreiro, no município de Aracati, onde se tem verificado, nos últimos meses, lutas pela posse de terras ditas como devolutas. Iniciando seu discurso, disse o sr. Abelardo Costa que nas terras de Cabreiro, objeto da demanda, não estão situados cento e tantas, mas apenas 48 famílias. “Essas famílias – acentuou – localizaram-se em terras de propriedade do sr. Raimundo Estácio, que só se tem interessado, até hoje, pelo cultivo da carnaúba”. De certo tempo a essa parte, esses posseiros vêm penetrando nas terras dos herdeiros de Raimundo Estacio, de Antonio Vieira e dos herdeiros de Adrião Gondim, terras estas que compreendem uma área de, aproximadamente, 696 ha²⁸⁴.

Na Assembleia Legislativa do Ceará, Abelardo Costa Lima é questionado pelo deputado Aníbal Bonavides afirmando que “nas terras de tabuleiro das imediações de Cabreiro e noutras áreas próximas estão localizadas cerca de 200 posseiros e que o seu despejo pela violência, como vem sendo tentado pelos proprietários, criaria um sério problema social”²⁸⁵. Insistindo em defender os grileiros, Abelardo Costa Lima segue afirmando que as terras em questão eram de propriedade das famílias Vieira e Gondim, e que as acusações de grilagem se tratavam de “falsa ideia”.

Depois de ressaltar que “ninguém deseja despejar os posseiros, mas apenas preservar as propriedades visadas pondo-as debaixo de cercas”, o sr. Abelardo Costa Lima prosseguiu dizendo que tudo resulta de um conceito errôneo do que seja ou não terra devoluta naquela área do município de Aracati. “Tem-se procurado, também, dar uma falsa ideia sobre as condições dos proprietários, apontando-se como ‘grileiros’ ou latifundiários, elementos que mal possuem uma casa em que morar”, assinalou mais adiante. Esclareceu ainda que o deputado Diógenes Nogueira e o padre Arquimedes Bruno, quando visitaram Cabreiro em nome do Governo do Estado, ficaram chocados com a pobreza de alguns proprietários, tão dignos de comiseração quanto alguns posseiros. Finalizando, afirmou o orador que ninguém quer desalojar os posseiros das terras de tabuleiro: “O que se quer é uma solução para o problema. Mas essa solução não será encontrada com a prática de injustiças descobrindo-se um para cobrir outro”[...] O orador disse ainda que as relações entre posseiros e proprietários de Cabreiro são relativamente cordiais: “São bem diferentes das agitações criadas artificialmente através do rádio e da imprensa”²⁸⁶.

Vemos, portanto, as tentativas do representante do latifúndio em confundir o processo de mobilização em torno dos direitos dos camponeses de Aracati alguns meses depois do conflito ter atingido seu ápice, momento em que ainda os herdeiros não haviam comprovado a posse da terra, deixando a questão sem definição. Para Blanchard Girão (PST), deputado da esquerda e apoiador dos posseiros, Abelardo Costa Lima fazia parte de um grupo defensor da manutenção da estrutura agrária na região jaguaribana, atuando contra qualquer intenção de

²⁸⁴ O Povo, 03 de abr. de 1963, p. 5.

²⁸⁵ *Ibid.*

²⁸⁶ *Ibid.*

distribuição de terra, protegendo o latifúndio e a especulação, tão caras aos proprietários dos diversos municípios daquela parte do Estado.

Para o deputado Blanchard Girão, que por diversas vezes aparteu o sr. Costa Lima, “a situação de Cabreiro será definitivamente solucionada com a transformação em lei de projeto do sr. Ernesto Gurgel Valente, apresentado à consideração da Casa, na legislatura passada. O projeto preconiza a desapropriação – com reconhecimento ‘in limine’ dos direitos dos proprietários – das terras em litígio e subsequentemente distribuição com os posseiros que nelas se encontram instalados”. O sr. Abelardo Costa Lima acha, porém, que essa não seria a solução mais racional, visto que as terras dos “posseiros” não atingem nem 200 há. “Seria uma utopia o querer-se fazer uma reforma agrária numa área de 200 ha”, frisou. E afirmou que a solução deve ser mais ampla²⁸⁷.

A medida de desapropriação das terras em questão seria combatida por Abelardo Costa Lima que, por não reconhecer o direito dos posseiros, critica a ação insistindo em afirmar que a maior parte das terras não era devoluta. Na verdade, o parlamentar era “contra qualquer iniciativa” que modificasse a concentração fundiária no Estado, sobretudo na região jaguaribana, onde detinha influência política.

O sr. Aníbal Bonavides declarou, em aparte, que existe uma resistência latente contra quaisquer iniciativas objetivando a modificação da paisagem socioeconômica do Jaguaribe. “Vimos a resistência que determinados setores ofereceram ao projeto da SUDENE, que dispunha sobre a desapropriação das terras da bacia de irrigação dos açudes públicos, notadamente o Orós”. O sr. Abelardo Costa Lima declarou que fora na, na verdade, um dos que se levantaram na Assembleia contra tal projeto, por considerá-lo “fora da realidade”. Por isso, tomara a iniciativa de juntamente com outros deputados estudiosos do problema agrário, elaborar um anteprojeto, corrigindo a proposição da Sudene, e levá-lo ao Congresso”²⁸⁸.

A resolução do conflito caminhava a passos lentos, embora já existindo algumas medidas como o projeto de desapropriação apresentado por Ernesto Gurgel Valente²⁸⁹ esperando apreciação da Assembleia, podendo se tornar lei e assim repassar os títulos de propriedades aos posseiros. À medida que o tempo passava, os grileiros eram beneficiados, pois nenhuma resolução era apontada pelos órgãos responsáveis, ao mesmo tempo que se fortalecia uma campanha anticomunista em todo país, passando o movimento sindical e demais defensores das reformas de base a serem atacados e a passarem por forte vigilância, renunciando o autoritarismo que daria o tom meses mais tarde.

Em outubro de 1963, a tensão em Cabreiro arrefece e o “acordo” de trégua é assinado entre posseiros e grileiros, agora confirmados pela imprensa que noticiou o fato como

²⁸⁷ O Povo, 03 de abr. de 1963, p. 5.

²⁸⁸ *Ibid.*

²⁸⁹ Deputado Estadual pelo PSD, na época em questão ocupava o cargo de Secretário do Ministro da Viação e Obras Públicas, natural de Aracati e interessado por temas agrários, tendo, inclusive, publicado o livro *Banco do Nordeste e valorização do polígono das secas* (1956).

“proprietários” ou ainda “representantes dos herdeiros”. O jornal *O Nordeste* em sua capa informou que a “Mediação do governo do estado e da Superintendência da Política Agrária - SUPRA - [...] permitiu que grileiros, posseiros, proprietários e trabalhadores rurais firmassem, ontem, acordo pondo fim às lutas que se desenrolam nas terras de Cabreiro”²⁹⁰. Abelardo Costa Lima figura na notícia como “advogado” dos proprietários, nos sugerindo sua interferência naquele processo. Selado em 02 de outubro de 1963 em Aracati, a decisão fora publicada integralmente no jornal *Gazeta de Notícias*. Diante do Juiz de Direito da Comarca de Aracati, José Rodrigues da Silva; Pontes Neto, Delegado da SUPRA; Edival de Melo Távora, Secretário da Agricultura, os posseiros Américo Silvestre, Raimundo Firmino do Vale e João Benevuto de Oliveira deliberam um acordo com Rubens Gondim e Edmundo Gondim, “representantes dos herdeiros”. O documento lista cinco pontos de entendimento que servirão para conduzir o litígio até uma resolução definitiva cujo limite se estendia até agosto de 1964,

- 1) Agricultores e proprietários esquecem os ódios e ressentimento que advieram da disputa pela ocupação das terras, renunciando a indenização por prejuízos causados, reciprocamente, declinando os agricultores de prosseguirem na ação criminosa que intentaram contra Antonio Vieira Filho e Francisco Costa Gondim, comprometendo-se a não tomarem qualquer atitude hostil, entre si, tendo como objeto os fatos já ocorridos anteriormente;
- 2) Os agricultores que já tem cercados e culturas nos terrenos da família Gondim e de Antonio Vieira Batista, permanecerão ocupando as faixas de terras já delimitadas, sendo estipulada uma renda anual para indenização aos proprietários, ficando o ônus do pagamento dessa renda, a Superintendência da Política Agrária (SUPRA);
- 3) Os agricultores que, iniciaram os serviços de broca e limpa de terrenos dos proprietários já qualificados, não mais prosseguirão nesses serviços, sendo indenizados pelas despesas efetuadas até esta parte cumprindo à Superintendência da Política Agrária (SUPRA), o ônus desse pagamento;
- 4) Até que se consiga uma solução definitiva para a questão, através de gestões do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, da Superintendência da Política Agrária (SUPRA) e do representante de ambas as partes, fica constituída uma comissão, integrada pelos snrs. Rubens Gondim, Edmundo Gondim, José Vieira Batista, Américo Silvestre da Rocha, Raimundo Firmino do Vale, João Benevuto de Oliveira e pelo Delegado da Supra, Dr. José Pontes Neto, a qual se reunirá pelos menos uma vez mensalmente, cumprindo-lhe nessas reuniões, dirimir as questões e dúvidas suscitadas a respeito das terras;
- 5) A ocupação a que se refere a cláusula nº2, se estenderá até agosto do ano próximo vindouro, ficando estipulado ainda que serão colhidas pelos agricultores as safras correspondentes à culturas já existentes, proibindo-se, todavia que venham a plantar mandioca nos terrenos ocupados, a partir desta data²⁹¹.

O documento tenta assegurar primeiramente a garantia da paz em Cabreiro, endossando que “ódios e ressentimentos” seriam esquecidos e Aracati deixaria de ser palco de um conflito entre posseiros e “proprietários”. Em linhas gerais, o acordo deixa transparecer o

²⁹⁰ *O Nordeste*, 3 de out. de 1963, capa.

²⁹¹ *Gazeta de Notícias*. 04 de out. de 1963, p. 6.

reconhecimento do direito dos grileiros por parte do Estado que não menciona em nenhum dos pontos qualquer intenção de desapropriação, se responsabilizando, inclusive, pelo pagamento da renda cobrada pelos “proprietários” e pela indenização aos camponeses prejudicados em razão das melhorias aplicadas a terra em questão e agora de propriedade das famílias Vieira e Gondim. Havia a promessa de seguirem nos estudos com vistas a “dirimir as questões e dúvidas suscitadas a respeito da terra” por meio de reuniões mensais de uma Comissão formada pelos agentes do Estado, posseiros e grileiros. Embora visto como avanço, sobretudo pela mídia ao elogiar a medida afirmando que “o governo” havia “superado o litígio de seis anos no sítio Cabreiro”, o que se verá dois meses depois é a manutenção das perseguições aos posseiros. Em dezembro de 1963, o *Terra Livre* denuncia a tentativa de encarceramento de Américo Silvestre.

O líder camponês Américo Silvestre foi caçado por uma volante policial comandada por um tenente que declarava-se “pronto para cortar Américo em pedacinhos miúdos”, quando o encontrasse. Apesar de tudo isso, os sindicatos resistem às investidas dos impiedosos latifundiários, defendendo os camponeses e prosseguindo na luta²⁹².

O tom que definiria os rumos do conflito em Aracati se deu quando a polícia, frente à lentidão de uma solução definitiva, resolveu perseguir Américo Silvestre com tentativas de novas agressões e prisões, obrigando o posseiro a fugir. Episódio que ficou na memória dos moradores do lugar, pois a caçada a um dos camponeses repercutiu em Cabreiro, como lembra uma entrevistada:

“Os policiais tudo à cavalo procurando ele. Ele se escondeu, seu Américo. Ele passou foi dias escondido nos matos. Ele sofreu. Depois que passou tudo[...] e que ele começou a contar essa história, mas ele contava do jeito dele... Ele disse que escapou uma vez dentro de uma cacimba, de um cacimbão com medo da polícia pegar ele”²⁹³.

Os acontecimentos revelam a polícia local articulada aos interesses dos grileiros, atuando para impedir a posse legal das terras aos camponeses em luta. Os órgãos oficiais envolvidos custaram a apresentar alguma saída ao impasse, a medida do Estado ao barrar o reconhecimento do direito dos posseiros e em não se efetivar a desapropriação confirmava a manutenção do quadro agrário do Jaguaribe, comprovado pelo empenho de Abelardo Costa Lima, o “deputado coronel” e a condescendência do poder público. Nesse caso, o tempo trabalhou a favor dos grileiros, pois as grandes propriedades foram sacramentadas em abril de 1964 com o golpe civil militar, combatendo fortemente qualquer movimento de contestação camponesa em todo o Brasil.

²⁹² Terra Livre. Dezembro de 1963, p. 5.

²⁹³ Entrevista. Camponesa que optou por não se identificar. José Romário Bastos. Julho de 2017. Acervo pessoal do pesquisador.

Não custou muito e os policiais, já com a chancela da ditadura, retornam a Cabreiro para espalhar novamente o terror e demonstrar que a causa estava ganha para os grileiros. A memória da moradora atesta tais momentos: “[...] quando apareceu a polícia esse pessoal que estava envolvido... disse que tinha uns livros, que ficaram tudo apavorado com esses livros, pegaram esses livros e enterraram esses livros não sei por onde”²⁹⁴. Provavelmente se tratava de documentação da Associação de Posseiros de Cabreiro com os nomes de dirigentes e associados, informações que comprometiam os trabalhadores, agora na mira da milícia rural dos latifundiários, dos grileiros e também dos militares que agiam oficialmente ameaçando, prendendo e torturando “subversivos”.

Após o golpe civil-militar de 1964, os rumos do conflito tomam a direção de defesa dos grileiros, até a denúncia de agressão feita por Américo Silvestre na delegacia de polícia de Aracati é concluída tornando a vítima em acusado, sugerindo a inocência dos grileiros Rubem Gondim e Antonio Vieira. Para as autoridades de segurança, Américo Silvestre era agitador ligado ao Partido Comunista, razão suficiente para o acusarem.

A pretensa vítima, Américo Silvestre da Rocha, regularmente intimada por esta Delegacia, a fim de prestar declarações, não compareceu, sabendo esta Delegacia, digo, esta autoridade, que o mesmo, em razão de atividades subversivas, ligadas com o Partido Comunista, já devidamente apuradas pelo Sr. Delegado Regional, Cel. Waldir Saldanha, fugiu da localidade onde reside, encontrando-se até agora em lugar inerte e não sabido. Do conjunto das provas apuradas, especialmente das declarações da testemunha Raimunda Vieira Vital, resulta provado que nenhuma ameaça do ponto de vista objetivo foi feita pelo acusado contra o Sr. Américo Silvestre da Rocha. Os depoimentos são contraditórios, tanto os de Damião Pereira da Silva, em confronto com o de Raimunda Vieira Vital e desta com aquele. Uma testemunha, a de nome Manuel Rodrigues da Silva, já tentou contra a vida do acusado e de seu irmão, sob a liderança de Américo Silvestre, em consequência de invasão de terras de propriedades destes, por diversos agricultores. Tudo resulta, de comportamento subversivo e de agitação da pretensa vítima, que insuflando pequenos camponeses, analfabetos, tem provocado choques com o acusado e outros proprietários, chegando mesmo a desrespeitar ordens judiciárias a respeito. Do conjunto da prova, resulta a inexistência de qualquer delito, cometido pelo Sr. Antonio Vieira Filho²⁹⁵.

O inquérito, encerrado dias após o golpe militar, data de 14 de abril de 1964, inocentando Antônio Vieira e acusando Américo Silvestre de liderar uma tentativa de assassinato contra o grileiro, elementos que comprovariam a necessidade de prisão do posseiro, até então foragido. Além das testemunhas ouvidas, as provas contra Américo foram sacadas de sua “vida pregressa”, quando comparada com a de Antonio Vieira, ainda mais pelo seu envolvimento nas atividades de agitação.

²⁹⁴ *Ibid.*

²⁹⁵ Inquérito Policial Militar. Américo Silvestre. Dops-Ce. 1962. Projeto Memórias Reveladas. Arquivo Público do Estado do Ceará.

Vida pregressa. Nada consta nesta Delegacia contra a conduta de Sr. Antonio Vieira Filho. Quanto à conduta de Américo Silvestre da Rocha, várias são as suas entradas nesta Delegacia, especialmente por atitudes subversivas e desrespeitosa a ordens emanadas de autoridades desta cidade. Situação Econômica. O indiciado é proprietário na localidade de Cabreiro, tendo regular situação econômica. A pretensa vítima, presentemente não tem ocupação profissional alguma, vivendo exclusivamente de agitações. Estando terminadas as diligências em torno deste inquérito Determino a sua remessa ao Poder Judiciário desta Comarca²⁹⁶.

“Sem ocupação profissional alguma”, o responsável pelas informações busca a todo custo desqualificar o posseiro, omite a profissão de agricultor de Américo Silvestre numa tentativa de enquadrá-lo como criminoso, se valendo das mais variadas artimanhas utilizadas pelos órgãos de polícia, pois além de não trabalhar, para eles, Américo vivia “exclusivamente de agitação”, razão suficiente para sua prisão que se efetiva em 1º de junho, quando é expedido o mandado de prisão preventiva. Tais documentos desnudam como os camponeses em luta foram tratados por um Estado autoritário, agindo desde os primeiros dias do golpe sufocando as lutas por justiça e direitos no campo, perseguindo os trabalhadores.

Assim, o episódio de teimosia camponesa em Aracati foi derrotado pelo latifúndio, a grilagem e a violência. Américo Silvestre após dias fugindo pelas matas de Aracati, resolve se entregar, é levado ao 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, onde passa alguns meses preso na companhia de outros camponeses capturados, como Vicente Pompeu da Silva. Não custa muito e sua prisão é revogada, então volta para Cabreiro na condição de ser apenas um agricultor, não mais se envolve com a luta por terra, nem com os comunistas ou outro tipo de atividade política. Em seu depoimento ao DOPS, teve que negar envolvimento com a luta taxada de “subversiva”, com as agitações e com o Partido Comunista.

A pesquisa em história possibilita novas visitas aos acontecimentos pretéritos, acrescidos de novos indícios que complementam as visões sobre o passado e trazem novas cenas de uma mesma trama. Pelo que fora documentado, principalmente nos documentos dos órgãos de segurança recentemente abertos aos estudos, o conflito de Cabreiro se tratou de uma séria disputa com ampla mobilização de camponeses junto aos demais grupos e sindicatos apoiadores, a qual repercutiu em todo o Estado e forçou o governo a atuar diante de um iminente choque entre posseiros e grileiros numa conjuntura de agitação e luta camponesa por terra, justiça e direitos no país, sobretudo no Nordeste. Estamos convencidos que não fosse o golpe civil militar de 1964 com seu aparato repressor, esse episódio de luta dos camponeses de Cabreiro poderia ter encontrado outro desfecho.

²⁹⁶ *Ibid.*

5 CAPÍTULO 4 - O LATIFÚNDIO URBANO E A RESISTÊNCIA DOS POBRES POR TERRA E DIREITOS EM FORTALEZA

Ao reconstruirmos a história da luta pela terra no Ceará, na segunda metade do século XX, nos deparamos com um processo de resistência dos pobres contra a investida do mercado imobiliário em Fortaleza. São experiências urbanas com significativos usos rurais, pois na cidade os grandes terrenos vazios são potenciais áreas de cultivo. Ao se estabelecerem nessas regiões, constroem com dificuldade suas moradias e tratam de preparar o terreno de sobra para o cultivo de alimentos, garantindo os canteiros produtivos que afastam a fome²⁹⁷. Em algumas experiências, a produção permite destinar parte dos produtos para comercialização nas feiras e comércio local, como faziam os moradores do Bairro Padre Andrade. Ali, na década de 1960, mais de 700 famílias moravam e produziam boa parte do abastecimento para o mercado São Sebastião, um dos principais da Cidade. São camponeses expulsos de seus lugares de origem que, chegados à Capital, tratam de fazer o que mais sabem: cuidam, limpam a terra, plantam frutas, legumes e verduras nos quintais e nos terrenos vazios. Nos anos 1960, também no Lagamar, ocupação formada em sua maioria por migrantes fugidos da seca e estabelecidos precariamente às margens do riacho Tauape, observamos a presença de atividades de pesca e lavagem de roupa garantindo a sobrevivência de centenas de famílias, numa cidade marcada pela segregação socioespacial e dominada pelos interesses das imobiliárias e especuladores. Na mesma década, no Pirambu, outro bairro formado essencialmente por trabalhadores pobres naquelas dunas, resistiram à grilagem e conquistaram a desapropriação da área e o direito de permanecerem no lugar seguindo a luta por saneamento, saúde, educação e outras necessidades básicas de que eram privados. São evidentes os traços da permanência do mundo rural na formação de vários bairros da cidade, com seus próprios arranjos de moradia e vida cotidiana e com pouca atuação do poder público, até o instante em que o lugar desperte o interesse do capital imobiliário.

Neste capítulo, observamos as fontes dispostas no periodismo local e noutros documentos produzidos à época, para tratar desta experiência em Fortaleza, quando se evidencia a existência de latifúndios no espaço urbano. O documento *Uma experiência pioneira para a solução do Latifúndio Urbano*, adiante destacado, da lavra de Virgílio Távora,

²⁹⁷ Segundo o Censo de 1950, cerca de 5,27% da população desempenhava atividades na agricultura, pecuária e silvicultura em Fortaleza. Os cinco principais produtos cultivados entre 1951 e 1955 eram mandioca, cana-de-açúcar, manga, côco e banana. Na cidade havia em 1956 um rebanho com cerca de 30220 cabeças. (IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, volume XVI, p. 214).

demonstra à larga como o próprio poder público se viu ante o crescente problema em Fortaleza e, rente aos fatos, observaria a crescente concentração de terra na cidade configurando a formação de latifúndio urbano. Nossa visada nas fontes que adensam este capítulo dão a conhecer os métodos escusos em busca da "legalização" da terra urbana, a grilagem, a violência, e todo o rosário de penas impostas aos trabalhadores pobres e suas famílias, assim como a face dos especuladores, donos de imobiliárias e seus aliados, evidenciando a forma latifúndio no espaço urbano e os conhecidos métodos de grilagem aplicados na cidade. Ressaltamos ainda que nossa reflexão neste capítulo muito se deveu à contribuição de reconhecidos estudos em torno da questão urbana no Brasil e, em destaque, a aguda percepção de Renato Pequeno, adiante referido e aqui assinalado, pois muito nos ajudou a compreender o fenômeno social em estudo, chamando os fatos pelo nome: são "verdadeiros latifundiários urbanos".

5.1 A terra urbana e os especuladores

Os códigos reguladores na cidade, abertura de vias, autorização de loteamentos, moradia e demais ações da política urbana servem mais como elemento de pressão aos trabalhadores do que indicador de um modelo de cidade. As experiências demonstram que o Plano Urbanístico, Plano Diretor, Lei de Ocupação do Solo, entre outras, não aplicam as recomendações na periferia da cidade, servindo ao interesse das corporações.

Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil - rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei. A ineficácia dessa legislação é, de fato, apenas aparente pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos (MARICATO, 2000; p.147).

O Plano Diretor para Remodelação e Extensão de Fortaleza de 1947, por Sabóia Ribeiro, visava implementar medidas para mitigar problemas urbanos, como a regulamentação da construção de edifícios em avenidas recentemente abertas, já que a ocupação dessas vias comprometeria futuramente o fluxo na cidade. Em entrevista ao jornal *O Democrata*, o vereador Paulo Mamede denunciou as tentativas dos "Tubarões Imobiliários" sabotarem o Plano Urbanístico de Fortaleza, alertando para um crescimento desordenado da cidade "ao sabor das conveniências pessoais"²⁹⁸. Segundo Francisco Moreira, o Plano de 1947 não foi executado,

²⁹⁸ O Democrata. 12 de jul. de 1957, p.1.

fruto da omissão do poder público face à pressão dos “proprietários de terrenos” e donos de imobiliárias, pois havia a “necessidade de desapropriação de terras particulares para abertura de ruas e avenidas, inviabilizada devido à falta de recursos financeiros e força política, no âmbito da administração municipal” (MOREIRA, 2004, p.23).

Embora retrate um planejamento, ou seja, um modelo de cidade a ser adotado pela administração municipal, na maioria das experiências no Brasil, tais projetos ficaram engavetados, sucumbindo à força do mercado imobiliário ou em favor dos melhoramentos viários, priorizando a circulação do transporte privado, não enfrentando o problema habitacional presente nas cidades. Esses planos reguladores do espaço urbano reproduziam “padrões higienistas”, os quais desprezava a realidade econômica da maioria dos habitantes das cidades brasileiras. Ao se estabelecer “moradias unifamiliares isoladas em grandes lotes, separadas da rua e dos vizinhos” excluem uma parcela considerável de famílias sem condições de pagar os lotes, ou construir suas casas naqueles padrões. Para se ter dimensão do drama habitacional em Fortaleza, segundo o Código de Posturas de 1932, o lote mínimo residencial deveria medir 220 m²; o Código Urbano de 1950 aumentou para 300 m², ignorando o crescimento populacional experimentado desde as primeiras décadas do século XX (COSTA LIMA, FREITAS, CARDOSO; 2019, p. 5).

Numa cidade marcada pela exclusão social, restava às camadas pobres se instalarem nas áreas distantes e sem investimento público. Largadas à escassez, esses assentamentos se multiplicam, formando um retrato de “não cidades”, como adequadamente pontua Ermínia Maricato:

Parte de nossas cidades podem ser classificadas como *não cidades*: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo em meio urbano). E é notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada (MARICATO, 2000; 140).

Em Fortaleza, as “não cidades” cresceram a partir dos anos 1950 à revelia do poder público que, ou “fingiam que a cidade informal não existia, ou, ao reconhecer sua existência, reforçavam concepções estigmatizadas” (COSTA LIMA, FREITAS, CARDOSO, 2019, p. 4). Mais e mais assentamentos precários se espalhavam sem solução aos problemas enfrentados pelos moradores desses locais. Nos documentos oficiais é evidente a omissão da prefeitura e seus órgãos quanto ao fenômeno urbano da favelização.

O Plano Diretor de 1963, por exemplo, coloca a culpa do “problema das favelas” nos próprios moradores, referindo-se a eles como pessoas com poucas habilidades e que têm dificuldade em melhorar suas vidas e se adaptar à vida urbana, “daí criarem

problemas sociais de mendicância, prostituição, infância abandonada, delinquência e ‘favelização’” (CMFor, 1963, p. 34). Em outra passagem, o plano refere-se aos moradores informais como “párias”, o que, por definição, significa aqueles que não cumprem seu papel social ou aqueles que não têm os mesmos direitos que os outros. (COSTA LIMA, FREITAS, CARDOSO; 2019, p. 4)

São nesses bairros que os trabalhadores levantam seus barracos e lutam pela sobrevivência. Muitos são recém-chegados à urbe, onde se defrontam com os donos de terra e especuladores ávidos por extraírem lucros, seja por meio da venda de lotes, pela cobrança do aluguel ou pela grilagem, tantas vezes praticada contra os trabalhadores. Nessa mesma cidade, os bairros proletários contrastavam com aqueles habitados pelas camadas de alto poder aquisitivo, dotados de infraestrutura, serviços públicos e controlada pela especulação imobiliária²⁹⁹, como é o caso da Aldeota que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, se expande.

Dá trabalho a cabeça da gente aceitar a existência da Aldeota com residências que custaram 100 milhões de cruzeiros e ver o Lagamar. Os homens não tem emprego certo, as mulheres esqueléticas e amarelas comem quando lavam alguma roupa e as crianças quando vivem até os 12 anos, os meninos sem nunca terem conhecido ou alisado um banco de escola [...] Não perguntei nem quantas crianças morrem ali por dia³⁰⁰.

O “trabalho”, na cabeça do articulista, se dava em grande medida pelo fato de Fortaleza, como as demais grandes cidades do país, se adensar em função do capital, de costas para os trabalhadores, estes privados de ocupar as áreas dotadas de condições básicas de moradia. Vistos como mão-de-obra abundante, essas famílias, quando apareceram no planejamento da cidade, formam dispositivos de segregação, devendo se fixar distantes das áreas nobres ou próximos às “zonas industriais”, garantindo braços para as fábricas, à época concentradas nas regiões do Mucuripe, Jacarecanga e Parangaba³⁰¹. Segundo Vera Mamede Accioly (2008), até a década de 1960 a política de habitação popular “tinha como diretriz a expulsão da população para a periferia urbana como alternativa de reurbanização da área e fixação da população nas áreas de ocupação clandestina.” (p.159), quando os moradores desses locais pressionam o poder público por moradia e cobram investimentos de infraestrutura, como na “Marcha do Pirambu” em 1962. Em estudo sobre os Planos Diretores de Fortaleza e o

²⁹⁹ Segundo o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza de 1963 as zonas residências de padrão elevado se concentravam nos bairros Aldeota, Benfica, Damas, Fátima e Meireles, enquanto os de baixo padrão se localizavam no Pirambu, Moura Brasil, Tauape, Aerolândia, Bom Futuro e Alto da Balança (MUNIZ, 2006, p.163).

³⁰⁰ O Estado. 23 de jun. de 1961, p. 7.

³⁰¹ Segundo o estudo de Salette Souza (2006) o combate às favelas na Capital se orientou pelo deslocamento forçado desses moradores para regiões distantes carentes de infraestrutura, quando nos anos 1970 a prefeitura de Fortaleza retira os ocupantes das favelas do Centro no Arraial Moura Brasil, os fixando no distrito Jurema, em Caucaia. Mais tarde foi a vez dos loteamentos “Conjunto Marechal Rondon, Alvorada, e Conjunto Palmeiras, dentre outros” serem criados para abrigar os moradores removidos das favelas da Capital (p.138).

movimento de expansão urbana da cidade, a partir da década de 1960, conclui que “Numa sociedade assentada no patrimonialismo, os interesses da sociedade civil estavam fortemente imbricados com os interesses do Estado. Por isso, as ações do Estado no urbano, na maioria dos casos, traduzem uma forma menos visível de privatização da coisa pública” (p.159-160).

Para as classes dominantes, a pobreza e a miséria exigiam “um planejamento racional” a seu enfrentamento; não admitiam que a cidade continuasse marcada pela presença ostensiva de pobres “à mercê de esmolas”, expondo, em seus trajés e na mendicância, o retrato das desigualdades de uma cidade, incomodando as elites do comércio, indústria e agropecuária reunidas na União das Classes Produtoras (UCP), entidade criada em 1952. Vão ao jornal verbalizar sua insatisfação com os pobres em suas favelas cercando a cidade³⁰², recorrendo aos “técnicos especializados” para elaborarem planos de intervenção e planejamento urbano nos “bairros pobres” de Fortaleza:

A União das Classes Produtoras, em sua reunião ordinária de quinta-feira última, entre outros assuntos de importância, voltou a examinar o problema dos bairros pobres de Fortaleza. [...] Na reunião de anteontem firmou-se o ponto de vista de que os problemas dos bairros pobres devem ser resolvidos à base de um planejamento racional, para tanto reunindo técnicos das entidades de classe, dos órgãos especializados da Sudene, Universidade do Ceará, Banco do Nordeste, Conselho Estadual de Economia e outros, pois as soluções devem ser de emergência e também de caráter definitivo. Ao encerrar os trabalhos, o Sr. Presidente da UCP ressaltou afirmando que isto evidencia a preocupação dos homens do comércio e da indústria pela sorte das populações pobres dos vários bairros de Fortaleza que não devem ficar à mercê de esmolas, que não resolvem os problemas mas devem ser tratadas como seres humanos dignos de uma vida melhor, com a garantia de habitação higiênica, alimentação, instrução e vestuário, objetivos estes que só podem ser alcançados através do planejamento aludido e de sua imediata execução³⁰³.

Os grupos dominantes agiam para minimizar os problemas decorrentes da desigual expansão da cidade, buscando junto aos órgãos públicos a formulação de diretrizes quanto aos serviços básicos existentes nos bairros dos pobres, como moradia, instrução, entre outros. A iniciativa parece destacar o grau de desigualdade e exclusão numa sociedade que, incomodada com a presença dos pobres, resolve conceder alguns benefícios sem envolvimento das camadas populares, reforçando, assim, a segregação e negando-lhes a participação nos processos sociais, não são sujeitos de direitos. Uma das áreas escolhidas foi o Lagamar, onde a UCP destinou doações para construção de escolas sem, contudo, admitir a interferência dos moradores nos espaços de decisão.

³⁰² Em levantamento realizado pela Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC) em 1970, Fortaleza contava com 73 favelas, reunindo cerca de 37 mil habitações, estimando uma população de 223 mil pessoas (SOUZA, 1978, p.88).

³⁰³ Gazeta de Notícias. 31 de dez. de 1961, p. 8.

Trata-se de controlar a terra, apropriar-se de áreas públicas, impedir a ocupação pelos pobres e, sobretudo, extrair máximo lucro pelas negociatas, loteamentos ou especulação. Nos baseamos no estudo dos bairros Pirambu, Lagamar e Padre Andrade, regiões de dunas, beira rio e terras devolutas respectivamente, sem qualquer investimento em infraestrutura que, devido ao adensamento populacional e a valorização da área, ative o interesse dos especuladores e supostos donos de terra urbana. Geralmente, o termo latifúndio remete ao universo rural, a um cenário de terras imensas, pouco povoadas, onde a vista não alcança o limite. Ao longo da história, o problema da terra ocupou com frequência os debates em torno dos modelos agrários adotados. O latifúndio no Brasil é formado desde tempos coloniais, quando a coroa Portuguesa protagonizou o processo de expropriação das terras indígenas, instalando um regime de produção voltado ao mercado externo, utilizando mão-de-obra escravizada nativa e africana. Nesse sistema, predominavam as grandes propriedades destinadas à monocultura. Tal modelo foi reforçado durante o Império, sobretudo quando a Lei de Terras dita a organização fundiária, fortalecendo o poder político, social e econômico dos grandes proprietários.

Essa estrutura, sobre a qual a sociedade brasileira foi erigida, atravessa os séculos para evocarmos a obra de Alberto Passos Guimarães - deu continuidade ao marco excludente, privando os trabalhadores do livre uso e posse da terra. Alvo de críticas por parte de intelectuais e ativistas sociais, principalmente na segunda metade do século XX, em torno dos modelos de produção agrária, o latifúndio é questionado de forma mais intensa por aqueles que conheciam de perto a exploração, os trabalhadores.

Por outro lado, o latifúndio, com frequência, foi protegido pelo poder dominante disposto a defender a concentração de terra, fosse atuando judicialmente, ou assegurando na lei a proteção da grande propriedade, postergando os projetos de redistribuição da terra. As experiências que ousaram questionar o poder do latifúndio, com motins, revoltas e demais lutas, foram violentamente reprimidas, muitas delas sufocadas por massacres. Em reflexão sobre a vocação do Estado brasileiro frente ao latifúndio, Clóvis Moura nos alerta que se trata de “uma estratégia terrorista dos dominadores de plantão contra qualquer forma de organização da plebe para emancipar-se das formas de trabalho e exploração a que está submetida no latifúndio, quer escravista, quer oligárquico”(MOURA, 2000, p.112).

Analisando a Guerra de Canudos, o autor destaca a ação do braço armado do Estado para proteger os interesses dos poderosos. Embora sufocadas, essas experiências não sucumbem de todo, pois novos conflitos irrompem dando continuidade a história da teimosia, como

testemunhado no Contestado (PR), Caldeirão (CE), Porecatu (PR), Trombas e Formoso (GO), na atuação das Ligas Camponesas, da Comissão Pastoral da Terra, do MST, entre outras organizações e movimento quilombolas, indígenas e ribeirinhos. Nessa direção, Clóvis Moura assevera que

A reação do latifúndio e do Estado republicano pensou imobilizar os camponeses na luta pela terra. A sua destruição fez as oligarquias agrárias suporem que para sempre o problema da terra no Brasil estava resolvido de acordo com os seus interesses. Tal porém não se verificou. A inquietação camponesa se rearticula de várias maneiras em diferentes pontos do território nacional (MOURA, 2000, p. 108).

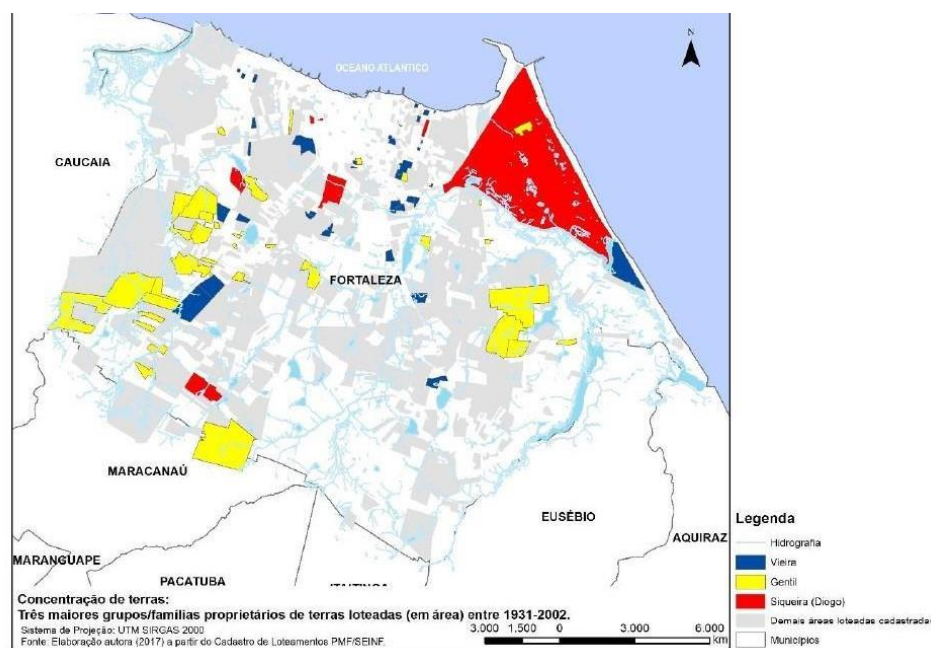
O embelezamento das cidades aspirantes à modernização de seu traçado e complexos arquitetônicos buscava o progresso, esquecendo a imensidão de habitantes que nesse período si viam na contingência de migrar das zonas rurais com destino a esses locais. Preocupados, sobretudo, com as diretrizes do mercado imobiliário - os maiores responsáveis pela concepção de cidade vigente - praticavam um urbanismo pautado na segregação. Os problemas sociais agravados com o vertiginoso aumento populacional, a concentração de terra, também uma marca do espaço urbano, não foi enfrentada. Nesse processo, outras cidades vão se constituindo sob a ótica da modernização e melhoramento restrito a pequenas áreas, desnudando o grave problema fundiário das cidades brasileiras desde sua concepção, como analisa Ermínia Maricato:

O processo de urbanização será marcado fortemente por essa herança. Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais (MARICATO; 2000, p.150).

Da arguta anotação, inferimos que o problema da terra - o nó na sociedade brasileira - ultrapassa as fronteiras do rural, repousando com abundância sobre o solo urbano, também controlado por um pequeno grupo de proprietários imobiliários. Tal fato nos leva à reflexão sobre os latifúndios urbanos, essas áreas das cidades controladas por uns poucos proprietários cuja expansão é regida pela especulação imobiliária. Contando com a ausência de uma política urbana de ordenação do espaço garantindo moradia aos diversos grupos sociais da cidade, a terra urbana fica “à mercê das ações de especuladores” ávidos por “otimizar retornos de investimentos” em detrimento do drama habitacional. Renato Pequeno enfatiza a “ocupação perversa” característica da urbanização de Fortaleza e região metropolitana na segunda metade do século XX, marcada pela “desordem” e “disparidade sócio-espacial” (PEQUENO, 2008, p.3).

Desse processo resulta “uma grande concentração fundiária na produção do espaço urbano”, como ressalta Camila Aldigueri ao constatar a instrumentalização da terra urbana pelos negociadores que empregam seus lucros, grande parte obtidos na indústria e na agricultura, adquirindo áreas em Fortaleza para fins de mercado. Tais práticas se intensificam a partir de 1950 por meio dos loteamentos controlados praticamente por três grupos/famílias (Vieira, Gentil e Siqueira Diogo) evidenciando “um monopólio sobre o espaço, poder de controle sobre o território, influenciando significativamente na produção da cidade” (ALDIGUERI, p.127), são “verdadeiros latifundiários urbanos” (PEQUENO, 2008, p.13). Com base no Cadastro de Loteamentos de Fortaleza, essas famílias aparecem no topo da lista com maior extensão de lotes e áreas loteadas. Entre 1930 e 1970, o grupo Vieira possuiu 43 loteamentos com extensão de 5.318.914 m²; o grupo Gentil 30 loteamentos medindo 18.790.953 m², no período 1930-1980 e o grupo Siqueira Diogo com 26 loteamentos com área 32.073.574 m², entre 1940-1990 (ALDIGUERI, 2017, p.119). Muitos lotes, como afirma Borzacchiello Silva, não seriam ocupados de imediato, sobretudo aqueles localizados nos “pousios urbanos” - áreas vazias próximas das regiões de melhor infra-estrutura destinadas à especulação - cumprindo a função de “lotes de engorda” (SILVA, 1992, p.32-33;67;69).

Figura 1 – Concentração de terra: três maiores grupos/proprietários de terras loteadas (em área) entre 1931-2002



Fonte: ALDIGUERI, 2017, p.126.

Na cidade, geralmente são as imobiliárias responsáveis pela aflição dos pobres, pois a cada novo loteamento várias famílias são desalojadas, dando lugar aos empreendimentos. No

caso das famílias pobres, ocupante das terras sem titulação oficial, se tornam vulneráveis a ação dos grileiros e as ordens de despejo. São experiências que em muito se assemelham ao universo camponês, revelando as ligações do problema da terra no campo e cidade, principalmente quando olhamos pelo prisma da concentração fundiária.

Neste tópico investigamos as lutas pela terra ocorridas na cidade, pois também nesse lugar a concentração de terra é fator de privilégio e poder, nossa análise se volta aos problemas urbanos conectados à questão agrária. A reflexão de Paulo Alentejano sobre as relações campo-cidade e os caminhos possíveis ao enfrentamento da desigualdade no Brasil, nos ajuda a compreender a luta dos trabalhadores por terra e direitos como também uma luta da cidade.

O caráter fortemente urbanizado da sociedade brasileira deve ser o ponto de partida para a nova reflexão sobre o lugar da reforma agrária no debate sobre o modelo de desenvolvimento a ser adotado no país, mas não para negar importância à reforma agrária, mas para afirmá-la como essencial para, no curto prazo, garantir melhores condições de vida para uma imensa massa de explorados e excluídos presentes hoje no campo e na cidade e, a médio e longo prazo, possibilitar a construção de uma sociedade justa e democrática (ALENTEJANO, 2003, p.3).

Apontando a superação do crônico problema fundiário, o geógrafo alerta sobre a necessidade de se projetar cidades considerando as influências do mundo rural, pois quando essas áreas permanecem sob controle de um pequeno grupo, cabe aos trabalhadores buscar à sobrevivência nas áreas urbanas, já adensadas e sem condições dignas de fixação. Para ele, o caminho é priorizar a Reforma Agrária, tantas vezes defendida pelos camponeses em luta ao longo da história. Esse olhar nos auxilia na investigação dos embates por terra em Fortaleza, indicando uma reflexão que articule os conflitos e as experiências dos trabalhadores do campo e da cidade.

O processo de ocupação de Fortaleza foi intensificado em meados dos oitocentos, impulsionado pelas trocas comerciais dada a importância do seu porto para o escoamento da produção ao mercado externo, notadamente o algodão. Antes, figurava como uma vila cujas funções reduziam-se à administração da província, pois os centros comerciais, de serviço e produção se situavam nas vilas de Aracati, Icó, Sobral, Camocim, Quixeramobim e Crato. Os investimentos em estradas de ferro, as modificações no traçado da cidade, os serviços aos poucos vão transformando a Capital na principal cidade do Estado, razão da expansão de sua área, sobretudo no século XX. O perímetro urbano é alargado na direção das zonas rurais, como chácaras e sítios ao redor da cidade, sem levar em conta o significativo processo de crescimento populacional que experimentava. Observamos que nas décadas de 1900, 1920, 1940 e 1950, a

população de Fortaleza teve crescimento de 18,2%, 62,2%, 129,4% e 49,9, respectivamente³⁰⁴, revelando o drama urbano que se instalou nesse período, em grande medida como resultado das secas e fluxo migratório desde o fim do século XIX³⁰⁵. Em termos percentuais, o fluxo migratório em Fortaleza, compreendido entre as décadas de 1940 e 1980, se manteve sempre acima de 60% (SILVA, 1992, p. 30).

A cidade cresceu alheia ao problema da habitação desses milhares de despossuídos, os investimentos raramente os alcançavam. A terra na cidade estava sob controle de umas poucas famílias que formavam seu patrimônio imobiliário adquirindo áreas contíguas ao centro ampliado, com vistas a especulação ou loteamentos. Geralmente ligadas ao comércio em Fortaleza, boa parte dos lucros obtidos nessas atividades tinham um destino certo: o mercado de terras, garantindo o controle fundiário das glebas não urbanizadas, muitas delas servindo às atividades agropastoris. Negócio com lucro certo, as famílias que dominavam o mercado de terras e a especulação fundiária eram as mesmas que criaram as primeiras instituições bancárias no Estado nos anos 1930, revelando a expansão de seus negócios e as fontes do seu enriquecimento. Assim, comerciantes, industriais e especuladores de terra urbana criaram os primeiros bancos como se vê:

Banco Frota Gentil S/A - iniciativa de antigos donos de imóveis urbanos; Banco dos Importadores - também originário de proprietários de terra urbana; Banco União S/A - iniciativa de quatro grandes comerciantes, um deles também dono de terra; Banco dos Proprietários - iniciativa de proprietários de pequenos imóveis residenciais que especulavam com aluguéis; Banco de Crédito Comercial - iniciativa oriunda da própria atividade bancária; Banco Popular - iniciativa da Diocese de Fortaleza (FERNANDES, DIÓGENES, LIMA; 1991; p.46).

Posteriormente, com as mudanças na forma de comercializar o solo urbano, as mesmas famílias seguirão investindo no ramo, serão as imobiliárias/incorporadoras que controlarão a construção civil em áreas já loteadas e valorizadas em sua infraestrutura pelos investimentos públicos, como se verifica na atuação da Imobiliária João Gentil, responsável pelo loteamento em diferentes áreas da capital.

Com efeito, ainda conforme palavras de Gentil, ao tomar conhecimento da autorização de execução de obras para abertura e/ou melhoramento de vias de acesso aos então terrenos rurais, a imobiliária buscava atuar seguindo a seguinte sequência: aquisição do terreno rural que era transmutado em suburbano ou urbano, ou seja, 64 a gleba era transformada em lotes, conforme projeto aprovado de acordo com a legislação em vigor. Por outra, a realização de obras e serviços públicos em áreas já urbanizadas com a conseqüente revitalização das mesmas, como por exemplo, o loteamento da

³⁰⁴ Crescimento da População Recenseada. IBGE Censo Demográfico do Ceará- 1980. (SILVA, 1992, p. 30).

³⁰⁵ Os impactos observados na cidade decorreram das secas e do fluxo migratório dos pobres, sobretudo nos séculos XIX e XX, amplamente estudado por NEVES, 2000; RIOS, 2014. Sobre os impactos na cidade e os problemas decorrentes de uma massiva migração e a ausência do poder público, consultar: SILVA, 2009.

Praia Antônio Diogo (Praia do Futuro), lançado em 1950, foram também alvos preferenciais da imobiliária, permitindo a ela auferir considerável lucro mercantil (MOREIRA, 2004, p. 63-63).

A aquisição de terra por parte dos detentores do capital impedia a ocupação dessas áreas, pelos sem-terra da cidade, enquanto favoreciam a especulação das áreas próximas aos empreendimentos. Especulação Fundiária e Segregação Espacial direcionaram, assim, o movimento de expansão da cidade, intensificado com a implantação dos primeiros loteamentos a partir da década de 1930. O número de loteamentos implantados aumentou de 6 para 15 entre as décadas de 1940 e 1950, indicando o avanço do controle da terra em Fortaleza por parte das imobiliárias (SANTOS, 2011, p. 21).

Os loteamentos consistem em agregar faixas de glebas em regiões de traços rurais e baixo índice populacional, adequando-as aos projetos habitacionais e intervindo fortemente na região, pois se faz necessário adaptações que permite a construção de casas, aberturas de ruas, drenagem, sistema de esgoto, etc. Devido a isso, a função da terra loteada é modificada, pois ao receber um conjunto de ações urbanísticas fica praticamente inviável manter antigos usos do solo, como as atividades agropastoris anteriores. Isso implica no valor que essas áreas adquirem, já que tais investimentos resultam na valorização da terra sob efeito da especulação. Boa parte dos sem teto não conseguirão se instalar nesses locais. Tais empreendimentos são vetores da segregação socioespacial. É notório, desde a origem, o lucro obtido pela valorização da terra voltado às camadas médias com poder aquisitivo para comprar um lote e construir sua casa. Além da fração da terra, reservam estrategicamente áreas contíguas com o objetivo de formar estoques, dispostos a especulação. Fortaleza, nesse sentido, se forja na desigualdade na qual uma minoria controla o solo urbano, amontoando famílias de trabalhadores nos bairros pobres, desprovidos de infraestrutura básica e moradia digna

Tabela 3 – Principais grupos/famílias proprietárias de loteamentos cadastrados em Fortaleza por concentração de área

Classificação Concentração terra	Grupo/ família	Década de Atuação indicadas	Quantidade Loteamentos	área (m ²)	% em relação a área total loteada cadastrada
1	Siqueira (Diogo)	1940-1990	26	32.073.574	0,1680
2	Gentil	1930-1980	38	18.790.953	0,0981

Fonte: ALDIGUERI, 2017, p.119

5.2 A desapropriação no Pirambu e a conquista dos moradores

A imprensa de Fortaleza, em 1962, destaca as transformações da capital cearense noticiando o drama habitacional enfrentado por centenas de famílias. O *Correio do Ceará* estampa seguidas ações de despejo em Fortaleza, quando os pobres, em sua maioria camponeses de origem, sem um chão e imersos numa cidade de forte especulação imobiliária, continuavam sua sina em busca de um teto. Para agravar a situação, os terrenos ocupados pelos trabalhadores

eram alvos do mercado de terra urbana, ampliando os loteamentos, se valendo, inclusive, da grilagem como método.

Observamos em nosso estudo que a luta dos pobres por terra de moradia e trabalho é um fato social que desborda do meio rural e das áreas afastadas dos centros urbanos; a concentração fundiária é também uma marca das cidades. O espaço é pensado pelos grupos de poder econômico que aos poucos vão afastando e, por vezes expulsando, os trabalhadores dessas regiões. A cidade toda serve ao projeto do capital, uma vez que após dominarem as áreas nobres com seus imóveis de preços elevados, rumam às regiões mais afastadas em busca de se apropriar de novas terras por vezes ocupadas, desalojando os que ali habitam. É a expansão urbana da Capital com o crescente número de loteamentos nos bairros mais distantes das áreas centrais. Tal movimento gera, em certas ocasiões, disputa pela terra. Boa parte desses conflitos resulta da preponderância do interesse privado em relação ao planejamento urbano aliado às ínfimas iniciativas de enfrentamento à migração; pouco se fez para regular tal fluxo migratório, o que aumentou os problemas urbanos e agrários, ainda por solucionar até os dias atuais.

No período em investigação, nos deparamos com pelo menos três grandes conflitos em Fortaleza, nos bairros Pirambu(1962), Lagamar(1961) e Padre Andrade(1962). Foram embates protagonizados pelos trabalhadores contra supostos donos de terras dispostos em varrer os pobres daquelas áreas numa fase de expansão dos loteamentos para os lugares mais afastados do centro comercial. Esses bairros geralmente estavam inseridos em áreas muito próximas de lugares estratégicos à especulação, motivada por melhoramentos na infraestrutura, obras públicas, loteamentos, entre outros fatores.

A urbanização brasileira, sobretudo na segunda metade do século XX, revela o problema da ocupação do solo urbano quando se pensa a cidade como espaço que abriga diversas experiências sociais, pois o que se observa de forma geral é a segregação socioespacial moldando os grandes centros. Milton Santos (1993) alude ao “forte movimento de urbanização brasileira” ocorrido contemporaneamente a “um forte crescimento demográfico” intensificado a partir dos anos 1950, quando se nota uma “tendência à aglomeração da população e da urbanização”. Nas cidades, os pobres geralmente se alojam nos bairros proletários ocupados, em grande parte, por trabalhadores retirados das zonas rurais em marcha persistente intensificada, por vezes, pela seca. O sofrimento do camponês, fruto da exploração imposta pelos donos de terra, é alargado em tempos de estiagem, pois com a terra seca, o pouco que resta para sobreviver fica sob controle dos proprietários. Restando a fuga da morte, realizada

de tantas formas - pau-de-arara, nos vagões de trem, a pé - a saga para muitos não se concretiza, posto que a fome e os demais problemas não os poupam. Rumam à Fortaleza, aumentando o contingente de pobres na cidade. Nesse sentido, o afluxo de migrantes contribuiu decisivamente para o aumento da população de Fortaleza que, na metade do século XX, experimentou altas significativas, como anota Margarida Andrade:

Entre 1940 e 1950 a população de Fortaleza registrou uma taxa de crescimento de 50%, taxa superior a de Salvador. Nos anos subsequentes, entre 1950 e 1960, a população quase dobrou atingindo uma taxa de 90,6%, taxa essa superior a Salvador e Recife. Mais uma vez observa-se que as altas taxas demográficas, decorrem principalmente das correntes migratórias, proveniente na sua maioria, do interior do Estado, fenômeno esse acentuado periodicamente por fatores climáticos, como no caso das secas de 1951 e 1958 (ANDRADE, 2016, p.6).

Esse movimento migratório revela quão violenta é a saída dos camponeses de suas regiões, expulsos pela falta de condições de sobrevivência no campo, forçados a se aventurar pelas ruas da cidade. Ao chegarem à Capital, se deparam com um traçado urbano excludente, pois os bairros dotados com melhores condições de infraestrutura eram reservados àqueles que podiam pagar pela casa. Restava buscar os lugares mais afastados, sem investimento público, bairros cuja morada se dava em meio ao improvisado, onde as casinhas se erguiam em terrenos em nada propícios à habitação, num movimento crescente de favelização, como se observa na região do Pirambu. Eram milhares de pessoas chegadas das áreas rurais e se estabelecendo naquela praia, lugar onde já haviam se fixado outros moradores em busca de sobrevivência. O Bairro, formado sem planejamento, fixava os trabalhadores atraídos pela possibilidade de conseguir emprego nas fábricas estabelecidas na região, como a São José, indústria têxtil que atraía muitos braços³⁰⁶ na produção (VIANA, 2008). É nessa área que, a partir de 1940, se observa um adensamento populacional com a instalação de bairros industriais nas proximidades da linha férrea em praticamente toda a zona oeste indo até Parangaba (MONTEIRO, 2007; p.35), onde também se estabelecem fábricas, sobretudo do setor têxtil³⁰⁷.

³⁰⁶ Em 1955, Fortaleza contava com 16 fábricas têxteis responsáveis por empregar cerca de 4500 operários. Para se ter noção da superioridade de empregos no ramo, a segunda atividade com maior número de operários, o setor de produtos alimentares com 44 estabelecimentos, empregava 648 trabalhadores. (IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, volume XVI, p. 214).

³⁰⁷ Comportando um parque industrial modesto em relação à capitais do Nordeste como Recife e Salvador mesmo após as intervenções da SUDENE e sua política regional de industrialização elaborado pelo Grupo de Trabalho de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) que projetava Fortaleza como pólo industrial, são significativas as mudanças que as instalações de fábricas causam na dinâmica populacional de Fortaleza. As atividades industriais, ao lado do comércio e serviços de toda a ordem mantidos por Fortaleza, para um vasto espaço que ultrapassa os limites estaduais, explicam em muito a concentração demográfica em torno da capital. (SILVA, 2009, p.107). A importância dos estudos levantados pelo GTDN, as medidas adotadas pela SUDENE e sua implicação no Plano Diretor da Cidade de Fortaleza de 1963 são estudados por Vera Mamede Accioly assinalando que os dados apresentados, sobretudo os que apontavam informações sobre emprego e renda social,

Formado em sua maioria por operários, pescadores, lavadeiras, ambulantes, dentre outras ocupações, as condições de vida desses trabalhadores eram as piores, tendo que enfrentar as muitas dificuldades que iam da péssima estrutura sanitária a ausência de serviços médicos e educacionais, tornando o cotidiano de milhares de vidas numa batalha por sobrevivência. Em publicação na *Separata da Revista do Instituto do Ceará* (1986), Virgílio Távora, ex-governador do Ceará (1963-1966; 1979-1982), compilou matérias dos jornais de Fortaleza, ofícios, decreto, edital, auto de imissão de posse, dentre outros documentos sobre a desapropriação das terras do Pirambu. Qualificando o fato como uma “experiência-modelo”, destaca a ausência de conflito durante o processo marcado pela “colaboração harmoniosa” do Ministério da Viação e Obras Públicas, Governo do Ceará, Igreja Nossa Senhora das Graças e Centro Social Paroquial Lar de Todos. Virgílio Távora era o Ministro da Viação e Obras Públicas (1961-1962) quando a área foi desapropriada, razão de ter em seu arquivo pessoal vasto material sobre o fato e seu interesse por resgatar aquela experiência, tida como “solução do latifúndio urbano”.

Embora tenha afirmado a ausência de conflitos, da leitura da publicação e demais reportagens nos jornais de Fortaleza, nota-se um processo marcado por disputas, “frequentes ordens de despejo” e disposição dos moradores em não se retirarem, demonstrando um agitado cenário de luta por terra que “traziam os moradores das favelas em contínuo sobressalto, gerando dolorosas tensões sociais pela intervenção da polícia para garantir a execução de decisões judiciais”³⁰⁸. Formado em seu conjunto por milhares de famílias trabalhadoras retiradas do interior, processo intensificado na década de 1950, o Pirambu era uma região atrativa tanto pela vasta extensão de dunas inabitadas quanto pelas indústrias instaladas nas proximidades.

Um conjunto de favelas, as mais diversificadas, numa das mais belas praias de Fortaleza, formado aos poucos, na década de 50, pelo êxodo de rurícolas oriundos de municípios interioranos que, tangidos pelas secas e à falta de condições de trabalho no campo, vinham tentar sobreviver na Capital. E, assim, os imigrantes foram povoando as dunas à beira-mar, entre os Arpoadores e a Escola de Aprendizes Marinheiros, numa extensão de mais de 5 km, invadindo terras de marinha, acrescidas de marinha e, também, de particulares. Falta completa de condições mínimas de higiene, sem água, energia elétrica, fossas, calçamento, virtualmente sem escolas e com um único Posto Médico para atender quase 50000 pessoas. As moradias, com raras exceções, constituídas por pequenos casebres de taipa, com um ou dois vãos³⁰⁹.

tipos de ocupação da força de trabalho, dentre outros, “serviram de base à investigação científica dos fatores condicionantes, econômicos, políticos e sociais da urbanização em Fortaleza.” (ACCIOLY, 2008, p. 137).

³⁰⁸ TÁVORA, Virgílio. Uma experiência pioneira para a solução do Latifúndio Urbano. **Separata da Revista do Instituto do Ceará**, 1986, p. 4.

³⁰⁹ TÁVORA, 1986, p. 4.

Para Virgílio Távora, a região pertencente a Marinha e proprietários fora “invadida” por trabalhadores que se instalaram naquelas terras sem as condições que julgava mínimas de higiene, habitando em pequenos casebres, lamentando inclusive que “numa das mais belas praias de Fortaleza” se erguia “um conjunto de favelas”. Todavia, convém assinalar que as dunas foram o espaço que restou aos trabalhadores para tocar a vida, revelando o problema habitacional nos grandes centros urbanos, em que se verifica o contraste socioeconômico entre bairros de uma mesma cidade. Com razão, Ermínia Maricato chama atenção para essa “Cidade Ilegal”, fruto da ocupação irregular, uma vez que “Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás, ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias” (MARICATO, 2000, p.122). Essas ocupações revelam o grau de exclusão urbana presente nas grandes cidades, onde a desigualdade impera e os problemas sociais comprometem a vida de tantos trabalhadores. Assim, enxotados pelo latifúndio no campo e sem condições de pagar aluguel, buscam se fixar onde encontram guarida; para muitos a opção é aguardar um barraco à sombra dos cajueiros.

A dimensão do problema enfrentado pelos moradores do Pirambu é apresentada numa série de reportagens de Nelson Lessa, no *Gazeta de Notícias*, em maio de 1960, com argumentos que divergem de Virgílio Távora, ele aponta a valorização das terras das regiões centrais de Fortaleza e o aumento dos aluguéis como principais fatores de expansão do Pirambu. Apresentando o Plano de Recuperação do Pirambu, lançado pelo Padre Hélio Campos em maio de 1960, o articulista chama atenção para as condições miseráveis experimentadas pelos pobres privados de tudo e vulneráveis às doenças das áreas com problemas sanitários. No Plano, o Centro Social Paroquial Lar de Todos seria o órgão responsável pela execução das ações que visavam superar a miséria no Pirambu atuando em quatro principais eixos: Engenharia, Serviço Social, Educação e Saúde (OLIVEIRA, 2014, p. 41).

A reportagem pontua a responsabilidade da Prefeitura ante aquela situação, descrevendo um Pirambu repleto de “casas sem WC e um povo que bebe água podre”:

Para se ter uma ideia das condições de água basta citar o fato de ser a linfa recolhido, para beber, de poças formadas na maioria das vezes por correntes que as chuvas fazem descer morros baixo carregando fezes e outras fontes de miasmas, de fontes de doenças infectocontagiosas³¹⁰.

Os poucos serviços de saúde não garantem os cuidados. Exposta às doenças, diante de tanta demanda, apenas um médico, um dentista e uma enfermeira atendem aquela multidão

³¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 12 de maio 1960, p.8

que, segundo o jornal, ultrapassava os 50 mil. Fragilizados pela fome, tantas vezes aliviada apenas pelo leite do FISI distribuído no Centro Social Paroquial Lar de Todos.

Uma assistente social cataloga os problemas do povo e faz ficha para orientação dos serviços. Uma enfermeira aplica injeções e colabora para o eficiente serviço do médico e do dentista, jovens abnegados. Trabalham sem cessar para que o povo do Pirambu seja menos infeliz e custe mais a morrer. Ninguém faz questão que o nome apareça no jornal. O trabalho é para o bem do povo. As instalações são precárias. O consultório do médico parece mais (desculpe, dr. anônimo e herói) uma banca de jogo-do-bicho no centro da cidade³¹¹.

As condições de saneamento também são pontuadas na reportagem ao alertar para a urgência no tratamento do esgoto, da construção de fossas sépticas e a garantia de água potável, um dos fatores agravantes para a disseminação de doenças entre os moradores.

Pelas vielas, quintais e outras vias dá-se o escoamento defeituoso e prejudicial das águas de WC, cozinha, lavagem de roupa etc. O médico do posto de saúde informa que verminose tuberculose e outros males são contraídos com facilidade incrível, em virtude da falta de ao menos, um modesto serviço de esgoto incluindo fossas. Poucas, pouquíssimas casas no Pirambu têm fossas³¹².

A série do jornal *Gazeta de Notícias* seguiu as reportagens sobre o Pirambu narrando tanto o cotidiano dos pobres ali instalados, beirando dez mil famílias, quanto os que chegavam em busca de um chão para viver, “enxotados” pela carestia do aluguel, tendo que morar em barracos de palhas erguidos ligeiramente para escapar do relento. Muitos, como afirma Padre Hélio Campos em entrevista, não conseguiam, restando por esperar com toda a família e dormir “à sombra do cajueiro”. A rapidez com que se erguiam os barracos, cem por semana, atesta o adensamento populacional na região carente de tudo, faltava água potável, esgoto, escola, saneamento, dentre outras privações.

As casas em que as cerca de dez mil famílias moram que forma o Pirambu, oito quilômetros quadrados de extensão, surgiram em consequência natural da valorização das terras no centro de Fortaleza. O homem de maior poder aquisitivo decidiu pagar pelo aluguel de casa, o que o dono pede. Os assalariados foram enxotados para longínquos subúrbios. Uma casinha, mais outra e logo depois o bairro. Tanta era a terra que depois de serem localizadas mais de 50 mil pessoas ainda continua chegando gente, ainda há espaço para a construção de mais casas. [...] O repórter olha as marcas para novas ‘edificações’. Barracos de palha serão erguidos. Pe. Hélio Campos diz que numa semana cem casas aparecem quase do nada. O povo (homens, mulheres e crianças) joga-se dentro antes de terminada a construção. Muitos passaram dois meses sem pagar o aluguel na casa anterior e o proprietário fez o despejo. A família fica sob um cajueiro enquanto o barraco ganha ‘forma’³¹³.

Falta de condições básicas de moradia e saúde, era aquele bairro o lugar onde os pobres conseguiram espaço para seguir a vida, motivação para lutarem em defesa de sua

³¹¹ *Ibid.*

³¹² *Ibid.*

³¹³ *Gazeta de Notícias*. 14 de maio 1960, p. 4.

permanência no Pirambu frente às ameaças de despejos que se tornavam constantes. A decisão de ficarem no bairro e defenderem suas moradias se fortaleceu nas reuniões e encontros organizados pelas Associações de Moradores que, congregando os diversos moradores, animavam a resistência no Pirambu ao passo que articulavam apoio político para a luta. Nomes como Vicente Boca Rica, Dona Lalinha, dentre outros, se destacam no movimento em defesa dos moradores do Pirambu, reunindo o povo e cobrando do poder público uma solução ao problema. Convém assinalar também a atuação dos militantes comunistas que atuavam nos bairros proletários de Fortaleza contribuindo nas reuniões das associações de moradores, no Pirambu. Havia pelo menos 17 células comunistas (Oliveira, 2014, p. 40). Têm-se, portanto, um quadro que aponta os moradores decididos a defender não somente suas moradias, mas cobrarem do poder público medidas de saneamento, escolas, creches, postos de saúde, dentre tantas reivindicações que asseguram a dignidade da vida.

Em 1958, chegava ao Pirambu o Padre Hélio Campos contribuindo junto à luta dos moradores por direitos, motivo que, na década de 1960, torna a Igreja Católica a organização mais influente do bairro, envolvida ativamente no processo de resistência, sobretudo na conquista da desapropriação das terras em 1962. Padre Hélio se destacou naquela luta por atuar de diversos modos, fosse procurando serviços de saúde e assistência social como observado no Centro Social Paroquial Lar de todos, fosse mobilizando os moradores em passeatas como a Marcha do Pirambu, em 01 de janeiro de 1962, ocasião em que milhares de pessoas foram até a Catedral da Sé, no Centro, cantando seus “direitos que ninguém pode tirar”³¹⁴. Agia também o vigário nos episódios de resistência diante das ameaças de despejo, ao acionar um sistema de alarme via fogos de artifício, agrupando rapidamente grande quantidade de pessoas para sua autodefesa.

Quando 19 famílias deviam deixar suas casas, ele mandou soltar quatro horas antes 19 foguetes, e imediatamente juntaram-se, bem em ordem, os homens do Pirambu, para impedir o trânsito nas entradas do lugar. As mulheres e as crianças formavam um círculo bem fechado, ao redor das casas comprometidas. O resultado? Não se pensa mais na possibilidade, de desterrar o povo do Pirambu, sabendo que qualquer nova tentativa provocaria uma revolta pública na cidade, pois os estudantes e operários entrariam logo no primeiro alarme do Padre Hélio, em ação³¹⁵.

Cenas como essa de resistência dos pobres nos permitem dimensionar o grau do conflito instalado no Pirambu, agravado quando proprietários passam a exigir a saída dos

³¹⁴ Hino do Pirambu, 1962, letra: Padre Geraldo Campos. “Vem ver oh! Fortaleza / O Pirambu passar / Somos pessoas humanas / Temos direitos que ninguém pode tirar. Somos cristãos que não temem / O Cristo é o nosso ideal / Por Ele todos faremos / A reforma social. Pirambu marchar / Pirambu marchar / Por um mundo melhor / Vamos lutar” (OLIVEIRA, 2014, p. 47).

³¹⁵ Entrevista com Francisco Carlos da Silva, *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 38.

moradores ou a compra do terreno. Em telegrama ao Ministro da Viação e Obras Públicas, Padre Hélio comunica que o suposto proprietário, José Haroldo Aragão, ameaçava as famílias de despejo³¹⁶. Outros “donos de terra”, herdeiros de Antônio Joaquim de Carvalho, Braga Torres³¹⁷, da família Fontenelle³¹⁸, dentre outros, reclamam a propriedade da área, cobrando dos trabalhadores o pagamento pela terra que ocupavam, se quisessem evitar o despejo. O que antes eram apenas dunas e extensas faixas de terras vazias, após a ocupação pelos moradores ações como a construção de casas e cobrança por serviços de saúde, educação e infra-estrutura despertaram o interesse dos supostos proprietários que viram ali uma grande oportunidade de lucros na terra que se valorizava. Na série especial de maio de 1960 sobre o Pirambu, o jornal *Gazeta de Notícias*, denuncia o avanço do “homem rico” contra o operário que após todo o esforço por “vencer as dunas” e erguer sua casa, devia pagar por ela.

Pirambu nasceu porque os ricos não olham os pobres e esses não tinham onde morar. Dizia-se que os terrenos pertenciam à Marinha e o povo invadiu, afixando as dunas. Depois de afixadas, apareceram os tais donos, verdadeiros e falsos. E os pobres ou compram ou serão expulsos pelo Tribunal de Justiça esquecido de que há pouco esse terreno nada valia e que foi esse operário que lhe deu valor. Antes dele ninguém se atreveria a fazer uma casa por que a duna a sepultaria. E o operário, que é constante, passou horas e dias lutando contra a própria duna, terminando por vencê-la. Armou sua barraca onde esperou viver em paz com sua esposa e filhos. Vê chegar à sua porta o homem rico que, pelas injustiças do Brasil se tornou dono, verdadeiro ou falso, pagando uma ninharia, ou nem isso pagando³¹⁹.

O articulista destaca as cobranças e ameaças feitas pelos donos “verdadeiros ou falsos” indicando a grilagem, pois assinalava se tratar de uma área pertencente à Marinha, adquiridas por uma “ninharia” ou por nada, se apropriando de terras públicas e passando a cobrar após melhoramentos realizados pelos moradores, sempre na companhia de advogados e com ameaças de despejos.

‘O terreno é meu... e eu vendo a tal preço... ou pode retirar-se’. O operário deveria ter o direito de responder: ‘O terreno do sr. a duna levou, esse é meu. Fui encontrá-lo muito distante. E o operário acaba tendo que pagar, embora a família fique exposta a fome, etc.’ [...] Depois de terminado o pagamento, os ocupantes das terras recebem uma escritura particular que não resiste à defesa de um outro dono da terra, que se apresenta como proprietário e com um advogado. Os tais donos em nenhuma hipótese aceitam passar uma escritura pública. É a realidade³²⁰.

As evidências indicam um lucrativo negócio de terra na cidade realizado por grileiros que, se aproveitando das ocupações dos pobres nas áreas públicas, passam a cobrar

³¹⁶ TÁVORA, 1986, p. 5.

³¹⁷ Ofício, 361/62, 25 de novembro de 1962, apud TÁVORA, *ibid.* p. 8-9.

³¹⁸ OLIVEIRA, *ibid.*, p. 35.

³¹⁹ *Gazeta de Notícias*. 14 de maio de 1960, p. 4.

³²⁰ *Gazeta de Notícias*. 14 de maio de 1960, p. 4.

pela área construída, todavia sem documentação oficial pela transação. Não custa muito, e outro suposto proprietário surge para receber o seu quinhão num flagrante processo de grilagem de terra urbana. Vemos, assim, que as terras ocupadas pelos pobres em Fortaleza são alvo da investida de grileiros e imobiliárias, que conjugam o lucro extraído do mercado de terras à ocupação sem registro dos moradores. Arrancavam a titularidade das terras em questão, agindo judicialmente pela reintegração de posse, quase sempre antecedida por práticas violentas, como ameaças, destruição de casas e despejo. Em novembro de 1962, as terras do Pirambu são desapropriadas mediante indenização aos herdeiros de Antônio Joaquim de Carvalho e de Braga Torres, dentre outros não citados no Ofício do Ministério da Fazenda. Contudo, a desapropriação só vai se efetivar em julho de 1964 com o Edital de Citação dos desapropriados seguido do Auto de Imissão de Posse de agosto de 1964³²¹.

O problema enfrentado pelos trabalhadores privados da terra urbana se intensifica ao longo da década de 1960, revelando um perverso esquema de expropriação dos pobres em Fortaleza, cada vez mais sem lugar pra morar, dada a dificuldade de encontrar um chão, mesmo no subúrbio. Uma reportagem de janeiro de 1963 do jornal *Correio do Ceará*, pontua o aumento dos lucros obtidos pelo ramo de negócios que conjugava donos de terra, imobiliárias e outros empreendimentos, comprometidos com seu enriquecimento e com a especulação imobiliária, materializada na valorização do preço dos imóveis vendidos ou alugados. Os números revelam o cotidiano de uma cidade marcada pelo despejo, onde a moradia estava subordinada aos interesses de proprietários e imobiliárias; segundo os dados oficiais, eram “de 20 a 30 casos de despejos apresentados diariamente”. A cena piora quando se obtém o apanhado do mês, visto que eram em média “mil casos mensais de pessoas de mala na cabeça em Fortaleza”, uma cidade afetada pelo descontrole do preço dos aluguéis, refletidos até “nas favelas e mocambos”³²² e pela omissão do poder público para solucionar a problemática.

O aluguel afeta decisivamente a vida dos pobres, pois é preciso destinar boa parte do pouco que se ganha ao proprietário da casa, sempre disposto a expulsar o inquilino quando não recebe o pagamento. Viver em casa alugada para os pobres é sinal de incerteza, sobretudo com o que se vai comer, dada a elevação dos preços do aluguel. São milhares os trabalhadores que se veem diante do dilema, sendo forçados a escolher entre alimentar a família ou morar na rua. Para se ter dimensão, em 1963, Fortaleza contava aproximadamente com 120 mil

³²¹ TÁVORA, 1968, Anexos III e IV, p. 21; 23.

³²² *Correio do Ceará*. 19 de janeiro de 1963, p.8.

residências com registro, sendo mais de 100 mil alugadas³²³. A cidade, nesses termos, foi forjada segundo os parâmetros rentistas dos especuladores, orientados fundamentalmente pela mercantilização do espaço. Fontes de “super-lucro”, os loteamentos e grandes construções estavam na ordem do dia e foram priorizados enquanto arremedo de política habitacional, prevalecendo os investimentos no ramo imobiliário, desconsiderando os problemas urbanos que a cidade enfrentava.

A cidade de Fortaleza crescia sob o domínio das imobiliárias e incorporadoras interessadas por aplicar formas de uso dos terrenos que garantissem a especulação, apostando, assim, nos loteamentos como atividade rentável.

As grandes riquezas de nosso Estado acumuladas no comércio, na indústria e em outros setores de atividades financeiras – transferiram-se para novos empreendimentos: agora estamos na vez da especulação imobiliária, tudo isso tendo como causa fundamental as garras negras da inflação, devorando as economias nacionais, especialmente no Nordeste. [...] Daí a grande corrida de capitais para os empreendimentos imobiliários. Os terrenos são beneficiados pela inflação, numa valorização (fictícia) impressionante. Agora então, não existe no ramo de negócios, apenas os capitais disponíveis, mas grande parte da riqueza do nosso Estado. Assim é que mais de setenta por cento dos terrenos, nas mais diferentes áreas de Fortaleza, se encontram em mãos de algumas imobiliárias, cujos loteamentos transformou-se em verdadeira febre industrial, produzindo lucros superiores aos auferidos na indústria e no comércio.³²⁴

O capital movimentado por industriais e acionistas de empresas viam na terra urbana uma grande oportunidade para obtenção de lucro, observados os lucros que o negócio imobiliário proporcionava. As imobiliárias, geralmente, se responsabilizavam pela aquisição das terras, comprando extensas faixas de supostos proprietários com vistas a fracionar a gleba em lotes. A aquisição dessas áreas revela o processo de expansão urbana de Fortaleza nos anos 1950, profundamente controlado pelos grupos ligados ao mercado de terra. Além de ter sob seu comando o comércio das áreas que se expandiam praticamente a todas as regiões da capital, atividade de lucro certo, conseguiam aumentar seu prestígio social e “a capacidade de influenciar o processo político e cultural da cidade”, como se verá nas gestões municipais de Acrísio Moreira da Rocha (1955) e Manoel Cordeiro Neto (1959). Para se dimensionar a relação da gestão municipal com o setor imobiliário, o secretário de Obras Públicas de Fortaleza era João Gentil, neto do proprietário da Imobiliária João Gentil e do Banco Frota Gentil S/A, conhecidos pelo negócio de terras na capital (MOREIRA, 2004; p.35;57).

³²³ Correio do Ceará. 19 de janeiro de 1963, p.8.

³²⁴ *Ibid.*

5.3 Quando eles chegaram só havia “lama, mato e espinho”

Na década de 1960, Fortaleza presenciou a luta dos moradores do bairro Lagamar contra a tentativa de despejo que ameaçava as famílias ali residentes desde os anos 1930. Dona Maria Lagamar afirmou ter chegado na região em 1932, quando havia só “lama, mato, espinho”, antes, inclusive da instalação da Base Aérea (RIBEIRO, 1990; AVELAR, 2012). Os estudos sobre a ocupação do Lagamar, embora remetam a década de 1930 como o período da chegada dos primeiros moradores vindos de diferentes lugares, sobretudo das áreas rurais, apontam a década de 1950 como decisiva no crescimento populacional que se deu à margem do Riacho Tauape, uma zona de alagamento, donde provém o nome do Bairro, em referência aos repetidos alagamentos enfrentados pelos moradores. Segundo Glória Diógenes (1989), os fugitivos da fome, mais aguda durante os anos de seca, principalmente em 1958, encontram na região um espaço para se arrancharem e armarem seus barracos, sabedores das improváveis chances de se fixarem em regiões centrais com melhores condições sanitárias. Formado em seu conjunto pelas camadas subalternas que enfrentavam a falta de condições básicas de moradia, o Lagamar se constituiu numa região onde bastavam chegar as primeiras chuvas para os alagamentos tomarem as casas e pôr em sobressalto as milhares de famílias residentes naquele local. Uma reportagem do jornal *Correio do Ceará* em janeiro de 1963 narra as repetidas enchentes já esperadas pelos moradores, certos do alagamento de suas casas com as chuvas que se iniciavam nos primeiros meses do ano, vivendo o drama que se repetia a cada inverno.

Inverno de hoje encontra o mesmo Lagamar de ontem. Drama que se repete todos os anos, está novamente a ameaçar o Lagamar, onde residem milhares de famílias. O bairro, com o inverno, fica completamente alagado, seus moradores ficam ao desabrigo, passando fome e sujeitos a epidemias. Com as primeiras chuvas, o Lagamar que ainda está em terra firme, começa a sentir os efeitos do inverno. Seus moradores, cansados de esperar pelas promessas prometidas pelas autoridades, nos anos anteriores, já estão tomando suas precauções, aterrando a frente de casas e levantando calçadas, para assim tentar impedir o avanço das águas. Todos os anos o problema é o mesmo, e nenhuma providência concreta foi ainda tomada pelo governo, para evitar aquela tragédia que atingirá milhares de famílias pobres.³²⁵

A cada estação chuvosa, nova tragédia se anunciava intensificando os problemas enfrentados pelos moradores que, devido aos alagamentos, ficavam expostos às doenças, além das perdas ocasionadas pelo avanço da água e da fome. A reportagem sublinha que não se tratava de novidade o que acontecia no Lagamar todo ano, sendo do conhecimento das autoridades públicas que até aquela data não apresentavam resposta. São as próprias famílias

³²⁵ Correio do Ceará. 19 de jan. de 1963, p. 1.

que improvisam soluções de aterramento, calçadas de contenção das águas dentre outras intervenções paliativas.

À beira do Riacho Tauape, centenas de famílias tentam reconstruir a vida, tantas vezes espezinhada pelo latifúndio que ao primeiro sinal de estiagem resguarda sua condição, deixando trabalhadores à própria sorte. Ali tiveram que enfrentar as “adversidades naturais” da região, pois se tratando de um lugar de brejo e contando apenas com a vontade de seguir a vida, foram aterrando e se fixando à sua maneira e limitados pela parca condição material. O fato da região apresentar risco de inundações não foi motivo para impedir sua ocupação, já que além da limitação dos espaços aos pobres nessa cidade, havia o atrativo do riacho que contribuía como atividade alimentar da pesca e do trabalho de lavagem de roupa, garantindo alguma renda para muitas famílias. Cláudia, ao lembrar os motivos de sua família se instalar no Lagamar, reforça o acesso a água como atrativo: “[...] porque aqui tinha ao menos água! E tinha as cacimbas de água doce e, tudo, aí o pessoal começaram a vir, fizeram habitação da área aqui, nesse pedaço de chão” (GOMES, 2013, 35).

Em junho de 1961, época em que os moradores enfrentavam ameaças de despejo “entre risos de capangas e choro de crianças”, o jornal *O Estado* publica uma reportagem confirmando a presença das famílias na região desde os anos 1930, indicando existir no Lagamar “um problema social desafiante”, com famílias expostas à miséria, fome e demais condições adversas.

Alguns moradores daqueles tugúrios ali chegaram em 1930, levantaram uma barraca de dois compartimentos e alojaram-se com suas famílias. Ainda hoje continuam no mesmo barraco, na mesma miséria, passando fome, desconhecendo que o sol brilha para todos. Outros foram chegando e armando os casebres. Em pouco tempo formou-se um conglomerado de palhoças e casas de taipa. O número foi aumentando sempre, apesar do inverno ser inclemente com o povoado, elevando as águas do rio e derrubando os casebres. Mas, não havia jeito a dar por que ninguém tinha pra onde ir³²⁶.

Aos abastados residentes em confortáveis casas, aquela era uma atitude reprovada, pois utilizavam materiais das paisagens para erguerem seus barracos, despertando, assim, o preconceito entre a elite pouco afeita aos problemas que marcam a vida dos pobres, expressos por meio da imprensa para cobrar do poder público alguma medida que freasse o processo de favelização da cidade. Referindo a outra região de assentamento precário, o bairro Farol, em tom de denúncia, o jornal *O Povo* em agosto de 1963 acusou os moradores de aproveitarem as pedras do calçamento da rua para o piso de seus barracos

³²⁶ O Estado. 23 de jun. de 1961, p. 7.

O que está sendo considerado pelas autoridades como o cúmulo é o fato de os favelados chegarem ao ponto de arrancar as pedras do calçamento para formar o piso de seus barracos, criando com isso outros problemas, especialmente para a Secretaria de Obras da Prefeitura que tem de reconsiderar o serviço ali executado. Ressalte-se que, em quase todos os bairros, estão sendo erguidos novos mocambos numa proporção assustadora³²⁷.

Em nenhum momento o repórter menciona a precariedade da vida daqueles trabalhadores empobrecidos recém-chegados de vários lugares onde as condições insuportáveis os forçaram a rumar para Fortaleza. Ao defender opinião contrária à presença desses migrantes nos mocambos, o jornal e o pensamento que representava, aponta que a vinda dos retirantes à capital se devia unicamente pela vontade desses "aventureiros" em saírem de seu lugar para obter com facilidade moradia na capital, afirmando, inclusive, que o problema do campo resultava da recusa dos camponeses ao trabalho.

Pelos trens da RVC, pelos caminhões paus de arara, pelos ônibus das agências especializadas, os sertanejos chegam, aos montes, invadindo a cidade, abandonando os campos, com sérios prejuízos para a lavoura e a pecuária. O fato está tão generalizado, que recusam, estes homens a oferta de 500 cruzeiros diários que lhes são oferecidos no interior para o serviço de apanha do algodão, por que não querem perder a oportunidade de ganhar a vida em Fortaleza³²⁸.

“Invadindo a cidade” é a frase tantas vezes repetida revelando as características de uma cidade desigual, sem espaço para os pobres. Mesmo nos lugares distantes e sem condições de habitação a presença deles é um incômodo. Chama atenção a forma como a migração dos pobres é interpretada pela reportagem que responsabiliza os migrantes pelos “prejuízos à lavoura e à pecuária” e decorrendo deles, também, o crescimento das favelas na capital. Não queremos, entretanto, apagar a agência humana nas tomadas de decisões dos pobres indicando que somente fatores externos, como a seca, a fome, o mandonismo, entre outras realidades sociais presentes no campo, influenciaram na vinda desses trabalhadores para as grandes cidades. O que também estava em jogo era a ideia de um futuro diferente, pois sabiam o quão arriscado era sair para terras distantes ao mesmo tempo que a permanência no interior se tornava insustentável. A segregação expressa na reportagem fazia crer numa suposta facilidade de se erguer barracos e receber feijão em Fortaleza como a principal motivação para os migrantes deixarem seu lugar de origem.

O processo de favelamento da cidade está atingindo seu ápice, pois dizem os observadores da Sec. de Previdência do Município que a capital recebeu, nos últimos meses, o dobro de favelados que aqui existiam por força de certas circunstâncias. Dezenas e dezenas de famílias, que antigamente se sentiam a contento no hinterland, decidiram, não mais que de repente, rumar em peso para a cidade grande, na esperança de melhores condições de vida alertados, principalmente, pelo fato de aqui estar-se

³²⁷ O Povo, 21 de ago. de 1963, p. 6.

³²⁸ *Ibid.*

tornando fácil a construção de barracos, em quaisquer ponto da cidade. E feijão não lhes faltaria, pois a Secretaria do Trabalho e Ação Social estava distribuindo, de graça, o produto o que é uma verdade. A população de Fortaleza que, segundo estatísticas, era composta de 700 mil flutuantes, deve ter aumentado, nesta última parte, com as correntes humanas provenientes do sertão³²⁹.

Vê-se, portanto, que a falta de terra para os trabalhadores os acompanhavam em suas tentativas de sobrevivência, lhes cabendo às favelas como lugar de moradia, junto a milhares de outros sem-terra enfrentando os desafios de se viver na urbe como veremos ao longo século XX, sobretudo quando a especulação imobiliária e os loteamentos avançam em direção a praticamente todas as áreas de Fortaleza.

A história do Lagamar é marcada por constantes tentativas de despejos, forçando seus moradores a resistirem permanecendo na área até os dias atuais. Estudos (AVELAR, 2012; DIÓGENES, 1991) apontam as primeiras manifestações de resistência nas décadas de 1970 e 1980, quando as obras de alargamento da Avenida Borges de Melo e o avanço dos investimentos privados na região da Água Fria e Edson Queiroz, principalmente com a construção do Centro de Convenções e da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), despertam o interesse dos rentistas do mercado de terras. No entanto, quando investigamos a luta por terra na capital e os despejos nas décadas de 1950 e 1960, nos deparamos com um significativo conflito nas terras do Lagamar entre os moradores e o grileiro José Capelo, que reivindicava a área como de sua propriedade.

A ocupação do Lagamar é formada, em seu conjunto, por trabalhadores precarizados vindos, sobretudo, das áreas rurais, “a maioria é constituída de pessoas extremamente pobres, como ambulantes, operários de construção e lavadeiras, que vivem no mais sério regime de miséria³³⁰”. Com muito esforço, essas famílias se estabeleceram nesse local, um lugar pouco apropriado à moradia, dada as condições geográficas. Todavia, foi ali o lugar possível para erguerem suas casas, pelo menos até surgir José Capêlo que, a partir de 1955, resolve tirar o sossego dos moradores ao afirmar que aquelas terras lhe pertenciam. José Capêlo passou a exigir que desocupassem a área ou comprassem o pedaço de chão, fato que deu início ao conflito que se arrastará por anos. Tudo leva a crer que o recado daquele que se apresentou como proprietário não impactou os moradores, levando-o aos métodos violentos para forçar a saída daqueles que já estavam ali há pelo menos trinta anos. Em 1955, um episódio

³²⁹ O Povo. 21 de ago. de 1963, p. 6.

³³⁰ Unitário. 23 de abr. de 1961, p.2.

revela a tentativa de José Capêlo, auxiliado pelo filho e pelo revólver, em querer expulsar alguns moradores, como registra a reportagem do jornal *Terra Livre*, em julho de 1955:

Bem perto de Fortaleza, um latifundiário foi surrado pelas mulheres e homens, por que tentou expulsar mais de 50 famílias do Lagamar, onde moravam há mais de 20 anos. José Capelo (é este seu nome) crescendo as vistas no Lagamar, arranhou uma papelada e disse ser o dono daquelas terras. Intimou as famílias a se retirarem e, como não obedecessem, ele foi com seu filho de jipe, armados de revólver, para escorraçar as famílias, botando os [ilegível] fora das casas, deixando-as no terreiro, expostas à chuva e ao sol. Isto causou a resistência dos moradores, que partiram em cima dos dois grileiros como “capotes” (guinés), e depois de desarmá-los deram-lhes uma boa e merecida surra. Alguém, traíndo os homens do Lagamar, chamou a Radio Patrulha da capital, por telefone e a mesma não faltou ao chamado de socorro do grileiro. Mas ao chegar ao local, a revanche era tão grande que os policiais resolveram não entrar no conflito por temerem a certeza de sair perdendo. Este exemplo não será esquecido pelos camponeses do Lagamar³³¹.

Os moradores estavam dispostos a permanecer no lugar, enfrentando as ameaças do grileiro que experimentou a revolta dos pobres em defesa de suas casas. Mesmo apresentando “uma papelada” que fazia crer numa suposta documentação que comprovaria a propriedade da terra, os moradores do Lagamar não admitiram tamanha humilhação numa demonstração de que resistiriam ante as ameaças. As ações de José Capêlo em muito se assemelham as utilizadas pelos grileiros em todo o país, uma vez que os donos da terra surgem muito tempo após a fixação das famílias na área, se apresentam como proprietários, se aproveitando de uma série de beneficiamentos realizados por um longo período, e, diante da resistência dos moradores, passam a ameaçá-los, principalmente quando a hipotética documentação também não surte efeito. Diante da resistência, novas tentativas se dão para expulsar as famílias. Em 1957, observamos a denúncia de atos violentos de Capêlo contra os moradores do Lagamar, segundo notícia o jornal *O Democrata*, em setembro de 1957: “armados de peixeiras, invadiram os lares quando os seus chefes estavam ausentes no trabalho, causando revolta do povo do bairro contra as cenas de vandalismo³³²”.

A resposta dos moradores à insistência do grileiro o levou a buscar outras medidas para a concretização de seu projeto, que consistia em ser reconhecido como proprietário; poderiam até permanecer nas casas, porém tendo que comprá-las. A cada investida, os moradores demonstravam que dali não saíam, uma vez que sabiam se tratar de terras devolutas, pertencentes à União. Circulava entre os habitantes da região a informação que um sargento da Marinha esteve no lugar, por volta de 1956, e confirmou aos moradores que o local se tratava de uma área da União. Assim, enfrentam a grilagem em seus métodos de violência,

³³¹ Terra Livre. 1ª Quinzena de julho de 1955, p. 4.

³³² O Democrata. 21 de set. de 1957, p. 7.

razão que motiva José Capêlo a apelar ao judiciário, ingressando com um pedido de reintegração de posse, conseguindo em 1961 uma ação de despejo.

As casas que deverão ser derrubadas, segundo constatou a reportagem de Unitário, se levam a cerca de 2 mil, sendo muitas delas construídas de tijolo e telha. Alguns moradores do Lagamar ali residem há vários anos. Foram casas levantadas quando as terras eram completamente desabitadas, sem protesto de seu proprietário, que somente depois de muito tempo tomou a iniciativa, através da Justiça de reivindicar seu direito³³³

A medida judicial intensificou o conflito, pois agora o grileiro conseguira mandado judicial para executar seu plano de despejo operado pela mão dos agentes do Estado. Anteriormente, as ações do grileiro sofreram reveses, já que os moradores responderam prontamente às investidas, agora, estavam acuados pelo Estado em conluio com o grileiro. As cenas de pavor se repetem no cotidiano daquela gente acostumada a enfrentar as muitas dificuldades que a vida na cidade, sobretudo nas favelas, impõe. “O povo do Lagamar quando não acorda com água invadindo seus casebres, desperta sobressaltado com alguém destelhando as casas e desfazendo as paredes”, alertava a reportagem do jornal *O Estado*³³⁴. Iniciado o despejo, José Capelo avança sobre os moradores e suas habitações, impondo aos pobres a humilhação e a violência. Na companhia de capangas destelha casas, indiferentes ao assombro de crianças e mulheres.

Mulher chorando com menino chorando não é coisa que comova o Capêlo e seus capangas. As casas foram destelhadas e as paredes arriadas ao som das gargalhadas sarcásticas dos homens do Capêlo e do choro das mulheres e crianças. Quando acabaram ameaçaram de voltar no outro dia para desmanchar mais um bocado de casebres³³⁵.

O despejo se concretiza derrubando casas e alertando que voltariam no dia seguinte para continuar a ação, provocando, assim, choro e o medo daqueles que com muito custo tentavam reconstruir a vida. Aquelas medidas põem em revolta os moradores que não aceitam a condição imposta, denunciando a humilhação e em tom de revolta pergunta ao repórter: “Qual será o cão do inferno que botou o Capêlo na terra?”

Uma das casas destruída pertencia a José Milton Coelho, que ao chegar do trabalho se deparou com aquela situação medonha, sem ter para onde ir com a família, os dois filhos e sua esposa Lúcia da Conceição. Na casa derrubada moravam mais oito pessoas, revelando o drama da habitação na cidade, pois só na pequena casa de José Milton moravam 12 pessoas.

³³³ O Unitário. 23 de abr. de 1961, p. 1.

³³⁴ O Estado. 23 de jun. de 1961, p. 7.

³³⁵ *Ibid.*.

Os oficiais de Justiça, com assistência da polícia, deram início ontem, à destruição dos casebres, numa fúria verdadeiramente selvagem, devendo voltar hoje para a continuação dos trabalhos. Entre as casas atingidas, figura a do jardineiro José Milton Coêlho, casado com a sra. Lúcia da Conceição Silva Coêlho, pai de 2 filhos, sendo um deles de apenas 4 meses de idade. Em sua companhia residiam ainda 8 pessoas, que se encontram igualmente desalojadas³³⁶.

A ação foi presenciada pela trabalhadora que a tudo assistia experimentando o ódio que move os poderosos contra os pobres, pois era preciso exibir a força bruta diante de uma gente que já demonstrara não se intimidar com suas ameaças. O recado precisava vir carregado de fúria a ponto de nem a panela com a comida ser poupada pelos agentes da repressão, como denunciou Francisca Coelho.

Quando os oficiais da Justiça chegaram ao local encontrava-se em casa apenas a doméstica Francisca Coêlho, irmã de José Milton, que assistiu a destruição de paredes, telhas e móveis, sem que nada pudesse fazer. A própria panela que cozinhava feijão foi atirada fora pelos agentes da Lei³³⁷.

Para José Capêlo, os moradores deveriam sair da área ou pagarem por um lote, tal ação revela o interesse do grileiro pela quantia a ser arrancada dos moradores. Agora de posse da ação do despejo, além de minimizar a violência cometida contra as famílias, apresentava valores aos interessados em comprar aquelas terras: “Capelo acha que estão exagerando, só foi demolida uma casa e que o povo não ficará sem abrigo por que generosamente venderá a quem quiser e puder pagar, um palmo de terra a razão de Cr\$2.500,00. Simples, não?!”³³⁸

Talvez a ameaça de retornar no dia seguinte para continuar ao despejo não se firmou, pelo menos a imprensa não noticiou, o que sugere uma articulação dos moradores com a Igreja Católica, através da Paróquia de São João do Tauape e dos Missionários do Sagrado Coração que, além de celebrações de missas desde 1958, desenvolviam ações junto aos moradores, como a instalação da Escolinha do Nossa Senhora do Sagrado Coração no Lagamar³³⁹.

A teimosia que, desde os anos 1955, encorajava os moradores a permanecerem em suas casas não aceitando as ameaças e agora a ordem de despejo, encorajou a resistirem à reintegração de posse e a buscarem apoio. O número citado nas fontes varia entre 1 a 3 mil famílias envolvidas numa ação, e muitas estavam decididas a resistir. A tensão estava instalada na cidade, que poderia repentinamente ter que lidar com milhares de pessoas desabrigadas, basta lembrar que a família do jardineiro José Milton, que teve sua casa destruída, era composta

³³⁶ O Unitário, 23 de abr. de 1961, p. 1.

³³⁷ *Ibid.*

³³⁸ *Ibid.*

³³⁹ Arquidiocese de Fortaleza. Paróquia São João Batista, Tauape. Acesso em: <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/regioes/regiao-metropolitana-sao-jose/paroquias-da-regiao-sao-jose/paroquia-sao-joao-batista/>

por 12 pessoas. O problema da habitação em Fortaleza, com frequência referido pelos jornais, se agravaria nos fazendo crer que a resistência contra o despejo conseguira significativo apoio, até que em junho a Prefeitura entra em cena garantindo a desapropriação da área.

O Lagamar volta então a ocupar as primeiras páginas dos jornais locais, desta vez para comunicar a decisão do prefeito Cordeiro Neto em desapropriar uma parte do Lagamar.

Diante de centenas de moradores do Lagamar, ontem, o sr. Cordeiro Neto, Prefeito de Fortaleza, assinou o decreto desapropriando os terrenos do mesmo bairro, com uma área de aproximadamente mil metros quadrados. O pretense proprietário daquelas terras onde existem cerca de mil famílias pobres, com aproximadamente cinco mil pessoas, já havia iniciado o despejo dos moradores, com a demolição para começar, de cinco casebres³⁴⁰.

Estava-se diante de uma atitude poucas vezes presenciada, pois em meio aos despejos realizados na cidade, contando com o silenciamento da prefeitura e governo, uma desapropriação ocorria. Tamanha era a surpresa e não deixando de exaltar a figura do prefeito, o jornal alertava que aquela medida possuía “maior significação na história do Município”, fazendo crer numa suposta vontade da Prefeitura em enfrentar o debate político sobre a função social da propriedade. Para a reportagem de *O Estado*, Cordeiro Neto estava desapropriando uma área privada, o que seria motivo de maior reconhecimento, não mencionando nenhuma mobilização por parte dos moradores, cabendo apenas à vontade do prefeito a desapropriação.

Pela extensão da área atingida pela providência e pelo número de pessoas beneficiadas, a desapropriação do Lagamar constituiu um dos atos administrativos de maior significação na história do Município de Fortaleza. Do ponto de vista social ele não tem precedentes. Pela primeira vez o Governo Municipal decidiu tomar posição contra o uso anti social da propriedade privada, tendo em vista garantir a tranquilidade e o direito de habitação de milhares de pessoas, que sem essa intervenção providencial, seriam lançadas ao desabrigo³⁴¹.

Contudo, observamos outras forças sociais agindo para encontrar possíveis soluções ao problema social no Lagamar, como a Câmara Municipal com um Projeto de Lei ao executivo municipal com vistas a desapropriar a área em litígio. Com o decreto de desapropriação, o prefeito, em articulação com o governador Parsifal Barroso, tomava a dianteira do processo, restando aos vereadores solicitar da União que anulasse a reclamação judicial de José Capêlo, reconhecendo aquelas terras como públicas. Tal movimento, ao mesmo tempo que garantia a permanência dos moradores, confirmava que por pouco mais uma ação de grilagem estava prestes a desabrigar milhares de famílias.

Posteriormente, será enviada mensagem à Câmara Municipal a quem cabe ainda se pronunciar sobre o assunto. Aliás, naquela casa de representação popular havia sido

³⁴⁰ O Estado. 24 de jun. de 1961 p. 1.

³⁴¹ O Estado. 09 de jul. de 1961, p. 3.

antes apresentado projeto de Lei autorizando ao Prefeito a abrir crédito na importância de 500 mil cruzeiros para aquisição das mesmas terras, matéria que ficou anulada com a decisão do chefe da municipalidade, adotada de acordo com o Governador Parsifal Barroso. Diante da gravidade do problema, a Câmara Municipal em uma de suas últimas sessões aprovou requerimento solicitando ao Presidente Jânio Quadros a anulação do fôro, pelo Domínio da União, ao sr. José Capêlo, responsável pelo desalojamento dos moradores do Lagamar. A resposta a ser dada pelo Presidente da República está sendo esperada dentro de breves dias³⁴².

Ao ato de desapropriação assinado no próprio bairro sob o olhar atento dos moradores, compareceu um grupo significativo conferindo força política ao fato, numa demonstração de alinhamento das forças políticas à demanda. Contando com a presença do Advogado Vilebaldo Monteiro; o Presidente da Câmara Municipal e diretor do jornal Gazeta de Notícias, Dorian Sampaio; o Secretário de Finanças do município, Francisco Ferreira do Vale e o prefeito Cordeiro Neto³⁴³, a desapropriação ganhou manchete, com discursos das autoridades, declarações à imprensa e fotografias para confirmar a centralidade do prefeito no processo. Pelas medidas adotadas, havia o reconhecimento da área pertencer à União, o que pode ter acelerado a atuação da prefeitura em assinar a desapropriação e pedir anulação da reintegração de posse pedida por José Capêlo.

[...] o decreto assinado ontem pelo prefeito considera de utilidade pública aquelas terras pertencentes ao Domínio da União. A Prefeitura vai iniciar o trabalho de saneamento e urbanização de toda a zona do Lagamar, possibilitando uma morada mais condigna aos seus habitantes. Finalmente, ainda com relação ao Lagamar, apuramos junto a diversos moradores daquela zona que a população recebeu com geral agrado a medida do prefeito que vem ao encontro aos desejos dos pobres que ali construíram seus lares³⁴⁴.

Numa cidade cujo poder público pouco se ocupa com os problemas do povo pobre, acostumado a ser enxotado dos espaços de moradia, esquecido dos serviços essenciais, como escola e saúde, e só lembrado quando incomodava as elites, é importante não perder de vista a provável atuação dos moradores em resistência defendendo o direito de permanência no Lagamar. Como se viu, num intervalo de três meses entre a medida judicial impetrada pelo grileiro e a assinatura da desapropriação, um Projeto de Lei fora discutido entre os vereadores indicando uma mobilização em torno da questão. Estamos convencidos da importância da atuação dos moradores no processo que culminou com a desapropriação, visto que desde 1955 vinham resistindo a cada investida do grileiro, buscando caminhos para fortalecer a luta pela moradia. Os vereadores também foram pressionados, provavelmente, pelos moradores, basta lembrar as violações cometidas por Capêlo, as agressões aos moradores e a tentativa de despejo

³⁴² Unitário. 24 de jun. de 1961, p. 1-2.

³⁴³ Gazeta de Notícias. 24 de jun. de 1961, p. 4.

³⁴⁴ *Ibid.*, p.8.

de um expressivo número de famílias dispostas a não saírem abrindo possibilidade para um grave conflito.

Junto à desapropriação se prometia encaminhar antigas demandas dos moradores, como saneamento e urbanização, na tentativa de transparecer o compromisso da Prefeitura e vereadores com as lutas dos pobres acostumados a cada inverno terem suas casas alagadas pelas cheias do riacho Tauape. Ficou acertado que o prefeito Cordeiro Neto enviaria pedido de abertura de crédito à Câmara de Vereadores para seguir as obras de melhoramento na região, medida confirmada pelo secretário de finanças Francisco Ferreira do Vale³⁴⁵. Entretanto, os anos que seguem testemunham o abandono que perdura na região, tendo os moradores que seguirem mobilizados a fim de conquistarem alguma melhoria em suas vidas, pois a vitória contra o grileiro representava apenas um dos vários problemas a serem enfrentados.

A área conquistada pelo decreto de desapropriação, todavia, se limitava à parte mais alta do bairro situada próxima à via férrea, não garantindo a construção de casas do outro lado do canal. No final da década de 1970 e 1980, os moradores tiveram que novamente travar luta contra o poder para não serem despejados. A especulação imobiliária chegava com força contra os pobres da região, vistos como entraves aos projetos de expansão urbana em regiões estratégicas aos especuladores imobiliários. Mais uma vez, a determinação em defesa da não remoção, articulados principalmente pela Associação de Moradores e posteriormente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), conseguiram permanecer no lugar e seguir em luta por direitos como Escola, Saúde e Saneamento Básico (DIÓGENES, 1991).

Em dezembro de 1961, sete meses após a desapropriação, encontramos a União das Classes Produtoras intervindo na região. Em visita ao Lagamar, as “classes produtoras” demonstram proximidade com o Padre Lourenço, da Paróquia de São João do Tauape, que desempenhava ações sociais no bairro com o intuito de apoiar iniciativas animadas pela Igreja, como a conclusão da Escola local. Os jornais continuaram a noticiar os alagamentos resultantes do transbordamento do Riacho Tauape; em 1974, muitos moradores tiveram que se abrigar no Estádio Presidente Vargas devido a inundação do bairro, as perdas foram imensas e demonstraram que a promessa de urbanização não se efetivara.

Na sexta-feira última, n'uma demonstração de que as classes conservadoras não ficarão apenas no terreno das idéias, mas que estão dispostas a agir de verdade, numa comissão da UCP, integrada por Eliseu Pereira, José Afonso Sancho, José Leite Martins, Francisco Heriardo Palmeira, Otacílio Moreno, Luís Perdígão Abreu, Otacílio Leite e Raimundo Lima esteve visitando o LAGAMAR e sentindo de perto

³⁴⁵ Gazeta de Notícias. 24 de jun. de 1961, p.8.

as mais prementes necessidades desse bairro pobre. Na ocasião a UCP fez entrega de um cheque ao Rvdmo. Pe. Lourenço, cujo valor é destinado à conclusão de uma escola para meninos do bairro, dirigida pela Professora Erotides de Melo Lima. O diretor João Bezerra Filho fez oferta de 10 bancos escolares e o diretor Luís Perdigão Abreu prontificou-se a enviar amostras grátis de medicamentos. O auxílio referido foi obtido ao tempo em que era presidente da UCP o sr. José Leite Martins e coube a este efetuar a entrega. No ensejo, o atual Presidente Eliseu Pereira frisou que a UCP, lançando-se a esta tarefa, não visa proventos pessoais para os seus dirigentes e apenas deseja contribuir para o melhor equilíbrio social, suprimindo as falhas e omissões dos poderes públicos neste setor assistencial³⁴⁶.

Segundo a reportagem, aqueles homens, todos nascidos em condições muito diferentes dos moradores do Lagamar, queriam sentir “de perto as mais prementes necessidades” dos desafortunados. Formam a equipe de visita, reúnem os espectadores, entregam o cheque à figura de confiança, garantem 10 bancos à escola, tudo registrado pela mídia que compareceu e exaltou a atitude. O fato, resguardadas as diferenças, se assemelha ao espectáculo ocorrido há sete meses, quando um grupo de pessoas se aglomera para, diante da imprensa, anunciar medidas de socorro aos pobres do bairro. Esses momentos revelam como os grupos dominantes controlavam a tomada de decisões, reservando aos pobres o lugar de receptores da benevolência do poder público e da caridade dos benfeitores. Na cidade do despejo, e esse pensamento era reforçado pela mídia comercial - e convém assinalar que José Afonso Sancho, um dos integrantes da comitiva, além de comerciante e agropecuarista era ligado ao *Gazeta de Notícias*, exercendo, portanto, influência junto aos órgãos de imprensa (MAIA, 2013, p.25); cabia aos pobres esperar dos governantes ou das elites econômicas a resolução de seus problemas, já que no cotidiano eram motivo de incômodo. Aqui temos uma evidência de mecanismos que mesclam caridade, benemerência e filantropia, e sem dúvida, com o objetivo de compor imagem positiva às ditas "classes conservadoras".

No episódio do Lagamar, o poder do grileiro não foi suficiente para sustentar a vitória parcial junto ao Judiciário impedido de continuar o despejo violento que iniciara. Pelo conjunto de reportagens coligidas, os moradores aparecem como meras vítimas à mercê da sanha grileira, da "benevolência" dos abastados e da responsabilidade do poder público. Não se registra quase nenhuma tentativa de resistência, como se o pavor e a miséria impedissem os moradores do Lagamar buscarem meios de sobrevivência ante a realidade imposta por uma sociedade profundamente desigual. Com exceção de reportagens do jornal *Terra Livre*, em 1955, trazendo à lume a disputa entre os moradores e o grileiro num momento de franca revolta contra a ameaça de despejo, e do jornal *O Democrata*, em 1957. Não encontramos nos demais periódicos vestígios sobre a atuação dos pobres que, na nossa interpretação, foram fundamentais

³⁴⁶ *Gazeta de Notícias*. 16 de dez. de 1961, p. 4.

para a conquista da desapropriação. Aqui lembramos a lição de Walter Benjamin ([1940], 1994; p.225) alertando para escovarmos a história à contra pelo, buscando do que não fora dito, as ações ocultas que movimentam as decisões públicas.

Recentemente, em 2012, o Lagamar voltou a ser alvo da especulação com as obras do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) de responsabilidade do Estado em conjunto com a ampliação da Avenida Raul Barbosa, ambas impulsionadas pelo conjunto de investimentos por ocasião da Copa do Mundo de Futebol, que requer a remoção de centenas de famílias em seu projeto original (GOMES, 2013). Novas mobilizações ocorrem, agora reunidos em torno do Conselho Gestor da ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) do Lagamar que, se valendo das conquistas do Plano Diretor do Município de Fortaleza, que reconheceu a área como Zona Especial de Interesse Social, se articulou a resistência contra os impactos dessas transformações urbanas, sentida em sua agudeza pelos pobres da cidade. Tais fatos apontam para o perene risco que marca a vida dos trabalhadores, pois os direitos conquistados são atacados ao se chocarem com interesses dos grupos dominantes, tirando mais uma vez o sossego daqueles que sobrevivem às custas da resistência cotidiana. Foi assim com os moradores de outro bairro proletário, formado por trabalhadores em busca de um chão para morar e trabalhar, também tiveram que enfrentar a grilagem de olho nas terras do Bairro Padre Andrade nos anos de 1960.

5.4 A resistência dos posseiros contra os loteamentos no bairro Padre Andrade

Em Fortaleza, a “capital do despejo”, nos anos 1960 notamos uma história de resistência e teimosia dos pobres do bairro Padre Andrade³⁴⁷. Dispostos a permanecerem na terra que ocupavam, os posseiros da região enfrentaram as investidas da grilagem sedenta por aquela extensa faixa de terra propícia ao loteamento, um negócio lucrativo. O episódio de coragem coletiva se inicia quando os trabalhadores, muitos instalados desde o nascimento há setenta anos, resolvem enfrentar o despejo capitaneado pelos supostos donos de terra. Estamos falando de um conjunto de posseiros que, atraídos pela área para viver e trabalhar, foram ali se fixando e construindo suas vidas, alcançaram em torno de 700 famílias nos anos de 1960. Em luta pela permanência na terra ameaçada pelos grileiros, a experiência dos posseiros do bairro Padre Andrade foi documentada pelo jornal *Terra Livre*, ferramenta de comunicação das lutas camponesas. Na edição de junho de 1960 (há uma imagem de um morador, Luiz Miguel,

³⁴⁷ O Diário Oficial do Município - nº 5.138 publicou a lei nº 321, do dia 16 que denomina de Padre Andrade parte do antigo bairro da Floresta, no distrito de Antônio Bezerra, proposição do vereador Gutemberg Braun. 1951 - maio - 30.

sinalizando), encontramos o testemunho de velhos posseiros confirmando estarem naquela terra há muito tempo.

Conversando com este repórter, o velhinho Luiz Miguel conta que ali nasceu em 1886 e permanece até hoje. Seu pai também nasceu, viveu e morreu na mesma terra, trabalhando e cultivando-a. E diz, olhando e apontando para o horizonte: “ali num tinha dono, não senhor, foi meu pai que cercou, plantou fruteiras, junto com outros moradores daqui de perto, que plantaram a terra sabendo que num tinha dono. Nós é que era os donos”. Também dona Jovita Alves, de 72 anos de idade, contou ao repórter na presença do deputado Pontes Neto, que seus pais haviam nascido ali. Nunca ouvira falar em donos daquelas terras³⁴⁸.

O testemunho dos camponeses ao jornal *Terra Livre* revela a ocupação de terras devolutas nos arredores de Fortaleza, dedicadas ao cultivo e livre de proprietários, pois os primeiros melhoramentos foram construídos pelos trabalhadores que se fixaram na região e desenvolveram sua produção agrícola. Ao se estabelecerem na região, foram aos poucos realizando um conjunto de melhoramentos “trabalhando a terra com sacrifício, cavando cacimbões para enfrentar a escassez d’água, nas épocas de verão ardente, transformaram aquela parte do Município numa zona aprazível de terras sempre produtivas³⁴⁹”.

Observa-se mais uma ação de grileiros que, diante do trabalho dos camponeses, se dizem proprietários e passam a exigir a renda. Ao fixarem o arrendamento, os grileiros abrem passagem para a injustiça se instaurar, visto que a renda da terra, além de empobrecer o trabalhador, atua como fator de instabilidade, uma vez que agora a terra tinha um suposto proprietário, cujo mando se demonstrava no cotidiano. O auto-proclamado proprietário apareceu nos anos 1940, reclamando a posse das terras e logo implantando um sistema de arrendamento.

Começou cobrando por um lote de 50 palmos de frente e 25 de fundos, cinco cruzeiros ao ano. Depois começou a aumentar, chegando a cobrar dez cruzeiros. Em lotes maiores cobrava cinquenta e até duzentos cruzeiros. O “coronel”, porém, ficou velho, entregando as terras ao seu filho Carvalhim e ao neto José de Carvalho Neto (Zeba). Estes continuaram a cobrar as taxas de arrendamento até que, em novembro do ano passado, não se contentando mais com isso, dispensaram o arrendamento, exigindo a desocupação das terras³⁵⁰.

A exigência do arrendamento aos poucos serve para confirmar a posse da terra por parte do cobrador que, além de sua palavra, passou a contar com os recibos de pagamento da renda, instrumento que transformava os posseiros em arrendatários. Não custa muito, foi pouco mais de 20 anos, e os novos administradores da propriedade, filho e neto do coronel Carvalho,

³⁴⁸ Terra Livre. Junho de 1960, p. 7.

³⁴⁹ Novos Rumos. 13 a 19 maio de 1960, p. 4.

³⁵⁰ Terra Livre. Junho de 1960, p. 7.

instigados pelo mercado de terra em Fortaleza, decidem lotear a região exigindo que os trabalhadores desocupem a área. Os posseiros decidem permanecer e lutar pela terra, iniciando, então, um processo de resistência.

Ninguém desocupou. Começaram então as perseguições e as ameaças. Derrubaram cercas, passaram travessões, venderam lotes a outras pessoas e ameaçaram destruir casas. Uniram-se os lavradores de Padre Andrade, bairro que compreende os sítios Buenos Aires, Mãe Graça, Santana, Urubu e Guaxinguaba, com os demais lavradores ameaçados, para preparar a resistência, lançando a palavra de ordem : “NINGUEM SAI”³⁵¹.

A recusa dos camponeses ativa a ira dos grileiros, que não poupam medidas violentas a fim de coagir os moradores decididos a ficarem no chão que para eles “não tinha dono”. Cumpre assinalar que o nome da principal avenida que atualmente corta a região é justamente Coronel Carvalho, como a homenagem que o poder público fez e faz aos dominadores, nesse caso à grilagem, num processo de apagamento da luta dos pobres ali e em tantos lugares.

O bairro Padre Andrade se formara por vários sítios com produção e comércio. Segundo as fontes, compreendia a área onde estão localizados hoje os bairros Padre Andrade, Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Quintino Cunha, Presidente Kennedy e Floresta. É nessa área que se encontrava um dos principais centros de produção agrícola da capital na metade do século XX, uma parte do “cinturão verde da cidade” a partir do trabalho de centenas de famílias camponesas.

O subúrbio de Padre Andrade fica localizada entre o distrito de Antônio Bezerra e a Barra do Ceará. De vinte anos até hoje, dezenas e centenas de famílias de origem camponesa vieram se deslocando para aquelas paragens e ali foram obtendo, por arrendamento, pedaços de terra, onde se fixaram e passaram a trabalhar. Paulatinamente, ali foi se formando um centro de produção agrícola. Cultivando a terra, organizando hortas, pomares, granjas e roçados, os arrendatários produzem legumes, verduras e frutas que vendem, diariamente, nos mercados de Fortaleza, para o abastecimento da população. Criou-se assim, sem ajuda do Poder Público, aquilo que os candidatos a cargos eletivos tanto têm prometido, nas campanhas eleitorais, mas que, quando eleitos, não se lembraram de fazer: - o cinturão verde da Cidade. O subúrbio de Padre Andrade é hoje uma parte desse cinturão³⁵².

O bairro de Padre Andrade representava uma alternativa aos problemas de habitação e trabalho cada vez mais latentes na Fortaleza dos anos 1960. Formado em seu conjunto por camponeses, além de garantir moradia aos sem teto, possibilitava trabalho para um considerável número de pessoas em atividades agrícolas na produção de frutas e hortaliças e na criação de animais, importantes ao abastecimento do mercado da cidade. Entretanto, aos

³⁵¹ Terra Livre, *ibid.*, p. 7.

³⁵² Novos Rumos. 13 a 19 de maio de 1960, p. 4.

pobres do lugar estava reservado mais uma investida dos donos do poder que passaram a tramar a expulsão daquelas famílias a fim de lotear a área num violento processo de desocupação.

700 famílias no Ceará lutam contra o grileiro. Coronel quer tomar terras que o lavrador plantou. Setecentas famílias de posseiros (arrendatários) do subúrbio de Padre Andrade, na capital do Ceará, estão sob ameaça potencial e iminente de despejo, por parte do Coronel Joaquim de Carvalho, que se diz proprietário das terras. A concretização da ameaça significaria uma das maiores grilagem de que há notícias, desde que os coronéis latifundiários, de baração e cutelo, iniciaram-se na prática da rapinagem de terras, nos vastos domínios territoriais do Ceará. Desta vez, não será fácil, ao potentado, consumir o plano arquitetado³⁵³.

Os moradores do Padre Andrade tomam a decisão de resistir, decididos a permanecer e enfrentar as ameaças do grileiro. Impressiona ao pesquisador o silêncio verificado na imprensa comercial de Fortaleza, quase nada narrou desta luta. Tal atitude pode ser um indício do poder da especulação de terra na cidade, das imobiliárias, cartórios, dado o significativo lucro que o mercado de terras propiciava aos pretensos donos das propriedades em loteamento. Embora arrecadasse significativas quantias com a exploração da renda, haja vista o volume da produção do lugar, o negócio imobiliário se apresentava com maior possibilidade de lucro, nem que tivessem que expulsar os antigos moradores da região que iniciava seu processo de urbanização. A mídia local, por sua vez, silenciava ante “uma das maiores grilagens de que se tem notícias”, indicando o poder dos rentistas e especuladores na cidade.

Em Fortaleza, a terra estava sob domínio de uns poucos, ávidos por lucros extraídos da especulação, transformando as terras agricultáveis da cidade em loteamentos. Essa lógica, além de privar milhares de famílias à moradia, contribui para o agravamento da fome na cidade, pois com a baixa na produção de alimentos o preço dos produtos se elevava, não permitindo a muitos trabalhadores se alimentarem com qualidade. Muitas áreas da cidade, na década de 1960, poderiam ser cultivadas se houvesse o interesse do poder público em incentivar a produção nesses locais se a terra fosse vista como um bem coletivo. Entretanto, uma importante medida para enfrentar a fome na capital não foi priorizada e as áreas dedicadas ao cultivo, aos poucos, foram capturadas pelo mercado imobiliário e se transformaram em lotes. Em artigo no jornal *Gazeta de Notícias*, o engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura e Comércio do Ceará, José Lopes Chaves, chamava atenção para a possibilidade dos bairros mais afastados do centro, pela extensão de áreas verdes, servirem ao cultivo de alimentos, favorecendo o abastecimento em Fortaleza que experimentava acelerado crescimento populacional e agravamento da pobreza.

³⁵³ Novos Rumos. 13 a 19 de maio de 1960, p. 4.

O Município de Fortaleza, através de seus quatro distritos (Antônio Bezerra, Parangaba, Mondubim e Messejana) não apresenta uma melhor produção à falta do incentivo, da ajuda e da orientação técnica, apesar da existência de condições mesológicas, vivendo a sua população a braços com o sério problema da escassez de gêneros, frutas e produtos horti-granjeiros, para a sua alimentação. O poder oficial não pode mais continuar indiferente ao assunto. Precisa mobilizar-se, e sob a direção de um dos nossos serviços públicos, com a cooperação estreita e maciça de tantos outros quantos forem necessários para a execução do plano - inclusive das forças armadas, da Igreja e de outras entidades públicas ou privadas - não seria difícil alcançar os objetivos desejados, sabendo-se que de antemão, não seria negado o apoio valioso da imprensa, do rádio e da televisão, no que diz respeito aos esclarecimentos necessários à população, principalmente, aos proprietários de terras, possíveis cooperados da campanha a favor de alimentos (“para a paz” do estômago faminto da pobreza de Fortaleza!)³⁵⁴

O articulista faz um chamamento às autoridades ao enfrentamento da falta de alimentos utilizando as áreas da própria capital ao cultivo. A especulação imobiliária se colocava como um entrave ao estímulo à produção de alimentos, um impasse difícil de ser resolvido numa cidade marcada por loteamentos sem possibilidades para manter e incentivar áreas urbanas de cultivo.

Há de se levar em conta a alta especulação imobiliária (os grandes loteamentos), porém os seus proprietários, devidamente instruídos e estimulados pelos altos objetivos da campanha, haveriam de convir, que muitos resultados obteriam também de suas terras - cultivando-as intensiva e racionalmente - quando estariam contribuindo de modo patriótico, no sentido de amenizar a fome de uma população que marcha, desesperadamente para uma situação de consequências imprevisíveis³⁵⁵.

Todavia, a lógica dos donos de terra se fundamenta na atividade econômica explorada em seu domínio, não importando os benefícios sociais e coletivos. Além de terem como meta a obtenção de maior lucro, querem confirmar seu poder. Manter trabalhadores em “sua propriedade” requer um conjunto de medidas trabalhistas a serem tomadas, além dos riscos de insubordinação que ameaçasse a posse da terra ou outras questões que prejudicassem a obtenção de lucro, como modificações nos contratos de arrendamento, preços fixos, adicionais, enfim, uma série de conquistas dos trabalhadores vistas pelo patrão como entraves econômicos.

A conjuntura dos anos 1960 encorajava os trabalhadores em suas reivindicações por direitos ainda negados a um significativo grupo, principalmente os camponeses. Várias campanhas passaram a questionar a concentração fundiária no Estado apontando para a necessidade de uma reforma agrária que distribuisse terra ao trabalhador rural, também como medida à superação da fome e promoção do desenvolvimento econômico do Nordeste. Nesse período, sobretudo após o Congresso Camponês de Belo Horizonte de 1962, os movimentos camponeses passam a defender publicamente uma mudança de sentido da propriedade, pois era

³⁵⁴ Gazeta de Notícias, 03 de mar. de 1963, p. 7.

³⁵⁵ *Ibid.*

urgente convencer a sociedade brasileira que a terra pertencia a quem nela vive e trabalha, priorizando a função social em detrimento da visão que a caracterizava como mercadoria. Medidas que desafiavam a propriedade privada e seu caráter “quase” sagrado estavam em processo. As passeatas, assembleias e demais ações dos trabalhadores demonstravam a necessidade de se enfrentar o latifúndio e a grilagem, dois pilares que privavam a terra aos trabalhadores.

Essa é a realidade experimentada pelos posseiros do Padre Andrade, dispostos a não cederam às ameaças dos grileiros para expulsar toda aquela gente. Talvez por temerem a movimentação dos posseiros reivindicando a área ao mesmo tempo que denunciavam o processo de grilagem, os proprietários apostaram na venda das terras às imobiliárias como meio de afastar definitivamente a permanência dos trabalhadores. Estamos diante de um episódio que remete ao clima de tensão presente na sociedade da época em seus antagonismos de projetos, gerando incertezas quanto ao desfecho, pois a coragem dos posseiros indicava um processo de resistência ante o autoritarismo dos grileiros.

Na luta no Padre Andrade, vemos que o problema da terra é uma realidade do campo e da cidade cujas formas de dominação e expropriação são semelhantes, razão da miséria dos trabalhadores em diferentes espaços. Seja nos lugares mais afastados, seja em regiões próximas de áreas urbanas, os pobres permanecem sob a mira dos poderosos que não poupam esforços para tirar-lhes o sossego em nome da ganância e do dinheiro. O episódio do Padre Andrade também indica sobre o crescimento da cidade de Fortaleza, já que o loteamento na região foi imposto sobre os antigos moradores, passando por cima de suas histórias e direitos, fato que nos interpela sobre os demais empreendimentos instalados e sobre o lugar dos pobres na cidade.

O conflito instaurado naquele bairro se dava numa conjuntura de ascenso das lutas sociais, quando as reivindicações por mudanças ocupavam a cena pública em todo o país. Esse desejo de transformação da realidade brasileira, em grande medida, foi animado por organizações de trabalhadores que favoreciam o encontro dos explorados do campo e da cidade. Vivia-se uma época de intensa mobilização em torno das reformas de base, esse conjunto de medidas responsável pela minimização das desigualdades sociais e econômicas. Como dito em capítulos anteriores, era um momento de denúncia da miséria no campo, movimento que acentuou os embates por terra e direitos impulsionando os conflitos fundiários no Ceará e no Brasil.

O latifúndio estava entre o principal elemento a ser combatido, pois dele resultava a exploração responsável pela pobreza dos camponeses. A falta de terra para viver e trabalhar, para esses trabalhadores, era a base a ser destruída com vistas a alcançar dignidade. Já citamos aqui os conflitos em Aracati, Quixadá e Canindé, além de tantas formas da resistência camponesa indicando a atuação dos pobres no campo em suas lutas cotidianas por justiça e direitos. Nesse sentido, o latifúndio urbano também seria enfrentado, haja vista o número de famílias sem-terra vivendo na capital vindas das regiões interioranas, em maioria, desafiadas pelos problemas de sempre, como a concentração fundiária e as secas.

Diante da investida dos grileiros para concretizar o despejo, os posseiros do Padre Andrade, vivendo uma efervescência de agitação por direitos, fundam a Associação dos Lavradores do Padre Andrade. Importante espaço para auxiliar nos processos de resistência na luta pela terra, os moradores se associam e passam a agir coletivamente. Aqui são nomeados aqueles implicados diretamente no trabalho associativo compondo a diretoria, homens e mulheres que atuam em coletivo em defesa da terra e dos direitos: Manoel de Paulo Lima (presidente); Francisco de Souza Sales e Francisco Gomes (vices); Vicente Furtado de Moura e José Ferreira Souza Filho (secretários); Alaíde Costa Sales e Maria Nazaré de Moura, (tesoureiras); Manoel de Paulo Lima (orador); José Humberto dos Anjos, Luiz Vital e Antônio de Brito, (Conselho Fiscal)³⁵⁶.

Também no bairro Padre Andrade, em Fortaleza, Ceará, foi fundada uma entidade de classe, a Associação dos Lavradores de Padre Andrade ALPA, reunindo grande número de lavradores de vários sítios próximos, onde há 700 famílias ameaçadas de despejo da terra que há um século seus pais ocupavam. Para sua organização, a nova entidade contou com a colaboração da FALTAC, tendo já sido aprovados os estatutos, bem como elaborado o plano de luta.³⁵⁷

A motivação principal para a fundação da Associação era a resistência frente ao despejo que se avizinhava, para os trabalhadores aquela terra lhes pertencia e o associativismo apontava para possíveis vitórias dado o apoio jurídico alcançado com aquela organização. Decididos a enfrentar a grilagem, os camponeses se aproximam da FALTAC e passam a participar das lutas em curso no Ceará. Com a Associação, o conflito toma outra direção com a presença de interlocutores que passam a apoiar realizando várias atividades que reforçam a resistência. A primeira foi reunir moradores e aprovar em assembleia a diretoria responsável pela Associação, com isso se cria um instrumento político para um embate contra as ameaças e

³⁵⁶ Terra Livre, junho de 1960, p. 2.

³⁵⁷ *Ibid.*

violências dos pretensos donos da terra. Essas ações, por meio do associativismo, articulavam a luta dos posseiros aos demais movimentos de trabalhadores do Estado.

Ao bairro Padre Andrade, se dirigiram diversos militantes em apoio as atividades de agitação com vistas a enfrentar os grileiros. Militantes do Partido Comunista, do Pacto Sindical, Sindicalistas e Parlamentares se somam aos posseiros acirrando o embate que se radicalizava, já que os grileiros passaram a atacar com a destruição de roças, impondo o prejuízo aos trabalhadores que vêem sua plantação arrasada e a terra cultivada há anos cercada pelos grileiros.

A luta pela posse e defesa da terra neste Estado, começa a tomar corpo. Nos arredores de Fortaleza, 700 famílias preparam-se para a luta contra um “coronel” que se diz proprietário dos 350 hectares de terra onde cultivam, com abundância cereais, frutas, verduras, legumes, etc., terras essas que há mais de cem anos foram ocupadas por seus avós. [...] Entrando em contato com a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), organizaram a Associação dos Lavradores de Padre Andrade, aprovando seus estatutos e elegendo a Diretoria. Em fins de abril os grileiros fizeram violenta ofensiva contra os lavradores, invadindo várias roças, destruindo plantações, cercando-as com arame farpado, protegidos pela polícia³⁵⁸.

A humilhação imposta aos trabalhadores contou com apoio policial que agia para proteger os grileiros, além de intimidar os camponeses. Com a polícia ao lado dos interesses dos proprietários, restou aos moradores agirem publicamente em busca de apoio, reforçando a sua luta. Quebraram o silêncio predominante na imprensa comercial e saíram em denúncia dos grileiros, que violentamente tentavam sua expulsão daquelas terras enquanto acusavam o poder público por nada fazer ante os ataques sofridos.

Bateram à porta, também, da Assembleia Legislativa procurando os parlamentares a tomarem parte na questão externando suas queixas, pressionando por medidas que lhes garantissem alguma segurança diante dos fatos. Seguiram defendendo seus direitos criando estratégias de mobilização junto aos meios de comunicação, amplificando o fato junto ao Secretário de Segurança e denunciando a ação da polícia ao parlamento, onde contavam com o apoio de alguns deputados.

Isto provocou a revolta de grande número de lavradores, que foram a cidade protestar junto às rádios e jornais, denunciando a atitude da polícia ao Secretário de Segurança, pois a questão já estava na Justiça. Foram também a Assembleia Legislativa exigir providências para solucionar a questão, recebendo solidariedade de vários deputados. Esperam os camponeses de Padre Andrade que os poderes públicos lhes assegurem as terras que somente a eles pertencem, pois, caso contrário, defenderão a qualquer custo os seus direitos. Quando da posse de sua primeira diretoria, a Associação realizou grande festa, homenageando os sindicatos de Fortaleza, congregateando-se essas

³⁵⁸ Terra Livre. Junho de 1960, p. 7.

entidades de classe da capital, formando uma frente única operário-camponesa, na luta contra a carestia de vida, contra o esbulho, a grilagem e pelo reconhecimento da propriedade da terra aos que nela trabalham e vivem.³⁵⁹

O programa de luta estava traçado e uma aliança se estabeleceu com a aproximação dos moradores do Padre Andrade junto às organizações operárias da capital, confluindo para uma articulação por direitos. A proximidade física da região em litígio com as demais sedes sindicais e o elevado número de famílias mobilizadas em torno das reformas de base favoreceu a atuação da Associação dos Lavradores do Padre Andrade que, além de atuar na proteção de seus associados, constituía instrumento das lutas travadas na década de 1960.

Contando com o auxílio jurídico da FALTAC, a entidade de defesa dos lavradores do Padre Andrade reunia os relatos das violações cometidas pelos grileiros. Entre as denúncias, encontramos a de Alfredo Ferreira, posseiro, que buscou apoio da Associação, pois seu roçado de algodão fora invadido e sua produção roubada pelo latifundiário Francisco Mota Silva querendo expulsá-lo da terra onde vivia desde o nascimento.

Intimado pelo seu patrão Francisco Mota Silva a retirar-se da terra onde mora e trabalha desde que nasceu, o lavrador Alfredo Ferreira do Nascimento procurou a Assistência Jurídica da sua Associação dos Lavradores de Padre Andrade. Alfredo Ferreira tem 52 anos de idade, justamente o tempo em que mora nessa propriedade de onde o latifundiário o está enxotando com ameaças de violências. Trabalha no eito e planta nas terras do Sr. Francisco Mota Silva, pagando renda. É obrigado a vender o algodão ao patrão, ao preço que ele quer. Ainda no ano passado, quando o algodão estava custando na praça o preço de 460 cruzeiros a arroba, o Sr. Mota pagou a 330 cruzeiros. E ninguém tem o direito de reclamar, por que o patrão manda logo desocupar as terras. Agora, o latifundiário Mota tomou o roçado de algodão do lavrador Alfredo (10 hectares de algodão, calculado em 160 arrobas). Não lhe deu um só centavo de indenização. Diante disso, a FALTAC, juntamente com a Associação dos Lavradores de Padre Andrade, forneceu imediatamente um advogado, o Dr. Evandro Carneiro Martins, para defender os direitos do lavrador perseguido e explorado³⁶⁰.

A presença de Oswaldo Evandro Carneiro Martins, advogado ligado às lutas sociais nos anos 1960,³⁶¹ evidencia a articulação dos posseiros em busca de apoio jurídico. A denúncia do camponês descortina um cenário de exploração no cotidiano dos trabalhadores que viviam sob o jugo dos arrendamentos, cujos preços eram definidos pela vontade do patrão, sem qualquer regulamentação. O preço da arroba de algodão produzida pelo posseiro era inferior ao preço de mercado, revelando um perverso sistema de expropriação do trabalho em terras

³⁵⁹ Terra Livre. Junho de 1960, p. 7.

³⁶⁰ Terra Livre, junho de 1961, p. 3.

³⁶¹ DIÓGENES, Osmar Maia; GONÇALVES, Daniel; MARQUES, Paulo. (orgs). **Ainda 1964: história política e sensibilidade**. Fortaleza: MALCE: INESP, 2014. p.299; SOUSA, Francisco Ésio de. Homenagem póstuma aos confrades Oswaldo Evandro Carneiro Martins e Francisco Edson Cavalcante Pinheiro. **Revista do Instituto do Ceará**, 2014.

griladas. Os proprietários utilizavam a posse da terra para ameaçar os trabalhadores diante de possíveis questionamentos sobre o preço da arroba de algodão ou outras formas de expropriação, como confiscar toda a produção sem pagar nada por ela.

A exploração ocorria em diversos momentos, não se restringindo às atividades econômicas, não bastava rebaixar o preço da arroba de algodão, ou ainda se apropriar de toda a colheita, a dominação também queria sufocar medidas que reconhecessem os direitos. Como observado por Otavio Ianni, os trabalhadores rurais estavam submetidos a exploração econômica e política operada por sujeitos armados com o apoio da polícia, com o fito de manter a estrutura de injustiça e desigualdade barrando ações de contestação por parte dos camponeses.

O latifundiário, fazendeiro ou empresário muito frequentemente lançam mão de pistoleiros, jagunços, ou mesmo policiais, para fazer valer os seus interesses sobre os trabalhadores rurais. Isto é, são econômicas e políticas as condições de exploração às quais o capital submete o trabalhador rural. E são tais essas condições que o capital, isto é, a grande burguesia, se garante uma sobretaxa de lucro com base na sobre-exploração dos assalariados rurais e camponeses (IANNI, [1981] 2019; p.168).

Nesse sentido, os posseiros do Padre Andrade avançavam articulando coletivamente seus interesses. A ação do latifundiário agora deveria enfrentar, além da resistência dos trabalhadores, um processo judicial formalmente constituído por meio de sua Associação. Aqueles trabalhadores, que nos últimos vinte anos amargavam o peso da exploração do trabalho e eram alvos constantes de ameaças, se apresentavam agora como sujeitos de direitos, contando com o amparo jurídico da FALTAC e motivados pelo apoio dos sindicatos de trabalhadores de diversas categorias em Fortaleza.

A Associação dos Lavradores do Padre Andrade logo se transforma numa espécie de sede da FALTAC. Como lembra Vicente Pompeu³⁶², era ali onde aconteciam as reuniões do interesse dos camponeses que animavam o processo de resistência e fortalecimento do movimento por justiça e direitos. Na esfera da luta judicial, as denúncias demonstravam o acirramento da questão que até então contava com a ausência do poder público, salvo em vezes que a polícia aparecia para intimidar os trabalhadores e garantir a violência dos grileiros. Desta feita, Pedro Gondim, gerente da imobiliária A. J. de Carvalho, reúne capangas para atacar o posseiro José Coelho, forçando-o a deixar a terra. O camponês denuncia o uso de facas pelo bando para intimidar sua família, visto que as ameaças ocorreram dentro de sua casa, local estratégico para disseminar o terror, pois certamente seria presenciado pelos filhos, afetando, assim, o núcleo familiar. O trabalhador busca apoio junto à Associação para encaminhar a

³⁶² Entrevista. Vicente Pompeu da Silva. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura.

denúncia ao mesmo tempo que realizava encontros para fortalecer a resistência e evidenciar o conflito e as violações sofridas pelos moradores do Padre Andrade. Na sede da FALTAC, naquele bairro, houveram várias reuniões entre sindicalistas e demais militantes, lugar onde manifestavam seu apoio à luta e discutiam os problemas da classe trabalhadora.

Em maio de 1961, no Padre Andrade se deu um desses momentos de fortalecimento da resistência. Em missão político-cultural pelo Brasil, Célia Guevara atendeu ao convite da Frente Popular Nacionalista e dos Estudantes do Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, para palestrar na Faculdade de Direito, na ACI e na FALTAC. Sua presença reuniu grande quantidade de pessoas, dado o simbolismo da Revolução Cubana e sua repercussão na América Latina. Dentre as principais expectativas com a presença de Célia Guevara, uma era a oportunidade de obter informação sobre o curso da revolução em Cuba, segundo a imprensa era “grande o interesse do povo para conhecer o que realmente se verifica em Cuba”, “não somente os meios universitários, mas pessoas de todos os círculos”³⁶³. Em entrevista coletiva no Auditório da Associação Cearense de Imprensa (ACI), Célia Guevara, dentre outros assuntos, falou sobre o caráter socialista da Revolução Cubana, do clima de guerra vivido na Ilha dada as ameaças contra-revolucionárias operadas, sobretudo, pelos Estados Unidos determinados a impedir o avanço das transformações em curso, das medidas de reconstrução econômica a partir do aumento da produtividade agrícola e da repercussão, na América Latina, das declarações do presidente Jânio Quadros sobre a importância da "autodeterminação" dos povos³⁶⁴. A educadora argentina falou ainda sobre seu filho, Ernesto Guevara, distinto viajante desde jovem, com incansável desejo de conhecer as terras da América Latina e do mundo, tornando-se mais tarde um peregrino da liberdade. Aquela visita a uma região de conflito, além de um significativo apoio às lutas em curso por transformação social, não só no Padre Andrade, mas em todo o Estado, serviu para o compartilhamento de várias denúncias dos posseiros que, diante de vasta assembleia, difundiram suas lutas e sua disposição em resistir. Via-se naquele espaço um lugar para compartilharem e cultivarem a esperança em luta por melhores condições de vida e trabalho. Naquela e em outras reuniões, se sentiam seguros para relatar os episódios de perseguição sofridos, desejosos por alguma providência a ser tomada. Ao ouvirem relatos semelhantes, saíam fortalecidos dos encontros e dispostos a seguirem em defesa de seus direitos, certos de que não estavam lutando sozinhos.

³⁶³ O Estado. 18 de maio de 1961, p.7-8; 23 de maio de 1961, p. 7.

³⁶⁴ O Povo. 26 de maio de 1961, p.2-6.

Semanalmente chegam à sede da Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (FALTAC), camponês pedindo assistência jurídica contra as perseguições dos grileiros. Agora mesmo a Associação dos Lavradores de Padre Andrade, em Fortaleza, juntamente com a FALTAC, está enfrentando uma grande questão, defendendo cerca de 700 famílias ameaçadas de expulsão das casas onde moram e das terras onde plantam verduras para abastecer o mercado desta Capital. Há alguns dias, quando dona Célia Guevara fazia uma palestra na Associação para os associados, o camponês José Coelho aproveitou a oportunidade para comunicar que naquele mesmo dia sua casa tinha sido atacada por um grupo de capangas armados de facão, chefiado pelo dr. Pedro Gondim, Gerente da Imobiliária A. J. de Carvalho³⁶⁵.

A posseira Teófila ergue a voz à Célia Guevara e aos demais presentes na reunião e detalha as humilhações enfrentadas, o que motivou outra camponesa a também compartilhar sua fala, encorajando a outros em sua vontade em resistir, como José Coelho, disposto a não “arredar o pé da casa onde mora, a não ser depois de morto”³⁶⁶. Os posseiros contavam com o apoio do advogado Aníbal Bonavides, com larga experiência na defesa dos trabalhadores, atuava juridicamente em diversos sindicatos e aos camponeses do bairro Padre Andrade.

Orientada pelo advogado da Associação, Dr. Aníbal Bonavides, uma grande comissão foi ao Chefe de Polícia. Este declarou que só tomaria providências se lhes dessem os nomes dos assaltantes e acrescentou que “sob pressão de jornal não daria um passo”. Disse ainda o Chefe de Polícia que “aquilo que os camponeses estavam fazendo era comunismo”. Vejam só os leitores: defender o seu lar é comunismo; resistir contra a destruição de sua casa por cima dos filhos é comunismo; fazer parte de uma Associação para se defender legalmente, é comunismo. Pois tenha o nome que tiver: os camponeses continuam sua luta, unidos em Associações e Ligas, exigindo aquilo que eles têm direito.³⁶⁷

Os posseiros conseguiram quebrar o silêncio reinante na imprensa sobre o conflito no Padre Andrade. O jornal *O Povo* resolveu publicar a denúncia dos posseiros contra os grileiros que vinham atuando com violência e perseguindo os trabalhadores. O conflito alcançou a opinião pública sobre o grau de tensão e o processo de resistência. O que estava em pauta era, sobretudo, a denúncia da grilagem das terras, onde os camponeses viviam e trabalhavam há muitos anos, ao mesmo tempo em que se externava à sociedade a urgência em efetivar os direitos aos trabalhadores trazendo o debate sobre a Reforma Agrária.

Além de disputarem um espaço de repercussão dos fatos na imprensa de Fortaleza, os camponeses provocaram a autoridade de segurança do Estado querendo respostas do chefe de polícia diante da violência dos grileiros. Para o agente público, as denúncias não deveriam ser consideradas, pois vinham de “comunistas”, minimizando o grau de violência sofrida pelos posseiros e revelando a cumplicidade da polícia com os grileiros. Como afirma o estudo de Otávio Ianni ([1981] 2019; p.173) sobre a luta dos posseiros na Amazônia e o violento processo

³⁶⁵ Terra Livre. Junho de 1961, p. 5.

³⁶⁶ *Ibid.*

³⁶⁷ *Ibid.*

de desapropriação de suas terras: “Tem vez que o governo fica do lado do grileiro, de acordo; quase sempre. É raro o governo ficar do lado do posseiro. O mais geral é o governo ficar de fora, para deixar o mais forte ganhar: grileiro, latifundiário, fazendeiro ou empresário”.

Cientes de tal realidade, restava a José Coelho, Teófila Rodrigues e demais posseiros seguirem em resistência. O apoio da FALTAC ajudou a divulgar as lutas dos posseiros do Padre Andrade junto à imprensa comunista, como na revista *Novos Rumos*, tendo como colaborador o advogado e deputado estadual Aníbal Bonavides. Os relatos enviados ao Rio de Janeiro informavam sobre o estado da luta dos camponeses no Ceará, conectando-os as demais lutas travadas no país.

O possível loteamento das terras do Padre Andrade foi impulsionado com o início das obras da Avenida Perimetral, empreendimento da Prefeitura de Fortaleza que passava dentro da área em conflito. “O Prefeito Cordeiro Neto iniciou a construção de uma estrada perimetral, a qual, partindo das imediações da zona portuária do Mucuripe, contorna toda a Cidade, para ir terminar exatamente no outro extremo da orla marítima, ou seja, na Barra do Ceará”³⁶⁸. A nova via visava interligar diferentes regiões de Fortaleza indicando um fluxo contínuo de veículos. De fato, até os dias atuais, a referida Avenida figura como importante artéria de conexão entre os dois lados da cidade, contando ao longo de sua extensão e proximidades três terminais de integração (Messejana, Siqueira e Antônio Bezerra), além de dois terminais rodoviários intermunicipais (Messejana e Antônio Bezerra). Nesses termos, abrir uma avenida naquela região valorizava economicamente a área, sobretudo os terrenos localizados nas margens e proximidades. Como apontado na reportagem do *Novos Rumos*, “A estrada perimetral passa por dentro do subúrbio de Padre Andrade, o que contribui para valorizar muito as suas terras”.

Estamos diante de um típico caso de grilagem, somada à valorização da terra e aos melhoramentos de obras públicas que abrem caminho à especulação imobiliária. Os lotes não se destinavam aos antigos moradores, mas voltados a pessoas com maior poder aquisitivo por se situarem próximos à avenida em construção e todo o aparato logístico-comercial que essas incorporações promovem. Para o “coronel arrendador”, os posseiros eram entraves aos loteamentos e deveriam, então, ser expulsos com rapidez da região. Como já citado, era uma área bastante habitada “numa zona aprazível de terras sempre produtivas”, com 700 famílias

³⁶⁸ *Novos Rumos*. 13 a 19 de maio de 1960, p. 4.

vivendo e trabalhando, indicando um despejo com forte impacto na cidade que até então não havia apresentado nenhuma solução ao impasse.

Precisava expulsar os ocupantes daqueles terrenos cultivados, para que pudesse tudo lotear e vender a bom preço. E no mesmo dia em que a cobiça do coronel se fez sentir, com intimações peremptórias, derrubada de cercas e recusa de continuar a receber os aluguéis, nesse mesmo dia também começou a luta do povo agricultor em defesa de seus direitos. E uma palavra de ordem se espalhou rapidamente por toda a extensão dos terrenos: - indenização pelas benfeitorias ou retenção da posse da terra pelos arrendatários³⁶⁹.

Para os posseiros, o impasse seria resolvido quando o coronel Carvalho apresentasse uma proposta de reparação pelas benfeitorias realizadas durante os anos de trabalho, do contrário reivindicariam a posse da terra ao acionarem as instâncias judiciais e ao denunciarem o processo de grilagem enquanto mobilizariam os posseiros a não sucumbirem diante das ameaças e humilhações.

Seguindo a orientação jurídica de Aníbal Bonavides, os posseiros apostavam na conquista da terra, pois o conjunto de leis somados à determinação coletiva de resistência acendiam a esperança e ativava a expectativa. O advogado que acompanhou a luta por terra no Padre Andrade era de destacada atuação nos movimentos de defesa dos trabalhadores, ligado ao PCB, Aníbal Bonavides foi presença viva no processo de sindicalização rural no Ceará, contribuindo para a disseminação dos direitos e da legislação trabalhista junto aos camponeses. De larga experiência em questões trabalhistas, sabia das dores enfrentadas pelos trabalhadores ao defender os interesses dos subalternos em suas diversas categorias, como Ferroviários, Tecelões, Pescadores, Motoristas e Servidores das Endemias Rurais³⁷⁰.

Suas atividades também foram marcadas pelo ativismo nas letras, pois parte de sua militância foi devotada ao campo das ideias por meio dos impressos, atuando em várias redações de Fortaleza, como nos jornais “*Correio do Ceará*”, “*Itinerário*”, “*Unitário*” e “*O Povo*”. Entretanto, seu desejo de transformação social pode se disseminar com eficácia na imprensa militante, notadamente no jornal comunista “*O Democrata*”, que dirigiu durante a segunda metade da década de 1950, quando em todo o Estado os trabalhadores do campo e da cidade avançavam em suas reivindicações. Na década de 1960, Aníbal Bonavides assumia o compromisso de correspondente, no Ceará, da “*Revista Novos Rumos*” dirigida pelo PCB no Rio de Janeiro, que informava periodicamente as lutas travadas no Ceará, além de abordar os problemas sociais e econômicos do Nordeste, fornecendo reflexões ao enfrentamento da

³⁶⁹ Novos Rumos. 13 a 19 de maio de 1960, p. 4.

³⁷⁰ Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Legislatura de 1963, p. 211.

pobreza e promoção da justiça. Sua participação na imprensa comunista será um elemento ao agravamento das acusações no Inquérito Militar. Um dos crimes a ele imputados, além de promover agitação comunista, era o de “andar distribuindo o jornal *Novos Rumos* em toda a cidade”. Seu mandato foi cassado nove dias após deflagrado o golpe militar de abril de 1964, acabando preso ao lado de outros parlamentares e sindicalistas capturados pelo regime instalado³⁷¹.

Os posseiros do Padre Andrade contavam com a ajuda de um sujeito cuja atuação ultrapassava as fronteiras do ofício, integrando o grupo de militantes que motivava os trabalhadores a seguirem resistindo, cultivando a esperança e fortalecendo organizações de defesa dos trabalhadores.

Eleita a primeira Diretoria da sociedade, esta traçou, imediatamente, os planos para a luta contra os desígnios arbitrários e ilegais do coronel arrendador. E na mesma reunião, o autor desta reportagem recebeu na Justiça, na qualidade de advogado, os direitos dos arrendatários. Pronunciando uma palestra sobre a questão levantada, nos seus diversos aspectos, o advogado fez ver que aos posseiros arrendatários era assegurado, nos dispositivos que regem a matéria no Código Civil e no Código de Processo Civil, a indenização pelas benfeitorias ou, no caso de recusar-se o dito proprietário a assim proceder, o direito de retenção de posse pelas benfeitorias. Entretanto, salientou ainda o advogado dos arrendatários, - estávamos diante de um problema social. A questão ultrapassava os limites de uma pendência jurídica, para situar-se no plano de um problema que interessa a toda uma coletividade³⁷².

O conflito em questão era mais uma demonstração da urgência em se enfrentar o problema fundiário na estrutura social brasileira por parte de toda a sociedade, principalmente do poder público. Para Aníbal Bonavides, era preciso encarar a falta de terra aos trabalhadores como uma tarefa do bem coletivo que deveria afetar a todos. Para tanto, era preciso uma articulação que envolvesse parlamento, órgãos de imprensa e centrais sindicais para discussão e efetivação da reforma agrária. Por outro lado, era preciso intensificar as ações de agitação e propaganda por meio de passeatas, atos públicos e outras formas de mobilização em torno da bandeira “terra para quem nela vive e trabalha”.

Não havia dúvida a respeito do interesse indireto da população de Fortaleza, na permanência das setecentas famílias de pequenos agricultores na posse daquelas terras por elas tão afanosamente tratadas e cultivadas. A luta do povo da antiga Cachoeirinha contava, deste modo, com todas as possibilidades de êxito. Não poderia, assim, restringir-se à conquista de indenizações. O que se impõe, no interesse geral, é a permanência. Urgia então a mobilização da mais ampla solidariedade dos trabalhadores, das organizações populares, da imprensa, do parlamento, dos estudantes. Não tardou a surgir a solidariedade, expressa no comparecimento de

³⁷¹ A experiência no cárcere junto aos demais militantes sociais considerados subversivos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional foi documentada no “Diário de um preso político”. Publicado em 1986, reúne escritos sobre a rotina daqueles presos numa cela coletiva do 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, consistindo em rico documento sobre o período.

³⁷² *Novos Rumos*. 13 a 19 de maio de 1960, p. 4.

líderes sindicais, jornalistas, vereadores e de um deputado à segunda reunião da Sociedade. Nos dias seguintes, a questão foi focalizada com grande destaque nos grandes jornais de Fortaleza, o deputado Pontes Neto pronunciou um discurso na Assembleia Legislativa, o vereador Paulo Mamede anunciou a apresentação de um projeto de lei desapropriando as terras da Cachoeirinha, para que sejam vendidas, com o direito de opção de compra, aos atuais arrendatários³⁷³.

A luta seguia com articulações dos posseiros reivindicando seus direitos. Para isso, como pontua Aníbal Bonavides, foi preciso o apoio de parlamentares. Não cabia aos trabalhadores esperarem somente pela decisão judicial, seja pela morosidade ou pelo histórico compromisso do judiciário com os interesses dos proprietários. Como meio de cobrar o governador Parsifal Barroso e o prefeito Cordeiro Neto a intervirem no conflito, o deputado Pontes Neto encaminharia o debate à tribuna, levando os demais deputados a se debruçarem sobre a questão e seu impacto social. O vereador Paulo Mamede apresentaria um Projeto de Lei forçando a Câmara e o Prefeito a se comprometerem. Convém lembrar que uma possível motivação do conflito teria origem nas obras da prefeitura que, ao abrir uma avenida dentro da área em conflito, despertou o interesse nos loteamentos da área por parte dos grileiros. Pelo que observamos na pesquisa, o prefeito seguiu omissos diante dos fatos.

O governo de Parsifal Barroso também se firmou distante da questão. Há na conduta do governador uma diferença em relação a outros conflitos de terra no Estado, como o de Cabreiro, em Aracati, quando recebeu os posseiros para ouvir suas queixas e constituir Comissão para acompanhar as negociações, intervindo diretamente como mediador. Um ofício do Serviço Social do Palácio do Governo³⁷⁴ sobre a situação das setecentas famílias de verdureiros e horticultores da antiga Cachoeirinha, como se denominava o Padre Andrade, é encaminhado à Assembleia Legislativa em resposta ao requerimento do deputado estadual Edival Távora, de 2 de junho de 1961.

[...] em forma de apelo, solicitando-lhe determinar que as autoridades policiais não permitam, a quem quer que seja, a prática de atos de violências contra os moradores do Padre Andrade, despejando-se, abruptamente, de suas residências, o que implica na vulnerabilidade do princípio constitucional da inviolabilidade do lar e encarecendo outras providências³⁷⁵.

Em relação ao embate, não se tem notícia de medida adotada por Parsifal Barroso; as posturas do governador e do prefeito indicam a forte pressão do setor imobiliário, como um dos motivos que confirmam a omissão nesse episódio.

³⁷³ Novos Rumos. 13 a 19 de maio de 1960, p. 4.

³⁷⁴ Assembleia Legislativa do Ceará. Ata da Sessão Ordinária de 30 de jun. de 1961.

³⁷⁵ Assembleia Legislativa do Ceará. Ata da Sessão Ordinária de 02 de jun. de 1961.

Como advertiu o deputado Pontes Neto, no discurso que pronunciou na Assembleia Legislativa, seria o maior dos absurdos se permitíssemos a destruição das culturas feitas por setecentas famílias de verdureiros e horticultores, na Cachoeirinha, exatamente na hora em que, pretendendo desmembrar a terra e torná-la produtiva, é o próprio Governo Federal que toma a iniciativa de enviar um projeto de Lei de Irrigação do Nordeste ao Congresso, visando a modificação na estrutura agrária regional; seria vergonhoso para os cearenses, o despejo das setecentas famílias de agricultores do subúrbio de Padre Andrade, no momento em que, no vizinho Estado de Pernambuco, é aprovada pela Assembleia e sancionada pelo Governador, uma lei que manda distribuir as terras do Engenho Galiléia, com os agricultores pobres, numa autêntica medida concreta de reforma agrária. Também na Cachoeirinha, acendeu o deputado, é preciso agir com espírito progressista, defendendo o sagrado direito a vida e a produção do povo laborioso que ali se estabeleceu³⁷⁶.

Segundo a matéria do *Novos Rumos*, o deputado estadual Pontes Neto evoca significativos acontecimentos da conjuntura nacional em relação ao problema agrário. Ele apresenta a iniciativa do governo federal em enfrentar os problemas agrários por meio de uma proposição de desapropriação das terras próximas aos açudes e rodovias federais, com vistas a assentar camponeses nessas áreas. A Lei de Irrigação do Nordeste formulada pela SUDENE e encaminhada ao Congresso Nacional em maio de 1960, desde a primeira hora movimentou opiniões contrárias no parlamento e na imprensa de todo o país, numa demonstração do poder dos grandes proprietários. Tamanha foi a pressão dos setores dominantes que sequer a proposição foi votada, passando quatro anos para que o Executivo conseguisse, via decreto, avançar a matéria da desapropriação de terras diante da impossibilidade de aprovação no Congresso Nacional.

Mais tarde, dada a persistência dos movimentos camponeses em luta por Reforma Agrária, por meio do Decreto da SUPRA de 13/03/1964, o Governo Federal autorizava a desapropriação de terras até a distância de 10 km das rodovias e ferrovias federais e das áreas sob investimentos da União, como irrigação e construção de açudes. Tal decreto foi motivo de oposição mais forte dos setores dominantes, pois visava desapropriar imóveis acima de 500 hectares nas rodovias e 30 hectares nas propriedades que contavam com açudes públicos, contribuindo decisivamente para o agravamento da crise e a instabilidade política, o que culminou com o golpe de 31 de março de 1964. Para se ter dimensão da gravidade, anularam aquele Decreto nos primeiros dias do golpe, a 11 de abril de 1964, afastando qualquer iniciativa de modificação da estrutura agrária brasileira. No Ceará, Aníbal Bonavides, então deputado junto com seu colega de parlamento Pontes Neto, saudou a iniciativa da SUPRA afirmando se tratar de um “golpe mortal vibrado contra o latifúndio”³⁷⁷. Da parte dos latifundiários, Abelardo

³⁷⁶ *Novos Rumos*. 13 a 19 de maio de 1960. p. 4.

³⁷⁷ Assembleia Legislativa do Ceará. Ata da Sessão Ordinária de 13 de mar. de 1964.

Costa Lima, conhecido parlamentar defensor dos interesses dos proprietários, tentou minimizar os impactos do referido decreto argumentando não interferir no real problema agrário brasileiro, desviando o debate para a chamada “radicalização” que então marcava a disputa política.

Em 1960, Pontes Neto cita a Lei de Irrigação do Nordeste para chamar atenção dos parlamentares cearenses sobre a necessidade de garantir terra aos que trabalham não somente pelo critério da justiça social, mas antes pela segurança do abastecimento de alimentos pela produção camponesa. Seria, portanto, um contrassenso devastar uma área de cultivo alimentar para dar lugar a um empreendimento imobiliário de mínimo impacto social à cidade e à economia.

Outro argumento apresentado se baseou na experiência do parlamento pernambucano que, diante do impasse envolvendo lavradores e donos de terra, optou pela justiça social ao desapropriar as terras em favor dos camponeses. A conjuntura, nesse sentido, desafiava o poder público frente às mobilizações camponesas por terra e direitos. A vitória dos trabalhadores do Engenho Galileia, em Pernambuco, significou, assim, o acirramento das questões de terra em curso no Ceará: aos posseiros serviu para animá-los em suas lutas, pois as conquistas de outros camponeses demonstravam que a vitória era possível. Entre os proprietários, esses fatos despertavam um alerta reforçando suas articulações em defesa da propriedade privada e contra o avanço das lutas por justiça no campo.

E assim, graças ao movimento unitário dos arrendatários da Cachoeirinha, já organizadas na sua Sociedade de defesa, e graças a intensa mobilização promovida pelas forças populares e progressistas de Fortaleza, estão amadurecendo as condições necessárias para a vitória do povo ameaçado de despejo. Promovendo uma ação de interdito proibitório contra a ameaça de despejo, numa das Varas do Cível, os arrendatários abriram a luta, simultaneamente nos domínios do Parlamento, uma vez que já está sendo elaborado o projeto de lei de desapropriação, o qual conta com gerais simpatias dos vereadores de Fortaleza, esperando-se que venha a ser sancionado pelo Prefeito.³⁷⁸

Tentando convencer os deputados a apoiarem a luta no Padre Andrade, Pontes Neto os convida para ouvirem a voz dos camponeses em sua Associação. Solicitava que se criasse uma Comissão para visitar os posseiros e para conhecer a produção de legumes, verduras e frutas, tomando dimensão do absurdo que se avizinhava se a ameaça de despejo se concretizasse sem nenhuma garantia aos camponeses. A ida à região do conflito acarretaria em algum compromisso por parte da Assembleia, que poderia encaminhar medidas para solucionar o impasse jurídico-político.

³⁷⁸ Novos Rumos. 13 a 19 maio de 1960, p. 4.

Na parte reservada ao grande expediente, o deputado Pontes Neto vai à tribuna para encarecer a Mesa Diretora a designação de uma comissão de deputados, a fim de visitar as terras do subúrbio Padre Andrade, nesta Capital, com o objetivo de observar ‘in loco’ a situação de mais de setecentas famílias pobres radicadas naquele subúrbio, que vivem da produção de legumes, verduras e frutas, arrendatárias do coronel Antonio Joaquim de Carvalho, as quais estão ameaçadas de despejo pelo referido cidadão³⁷⁹.

Ao acompanharmos o desenrolar dos fatos pelo registro das atas das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa do Ceará, não encontramos desdobramentos dessa proposição de Pontes Neto, ou seja, a Associação dos Posseiros não terá recebido a visita, em comissão, senão daqueles ligados à luta social como Pontes Neto. O ano de 1960 finda e o impasse segue com episódios de violência marcando a vida dos posseiros. Um desses momentos de tensão culminou com a criação de um grupo formado por camponeses, advogado e demais apoiadores a fim de denunciar aquela situação. A Comissão, decidida a tornar pública a persistência das violações pelos proprietários da Imobiliária Antônio Joaquim de Carvalho, cobra tanto do Estado, quanto da imprensa, um espaço em que pudessem ser ouvidos. Em maio de 1961, a redação do jornal *O Povo* não titubeia ao denunciar os grileiros e seus jagunços.

Ontem, pela manhã, nova ameaça de despejo foi feita aos moradores do bairro de Padre Andrade, pelos proprietários da Imobiliária Antonio Joaquim de Carvalho, apesar de aquela velha questão se encontrar na Justiça, há mais de um ano. Para divulgar esta nova agressiva ameaça de despejo, esteve hoje, pela manhã, na redação de O POVO, acompanhada de seu advogado, dr. Aníbal Bonavides, uma comissão de moradores de Padre Andrade à cuja frente se encontrava o sr. José de Sousa Coelho³⁸⁰.

Participando da comissão ao jornal *O Povo*, Teófila Rodrigues Cavalcante, posseira, fala com indignação sobre a atitude de Pedro Monteiro Gondim, que a mando da imobiliária Antonio Joaquim de Carvalho e acompanhado de dez homens armados de facão, em plena luz do dia, aproveitou o momento em que Teófila estava sozinha com os filhos e invadiu sua casa para disseminar o terror. “A nossa missão aqui é derrubar a sua casa e desses patifes que vivem a nos molestar, foi a saudação do dr. Pedro Monteiro à dona Teófila, a qual lhe respondeu que o seu marido não estava em casa e que não fizesse aquilo”³⁸¹. A ameaça visava amedrontar aquela família para forçá-los a deixar sua casa e seu roçado, abandonando a resistência e enfraquecendo, assim, o movimento que reivindicava a posse da terra ou reparação indenizatória.

³⁷⁹ Assembléia Legislativa do Ceará. Ata da 17ª Sessão Ordinária da 15ª Legislatura, 07 de abr. de 1960, p. 2.

³⁸⁰ O Povo. 29 de maio de 1961, p. 6.

³⁸¹ O Povo. 29 de maio de 1961, p. 6.

Seguindo a denúncia de Teófila, percebemos o grau de truculência nas ações do empreendimento imobiliário - em sua demonstração de violência, com dez homens com facões à mostra, prometem voltar com um contingente maior de capangas e concretizar o despejo não somente dela, mas de todos os posseiros que teimavam em permanecer naquelas terras destinadas ao loteamento.

Depois de muito conversarem, o dr. Pedro Monteiro Gondim disse que de quinta-feira não passaria a questão pois voltaria à carga, com maior número de pessoas, a fim de despejar as 700 famílias que residem em Padre Andrade, e derrubar o prédio da Associação dos Lavradores do Bairro³⁸².

A advertência de Pedro Gondim é reveladora das reais motivações da empresa imobiliária junto às setecentas famílias moradoras do Padre Andrade, reverberando as atitudes correntes dos supostos proprietários de terra urbana naquela conjuntura. Invadir, derrubar, incendiar a casa de camponeses era prática habitual, como discutido em capítulos anteriores, quando o poder dominante era desafiado. Inúmeros são os relatos de trabalhadores que experimentaram a fúria do latifúndio, expressa nos casos de açoite, emboscada e morte. Todavia, o tempo estava marcado pela atuação dos camponeses em torno da efetivação de seus direitos, animados pelas Associações e Sindicatos de Lavradores e Trabalhadores Rurais. Mais do que derrubar as casas dos camponeses, era preciso derrubar também o prédio da Associação dos Lavradores do Padre Andrade, pois era ali, em suas reuniões, onde se realizava um aprendizado em comum da luta associativa, um caminho para suas ações de luta e resistência.

Demolir a Casa-sede da Associação é um procedimento concreto de apagamento e destruição da memória social que se constituía ali. Quem construiu a Sede? Certamente em mutirão se ergueram as paredes, o reboco, uma mão de tinta; um trouxe uns troncos de madeira que se fizeram em bancos para as reuniões e assembleias. Um modesto armário guardava as pastas com o livro de atas, as fichas dos associados, os recortes de jornais, as cartilhas da Supra, o Estatuto do Trabalhador Rural. A Ditadura de 1964 derrubaria esta sede que encarnava em tijolo e cal uma construção associativa em luta de resistência.

Da denúncia colhida, notamos que Teófila Rodrigues, José de Sousa Coelho e outros moradores do Padre Andrade não se intimidaram e acompanhados pelo advogado Aníbal Bonavides se vestiram de coragem e rejeitaram as tentativas de silenciamento a eles impostas. Após se dirigirem, em Comissão, a um órgão de imprensa, decidiram apelar à autoridade de segurança pública estadual cobrando medidas que lhes assegurassem proteção, já que suas vidas

³⁸² *Ibid.*

seguiram ameaçadas. “Hoje, à tarde a comissão que visitou este vespertino irá à Secretaria de Polícia solicitar providências para o caso”.³⁸³ Observamos que o plano de perseguição aos camponeses não surtiu o efeito desejado, pois a cada ato violento a mobilização se fortalecia e tomava maior proporção, não acatando que o mandonismo ditasse as regras no conflito. As cenas flagrantes de violência, por vezes, não poderiam ser ignoradas pelos agentes públicos, visto que havia uma voz coletiva ecoada pelas organizações de defesa dos trabalhadores, havia um aprendizado de mobilização e uma tentativa de buscar nos dispositivos legais uma via que albergasse seus direitos.

Passaram meses e não encontramos indícios acerca da solução ao conflito. No Padre Andrade, a força bruta do golpe atuou logo nos primeiros dias atacando não só os trabalhadores, pois a ameaça do grileiro Pedro Gondim à posseira Teófila Rodrigues se concretizava: A Associação dos Lavradores do Padre Andrade, onde também funcionava uma das sedes da FALTAC, fora destruída pelos militares que demonstravam atuar em defesa da grilagem, do latifúndio e do mandonismo. Segundo memória de José Leandro Bezerra da Costa, aquela associação “facilitou muito nossa luta”, fruto do esforço dos camponeses e apoiadores, como o Deputado Federal Adahil Barreto, para a construção do prédio. O terreno foi cedido por um lavrador do bairro; as primeiras orientações jurídicas couberam a Oswaldo Evandro Carneiro Martins, que dispensou honorários e se dispôs a animar os posseiros a exigirem direitos.

Tinha também, duas casas que foram compradas e destinadas para a moradia e uma terceira com a sede da FALTAC, com bancada, cadeiras e bancos, arquivo muito bom, amplificador e motor próprio. Essa sede foi destruída depois do golpe de 64 pela 10ª Região Militar. Passaram os tratores por cima e deixaram eles irem destruindo tudo, até o motor foi arrebentado pelas máquinas. Não ficou cadeira, nem banco, nem discoteca. Tudo foi arrebentado³⁸⁴.

Na lembrança de José Leandro, sindicalista rural de destacado papel naquele período, o lugar escolhido para instalação da FALTAC foi o Padre Andrade, bairro predominantemente camponês ameaçado pelo forte processo de avanço da remodelação urbana no período e pela ação dos loteadores. A Federação atuou em defesa dos posseiros e desempenhou um papel de educação coletiva da solidariedade e da luta social e constante espaço de mobilização das lutas populares na cidade e no Estado, representando um entrave aos interesses dos proprietários. Disso resulta o desejo do Coronel Carvalho, derrubar aquele prédio e todo o trabalho ali desenvolvido. E “tudo foi arrebentado”! Não restando cadeira, banco nem discoteca! Aqueles identificados com o movimento dos trabalhadores do campo foram

³⁸³ O Povo. 29 de maio de 1961, p. 6.

³⁸⁴ José Leandro Bezerra da Costa. **Depoimento**, 1988, p. 59.

duramente perseguidos nos primeiros meses do golpe de 1964. Vários foram presos, torturados, outros indiciados, outros caíram na clandestinidade.

O Bairro Padre Andrade hoje está reduzido a uma pequena área, cercado por bairros oriundos de loteamentos da década de 1960, indicando que os posseiros foram expulsos daquela região durante o período de criminalização da resistência sob forte vigilância dos agentes da ditadura civil-militar. Um dos mais conhecidos bairros originados a partir do loteamento das terras ocupadas pelos posseiros é o Jardim Iracema. Da memória cultivada por antigos moradores do lugar, observamos a prevalência da versão que enaltece a figura do Coronel Carvalho como o antigo proprietário da região, época em que a vasta área ainda era formada por vários sítios. Por volta dos anos 1959, o Jardim Iracema era chamado de Santo Amaro, lugar banhado por vários riachos e a Lagoa do Urubu, o que favorecia à pesca e às atividades agropastoris³⁸⁵. A lembrança também confirma que na década de 1960 as terras foram loteadas pela Imobiliária de Osvaldo Pizato, quando o bairro passou a se chamar Paulistinha. Maria do Nascimento, vinda de Pacajús, região metropolitana de Fortaleza, na década de 1970, se instala no Jardim Iracema e recupera de sua época uma significativa memória: a larga produção de verduras a abastecer o principal Mercado de Fortaleza. “Aqui era só mato e a gente sobrevivía da agricultura. A grande atração era a horta comunitária, onde nós plantávamos e vendíamos para o Mercado São Sebastião”³⁸⁶.

O relato de Maria do Nascimento indica que o processo de transformação em loteamentos das terras cultivadas, com o desaparecimento das hortas comuns, o aterramento dos riachos e a degradação socioambiental implicados nos empreendimentos imobiliários, ocorreu de forma gradual, pois a persistências das hortas indicam a continuidade das atividades agrícolas dos posseiros nos anos anteriores ao loteamento. Talvez pelo recrudescimento da luta dos trabalhadores, visto o aparato repressor da ditadura, a imobiliária A. J. Carvalho se sentiu menos ameaçada e não avançou apressadamente por remover os camponeses da região, permitindo, sob a tutela dos proprietários, o cultivo de verduras em algumas áreas ainda não loteadas. Com a desarticulação do trabalho da Associação dos Lavradores do Padre Andrade, restava aos posseiros aceitar as medidas impostas pelos grileiros que se confirmavam como donos da terra, contribuindo para disseminação de uma memória oficial forjada segundo o

³⁸⁵ TV Verdes Mares. Meu Bairro na TV. Jardim Iracema. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z_pnGNkNVQA Acesso em 15/06/2019.

³⁸⁶ Diário do Nordeste. 08 de ago. de 2012. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/projeto-resgata-a-historia-do-bairro-1.572252> Acesso em 15/06/2019.

interesse do dominador, basta lembrar que a principal avenida que corta a região homenageia justamente o Coronel Carvalho.

Cumpre assinalar que em nenhum dos depoimentos de antigos moradores do Jardim Iracema é citado que o bairro antigamente pertencia a grande região do Padre Andrade, tampouco evoca os episódios de tensão do conflito entre os posseiros e proprietários nos anos 1960 e 1961. Dona Maria do Nascimento chega a citar a existência desses trabalhadores que cultivavam verduras nas “hortas comunitárias”, afirmando que “tinha muito posseiro aqui”, entretanto não informa o destino desses trabalhadores, sugerindo que foram expulsos com o avanço dos loteamentos. Também não se evoca o associativismo camponês tão marcante naquela região nem as cenas de violências ocorridas³⁸⁷.

Estudar a luta dos posseiros do Padre Andrade permite conhecermos uma experiência de coragem e resistência que acabou no esquecimento, revelando o lugar destinado às revoltas dos pobres em nossa sociedade. O apagamento dessa memória indica o desafio posto aos historiadores sociais em reconstruírem essa memória social, basta lembrarmos da intenção em empurrar a luta dos posseiros ao apagamento, quando até o prédio da Associação acabou demolido. Foi também papel da ditadura silenciar as vozes rebeldes por direitos em todo o país, pois instalada a brutalidade, saíram a invadir os diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em todo o Estado. Uma das medidas cumpridas com rigor foi a recolha e destruição dos documentos, livros de atas, cartas sindicais, registros de reuniões, publicações, jornais, livros, além de impor o terror por meio de interrogatórios a fim de identificar os implicados na luta como “agitadores subversivos”.

O material sequestrado servia como “prova de acusação” contra os trabalhadores enquadrados na Lei de Segurança Nacional, tidos agora como foragidos por promoverem “agitação comunista” marcada fortemente pela “subversão”. De posse dos documentos que informavam a atuação dos camponeses, o regime militar perseguiu a militância espalhada nos diversos locais do Brasil colhendo nomes a serem indiciados, mantendo sob seu poder aquele valioso registro. Tentaram apagar rapidamente os avanços conquistados com muito esforço e mobilização, operando para que as passeatas, assembleias, audiências e outros momentos próprios da luta dos trabalhadores fossem identificadas como atividades criminosas.

³⁸⁷Diário do Nordeste. 08 de ago. de 2012. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/projeto-resgata-a-historia-do-bairro-1.572252> Acesso em 15/06/2019.

Com essas medidas, os militares transmitiam sua mensagem à sociedade, tranquilizando, por um lado, os setores proprietários abertamente contrários aos movimentos de transformação social em avanço no Brasil; e encurralando, por outro, o conjunto de forças sociais envolvidas com iniciativas de superação das desigualdades, explicitando um amargo futuro de perseguição, ameaça e prisão. Nessa direção, uma das primeiras tarefas do regime militar era aprofundar os mecanismos de dominação constantemente atacados pelas ações dos trabalhadores e intensificadas a partir da década de 1950. Era preciso combater a insubmissão dos trabalhadores verificada nos últimos anos e toda agitação social se valendo, para tanto, de um forte aparato civil-militar montado a partir de 1964 com o objetivo de criminalizar a luta dos trabalhadores por dignidade de vida e trabalho.

6 EPÍLOGO - O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E OS CAMPONESES NO CEARÁ

“Deus abençoe as forças armadas do Brasil”, “A mulher cearense com Deus pela Pátria”, “A gratidão do Ceará às forças armadas e ao governo do estado pela preservação da democracia” eram as frases escritas em faixas expostas na fachada principal da Catedral Metropolitana de Fortaleza, onde fora celebrada uma Missa de Ação de Graças em homenagem aos militares pelo êxito da “revolução”³⁸⁸. As mensagens de efeito estampam a capa do jornal *Correio do Ceará* de 06 de abril de 1964, em apoio ao golpe concretizado há seis dias, não se limitando em divulgar as faixas “de gratidão às forças armadas”³⁸⁹. A segunda página trazia manchete seguida de longo texto, reproduzido da imprensa do Rio de Janeiro, denunciando a “trama urdida” da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) indicando que “Relatórios demonstram: SUPRA semeava terror e pânico entre fazendeiros”³⁹⁰. Na terceira página, a notícia assegurava que “26 comunistas” seriam “expurgados da Secretaria da Educação do Ceará” informando que os mandatos de “vários deputados” seriam cassados “ainda essa semana” e que a ação seguiria em todos os órgãos do governo. A Secretaria de Educação do Ceará, anteriormente, já havia sofrido perseguição por realizar uma campanha de alfabetização voltada especialmente a operários e camponeses. A edição de 16 de março de 1963 do *Jornal Correio do Ceará* estampava em sua capa o que chamou de “Denúncia do Correio provoca indignação”. A matéria combatia o conteúdo de uma das Cartilhas utilizadas na Campanha de Erradicação do Analfabetismo por fazer alusão aos direitos dos camponeses. Para os editores desse jornal, colocar em questão a propriedade ou ainda incitar os trabalhadores a lutarem por terra era uma atitude de “ignomínia”, que “atacava a liberdade” e “subvertia a sociedade”.

Campanha de alfabetização ensina subversão ao invés do ABC: cartilha marxista. Aula sobre greve, sindicalização e posse da terra. Acaba de estourar escândalo dos mais graves, envolvendo o Plano Nacional de Emergência do Ministério de Educação e Cultura no Ceará. As autoridades locais, responsáveis pela execução do Plano, que visa a erradicação do analfabetismo, deixaram de distribuir, entre os beneficiários da campanha, as cartilhas oficialmente adotadas pelo MEC (Cartilha de ‘O Cruzeiro’), para adotar e impingir aos analfabetos inscritos nos vários cursos, cartilhas improvisadas em nosso Estado e que visam claramente inculcar as doutrinas e soluções comunistas no espírito desprevenido de operários e lavradores. Recentemente, fábrica das mais conhecidas em nossa terra cedeu à Campanha de Alfabetização nas dependências suas, para o funcionamento de um dos cursos do Plano de Emergência. Seriam alfabetizados nesse curso, principalmente os operários da fábrica em apreço. No dia da instalação do curso, entretanto, o dirigente da fábrica descobriu que eram distribuídas entre os seus auxiliares matriculados para aprender o ABC, cartilhas de

³⁸⁸ A celebração ganhou ares solenes, pois fora presidida pelo Arcebispo Metropolitano Dom José de Medeiros Delgado, que em sua homilia rendeu homenagens às forças armadas pelo ato de 01 de abril (FARIAS, 2007).

³⁸⁹ *Correio do Ceará*. 06 de abr. de 1964, capa.

³⁹⁰ *Ibid.*, p. 2.

fundo revolucionário e apostilas de aulas contendo doutrinações sobre a greve, a sindicalização e a posse da terra. Imediatamente, cassou a concessão de suas dependências à campanha, demonstrando a sua estranheza pelo fato³⁹¹.

Voltadas para adultos, a Campanha pretendia alfabetizar trabalhadores partindo de suas experiências de vida, abordando uma perspectiva crítica em face da realidade vivida quando o contato com as letras vinha mediado pela reflexão sobre direitos, exploração do trabalho e concentração de terra. Partindo de perguntas orientadoras, as Cartilhas distribuídas com os estudantes facilitam momentos de discussão em torno das questões que afetam o cotidiano:

‘O trabalhador trabalha - O trabalhador deve ter o seu sindicato - O sindicato une os trabalhadores - O sindicato defende os direitos do trabalhador - Um dos direitos do trabalhador é o salário justo - Você defende os seus direitos? - Você tem o seu sindicato?’ E outra: ‘A terra é de todos - Todos têm direito à terra - A terra é um direito do trabalhador - O trabalhador tem direito de ter terra - Todos devem defender o direito de terra - Você tem direito de ter terra - Você tem terra? - Você defende o seu direito de terra?’³⁹²

A proposta de educação dos trabalhadores ligada ao pensamento crítico, associando conhecimento à realidade social com palavras de força, como justiça, direitos, sindicato, terra, dentre outras, alertou os grupos dominantes preocupados com os possíveis efeitos que tal campanha poderia desencadear. Encampam a perseguição e passam a combater amplamente a iniciativa e os grupos que manifestaram apoio à campanha

As apostilas transcritas, como outras que colhemos, ostentam, em suas páginas, os nomes da Secretaria de Educação e Cultura e do Plano Nacional de Emergência, que aparecem, assim, como responsáveis pela sua confecção e distribuição. Sua difusão larga, entretanto, está evidente na não distribuição das cartilhas oficiais da campanha pela Inspeção Seccional. Está o Governo do Estado, uma vez que sua participação na campanha de alfabetização, através da Secretaria de Educação responsabilizado pela divulgação da cartilha clandestina, o compromete seriamente, obrigando a apurar as responsabilidades, em toda a sua amplitude, nesse escândalo. Um exemplo. Podemos apresentar como um exemplo da distorção do sentido do Plano de Emergência em nosso Estado, as apresentações feitas na TV Ceará, por um dos mestres do movimento que deveria estar sendo louvado. O jovem encarregado de explanar sobre as razões e objetivos do Plano comparece aos programas em mangas de camisa, destacando como ponto de apoio para o êxito do movimento a cooperação e apoio do Pacto Sindical. A ênfase dada a esse apoio, é secundada pela citação do apoio do clero e de outras instituições³⁹³.

A perseguição contra as medidas de conscientização dos trabalhadores e sua organização em defesa de seus direitos era prioridade das classes dominantes, não permitindo

³⁹¹ Correio do Ceará. 15 de mar. de 1963, p. 1-2.

³⁹² *Ibid.*

³⁹³ *Ibid.*

que uma secretaria de Estado apoiasse qualquer iniciativa de questionamento da ordem vigente, mesmo antes do golpe de 1964.

Após o golpe, havia a urgência de tirar das atividades públicas os sujeitos identificados com o processo de reformas sociais e defesa da democracia. Na primeira semana de abril, o presidente da Assembleia Legislativa Mauro Benevides (PSD) compareceu ao comando da 10ª Região Militar para tratar, dentre outros assuntos, da “cassação dos mandatos dos deputados comunistas e esquerdistas”. Na mira dos golpistas estavam Pontes Neto, Raimundo Ivan, ambos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Aníbal Bonavides e Blanchard Girão do Partido Social Trabalhista (PST). Além destes, quatro vereadores perderiam seus mandatos: Tarcísio Leitão e Luciano Barreira, ambos do (PST); Manoel Aguiar de Arruda, Partido Democrata Cristão (PDC) e Arlindo Sá do Partido Socialista Brasileiro (PSB), dando, assim, os primeiros passos de “limpeza” da ditadura.

Pelo menos quatro deputados - Pontes Neto e Raimundo Ivan, do PTB, Aníbal Bonavides e Blanchard Girão, do PST - deverão perder seus mandatos, assim como quatro vereadores, a saber: Tarcísio Leitão, Luciano Barreira, Manoel Aguiar de Arruda e Arlindo Sá, todos comunistas. Tanto na Assembléia Legislativa como na Câmara Municipal com o vereador Sandoval Mota. Tudo dependerá das investigações a cargo da 2ª Secção da 10ª Região Militar que segundo informação prestada ao Correio do Ceará pelo 1º Secretário da Assembléia, deputado Cincinato Furtado Leite, reúne elementos para caracterizar a participação desses parlamentares em atividades subversivas. Ontem à noite o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Mauro Benevides, compareceu ao comando da 10ª Região Militar tendo mantido longa conversação com os chefes do Exército em Fortaleza a respeito do problema da cassação dos mandatos dos deputados comunistas e esquerdistas. Todavia, o Presidente negou-se a fazer qualquer declaração à imprensa. Às 9h30 da manhã reuniu a Comissão Executiva transmitindo o teor das conversações mantidas ontem à noite com os militares. Nessa reunião também foi fixada a diretriz da Mesa a respeito do problema da cassação, sem contudo à imprensa ter sido dada qualquer informação acerca do assunto³⁹⁴.

O ataque aos parlamentares também resultou da pressão de empresários autodenominados “classes produtoras” ansiosos por banir da política cearense os “deputados comunistas”, “brasileiros indignos”, que estavam “a serviço do imperialismo bolchevista”. Em 02 de abril de 1964, no calor dos acontecimentos, os golpistas trabalhavam apressados em instalar o terror; liderados por José Afonso Sancho, Presidente da União das Classes Produtoras, se reuniram com o Governador Virgílio Távora e o Comandante da 10ª Região Militar para cobrar medidas enérgicas contra os “subversivos” (FARIAS, 2007, p.41). Firmando o apoio da classe empresarial cearense ao golpe, enviaram um memorando à Assembleia Legislativa do Ceará e à Câmara Municipal de Fortaleza requerendo a cassação dos mandatos de parlamentares

³⁹⁴ Correio do Ceará. 06 de abr. de 1964, p. 4.

atuantes junto aos trabalhadores em defesa pública das reformas econômicas e sociais (FARIAS, 2007, p. 41). O fato seria registrado pelo Jornal *Correio do Ceará* em 08 de abril de 1964, repercutindo na imprensa o apoio da elite econômica não somente em incensar o autoritarismo expresso no golpe, como também oferecer condições que assegurassem o movimento golpista no Ceará.

Os sujeitos identificados como subversivos foram acusados com a pecha de comunistas e associados à desordem. Enquanto o regime político de exceção se gestava, a tarefa primeira era perseguir as organizações e seus militantes, que nos últimos anos agitaram a cena pública com protestos, greves e reivindicações em defesa das reformas de base, da soberania nacional e da ampliação dos direitos dos trabalhadores. Ao mesmo tempo que se construía a estrutura de repressão, os golpistas buscavam os meios de comunicação para legitimar a deposição do presidente João Goulart, exaltando o papel fundamental das forças armadas e assegurando o êxito do golpe. Os jornais de ampla circulação nacional, como *o Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, dentre outros, enalteceram as medidas golpistas argumentando que o país se livrara do perigo comunista que vinha ameaçando os valores tradicionais da família e da propriedade, transmitindo à opinião pública a tranquilidade a ser alcançada doravante.

Como se vê, aquelas medidas deveriam parecer benéficas à sociedade brasileira, já que as prisões, cassações de mandatos e outras medidas repressivas precisavam ser legitimadas, como se viu nas faixas dispostas na Catedral de Fortaleza. Por se localizar no centro comercial da cidade, certamente muitos por ali passaram e se depararam com mensagens enaltecendo os militares e o governo do Estado por "preservarem a democracia". As faixas expostas na Catedral, situada defronte ao quartel da 10ª Região Militar, eram assinadas pela Federação dos Círculos Operários, Federação dos Trabalhadores Industriais e Conselho da Orla Marítima. Buscava-se a simpatia e aprovação dos trabalhadores em geral, pois os que circularam pelo centro de Fortaleza naquela data encontraram "Salves" à deposição do Presidente e a tomada do poder pelos militares. As faixas de exaltação ao golpe firmavam também o apoio da hierarquia da Igreja Católica.

Os setores ligados à Igreja Católica viram nos primeiros meses do golpe uma oportunidade para neutralizar a ação de comunistas e sindicalistas. René Dreifuss (1981; p. 37) nos mostra que desde 1962 o "IPES/IBAD se lançou numa campanha visando reter a mobilização popular e a desorganização da incipiente consciência e militância de classe que as

massas trabalhadoras aos poucos adquiriram”. Era preciso enfrentar a “orientação comunista” nesses espaços de luta dos trabalhadores, cabendo em grande medida à Igreja Católica a contenção das reivindicações dos pobres. No campo, a Igreja criava Associações e Sindicatos desde os anos 1960, medida que reunia a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais enquanto se colocava como alternativa às organizações de esquerda tidas como radicais, sobretudo por levantarem a bandeira da “Reforma Agrária na lei ou na marra” e incidirem nos conflitos por terra em todo o país. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961 pelos setores econômicos dominantes, passa a difundir ideias que confrontavam as medidas defendidas pela esquerda, atacando, principalmente, o desenvolvimento da economia nacional e a implementação de reformas sociais. Junto ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), a Escola Superior de Guerra (ESG), a imprensa e demais organizações conservadoras, o IPES articulava um grupo cuja tarefa era a desestabilização do governo de João Goulart, potencializando a crise e o sentimento de incerteza política, passos decisivos para o golpe em abril de 1964 (DREIFUSS, 1981, p.417). Embora preocupados com o avanço das mobilizações da classe trabalhadora em todo o Brasil, o Nordeste se destacava como perigoso foco da “guerra política deflagrada contra a democracia no Brasil”³⁹⁵. A atuação das Ligas Camponesas, sobretudo em Pernambuco e Paraíba, sobressaltou os setores contrários às transformações sociais defendidas pelos camponeses em suas lutas. Impedir, portanto, a “revolução comunista” que se avizinhava expressa nas ameaças à propriedade privada da terra.

O estudo de Jacob Gorender evidencia a construção de uma “contra-revolução preventiva” e demonstra a obstinação do IPES por enfrentar as atividades da esquerda brasileira, mobilizando apoiadores para impedir a realização de congressos, palestras e comícios. O Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) “sofreu estridente oposição orquestrada pelo IPES e precisou ser transferido para Brasília” (1987, p.61). Leonel Brizola, em 25 de fevereiro de 1964, fora impedido de discursar no Auditório da Secretaria de Saúde de Belo Horizonte. Em 16 de março, o superintendente da SUPRA, João Pinheiro Neto, teve sua conferência na Faculdade de Direito de São Paulo obstruída pelos anticomunistas ali concentrados. A tensão se tornava cada vez mais perceptível. Personalidades do campo conservador também foram impedidos de discursar em algumas ocasiões. Em 30 de dezembro de 1963, Carlos Lacerda, enquanto paraninfo do curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia, não conseguiu discursar na cerimônia de colação de grau, dois mil estudantes

³⁹⁵ Consultar o documento do IBAD “Ação Democrática” de fevereiro de 1962, p. 12.

dispostos “dentro e fora da faculdade impediram o ingresso do governador” (GORENDER, 1987; p.61).

Em fevereiro de 1964, se observa a oposição dos proprietários à política agrária adotada pelo governo federal, reagindo ao projeto de desapropriação, passando a atacar frontalmente João Pinheiro Neto, o Superintendente da SUPRA, ao Presidente João Goulart e as organizações de trabalhadores rurais. No episódio ocorrido em Governador Valadares, é evidente o rechaço a qualquer medida que alterasse a estrutura fundiária. Assim, fecharam o comércio paralisando a cidade, não permitiram que a mensagem da SUPRA fosse transmitida pelas rádios locais, prevalecendo o interesse dos poderosos que viam na presença de João Pinheiro Neto o fortalecimento da luta dos camponeses de Governador Valadares.

Em nota oficial divulgada ontem, a Supra informou que seu Superintendente, Sr. João Pinheiro Neto, que esteve em Governador Valadares, Minas Gerais, por determinação do Presidente João Goulart para resolver alguns problemas de terras, foi recebido na cidade mineira com uma greve do comércio, que em sinal de luto, pela sua presença cerrou as portas. O Superintendente da Supra foi hostilizado durante todo o tempo em que permaneceu em Governador Valadares onde foi impedido de falar nas emissoras de rádio locais e tachado de “agente comunista de um Governo comunista”³⁹⁶.

Para os donos de terra, era inadmissível que as reivindicações camponesas fossem toleradas pelo Estado que, segundo eles, vinha se dedicando para concretizar o plano “comunista” de Reforma Agrária, além de mediar os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores, conferindo legitimidade política aos protestos dos explorados. Em Anápolis, mais de seiscentos fazendeiros, em reunião da Associação Rural de Goiás, confirmaram a defesa da propriedade privada contra a reforma agrária, se preciso fosse, iriam “até a morte”:

Reunidos em Anápolis, os proprietários de terras goianos decidiram resistir até a morte contra qualquer ação humana que vise a tomada de suas propriedades. Compareceram ao encontro mais de seiscentos fazendeiros, além de representantes de numerosas cidades do interior do Estado, que debateram durante mais de oito horas o problema da Associação Rural daquela localidade. Foi aprovado moção de aplauso ao Governador Mauro Borges e outra de repúdio ao decreto da SUPRA. Os fazendeiros resolveram convidar o sr. José Pinheiro Neto, presidente da SUPRA, para um encontro em Anápolis para dizer-lhe que pretendem reagir às desapropriações³⁹⁷.

Numa conjuntura marcada pelo acirramento da luta de classe, o Brasil em 1964 experimentava uma instabilidade política resultante do impasse de questões relacionadas aos rumos do país, concentradas, em especial, no programa de reformas nos campos econômico e social, com destaque para as reformas tributária e agrária. Por um lado, observamos os trabalhadores reunidos em organizações de esquerda formados por sindicatos e federações,

³⁹⁶ Correio do Ceará. 08 de fev. de 1964, p. 11.

³⁹⁷ *Id.*, 18 de fev. de 1964, capa.

como o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) cuja atuação alcançava praticamente todas as regiões do país, a União Nacional dos Estudantes (UNE), sobretudo por meio da UNE-Volante, quando as artes apresentavam um Brasil possível. As Campanhas de Alfabetização pensadas por Paulo Freire em conjunto com a CNBB e concretizadas no Movimento de Educação de Base (MEB) tentavam incluir milhares em seu direito à educação, desde uma pedagogia crítica (SKIDMORE, 1976; p. 339-340). No Congresso Nacional, parlamentares compunham a FPN (Frente Parlamentar Nacionalista), que pressionava o governo federal ao demonstrar à sociedade brasileira a necessidade de enfrentar a desigualdade econômica implantando um conjunto de medidas, conhecidas como Reformas de Base. Do outro lado, havia a articulação de uma elite econômica formada, em maioria, por capitalistas nacionais associados a grandes proprietários de terra e ao capital internacional, tentando impedir o avanço daquelas medidas contrárias aos seus interesses. Não permitiriam que a propriedade privada e privilégios econômicos fossem atacados, traçando estratégias de neutralização dos sindicatos urbanos e rurais, atuando junto aos órgãos de comunicação e às forças armadas para desestabilizar o governo de João Goulart e atacar diretamente a atuação dos trabalhadores.

Vivia-se uma crise política em que tanto a esquerda e a classe trabalhadora quanto a elite econômica e a direita conservadora demonstravam insatisfação em graus distintos. A elite, desde a década de 1950, ensaiava golpes apostando na instabilidade para a tomada do poder, atacando as conquistas dos trabalhadores. Alguns episódios protagonizados pela UDN, partido que representava os interesses da elite brasileira, demonstram o desrespeito à ordem democrática desse grupo cada vez mais próximo do capital internacional, contra as medidas nacionalistas, sobretudo na economia: em 1955, quando a crise atingiu seu ápice com o suicídio de Getúlio Vargas; no clima de incerteza instaurado na posse de Juscelino Kubichek em 1956; no movimento contra a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961; na composição do gabinete ministerial em 1963; e por fim no golpe militar de 1964.

Insatisfeitos com os rumos que o Brasil tomava nos anos 1960, passaram a construir um cenário de insegurança, forçando a ruptura institucional para neutralizar as ações das classes trabalhadoras, suas greves e manifestações. Reunindo intelectuais por meio do Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES), o projeto da classe dominante atacava os sindicatos ligados à esquerda, o anticomunismo foi amplamente utilizado, sobretudo naquelas entidades organizadas pelos círculos operários católicos, ao passo que fragilizam o executivo federal acusando o presidente João Goulart e seu grupo de trabalho de se alinharem ao radicalismo ameaçando a tradição, a família e a propriedade. Buscam a imprensa de ampla circulação para

disseminar seu ataque, insistindo na perseguição às passeatas e greves ligadas, segundo eles, aos comunistas. Aproximam-se dos generais garantindo a força militar para sustentar a tomada do poder e assegurar a ordem frente a possíveis resistências ao golpe que se gestava. Com razão, Demian Bezerra de Melo alerta para a ligação dos setores dominantes com a ruptura institucional selada em abril de 1964, caracterizando a ação como um golpe de classe em aliança com os militares (2013, p. 29). Florestan Fernandes analisa a natureza burguesa do golpe assinalando a vocação autocrática da elite brasileira com o “uso organizado da violência de classe” como método de defesa de seus privilégios e da exclusão social (1976, p. 334).

Para a esquerda, o país necessitava de mudanças com vistas à superação das desigualdades em favor do desenvolvimento do país e do fortalecimento da soberania nacional, programa que se chocava frontalmente aos interesses das elites. Reunidos nas centrais sindicais, organizações e partidos de esquerda, a plataforma das reformas de base repercutiu entre os trabalhadores em todo o país, ocupando a cena pública em suas reivindicações por direitos na cidade e no campo. Na década de 1960, as ruas, acostumadas com palavras de ordem dos operários em campanhas salariais, greves e demais reivindicações próprias do mundo urbano, presenciaram o protesto vindo do campo, verbalizado pelos camponeses mobilizados em torno da reforma agrária e da extensão dos direitos aos trabalhadores rurais. “O setor social menos tocado pela industrialização e pela mudança política desde 1930 tornara-se demasiado importante para ser ignorado por mais tempo” (1976, p. 301), assevera Thomas Skidmore. O trabalho das Associações de Trabalhadores Rurais, no início dos anos 1960, já “colhia os primeiros frutos” da luta, quando era praticamente impossível discutir ampliação da produtividade agrícola sem passar pelo debate da melhoria de vida dos camponeses (WELCH, 2010, p. 306). Havia, portanto, um futuro a conquistar, impulsionado pelo desejo de transformação da realidade brasileira, na qual se garantisse condições mínimas de vida e trabalho.

Como aludido nos capítulos anteriores, os camponeses atuaram nessa conjuntura apresentando suas reivindicações, contribuindo decisivamente para alteração do cenário político ao trazerem ao centro do debate o clássico problema do latifúndio, das formas de exploração de trabalho no campo e ao questionarem a concentração da propriedade e a necessária redistribuição da terra no Brasil. Tais fatos nos alertam acerca do papel dos camponeses no período de efervescência política, interrompido tragicamente em abril de 1964. É nossa intenção entender os impactos do golpe civil-militar nas lutas camponesas do Ceará e

as medidas adotadas pelos militares para barrar as reivindicações por reforma agrária e direitos no campo.

6.1 A repressão entra em campo

Nos últimos anos, o esforço de pesquisadores e militantes sociais trouxe à lume inúmeras experiências dos trabalhadores em busca de justiça e direitos. Muitas vezes dispersas, sem identificação ou qualquer trato documental sob o risco do esquecimento, é de ordem vária a atuação desses sujeitos decididos a enfrentar a exploração que os acompanhava desde os primeiros anos da vida. Dentre o valioso material reunido por diversas instituições sobre a história dos debaixo, destacamos aqui o papel fundamental das fontes catalogadas do período da ditadura instaurada com o golpe civil-militar de 1964³⁹⁸. De destaque também é o papel das Comissões da Verdade espalhadas pelo Brasil na recolha do que ainda restou como vestígio da ação de homens e mulheres em busca de melhores dias, em luta por dignidade contra o autoritarismo entranhado em nossa sociedade desde longa data.

Quando se pretende investigar a atuação dos camponeses nesse processo de resistência, as dificuldades são maiores, pois ainda é um campo a ser ocupado pelos estudiosos no Brasil. Marcus Dezemone, em reflexão sobre o período de tensão que culminou no golpe de 1964 e o papel dos camponeses naquele processo, nos adverte para o pouco espaço das mobilizações camponesas em pesquisas sobre o tema, sobretudo em debates e publicações por ocasião dos 50 anos do golpe, concluindo que “diminuíram os trabalhos que se dedicavam à questão agrária – entendida como o conjunto de problemas relacionados ao campo, ao debate sobre a reforma agrária, à mobilização social e à sindicalização rural – na sua relação com a crise política e a derrubada de Goulart” (DEZEMONE, 2016, p. 132). Das muitas histórias a serem revisitadas, recolhidas e dispostas ao estudo, importa aqui recuperar um desses capítulos de coragem dos camponeses no Ceará. Os fios dessa trama ainda carecem do olhar historiográfico comprometido na investigação desse passado, indicando reflexões acerca da história dos trabalhadores no Ceará.

³⁹⁸ Destacamos o Projeto Memórias Reveladas; os fundos e coleções do Centro de Documentação e Memória da UNESP; do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro; do Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social; do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - Comissão Pastoral da Terra.

Em dezembro de 2010 é publicada a primeira edição do livro *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*³⁹⁹, mapeando as violações sofridas por camponeses em vista de sua luta por direitos que lhes assegurassem a sobrevivência. O documento resulta do esforço de movimentos camponeses, engajados na tarefa de trazer à sociedade uma memória sobre os fatos recentes na história do Brasil, marcados pela violência e arbitrariedade contra os camponeses em luta por terra e direitos. Animada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – criada em 1995 junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, fruto da conquista dos familiares de mortos e desaparecidos políticos – a publicação apresenta à sociedade os relatos de camponeses que tiveram a coragem de dizer não à exploração, e ao buscarem alternativas para enfrentá-la, se depararam com os agentes da repressão do Estado e dos latifundiários. Cumpre acentuar a presença dos trabalhadores nesse processo de disputa de memórias fortalecido em 2012 com a criação da Comissão Camponesa da Verdade, como encaminhamento do “Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, em Brasília-DF.⁴⁰⁰ Compõem a narrativa traços da infância, da juventude e da cultura camponesa. São lembranças de momentos de agitação social, greves, passeatas, discussões de teses em congressos, reuniões com órgãos oficiais e deliberações. Revelam também experiências sensíveis, situações de censura, perseguição, tortura, clandestinidade e morte.

Nas páginas que contam a experiência dos camponeses no Ceará, chama nossa atenção um fato ocorrido nos primeiros dias após o golpe de 1964: o prédio onde funcionava a sede da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC) foi demolido pelo exército no Ceará. A ação aconteceu enquanto outras sedes de sindicatos eram invadidas e crescia a perseguição e prisões de lideranças sindicais e militantes sociais. Todavia, àquela Associação estava reservado um plano maior de destruição, não bastava apenas prender seus dirigentes, apreender documentos e livros; era preciso demonstrar a força bruta que se instalara no poder, destruindo pela violência os projetos de transformação da sociedade. Demolir aquela casa tinha um significado, uma mensagem endereçada aos grupos

³⁹⁹ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

⁴⁰⁰ Os participantes desse Encontro se reuniram também em memória ao 1º Congresso Camponês de 1961, ocorrido em Belo Horizonte, ocasião em que se observa o acirramento das lutas camponesas no Brasil.

que ali conviveram e compartilharam projetos de futuro em especial, aqueles que se dedicaram ao combate contra a opressão dos pobres da terra.

Quais as motivações para demolição quase que imediata à deflagração do golpe? Que entraves ofereciam à consolidação da ditadura no Ceará? Tais indagações nos sugere uma forte atuação coletiva dos camponeses por meio da Federação em defesa de pautas que se chocavam com o interesse dos grupos dominantes, principalmente dos latifundiários.

Em documentação recuperada pelo projeto Memórias Reveladas sobre o rastro da perseguição da ditadura aos camponeses e sindicalistas (des) qualificados como subversivos, se percebe a rapidez em acossar os trabalhadores nos meses de abril e maio de 1964. Tamanha era a determinação dos golpistas em impedir qualquer mobilização contrária ao novo regime que Comissões Volantes se formaram no intuito de percorrer o interior cearense à caça de camponeses acusados de comunistas e fechar os sindicatos alinhados à defesa da reforma agrária, apoiarem os trabalhadores em seus conflitos contra os fazendeiros, integrarem as atividades políticas das centrais sindicais do Estado, possuírem vínculos com figuras de destaque cujos nomes eram prioridade na lista de prisões realizadas nos primeiros dias de abril de 1964. “Para garantir a propriedade rural, o latifúndio, as relações feudais entre senhores e servos, foi dizimado o movimento de sindicalização dos trabalhadores do campo” (ALVES, 1968, p.16). A sanha autoritária e o mandonismo daqueles que tomaram o poder e instauraram uma ditadura salta do nome escolhido para a operação; saúdam a memória das Volantes, agrupamento militar que no início do século XX espalhou o terror pelo sertão nordestino à caça dos sertanejos ingovernáveis, os cangaceiros. Em 1964, foram mais de setecentos quilômetros disseminando a fúria contra os que ousaram rejeitar a exploração e miséria no campo reunidos em torno da pulsante atividade sindical desde a década de 1950.

Assinada pelo Capitão do Exército Fernando de Oliveira , Vicente Cândido Neto, da Delegacia Regional do Trabalho e Ulisses Benício Nunes, do DOPS, a “Comissão Volante Eixo RVC-Centro”⁴⁰¹ adentrou o sertão cearense entre 28 de abril e 09 de maio de 1964 de Pacatuba a Iguatu. O Capitão do Exército executou a perseguição instalada que se estenderá por duas décadas, auxiliado, sobretudo, pela atuação dos policiais do DOPS, fichou suspeitos, instalou inquéritos, prendeu, torturou e matou tantos presos políticos nos anos de ditadura em todo o país.

⁴⁰¹ Relatório. Comissão Volante - Eixo RVC-Centro. Ministério da Guerra, abril-maio 1964. Acervo Memórias Reveladas. Arquivo Público do Estado do Ceará.

Em cada cidade apontada como foco de subversão, a Comissão instalava o cerco aos sindicalistas se valendo da intimidação e das ameaças aos habitantes dos lugares por onde passava na tentativa de capturar pessoas, documentos e tudo mais que considerava “perigoso e subversivo”. Em Pacatuba, a Comissão Volante se reuniu com o Prefeito e o Vigário e, constatando não haver “agitação no município”, se deslocou à vizinha Redenção identificando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos, no distrito de Antônio Diôgo, que contava com uma “diretoria bem-intencionada, porém mal orientada”. Para os agentes da perseguição, o contato dos agricultores sindicalizados com Olavo Sampaio, José Leandro, Blanchard Girão, Peixoto de Alencar e Moisés Pimentel explicava os motivos dos dirigentes “desvirtuarem o sentido do sindicato”. No entanto, a única ação dos “agitadores” em Redenção, citada no Relatório, foi a distribuição de 100 enxadas aos camponeses do lugar entregues por Eusélio Oliveira por intermédio do parlamentar Moisés Pimentel. Não encontrando documentação com registros da ação sindical, pois fora destruída por seu presidente “atemorizado com a Revolução”, fecharam o sindicato.

O próximo alvo da Comissão Volante foi o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Aracoiaba, conhecido pela atuação combativa de seus dirigentes que contavam com o apoio dos militantes comunistas de Fortaleza, como também do vereador José Pedro de Andrade, “o principal agitador da região.” Ao apostarem na resistência camponesa e insistirem na reforma agrária como meios de enfrentar o poder dominante no campo, foram classificados como agentes da subversão, pois “pregavam aos trabalhadores reação contra os proprietários de terras, e lhes prometiam que todas as terras seriam distribuídas gratuitamente entre eles”. Embora o Relatório descreva as “informações” obtidas em Aracoiaba, não lograram encontrar as pessoas ligadas ao Sindicato em razão “dos membros da Diretoria serem desconhecidos das Autoridades e do Povo em geral na cidade”, tampouco identificaram a sede do Sindicato. É no mínimo estranho um Sindicato de reconhecida agitação, como apontado no Relatório, não dar a conhecer seus dirigentes na Cidade, nos fazendo crer que os agentes da ditadura nem sempre contaram com o apoio do povo do lugar em sua tarefa de perseguir os “agitadores”. Tais “limitações” não impediram que se cumprisse o rito autoritário, pois mesmo não identificado, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Aracoiaba foi fechado.

Na cidade seguinte, Baturité, os membros da “Volante” disseram não encontrar razão para fechar o Sindicato Rural por este atuar segundo orientações da Arquidiocese de Fortaleza, não apresentando histórico de subversão nem mantendo laços com os comunistas. Pela ausência de conflitos que pudessem caracterizar seus dirigentes como agitadores, os

golpistas partiram para o sertão central, encontrando, em Quixadá, motivos para impedir o funcionamento do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Quixadá. Presidido por José Alves Ferreira, o José Bento, o Sindicato agia junto aos camponeses contestando o pagamento da meia. A atividade sindical, segundo o Relatório, se dava intensamente na localidade de Choró, onde se “Fazia propaganda da Reforma Agrária dizendo que com essa reforma, os trabalhadores sindicalizados receberiam gratuitamente as terras onde trabalhavam.” José Bento era conhecido dos militares, pois fora preso em 13 de abril de 1964; sua esposa foi interrogada e confessou ter queimado “toda a documentação do sindicato, temendo que seu esposo viesse a se complicar”. A queima de documentos por parte dos trabalhadores exige do pesquisador um cuidado metodológico em seu esforço de compreensão dos fatos. Convém assinalar a importância da memória camponesa revelando as tentativas dos trabalhadores escaparem dos interrogatórios e das fichas criminais aplicadas à larga naqueles meses, contrastando, assim, com as informações dos relatórios de polícia e em especial da Comissão Volante.

Em tempos de terror, quando sentiram a fúria dos golpistas avançando sobre eles e criminalizando a conquista dos direitos, não restava outra saída, era preciso tomar atitudes limites: “Durante a ditadura, centenas de camponeses passaram a rasgar as suas carteiras de sócios do sindicato, com medo dos patrões e da polícia”⁴⁰². Símbolo das transformações almeçadas pelos camponeses, a carteira do sindicato tornou-se prova acusatória, pois a sindicalização foi tomada como ato subversivo e todo material que vinculasse seus nomes aos sindicatos certamente serviria à polícia para os incriminar. De igual modo agiu Vicente Pompeu, já ciente da gravidade do momento, se apressa para salvar a memória daquelas lutas, enterrando o que o curto tempo permitiu: “Os documentos que estavam na sede da entidade só não foram extraviados ou apreendidos porque Pompeu, pressentindo tempos duros, tratou de enterrar 18 cartas sindicais no pátio da casa de um vizinho”⁴⁰³.

A intimidação aos trabalhadores foi um recurso bastante utilizado pela polícia que chegava na casa dos camponeses intimando-os a deporem. Para alguns, o ato de ser interrogado era fator de angústia; a humilhação que sofriam ao serem taxados de subversivos comprometia suas vidas de maneira fatal. Lembrando o trágico episódio do camponês de Quixadá, Vicente Pompeu expõe mais um crime da ditadura: os suicídios causados pelas acusações e ameaças.

⁴⁰² CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 10

⁴⁰³ *Ibid.*

Numa ocasião, estava na casa de um companheiro em Quixadá e soube que a polícia estava procurando os líderes em localidades onde os sindicatos tinham sido criados. Saiu de madrugada da casa e assim conseguiu escapar. Quando a polícia bateu lá, um soldado disse ao homem: “O senhor está convidado a conversar com o Exército”. O morador tentou despistar: “Sei que o Pompeu fundou o sindicato, mas nunca vi ele”. “Isso é o que você diz!”, declarou o policial em tom de ameaça. No dia seguinte, o morador amanheceu triste e não quis tomar o café da manhã. Foi para a roça, amarrou uma corda numa árvore, colocou a corda no pescoço e se enforcou. Ao relatar esse episódio, Pompeu comentava: “Já pensou, rapaz?! Ele morreu por medo de morrer!”⁴⁰⁴

O trabalhador nem chegou a depor, interromper a vida lhe pareceu o caminho mais acertado, sabia o quão difícil seria viver após ser fichado pelo exército. Ainda em Quixadá, os militares foram ao distrito de Ibaretama fechar o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Quixadá, com sede na Fazenda Oiticica. O local era palco de conflito devido aos episódios de resistência dos camponeses por se rebelarem contra o aumento da meia e reivindicarem melhorias de trabalho. A necessidade de se conquistar terra por meio da Reforma Agrária também era cultivada nas atividades organizadas pelo sindicato apoiado por José Leandro, Luciano Barreira, Blanchard Girão e pelo vereador Geraldo Poeirão. Em Oiticica, também não conseguiram documentação do Sindicato, já que o tesoureiro Jesus Batista conseguira escapar levando consigo os registros.

Em Quixeramobim, a Comissão Volante soube que membros da FALTAC estiveram na localidade de Cupim em novembro de 1963 com o fito de organizar um Sindicato de Trabalhadores Rurais Autônomos. Sob a presidência de Gilberto Barbosa, que também queimou todos os papéis do Sindicato, e mesmo não se registrando “agitação no município”, bastou que seus dirigentes tivessem contato com a FALTAC para que se determinasse o seu fechamento. Avançando, estiveram em Acopiara, cidade cuja atividade sindical era animada por lideranças de Iguatu, cidade vizinha, tendo, porém, que enfrentar “cerrado combate ao comunismo” protagonizado pelo vigário. Ali também se impôs o fechamento do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Acopiara.

A última parada da “Volante” ocorreu em Iguatu, onde os órgãos de repressão tinham informações sobre a atuação dos sindicalistas camponeses. O Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais de Iguatu tinha entre seus dirigentes Vicente Pompeu da Silva, Manoel Ferreira e Itamar Dantas (Paim), considerados pela polícia como elementos perigosos, estando Vicente Pompeu preso em Fortaleza e os outros dois “foragidos”, ocasião em que levaram consigo toda a documentação sindical. Diretamente ligados à FALTAC, fato

⁴⁰⁴ CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 10.

que em si já os tipificava como criminosos, sobre eles pesavam acusações de agitação subversiva, uma vez que mobilizavam os camponeses em suas reivindicações, “agitavam os trabalhadores do campo, conclamando-os a ingressarem no Sindicato, por eles orientado, e a não entregarem as partes dos produtos agrícolas aos proprietários das terras”. Este Sindicato também foi fechado.

Ao fim da primeira expedição da Volante, em 12 de maio de 1964, o presidente da Comissão, Capitão Fernando de Oliveira, conclui seu Relatório convencido da centralidade da FALTAC, da Delegacia Regional do Trabalho e da Rádio Dragão do Mar nas ações consideradas subversivas junto aos camponeses. Pelas ondas do rádio se disseminavam em todo o Estado “ideias perigosas”, sobressaltando os espoliadores acostumados ao silêncio imposto pela violência; “todos os elementos sindicalizados eram orientados no sentido de ouvirem diariamente os programas radiofônicos da Rádio Dragão do Mar, e que, por intermédio da mesma, recebiam instruções”. Os “agitadores” são nomeados um a um: José Leandro, Olavo Sampaio, Blanchard Girão, Aníbal Bonavides, Moisés Pimentel, Peixoto de Alencar. Apontados como realizadores de comícios, defensores da distribuição das terras aos lavradores, encorajavam os trabalhadores a não aceitarem o “regime de trabalho imposto pelos donos de propriedades”, estimulavam a rebeldia no campo, todas ações condenadas pelos setores dominantes que os levaram à prisão ou à clandestinidade. As reivindicações por justiça e o enfrentamento à exploração após o golpe militar de abril de 1964 foram criminalizadas e a pulsante mobilização sindical impedida de seguir. Para tanto, não bastava somente prender as lideranças, era preciso constituir um pensamento contrário àquelas atividades na tentativa de convencer os lavradores sobre os perigos da contestação incentivada pelos sindicatos organizados na FALTAC.

Observamos que os trabalhadores do campo se sentiam amedrontados e que a maioria deles nem quer ouvir mais falar em sindicato. Esses elementos, quase todos analfabetos, ingressaram nos tais sindicatos, iludidos pela propaganda, que só mostrava vantagens para o trabalhador rural. A prisão dos agitadores e a fuga de alguns deles convenceu ao homem do interior do Estado, trabalhadores do campo, que aqueles líderes eram de fato agitadores e os conduziam para a miséria, e para a luta armada contra irmãos⁴⁰⁵.

Do Relatório, inferimos que o terror fora disseminado, pois a perseguição não se restringia a prender os apontados como líderes da agitação, os agentes da repressão buscavam documentos, interrogavam trabalhadores sindicalizados, exibiam em tom intimidatório as

⁴⁰⁵ Relatório. Comissão Volante - Eixo RVC-Centro. Ministério da Guerra, abril-maio 1964. Acervo Memórias Reveladas. Arquivo Público do Estado do Ceará.

prisões executadas, inculcando o medo e a recusa à participação nos sindicatos acusados de subversão. A violência expressa no Relatório de Fernando de Oliveira indicia como se enxergava os camponeses em suas ações reivindicatórias, é evidente o despreço com as camadas subalternas decididas a enfrentar a exploração e a injustiça, visto que só agiam por estarem “iludidos pela propaganda” dos “agitadores”. Aqui a agência dos trabalhadores é desconsiderada e o fato de buscarem os sindicatos e definirem sua agenda de lutas se explica pelo fato desses “elementos, quase todos analfabetos”, serem guiados pela ilusão de alcançarem ganhos de vida e trabalho. O Capitão do Exército responsável por fechar os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais não admitia a ação contestatória dos pobres nem a construção de futuros possíveis cuja Reforma Agrária figurava entre as principais conquistas a se garantir. Para os agentes do golpe, sobretudo os setores dispostos a proteger seus privilégios de classe, o futuro deveria reproduzir as estruturas do presente, em que a propriedade privada, a exploração e a desigualdade seguissem incólumes.

Com o fito de barrar a construção de um outro futuro pelos trabalhadores, os agentes da repressão esquadriharam o campo cearense em busca dos sindicatos a serem fechados. Partiram, então, para a segunda “missão” executada entre 18 e 23 de maio de 1964 no trecho compreendido entre Maranguape e Canindé, atravessando os municípios do Maciço do Baturité. Em Maranguape, fecharam duas entidades sindicais, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Maranguape e o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Maranguape. O foco da “subversão” se localizava no distrito Ladeira Grande, local já atacado “no início da revolução” pelo Exército que invadiu o Sindicato, recolheu documentação e aprisionou alguns dirigentes, dentre eles Paulo Barreto, indicado como “o principal agitador”. Logo mais adiante, ainda em Maranguape, no distrito de Itapebussu, a Comissão Volante optou por não fechar o Sindicato, por este ter “boa assistência do vigário, Padre Pedro Alves Ferreira” e as atividades sindicais receberem “orientação da Arquidiocese de Fortaleza”. Como não se registrou agitação na localidade, partiram ao próximo município, Palmácia, onde encontraram uma forte atuação da Igreja Católica junto aos camponeses.

Cabia, sobretudo, ao padre Francisco Francinet Ferreira, vigário local, enfrentar as orientações “subversivas” do Sindicatos dos Trabalhadores Autônomos Rurais e dos Trabalhadores na Lavoura de Palmácia alinhado à FALTAC. Antonio Ari Braga, vereador da cidade, aparece como “o principal orientador dos referidos sindicatos”, mantendo ligações com José Leandro que, desde agosto de 1963, estivera em Palmácia animando a fundação dos Sindicatos. Entretanto, a influência católica parece ter se sobressaído a ponto da Comissão

Volante concluir não ter havido agitação no Município, motivo que não impediu o fechamento dos Sindicatos.

Subindo a Serra, chegam a Pacoti, cidade conhecida pela mobilização camponesa organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Pacoti de forte ligação com a FALTAC que, segundo o Relatório Policial, vinha espalhando “promessas absurdas aos trabalhadores” preocupando, assim, as autoridades locais. Certamente, a Comissão Volante sabia do depoimento de José do Egito Bastos Macambira, de 30 de abril de 1964⁴⁰⁶, com informações sobre a diretoria do Sindicato. Heitor Bastos, comerciante, foi apontado como fundador do Sindicato e muito próximo a José Leandro e demais agentes da FALTAC e DRT; seu bar era conhecido como “Kremlin 2” por sediar reuniões, incluindo a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Francisco Antônio do Nascimento era o presidente, Manoel Rosa o secretário, ambos “trabalhadores em sítios localizados naquela serra”. Os indícios apontam que em Pacoti se desenvolvia um destacado trabalho junto aos camponeses ao passo que suas lideranças se integravam ao calendário de lutas da FALTAC em suas articulações nacionais; já que Manoel Rosa e Heitor Bastos participaram da delegação do Ceará no Congresso Camponês de 1963, em Belo Horizonte. O golpe de abril repercutira nos lugares de atuação sindicalista, pois “chamam aos que fizeram a revolução de Gorilas”, motivo que demandava uma ação rápida para silenciá-los, recomendando-se “uma sindicância no local, aproveitando alguma patrulha militar lançada para cidade”.

De posse dessas informações, a Comissão já sabia a quem perseguir em Pacoti, acuando seus dirigentes. Não encontraram documentação, pois, segundo os trabalhadores, estavam na FALTAC e na DRT. Os agentes da repressão deram a missão como exitosa não só por ter fechado o Sindicato, mas pelo fato dos “camponeses se mostrarem arrependidos de terem participado da organização de tal sindicato”.

Em Guaramiranga, buscaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos com sede em Forquilha, distrito de Pernambuco. Estiveram com os dirigentes sindicais (des)qualificados pelo militar como “miseros trabalhadores, sem instrução, e que se achavam iludidos com as promessas de melhoria das condições de vida, principalmente, com as terras que seriam distribuídas entre os trabalhadores sindicalizados”. Mais uma vez prevalece o desprezo pela vontade dos camponeses participarem na cena política. É uma leitura que se

⁴⁰⁶ O depoimento de 30 de abr. de 1964 foi anexado ao Relatório da Comissão Volante sob título “Informação, Assunto: Elementos Comunistas”. Acervo Memórias Reveladas. Arquivo Público do Estado do Ceará.

utiliza do fato da instrução formal, geralmente a eles negada, argumento policial utilizado para desconsiderar a agência dos trabalhadores no processo de sindicalização rural, como se fossem impossibilitados de lutar por melhores condições de vida e trabalho. Para os repressores, os camponeses agiam motivados pela ignorância e ilusão. No Sindicato de Pernambuco, a Reforma Agrária e as demais reivindicações camponesas eram apoiadas pela FALTAC e pelos sindicalistas de Pacoti, sofrendo, todavia, oposição do vigário local. O Sindicato também foi impedido de funcionar.

Descendo a Serra, passaram por Canindé, onde não demoraram, pois o “foco de agitação” da Cidade, o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos, com sede na fazenda Cobra dos Veados, já havia encerrado suas atividades. Palco de conflitos entre os trabalhadores e o proprietário Júlio César Campos, em 1963, por se recusarem ao pagamento injusto da meia e reclamarem melhores condições de vida. Na cidade vizinha, Caridade, fecharam o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos Rurais sediado na localidade Santa Fé. Ali encurralaram os diretores sindicais que também integravam a FALTAC e contavam com o apoio de José Leandro, Fernando Ferreira, Luciano Barreira, Aníbal Bonavides, Vicente Pompeu, dentre outros. As pressões pela Reforma Agrária e as denúncias contra as injustiças no campo causavam “apreensões junto aos proprietários de terras”, pois mobilizados em torno dos sindicatos e articulados com as demais organizações de trabalhadores do Estado, os camponeses arriscavam abalar a concentração fundiária, apresentando à sociedade novas formas de vida e trabalho em que a dignidade superasse a exploração.

A Comissão Volante continuaria seu intento: sufocar a atividade sindical camponesa nos municípios do Norte do Estado. Seguindo o curso da BR-222 parava nas cidades onde o trabalho sindical contra a exploração e pela reforma agrária avançava. Em seu conjunto, as sedes dos Sindicatos não contavam com sólidas estruturas físicas, “de um modo geral, todos os Sindicatos visitados funcionam de modo muito precário, com a escrituração dos livros deficientíssima, funcionando em casas residenciais, etc.”. Embora pontuassem que funcionavam precariamente, representavam perigo ao poder local, pois “todos os Sindicatos Rurais, que não têm a orientação da Arquidiocese local, foram fundados sob orientação direta do Dr. Olavo Sampaio”, significando que as principais bandeiras de luta estavam ligadas à conquista de direitos no campo, como a regulamentação dos contratos de trabalhos seguindo o Estatuto do Trabalhador Rural e, sobretudo, a desapropriação de terra. Em São Luís do Curu, “o Sr. Leandro Maciel mandou um emissário aquela cidade, o qual declarou a algumas pessoas que era necessário a filiação de todos os camponeses a esse Sindicato e declarou ainda que a

união dos Sindicatos Rurais faria com que se concretizasse a Reforma Agrária na ‘marra’”; é a anotação do Relatório Policial incriminando um “cabeça” da agitação, sempre em desfavor dos trabalhadores que aparecem como recrutados por algum “agitador” profissional. É também evidente no Relatório a repetição do jargão anti-comunista tão em voga naqueles primeiros meses de golpe.

Seguindo, a Comissão Volante esteve em Umirim, onde o enfrentamento à concentração fundiária foi central nas atividades do Sindicato, pois segundo Pedro Nunes, dirigente sindical, “Olavo Sampaio, logo após a fundação do Sindicato Rural, lhe deu instruções no sentido de que fizesse com que os associados ocupassem logo as terras devolutas e dos proprietários que fossem possuidores de mais terras do que a Lei da Supra previa”. O interrogado transfere a responsabilidade das ações do sindicato para o Delegado Regional do Trabalho e aos demais militantes envolvidos com a sindicalização rural, talvez por estratégia de escapar à perseguição instalada após o golpe, declarando que daquele “jeito não queria orientar o Sindicato, pois assim só iria criar caso com os proprietários e as intenções dele não eram essas; com isso, o Dr. Olavo Sampaio retirou-se nada mais dizendo”. O fato é que aquele sindicato estava na mira da repressão, motivo que levou a Comissão Volante a procurar seus dirigentes e perseguir os camponeses alinhados aos “comunistas”, barrando os possíveis focos de resistência no campo. Aqui é preciso ler as interdições que um interrogatório policial provoca e observar o grau de tensão a que está submetido o interrogado. A escrita do Relatório é já um modo de, convenientemente, dar forma final a um tipo de arrazoado previamente definido. Neste caso, a intenção óbvia é incriminar os “cabeças” da agitação como agente de planos subversivos na região.

Na próxima cidade, a Volante procurou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tururu, encontrando “ainda uma certa tensão por parte da população, motivada pelas ideias até certo ponto subversivas”. Consta no Relatório sobre o presidente: “um elemento analfabeto e sem ação sobre o Sindicato”. O maior problema da cidade, segundo o Capitão Fernando, era Abner Porfírio Sampaio, militante da esquerda ligado ao PC do B, o “homem que mandava no Sindicato”, apontado como “defensor intransigente dos direitos dos associados”. Em homenagem a Abner Porfírio Sampaio na Câmara Federal de Agosto de 2010, consta:

“O feito político mais significativo nas lutas de Abner foi a emancipação de Tururu, conquistada por 2 vezes. Primeiro, em 1962, quando foi cassado pelo regime militar de 1964. Nessa época, Abner foi preso e acusado de ser elemento subversivo por ter incentivado e fundado o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Tururu, atual Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tururu, bem como o Partido Comunista do

que aquele livro era sua Bíblia”. Aqui, mais uma vez, se observa que a despeito de estarem noutra cidade, se nota um “interrogatório padrão”, ou seja, um rol de perguntas prévias se aplicava aos depoentes. Tal observação indica que a Comissão Volante dispunha de informações sobre as situações em cada lugar, bem como os principais “implicados” nos procedimentos de organização, sindicalização e mobilização. Veja-se que o Relatório é também, de modo conveniente, evasivo e aparentemente inconcluso quando afirma que “segundo informações” (quem seriam os informantes?) e que o vereador citado “certa vez” (tempo indefinido) “portava um livro com ideias comunistas”, “dizendo que era sua Bíblia”. Ora, aqui o Relatório arremata seu propósito incriminador acrescentando que além dos “cabeças”, a subversão contava com a força das ideias circulando nos livros, cuja potência, arditosamente, conecta a “religião do livro” à Bíblia.

A Comissão, de posse de seu mapa da subversão, chega a Reriutaba procurando Ivan Rego, dirigente sindical “contra o qual pesavam acusações de que estava agitando os trabalhadores da região”, informações reforçadas pelo vigário local confirmando os “péssimos antecedentes” do sindicalista. Ainda naquela cidade, foram à procura da Associação Profissional dos Pescadores em Açudes e Barragens do Ceará, na localidade de Araras (hoje município de Varjota). Intimidaram vários pescadores e associados a deporem sobre as atividades da Associação. Sebastião Barbosa Lima foi apontado pelo Relatório como o grande “incitador dos pescadores a não acatar as ordens existentes quanto a pesca em épocas proibidas, mandando que eles desobedecessem aos guardas do açude”. A rebeldia do sindicalista é sinônimo de “perturbação da ordem” que poderia acarretar na tomada do Posto de Piscicultura pelos trabalhadores, haja vista que “Sebastião Lima chegou a declarar a alguns pescadores que era preciso trabalhar no sentido de afastar o dirigente do posto de Piscicultura, Sr. Alberico Ximenes e os guardas do açude, e que dentro de pouco tempo a Associação de Pescadores iria tomar conta do mesmo”.

Ao fim da segunda expedição, o Relatório não detalha quais sindicatos tiveram suas atividades interrompidas, com exceção de Itapajé. Entretanto, em algumas cidades, talvez as que apresentassem maiores riscos de “subversão”, os Sindicatos tiveram suas diretorias depostas e substituídas por interventores: em Tururu, Raimundo Ridison Pereira foi nomeado como interventor; em Irauçuba, Antonio Negreiros Bastos; em Reriutaba, na Associação Profissional dos Pescadores em Açudes e Barragens do Ceará, José Pereira de Sousa, capitão da reserva do exército.

A repressão no campo após abril de 1964 atingiu diretamente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, boa parte deles envolvidos nas mobilizações em torno de direitos, contra a exploração e pela reforma agrária, reivindicações taxadas pelos proprietários e militares à subversão. Aplicaram o uso da força bruta materializada através das perseguições, prisões, ameaças a dirigentes sindicais e camponeses envolvidos com o processo de transformação social no campo. Vicente Pompeu da Silva⁴⁰⁸, Américo Silvestre⁴⁰⁹, José Alves Ferreira⁴¹⁰ foram presos nos primeiros dias de abril, acusados de comunistas e de promoverem subversão junto aos camponeses em seus sindicatos. Outros, como José Leandro Bezerra da Costa, caíram na clandestinidade tentando escapar ao cerco. O terror se espalhou e atingia os camponeses em busca de informações sobre a atividade sindical, forçando-os a apontar os dirigentes, apresentar algum material que os comprometesse, usando a intimidação e ameaças como método. “Entre os trabalhadores e sindicalistas, o medo de ser preso, torturado e até mesmo morto era constante, dado a utilização da violência representar elemento comum por parte dos proprietários e da polícia local” (COELHO, 2018; p. 89).

Por outro lado, a Comissão Volante optou por não intervir nos Sindicatos ligados à Igreja Católica, pois aqueles orientados pela Diocese local de reconhecida atuação do clero seguiram suas atividades. Tal fato se confirma quando observamos a região do Cariri, lugar de reconhecida atuação católica junto à sindicalização rural. João Paulo da Silva, em estudo sobre a experiência sindical dos trabalhadores rurais no Crato, indica que “Havia, portanto, um alinhamento declarado entre os interesses da Igreja e os interesses do Governo em relação ao trabalho de assistência sindical desenvolvido junto aos trabalhadores no Cariri” (SILVA; 2010, p.86). Argumento também evocado pelo camponês João Felismino, afirmando que os sindicatos da região, por terem sua fundação seguindo as orientações da Diocese do Crato, não sofreram intervenção⁴¹¹. Assim, o golpe seguiria não permitindo manifestações políticas contrárias ao novo regime e ampliando um sistema de vigilância desde o DOPS, que instalara Inquéritos contra os sujeitos taxados como subversivos, prendendo, perseguindo e torturando.

⁴⁰⁸ CARNEIRO; CIOCCARI, 2010; OCHÔA, 19889; Entrevistas. Vicente Pompeu da Silva, 1984; 2003.

⁴⁰⁹ BONAVIDES, 1986; Inquérito Policial Militar do DOPS-Ce. Projeto Memórias Reveladas.APEC.

⁴¹⁰ Análises da prisão do sindicalista rural José Bento e os impactos do Golpe na cidade de Quixadá são encontradas nos trabalhos: (COELHO, 2018; BURITI, 2000).

⁴¹¹ Entrevista. João Felismino de Souza. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983, p. 24.

6.2 “Interditado até segunda ordem”

Em março de 1964, o Ceará contava com 60 Sindicatos de Trabalhadores Rurais espalhados pelo interior do Estado⁴¹², organizados na FALTAC, com articulação junto à Delegacia Regional do Trabalho e ao escritório da SUPRA, sugerindo um avanço no processo de sindicalização rural cearense. Tal movimento era perseguido pelos proprietários incomodados com os episódios de fortalecimento da luta camponesa. Apontados pelo Relatório da Comissão Volante, esses sindicatos figuram como as principais “organizações subversivas” que agitavam o campo, ameaçando o latifúndio e o regime de trabalho vigente. O conjunto de evidências reunidas no Relatório e nas matérias na imprensa indicam que o trabalho pela efetivação de direitos aos trabalhadores do campo foi combatido pela classe dominante, passando a condenar abertamente um certo modelo de sindicalização rural, aquela que mobiliza os trabalhadores por direitos.

A investida dos fazendeiros se intensificou após promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963, quando, pela lei, os camponeses contavam com o apoio do Ministério do Trabalho para garantir o direito à sindicalização e os novos modos de organização, passando a atuar como mediador nas questões apresentadas pelos trabalhadores. Espalhadas pelo país, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) instalaram postos em algumas cidades ofertando serviços relacionados aos direitos trabalhistas, como a identificação profissional pela Carteira de Trabalho, ao passo que tentavam se firmar como órgão oficial na resolução dos conflitos entre trabalho e capital.

De acordo com o programa que está sendo elaborado pelo sr. Olavo Sampaio, Delegado Regional do Trabalho, as principais cidades do interior do Estado terão dentro de mais alguns meses postos de identificação profissional. Como se sabe, um trabalhador residente no interior, quando tem necessidade da carteira profissional do Ministério do Trabalho, terá que vir à Fortaleza. Nesta condição sob a instalação de postos, como já tem a cidade de Crato, será facilitado ao trabalhador do comércio ou indústria, a identificação profissional. Finalizou dizendo que servidores daquela Delegacia estão fazendo curso de preparação para que possam prestar serviços. Nas cidades de Novas-Russas e Crateús, dentro de mais alguns dias estarão com seus postos instalados⁴¹³.

Desse modo, o Ministério do Trabalho também atuaria nas questões entre camponeses e proprietários, não se restringindo apenas ao registro sindical do campo, mas apresentando soluções mediadoras às denúncias levantadas pelos camponeses sindicalizados. Os sindicatos, agora reconhecidos, passaram a notificar a Delegacia Regional do Trabalho,

⁴¹² Gazeta de Notícias. 15 de mar. de 1964, p. 4.

⁴¹³ O Estado. 06 de set. de 1963, p. 4.

informando as violações ocorridas na lavoura cearense. Em certas ocasiões, a DRT enfrentou as violações não circunscritas somente aos domínios das fazendas, mas também incrustado nos órgãos da Justiça como relatado por Francisco Soares, funcionário da DRT do Ceará em fevereiro de 1964. A exemplo do ocorrido em Itapipoca com o morador Francisco Eclito Inacio ao ter seu roçado destruído pelo fazendeiro Francisco Rocha Lima e receber ordem de despejo sem a devida indenização, observamos a estrutura de dominação fortalecida pela promotora da Cidade, Edite Duarte Barcelos, se comportando como cúmplice, recusando a denúncia do camponês e ameaçando-o de prisão.

O problema de reclamações à Delegacia do Trabalho vem aumentando dia a dia, salientando-se mais dos trabalhadores das zonas rurais. Segundo o dr. Francisco Soares, agora há pouco em Itapipoca se verificou um caso em que o fazendeiro Francisco Rocha Lima, além de expulsar o morador Francisco Eclito Inacio, destruiu todas as suas plantações e não o indenizou. O morador recorreu à justiça, encontrando, porém esta de portas fechadas para o seu problema. A promotora da cidade, dra. Edite Duarte Barcelos, ameaçou prendê-lo por que julgou suas alegativas infundadas. A denúncia chegou à Delegacia do Trabalho através do Sindicato Rural de Itapipoca que, diante da ocorrência de tais acontecimentos, lançou o mais veemente protesto contra as arbitrariedades⁴¹⁴.

O fato acima, ao lado de outros recuperados nesta pesquisa, evidencia um cenário que apontava para mudanças; o futuro construído em coletivo indicava que as lutas contra a dominação e o poder dos donos de terra eram questionadas e amparadas pelos órgãos de defesa dos trabalhadores. A filiação dos camponeses aos seus Sindicatos, a participação, a compreensão sobre os instrumentos legais como caminhos em busca de direitos e enfrentamento à exploração, nos revelam uma conjuntura propensa a formação de um movimento de luta por direitos no campo, fruto da vontade dos explorados em denunciar as injustiças e enfrentar o mandonismo em seus sindicatos. A reação dos poderosos não custou, viam naquela mobilização um perigo aos seus interesses de classe, intimidando os camponeses filiados aos sindicatos, atacando os agentes da DRT e da SUPRA, sobretudo Olavo Sampaio e Pontes Neto.

A Supra esteve na mira dos golpistas, principalmente após o decreto de desapropriação, pois o latifúndio explorava os camponeses, mobilizados em pressionar o poder público e enfrentar a concentração de terra, razão maior da miséria dos trabalhadores. No Ceará, o fato do Superintendente, Pontes Neto, ser reconhecido por se colocar como apoiador das reivindicações dos trabalhadores e defender abertamente as reformas de base despertou a reprovação das classes dominantes, associando a Supra aos comunistas. Em janeiro de 1964, o incômodo se agravou quando João Pinheiro Neto, Superintendente, em viagem ao Recife

⁴¹⁴ Gazeta de Notícia. 28 de fev. de 1964, capa.

declarou à imprensa as intenções da Supra em reunir informações sobre as “terras às margens das rodovias, ferrovias e açudes públicos no Ceará pertencentes à deputados”, ação que não se limitava ao Estado, mas “nos diversos estados da Federação, especialmente no Nordeste”⁴¹⁵.

No Ceará, Pontes Neto informou à imprensa o trabalho realizado em conjunto com os órgãos federais DNOCS, DNER e RFFSA num esforço de levantamento das terras com vistas às desapropriações.

O sr. Pinheiro Neto esteve no Recife discutindo com o Governador Miguel Arraes o decreto da SUPRA, devendo entrevistar-se com o Governador Virgílio Távora, nos próximos dias com idêntico objetivo. A Superintendência regional do Ceará da SUPRA, chefiada pelo deputado Pontes Neto, tão logo tenha em mãos os recursos solicitados, iniciará em cooperação com o DNOCS, DNER e RFFSA, um levantamento das terras situadas à margem das rodovias, ferrovias e açudes públicos, compreendidas na extensão de 10 quilômetros à esquerda e à direita, conforme estipula o decreto de desapropriação a ser assinado brevemente pelo Presidente João Goulart.⁴¹⁶

Levantar aquelas terras indicava uma afronta ao poder dos latifundiários donos de imensas propriedades. As áreas próximas aos açudes, rodovias e ferrovias federais seriam as primeiras a serem desapropriadas, como assinalado no Decreto 53700 de 13/03/1964, que tornou

“de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade” e dá outras providências⁴¹⁷.

Todavia, cresce a expectativa dos trabalhadores antes mesmo de publicado o Decreto, como registrado pelo jornal *Gazeta de Notícias* em 03 de março de 1964, repercutindo no Ceará os efeitos da medida e os primeiros movimentos entre os sindicatos de trabalhadores rurais junto a parlamentares em acompanhar sua efetivação. A matéria relata a presença do Deputado Moisés Pimentel em visita aos Sindicatos informando-os sobre a política agrária brasileira, animando os camponeses em mais um passo na conquista da terra.

Os Sindicatos Rurais do Ceará estão recebendo instruções sobre o decreto de desapropriação da Supra, recentemente assinado pelo Presidente João Goulart e que vem recebendo o apoio de todas as direções sindicais do país. O Dep. Moisés Pimentel esteve, domingo passado, visitando os sindicatos localizados nos municípios mais próximos de Fortaleza, ocasião em que manteve prolongados contatos com os líderes

⁴¹⁵ Correio do Ceará, 20 de jan. de 1964, p. 4.

⁴¹⁶ *Ibid.*

⁴¹⁷ Decreto nº 53.700, de 13 de Março de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 15 de jan. de 2019.

camponeses, tomando conhecimento das suas decisões com relação ao decreto da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA)⁴¹⁸.

Se, por um lado, a visita do deputado integrante da Frente Parlamentar Nacionalista a vários sindicatos animava os trabalhadores a seguirem mobilizados aguardando as primeiras desapropriações, por outro, contribuía para acirrar a tensão no Estado, devido a insatisfação dos grupos dominantes diante do fato, sobretudo pela adesão dos sindicatos e o clima de euforia no campo diante das notícias acerca das desapropriações. Embora Moisés Pimentel mantivesse presença entre os Sindicatos, um dos motivos de sua futura cassação após o golpe de abril de 1964, o decreto presidencial motivou a mobilização dos camponeses fortalecendo politicamente o decreto que já incomodava as elites agrárias do país. A imprensa local registrava os camponeses dispostos a "invadir as propriedades", revelando o descontentamento dos proprietários ante o projeto de desapropriação, vistos como ataques à propriedade privada, posto que desconsideravam o direito dos camponeses à terra.

Informações chegadas ao conhecimento da reportagem dão conta de que é grande a ansiedade nos meios rurais do Estado pela ação de desapropriação da Supra e os sindicatos estão todos mobilizados para dar toda cobertura à efetivação da medida. Alguns líderes camponeses, dos sindicatos mais próximos, mantêm estreita ligação com os dirigentes da Delegacia Regional da Supra e estão sendo orientados, no sentido de prestar total apoio ao projeto de desapropriação a ser iniciado no vale do Curu, conforme divulgado pela Imprensa local. Os camponeses demonstraram-se interessados no problema e estão dispostos a invadir as propriedades em caso de resistência da parte dos latifundiários⁴¹⁹.

A área informada como primeira experiência no Ceará, onde se daria as desapropriações, foi o Vale do Curu, região Oeste do Estado, que na época contava com dois grandes açudes federais, General Sampaio (1935) e Pentecostes (1957), ambos de responsabilidade do DNOCS. A conquista da terra pelos trabalhadores encontraria mais um entrave: a falta de orçamento para as indenizações aos donos de terra. A ausência de recursos para a política agrária afetava a SUPRA em seu cotidiano, como se nota em abril de 1964 quando sequer havia recurso para pagar os salários de seus funcionários no Ceará. Mesmo com a mobilização dos camponeses e uma conjuntura favorável às transformações sociais no campo, são notáveis os percalços enfrentados.

O Delegado Regional da SUPRA, deputado Pontes Neto, afirmou para a reportagem de Gazeta de Notícias que as leis vigentes, bem como a falta de recursos, estão impossibilitando qualquer ação da SUPRA no Ceará e acredita mesmo que tal esteja ocorrendo em todos os demais Estados da Federação. Para que se tenha uma ideia da falta de recursos da Delegacia Regional da Superintendência de Política Agrária, é

⁴¹⁸ Gazeta de Notícias, 03 de mar. de 1964, p. 3.

⁴¹⁹ Gazeta de Notícias, 03 de mar. de 1964, p. 3.

suficiente citar o fato de que a mesma não possui dinheiro para pagar aos seus funcionários no mês que hoje se finda⁴²⁰.

Entretanto, os entraves não impediram que se executasse um levantamento sobre a terra no Ceará. Tal esforço, antes circunscrito ao âmbito federal, ocupou também o executivo estadual que anunciou, ainda em setembro de 1963, um levantamento das terras devolutas do Estado para efeito de Reforma Agrária. Embora não definisse as áreas, Edival Távora, Secretário da Agricultura, informou em entrevista ao jornal *O Estado* que da área total do Ceará, 148 mil quilômetros quadrados, cerca de 50 milhões eram constituídos por terras devolutas a serem legalizadas com a Reforma do Governo Federal⁴²¹. O governo estadual admitia que no território aproximadamente 33% das terras eram devolutas, montante significativo para modificar a realidade fundiária do Ceará, onde milhares de trabalhadores sem terra viviam sob a exploração do latifúndio.

Em fevereiro de 1964, o jornal *Gazeta de Notícias* estampava notícias promissoras sobre as áreas que se destinariam ao interesse social por meio das desapropriações, demandando o valor de 600 milhões de cruzeiros determinados às indenizações no Estado. A intenção dos agentes da SUPRA, fortalecidos pela mobilização camponesa e demais forças sociais em luta pela Reforma Agrária, era aproveitar a visita do presidente João Goulart ao Ceará, em março daquele ano, para oficializar as desapropriações no Estado. Em ato político na região do Vale do Curu, João Goulart distribuiria os títulos de propriedade da terra aos camponeses⁴²².

A SUPRA tentava mediar as questões de terra, criando mecanismos de negociação que contribuíssem à minimização da violência contra os camponeses. A determinação com que se combatia a organização dos trabalhadores, em grande medida, se expandiu aos agentes do Estado responsáveis por aplicar a política agrária, por isso insistiam em cobrar do governo federal garantias a execução de seu trabalho. Para tanto se fazia necessário

[...] obter do presidente João Goulart que sejam transferidos para a SUPRA a título de colaborar em nossa parte técnica - “instalações de equipamento de rádio-transmissão”, por exemplo - e, então, seriam lotados em nossos escritórios, dando-nos cobertura ampla, sobretudo nas próximas desapropriações, que não serão tranquilas⁴²³.

Embora a imprensa insistisse em confirmar, principalmente depois de abril de 1964, que a “SUPRA semeava terror e pânico entre fazendeiros”, constituindo os proprietários como vítimas das tentativas de “bolchevização a qualquer custo, de acordo com os planos sinistros

⁴²⁰ *Id.*, 04 de abr. de 1964, p.3.

⁴²¹ *O Estado*. 10 de set. de 1963, p. 8.

⁴²² *Gazeta de Notícias*. 15 de fev. de 1964, p. 6.

⁴²³ *Correio do Ceará*. 06 de abr. de 1964, p. 2.

dos homens do Governo Goulart”, notamos uma tendência a negociação, encarando as desapropriações com cautela. Em relatório de Mário Donato endereçado a João Pinheiro, percebemos o quão difícil era enfrentar o latifúndio, sobretudo quando se tratava de repartir a terra, dominada por uma minoria que contava com o aparato do poder local.

Continuamos no nosso ponto de vista de que será mais proveitoso de momento, um bom contrato de arrendamento arrancado do fazendeiro, sob ameaça de desapropriação propriamente dita. Expropriar essa fazenda acenderia um rastilho em toda a região e não teríamos mãos a medir, com o agravante de lançar ao desespero todo o patronato rural do Estado. Algumas desapropriações sim, para exemplar, mas não muitas...⁴²⁴

Aqui a estratégia foi se apegar ao Estatuto do Trabalhador Rural para pressionar o fazendeiro a admitir um contrato de arrendamento mais justo, servindo a desapropriação apenas como um ato “exemplar”, uma medida final a ser temida pelos proprietários. Na verdade, se era um risco aos donos de terra, também era ao Estado, que embora admitisse a distribuição de terra, não estava disposto a confrontar o “desespero do patronato rural” que sempre demonstrou sinais de intolerância às medidas.

Pressionamos o proprietário em todos os sentidos, com a arma da desapropriação, e parece que ele agora, está no ponto de ceder. Talvez façamos o acordo aqui mesmo na Delegacia entre ele e alguns membros do Sindicato. De todos esses trâmites, provavelmente tiraremos a lição de um contrato de arrendamento percentual e na base do salário-mínimo que poderemos impor - blefando - ao patronato, com a ameaça de tomar-lhe as terras. Daremos conhecimento dos detalhes oportunamente⁴²⁵.

O Relatório expõe momentos de tensão que marcaram a conjuntura política brasileira quando se buscava implementar um conjunto de reivindicações camponesas há muito reclamadas. Para os trabalhadores, a mobilização em seus Sindicatos e demais espaços de luta se mostrava eficaz à medida que algumas conquistas eram arrancadas, como em novos contratos de trabalho baseados no salário mínimo definido pelo Estatuto do Trabalhador Rural, ou quando conseguiam barrar o aumento do preço dos arrendamentos que se apropriavam de quase toda a produção camponesa, ou na abolição do cambão, esse perverso mecanismo de sujeição a prestarem dias de serviço sem qualquer remuneração, resquícios da servidão, e em tantas outras situações em que suas vozes se fez ouvir. A desapropriação, como Mário Donato admitia, era tarefa difícil, pois o patronato rural não permitiria que a terra, esse instrumento de poder e exploração, fosse repartida. A Reforma Agrária e seus defensores, principalmente os trabalhadores, sofreriam um duro golpe em abril de 1964, quando a perseguição os atingiu profundamente.

⁴²⁴Correio do Ceará. 06 de abr. de 1964, p. 2.

⁴²⁵*Ibid.*

No Ceará, além dos diversos sindicatos invadidos e fechados, seus dirigentes presos ou perseguidos pela política ainda no mês de abril, o golpe desarticulou o trabalho que se desenvolvia no serviço público. Expurgaram os servidores apontados como comunistas e subversivos, foram ao prédio da SUPRA no centro da Capital também para cerrarem seu portão, tantas vezes aberto pelos trabalhadores animados na luta coletiva.

A Delegacia Regional da SUPRA, situada à Rua Guilherme Rocha, 422, altos, foi interditada pelo Exército, no dia 8 próximo passado, segundo ordens expressas do Comandante da 10ª Região Militar, Cel. Aluízio Brígido Borba. Os funcionários da Superintendência de Política Agrária, no Ceará, deverão ser aproveitados em outras repartições, consoante informes chegados ao conhecimento da reportagem. Quem chega à sede da SUPRA vê o portão de ferro fechado e a seguinte inscrição: Por ordem da 10ª Região Militar, fica interditada a Delegacia Regional da SUPRA, até segunda ordem. Com alguns meses de existência, a Delegacia Regional da Superintendência de Política Agrária no Ceará, nada realizou de concreto, em virtude da falta de recursos. Sabe-se que nos próximos dias será aprovado pelo Congresso, o decreto elaborado pelo Ministro Gama e Silva, da Justiça, e que acaba com a SUPRA⁴²⁶.

Os expurgos, contaram com ampla repercussão na imprensa local narrando as violências, muitas delas à luz do dia. Segundo o jornal *Gazeta de Notícias*, na entrada do prédio interditado se via o recado dos militares a quem por ali passasse: “por ordem da 10ª Região Militar”. Embora o periódico tenha citado que as ações da SUPRA no Ceará foram mínimas, sobretudo pela ausência de orçamento, o órgão carregava significados perigosos à classe dominante, foi ali que tantas vezes se reuniram camponeses, sindicalistas, parlamentares e militantes sociais.

A truculência cotidiana tentava rapidamente sufocar as utopias construídas coletivamente em cada reunião, assembleia, passeata onde se ecoava o grito contra a exploração e a miséria. As conquistas arrancadas pelo esforço dos pobres em marcha por um outro futuro se cruzaram com o autoritarismo e o uso da força para interromper a construção de um país que garantisse terra e trabalho. A SUPRA passaria ainda por intervenção nos meses que seguiram o golpe, tendo, porém, suas ações neutralizadas até a aprovação do Estatuto da Terra em novembro de 1964, quando o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) passaram a gerir a política agrária nos anos seguintes.

6.3 A exposição no quartel

Os primeiros dias daquele abril de 1964 foram marcados rapidamente pela violência dos golpistas, apressados em coibir as reações militantes ao golpe, sufocando os gritos em

⁴²⁶ *Gazeta de Notícias*. 11 de abr. de 1964, p. 4.

defesa da democracia e dos direitos. O Exército sufocava os protestos ocorridos na Praça José de Alencar. As greves iniciadas pelos trabalhadores em algumas categorias, como Telégrafos, Ferroviários, Correios e Portuários, trabalhadores do porto do Mucuripe, foram reprimidas e desarticuladas, sobretudo com as prisões dos sindicalistas (FARIAS, 2007). As organizações identificadas como subversivas não seriam toleradas, seriam invadidas e saqueadas, como o Sindicato dos Ferroviários e a sede do Pacto de Unidade e Ação Sindical; o Escritório 25 de Março, sede do PCB no Ceará e a FALTAC⁴²⁷. Nesses espaços a devassa foi completa, a fúria da repressão interditou e arruinou aqueles prédios, símbolos da luta coletiva, onde o horizonte de expectativas dos de baixo se fortaleceram e a peleja por direitos encontrava seu vigor.

Era preciso recolher “provas” que enquadrassem a atividade dos trabalhadores em luta como ações subversivas, o regime necessitava de justificativas para as prisões e a violência empregada. De lá, levaram jornais, cartazes, panfletos, cartilhas, livros. Amontoadas nos camburões do Exército, as ideias materializadas seriam encarceradas na 10ª Região Militar, onde passariam pelo minucioso olhar dos agentes da repressão em busca de pessoas e lugares, e qualquer outra informação à criminalização dos militantes sociais. Ali seriam reunidas as demais comprovações rapinadas durante a caçada e prisões aos acusados de subversão, como Aníbal Bonavides.

Toda a documentação do PCB que se encontrava em poder do ex-deputado Aníbal Bonavides está em mãos das autoridades militares da 10ª RM. Esta documentação inclui planos, estabelece missões e deixa evidenciadas as ligações e contatos mantidos pelo ex-deputado, permitindo a identificação de uma série de nomes de elementos implicados com a trama vermelha. Em várias oportunidades no IPM da 10ª RM ficou comprovada de forma irretorquível a ingerência do PCB nas greves desencadeadas nesta capital e na organização dos Sindicatos Rurais. A propósito desses últimos, cuida a Região, desenvolvendo um trabalho de extensão e profundidade em todo o Estado de investigar-lhes a organização contando para tal fim com a cooperação da delegacia do Trabalho⁴²⁸.

A manchete na capa do *Correio do Ceará* visava conferir legitimidade ao processo em curso em todo o país e buscava identificar Aníbal Bonavides como um sujeito perigoso, integrante de uma organização que oferecia graves riscos ao Estado. A repercussão das prisões como necessárias foram decisivas ao triunfo do golpe, que ao mesmo tempo legitimava a perseguição e combatia os projetos reformistas. Os documentos apreendidos na casa de Aníbal Bonavides, segundo o jornal, se constituíam em “planos”, “missões”, “identificação de nomes” envolvidos com movimentos grevistas na capital e no interior. A participação nos espaços de organização da classe trabalhadora, sobretudo nos Sindicatos Rurais, e o contato com a

⁴²⁷ Gazeta de Notícias. 04 de abr. de 1964, p. 6.

⁴²⁸ Correio do Ceará. 11 de maio de 1964, capa.

Delegacia Regional do Trabalho foram os “crimes” citados. Atuar em sindicatos e nos demais espaços em busca de direitos tornara-se, a partir de então, uma atividade subversiva, restando prisão e condenação da “trama vermelha”. O golpe, auxiliado pela imprensa, combatia as ideias de transformação da realidade brasileira; as reformas sociais e econômicas discutidas em cada reunião e passeata encontraram na imprensa opinião contrária ao passo que se apoiava o novo regime.

Não apenas os militares buscavam os veículos de comunicação para reforçar a violência contra as organizações dos trabalhadores. Já citamos o memorando das Classes Produtoras no Correio do Ceará, em 8 de abril de 1964, saudando o golpe e demandando a cassação dos parlamentares “comunistas”, conhecidos pela atuação junto às reivindicações dos subalternos. Em 12 de abril de 1964, um domingo, um “Grupo de Democratas”, essa foi a identificação, vai ao jornal *Gazeta de Notícias* e divulga na matéria de capa uma fotografia do 1º Congresso de Lavradores do Ceará, em novembro de 1963, seguida do título “No melhor estilo de Gregório Bezerra e Julião”. A intenção era circular a ideia de que também o Ceará possuía “seus subversivos” a espalharem o terror no campo contra a propriedade e a família. Gregório Bezerra e Francisco Julião são evocados como símbolos do “perigo” a ser banido cuja repercussão se dava também em território cearense.

Aqui, a FALTAC era a semente de transformação no campo, congregando a luta camponesa, razão para ter seu prédio fechado, demolido e seus dirigentes sofrerem perseguição, prisão e tortura. A imagem foi recuperada de um momento de comemoração, quando os camponeses davam mais um passo em busca da superação da miséria e conquista de direitos. Sujeitos de destacada atividade no meio rural, como o camponês e diretor sindical Américo Silvestre, o deputado federal Moisés Pimentel, o vereador Manoel Arruda, o líder estudantil Átila do Amaral, dentre outros, com enxadas na mão e cartazes estampando os dizeres da luta “Terra para quem nela trabalha” e “Exigimos Reforma Agrária” são relacionados à subversão, devendo sofrer a “indispensável ação de expurgos”⁴²⁹. Lançavam a opinião pública contra os trabalhadores e seus aliados, evocando um registro descontextualizado com o fito de incutir na sociedade que a Reforma Agrária e seus defensores eram assunto de comunistas nocivos espalhados pelo país, alguns ocupando cargos públicos, como Moisés Pimentel no Congresso Nacional. A artimanha imagética encerra seu propósito exigindo a cassação do parlamentar que

⁴²⁹ *Gazeta de Notícias*. 12 de dez. de 1964, capa.

estimulava “através da Rádio Dragão do Mar, de sua propriedade, os insultos à democracia e às gloriosas Forças Armadas”.

Figura 2 – No melhor estilo de Gregório Bezerra e Julião



Fonte: Gazeta de Notícias. 12 de dez. de 1964, capa.

Essas ações confirmam que o golpe de abril de 1964 foi marcado por seu caráter de classe, quando abertamente a elite econômica saiu em defesa da deposição do presidente João Goulart e das perseguições contra os trabalhadores em seus sindicatos, atacando os projetos de reformas sociais e econômicas. Os meios de comunicação irradiam o anticomunismo que transformava militantes sociais do campo e da cidade, em suas mais variadas experiências, em subversivos e criminosos. Semelhante estratégia foi utilizada pelos militares no Ceará, em sua tentativa de conseguir amplo apoio às prisões dos “vermelhos” no Estado. Aquele “farto material de agitação comunista” constante das fichas criminais, inquéritos e outras peças acusatórias engavetadas nos armários da ditadura à espera dos julgamentos dos presos políticos, quase sempre condenados, teve seu lugar de destaque na trama. Bastaram poucos dias para que os documentos apreendidos fossem abertos ao público numa Exposição no quartel da 10ª Região Militar, em Fortaleza.

De início, a imprensa se encarregou de divulgar com rapidez o teor dos documentos apreendidos. Logo que se apreendeu o material na sede do PCB, da FALTAC e do Sindicato dos Ferroviários, o serviço de Relações Públicas da 10ª Região procurou a redação do jornal *Gazeta de Notícias* chamando seus repórteres “a comparecer ao QG” para divulgar as “ideias

perigosas” semeadas pela subversão. O jornal publicou matéria, em 4 de abril de 1964, registrando várias pilhas de livros, cadernos e cartazes, dentre os quais, alguns tiveram destaque: “Pekin Informa”, “26 de jul firme junto a Cuba”. A matéria seguia relatando com detalhes a operação do exército, citando os locais onde se cultivava a “propaganda comunista” em Fortaleza.

Farto material de propaganda comunista foi apreendida ontem por volta das 13 horas por tropas da 10ª Região Militar, no Escritório Eleitoral 25 de março situado à Rua General Sampaio; no Sindicato dos Ferroviários, onde funciona também o Pacto de Unidade e Ação Sindical e ainda na sede da Federação dos Lavradores - FALTAC. Segundo a reportagem do GN constatou em um local do QG da 10ª RM, onde se encontra depositado o material conta de livros, revistas, fotografias, discursos e proclamações, dos mais diversos países comunistas, sobretudo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - Rússia - China Vermelha, Cuba, Tchecoslováquia, etc. Numa exposição feita pela 10ª Região Militar do material apreendido, aparece em primeiro plano um cartaz do Partido Comunista Brasileiro, livros do Partido Comunista da União Soviética, revistas de Pequim e de Moscou, livros e revistas de Cuba, esclarecimento sobre a vida social na Tchecoslováquia e na Polônia além de outros volumes⁴³⁰.

O apelo ideológico anticomunista é amplamente difundido pela imprensa e fortalecido após o golpe cujo argumento central para tipificar aquele material como subversivo seria o fato de se originarem em “países comunistas”. Reforçavam a criminalização das ideias críticas ao capitalismo, pois saber como se dava a “vida social na Tchecoslováquia e na Polônia” ou ler “revistas de Pequim e de Moscou, livros e revistas de Cuba” era motivo para a prisão.

A censura, um dos pilares da Ditadura, procurava coibir o acesso aos livros proibidos, aqueles responsáveis por disseminar ideais revolucionárias. Outras formas de organizar o mundo, a centralidade da classe trabalhadora nos processos políticos, campanhas de superação da miséria e garantia de direitos, dentre outras temáticas não seriam suportadas pelo autoritarismo da classe dominante em aliança com os militares e a imprensa para o triunfo do golpe. Na relação anotada pelo *Gazeta de Notícias*, encontramos “Obras de Mao Tse Tung; Ianques contra Cuba; Obras completas de Marx e Engels; Livros ofertados pelo Deputado Aníbal Bonavides ao Partido Comunista”⁴³¹.

As ideias divergentes estavam proibidas, seus adeptos encurralados e presos, os livros apreendidos, a liberdade cerceada. Com vistas a garantia dos privilégios de uma elite econômica e política, fortalecida pelo conservadorismo das forças armadas, apoiada por setores historicamente aliados à defesa da propriedade e dos bons costumes, como a imprensa e a Igreja

⁴³⁰ *Gazeta de Notícias*. 04 de abr. de 1964, p. 6.

⁴³¹ *Ibid.*

Católica e resguardada pelo poder geopolítico dos Estados Unidos, o golpe se sustentará com duração de 21 anos.

Desse período, o Projeto Memórias Reveladas e as Comissões da Verdade reúnem os principais fundos documentais dos registros que não foram destruídos tanto pelas mãos dos próprios agentes da repressão, da tortura e da morte quanto pela omissão do poder público em salvaguardar a memória recente. Destacamos o trabalho da Comissão Camponesa da Verdade e seu esforço de percorrer o Brasil reunindo a memória de camponeses perseguidos pela Ditadura, favorecendo a escuta dos testemunhos dessa classe ainda pouco reconhecida em suas lutas, principalmente quando se discute a história política do país e o protagonismo da classe trabalhadora. Foram recuperadas as experiências camponesas espalhadas pelo território brasileiro dando à vista uma história da luta social.

Os trabalhadores rurais ocuparam a cena política brasileira durante a segunda metade do século XX, forçando o país a escutar suas reivindicações, época em que os problemas do campo passaram a ser discutidos e algumas conquistas celebradas, como o Estatuto do Trabalhador Rural, que longe de representar transformações radicais, apontava para um cenário de mudanças. Fixação de salário mínimo, contratos de arrendamento, direito à sindicalização, fim do cambão, dentre outros avanços, mais do que uma vontade do poder político, revelam a atuação dos camponeses dispostos a não mais aceitar uma vida miserável e um regime de trabalho que dependia unicamente da vontade do patrão, dono da terra que não media esforço para manter a dominação, tantas vezes garantida pelo emprego da violência. O futuro estava em jogo e a organização dos camponeses indicava possíveis vitórias, a Reforma Agrária estava próxima, os primeiros sinais já se revelavam com desapropriações conquistadas e com o decreto da Supra.

A terra a ser repartida ecoou das várias experiências camponesas espalhadas pelo país, o latifúndio passou a ser criticado publicamente e a justiça social cobrada nos atos públicos, em cartazes e palavras de ordem. O poder dos proprietários fora desafiado, as violações denunciadas e as leis trabalhistas chegaram ao campo, pois o Ministério do Trabalho passaria também a fiscalizar as propriedades agrícolas. Tais medidas incomodaram a classe patronal rural que não admitia aqueles avanços, motivos para se somar aos demais grupos da elite empresarial e aos militares para deflagrar o golpe. Assim, os camponeses ao lado dos demais militantes sociais que defendiam transformações à sociedade brasileira, após o golpe, foram taxados como “elementos perigosos”, “agitadores comunistas” e seu programa de

reivindicação transformado em atividade criminosa. Nos primeiros dias de abril de 1964, a dureza da violência de classe se fez sentir, quando seus sindicatos foram fechados e muitos dirigentes foram indiciados.

Com o intuito de tornar a conhecer as ideias perigosas dos agitadores comunistas no Ceará, a 10ª Região Militar organizou em seu Quartel General uma “visitação pública” do “farto material subversivo apreendido pelas autoridades do Exército na sede do Partido Comunista (Escritório 25 de Março), em sindicatos operários controlados pelos vermelhos e em residência de conhecidos agitadores que se encontram presos no Quartel do 23º BC”. Com início em 14 de maio de 1964, aberta ao público em geral, quem se interessasse poderia “telefonar para o número 14983 e marcar suas visitas com o major Lira, encarregado da guarda do material subversivo”. O *Correio do Ceará* fez questão de acentuar que alguns daqueles que mantinham sob sua guarda ou cultivavam as ideias do material exposto, estavam presos. A mensagem estava dada: o pensamento crítico e as leituras que anunciavam a transformação social se tornaram atos criminosos.

Para que a sociedade conhecesse os livros e autores censurados ou denunciasse os locais onde estariam localizados, o Exército abriu suas portas ao público e deu à vista o que se lia e debatia nos espaços de organização da classe trabalhadora e da esquerda no Ceará. Entretanto, não bastava apenas divulgar na imprensa o chamamento para visitação, era preciso mobilizar alguns grupos específicos.

As autoridades militares estão formulando convites as classes produtoras, aos órgãos sindicais, as entidades estudantis e populares aos professores e ao povo no sentido de visitarem a exposi o e se inteirarem da extensão do movimento subversivo que funcionava em marcha acelerada no Ceará, no esquema governamental da comunica o intensiva do país. [...] Estas visitas darão oportunidade ao público de aquilatar com seus próprios olhos, a infiltra o comunista aqui no Ceará, considerado por muitos como das regiões mais tranquilas do Brasil⁴³².

Ao buscarem as “classes produtoras”, firmavam o compromisso das Forças Armadas com os grupos incomodados com os rumos do país, principalmente pela ampla mobilização dos trabalhadores ao questionarem um Brasil desigual e injusto. Outro grupo do interesse do Exército, os “ rg os sindicais”, seria convidado no sentido de perceber os riscos dos sindicatos e transformá-los em locais subversivos. Embora não cite quais receberiam convite, se tratavam daqueles que não pertenciam ao Pacto Sindical, provavelmente ligados ao catolicismo, tendo, portanto, papel fundamental para disseminar entre os trabalhadores os riscos das ideias comunistas tanto do sindicato quanto dos seus dirigentes e associados. Os estudantes

⁴³² *Correio do Ceará*. 14 de maio de 1964, p. 3.

e professores também deveriam comparecer à exposição, numa tentativa de conquistar mais adeptos ao conservadorismo, dispostos a combater as “ideias perigosas” junto às escolas e à juventude em geral.

Dentre as organizações sindicais perseguidas e que teve seu material exposto estava a FALTAC, conhecida pela mobilização em torno das reivindicações camponesas que nos últimos anos afrontavam os donos da terra ao denunciar as injustiças e a miséria presentes nas lavouras cearenses. Nas fotos das apreensões, publicadas no Correio do Ceará, se vê um cartaz com o nome FALTAC, indicando o que se lia e produzia naquela Federação. Dentre os “perigos” divulgados, um livro de Mao Tse Tung, líder da Revolução Cultural da China de 1949, ganhou destaque. Aqueles escritos sobre o processo revolucionário chinês, marcados pelo protagonismo dos trabalhadores rurais e pelos ataques à propriedade privada, era matéria proibida aos defensores da brutalidade do capital. Ali, os verdugos da democracia e do pensar crítico se esforçaram por condenar uma fecunda experiência de leitura coletiva e fomento à escuta da voz camponesa, verbalizada ou escrita, registros da luta em cartazes, panfletos, jornais da classe, poetizadas em versos nos momentos de sociabilidade.

Figura 3 – Fotografia com o material apreendido na sede da FALTAC



Fonte: Correio do Ceará. 04 de abr. de 1969, p. 2.

A legenda citava ainda “outros materiais subversivos apreendidos pelo Exército na chamada FALTAC”, composto pelos “livros doutrinários” da China, Rússia, que além de conteúdo nacional subversivo, nutria a tarefa de “espalhar a agitação entre os camponeses sob orientação do Partido Comunista”⁴³³. Os visitantes da exposição estariam induzidos a rechaçar aqueles títulos por sua origem e pelo conteúdo, além de associarem a luta camponesa por direitos ao crime de subversão.

Os golpistas buscavam fortalecer junto à sociedade a ideia de que as mobilizações dos trabalhadores do campo e da cidade dos últimos anos escondiam as intenções comunistas de atacarem a família e a propriedade no Brasil. A organização em Sindicatos, a articulação das diversas categorias reunidas no Pacto Sindical, o contato com parlamentares defensores da democracia e das reformas sociais foram sentenciados ao cárcere e seus adeptos transformados em perigosos agitadores. Sob forte apelo aos valores tradicionais, os arquitetos do golpe se preocuparam, desde a primeira hora, em não permitir que a crítica à desigualdade e à injustiça seguissem denunciando a urgência de se transformar a realidade brasileira. Em seu núcleo estava a elite brasileira, alinhada ao interesse estrangeiro e apoiada pelos comandantes do Exército, disposta a não ceder em seus privilégios de classe, sufocando a pressão das ruas com violência. Mergulharam o país em estado de exceção, atacando sua institucionalidade, recorrendo ao autoritarismo como orientação política, revelando o desprezo à democracia e ao livre pensar.

Em mais um episódio da república brasileira, quando os trabalhadores se negaram a manter a exploração e em revolta passaram a construir horizontes que escapavam à miséria, o ódio de classe reagiu. A elite patronal urbana e rural não permitiria que as reivindicações por justiça social avançassem em suas conquistas, se organizando para manter a estrutura de dominação tão criticada por camponeses e operários nos anos que antecederam o golpe. Como resposta às tentativas da classe trabalhadora de forjar uma nova realidade brasileira, marcada pelo desejo de superação das desigualdades, a elite empregou a força bruta durante 21 anos, mergulhando o país em mais uma ditadura.

⁴³³ Correio do Ceará, 04 de abr. de 1969, p. 2.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vicente Pompeu foi preso em 3 de abril de 1964 - três dias após o golpe militar. Naquele dia, voltava do roçado carregando um saco de milho verde nas costas para alimentar os oito filhos quando foi abordado pela polícia. “Não fui preso no mesmo dia do golpe por que não me encontraram”, contou. [...]

“Eu fui preso e torturado por que lutava - como luto ainda - pela Reforma Agrária”.
(Retrato da Repressão Política no Campo, 2001)

Os meses que seguiram aquele abril de 1964 testemunharam um projeto de classe disposto a não permitir que antigos privilégios fossem modificados, impedindo que o Brasil avançasse rumo à democracia e garantia de direitos, defendidos pelos trabalhadores mobilizados no campo e na cidade nos últimos anos. Para tanto, contaram com o apoio decisivo de diversos setores da sociedade - empresariado, entidades patronais, imprensa corporativa, igreja católica, setores médios difusamente organizados, partidos conservadores, etc.; além do conhecido dispositivo internacional de apoio ao golpe, acionado a partir dos Estados Unidos. O golpe de abril de 1964, sobejamente estudado na historiografia brasileira e contando inclusive com estudos no campo do jornalismo e de reconhecidos historiadores estadunidenses e latino-americanos, comprovam o vasto xadrez geopolítico naquela conjuntura, com a deflagração dos golpes militares, instauração das ditaduras no Cone Sul e aplicação das teses e doutrinas correntes da segurança nacional, um dos seus avatares da chamada guerra fria. Acionado o dispositivo das forças armadas e realizadas as alianças, os arquitetos do golpe contaram inclusive com o agrupamento militar conhecido por sufocar experiências camponesas, como nos primeiros anos da República dos Massacres, bem estudada por Edgar De Decca - desde o massacre no sertão baiano, aos camponeses de Canudos; como no Contestado e mais tarde em 1937 bombardear os camponeses da Comunidade do Caldeirão no Cariri cearense. Os militares com seus tanques, aparelho coactivo do SNI e suas ramificações pelos estados da federação desencadeiam verdadeira caçada, tratando de perseguir e instalar o terror aos considerados “subversivos”, como se observa, por exemplo, na deflagração de centenas de inquéritos policiais militares, parlamentos expurgados por cassações, prisões, censura, entre tantos outros episódios de completa ruptura do Estado Democrático de Direito. No mundo do trabalho, a perseguição é ainda mais violenta e, onde, exorbita a hipertrofia do poder local, como se vê em relação às organizações camponesas: sindicatos e federações desmanteladas, nomeação de juntas interventoras, destruição física de sedes e confisco de patrimônio histórico-documental, inquéritos viciados e provas forjadas, prisões, clandestinidade e exílio... Enquadrados como

“comunistas” a cargo dos prosélitos da "subversão", o exercício político dos trabalhadores rurais e de suas organizações foi, assim, desqualificado.

O golpe foi assegurado pelo apoio concreto nos Estados e nas entidades de classe de industriais e comerciantes insatisfeitos com o cenário político brasileiro quando as reformas sociais e econômicas se fizeram notar pelos trabalhadores ocupando ruas e praças em defesa de medidas de enfrentamento à concentração de renda e de terra, denunciando a pobreza e a fome sofridas por milhares de brasileiros. Como se verá nos 21 anos de ditadura empresarial-militar, um articulado esquema de vigilância montado em fábricas tratou de perseguir trabalhadores inibindo greves e demais ações de contestação à ordem do capital e à exploração do trabalho.

Aos meios de comunicação de massa - rádio, jornal e televisão - coube a tarefa de difundir um clima conspiratório e como fiadores da intervenção militar, ante um suposto avanço do “comunismo” no país, contribuíram para disseminar um alto grau de instabilidade política, também exigiram a derrubada do presidente João Goulart e, fazendo crer, para o caso da questão agrária, num iminente quadro de “invasão das propriedades”. Como parte do plano golpista, a imprensa se destacou como espécie de porta-voz anti-Reforma Agrária, como comprovam, a exaustão, os longos editoriais, as manchetes e reportagens atacando as manifestações dos trabalhadores ao passo que saudavam as prisões e perseguições executadas nos primeiros dias do golpe civil-militar de 1964. Reservavam amplo espaço para divulgar iniciativas públicas dos setores conservadores, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas por setores da classe média e das elites, com apoio da Igreja Católica, mobilizando demonstrações públicas nas capitais e várias cidades brasileiras em apoio ao golpe e seus desdobramentos sócio-políticos.

O capital internacional também foi decisivo ao ataque à democracia brasileira e à imposição do estado de exceção que duraria 21 anos. Reunidos, sobretudo, na Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, os agentes externos promoviam ações de desestabilização do governo de João Goulart de diversas formas. Por meio de financiamentos escusos, aportavam recursos materiais a entidades e parlamentares contrários às Reformas de Base, fortalecendo setores empresariais contrários às reivindicações dos trabalhadores e, consentâneo à pauta do período, disseminando o anticomunismo no país. Entre cursos, palestras e treinamentos, oficiais das forças armadas recebiam o adestramento tático aos métodos de interrogatório sob tortura, espelhando os manuais militares e de contra-informação estadunidenses. A história nos mostra

uma ampla articulação desses setores para impedir transformações sociais e econômicas defendidas pelos trabalhadores em suas organizações e experiências.

Nesta tese tratamos de um período da história recente do século XX em que as relações de trabalho e a dominação no campo foram confrontadas com homens e mulheres dispostas a construir novos horizontes. Guiados pelo espírito coletivo pelas causas dos comuns, ousaram avançar os limites impostos pelo arbítrio do latifúndio. O Brasil dos anos 1950-1960 assistiu a uma enxurrada de reivindicações camponesas expressas em várias ocasiões, imprimindo um novo rosto à história do movimento camponês. Dirigentes sindicais acostumados à luta operária em ambiente urbano encontraram lavradores em seus mais variados modos de trabalho participando e indicando caminhos ao enfrentamento da miséria e a conquista de direitos no campo. A Reforma Agrária entra em definitivo no debate público e a urgência histórica no enfrentamento ao latifúndio e suas formas de dominação passam a ser uma prioridade ao lado das demais reformas sociais defendidas pelos trabalhadores.

Retornar ao passado recente e encontrar camponeses, homens e mulheres abrindo picadas, veredas, trilhas e caminhos de justiça, guiados pelo desejo de escapar à exploração, nos revelou a agência de homens e mulheres questionando a dominação em suas diversas experiências da vida e do trabalho. Estudar tais experiências e seus processos de resistência permite a historiografia reconhecer a vontade transformadora dos camponeses, nos indicando como agiram para seguir a vida em busca de dignidade. A dureza vivida no campo os espoliavam nas formas de trabalho impostas pelo proprietário da terra, que ditava o sistema de produção, controlava o preço dos produtos, expandia o confisco dos poucos ganhos na caderneta de fornecimento do barracão, ampliava seu domínio na aparente garantia da moradia precária, impugnava os direitos básicos de educação e saúde às famílias camponesas e mantinha um particular sistema de controle e violência dos jagunços, promovendo despejos, emboscadas, incêndios; e sem falar no problema crônico da fome e da desnutrição, sempre à espreita desde a infância.

Entretanto, a história social nos ensina que os explorados não se deixam governar, agem de acordo com seus códigos e constroem estratégias de sobrevivência. Caminho teórico aos pesquisadores sociais, essa constatação nos ajudou a encontrar, nos sertões e serras cearenses, a ação contestatória dos camponeses nos apresentando um campo agitado, marcado pela vontade dos lavradores enfrentando as armas do latifúndio, erguendo a voz contra as injustiças e construindo caminhos para a transformação daquela realidade. Em empreitadas por

melhores dias, ocuparam diversos espaços, por meio de gestos e palavras, plantaram um processo de sindicalização rural forjado desde a luta nas lavouras, congregando as reivindicações dos explorados e participando com afinco desde o primeiro chamado, estampando seus rostos naquele movimento. As Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais atuando em conjunto com partidos de esquerda, notadamente o PCB, e de órgãos públicos como a SUPRA e as DRT's, se constituíram como organizações de força política naquela conjuntura pela massiva presença dos camponeses nas passeatas, nos comícios, nas concentrações e sobretudo nos espaços de decisão, compondo diretorias, representando delegações em congressos nacionais, discutindo os passos da luta no campo.

O fato da luta ser cotidiana indica que a resistência também se dá por meio da cultura camponesa: leituras cantadas sobre a saga do justiceiro sertanejo, versos sobre a vida no campo, repentes anunciando tempos de fartura, festejos onde a diversão se somava aos encontros de partilha, ida às feiras para negociar produtos e se inteirar das novidades do mundo ao redor. Na imprensa militante registram suas leituras de mundo escrevendo uma história social da teimosia camponesa feita desde as lavouras por homens e mulheres questionadores do latifúndio. As diversas matérias recolhidas nos jornais *Terra Livre* e *A Liga*, por exemplo, reúnem um conjunto de evidências acerca da cultura camponesa, possibilitando ainda uma gama de novos estudos. Ali, vasta coletânea de cartas, poemas, versos, e tantas expressões da cultura do campo, enviadas dos quatro cantos do país, desenharam uma cartografia de lutas de resistência ativa.

A síntese histórica de Karl Marx indicando a luta de classes como chave de compreensão às transformações sociais ajuda a compreender a agitada conjuntura brasileira, marcada por conflitos entre grupos sociais de interesses distintos. Nos primeiros anos da década de 1960 no Ceará, nos deparamos com fatos sociais que evidenciam a tensão no campo tendo a propriedade da terra como centro dos embates. Fazendeiros acostumados a mandar e garantir, pela força, a obediência dos subalternos, se depararam com esses trabalhadores dizendo não a suas ordens, decifrando e criando um vocabulário de luta por justiça e direitos.

O questionamento coletivo e a mobilização camponesa enfrentam as formas de trabalho ditadas pelo proprietário, como ocorrido na fazenda Oiticica em Quixadá. Reunidos com um propósito, aqueles trabalhadores decidiram não mais seguir obrigados a entregar a metade do algodão colhido, a taxa abusiva que os empurrava à miséria, derrubando, assim, a meia na propriedade. Não muito distante dali, os camponeses lutaram em defesa de seu

sindicato na fazenda Cobra dos Veados em Canindé, enfrentando a violência do proprietário, tentando impedir a atividade sindical na região. Resistindo a prisões e ataque às suas casas, ergueram a bandeira da luta coletiva abrindo caminhos para a conquista de direitos no campo. Observamos que um forte mecanismo de expropriação da terra se dá pela grilagem, tantas vezes utilizada para submeter os trabalhadores. Entretanto, os posseiros de Cabreiro defenderam suas terras dos grileiros num conflito marcado por emboscadas, tensão e mobilização do poder local e estadual, que interviram na região. A determinação dos camponeses se fez ouvir, forçando a mediação do Estado.

São conflitos que possuem a mesma raiz: a concentração da terra e a exploração do trabalho. Fazendeiros e grileiros, guiados pela extração dos lucros nas lavouras, tentam manter o controle da riqueza produzida utilizando, quando necessário, a violência aplicada por capangas ou pela polícia, geralmente chamados para conter a revolta dos explorados. Nesse ambiente, a história nos mostra homens e mulheres resistindo, sofrendo adversidades, porém mantendo aceso o desejo por dignidade, sonhando com um pedaço de terra para viver e trabalhar, como tantas vezes por eles verbalizados. Muitos camponeses, como vimos, tentaram realizar esses sonhos: encararam proprietários, foram aos sindicatos, ocuparam as ruas, cobraram dos governantes, provocaram a mídia, alteraram a conjuntura sócio-política.

Em sua longa marcha em busca da sobrevivência, muitas famílias camponesas se viram na contingência de "retirantes" (e não apenas em razão de períodos de secas) rumo à capital, Fortaleza, tentando reconstruir a vida. O destino era, quase sempre, ocupar franjas de terra em subúrbios afastados da malha central da cidade, ali muitos se viram às voltas com o problema da terra urbana, como alvo da grilagem e especulação imobiliária; em suma, a cidade capital é do capital e, portanto, aplica políticas de segregação urbana. Em geral, omissa ante a instalação precária de milhares de migrantes, a política urbana é definida pelos loteamentos e pelos aluguéis investindo em áreas com maior poder aquisitivo, pouco determinada a solucionar os problemas enfrentados pelos moradores nas favelas, morros, dunas, ou nos mangues.

Nossa pesquisa, traz ao debate o problema dos latifúndios urbanos e como tal prática incorpora o modo da grilagem nas áreas rurais, formando um grande estoque de terras em faixa contígua em Fortaleza, destinada como terra de negócio dos loteamentos e imobiliárias em expansão desde o meado do século XX. Somada à conveniente ausência do poder público, esses moradores tiveram que enfrentar a grilagem urbana, como nos bairros do Lagamar e Pirambu, quando a luta coletiva conquistou a desapropriação. Em busca de ampliação dos

loteamentos, as imobiliárias expandem os limites da cidade avançando sobre as moradias dos pobres, interpostas no caminho de seus projetos de especulação urbana. O caso do bairro Padre Andrade é emblemático ao nos revelar as violências cometidas pela imobiliária J. A. Carvalho contra os moradores corridos daquela terra. Morar há muitas décadas e produzir legumes nos quintais e áreas de uso comum são fatos que além de não impedirem a grilagem da terra urbana, aguça o interesse da especulação imobiliária face à valorização dos espaços com o adensamento das moradias. Recuperar esse esquecido episódio da luta pela terra urbana nos indica como muitos bairros de Fortaleza se constituíram às custas da expulsão dos pobres que, sem saída, rumaram para cada vez mais longe, como nas favelas, onde ergueram seus barracos e enfrentaram a precariedade da vida urbana, longe da cidade alcançada pelos equipamentos públicos de saneamento, água potável, saúde e educação.

A atividade sindical e a mobilização por direitos no campo se deparou com a truculência do Estado sob os militares em sua sanha de perseguição e criminalização das lutas sociais. Parte sensível da resistência camponesa restou (quando restou) na memória de homens e mulheres ameaçados e perseguidos com o golpe civil militar de 1964. Extensos fundos documentais - em suportes vários e sob a guarda de distintas instituições e entidades de natureza vária - sobre o cotidiano do sindicalismo rural foram destruídos durante as incursões de busca e apreensão realizadas pelo aparelho policial. Aqui convém chamar atenção para um acento que se deve contextualizar, com o devido respeito, a informação de que documentos e livros foram enterrados ou incinerados pelos próprios dirigentes camponeses nos primeiros dias de abril de 1964, tentando livrar-se de provas que incriminassem a luta. Esta talvez seja uma passagem das mais duras quanto à perseguição em curso naquele abril: obrigados a destruir parte de sua própria Memória já é um crime da ditadura! As fontes produzidas pela Repressão reproduzem de modo conveniente, e para isso é necessária a cautela metodológica e o respeito à Memória, testemunhos de trabalhadores que supostamente teriam queimado cartas sindicais, livros de ata, carteiras de associados, boletins informativos, dentre outros materiais de sua luta e organização. Ora, afirmar que tal procedimento a eles atribuído pelo registro policial não deve (e não pode) concluir de modo simples, como tendo sido o intuito de apagar os vestígios ante o cerco que se fechava contra eles. É preciso e adequado observar o potencial da repressão e, principalmente, a disseminação do medo e das incriminações injuriosas que cercavam as caçadas policiais e o grau de tensão que se abatia sobre os perseguidos.

No Ceará, uma força policial-militar percorreu diversas sedes e distritos de municípios para forjar um Relatório, o mais completo possível, em confirmação ao seu roteiro prévio de criminalização aos camponeses protagonistas da luta por terra e direitos. Nesta determinação da polícia política, foram produzidos Relatórios com interrogatórios previamente definidos e em conclusão óbvia quanto à incriminação dos “líderes da subversão”. Tais Relatórios constituem uma espécie de Mapa da Repressão Camponesa no Ceará nos meses seguintes ao golpe civil-militar de 1964. O roteiro é marcado pela tática da polícia política com a produção de "provas" ao arpejo da norma jurídica de proteção ao testemunho; muito ao contrário, a disseminação do medo naquelas comunidades é o potente vetor, a partir do qual se recolheram nomes, fatos, ocorrências supostamente conflituosas (do ponto de vista policial), induzindo os depoentes a confirmarem nomes que constavam das listas de "comunistas, perigosos, subversivos" e outras caracterizações policiais. Tais Relatórios constituem um dos pontos de partida para os agentes da repressão engordarem os prontuários de polícia e as fichas criminais que culminariam nos atos de prisão e tortura dos militantes cuja atuação pública nas lutas camponesas é a senha de incriminação.

Vários desses trabalhadores caíram na clandestinidade, como José Leandro Bezerra que escapou da prisão saindo do Estado e se escondendo numa região afastada do Rio de Janeiro. Outros, como Américo Silvestre e Vicente Pompeu da Silva foram capturados pela ditadura e enfrentaram as violações praticadas pelo Estado brasileiro determinado a forjar confissões, supostas indicações de nomes e outras declarações sob o tacão da tortura. Boa parte dos documentos desse período de terror foram reunidos nos últimos anos pelas Comissões da Verdade, memórias de presos políticos que oferecem à História vasta matéria a ser estudada e, principalmente, em respeito à Memória daqueles homens e mulheres cujos projetos e utopias foram brutalmente interrompidos, cujas vidas foram destroçadas pelo terrorismo do estado brasileiro em tempos de ditadura. Ao longo dos capítulos que enfeixam nossa Tese, buscamos sinais das lutas, da resistência, do aprendizado em mutirão, da leitura em voz alta, das camaradagens que se forjavam.... É nosso desejo e compromisso perseverar nesta senda de pesquisas, acreditando que novos repertórios de fontes, e mesmo aquelas aqui visitadas, ensejem novas e múltiplas abordagens.

REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. *In*: AARÃO REIS; RIDENTI, Marcelo (org.). **História do marxismo no Brasil**: vol. V, Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. p. 73-108.
- AARÃO REIS, Daniel (org.). **As esquerdas no Brasil**: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.
- ACCIOLY, Vera Mamede. **Planejamento, Planos Diretores e expansão urbana**: Fortaleza (1960-1992). 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- AGUIAR, Flávio (org.). **Com palmos medida**: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- AGUIAR, Maria Linekely da Silva. **“Comungar é tornar-se um perigo!”**: A política de cultura dos Jovens em Busca de Deus (JBD) e o desenvolvimento da cidadania cultural no Lagamar, Fortaleza - Ceará. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.
- ALDIGUERI, Camila Rodrigues. **Metamorfose da terra na produção da cidade e da favela em Fortaleza**. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v.7, n.2, p.303-325, 2003.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. Terra. *In*: CALDART, Roseli Salette (org.). **Dicionário de Educação no Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 740-743.
- ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. A Verticalização e a Origem do Movimento Moderno em Fortaleza. *In*: SEMINÁRIO DOCOMOMO, 11., 2016, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2016. Disponível em: <http://seminario2016.docomomo.org.br/>. Acesso em: 17 out. 2019.
- ARAÚJO, Ana Maria Matos; CARLEIAL, Adelita Neto. O processo de metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração. **Scripta Nova**: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 94, p. 73, ago. 2001.
- AVELAR, Juliana Nogueira. **Travessias “no social”**: política, cidadania e disputas no universo jovem do Lagamar. 2-12. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

AZEVEDO, Fernando de. **As ligas camponesas**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar incomum. O sertão na literatura do século XIX**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BASTOS, José Romário Rodrigues. A luta também se faz na festa: cultura e política camponesa no Nordeste Brasileiro (1950-1964). **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 23, n.1, p. 129-153, semestre 2019.

BASTOS, José Romário Rodrigues. Cultura e Trabalho camponês no Brasil: militância e escrita (1950-1960). *In*: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A. de; BASTOS, Romário. **À sombra das castanheiras**. Luta camponesa: cultura, memória e história. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017. p. 176-192.

BARROS, Monyse Ravena de Sousa. **Os sem terrinha: uma história da luta social no Brasil (1981-2012)**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 6, n.10/11, p 44-68, 1999.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. *In*: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.1).

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. *In*: MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 11-73.

BERGAMINI, Atilio. Dar forma ao impublicável: Carolina Maria de Jesus e sua arte. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, DF, v. 1, p. 1-13, 2020.

BESERRA, Bernadete Ramos. **Movimentos Sociais no campo do Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil - 1924. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BRAGA, Ludmila Portela Gondim. **João do Vale**: poesia, canção popular e testemunho. 2019. (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-graduação em Literatura, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

BURITI, Erivânia Pereira. **Dominação e resistência nos sertões**: o surgimento do sindicalismo rural em Quixadá na década de 1960. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2000.

CALLADO, Antônio. **Entre o Deus e a vasilha**: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). *In*: GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes (org.). **O Brasil republicano**. sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v.3.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Trem da seca**: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880). Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará: Museu do Ceará, 2005.

CAPANEMA, Guilherme Schurch de. **Estudos sobre seca**. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará: Museu do Ceará, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

CARVALHO, Horácio Martins de (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CARVALHO, Gilmar de. **Patativa do Assaré**: pássaro liberto. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011.

CARVALHO, Gilmar de. Patativa do Assaré, a terra e o poder. *In*: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A. de; BASTOS, Romário (org.). **À sombra das castanheiras**. Luta camponesa: cultura, memória e história. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017. p. 97-107.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Contos tradicionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Edições Almedina, 2011.

CEREZALES, Diego Palacio; FERREIRA, Fátima de Sá e Melo. **Da economia moral da multidão à arte de não ser governado: E. P. Thompson e James C. Scott na Ibéria**. Alentejo: Antígona, 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COELHO, Danilo Vieira. **O sertão e a ditadura: histórias e memórias sobre o golpe de 1964 em Quixadá - CE**. 2018. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em história e letras) - Universidade Estadual do Ceará, Quixadá, 2018.

COMBLIN, José. **O povo de Deus**. São Paulo: Paulus, 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e questão agrária no início do século XXI**. Brasília, DF: Edições CNBB, 2010.

COSTA, Jean Henrique. Os estudos Culturais em debate: um convite às obras de Richard Hoggart, Raymond Williams & E. P. Thompson. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 159-168, jul./dez. 2012.

COSTA, João Eudes. **Retalhos da História de Quixadá**. Fortaleza: ABC Editora, 2008.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **O Congresso Nacional Camponês (Belo Horizonte, 1961): trabalhadores rurais no processo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2010.

COSTA LIMA, Mariana Quezado; FREITAS, Clarissa Figueredo Sampaio, CARDOSO, Daniel Ribeiro. Modelagem da informação para a regulação urbanística dos assentamentos precários em Fortaleza. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Porto Alegre, v. 11, p. 1-20, 2019.

DECCA, Edgar Salvadori de. Quaresma: um relato de massacre republicano. **Anos 90**, Porto Alegre, v.5, n.8, p.45-61,1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, 1994.

DEZEMONE, Marcus. Conflitos e direitos: deslegitimação da propriedade na região serrana fluminense – séculos XIX e XX. *In*: MOTTA, Márcia Maria Menendes; ALMEIDA, Monica Piccolo (org.) **O domínio de outrem: propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX)**. v. 2. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nós porcatudobem, 2017. v. 2.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária no governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2016.

DINIZ, Aldiva Sales. **Poder e resistência**: a oligarquia cearense e os espaços recriados pelos camponeses. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **O “eu” e o “outro”**: a constituição da identidade nos movimentos sociais urbanos. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

DIÓGENES, Osmar Maia; GONÇALVES, Daniel; MARQUES, Paulo (org.). **Ainda 1964**: história política e sensibilidade. Fortaleza: MALCE: INESP, 2014.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. escravos e trabalhadores livres no Brasil. Séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos estudos culturais. **FAMECOS**, Porto Alegre, n. 9, dez. 1998.

FALEIROS, Maria Isabel Leme. **Percursos e percalços do PCB no campo (1922-1964)**. 1989. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

FARIAS, José Airton de. **Além das Armas**: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **Patativa do Assaré**: a trajetória de um canto. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

FERNANDES, Adelita Neto Carleial; DIÓGENES, Glória Maria; LIMA, Maria Cláudia Nogueira de. Intervenção Planejada e o discurso da participação. *In*: BRAGA, Elza Franco; BARREIRA, Irllys Firmo. **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991. p. 39-75.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. **Transformações espaciais no centro de Fortaleza**: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

FERNANDEZ, Raffaella. O espólio literário de Carolina Maria de Jesus. **Manuscrita**, São Paulo, n. 31, p. 10-26, 2016.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cultura das bordas**: edição, comunicação, leitura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de. **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.1, n. 1, p. 137-152, 2004.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Entre as relações de força e o consenso: as políticas antimigratórias e os trabalhadores-cassacos no contexto das secas da década de 1950. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 6, p. 1-22, 2020.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru: EDUSC, 2000.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREDERICO, Celso. A Política Cultural dos Comunistas. *In*: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 3.

GADELHA, Renata; RODRIGUES, Sandra; MARQUES, Siomara; ANDRIOLI, Antônio. História das origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016). *In*: **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 23, n.1, p. 180-195, jan./jun. 2017.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GODINHO, Paula. **O futuro é para sempre**: experiência, expectativa e práticas possíveis. Lisboa: Através Editora: Letra Livre, 2017.

GODINHO, Paula; GONÇALVES, Adelaide; VICENTE, Lourdes (org.). **Entre o impossível e o necessário**: esperança e rebeldia nos trajetos de mulheres sem-terra do Ceará. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GOMES, Marília Passos Apoliano. **A cidade em disputa**: a trajetória de um movimento social. D2013. dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GONÇALVES, Adelaide. “A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente”: uma história do MST. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**. O tempo da nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5.

GONÇALVES, Adelaide. Modos de leitura camponesa construindo os meios que “a experiência indica e a imaginação sugere”. In: GONÇALVES, Adelaide; RIOS, Kênia; GODINHO, Paula (org.). **Antropologia, história e literatura: práticas, discursos e performances em Iberoamérica**. Sobral: Sertão Cult, 2020. p. 59-82.

GONÇALVES, Adelaide. Trabalhador lê? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 59-72, 2003.

GORENDER, Jacob. **O combate nas trevas**. a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRYNSZPAN, Mario; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (org.) **As esquerdas no Brasil (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 209-236.

GUHA, Ranahit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica, 2002.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. Salamanca: Edições Sígueme, 1975.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. J. **Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

JAGUARIBE, Ana Elisabete Freitas. “**Labaredas no ar: a Rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964)**”. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de Espanha Editores, 2002.

JOCA, Teresa Helena de Paula. **Resgatando o singular: a memória quase esquecida. Sindicato, organização e política. Sindicalismo rural no estado do Ceará (1950-1964)**. 1987. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1987.

JULIÃO, Francisco. **O que são as ligas camponesas?: cadernos do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. v. 1.

KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)**. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert, 1968.

KOSELLEK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. Calar é consentir! jornalistas colaboradores e censores no pós-1964. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 170-182, 2011.

LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: CNPq, 1988.

LEITE LOPES, José Sérgio. **Memória e transformação social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

LEITE LOPES, José Sérgio. Entre a memória camponesa e a memória operária: experiências de trabalho com entrevistas e arquivos em territórios comuns aos trabalhadores rurais e aos operários. *In*: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha. **Arquivos do mundo dos trabalhadores**: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: memória e resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012. p. 151-162.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 167-182.

LIMA NETO, Idelfonso Rodrigues. **Escrita subversiva**: o Democrata, 1946-1947. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOVATTO, Angélica. Um projeto de revolução brasileira no pré-1964: os cadernos do povo brasileiro. *In*: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (org.) **Edição e Revolução**: leituras comunistas no Brasil e na França. Cotia: Ateliê Editorial; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 153-182.

LÖWY, Michael. **O que é cristianismo da libertação**: religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MAIA, Roberta Kelly Santos. **A cidade do jornalista**: da Fortaleza representada nos jornais à administração da capital por Luiz Queiroz Campos (1954-1964). 2013. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

MALAGODI, Edgard. A correspondência de Marx com Vera Sassulitch. **Raízes**: revista de ciências sociais e econômicas, Campina Grande, v. 2, n.22, p.10-14, 2004.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v.11, n.12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARQUES, Rodrigo de Albuquerque. **A nação vai à província: do romantismo ao modernismo no Ceará**. 2015. Tese (Doutorado em Literatura) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS FILHO, Antônio Martins; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Luta de classes na Rússia**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; *et al.* **Teorias do desenvolvimento capitalista na agricultura**. São Paulo: Escola Nacional, 2010. (Coletânea de textos da Escola Nacional Florestan Fernandes, n. 3

MATOS, Helaine Saraiva. **Justiça juntos: os sindicatos de trabalhadores rurais no Ceará de 1950-1985**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A questão da reforma agrária**. Recife: CPDA, 1979.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe. *In*: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 41-57.

MEDRADO, Joana. **“Terra de vaqueiros”**: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira**: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

MENDONÇA, Sonia Regina de; STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida de. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James Scott. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n.1, p. 32-44, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses – migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: UFPB, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de; COVER, Maciel. Movimentos “espontâneos”: a resistência dos trabalhadores migrantes nos canaviais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 76, p. 133-148, jan./abr. 2016.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra**: estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus**: experiência marginal e construção estética. 2013. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MONTEIRO, Emanuela Rangel. **Deslocamentos da forma urbana na zona sudoeste de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Na transversal da história. **História Oral**, n.1, p. 11-18. 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira república (1945- 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 218-243.

MOREIRA, Francisco Giovanni Pimentel. **O capital imobiliário e a produção urbana de Fortaleza**: estudo de caso para o período de 1950-1970. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

MOREL, Edgar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Niterói: EDUUFF, 2009.

MOTTA, Márcia Maria Menendes (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Clóvis. **Sociologia política da guerra de Canudos: da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

MUNIZ, Maria Águeda Pontes Caminha. **O plano diretor como instrumento de gestão da cidade: o caso da cidade de Fortaleza/CE**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. *In*: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário-NEAD, 2008. v. 1, p. 137-161.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. O que podemos aprender com os camponeses? *In*: SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A. de; BASTOS, Romário (org.). **À sombra das castanheiras. Luta camponesa: cultura, memória e história**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2017.

NEVES, Frederico de Castro. O discurso oculto dos retirantes das secas. **Raízes**, Campina Grande, v.33, n.2, p. 67-81, 2013.

NOGUEIRA, Carlos Antonio Ferreira. **Política e sindicalismo rural: considerações sobre “ajudas”, “liberação de voto”, tempo e trocas de apoio na “terra onde os pássaros cantam”**.

2016. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Mônica Cordeiro Ximenes de. Planejamento Estratégico do Lagamar - PEL: experiência e aprendizado. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., Grupo de Trabalho Questão Urbana, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, jul. 2009. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/>. Acesso em: 14 jan. 2020.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. **A igreja católica no Pirambu**: as relações de poder presentes nos discursos da teologia da libertação e da renovação carismática católica (1968-1986). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

OCHOA, Maria Glória Wormald. **As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará 1954 – 1964**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará: Stylus Comunicações, 1989.

PAGEÚ, Ohana de Alencar. **“Parar um minuto, olhar para trás e seguir adiante”**: organização de mulheres do MST no Assentamento 10 de Abril. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004.

PAULILO, Maria Ignez. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 296-316, 2016.

PEDROZA, Manoela. O debate na historiografia marxista brasileira sobre trabalhadores rurais no século XX. **Tempos Históricos**, Marechal Rondon, v. 7, p. 91-116, 2005.

PEDROZA, Manoela. **Terra de resistência**: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-1968). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PEQUENO, Renato. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências: diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. **Actas** [...]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/275.htm>. Acesso em: 23 ago. 2020.

PINHEIRO, José Ernane. Traços da presença da igreja católica no Nordeste. *In*: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). **Presença pública da igreja no Brasil**: jubileu de ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 245-266.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo: Editora Unesp; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

POLETTI, Ivo. A CNBB e a luta pela terra no Brasil. *In*: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (org.). **Presença pública da igreja no Brasil**: jubileu de ouro da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 330-349.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v.14, p. 25-39, fev. 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**: a questão agrária no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRIORI, Ângelo. Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais do norte do Paraná (1956-1963). **Pós-História**, Assis, v. 3, p. 227, 1995.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida**: uma história das ligas camponesas. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **O PCB no Ceará**: ascensão e declínio –1922-1947. Fortaleza: Edições Universidade do Ceará; Stylus Comunicações, 1989.

RIBEIRO, Luís Távora Furtado. **Alcance e limites do trabalho educativo da igreja nos MSU's a partir da experiência da favela do Lagamar em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RIOS, Kênia Souza. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Francisco Magnel Carvalho. **Seca, deslocamentos e serviços de emergência**: a experiência dos trabalhadores da construção do açude Araras (1951-1958). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil. *In*: MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**. 2. ed. v. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 373-468.

SAMPAIO, Amanda; OLIVEIRA, Lucas A. de. BASTOS, Romário (org.). **À sombra das castanheiras**: luta camponesa, cultura, memória e história. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017.

SANTOS, Elizete de Oliveira. Articulações entre Estado e grandes proprietários fundiários na constituição do eixo sudeste de valorização imobiliária em Fortaleza-CE. **Revista Geomae**: Geografia, Meio Ambiente e Ensino, Campo Mourão, v. 2, n.2, p. 13-40, 2011.

SANTOS, Jovelina Silva. **Círculos operários no Ceará**: instruindo, educando, orientando, moralizando (1915-1963). Fortaleza: UFC, 2007.

SANTOS, Leonardo Soares dos Santos. Os valores de uma luta por direitos: conflitos de terra no Sertão Carioca (1945-1964). *In*: MOTTA, Márcia Maria Menendes; ALMEIDA, Monica Piccolo (org.). **O domínio de outrem: propriedades e direitos no Brasil (séculos XIX e XX)**. v. 2. São Luís: EDUEMA; Guimarães: Nós porcatudobem, 2017. p. 147-172.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (org.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1988.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 8, n.7, p. 1-21, jul-dez. 2005.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SIGAUD, Lygia. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greve camponesas. *In*: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz (org.). **Movimentos cruzados, histórias específicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019. p. 499-538.

SILVA, João Paulo Fernandes da. **A experiência organizacional dos trabalhadores rurais no município do Crato – CE (1960-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. *In*: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa (org.). **De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 87-142.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Marcelo Saturnino. **Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidade, trabalho e formas de resistência**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

SILVA, Maria Lourdes Vicente da. **Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-re-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o meio ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE**. 2014. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUSA, Silvana Vieira de. **Cultura de falas e de gestos: histórias de memórias**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. **Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-1964**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SOUZA, Julierme Sebastião Morais. **Borandá pra chegada: a temática das migrações na canção popular brasileira (1959-1980)**. 2007. Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação socioespacial em Fortaleza. *In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (org.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro***. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 135-252.

SOUZA, Maria Salete de. **Fortaleza uma análise de estrutura urbana**. Fortaleza: IOCE, 1978.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. **Élisée Revista de Geografia**, Goiânia, v. 1, n. 1, p 141-155, jan./jun. 2012.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEIN, Leila Menezes. **A construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)**. 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). *In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira***. O Brasil republicano – economia e cultura (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 4.

TEIXEIRA, Gabriel da Silva. “Latifundiários” de São Paulo no golpe de 64: apoios, projetos e controvérsias. **Boletim Dataluta**, São Paulo, n. 118, out. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**, v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**, v. 3. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. *In*: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 269-281.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 51-84, abr. 1997.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

VIANA, Carlos Negreiros. A vida empresarial de Pedro Philomeno: um longo e fundamental capítulo da história industrial do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 122, n. 1, p. 213-223, 2008.

VIEIRA, Sulamita. **Velhos sanfoneiros**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

VIEIRA, Sulamita. **O sertão em movimento**: a dinâmica da produção cultural. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos Sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, p. 60-75, set. 2006.

WILLIAMS, Raymond. **A cultura é de todos (culture is ordinary)** 1958. Tradução Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Departamento de Letras/USP, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZAIDAN FILHO, Michel. **Comunistas em céu aberto**: 1922-1930. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

ZARZAR, Andrea Lorena Butto. **Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil**: a construção do sujeito feminista. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

APÊNDICE - FONTES E LUGARES DE PESQUISA

Jornais e Revistas

Terra Livre, São Paulo [1954-1964]
A Liga, Rio de Janeiro [1962-1963]
Novos Rumos, Rio de Janeiro, [1960-1962]
O Democrata, Fortaleza, [1946, 1957]
O Povo, Fortaleza [1960 - 1964]
Gazeta de Notícias, Fortaleza [1960 - 1964]
O Estado, Fortaleza [1960 - 1964]
Correio do Ceará, Fortaleza [1960 - 1964]
Unitário, Fortaleza [1960 - 1964]
O Nordeste, Fortaleza [1960 - 1964]

Entrevistas

SOUZA, João Felismino de . Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983.
 COSTA, Manoel Marques da . Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983.
 COSTA, José Leandro Bezerra da. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1983.
 SILVA, Vicente Pompeu da. Projeto História Oral. Universidade Federal do Ceará – Núcleo de Documentação Cultural, 1984.
 Silva, Vicente Pompeu da. Adelaide Gonçalves e Enilce Souza. Fortaleza, 14/03/2003;17/03/2003. Acervo do Plebeu Gabinete de Leitura.
 SANTOS, Marina Teodósio dos. José Romário Bastos. Fortaleza, janeiro de 2018. Acervo pessoal do pesquisador.
 Camponesa que optou por não se identificar. José Romário Bastos. Julho de 2017. Acervo pessoal do pesquisador.

Memórias

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; SAMPAIO, José Levi Furtado; FELIX, Francisco Kennedy Leite, et. al. **O pulsar da vida no campo: FETRAECE 50 anos**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.
 BARROS, Francisco Blaudes de Sousa. **Japuara**: um relato das entranhas do conflito. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013 (Coleção Camponeses e o regime militar, v.2)
 BONAVIDES, Aníbal. **Diário de um preso político**. Fortaleza: Gráfica O Povo, 1986.
 COSTA, José Leandro Bezerra da. **Depoimento**: minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da democracia em 1963. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.
 FEITOSA, Padre Neri. **Japuara e a Tragédia de 1971**. Canindé: Gráfica Canindé, s/d.
 GIRÃO, Blanchard. **Só as armas calaram a Dragão**. Fortaleza: Editora ABC, 2005.
 OLIVEIRA, Papito de (org.). **Vozes silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

Romances, poesias, cordéis e autos

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**: filosofia de um trovador nordestino. [1978]. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. [1960] São Paulo: Ática, 2013.
- MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**. [1955] Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. [1930] Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. [1932] Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.
- SILVA, Vicente Pompeu da. **A verdade do PCB**. (manuscrito), Fortaleza, fevereiro de 1988.
- SOBREIRA, Aldemir. **O cavalo do cão**: o drama da Reforma Agrária desde as Liga Camponesas. [1964] Fortaleza: Editora Vértice, 2004.
- VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

Projeto Memórias Reveladas

- Dossiês 1964. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará. Acervo: Arquivo Público do Estado do Ceará.
- Inquéritos. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará. Acervo: Arquivo Público do Estado do Ceará.
- Dossiês Comunismo (1959-1962). Fundo: Delegacia Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. Acervo: Arquivo Permanente do Estado de São Paulo.

Relatórios e Publicações sobre a repressão política no campo

- BRASIL. **Relatório Final Violações de direitos no campo**. Comissão Camponesa da Verdade. Brasília, Dezembro de 2014.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985** – camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010.

Estudos e Estatísticas

- BRASIL. **Unidades Agrárias não Decimais em Uso no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948.
- BRASIL. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Volume XVI. Rio de Janeiro: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 1959.
- BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano XI, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1951.
- BRASIL. VI Recenseamento Geral do Brasil. **Censo Demográfico do Estado do Ceará**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.
- BRASIL. **Censo Demográfico de 1960**. Ceará. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1961.
- BRASIL. **Tabela de medidas agrárias não decimais**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:
http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf.
 Acesso em 30 nov. 2017.
- CALDEIRA, Clóvis. **Arrendamento e parceria no Brasil**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Política Agrária, 1955.

Documentos do PCB

- Resoluções do III Congresso do Partido Comunista Brasileiro**. Rio, 11 de fevereiro de 1929. Disponível em:
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do-3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb. Acesso em 20 maio. 2019.
- O Programa do Partido, a Questão Agrária, a Organização e a Luta dos Camponeses** [Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCB] - Oto Santos Novembro de 1954 Disponível em:

https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/agraria.htm. Acesso em 22 mai. 2019

PCB: "Manifesto de agosto de 1950". Disponível em: <https://www.novacultura.info/single-post/2016/03/25/PCB-Manifesto-de-agosto-de-1950>. Acesso em 23 mai. 2019.

Programa do Partido Comunista do Brasil [Aprovado no IV Congresso 7 a 11 de Novembro de 1954] Disponível em:

https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acesso em 23 mai. 2019.

Leis e Documentos Legislativos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. **Atas das Sessões Ordinárias** [1960-1964]. Memorial Deputado Pontes Neto - Célula de Pesquisa Histórica.

BRASIL. **Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963**. Estatuto do Trabalhador Rural. Brasília, 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm. Acesso em 15 jul. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Atividade Legislativa. **Discursos e debates**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=169.4.53.O&nuQuarto=39&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:16&sgFaseSessao=PE%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=04/08/2010&txApelido=CHICO%20LOPES&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em 15 ago. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação. **Decreto nº 53.700, de 13 de Março de 1964**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 de jan. 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 2.128, de 20 de março de 1963**. Aprova o Plano Diretor da Cidade de Fortaleza e dá outras providências. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. Disponível em:

<https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1963/10809/le21281963.pdf>. Acesso em 10 jul. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei nº 188, de 16 de maio de 1950**. Dispõe sobre o Código Urbano do município de Fortaleza. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?tema=LEGISLA%C3%87%C3%83O%20URBAN%C3%8DSTICA>. Acesso em 16 jul. 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Código Urbano. **Lei nº 2004, de 06 de agosto de 1962**. Dispõe sobre o Código Urbano do município de Fortaleza. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/pesquisa?tema=LEGISLA%C3%87%C3%83O%20URBAN%C3%8DSTICA>. Acesso em 15 jul. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962**. Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LDL&numero=11&ano=1962&ato=979k3a61UMVRVT6ed>. Acesso em 15 jul. 2019.

Publicações diversas

SOUSA, Francisco Ésio de. Homenagem póstuma aos confrades Oswaldo Evandro Carneiro Martins e Francisco Edson Cavalcante Pinheiro. **Revista do Instituto do Ceará**. Ano 2014.

TÁVORA, Virgílio. **Uma experiência pioneira para a solução do Latifúndio Urbano**. Separata da Revista do Instituto do Ceará. 1986.

Lugares de Pesquisa

Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará (Memorial Deputado Pontes Neto)

Associação Cearense de Imprensa - ACI (Setores Biblioteca e Hemeroteca)

Biblioteca de Ciências Humanas - UFC

Biblioteca do Banco do Nordeste

Biblioteca Pública do Estado do Ceará (Setores Microfilme e Hemeroteca)

Biblioteca Pública Monsenhor Bruno (Aracati)

Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará - FETRAECE

Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Instituto de Estudos Brasileiros - IEB/USP

Jornal O Povo

Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais - LEAT/UFC

Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC/UFC

Plebeu Gabinete de Leitura

Sítios de Pesquisa

Arquivo Nacional - Comissão Nacional da Verdade / Memórias Reveladas

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - Comissão Pastoral da Terra (CEDOC CPT)

Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CEDOC CUT)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA (Unesp)

Portal da Legislação - Casa Civil